

anais de história de além-mar

XI

ANO 2010

CENTRO DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

UNIVERSIDADE DOS AÇORES

CHAM

N.º 11, 2010

Anais de História de Além-Mar

Lisboa / Ponta Delgada

ÍNDICE

ARTIGOS

BALEIAS E MONSTROS, ICONOGRAFIA E REPETIÇÕES NA HISTÓRIA DA HISTÓRIA NATURAL: REPRESENTAÇÕES VISUAIS DE ANIMAIS MARINHOS NA ÉPOCA MEDIEVAL E RENASCENTISTA, por CRISTINA BRITO	7
IGREJAS E CAPELAS DE SANTA CATARINA DE VELHA GOA, por ANTÓNIO NUNES PEREIRA	31
O VICE-REINADO DE D. ANTÃO DE NORONHA (1564-1568) NO CONTEXTO DA CRISE NO ESTADO DA ÍNDIA DE 1565-1575, por NUNO VILA-SANTA	63
“MANHAS” E REDES: FRANCISCO DE SOUZA E A GOVERNANÇA EM SÃO PAULO DE PIRATININGA EM TEMPOS DE UNIÃO IBÉRICA, por JOSÉ CARLOS VILARDAGA	103
LA CREACIÓN DE UN SISTEMA ATLÁNTICO DEL TABACO (SIGLOS XVII-XVIII). EL PAPEL DE LOS MONOPOLIOS TABAQUEROS. UNA LECTURA DESDE LA PERSPECTIVA ESPAÑOLA, por SANTIAGO DE LUXÁN MELÉNDEZ y MONTSERRAT GÁRATE OJANGUREN	145
AS ILHAS DO GOLFO DA GUINÉ, A RIVALIDADE COLONIAL EUROPEIA E O TRATADO LUSO-ESPANHOL DE 1778, por ARLINDO MANUEL CALDEIRA	177
A MEDICINA LUSO-BRASILEIRA E AS PERCEPÇÕES SOBRE AS ENFERMIDADES NA AMÉRICA PORTUGUESA DO SÉCULO XVIII, por JEAN LUIZ NEVES ABREU ...	213
MÉTODO GEOGRÁFICO, CARTOGRAFIA E GEOPOLÍTICA: A PROPÓSITO DA REEDIÇÃO DA <i>HISTÓRIA DO BRASIL NOS VELHOS MAPAS</i> DE JAIME CORTESÃO, por FRANCISCO ROQUE DE OLIVEIRA	225

DOCUMENTOS

ÍNDICE ANALÍTICO DAS CARTAS DOS GOVERNADORES DE ÁFRICA NA TORRE DO TOMBO, por PEDRO PINTO	249

RECENSÕES	381

EVENTOS E PROJECTOS	415

RESUMOS / <i>ABSTRACTS</i>	423

Artigos

BALEIAS E MONSTROS, ICONOGRAFIA E REPETIÇÕES NA HISTÓRIA DA HISTÓRIA NATURAL: REPRESENTAÇÕES VISUAIS DE ANIMAIS MARINHOS NA ÉPOCA MEDIEVAL E RENASCENTISTA*

por

CRISTINA BRITO**

Introdução

No século XVI, o Velho Continente assiste a um ponto de viragem na sua história. Com fundamento nas novas rotas dos Descobrimentos torna-se possível o estabelecimento de relações comerciais com os novos povos, de diferentes regiões geográficas, de onde são importadas importantes matérias-primas, produtos e objectos, e com os quais se estabelecem relações comerciais e trocas¹. Mas muito para além dos aspectos comerciais e económicos, são as novas mentalidades, ideais e formas de pensar que surgem a partir desta época que urge salientar. Em conjunto, foram diversos factores, de origem económica, mas também cultural e social, que permitiram o Renascimento e o desenvolvimento de várias vertentes científicas, muito particularmente as relacionadas com as ciências naturais, para a exploração de um novo espaço tanto marítimo como terrestre. O espírito científico e naturalista da época permitiram notáveis afirmações e certezas perante a novidade das demonstrações e das descobertas tais como, respectivamente,

* Este artigo constitui uma parte integrante da dissertação de doutoramento da autora pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. A autora agradece à Fundação para a Ciência e Tecnologia, pela atribuição da Bolsa de Doutoramento (SFRH/BD/21836/2005) que suportou este projecto e o apoio financeiro de «European Community's Programme "Structuring the European Research Area" under Synthesis at the Museo Nacional de Ciencias Naturales (CSIC) or Real Jardín Botánico (CSIC)» pela estadia em Madrid e investigação nas suas bibliotecas e arquivos históricos.

** CHAM, Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Avenida de Berna, 26C, 1069-061 Lisboa, Portugal.

¹ V. SERRÃO, *História de Portugal*. Volume III: *O século de ouro (1495-1580)*, Póvoa de Varzim, Editorial Verbo, 1978, pp. 95-98.

a de Pedro Nunes em 1566 «*E não se pode negar pois se demonstra com a certeza e evidência matemática*» e a de Jean de Léry em 1578 «*Entretanto se alguém duvidar do que afirmo, louvando-se antes nos livros do que naqueles que viram a experiência, não o refutarei mas tampouco deixarei de acreditar no que vi*». No que diz respeito à história natural, uma das principais mudanças foi a maior atenção ou obediência dada ao concreto, o interesse pelo rosto, paisagem, plantas, animais e geografia. Outra foi o desejo de organizar e dominar o espaço. E, claramente, em todos os domínios se tentou organizar².

Durante o Renascimento, em Portugal e no resto da Europa, surge o interesse por tudo quanto se publica sobre a arte náutica e os novos mundos. Solicita-se com frequência o serviço de pilotos, cartógrafos e cosmógrafos. Desenvolve-se uma atitude crítica com base na experiência e na observação directa, estuda-se a natureza, desfazem-se lendas relacionadas com a existência de monstros e terras desabitadas, alarga-se o horizonte geográfico e recorre-se às obras dos grandes sábios gregos como Aristóteles e Ptolomeu publicadas na Europa no século XII. Comparam-se e discutem-se as teorias acerca da posição da Terra no universo, das dimensões do globo, da repartição das águas e das terras e da habitabilidade de certas zonas. Cruzam-se continentes e há contacto entre os povos³. Em suma surge o primeiro fenómeno de globalização e há todo um clima propício à descoberta e ao conhecimento.

Durante este período houve um despertar da curiosidade pelo estudo da natureza para além do próprio quintal. O desenvolvimento do espírito crítico e o novo saber proporcionado pelas viagens das Descobertas contribuíram para questionar a autoridade da Antiguidade e para desencadear o renascer do interesse pelos fenómenos da natureza. Recupera-se, particularmente para o Novo Mundo, uma nova via do conhecimento: a do saber baseado na observação e na experiência. A Geografia favoreceu o despertar da Zoologia e da Botânica; verificou-se um alargamento da Medicina através de estudos sobre anatomia. O europeu do século XVI estava dotado de um espírito crítico e observador que o iria conduzir a uma nova forma de saber. Como toda a revolução esta não ocorreu de maneira isolada ou por motivos próprios. Foi sobretudo consequência de uma nova sociedade imbuída de novas ideias⁴. As novas descrições orais e escritas que começam a surgir sobre um mundo natural até então desconhecido, e igualmente importante as imagens que ilustram as observações e as descrições das mesmas, fazem parte deste novo conjunto de ideais de transmissão de informação recém-adquirida.

² J. DELUMEAU, *A Civilização do Renascimento*, Volume II, Lisboa, Editorial Estampa, 1984, pp. 147-148.

³ I. M. T. GREGÓRIO, «A Máquina do Mundo n'Os *Lusíadas* de Luís de Camões, canto X, estâncias 74-90», in *Actas do Colóquio Pedro Nunes, Novos Saberes na Rota do Futuro / Jornadas do Mar 2002*, Lisboa, Escola Naval, 2003, p. 349.

⁴ P. C. G. GONÇALVES, «Naturalismo, uma via para o saber baseado na observação e na experiência», in *Actas do Colóquio Pedro Nunes, Novos Saberes na Rota do Futuro / Jornadas do Mar 2002*, Lisboa, Escola Naval, 2003, p. 367.

O desenvolvimento de aspectos iconográficos pretende a tentativa da interpretação da imagem de acordo com um determinado contexto que pode ser cultural, social, económico, histórico ou natural. Aqui o estudo da iconografia revela-se também, tal como para as fontes documentais, uma pesquisa interdisciplinar onde se cruzam sociologia, psicologia, antropologia, história, geografia, biologia, com o objectivo de perceber as intenções por detrás de cada símbolo visual e as interpretações à luz da ciência e da época. A iconografia pode ser definida como uma forma de linguagem visual que utiliza a imagem para a descrição ou representação de um determinado tema, neste caso em particular de animais marinhos que não são frequentemente observados. Ao analisar aspectos iconográficos de um assunto estamos a tentar compreender a origem e a formação das imagens em causa. As imagens naturais não fogem a esta regra, especialmente quando se representam aspectos da vida natural que não são necessariamente claros ou óbvios. Em particular, quando estudamos animais descritos no período medieval e renascentista, a análise das imagens pode ser extremamente útil e significativa na reconstrução do ser real por detrás duma história e pode permitir a percepção de detalhes que se perdem nos textos. Assim, nestes termos, imagens e palavras complementam-se e em conjunto remetem para as informações naturais sobre os grandes animais marinhos.

No que diz respeito aos mamíferos marinhos (cetáceos: baleias e golfinhos; pinípedes: focas e leões marinhos; sirénios: manatins e dugongos) a representação visual e a transmissão de informação por esta via era particularmente importante. Estes animais não são facilmente visíveis por todas as pessoas para além de que são dificilmente transportáveis. Para além dos ossos, e nalguns casos peles, era particularmente difícil trazer provas da sua existência desde as terras e mares distantes até à Europa. Nos gabinetes de curiosidades e nas boticas não abundam exemplares deste grupo animal e o gesto simbólico de trazer e guardar a natureza⁵ era muitas vezes substituído pelas gravuras, pinturas e desenhos dos mesmos. As distâncias oceânicas concorreram para aumentar o campo de possibilidades de coisas nunca vistas bem como de trazer para a Europa realidades novas e uma multidão de novas coisas. A ciência fazia-se e evoluía com a transferência dos objectos e das curiosidades, criando-se os tais os gabinetes de curiosidades e de história natural, os antecessores dos museus de história natural⁶. Se os mamíferos marinhos não podiam ser transportados vivos e os seus corpos eram facilmente perecíveis, as suas descrições e ilustrações eram os verdadeiros objectos científicos a comprovar a sua existência real. As imagens foram, assim, numa época de transição, deveras importantes não apenas

⁵ Existia um substrato milenar de recolha e manutenção, mas que a circunstância do contacto com os Novos Mundos amplificou substancialmente (A. L. JANEIRA, L. BORRALHO e M. FORTES, «A cartografia portuguesa mapeando a natureza brasileira», in *Episteme* 20 (suplemento especial) (2005), p. 13).

⁶ A. JANEIRA *et al.*, «A cartografia...» cit., pp. 13-16.

para os aspectos científicos mas também para transmitir informação geral e conhecimentos culturais e sociais, pois a representação visual é facilmente compreendida e assimilada por todos muito ao contrário da palavra escrita, apenas acessível a uns quantos.

Iconografia de seres marinhos no conceito medieval

Começamos por tentar perceber como as baleias, enquanto o mais significativo representante dos mamíferos marinhos, eram concebidas no mundo medieval. Na realidade, a imagem da baleia como um animal agressor ou um monstro é provavelmente a mais comum visão medieval sobre esta criatura. Simbolicamente representa o tesouro oculto, a desgraça ameaçadora, a viagem misteriosa ou uma descida aos infernos mas encerra, sempre, a polivalência do desconhecido e do interior invisível⁷. No entanto, os autores pré-modernos também olharam para lá das concepções religiosas e simbólicas, registando descrições detalhadas de baleias que pareciam indicar alguma observação directa e familiaridade com as mesmas. Desde as muito antigas mas correctas descrições zoológicas efectuadas por Aristóteles até algumas categorias definidas por outros autores mais recentes, é aparente que existia uma ideia clara daquilo que era uma baleia. Alguns autores foram meros observadores, outros verdadeiros repórteres. Neste sentido é necessário considerar quem encontrava as baleias e de que forma as encontravam durante a Idade Média e como a informação sobre estas criaturas era transmitida, muitas das vezes de forma paradoxal.

Certamente algumas pessoas da época teriam tido a oportunidade casual de observar baleias; pescadores e navegadores, mais do que escritores e arcebispos, foram aqueles que tiveram maior exposição a estes animais marinhos. Em termos biológicos e do comportamento das espécies, baleias sozinhas ou grupos de outros cetáceos poderiam viajar ao longo da costa ou aproximar-se seguindo os cardumes de peixes dos quais se alimentam. Os indivíduos mais jovens certamente aproximavam-se bastante de costa e podiam até aproximar-se de alguma embarcação com verdadeira curiosidade. Os avistamentos de cetáceos a partir da costa também devem ter sido um acontecimento regular durante a Idade Média, quando as populações de cetáceos que seriam dez vezes maiores que actualmente e dominavam os mares⁸. De igual forma, numa época de maior abundância de indivíduos, seria certamente maior o número de baleias que arrojavam nas costas.

Muitas das xilogravuras e gravuras que eram publicadas nesta época resultavam de cópias de trabalhos anteriores e, comumente, repetiam os

⁷ J. CHEVALIER e A. GHEERBRANT, *Dicionário dos Símbolos*, Lisboa, Editorial Teorema, 1982, pp. 110-111.

⁸ Cf. V. E. SZABO, «Monstrous fishes and the mead-dark sea: Whaling in the medieval North Atlantic», in *The Northern World* Vol. 35, Brill, Leiden, Boston, 2008, pp. 23-30.

mesmos detalhes e erros. Ainda assim permitiam que a informação fosse sendo transmitida e reproduzida ao acompanhar diferentes edições e traduções das obras clássicas ou outras. No que diz respeito aos mamíferos marinhos, por exemplo, as repetições de representações visuais de arrojamentos mostram cenas cada vez mais detalhadas, mas apenas no que diz respeito ao meio envolvente (Fig. 1). O pormenor vai sendo desenvolvido na cena mas



Figura 1 – Representação de um golfinho arrojado segundo a iconografia medieval; a imagem da direita repete a imagem da esquerda, mas é mais rica em pormenores do ambiente em que o evento terá decorrido. Imagens obtidas em www.arkyves.org.

não na imagem real e natural que deu origem à representação e ao acontecimento que se pretendia dar a conhecer. Assim, um animal marinho arrojado – baleia, golfinho ou foca – central numa imagem, poucas alterações vai sofrendo nas sucessivas representações, pois nenhuma informação nova se acrescentou ao conhecimento, apenas a sua envolvência vai crescendo em pormenores. Pretendia-se com isto um aumento do conteúdo informativo quando apenas se criava um pano de fundo diferente para uma mesma imagem.

Todas estas formas de exposição aos cetáceos contribuíram certamente para a percepção de como eram as baleias e foi também a observação dos comportamentos naturais das baleias que permitiam aos pescadores pensar em estratégias para as capturar. A proximidade de baleias informava os navegadores não apenas dos movimentos de cardumes de peixes, mas também sobre as características das diferentes espécies de baleias⁹. Para além do mais, voltando-nos agora para aspectos mais culturais, as duas categorias de baleias nos mares medievais, as monstruosas e as mundanas, não eram

⁹ V. SZABO, «Monstrous...» cit., pp. 27-28.

consideradas como incompatíveis. As mesmas baleias que eram um recurso alimentar, podiam simultaneamente ter algo de monstruoso e serem criaturas admiradas, temidas e ansiadas.

Podemos mencionar nesta altura, Jacob van Maerlant (c. 1235-c. 1291), normalmente conhecido por Jacob Merlant, que foi um dos grandes poetas flamengos da Idade Média e publicou inúmeras obras, quase todas de carácter literário. No entanto, uma das obras mais conhecidas de Jacob Merlant é *Der Naturen Bloeme*, ou a «flor» da natureza, ou o «Livro da Natureza», e consiste numa enciclopédia de história natural. Constitui uma tradução modificada da versão muito maior de Thomas de Cantimpré, *Liber de Natura Rerum*. Nesta sua edição, Merlant não incluiu a parte inicial da obra original sobre a anatomia do corpo humano e a alma, bem como a parte final sobre o tempo, os planetas e os elementos. De qualquer forma toda a parte dos animais e, em particular dos animais marinhos, está completamente restituída e devidamente acompanhada por imagens.

Focas e similares, por exemplo, encontram-se representados, sendo certo que muitas das imagens confundem elementos naturais com elementos míticos. De qualquer forma quando o ambiente no qual o animal marinho está envolvido mostra uma componente terrestre, há uma indicação clara dos hábitos anfíbios destes mamíferos que passam parte do ciclo de vida em terra. Já nas representações dos cetáceos que passam toda o ciclo de vida no ambiente aquático, a representação de ondas ou ondulações é uma constante (Fig. 2). No entanto, as características que diferenciam um cetáceo de um monstro marinho não são significativas em termos visuais, pois as representações são extremamente similares. É provável que o monstro fosse o animal de maior porte ou menos conhecido, mas esse tipo de informação não fica patente nas representações visuais. De facto, o tamanho e as proporções são detalhes que falham constantemente nestas primeiras ilustrações de carácter pretensamente naturalista.



Figura 2 – Representação de uma foca (*Canis marinus*) à esquerda e de um cetáceo (*Cethe*) à direita na obra de Jacob van Maerlant, *Der Naturen Bloeme*. Imagens obtidas em www.arkyves.com.

Por todos estes motivos, muitos dos quais verdadeiramente paradoxais, as baleias e monstros semelhantes eram muitas vezes elementos integrantes dos compêndios, bestiários e outras obras medievais que retratavam a vida natural. Nas poucas obras conhecidas, as baleias, tal como outras maravilhas marinhas, não eram apenas parte da natureza. Transcendiam a própria natureza. Poucos autores distinguiram entre o monstruoso e o mundano, muitas vezes as baleias eram associadas a criaturas sobrenaturais¹⁰ e a sua descrição tanto cabia na categoria dos animais marinhos como dos monstros ou ainda nos seres mitológicos. De entre as poucas obras editadas, na tradição medieval, vale a pena salientar a obra *Hortus Sanitatis* ou o «*Jardim da Saúde*», impresso por Jacob Meydenbach em 1491¹¹ e que foi traduzido em várias línguas¹².

Hortus Sanitatis foi um dos mais populares e influentes herbários do seu tempo que, nesta passagem entre as duas épocas, mostra ao público representações e descrições de seres vivos. É um compêndio de informação extremamente rico, mas também de «desinformação», misturando conteúdos animais e vegetais, a realidade com o lendário. Muito rico em imagens, cada tratado começa com um frontispício próprio e cada capítulo é igualmente encabeçado por uma ilustração. À data da sua edição serviu como uma enciclopédia de todo o conhecimento e folclore sobre plantas, animais e minerais, combinando elementos da história natural com assuntos tradicionalmente encontrados em herbários e ainda com a descrição de muitas criaturas míticas. A secção referente aos animais é particularmente interessante com um detalhe significativo dado a vários animais marinhos e numerosas xilogravuras ilustrativas (Fig. 3). De igual modo, nas discussões sobre estes animais há uma grande confusão entre o real e o imaginário com referências semelhantes, em termos da importância relativa atribuída, tanto a seres verdadeiros como a seres mitológicos. Embora esta obra tenha claramente um propósito «científico», com uma aplicação prática e directa à medicina, trata igualmente de diversos eventos típicos dos bestiários medievais como a lenda da fénix.

¹⁰ V. SZABO, «Monstrous...» cit., p. 26.

¹¹ A edição consultada para este trabalho é um incunábulo existente na Biblioteca do Museo Nacional de Ciencias Naturales em Madrid. Segundo a catalogação de J. Gomez Pérez (1972/73), esta é uma impressão de Juan Priss, efectuada em Estrasburgo, não depois do dia 21 de Outubro de 1497 (*Hortus Sanitatis. De herbis et plantis. De animalibus & reptilibus. De fluvibus et volatilibus. De avibus et volatilibus. De piscibus et natatilibus. De lapidibus et in terra veris nascen tibus... Tabula Medicinalis cum Directório Generali per Omnes Tractatus*. Estrasburgo, 1497); passará aqui a ser referenciada como *Hortus Sanitatis* (1497).

¹² Por exemplo, *Palace of Animals (Der dieren palley)* foi impresso em Bruxelas em 1520, e consiste numa tradução e compilação de *Hortus Sanitatis*. Esta obra, por sua vez, foi citada por vários autores como, por exemplo: Adriaen COENEN, *The Whale Book: Whales and other marine animals as described by Adriaen Coenen in 1585*, London, Reaktion Books, 2003 [1585], p. 42.



Figura 3 – Representações de animais marinhos, possivelmente focas, vacas-marinhas e cetáceos (da esquerda para a direita), na obra *Hortus Sanitatis*. Consulta em microfilme na Biblioteca do Museu Nacional de Ciências Naturais em Madrid.

O seu tratado dos peixes abre com um frontispício que mostra uma paisagem marinha e uma embarcação, com duas figuras de fundo, enquanto na água surgem em destaque peixes, caranguejos e também monstros marinhos. No que diz respeito aos animais marinhos, ou seres marinhos «estranhos», bem como a actividades e propriedades que lhes estão associados, como é o caso de várias artes de pesca, surgem 94 entradas e 106 xilogravuras¹³. Destas não é possível perceber claramente quantas entradas se referem a mamíferos marinhos, existindo, no entanto, várias referências a sereias e outros tipos de mulheres e homens marinhos, como os monges marinhos. Cavalos-marinhos, vacas-marinhas, leões-marinhos, lobos-marinhos, porcos-marinhos, coelhos-marinhos, e outros grandes seres e monstros, são igualmente recorrentes, tanto em termos da discussão escrita como das imagens apresentadas. Surgem também referências a unicórnios do mar, com uma representação humana perto do licorne.

Posteriormente repetido no «*Livro das Baleias*» de Coenen¹⁴, que foi buscar a sua inspiração ao «*Palace of Animals*», que por sua vez se tinha inspirado no herbário medieval, são referidas em *Hortus Sanitatis*, uma série de monstros marinhos estranhos, muitos deles com aspecto ou fisionomia humana. Vários tipos de sereias ou nereides, como já dissemos, são descritos como sendo monstros marinhos com longos cabelos e que se assemelham a humanos. Acrescentam ainda que quando uma delas está a morrer, se lamenta com uma voz humana alta e clara, que pode ser ouvida de longe. Na obra de Coenen repetem-se desenhos, neste caso aguarelas dos seres marinhos, que são repetições das gravuras anteriores¹⁵.

¹³ *Hortus Sanitatis* (1497). Este mesmo número de animais marinhos é repetido em edições e traduções posteriores.

¹⁴ A. COENEN, *The Whale Book...* cit., pp. 115-139.

¹⁵ Ver, por exemplo A. COENEN, *The Whale Book...* cit., pp. 121-123 e comparar com as representações anteriores de *Hortus Sanitatis* (1497).

Sobre delfins, e provavelmente outros cetáceos não identificados, surgem em *Hortus Sanitatis* referências claras à obra de Plínio, desde aspectos da sua forma de corpo, como também características fisiológicas: respiração por pulmões e nascimento das crias e amamentação. É, no entanto, de salientar que as ilustrações que acompanham as descrições das duas obras são bastante diferentes, com um delfim «típico» em Plínio¹⁶ e imagens de formas mais diversas e mais semelhantes a «peixes» em *Hortus Sanitatis*¹⁷.

Surge também na obra, uma entrada sobre o Âmbar. Escreve-se que esta substância, segundo alguns autores, é o fruto ou a seiva de uma árvore que cresce no mar, enquanto de acordo com outros é produzido por um peixe ou é espuma do mar. De forma a representar todas estas possibilidades, a imagem que lhe está associada mostra o mar, com uma árvore a crescer no seu interior e um peixe a nadar. O autor de *Hortus Sanitatis*, pelo contrário, acredita que o Âmbar é gerado debaixo do mar, à semelhança dos fungos que se geram na terra.

Muitos autores da Idade Média tentaram registar detalhes precisos sobre a aparência das baleias e seu comportamento. No entanto, a qualidade e quantidade da informação fornecida parece, entre outros factores, depender largamente da cultura e da experiência de cada autor. Os autores do Norte da Europa forneceram detalhes variados sobre o comportamento das baleias e distinções bem definidas entre as diversas categorias. Alguns autores Mediterrânicos, pelo contrário, pareciam mais deslumbrados e até assustados pelas grandes baleias que observavam nas suas viagens e davam poucas descrições dos animais para além do seu aspecto e comportamento aterrador. Estas descrições clássicas dadas por autores que previamente não tinham estado em contacto com outras baleias, forneceram as informações básicas sobre cetáceos que foram usadas (e abusadas) por inúmeros autores por muitos séculos¹⁸.

Mas, as baleias, no seu conceito generalista para mamífero marinho, tal como a maioria das criaturas da água, da terra ou dos céus, tinham o seu lugar bem definido no mundo medieval. Apesar de os animais serem geralmente utilizados por autores antigos e medievais como um espelho da humanidade, eles serviam primariamente pela sua subserviência e pela sua utilidade para as pessoas. As baleias, assim como o próprio mar medieval, eram ao mesmo tempo familiares e distantes. Esta complexidade da percepção torna estes grandes animais marinhos conceptualmente desafiadores na nossa interpretação e compreensão sobre a vida natural do mundo medieval¹⁹.

¹⁶ PLÍNIO, *Historia Natural de Cayo Plinio Segundo - Traduzida y anotada por el doctor Francisco Hernández (Libros primero a vigesimoquinto) y por Jerónimo de Huerta (Libros vigesimo sexto a trigesimoséptimo) y Apéndice (Libro séptimo capítulo LV)*, Madrid, Visor Libros, 1999, p. 440.

¹⁷ *Hortus Sanitatis* (1497).

¹⁸ V. SZABO, «Monstrous...» cit., pp. 29-30.

¹⁹ V. SZABO, «Monstrous...» cit., p. 30.

É uma dificuldade inerente ao espírito da época, mas também resultante das próprias singularidades dos animais em questão; é uma dificuldade que se mantém constante praticamente até à actualidade.

Iconografia de seres marinhos no conceito renascentista

As representações visuais no naturalismo atlântico

Embora nem sempre de uma forma contínua, a partir do século XV começa a haver uma acumulação significativa de conhecimentos sobre o mundo e a partir do século XVI o conhecimento recém-adquirido começa a ser integrado na sociedade e a visão do mundo ganha uma nova forma. Os Descobrimentos portugueses permitiram diminuir o medo e o desconhecimento relativamente ao que se sabia sobre o oceano e, conseqüentemente, os seres vivos que nele habitam tornam-se cada vez menos misteriosos. Estabelece-se uma ponte de ligação entre a Europa e o Além-Mar, centrado numa unidade nacional para a grande aventura marítima, sendo um ponto de partida para as missões, explorações e comércio. Uma nova estrutura de administração, economia e cultura transfronteiriça e transatlântica favorece, mais do que a circulação dos homens, o movimento das ideias²⁰. Muitas das representações medievais desvanecem-se a partir dos dois primeiros decénios do século XVI perante o novo conhecimento do globo e surge uma modificação nos conceitos e conhecimento²¹.

Com o início da expansão portuguesa começaram a surgir as novidades sobre o mundo, especialmente sobre as novas culturas, a flora e particularmente a fauna. Os relatos das experiências vividas e sentidas pelas próprias pessoas, presencialmente, trazem cada vez mais informação sobre o mundo real. Cada vez é menor a influência da estrutura eclesiástica pré-definida, a qual obrigava doutores e teólogos a ter sempre em consideração o conhecimento enciclopédico acumulado nos séculos anteriores. Os relatos das experiências marítimas conduziram, a partir de então, a informações cada vez mais correctas resultantes da liberdade da observação da vida natural com que se deparavam e, a partir do século XVI, ocorre uma passagem lenta do anterior conhecimento enciclopédico para o naturalismo renascentista. A partir desta altura, as classificações e descrições sobre os animais marinhos ganham muito mais importância e continuidade.

A contribuição portuguesa é de grande relevância neste domínio da história da história natural, particularmente com o novo conhecimento natural que se começa a acumular com a exploração do Atlântico. Podemos

²⁰ P. CIVIL, «La Péninsule Ibérique et la Renaissance», in *Questions d'Histoire: L'Europe de la Renaissance 1470-1560*, Nantes, Editions du Temps, 2002, pp. 223-224.

²¹ W. G. L. RANGLES, *Da terra plana ao globo terrestre: Uma rápida mutação epistemológica 1480-1520* (revisão científica de João Paulo Oliveira e Costa), Lisboa, Gradiva, 1990, p. 121.

mesmo definir um conceito próprio como resultado das viagens ultramarinas e transatlânticas, nas quais as explorações de novos territórios são usadas como fonte de recolha de dados naturais e novas informações naturalistas. O Naturalismo Atlântico é, assim, uma linha da história natural baseada na observação empírica, utilitária e não classificativa do mundo natural Atlântico (África e Américas) que resultou na acumulação de importante saber natural novo e na descoberta e descrição de novas espécies, suas características biológicas e seus comportamentos naturais.

Apesar das novidades com que os europeus se depararam no Novo Mundo é certo que a mentalidade vigente ainda não estava preparada para tamanha novidade. Para colmatar esta fragilidade, a imaginação e o simbólico intervieram no sentido de dar maior solidez às novas concepções. Face a uma natureza desconhecida, perante uma envolvimento recém-descoberta e como resposta aos desafios da percepção ambiental e natural a cultura interviém estabelecendo os paradigmas, modelos e regras pelos quais as pessoas se deveriam guiar. Também os desenhos, pinturas e gravuras dos europeus fazem recurso a um estilo pré-concebido e falseado para a nova situação. O traçado da ilustração em livros faz-se segundo os cânones tradicionais quando as magníficas frutas tropicais emergem entre céus e cenários de feição paisagista e naturalista²².

No que diz respeito à divulgação artística e científica os portugueses parecem ter recorrido a um tempo de espera tido por necessário à adaptação futura. Passaram vários anos, muitas décadas mesmo, desde os rudimentos gráficos da descrição natural até ao emergir gradual de uma iconografia que pudesse ser assumida como científica e ilustradora em traços cada vez mais adequados e menos preconceitos e transferência de concepções. Numa primeira fase, como na carta de Pêro Vaz de Caminha, a representação visual está completamente ausente. O espanto inicial escalonado entre o choque e o entusiasmo pela novidade conteve uma panóplia de sensações imediatas e, embora a escrita tivesse a imensa tarefa de descrever novidades nunca vistas, recorreu-se de forma limitada às imagens²³. Este processo vai evoluindo com algumas imagens a começarem a ser introduzidas em certas descrições como é o caso da obra de Pêro de Magalhães Gandavo (Fig 4).

Este, depois de residir no Brasil, escreveu as suas impressões sobre a colónia na «*História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*». Este autor descrevia as novidades da fauna e da flora, mas mantinha-se preso a uma tradição literária de séculos anteriores, associando também às terras descobertas uma realidade geográfica habitada por monstros, vários dos quais cuidadosamente descritos ao longo das suas obras²⁴.

²² A. JANEIRA *et al.*, «A cartografia...» cit., p. 21.

²³ A. JANEIRA *et al.*, «A cartografia...» cit., pp. 21-22.

²⁴ Pêro de Magalhães GANDAVO, *Tratado da terra do Brasil; História da Província Santa Cruz*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1980 [1550-1557], cap. 9.



Figura 4 – Representação do monstro capturado na capitania de S. Vicente no século XVI descrito por Pêro de Magalhães Gandavo na sua obra. É possível observar a posição erguida do animal sobre os membros posteriores, bem como a existência de pavilhões auriculares o que indica ser um leão-marinho ou uma otária, típicos daquela região.

Por norma, pensa-se que Gandavo e outros autores²⁵ se teria deixado conquistar pela crença dos Índios ou estava ainda sugestionado pelo lendário mítico do medievo difundido pelos livros de maravilhas²⁶. Em relação a este último excerto, Gandavo volta a descrever a existência de monstros marinhos e demónios, destacando-se o facto de referir que o monstro «já é conhecido em outras partes do mundo». O termo monstro pode não estar necessariamente relacionado com uma criatura mítica ou imaginária, um ser do mal resultante do imaginário colectivo, mas sim associado à ocorrência de uma enorme criatura marinha assustadora. Neste caso, com os conhecimentos biológicos actuais, podemos dizer que o animal descrito neste relato seria um leão-marinho da família das otárias. São também conhecidos por focas

²⁵ Veja-se a seguinte passagem inserida no grupo dos lobos d'água, na qual é muito difícil distinguir um ser animal verdadeiro: «Baéapina, estes são certo género de homens marinhos do tamanho de meninos, porque nenhuma diferença têm delles; destes há muitos, não fazem mal.» Fernão CARDIM, *Tratados da terra e gente do Brasil* - Introdução de Rodolfo Garcia, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1980 [1540?-1625], p. 56.

²⁶ M. C. GUIRADO, «A divulgação das primeiras imagens exóticas do Brasil através dos escritos de Pero de Magalhães de Gândavo» in *Anais de História de Além-Mar*, Vol. IV (2003), p. 136.

com orelhas, por possuírem ouvido externo, ao contrário das chamadas focas verdadeiras. Esta característica está claramente representada na gravura que acompanha a descrição. Por outro lado, os membros desta família podem deslocar-se em terra utilizando tanto os membros anteriores como os posteriores, podendo ainda erguer-se com facilidade. Pode ver-se na imagem que o animal está na vertical sobre as suas barbatanas traseiras, o que é outro indicativo do grupo biológico em questão.

Posteriormente, são inúmeras as descrições e repetições que surgem deste seu relato nas obras de autores portugueses e de autores estrangeiros (Fig. 5)²⁷. No entanto também acontece que novos eventos são relatados e novos seres descritos, por vezes, sem adicionar a imagem à informação escrita. Apenas mais tarde se observa que o desenho aparece repetidamente a par dos textos, assumindo-se mais do que por simples rudimentos mas antes com uma marcada componente naturalista e científica a nível da ilustração de animais e plantas. Sem dúvida que o exemplo mais significativo consiste na obra de Frei Cristóvão de Lisboa que incluiu em cada uma das suas descrições da fauna e flora um desenho correspondente, de elevado rigor e valor científico. No caso particular a que nos referimos, descreveu e ilustrou pela primeira vez para a ciência a espécie de golfinho de rio do Amazonas apresentando um desenho extremamente detalhado que permite na actualidade a identificação clara da espécie. Esta fonte é hoje considerada, tendo por base muito mais a ilustração do que o registo escrito, como a primeira descrição científica deste animal.

As representações visuais no naturalismo enciclopédico

A história natural escrita por diversos autores nos seus enormes e numerosos volumes publicados nos séculos XVI e XVII, no período pré-lineano, corresponde ao que se denomina tipicamente por naturalismo enciclopédico. É neste período que nas obras europeias a ilustração científica é assumida como uma realidade e constitui parte integrante, praticamente obrigatória, de todos os compêndios sobre história natural. No entanto, como veremos, mesmo alguns dos naturalistas mais conceituados continuavam a descrever e a ilustrar os grandes animais marinhos misturando observações reais com aspectos resultantes da ciência da época, ou seja, com os pré-conhecimentos mais fantasistas e lendários.

Neste ponto são de referir as publicações Belon, Rondelet, Gesner, Aldrovandi e Jonston, entre vários outros nomes. Todos eles foram cientistas e naturalistas europeus praticamente contemporâneos uns dos outros, cujos trabalhos mostram classificações zoológicas bastante semelhantes²⁸. Nas

²⁷ Conferir a obra de A. COENEN, *The Whale Book...* cit., p. 117.

²⁸ E. W. GUDGER, «The five great naturalists of the sixteenth century: Belon, Rondelet, Salviani, Gesner and Aldrovandi: A chapter in the history of ichthyology», in *Isis* 22 (1) (1934), p. 32.

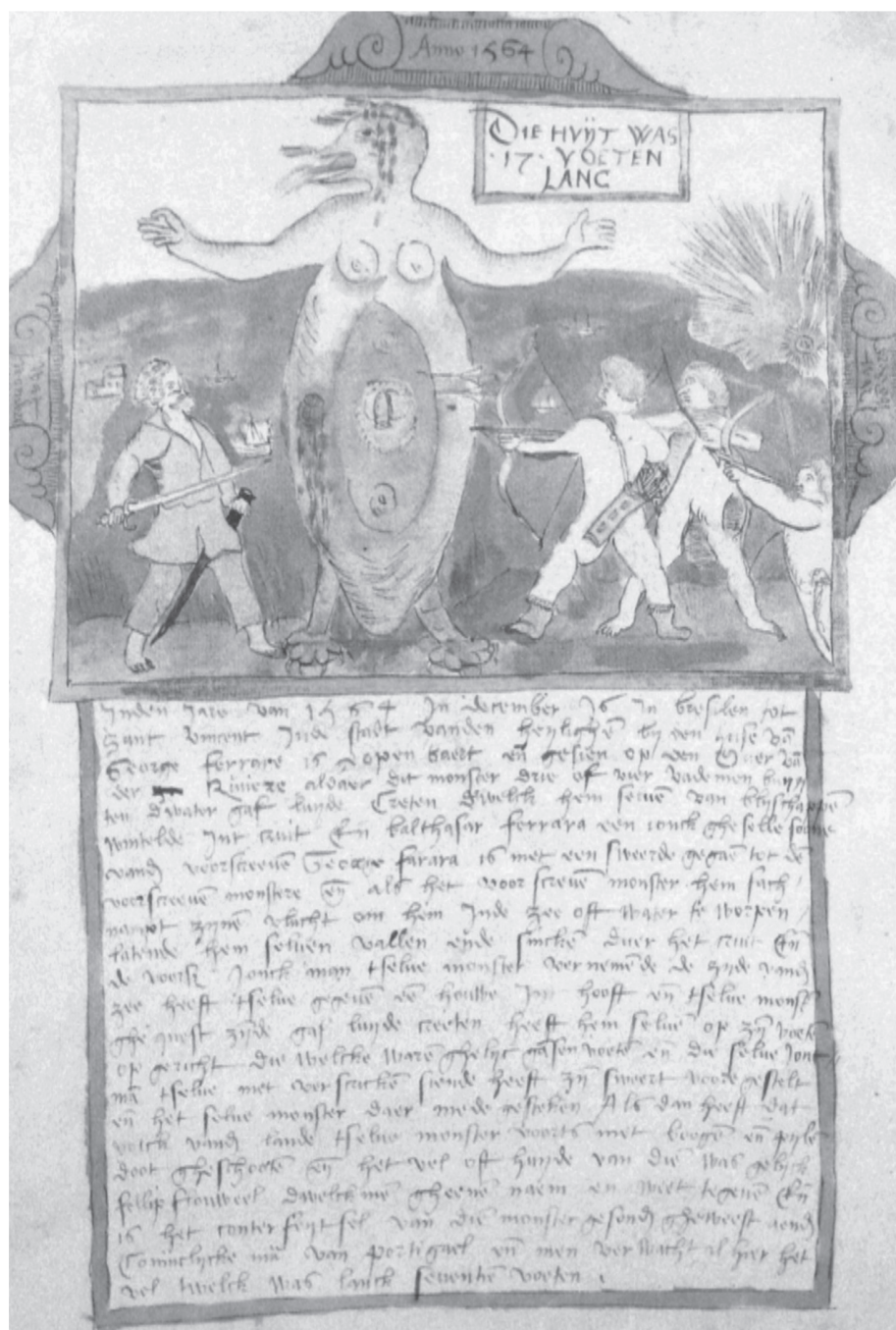


Figura 5 – Representação do monstro marinho descrito por Gandavo no *Whale Book* de Adriaen Coenen. O autor e ilustradores não conheceram directamente a obra de Gandavo, tendo-se inspirado em dois folhetos ilustrados já publicados.

suas enciclopédias a informação transmitida ao público era principalmente baseada no conhecimento prévio e não na observação *in loco* do mundo natural. A informação descrita nas várias edições dos diferentes autores bem como o material iconográfico e as representações visuais utilizadas eram bastante repetitivas. Belon e Rondelet comparativamente aos outros três autores prestaram menos atenção aos escritos dos autores clássicos, preferindo antes explorar e descrever as suas próprias observações.

Belon fez uma longa jornada científica por Itália (onde terá conhecido em Roma Rondelet e Salviani) e por outros países ao longo da margem oriental do Mar Mediterrâneo. Foi um naturalista no sentido mais abrangente do termo e escreveu vários livros descritivos das suas observações naturais no decorrer das viagens²⁹. A obra de Belon «*História Natural dos Estranhos Peixes Marinhos*», de 1551, foi o primeiro livro impresso dedicado aos peixes e que contém um título como tal na capa. Conta com 55 folhas, das quais 38 são dedicadas ao golfinho e outros do seu tipo. Em cerca de cinco páginas faz referência ao hipopótamo e em cerca de três ao nautilus; cerca de 10 espécies de peixes são brevemente descritas contando com imagens claramente reconhecíveis. É importante referir que para estes primeiros naturalistas qualquer animal que habitasse o meio marinho era considerado como um peixe e assim classificado³⁰. Este parece ser o primeiro livro científico com imagens detalhadas de golfinhos, peixes e outros animais marinhos pelo menos no mundo ocidental. Sem dúvida que o autor dá uma enorme importância aos cetáceos e seu estudo, comparando muitas vezes a sua estrutura e reprodução com a dos mamíferos terrestres. É possível referir que neste momento aconteceu o nascimento da cetologia³¹ enquanto disciplina dos tempos modernos. Belon publicou, em 1553, um segundo livro sobre esta temática, expansão do trabalho anterior e que, mais uma vez, inclui vários animais aquáticos com as suas descrições e figuras facilmente identificáveis. Esta obra foi tão popular que apareceu em mais dez edições e versões até 1620. Uma tradução para francês da sua primeira obra surgiu em 1555. Este trabalho estabelece Belon como o pai da ictiologia, um pioneiro e verdadeiro investigador sobre o mundo inexplorado dos peixes e outros animais marinhos, embora obscurecido pelas grandes obras e enciclopédias de outros autores que se lhe seguiram.

Rondelet também viajou bastante pela Europa (França, Holanda e Itália) estudando os peixes onde quer que se encontrasse. Viveu durante um longo período à beira do mar Mediterrâneo e o descobrimento das pescarias nessa região pode tê-lo influenciado a estudar os animais marinhos de tal forma que os peixes se tornaram os principais sujeitos do seu trabalho³².

²⁹ E. GUDGER, «The five...» cit., pp. 25-26.

³⁰ No entanto, três destes peixes (dois esturjões e um atum) foram introduzidos para demonstrar que não são golfinhos (E. GUDGER, «The five...» cit., pp. 26-27)

³¹ Cetologia é um ramo da zoologia que se dedica ao estudo da vida, da biologia e dos comportamentos naturais dos mamíferos marinhos, particularmente dos cetáceos.

³² E. GUDGER, «The five...» cit., p. 29.

Esteve na linha da frente de uma série de autores naturalistas renascentistas mas, ainda assim, foi beber muito do seu conhecimento a Aristóteles. Publicou o seu livro sobre os peixes marinhos, em 1554, e uma espécie de um segundo volume, em 1555, tendo ambos os livros sido traduzidos para francês. O trabalho de Rondelet foi um avanço face ao de Belon pois as suas descrições são bastante mais variadas e detalhadas, com notas sobre os habitats e a história natural com gravuras a acompanhar. Os nomes das espécies são dados em várias línguas (Latim, Grego, Francês e por vezes também Italiano e Castelhana) e existe um esforço para juntar organismos semelhantes em grupos latos³³. Ainda que as suas fontes sejam mais frequentemente os livros do que o contacto directo com os animais, Rondelet tenta sempre analisar cuidadosamente os dados nos quais se baseia e descobrir a verdade científica subjacente³⁴. Estamos nos meados do século XVI e este facto é uma verdadeira mudança de mentalidade na percepção da ciência da história natural e na obtenção de dados zoológicos sobre os mamíferos marinhos.

Belon, Rondelet e Salviani formam o triunvirato de investigadores que trabalharam nos peixes sobre os quais escreveram, enquanto Gesner e Aldrovandi, os verdadeiros enciclopedistas, insistiram em juntar todo o conhecimento passado e presente sobre a história natural sendo os peixes apenas uma parte das suas obras³⁵. Estes dois autores e muitos outros que se lhe seguiram não apenas compilaram o conhecimento de história natural da época como juntaram nos seus grandes tomos todo o conhecimento obtido pelos colegas e escritores do passado. Fazem as devidas citações aos autores anteriores, muitas vezes tentam eles próprios confirmar as observações que são descritas mas, na maior parte dos casos, limitam-se a copiar as afirmações que lhes parecem mais plausíveis³⁶.

As descrições e representações de cetáceos mostram-nos como mamíferos marinhos são separados num grupo taxonómico diferenciado dos peixes – *cetus* ou *cetis*. De forma replicada desde Belon surge em quase todas as obras a imagem do golfinho com uma cria que saiu do seu interior ainda envolta na placenta (Fig. 6), o que salienta a semelhança das suas capacidades reprodutoras com os mamíferos terrestres. A repetição aqui exemplificada mostra como a história natural do Renascimento se caracterizou por uma visão muito emblemática do mundo onde não entravam ainda os relatos mais diversificados e pormenorizados da natureza do Novo Mundo³⁷. Foi

³³ E. GUDGER, «The five...» cit., p. 30.

³⁴ O. GANNIER, «Building marine mammal knowledge: scholars and seamen», in C. BRITO e P. G. H. EVANS (eds.), *Proceedings of the ECS Workshop Marine Mammal History, ECS Special Publication Series*, n.º 50 (2009), p. 25.

³⁵ E. GUDGER, «The five...» cit., p. 24.

³⁶ O. GANNIER, «Building...» cit., p. 25.

³⁷ C. A. L. FILGUEIRAS, «A história da ciência e o objecto de seu estudo: confrontos entre a ciência periférica, a ciência central e a ciência marginal», in *Quimera Nova*, 24 (5) (2001), p. 711.

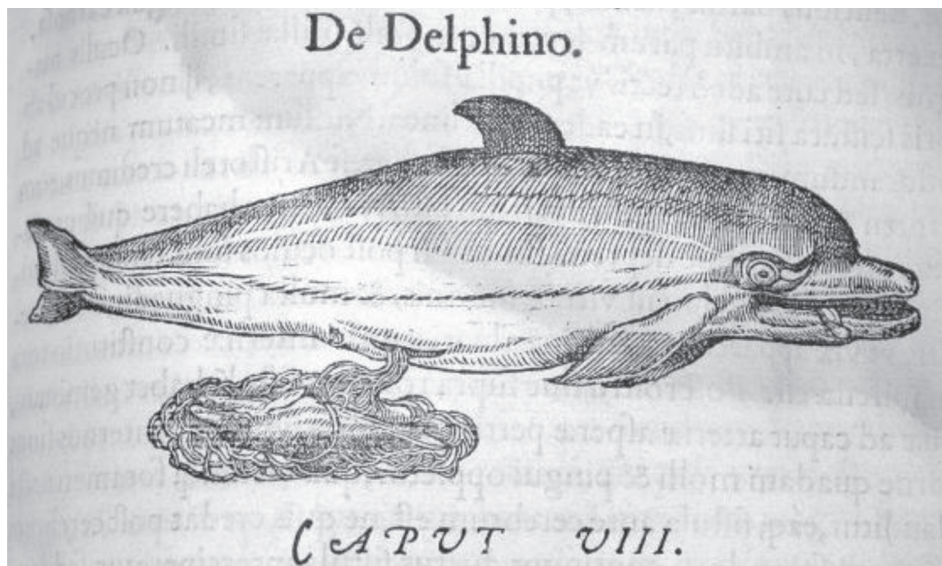


Figura 6 – Representação do *delphino* na obra de Rondelet, na qual é possível observar uma cria e considerar a forma de reprodução vivípara dos mamíferos marinhos. Esta imagem foi reproduzida posteriormente, sem nenhuma alteração, em enciclopédias de história natural de diferentes autores. Fotografia da autora do exemplar existente na biblioteca do Rei D. Carlos no A.V.G. em Lisboa.

com base nas preciosas informações relativamente à zoologia recolhidas e publicadas principalmente por Aristóteles que os zoólogos do renascimento elaboraram os seus trabalhos³⁸. As obras do naturalismo atlântico, na sua grande maioria, ficaram à margem da ciência natural europeia e não tiveram o devido reconhecimento coevo.

Dentro da obra de História Animal de Gesner, de 1558, surge uma parte intitulada «*Liber III qui est de Piscium & Aquatiliū animantium natura*» que compreende 1297 páginas e está ilustrado com 900 xilogravuras. Os peixes e outros animais marinhos estão colocados alfabeticamente de acordo com os seus nomes em latim e praticamente todos têm uma figura ilustrativa correspondente. A entrada para cada animal tem cerca de sete subtítulos distintos numa forma tipicamente enciclopédica. Gesner incorporou o trabalho de outros autores e nomeou cada forma com o nome de quem o descreveu originalmente, como é o caso do *delphino* de Belon ou o *tursione* de Rondelet³⁹. Também inclui descrições e ilustrações de vários seres marinhos com forma humana, alguns dos quais «segundo Rondelet», que também

³⁸ P. GONÇALVES, «Naturalismo...» cit., pp. 367-382.

³⁹ Outros autores conhecidos são igualmente nomeados quando se justifica na nomeação de uma determinada espécie marinha (E. GUDGER, «The five...» cit., p. 34).

podem ser associados a mamíferos marinhos. Descreve ainda a vaca marinha numa entrada distinta do *manato* de Rondelet. Este volume foi bastante editado posteriormente, traduzido e publicado em diversas línguas países. Um facto particularmente importante na obra de Gesner é o recurso a imagens, mais concretamente xilogravuras, de grande qualidade. Originais ou copiadas terão sido desenhadas pelo próprio autor ou sob a sua directa supervisão. Gesner terá obtido as informações detalhadas para as suas ilustrações através de material acumulado das suas numerosas leituras e consultas e também através de correspondência estabelecida com vários estudantes de história natural um pouco por toda a Europa⁴⁰. Este facto é particularmente relevante num conceito de difusão de informação científica na Europa e, após a chegada de navegadores do Novo Mundo, entre continentes.

Aldrovandi, numa visita a Roma, em 1550, conheceu Rondelet e Salviani e poderá igualmente ter entrado em contacto com Belon e Gesner, sofrendo uma clara influência destes autores para dedicar parte do seu estudo aos peixes e animais marinhos. Com amplos recursos económicos este grande enciclopedista dedicou-se à produção de extensos e detalhados fólios sobre história natural, sendo o volume relevante para esta temática «*De piscibus Libri V et de Cetis Lib. Unus*» apenas publicado postumamente em 1613. A parte relacionada com os peixes compreende 668 páginas ilustradas com centenas de xilogravuras quase todas repetidas a partir de Belon e outros autores. Algumas figuras e respectivas descrições incluindo indicações para cada espécie sobre a forma, localização, natureza, humores e muitas outras, são novas e dizem respeito a peixes do Mediterrâneo, mas a maioria do livro é uma enorme compilação. Há em Aldrovandi, um certo grau de progresso em termos científicos visto que apenas engloba peixes e os animais marinhos de outros grupos são relegados para outros volumes⁴¹. Num sentido estrito este é o primeiro livro de ictiologia, já que as baleias («*De Cetis*») estavam consideradas num livro separado, numerado consecutivamente. Aqui⁴² descreve o *Manati Indorum* de acordo com o publicado por Carolus Clusius usando, inclusivamente, a mesma imagem. Nas suas edições sobre os quadrúpedes, de 1921 e 1923, dedica-se também aos mamíferos terrestres africanos, alguns dos quais redescobertos na sequência das viagens de expansão pelo Atlântico, tais como o elefante, o rinoceronte, a girafa e a zebra, entre muitos outros⁴³. Nestes mesmos volumes inclui a vaca marinha cuja imagem

⁴⁰ E. GUDGER, «The five...» cit., p. 34

⁴¹ E. GUDGER, «The five...» cit., pp. 36-37. Outras edições posteriores do trabalho realizado por Aldrovandi compilam em volumes distintos seres mais «monstruosos» ou «fabulosos», como é o caso da serpente marinha, distinguindo-os de forma clara dos seres marinhos reais e devidamente conhecidos e identificados.

⁴² ALDROVANDI (1613): p. 729.

⁴³ Muitos destes animais africanos eram já conhecidos na Europa desde há bastante tempo via contactos Mediterrânicos (Jessica HALLETT, «A girafa, o elefante e a zebra» in *Cortejo triunfal com girafas: animais exóticos ao serviço do poder*, Lisboa, Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2009, p. 23).

mostra a cabeça de uma vaca colocada no meio marinho, num estilo típico de uma clara repetição da iconografia medieval⁴⁴.

Na época de Gesner e Aldrovandi o mundo natural global era ainda completamente desconhecido do público em geral, e prestava-se-lhe pouca atenção. Aqueles que aprendiam algo acerca do que os rodeava faziam-no através de viagens que empreendiam até lugares exóticos ou leitura dos registos de quem por lá tinha passado, sendo esta última situação mais comum ainda que bastante limitativa para o desenvolvimento científico. Apesar de existirem algumas notícias impressas é um facto que antes de 1550 as grandes descobertas geográficas e naturais interessavam apenas a um número restrito de pessoas⁴⁵. Pouco se sabe sobre as audiências e os leitores dos livros científicos em Portugal nos séculos XV e XVI mas o local privilegiado para o uso intensivo dos livros teria sido a universidade. Também as aulas na corte e lições a jovens nobres foram um pólo de consumo de livros científicos e de viagens⁴⁶. Mas nesta altura multiplicavam-se as edições e traduções de autores antigos e o público mais culto continuava a ser pouco atraído pelas novidades⁴⁷. Os livros impressos em Portugal no decorrer do século XVI tendo como interesse e finalidade os relatos de viagem, as ciências naturais, as artes e técnicas foram em número bastante reduzido quando comparadas com outros temas gerais⁴⁸.

Mas progressos foram realizados a partir das obras antigas mais bem conhecidas e difundidas pela imprensa. A «*História Natural*» de Plínio impressa em 1469 foi reeditada 18 vezes no século XV e 50 vezes no século XVI. O estudo dos livros clássicos suscitando nova curiosidade pela fauna e flora favoreceu o despertar do interesse pela zoologia e botânica entre os leitores. Este avanço foi também facilitado pelos progressos da gravura em madeira e cobre e a consequente introdução de imagens impressas⁴⁹. O uso da ilustração científica⁵⁰ nas publicações começou a chamar a atenção de um maior número de leitores que não eram necessariamente estudiosos. Correndo o risco de se produzirem graves erros zoológicos nas transformações de textos em imagens e vice-versa, esta informação tornava os documentos mais completos⁵¹ e atraía os leitores.

⁴⁴ Cristina BRITO, «A história do comportamento animal aplicado aos mamíferos marinhos: da época medieval ao século XVIII», in *Anais de História de Além-Mar*, Vol. VII (2006), p. 50.

⁴⁵ J. DELUMEAU, *A Civilização...* cit., p. 129.

⁴⁶ H. S. LEITÃO, *O livro científico dos séculos XV e XVI: Ciências físico-matemáticas na Biblioteca Nacional*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2004, pp. 40-41.

⁴⁷ J. DELUMEAU, *A Civilização...* cit., p. 129.

⁴⁸ J. B. MACEDO, *Os Lusíadas e a História*, Lisboa, Editorial Verbo, 1979, p. 204.

⁴⁹ J. DELUMEAU, *A Civilização...* cit., p. 136.

⁵⁰ A ilustração científica típica das ciências naturais e da medicina é um tema único e com importante repercussão nestas ciências bem como na arte tipográfica (H. LEITÃO, *O livro...* cit., p. 34).

⁵¹ P. GONÇALVES, «Naturalismo...» cit., pp. 367-382.

Um pouco mais tarde as enciclopédias de John Jonston (1603-1675)⁵², que foram um grande sucesso editorial com uma enorme aceitação pelo público, constituíram uma importante obra compilatória mas sem grande relevância ou evolução científica. Este autor inspirou-se nas publicações anteriores de Gesner e Aldrovandi tanto em termos textuais como ilustrativos que por si já eram basicamente colectâneas de outros tratados anteriores. Jonston publicou, em 1650, um volume sobre a história natural dos peixes e dos cetáceos (baleias, *physeteres*⁵³, orcas, delfins e outros mamíferos marinhos foram aí detalhadamente analisados) com uma reedição posterior, em 1657, onde acrescentou apenas um apêndice sobre o unicórnio marinho (narval). Apesar de compilar informação dos autores anteriores com características biológicas bem vincadas, Jonston incluiu monstros marinhos, como os seres antropomorfos (sereias e homens marinhos) e várias serpentes marinhas. Surgem igualmente entradas confusas sobre o que poderão ser mamíferos marinhos na sua obra sobre os quadrúpedes, também editada em 1657, onde se refere aos lobos-marinhos, unicórnios terrestres denominados por *Monoceros unicornu*, hipopótamos, focas e lontras. Inúmeras edições e diversas versões das suas enciclopédias foram editadas até perto dos meados do século XVIII⁵⁴, mas sem nenhuma alteração significativa no que diz respeito às descrições e representações visuais de mamíferos marinhos. Entre outros aspectos, foram os aspectos relacionados com as suas ilustrações que atraíram tantos leitores e conduziram ao sucesso da obra junto do público.

Os trabalhos dos autores atrás referidos foram melhorando gradualmente desde as primeiras publicações de Belon, tanto em termos escritos como visuais (Fig. 7). Este publicou primeiro um pequeno livro de grande qualidade científica mas dedicado quase na totalidade à descrição do golfinho, enquanto o seu segundo trabalho se aproximava mais da ictiologia incluindo muitos outros habitantes marinhos. A obra de Rondelet é distintamente de um nível superior, também para ele o termo «*peixes*» incluía inúmeros seres bastante diferentes entre si. Belon praticamente não mencionou a literatura clássica e Rondelet apenas muito brevemente, tendo recorrido principalmente às suas observações de espécimes no meio natural. O livro de Gesner era enciclopédico, mas bastante extenso, detalhado e científico, embora continuasse a incluir diversas espécies aquáticas entre os peixes. O livro de Aldrovandi juntou toda a literatura sobre os peixes e serviu de

⁵² Jonston publicou inúmeros volumes sobre história natural e os mais diversos animais, mas para o que aqui nos interesse é de salientar o volume particularmente o primeiro volume de «*Historiae naturalis de piscibus et cetis libri V*».

⁵³ *Physeter* refere-se a um tipo específico de grandes baleias, muito provavelmente o cachalote visto que, apesar do seu tamanho, era claramente diferenciável das baleias de barbas por, ao contrário destas, possuir um único espiráculo. No entanto existem várias imagens de animais denominados *Physeteres* com um espiráculo duplo, o que é claramente contraditório.

⁵⁴ JONSTON (1718). *Teatrum Universale Omnium Animalium Piscium*, Amsterdão, *Tabulis ornatum, Ex scriptoribus tan antiquis quam recentioribus*, Prestat apud. R.&G. Wetsterios.

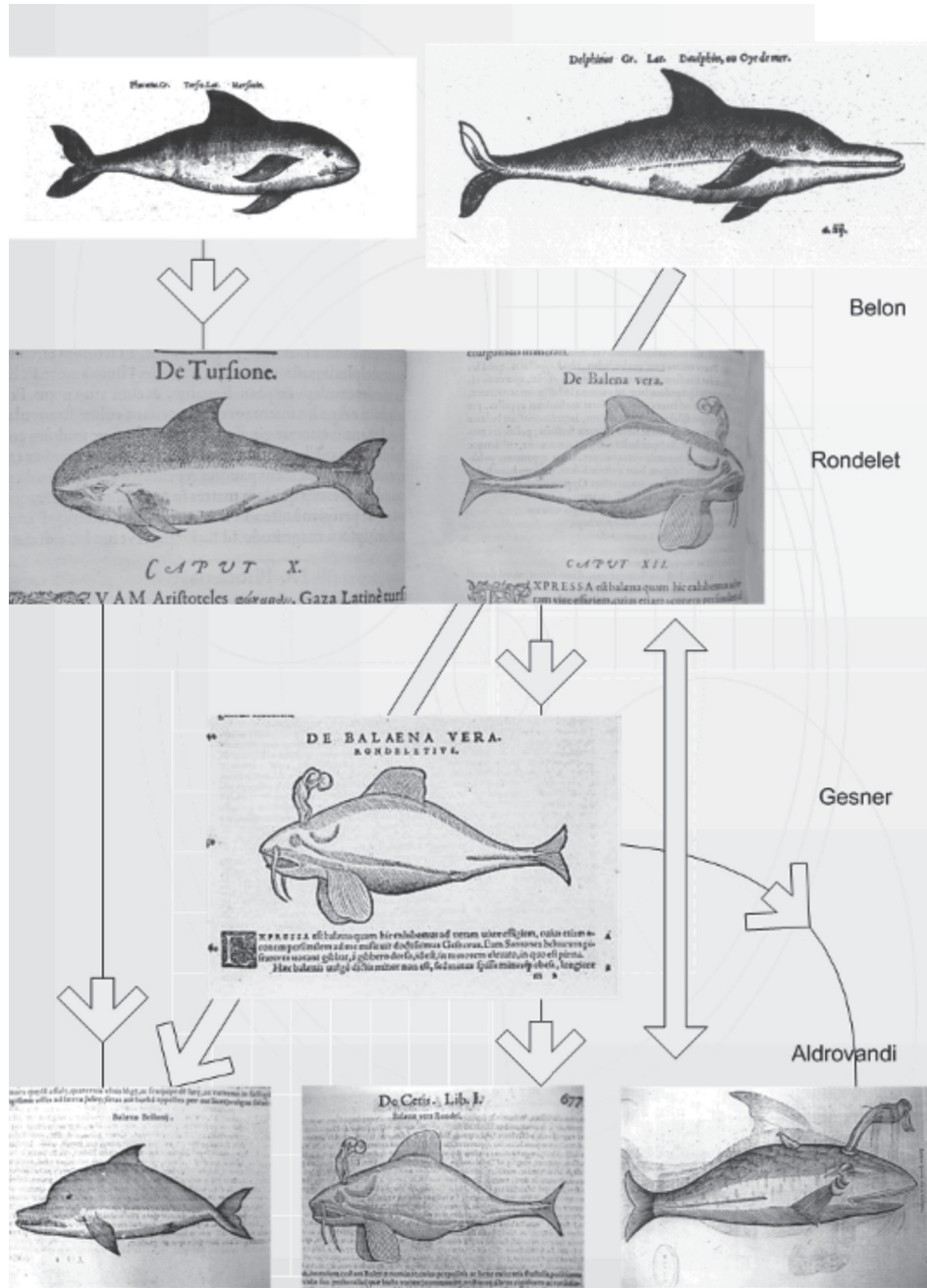


Figura 7 – Evolução sequencial das representações visuais nas obras de Belon, Rondelet, Gesner e Aldrovandi, usando o exemplo dos golfinhos e baleias. Em cada um dos autores nota-se uma evolução no número de imagens usado no conjunto da sua obra, ainda que seja evidente a constante repetição (ou inspiração) iconográfica.

inspiração a muitos dos outros autores que publicaram a partir de então. O desenvolvimento cronológico do trabalho destes naturalistas não é, certamente, uma coincidência, decorrendo antes da evolução científica resultante do espírito inovador do Renascimento⁵⁵.

A evolução das representações visuais de animais marinhos

Na Idade Média deparamo-nos com a atribuição relativa a determinados grupos animais de um significado religioso e/ou moral. Ainda que muitas vezes deficientemente representados em termos visuais, como provam inúmeras figuras medievais sobre a vida animal, era o seu valor simbólico que interessava⁵⁶. É importante salientar que o conceito de belo e do agradável, assim como do útil, ou ainda da perfeição ou imperfeição espelhada nalguns aspectos da natureza, eram muito diferentes dos actuais. A beleza, só por si, era muito mais suspeita do que em épocas anteriores e posteriores subjacente à ideia de que o pecado e o mal se apresentavam à sua vítima sob o mais atraente aspecto, mas por detrás dessa excelência física se escondia muitas vezes a morte ou a condenação. Assim, tanto na literatura medieval como nas suas representações artísticas, a beleza era, por vezes, aquilo que conduzia à desgraça e à perdição dos homens⁵⁷. Este espírito impregnava naturalmente as manifestações visuais e estava subjacente nas imagens criadas ou reproduzidas o que conduzia a alterações das verdadeiras formas naturais para incorporar o conceito pretendido ou ainda para transmitir o objectivo moral ou utilitário desejado.

Tradicionalmente, os artistas encontravam alguma fonte de inspiração na natureza em geral e, em particular, na representação de animais. Os bestiários medievais, tipicamente relatos de carácter moralizante sobre seres fantásticos, dão mostra disso mesmo. À medida que o desenho consegue um papel autónomo enquanto veículo de expressão artística ou cultural, semelhante ou equiparado ao da escrita, surge o interesse pela representação visual. Os artistas adquirem o costume de desenhar imagens soltas sobre rolos de pergaminho que acabam por ser depois agrupados e servir de modelo a obras posteriores⁵⁸. Os desenhos podem ser de animais, partes de animais, ou ainda ambientes onde estão inseridos, mais ou menos naturais, muitos deles baseados em estereótipos de seres reais ou fantásticos. Não fornecem necessariamente uma representação verídica, factual ou anatomicamente precisa do ser vivo ou do seu ambiente, mas antes incorporam

⁵⁵ E. GUDGER, «The five...» cit., pp. 39-40.

⁵⁶ Carlos ALMAÇA, *O Homem Medieval e a Biodiversidade*, Lisboa, Museu Bocage, 2000, p. 41.

⁵⁷ W. BOSING, *A obra de pintura de Bosch*, Lisboa, Taschen, 2001, p. 56.

⁵⁸ M. GUADALIX, *Coleccion iconografica Van Berkheij, Siglo XVIII, Los dibujos zoológicos*, Madrid, Museo Nacional de Ciencias Naturales de Madrid/CSIC, 1998, p. 21.

aspectos lendários, mitológicos, moralizantes, ou mesmo objectivados, os quais se imiscuem na realidade natural.

A ilustração zoológica propriamente dita só se tornou possível na Europa com o advento da imprensa conjugada com o interesse naturalista de descrição directa da realidade crescente durante o Renascimento⁵⁹. Portanto, acompanhando descrições da história natural surgem as tentativas de representação visual desta natureza e dos seus elementos. As imagens tornam-se veículos de transmissão de ideias, não sendo meramente decorativas, nem simplesmente formas passivas de elucidação dos textos desempenhando um papel próprio⁶⁰. Desta forma, a pintura, o desenho e a xilogravura, acompanham e ilustram de forma consistente uma série de tratados naturais e informam sobre as novidades naturais e revelam as realidades ambientais, encurtando a distância entre o mundo europeu e o Novo Mundo.

Seja qual for a sua época bem como a técnica utilizada, as ilustrações com um carácter zoológico ou naturalista caracterizam-se por ser imagens com uma relação complexa com os textos, possuindo uma intenção explicativa ou complementar dos mesmos e tendo subjacente um cunho científico. Neste sentido, em algumas ocasiões, as imagens deixam de ser complementos dos textos passando mesmo a ser substitutos ou a peça fundamental da informação a ser transmitida. A representação visual é, ela própria, o veículo de transmissão de conhecimento natural⁶¹.

A replicação de imagens exactamente iguais tornou-se também um meio viável de comunicação de informação visual. Os livros manuscritos ou impressos respectivamente com imagens desenhadas manualmente ou reproduzidas, tinham vantagens para a transmissão do conhecimento assim como limitações que lhes estão associadas⁶². Isto significa que o uso das imagens enriquece a informação transmitida, pois se for repetitiva mais facilmente era assimilada pelos leitores; no entanto a repetição contínua não acompanhava o desenvolvimento da «ciência» ou do conhecimento crescente mantendo imagens características perenes enquanto as descrições escritas resultantes da observação iam evoluindo. De qualquer forma, o uso e abuso de imagens relaciona-se com a tentativa de criar conhecimento acerca do mundo natural ou exótico que seja legitimado e credível para representar um objecto ou um ser, de forma mais geral possível⁶³. Se é certo que as línguas faladas e escritas mudam entre países e culturas, as imagens e as representações visuais mantêm-se constantes e constituem uma forma extremamente eficaz de linguagem universal.

⁵⁹ M. GUADALIX, *Coleccion...* cit., p. 18.

⁶⁰ H. LEITÃO, *O livro...* cit., pp. 32-33.

⁶¹ M. GUADALIX, *Coleccion...* cit., p. 18.

⁶² S. KUSUKAWA, «Uses of pictures in printed books: the case of Clusius' *Exoticorum libri decem*», in *Carolus Clusius*, Royal Netherlands Academy of Arts and Science, 2007, p. 221.

⁶³ S. KUSUKAWA, «Uses...» cit., p. 222.

IGREJAS E CAPELAS DE SANTA CATARINA DE VELHA GOA

por
ANTÓNIO NUNES PEREIRA *

O contexto do presente artigo

A história da arquitectura da antiga capital do Estado Português da Índia, Velha Goa, tem oferecido uma dificuldade que, embora não rara nesta disciplina, assume neste caso proporções graves: o facto de muitos dos testemunhos arquitectónicos não só já terem desaparecido, como também tal ter acontecido ainda antes de serem registados cartograficamente ou descritos por um observador atento. Se, por um lado, hoje é possível localizar e reconhecer, pelo menos a nível da implantação, edifícios como o colégio de S. Paulo nos arredores da cidade ou o arsenal na margem do rio Mandovi com base, por exemplo, nas plantas das propostas de reconstrução pombalina da cidade de cerca de 1775-1777¹, no caso da fortificação da cidade ou da igreja de Santa Catarina de 1515 o mesmo já não é possível, pois ambas desapareceram antes de se terem elaborado documentos com o rigor das plantas pombalinas.

* Professor Associado da Escola Superior de Design/IADE, Lisboa.
Investigador da UNIDCOM/IADE, Lisboa.

¹ Trata-se de três plantas guardadas no Gabinete de Estudos de Arqueologia e Engenharia Militar, em Lisboa, com as cotas 1235-2A-24A-111, 1237-2A-24A-111 e 1241-2A-24A-111. As duas primeiras foram já publicadas por diversas vezes: Walter ROSSA, "A cidade portuguesa", in *História da Arte Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, vol. III, pp. 232-323; Pedro DIAS, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822). O Espaço do Índico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p. 52, e Helder CARITA, *Palaces of Goa*, Londres, 1999, p. 24; Walter ROSSA publicou também as duas plantas de José Morais de Antas Machado em Walter ROSSA, *Cidades Indo-Portuguesas*, Lisboa, CNCDP, 1997, pp. 44-45 e 47. Ver também António Nunes PEREIRA, "Der geplante Wiederaufbau der Stadt Goa unter Pombal" (A planeada reconstrução pombalina da cidade de Goa), in *Spanien und Portugal im Zeitalter der Aufklärung*, Actas do Simpósio Internacional da Associação Carl Justi e do Centro de Investigações do Iluminismo Europeu em Potsdam, de 19 a 22 de Fevereiro de 1998, Frankfurt/Main, Vervuert Verlag, 2002, pp. 569-574 e 578-579; António Nunes PEREIRA, *A Arquitectura Religiosa Cristã de Velha Goa*, Lisboa, Fundação Oriente, 2005, pp. 46-47 e António Nunes PEREIRA, "Três Planos Pombalinos para a Reconstrução de Velha Goa", in *ArteTeoria*, n.º 10, Lisboa, Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, 2007, pp. 229-242.

No que se refere à arquitectura religiosa, este problema agrava-se quando se trata de edifícios com o mesmo orago. Aqui o problema pode inclusivamente consistir na dificuldade em identificar correctamente o edifício a que as fontes se referem. Este é o caso das igrejas e capelas dedicadas a Santa Catarina de Alexandria, das quais terão existido três (excluindo duas pré-existências efémeras), mantendo-se hoje apenas duas. As dificuldades acima mencionadas têm levado a que se perpetuem alguns equívocos na bibliografia relacionada com as “casas” de Santa Catarina. Eu próprio incorri num erro desta natureza, que se assinala mais adiante. O objectivo deste artigo é precisamente identificar e distinguir os diversos edifícios religiosos dedicados a esta santa através dos testemunhos arquitectónicos existentes e do cruzamento de fontes.

A razão da existência em Velha Goa de vários edifícios religiosos de orago Santa Catarina de Alexandria deve-se ao facto de Afonso de Albuquerque em 1510 ter conseguido tomar a cidade no dia dedicado a esta santa, 25 de Novembro.

Um dos principais equívocos relacionados com as igrejas e capelas de Santa Catarina consiste em considerar-se a actual capela de Santa Catarina, que se ergue a oeste da cerca do extinto convento de S. Francisco, como tendo sido a Igreja de Santa Catarina e, conseqüentemente, a primeira Sé de Goa². A fonte que desfaz inequivocamente este erro de interpretação é a crónica do jesuíta Sebastião Gonçalves (1555/1557-1619), *Primeira Parte da Historia dos Religiosos da Companhia de Jesus*³. Com efeito, Gonçalves menciona claramente a coexistência na primeira década do século XVII de três edifícios diferentes: a capela de Santa Catarina (a que chama ermida, realçando assim a sua pequena dimensão), a igreja de Santa Catarina, na

² Na base deste equívoco está possivelmente o trecho dedicado à sé de Goa por José Nicolau da FONSECA na sua obra *An Historical and Archaeological Sketch of the City of Goa*, Nova Deli, Madrastra, Asian Educational Services, 1994 (fac-simile, Bombaim, 1878), pp. 198-199, e que será abordado mais adiante. Também António Bernardo de Bragança PEREIRA, no seu artigo “Templos levantado em Goa por Afonso de Albuquerque”, separata de *O Oriente Português*, Bastorá, 1939, pp. 6-8, afirmou que a capela de Santa Catarina, erguida perto do local onde mais tarde se ergueu o Hospital Real, ampliada pelo governador Jorge Cabral e renovada em 1607, tinha sido construída em 1511 por Diogo Fernandes de Beja, por ordem de Afonso de Albuquerque, confundindo assim referências de dois edifícios diferentes. Este equívoco constata-se em algumas publicações, entre as quais: S. RAJAGOPALAN, *Old Goa*, Nova Deli, Archaeological Survey of India, 1987, p. 22; José Manuel FERNANDES, “Vestígios do Manuelino na Arquitectura Religiosa de Influência Portuguesa na Índia: Malabar, Coromandel, Goa”, in *Oceanos*, n.º 19/20, Setembro/Dezembro de 1994, p. 149. Também Pedro Dias sugeriu que a igreja de Santa Catarina de três naves teria sido o edifício que esteve na base da actual capela do mesmo orago (Pedro DIAS, *História da Arte...* cit., p. 68), equívoco que o historiador desfez numa publicação posterior (Pedro DIAS, *Arte Indo-Portuguesa. Capítulos da História*, Coimbra, Livraria Almedina, 2004, p. 90).

³ Sebastião GONÇALVES, *Primeira Parte da Historia dos Religiosos da Companhia de Jesus, e do que fizeram com a divina graça na conversão dos infieis a nossa sancta fee catholica nos reynos e provincias da India Oriental*, Coimbra, Atlântida, 1957-1962.

altura com a designação de Sé Velha, e a Sé Nova, nesta altura ainda em construção.

Os motivos para os equívocos que se têm perpetuado na bibliografia de investigação são diversos e justificam-se pelas próprias fontes, uma vez que estas são também frequentemente bastante confusas. Alguns destes motivos enunciam-se facilmente. O primeiro é o facto de, quer a igreja, quer a capela de Santa Catarina terem tido uma pré-estrutura precária e efémera, edificada em taipa e coberta com folhas de palha. Tal coincidência não é surpreendente, pois foi este o tipo de construção a que os portugueses recorreram imediatamente após a conquista de Velha Goa, antes de terem trazido para esta região os métodos construtivos que conheciam da Europa, como de resto aconteceu em diversas regiões do império. No entanto, esta situação esteve e continua a estar na base da dificuldade de identificar correctamente o edifício a que as fontes concretamente se referem. Outro motivo de equívocos prende-se com as designações de “casa” e “igreja”, utilizadas por vezes indiscriminadamente para igrejas e capelas, como é o caso do texto de Gaspar Correia (1496-1563), *Lendas da Índia*⁴. Algo de semelhante acontece nas três plantas pombalinas dos anos à volta de 1775-1777, nas quais a capela de Santa Catarina aparece representada com a designação de igreja.

A investigação desenvolvida sobre estes edifícios e aqui apresentada levou à identificação da seguinte cronologia: Possivelmente ainda em 1510 e por ordem directa de Afonso de Albuquerque (1462-1515, governador da Índia entre 1509 e 1515) foi erguida uma capela de taipa e coberta por folhas de palha junto ao local onde existia a porta da fortaleza Bijapuri⁵ por onde as suas tropas entraram em Velha Goa e perto do local onde se viria a erguer o Hospital Real. Esta capela de Santa Catarina foi posteriormente remodelada duas vezes, a primeira em 1550 pelo Governador Jorge Cabral, e a segunda em 1607, sendo hoje um dos poucos edifícios da cidade que se mantém de pé, localizando-se a poente do antigo convento de São Francisco. Independentemente desta capela, foi erguida em 1511 uma outra estrutura efémera de taipa e de cobertura de folhas de ola (folha de coqueiro) e palha, que sabemos ter-se localizado perto do Terreiro do Sabaio. Esta estrutura deu lugar em 1515 à igreja de Santa Catarina, que foi a primeira paroquial de Velha Goa e, a partir de 1534, a primeira Sé de Goa. Finalmente, numa data posterior a 1564, iniciou-se a construção da nova Sé de Goa, também dedicada a Santa Catarina, que ainda hoje se ergue no centro da desaparecida cidade, coexistindo estes dois edifícios (ou parte deles) por algum tempo. A igreja de Santa Catarina, entretanto designada por Sé Velha, terá sido por sua vez demolida durante as primeiras décadas do século XVII.

⁴ Gaspar CORREIA, *Lendas da Índia*, Porto, Lello & Irmão, 1975, vol. II, pp. 151-152.

⁵ J. N. da FONSECA, *An Historical...* cit., pp. 130-135; Kirti Chaudhuri, “O estabelecimento no Oriente”, in Francisco BETHENCOURT e Kirti CHAUDHURI (coord.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 163-191, p. 174.

As fontes

Não excluindo a possibilidade existir ainda documentação desconhecida, podem enumerar-se três factores para justificar a escassez de fontes em relação a este tema. Temos substancialmente menos informação relativa ao século XVI – época do início da construção de todos os objectos de estudo deste artigo – do que em relação aos séculos posteriores. Também as fontes portuguesas relativas à Índia e indianas sofreram diversas vicissitudes ao longo dos séculos, sobretudo durante a época das reformas pombalinas, já suficientemente discutidas na bibliografia da especialidade⁶. Finalmente, o fenómeno arquitectónico, isto é, o processo de construção de edifícios, a morfologia destes e a sua localização e inserção no contexto urbano respectivo não parece ter sido alvo de especial interesse dos cronistas, quer seculares, quer religiosos. Também a cartografia anterior ao século XVIII – pelo menos a que se conhece referente a Velha Goa – não foi rigorosa ao ponto de registar a informação arquitectónica que tão-pouco tinha interessado aos cronistas.

O cronista que, apesar de tudo, mais detalhadamente mencionou as edificações dos primórdios do período português de Velha Goa foi Gaspar Correia. Correia foi escrivão de Afonso de Albuquerque em Cochim, entre 1512 e a morte deste em 1515⁷. Embora não tenha sido testemunha ocular da conquista da cidade, deve ter tido oportunidade de ouvir, em primeira mão, relatos dos acontecimentos de Novembro de 1510 em Velha Goa, vindo a descrevê-los com minúcia nas *Lendas da Índia*. O cronista possivelmente já não conheceu as estruturas efémeras iniciais de taipa. Mas na qualidade de vedor das obras da cidade, cargo que exerceu a partir de 1516, deve ter acompanhado de perto grande parte da construção da igreja de Santa Catarina. Em 1525 Gaspar Correia passou a exercer as funções de almoxarife do armazém da Ribeira de Cochim. Mais tarde, e enquanto conservador dos arquivos de Velha Goa, retornou certamente à cidade que entretanto desempenhava um papel cada vez mais importante na política portuguesa no Oriente, vindo a ser elevada a capital do Estado da Índia em 1530. Gaspar Correia também deve ter conhecido a primeira remodelação da capela de Santa Catarina, realizada em 1550.

Fernão Lopes de Castanheda foi igualmente testemunho ocular de alguns factos que relatou na sua *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, cuja primeira edição saiu em Lisboa em 1550⁸. Castanheda nasceu em 1500, em Santarém, tendo partido de Lisboa para a Índia a

⁶ *Archivo Portuguez Oriental*, Nova Goa, 1857-1877, fascículo 3, pp. III-XVI e *Arquivo Português Oriental*, Nova Edição, Bastorá, 1936-1940, tomo I, vol. I, parte I, pp. III-IV.

⁷ G. CORREIA, *Lendas...* cit., vol. I, p. XV.

⁸ Fernão Lopes de CASTANHEDA, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Porto, Lello & Irmão, 1979.

18 de Abril de 1528, onde chegou a 24 de Outubro do mesmo ano⁹. Quando chegou a Velha Goa, já a igreja de Santa Catarina estava em construção. Se por um lado não sabemos se a viu concluída, uma vez que na década que permaneceu no Oriente viajou com frequência, por outro é possível que tal tenha acontecido, pois só regressou a Portugal em 1538, sete anos após a conclusão desta igreja¹⁰. Castanheda faleceu em Portugal em 23 de Março de 1559¹¹. Nos seus escritos, este cronista deu consideravelmente menos importância à arquitectura e urbanismo de Velha Goa do que Gaspar Correia. No entanto, um curto trecho na descrição da tomada da cidade por Afonso de Albuquerque, analisado mais adiante, foi indispensável para a localização da igreja de Santa Catarina.

A crónica de Sebastião Gonçalves *Primeira Parte da Historia dos Religiosos da Companhia de Jesus* abrange apenas os anos entre a chegada de Francisco Xavier a Goa, em 1542, e 1570¹². Mas esta é igualmente uma fonte de informação preciosa acerca de Velha Goa à época da sua redacção que, segundo Joseph Wicki, teve lugar entre os anos de 1602 e 1608¹³. O padre jesuíta, que não se limitou a relatar feitos e obras da Companhia, descreveu inúmeros edifícios da sua época, sobretudo religiosos, quer da velha cidade, quer do restante território de Goa. Entre as casas religiosas de Velha Goa que mencionou, constam a igreja de Santa Catarina (Sé Velha), a capela do mesmo orago e a Sé Nova, que na altura se encontrava em construção¹⁴. É este autor que nos confirma tratar-se de três edifícios independentes.

Estas três obras são fulcrais para a clarificação acerca das igrejas e capelas de orago de Santa Catarina e da sua localização. A estas juntam-se muitas outras fontes acerca de Velha Goa e da sua arquitectura religiosa, guardadas em arquivos nacionais e estrangeiros, grande parte das quais já foi analisada e divulgada, tendo inclusivamente sido objecto de publicação¹⁵.

⁹ F. L. CASTANHEDA, *História...* cit., pp. V, X, XII e XXVII.

¹⁰ Segundo Ana Paula Avelar, Castanheda “deve ter exercido um cargo permanente em Goa, deslocando-se esporadicamente a outras partes da Índia” (Ana Paula Menino AVELAR, *Fernão Lopes de Castanheda. Historiador dos Portugueses na Índia ou Cronista do Governo de Nuno da Cunha?*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, p. 39). Neste sentido, Castanheda deve ter testemunhado grande parte da obra da igreja de Santa Catarina.

¹¹ Kirti CHAUDHURI, “A recepção europeia da Expansão”, in F. BETHENCOURT e K. CHAUDHURI, *História...* cit., vol. I, pp. 520-521.

¹² S. GONÇALVES, *Primeira Parte...* cit., pp. III-IV e XXIII.

¹³ *Documenta Indica*, Roma, Monumenta Historica Societatis Jesu, 1948-1988, vol. XVI, pp. 32*-33*.

¹⁴ S. GONÇALVES, *Primeira Parte...* cit., pp. 294-297.

¹⁵ Destacam-se aqui as fontes publicadas por António da Silva Rego nos dois primeiros volumes da *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Índia*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1947-1958, que serão mencionadas adiante.

A Igreja de Santa Catarina (1515-1531, demolida após 1619)

Logo após a conquista de Velha Goa¹⁶ (fig. 1), ainda em 1510, Afonso de Albuquerque escreveu ao rei, informando-o ter destinado as propriedades e rendimentos da mesquita da cidade para a construção de uma igreja dedicada a Santa Catarina, a erguer dentro das muralhas da cidade¹⁷. Segundo

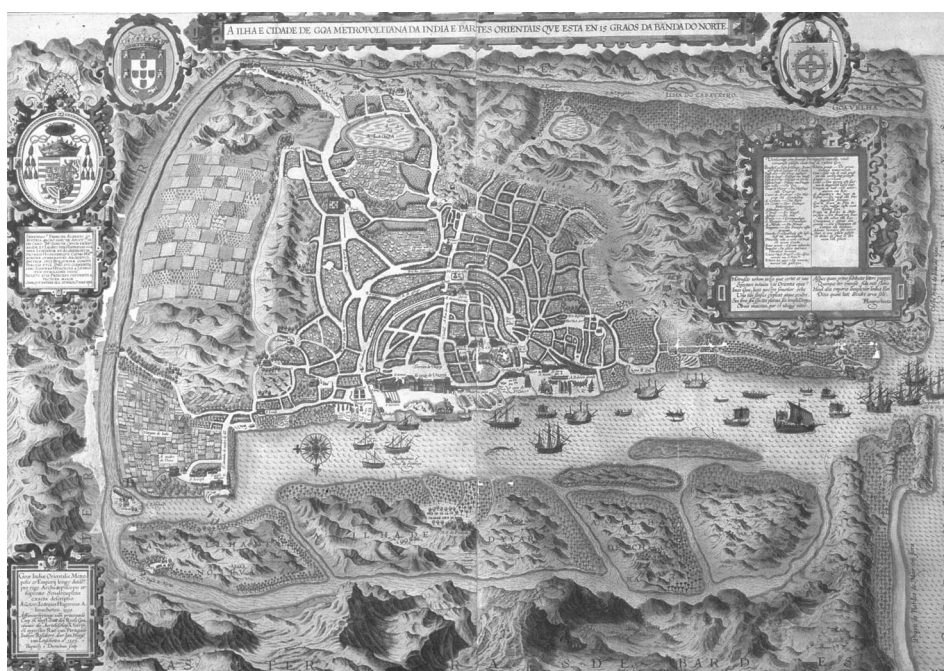


Fig. 1 – A Ilha e Cidade de Goa metropolitana da India (...). Gravura de Jan Huyghen van Linschoten, Universiteitsbibliotheek, Amsterdam (25-19-03). Sempre que não seja mencionada a origem das imagens, estas são do autor do artigo.

Gaspar Correia, Albuquerque tinha em mente uma igreja de grandes dimensões, pois no futuro deveria ser elevada a catedral:

“Vendo Goa com tanta gente, e casados mais de dozentos, em que auia homens muy honrados, e que o Governador quando se fora lhe

¹⁶ A designação de Velha Goa existe somente desde o século XIX, altura em que a criação de Nova Goa fez acrescentar o epítome de “Velha” ao nome da antiga capital do Estado da Índia (a propósito deste tema veja-se Alice Santiago FARIA, “Pangim entre o Passado e a Modernidade: A Construção da Cidade de Nova Goa, 1776-1921”, in *Murphy*, n.º 2, Coimbra, Universidade de Coimbra, Julho de 2007, pp. 66-97). Para equívocos sobretudo entre as designações do território e da velha cidade de Goa, será esta última aqui sempre denominada Velha Goa, mesmo no contexto de épocas em que esta designação ainda não existia.

¹⁷ Carta de 22 de Dezembro de 1510 do governador Afonso de Albuquerque ao rei D. Manuel I (*Documentação...* cit., vol. I, pp. 118).

deixara o regimento que se fizessem vereadores e juizes e almotacés, e que a igreja se fizesse grande, e que auia de ser Sé; o que nada d' ysto era feito, (...)”¹⁸.

A construção, contudo, não começou antes de Albuquerque ter deixado Goa, em Outubro de 1511, como se pode depreender da citação. Diogo Fernandes, um amigo do governador, executou as suas ordens, mandando erguer uma igreja efémera de Santa Catarina. Embora Gaspar Correia se lhe refira como “*igreja grande*”, tratou-se de início de uma construção efémera de taipa coberta de palha e de folhas de coqueiro, uma vez que em Goa não existiam telhas:

“E Diogo Fernandes com o feitor fez que fizesse a igreja grande, que se fez de taipas, cuberta d’ ola e palha, e tudo se pôs em começo de boa ordem; (...)”¹⁹.

É necessário sublinhar que, ao contrário da primeira capela temporária de Santa Catarina (ver adiante), esta estrutura de taipa não foi erguida directamente sob ordem de Afonso de Albuquerque, mas sim deste seu aliado, numa altura em que o governador já nem se encontrava em Velha Goa.

Para localizarmos esta igreja, teremos que recuar no tempo e seguir os acontecimentos de 25 de Novembro de 1510, como no-los relata detalhadamente Gaspar Correia²⁰. Segundo o cronista, logo após a conquista de Velha Goa os soldados portugueses reuniram-se dentro da cidade para festejar a vitória. Gaspar Correia não descreve o local dessa reunião com rigor, mas menciona que:

“O Governador (Afonso de Albuquerque) tanto que entrou na cidade, se pôs na ribanceira com a bandeira real; (...) e se pôs em joelhos, pedindo a todos que fizessem huma oração à bemaumentada santa Caterina. E o padre frey Domingos de Sousa cantou sua oração, dizendo o Governador que n’aquelle lugar se faria sua santa casa. E com toda a gente se foy pera as casas do Sabayo, (...)”²¹.

Existe apenas uma grande ribanceira no perímetro histórico da cidade de Velha Goa, que se situa do lado norte da actual sé, prolongando-se ao longo do Palácio dos Arcebispos e do convento de São Francisco, onde o solo da cidade desce abruptamente em direcção ao rio Mandovi. Algumas páginas atrás na sua crónica, Gaspar Correia elucida-nos um pouco melhor acerca desta ribanceira, especificando esta localização: “(...) porque d’esta riban-

¹⁸ G. CORREIA, *Lendas...* cit., vol. II, p. 199.

¹⁹ CORREIA, *Lendas...* cit., vol. II, p. 200.

²⁰ CORREIA, *Lendas...* cit., vol. II, pp. 146-151.

²¹ CORREIA, *Lendas...* cit., vol. II, pp. 153-154.

*ceira se fazia grande terreiro, em que estauão as casas do Sabaio*²². “Casas do Sabaio” era a denominação que os portugueses davam à residência do representante do antigo senhor de Goa, Yusuf Adil-Sháh, que abandonou Velha Goa durante a conquista da cidade por Afonso de Albuquerque²³. A sua localização exacta é-nos dada pelas plantas da projectada reconstrução pombalina dos anos de 1770, através da representação do Palácio da Inquisição (fig. 2). A Inquisição tinha sido instalada em 1560 no antigo palácio dos governadores e vice-reis, que por sua vez resultou da remodelação da residência de Yusuf Adil-Sháh, escolhida por Afonso de Albuquerque em 1510 como sua habitação²⁴. O grande terreiro a que Gaspar Correia se refere é o Terreiro do Sabaio, que nestas plantas aparece designado por Praça Velha, em cujo lado sul se encontra o Palácio da Inquisição. O Terreiro do Sabaio é ainda hoje reconhecível, uma vez que a sua forma coincide sensivelmente com o perímetro do adro da actual Sé de Goa.

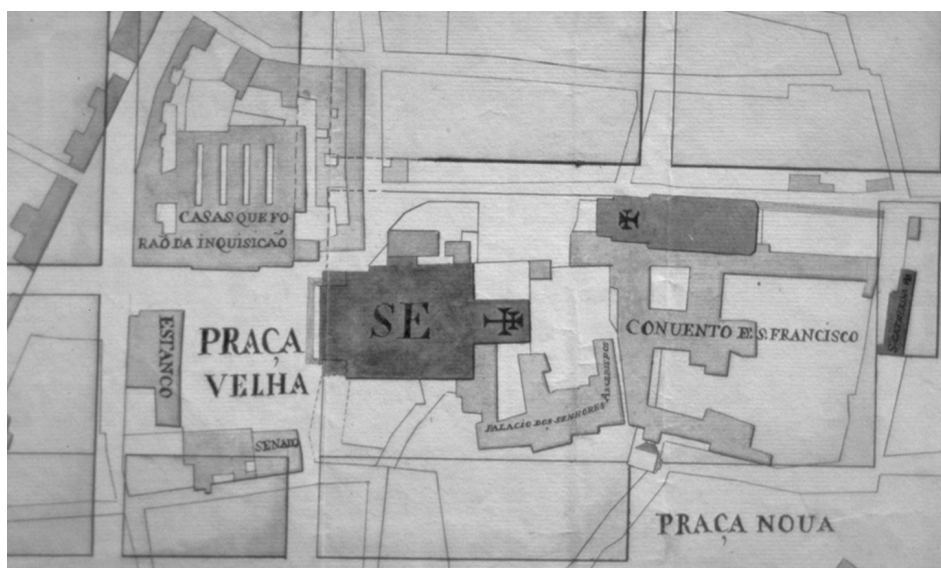


Fig. 2 – *Projecto para a nova Cidade de Goa (...)*. Detalhe do desenho de João António Águia Sarmiento, Capitão de Infantaria. Gabinete de Estudos de Arqueologia e Engenharia Militar, Lisboa (1237-2A-24A-111); a Capela de Santa Catarina é o edifício comprido que se vê ao centro a vermelho escuro; a sua orientação longitudinal coincide sensivelmente com o sentido norte/sul, estando a sua fachada (em baixo) voltada a norte, isto é, para o lado do rio Mandovi.

Conclui-se portanto que a igreja efémera antecessora da igreja de Santa Catarina se situava no lado norte do Terreiro do Sabaio, perto do local onde mais tarde se ergueu a Casa do Senado, ou eventualmente mais para poente,

²² CORREIA, *Lendas...* cit., vol. II, pp. 150-151.

²³ J. N. FONSECA, *An Historical...* cit., pp. 210-211.

²⁴ CORREIA, *Lendas...* cit., vol. II, p. 154.

onde a ribanceira se prolonga ao longo do lado norte da cerca do convento de São Francisco. Esta igreja de taipa ergueu-se, portanto, não muito longe da actual Sé de Goa. Para uma maior exactidão quanto à localização da igreja de Santa Catarina teremos que analisar as fontes referentes ao edifício definitivo desta igreja que foi construída no mesmo local da igreja de taipa.

A substituição da igreja de taipa pela igreja de Santa Catarina reflecte a transição da construção apressada de estruturas temporárias para a concepção de edifícios dignos de uma conquista que se pretendia para a eternidade, como nos diz Gaspar Correia:

*“E como todo o intento do Governador, e mór desejo de su’alma, era que Goa assentasse em poderio e firme posse, que em nosso poder durasse pera sempre, e Nosso Senhor seja louvado, hoje em dia está, (...)”*²⁵.

Ao período de conquista de Afonso de Albuquerque, que por ironia do destino morreu no mesmo ano de 1515 em que se iniciou a igreja de Santa Catarina, sucedia o período de consolidação da ocupação portuguesa de Velha Goa.

As primeiras manifestações do intento de erguer uma paroquial condigna recuam a 1514. Em Dezembro deste ano, frei Domingos de Sousa, já com o estatuto de vigário geral da Índia, escreveu uma carta ao rei de Portugal, D. Manuel, informando-o de que se pretendia começar a edificação “da igreja principal desta cidade”²⁶. Nesta carta frei Domingos descreveu a igreja: teria três naves, um cruzeiro (embora frei Domingos não mencionasse qualquer transepto), três capelas abobadadas, um coro alto sobre a entrada e uma torre sineira “*muito pomposa*”. Em 1522 o bispo de Dume, o franciscano D. André de Torquemada²⁷, pediu ao rei que mandasse colocar telhas na Igreja de Santa Catarina, pois esta já estava meia construída²⁸. Em 1529 era a vez do escrivão de Goa Diogo Mariz informar o rei de que a obra da igreja estava bastante adiantada, encontrando-se o coro alto em construção²⁹. Mariz escreveu também que já se celebravam missas na igreja desde o ano anterior e que faltava somente concluir a sacristia e os pisos superiores da torre sobre a porta principal. A obra da torre encontrava-se interrompida devido a uma queixa dos frades do convento franciscano de que esta os “*devassava*”. Esta queixa dos franciscanos aparentemente não

²⁵ CORREIA, *Lendas...* cit., vol. II, p. 159.

²⁶ *Documentação...* cit., vol. I, p. 252.

²⁷ D. André de Torquemada, bispo da diocese de Dume, perto de Braga, tinha sido enviado para Goa em 1520 na qualidade de comissário apostólico; Francisco BETHENCOURT, “A Igreja”, in F. BETHENCOURT e K. CHAUDHURI, *História ...* cit., vol. I, pp. 369-386, p. 375. Pedro Dias dá, contudo, um nome diferente para o comissário apostólico a partir de 1520, D. Diogo, de nacionalidade espanhola (Pedro DIAS, *Arte...* cit., p. 89).

²⁸ *Documentação...* cit., vol. I, p. 447.

²⁹ Carta de 13 de Novembro de 1529 do escrivão Diogo Mariz ao rei de Portugal (*Documentação...* cit., vol. II, p. 187).

teve consequências, uma vez que a obra continuou a evoluir. Mas é mais uma pista para a localização da igreja de Santa Catarina, cuja torre sineira estaria assim muito próxima do convento. Três anos mais tarde, numa carta de 26 de Março de 1532, o rei D. João III confirmou ter sido informado sobre a conclusão da obra da igreja de Santa Catarina, chamando-lhe já Sé Catedral³⁰. Considerando a calendarização e duração de viagens dos navios entre Goa e Lisboa³¹, a obra da igreja de Santa Catarina foi concluída antes do início do ano de 1531, para que a notícia pudesse partir da Índia e chegar a Lisboa a tempo de o rei ser informado e mandar redigir a citada carta a confirmar a informação.

A descrição do padre jesuíta Sebastião Gonçalves, redigida depois de 1607 (uma vez que o autor se refere este ano no pretérito) coincide com a antevisão de frei Domingos de Sousa de 1514:

*“A Sé de Goa hé dedicada a Santa Catarina, virgem e martyr, porquanto a cidade foy tomada aos mouros em seu dia. Edificou-se em tempo d’el-rey Dom João; acabou-a o governador Lopo Vaz de Sampayo, a qual é de três naves. O altar-mor hé da virgem Santa Caterina; (...) A capella do santíssimo Sacramento com grades de ferro d’alto a abaixo, que juntamente serve de administrar a comunhão aos freigueses, e da banda da epístola está huma capella de Nossa Senhora (o que indica que a capela do Santíssimo Sacramento se encontrava do lado do Evangelho). Na capella-mor está sepultado Dom Garcia de Noronha, terceirovisorey da Índia, o qual veyo no anno de 1538; governou hum ano e sete meses. O leteiro da sepultura diz assy: «Aqui jaz Dom Garcia de Noronha, visorey que foy da India. Falleceu nesta cidade de Goa aos três dias de Abril da era de 1540»”*³².

A localização exacta desta igreja de Santa Catarina é uma questão que não ficará aqui definitivamente resolvida. Contudo, há pelo menos ainda mais três pistas que convém mencionar e que se encontram respectivamente na crónica de Castanheda, na já citada carta do bispo de Dume de 1522 e no célebre desenho de Velha Goa de Jan Huyghen van Linschoten³³. Na des-

³⁰ *Archivo...* cit., fasc. 1, Parte I, pp. 13-14 e *Documentação...* cit., vol. II, pp. 208-209.

³¹ António da Silva REGO, *História das Missões do Padroado Português do Oriente, Índia. 1500-1542*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1949, p. 5.

³² S. GONÇALVES, *Primeira Parte...* cit., pp. 295-296. Ver também Pedro DIAS, *Arte...* cit., pp. 89-90.

³³ O desenho de Linschoten é o mais antigo que aqui se analisa, uma vez que nenhum dos anteriores – incluindo a vista mais antiga conhecida de Velha Goa, a de D. João de Castro, de 1538 – não contém informação topográfica com o rigor e pormenorização necessários a esta análise. Na vista de D. João de Castro, por exemplo, aquela que deveria ser a igreja de Santa Catarina, à direita (lado nascente) da outra grande igreja de Velha Goa, a de São Francisco, aparenta ter uma torre junto à capela-mor; quando as fontes claramente falam de uma torre sineira na frontaria da igreja.

crição da tomada da Velha Goa pelos portugueses, Fernão Lopes de Castanheda, tal como Gaspar Correia, localiza a igreja de Santa Catarina junto ao terreiro do Sabaio. Castanheda informa-nos inclusivamente que o Terreiro do Sabaio era murado e funcionava como cerca da sé, ou seja, da igreja em questão:

*“(...) os mouros que hião fugindo pera as casas do çabaio, & sobião per hũa ladeira que se fazia ôde agora está a orla do mosteiro de Sam Francisco, onde a este tẽpo estaua hũ tanq & duas aruores, & mais acima ôde agora he o dormitorio deste mosteiro, se fazia hum muro que corria dali ate as casas do çabaio, de modo q cercaua ho terreyro, que agora he da see, & destas casas que ficaua tão alto sobre aqla parte por onde hia dom Ieronimo, que sobião a ele per grãde escada de pedra, & por isto era a cidade ali muyto forte.”*³⁴

Uma outra pista para a localização desta Igreja de Santa Catarina encontra-se na carta do bispo de Dume de 1522³⁵, que afirmou ter mandado abrir na parede de uma das capelas abobadadas um sacrário exterior com grades para ser avistado pelos doentes, uma vez que muitos deles morriam sem os últimos sacramentos. O sacrário destinava-se também aos soldados que partiam ou chegavam. A interpretação lógica desta informação é a de que os doentes moribundos que, ao serem desembarcados do cais de Santa Catarina, do qual se avistava a igreja do mesmo nome, poderiam ao menos vislumbrar este sacrário como forma de consolação, no caso de já não viverem o tempo necessário para receberem os últimos sacramentos concedidos por um sacerdote. A igreja de Santa Catarina estaria assim ao alcance de visão do percurso entre o cais de Santa Catarina e o Hospital Real. Encontrando-se a igreja no topo da ribanceira mencionada por Gaspar Correia, esta seria de facto visível, ainda que de longe, de todos quantos desembarcassem no cais. Se considerarmos a hipótese de a igreja estar orientada, ou seja, ter sido construída com a capela-mor voltada a oriente, o sacrário na parede do Evangelho estaria voltado para norte, isto é, para o lado do rio. Chamarei a esta hipótese de localização e posicionamento da Igreja de Santa Catarina hipótese A.

Esta hipótese parece ser confirmada pela representação de Velha Goa de Jan Huyghen van Linschoten (fig. 3), que constitui a terceira pista. Esta gravura, datada de 1595, foi publicada em 1596 no *Itinerario*³⁶, mas de facto

³⁴ F. L. CASTANHEDA, *História...* cit., p. 595.

³⁵ *Documentação...* cit., vol. I, p. 447.

³⁶ Jan Huyghen van LINSCHOTEN, *Itinerario, voyage ofte schipvaert van Jan Huygen van Linschoten naer Oost ofte Portugaels Indien inhoudende een corte beschryvinghe der selver landen zee-custen met aenwysinge van alle de voornaemde principale havens (...): ...t Amstelredam by Cornelis Claesz, op't Water, in't Schrijf boeck, by de oude Brugghe, 1596. Tradução portuguesa: *Itinerário, viagem ou navegação para as Índias Orientais ou Portuguesas*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.*



Fig. 3 – *A Ilha e Cidade de Goa metropolitana da India (...)*. Pormenor da gravura de Jan Huyghen van Linschoten (ver fig. 1).

mostra a cidade como Linschoten a conheceu no período da sua visita, entre 1583 e 1589³⁷. A gravura não é muito clara, mas permite sustentar algumas hipóteses de localização dos edifícios religiosos em causa. A igreja adjacente ao Terreiro do Sabaio só pode ser a igreja de Santa Catarina, pois não só nesta altura a Sé Nova ainda estava longe de estar concluída (o que ainda acontecia na primeira década do século XVII), como também a igreja desenhada mostra uma única torre sineira, voltada para o convento de S. Francisco, e uma estrutura edificada do lado do Evangelho do corpo da igreja, voltada a norte, eventualmente um claustro. A darmos crédito a esta gravura, a igreja de Santa Catarina teria uma posição paralela à actual sé (a igreja não pode ter ocupado exactamente o mesmo local da sé que hoje conhecemos, pois os dois edifícios coexistiram por algum tempo), só que orientada em sentido inverso, com a cabeceira virada a nascente. Deste modo, a representação da Sé Velha de Goa na gravura de Linschoten coincide com as informações retiradas das fontes escritas, o que aparentemente confirma a localização da igreja de Santa Catarina, bem como a razão de os franciscanos se terem sentido “devassados” pela proximidade desta torre, conforme foi mencionado na carta de Diogo de Mariz de 1529.

³⁷ K. CHAUDHURI, “A recepção ...” cit., p. 522.

As diversas pistas para a localização da igreja de Santa Catarina, embora não permitam identificar com exactidão a sua implantação histórica, indiciam que esta se ergueu adjacente ao Terreiro do Sabaio, do lado norte deste terreiro, ou, eventualmente, do lado norte da actual Sé de Goa. Há ainda uma alternativa a esta hipótese, que se apresentará mais adiante.

A igreja de Santa Catarina foi a primeira e, até 1543, a única igreja paroquial de Velha Goa. Como todas as outras igrejas a oriente do cabo da Boa Esperança, estava afecta ao bispado do Funchal, fundado em 1514. Com a fundação do bispado de Goa em 1533/1534, Santa Catarina, então ainda única paroquial da cidade, foi elevada a Sé Catedral³⁸, funcionando, contudo, como igreja episcopal somente a partir de 1539, ano em que chegou à Índia o primeiro bispo de Goa, D. frei João de Albuquerque. Não são conhecidas alterações na construção da igreja devido à sua mudança de estatuto eclesiástico. Não é igualmente conhecido o autor do projecto inicial da igreja de Santa Catarina. Rafael Moreira propõe a autoria de Tomás Fernandes³⁹, que exercia as funções de mestre-de-obras de el-rei na Índia entre 1505 e 1516, ou seja, na altura do início da construção em 1515⁴⁰.

A época de edificação da igreja de Santa Catarina e a sua descrição por frei Domingos de Sousa indiciam que se tratava de um edifício gótico ou manuelino. A pista mais importante para esta hipótese é dada pela localização da torre sineira, colocada à frente do corpo da igreja sobre a entrada principal. Trata-se, em Portugal, de uma característica predominantemente destes dois estilos arquitectónicos. Os exemplos de igrejas portuguesas contemporâneas de Santa Catarina mostram que este tipo de torre sineira já se observava em igrejas góticas, como é o caso da Matriz de Elvas, Nossa Senhora da Assunção (iniciada em 1517), elevada a sé depois do início da construção, estatuto que viria a perder mais tarde⁴¹. Outros exemplos de igrejas com torres sineiras semelhantes, embora erguidas um pouco mais tarde, são as paroquiais de Santa Maria Madalena, em Olivença⁴², já com características manuelinas, e Nossa Senhora da Assunção na Atalaia (portal da igreja de cerca de 1528), assim como a matriz de Pedrógão Grande, Nossa Senhora da Assunção (reconstruída em 1537-1539; fig. 4). Em Velha Goa encontra-se uma torre sineira, certamente muito semelhante à de Santa Catarina, na igreja de Nossa Senhora do Rosário (1543-1549; fig. 5), um edifício claramente manuelino.

³⁸ A. S. REGO, *História...* cit., p. 312.

³⁹ Rafael MOREIRA, "From Manueline to Renaissance in Portuguese India", in *Mare Liberum*, n.º 9, Junho de 1995, p. 406.

⁴⁰ Francisco de Sousa VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portugueses ou ao Serviço de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988 (fac-simile, Lisboa, 1899-1922), vol. I, pp. 348-349.

⁴¹ José Custódio Vieira da SILVA, *O Tardo-Gótico em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, p. 125.

⁴² J. C. V. SILVA, *O Tardo-Gótico...* cit., p. 127.



Fig. 4 – Pedrógão Grande, Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção (2006).



Fig. 5 – Velha Goa, Igreja de Nossa Senhora do Rosário (1995).

A torre sineira de Santa Catarina é também um forte indício de que, apesar da vontade expressa por Afonso de Albuquerque, esta igreja não foi concebida inicialmente como uma sé catedral. Uma característica praticamente omnipresente nas igrejas episcopais portuguesas, e quase sempre exclusiva nestas, são as duas torres sineiras flanqueando a fachada⁴³. Igrejas paroquiais ou matrizes possuíam por norma apenas uma torre sineira situada lateralmente à fachada ou simetricamente à frente do corpo da igreja, sobre a entrada principal. Esta última situação observa-se sobretudo em igrejas de consideráveis dimensões e importância, a maior parte com três naves, como é o caso dos três exemplos em Portugal acima citados e da igreja de Santa Catarina de Velha Goa. Para além disto, as igrejas concebidas como catedrais eram sempre completamente abobadadas, em concordância com a dignidade da sua função. Acerca da igreja de Santa Catarina, frei Domingos de Sousa refere somente três capelas de abóbada⁴⁴, o que implica que o corpo da igreja, ou seja, as naves, apresentava coberturas de madeira. Esta solução era comum em Portugal em igrejas conventuais de ordens mendicantes, paroquiais e matrizes⁴⁵, mas não em catedrais. Aquelas, e igualmente ao contrário destas, não tinham transepto, como se observa nos exemplos portugueses acima citados.

A existência ou não de um transepto Igreja de Santa Catarina de Velha Goa é um aspecto pouco claro. Uma igreja que seguisse o modelo das igrejas mendicantes, acima proposto para Santa Catarina, não apresentaria um tal espaço. Mas frei Domingos de Sousa menciona, na sua já citada carta de 1514, um cruzeiro⁴⁶, o que implicaria a existência de um transepto⁴⁷. No entanto, o frade dominicano escreveu a sua missiva antes do começo das obras de Santa Catarina. É, portanto, possível, que a igreja tivesse sido posteriormente construída sem o dito transepto⁴⁸. Esta hipótese só é levantada pelo facto de que em nenhuma das restantes fontes conhecidas é men-

⁴³ A. N. PEREIRA, *A Arquitectura...* cit., p. 82, nota 28.

⁴⁴ *Documentação...* cit., vol. I, p. 252.

⁴⁵ Paulo PEREIRA, "As Grandes Edificações 1450-1530", in Paulo PEREIRA (coord.), *História da Arte Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 12.

⁴⁶ *Documentação...* cit., vol. I, p. 252.

⁴⁷ No caso da existência de um tal transepto, o espaço interior da igreja de Santa Catarina aproximar-se-ia tipologicamente do da sé do Funchal (Marta OLIVEIRA, "A ordem de uma geral maneira de edificar", in *Monumentos*, n.º 19, Setembro de 2003, Lisboa, DGEMN, pp. 22-31). Esta "igreja principal" da Ilha da Madeira, apesar de também não ter sido começada como sé e de, consequentemente, não ter uma fachada de duas torres, apresenta ainda assim um transepto entre as três naves e a três capelas que as rematam na cabeceira. A igreja afasta-se deste modo do modelo das igrejas conventuais das ordens mendicantes, utilizado no continente para igrejas paroquiais de alguma ou bastante importância.

⁴⁸ Neste caso, existiriam semelhanças tipológicas – incluindo a torre a eixo da fachada – com a sé de Elvas. Tal como Santa Catarina de Velha Goa, também aquela tinha sido iniciada antes da sua elevação a igreja episcopal.

cionado um transepto na igreja de Santa Catarina⁴⁹. Este é mais um dos aspectos desta igreja que ficará aqui em aberto.

Portanto, e apesar das suas três naves com ou sem transepto, a igreja de Santa Catarina não parece ter sido concebida de maneira especialmente monumental e muito menos adequada a uma Sé Catedral. Para além disso, o seu estilo arquitectónico (gótico ou manuelino) estaria ultrapassado em meados do século XVI, época em que o Renascimento de influência italiana já tinha sido introduzido em Goa. Quando, em 1557, Velha Goa foi elevada a arquidiocese, a antiquada igreja de Santa Catarina deveria parecer inadequada para corresponder à nova dignidade eclesiástica. Em Novembro de 1562 foi dada uma ordem redigida em nome do rei D. Sebastião para a construção de uma nova sé, devido à antiga “*ser velha e daneficada*”⁵⁰. A nova sé, cuja obra durou até 1651/1652, foi erguida no Terreiro do Sabaio e igualmente dedicada a Santa Catarina. É graças à crónica de Sebastião Gonçalves que sabemos que, à altura da sua redacção cerca de 1608, as duas sés coexistiam⁵¹.

A igreja de Santa Catarina, nesta altura conhecida como Sé Velha, ainda terá mantido a sua função de catedral até 1619, altura em que foi terminado o corpo da Sé Nova e para lá transportado o Santíssimo Sacramento⁵². O destino da Sé Velha é desconhecido após esta data. Ela já não aparece representada nas plantas para a gorada reconstrução pombalina de Velha Goa da segunda metade do século XVIII.

Hoje não conhecemos com exactidão o local onde se ergueu a igreja de Santa Catarina. As informações das fontes escritas, sobretudo as da obra de Gaspar Correia, confirmadas pela gravura de Linschoten, indicam, como se comprovou acima neste artigo, que esta se terá erguido não muito longe da actual Sé de Goa. A questão que aqui se coloca é se a Igreja de Santa Catarina não se encontraria muito mais perto da Sé de Goa do que pensamos, de modo a que esta tenha inclusivamente integrado elementos daquela. Os indícios para esta hipótese encontram-se na misteriosa capela baptismal da Sé (Nova) e serão analisados em seguida.

A Sé Primacial de Santa Catarina

De todos os edifícios religiosos mencionados neste artigo, a Sé de Goa é o único a ter sido recentemente analisado em profundidade⁵³. Não faz por isso sentido abordar aqui extensivamente a longa história da sua edificação.

⁴⁹ Como é o caso de Sebastião Gonçalves, que, na sua extensa descrição de Santa Catarina, menciona três naves e algumas capelas (na cabeceira e não só), mas nunca um transepto (S. GONÇALVES, *Primeira Parte...* cit., pp. 295-297).

⁵⁰ *Archivo...* cit., fascículo 5, pp. 521-523.

⁵¹ S. GONÇALVES, *Primeira Parte...* cit., pp. 295-297.

⁵² Joaquim Heliodoro da Cunha RIVARA, *Ensaio histórico da língua Concani*, Nova Goa, Imprensa Nacional, p. 203.

⁵³ Pedro DIAS, *História...* cit., pp. 69-74, e *Arte...* cit., pp. 85-130; A. N. PEREIRA, *A Arquitectura...* cit., pp. 139-162 e 181-211.

Como já foi acima afirmado, a ordem de construção da nova sé data de 1562, correspondendo, portanto, ao período de regência da rainha D. Catarina de Áustria (1507-1578, regente entre 1557 e 1567). A Sé Primacial de Santa Catarina iria substituir a Igreja de Santa Catarina, que tinha sido elevada a sé em 1533/1534. Mas a obra desta nova Sé não pode ter começado antes do final de 1564 ou mesmo do início de 1565, uma vez que a provisão assinada pelo vice-rei da Índia, D. Antão de Noronha, através da qual se aplicou a ordem real, está datada de 12 de Dezembro de 1564⁵⁴. A obra arrastou-se por quase um século, sobretudo devido a permanentes dificuldades financeiras, quer porque os meios eram escassos, quer por terem sido frequentemente desviados para outras obras consideradas de maior urgência. Também a dimensão do enorme edifício terá contribuído para a dificuldade em terminar a obra⁵⁵. Durante várias décadas coexistiram em Velha Goa a igreja de Santa Catarina, nesta época já apelidada de Sé Velha, e a inacabada Sé Nova, a actual Sé de Goa. Este facto é-nos confirmado por Sebastião Gonçalves, que por volta de 1608 se refere à Sé Nova nos seguintes termos⁵⁶:

“A Sé Nova há muitos anos que tem as paredes quasi engalgadas, porém não vai por diante. Somente a torre foy crescendo em tempo do arcebispo Dom Frey Aleixo de Meneses⁵⁷ (...). Começou-se a Sé em tempo do visio-rey Dom Antão de Noronha⁵⁸ e do arcebispo Dom Gaspar⁵⁹”.

A inscrição sobre o portal principal da actual Sé situa o fim da obra nos anos de 1651/1652⁶⁰.

A Sé de Goa (figs. 6 e 7) é uma falsa basílica (devido à ausência de janelas de clerestório) de três naves com abóbadas de berço. Ao longo das naves laterais abrem-se capelas, cujos volumes se localizam por detrás das duas torres sineiras. A nave central, a capela-mor profunda, de planta rectangular, e o transepto definem em planta e no espaço uma cruz latina. Apesar do longo período de construção, a Sé de Goa é um edifício notavelmente coerente e homogéneo, fazendo-nos acreditar que os diversos mestres de obras que aqui trabalharam ao longo de um período de três gerações segui-

⁵⁴ *Archivo...* cit., fasc. 5, parte II, pp. 580-581 e *Documentação...* cit., vol. IX, pp. 352-353.

⁵⁵ Veja-se Pedro DIAS, *Arte...* cit., pp. 90-95.

⁵⁶ S. GONÇALVES, *Primeira Parte...* cit., vol. III, p. 297.

⁵⁷ D. frei Aleixo de Meneses, arcebispo de Goa de 1595 a 1612.

⁵⁸ D. Antão de Noronha, vice-rei da Índia de 1564 a 1568.

⁵⁹ D. Gaspar Jorge Leão Pereira, arcebispo de Goa nos períodos de 1560 a 1567 e de 1574 a 1576.

⁶⁰ Henrique Bravo de MORAIS, *Noticia de como e quando se erigio a Cathedral de Goa, e dos Bispos, e Arcebispos que nella houve antes, e depois da sua erecçam com outras cousas mais pertencentes ao dito Arcebispado*, manuscrito datado de 1722, Biblioteca Nacional de Lisboa, Cód. 176, pp. 97-179, p. 81; A. N. PEREIRA, *A Architectura...* cit., p. 142.

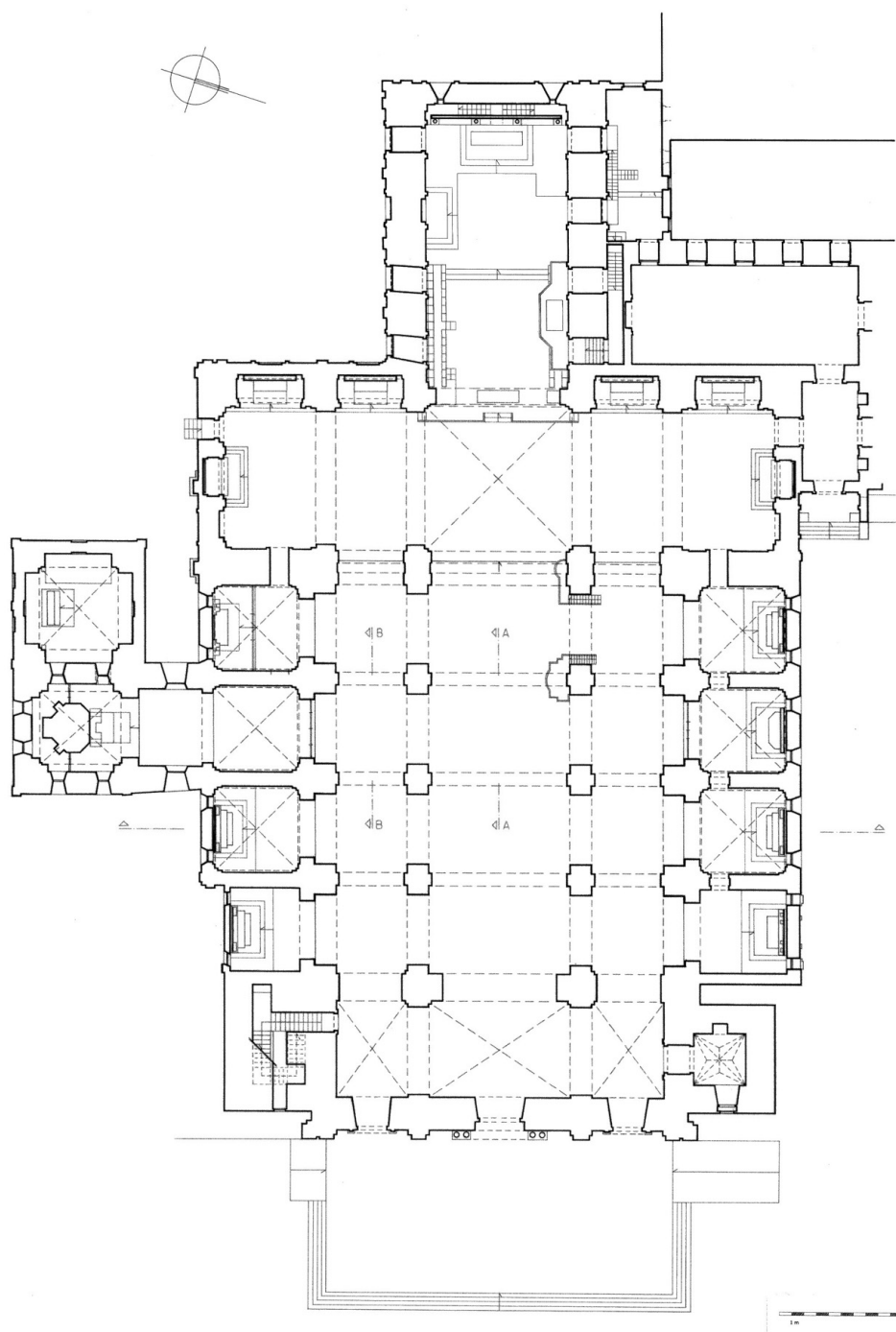


Fig. 6 – Velha Goa, Sé de Goa: planta do piso térreo (1999-2000).



Fig. 7 – Velha Goa, Sé de Goa: interior fotografado a partir da capela mor (1999).

ram certamente o projecto inicial⁶¹. Apenas os dois pisos superiores da torre sul (fig. 8), bem como a estrutura de reforço do corpo da igreja sobre as capelas laterais, sugerem atitudes conceptuais assumidamente distintas do restante edifício⁶².

⁶¹ Pedro Dias afirma que a forma actual do edifício da sé de Goa foi determinada por alterações ao projecto inicial, levadas a cabo em 1614 e após a paragem das obras por mais de uma década, e que Júlio Simão foi o projectista decisivo nesta alteração (Pedro DIAS, *Arte...* cit., pp. 96, 102 e 116-118). No entanto, as soluções arquitectónicas da sé de Goa inserem-se nas tendências de meados do século XVI. No que diz respeito à articulação de paredes exteriores e à sua relação com a divisão espacial interior, a sé de Goa aproxima-se da desaparecida igreja de São Paulo de 1560, apesar das diferenças tipológicas, que se justificam pelas diferentes funções das duas igrejas (A. N. PEREIRA, *A Arquitectura...* cit., pp. 186-188).

⁶² A. N. PEREIRA, *A Arquitectura...* cit., pp. 143 e 197-198. A configuração dos dois pisos superiores da torre norte, caídos em 1776 (*Documentação Ultramarina Portuguesa*, vol. V, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1967, pp. 138-139), permanece desconhe-



Fig. 8 – Velha Goa, Sé de Goa: fachada (1996).

São de salientar as formas puramente clássicas da Sé de Goa, característica surpreendente sobretudo quando comparada com as sés portuguesas de Leiria (1551-1574), Miranda do Douro (1552-1566) e Portalegre (1556-1620, exterior alterado nos séculos XVII e XVIII), iniciadas na década anterior à década de arranque da obra da Sé goesa⁶³. Estas últimas mostram em pleno século XVI ainda alguns elementos construtivos que demonstram uma persistência de formas do período medieval em edifícios já claramente “ao romano”, tais como as abóbadas com nervuras em forma de estrela⁶⁴, ausentes na Sé de Goa. Portais, janelas, pilares, pilastras, entablamentos, abóbadas de berço com os respectivos caixotões, todos os elementos de articulação da Sé de Goa reflectem um projecto clássico, mais ou menos erudito consoante a função e localização desses mesmos elementos⁶⁵. Por este motivo, tanto mais surpreendente é (até pelo seu carácter excepcional) a

cida. Nenhuma das fontes investigadas menciona o seu aspecto. É, contudo, bastante provável que os dois últimos pisos de ambas as torres se assemelhassem (como acontece com os dois primeiros pisos), de modo a não desequilibrar a simetria da fachada.

⁶³ Também Pedro Dias acentua as diferenças em termos de composição espacial e de linguagem arquitectónica entre as sés portuguesas do século XVI e a de Goa (Pedro DIAS, *Arte...* cit., pp. 123-126).

⁶⁴ George KUBLER, *A Arquitectura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e os diamantes 1521-1706*, Lisboa, Vega, s/data, pp. 35-41; Rafael MOREIRA, “Arquitectura: Renascimento e Classicismo”, in Paulo PEREIRA, *História...* cit., vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp. 359.

⁶⁵ A. N. PEREIRA, *A Arquitectura...* cit., pp. 157-158. Também Pedro Dias afirma, ao descrever o exterior da sé de Goa, que esta “(...) retoma-se ao melhor nível o discurso clássico” (Pedro DIAS, *Arte...* cit., p. 123).

abóbada de nervuras em forma de estrela, aparentemente gótica, que cobre a capela baptismal no compartimento térreo da torre norte da Sé de Goa (figs. 9 e 10). Poder-se-ia argumentar que estas abóbadas de nervuras podem ser um testemunho da persistência de soluções de raiz medieval durante o século XVI, como é o caso dos braços do falso transepto da Igreja de Nossa Senhora da Graça, iniciada em 1597, e que eram igualmente cobertos por abóbadas de nervuras em forma de estrela⁶⁶. Mas há outros indícios que no caso da capela baptismal da Sé de Goa nos sugerem estarmos perante uma pré-existência anterior à época do actual edifício e por qualquer motivo integrada nesta obra. Um destes indícios é a forma (quadrada) da sua planta, que difere da forma da torre sul e, ao contrário desta, o facto de se destacar do volume adjacente e mais largo das capelas laterais. Outro indício é a escada em caracol que ainda hoje arranca do compartimento do primeiro



Fig. 9 – Velha Goa, Sé de Goa: entrada para a capela baptismal sob o coro alto (1999).

⁶⁶ A. N. PEREIRA, *A Arquitectura...* cit., pp. 264 e 462, e Desenho 14.

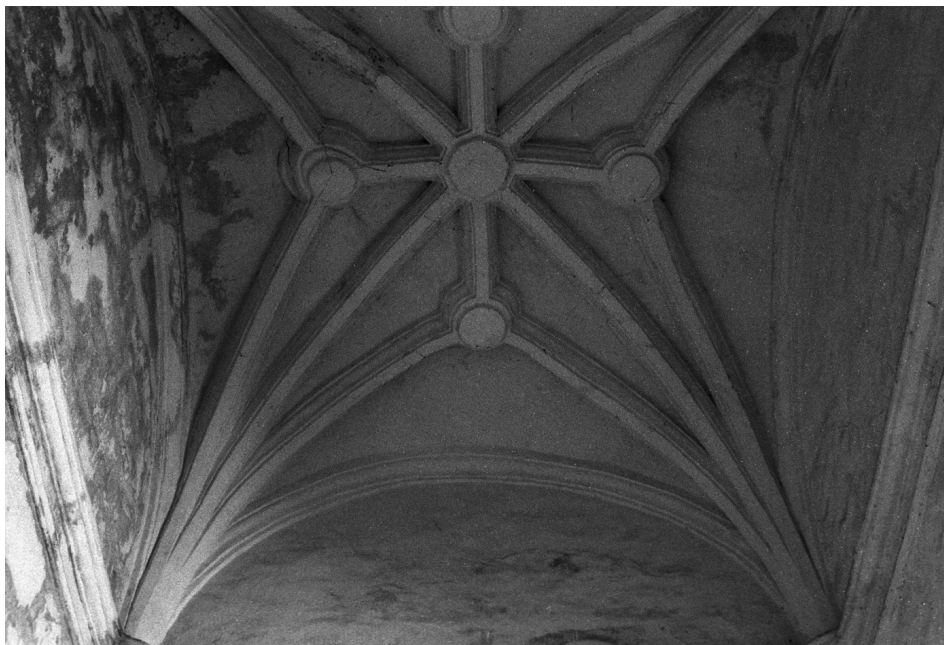


Fig. 10 – Velha Goa, Sé de Goa: abóbada da capela baptismal (1999).

piso (fig. 11), ao qual se acede através do coro alto, interrompida devido à derrocada do(s) piso(s) superior(es) da torre. Esta escada mostra ainda uma solução próxima das escadas medievais, devendo assim ser de uma época anterior à da escada na torre sul, organizada em lanços ortogonais, inseridos em galerias cobertas com abóbadas de berço de um modo muito mais coerente com o restante edifício da Sé. Um terceiro indício é a sobreposição de fases construtivas que se constata na abertura da única janela da capela

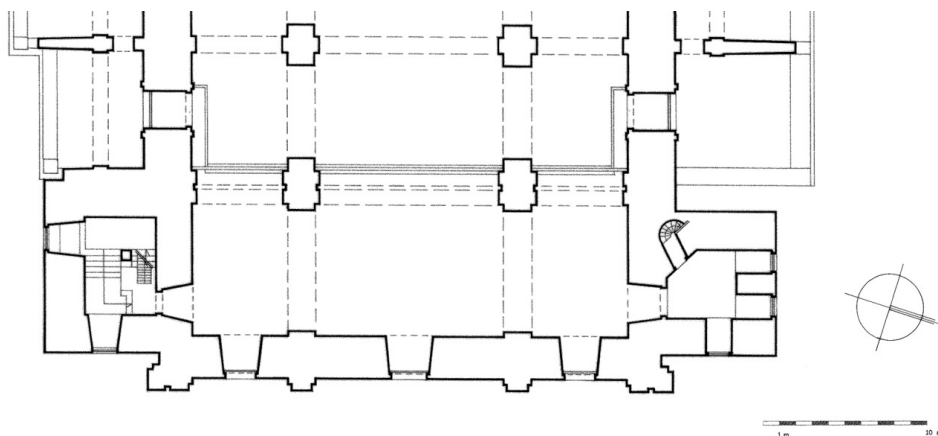


Fig. 11 – Velha Goa, Sé de Goa: excerto da planta do segundo piso (1999-2000).

baptismal. Por detrás da abertura visível do exterior da torre, encerrada por uma grade, existe uma segunda abertura com um lintel de pedra trabalhada (fig. 12), de maior dimensão mas localizada a um nível inferior, conforme



Fig. 12 – Velha Goa, Sé de Goa: lintel interior da janela da capela baptismal (1999).

se vê na representação no corte esquemático (fig. 13). A pré-existência desta abertura interior, que tudo indica ter sido posteriormente envolvida pela actual parede exterior da torre, explica a assimetria desta janela da capela baptismal em relação à sua congénere na torre sul (esta condicionada, por seu lado, pela escada de lanços ortogonais).

Finalmente um último indício é dado pela pia baptismal. José Nicolau da Fonseca transcreveu uma inscrição que nela se encontra:

ESTA PIA MANDOU FAZER JORGE GOMEZ E A DEO A ESTA
SE EM ONRA E LOUOR DO SENHOR DEUS EM 1532⁶⁷.

Esta pia é então anterior em mais de trinta anos à actual sé, onde se encontra. A sé a que se refere a inscrição é consequentemente a Sé Velha, ou seja a igreja de Santa Catarina, que ficou pronta em 1531, um ano antes desta doação. Curiosamente, nesta data a igreja de Santa Catarina ainda não tinha sido elevada a sé, o que só aconteceu em 1533/1534 (a inscrição demonstra no entanto que aparentemente a elevação a sé era já esperada pelos habitantes de Goa, sendo inclusivamente assim referenciada na correspondência com Lisboa anterior a esta data⁶⁸). Uma explicação possível é a

⁶⁷ J. N. FONSECA, *An Historical...* cit., p. 205.

⁶⁸ Ver por exemplo a carta de Diogo Mariz de 13 de Novembro de 1529 para o rei de Portugal (*Documentação...* cit., vol. II, p. 187), assim como uma carta de D. João III de 26 de Março de 1532 para Goa, em que também o monarca apelida a igreja de Santa Catarina de sé (*Documentação...* cit., vol. II, pp. 208-209).

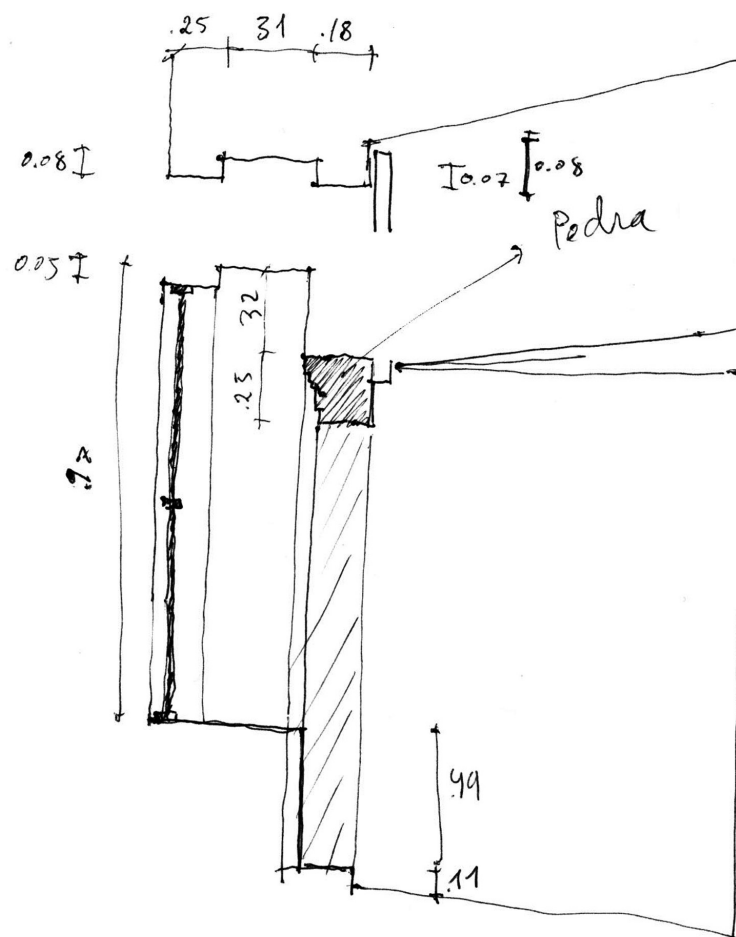


Fig. 13 – Desenho esquemático (corte) da janela da capela baptismal (1999).

de que a pia baptismal foi trazida da Sé Velha para a Sé Nova. Contudo, permanecem por explicar as formas de raiz medieval da abóbada da capela baptismal num edifício tão puramente clássico como a actual Sé de Goa, assim como a sobreposição de épocas construtivas na mesma capela. Deste modo, a hipótese mais convincente é a de que a capela baptismal da Sé Velha tenha sido pura e simplesmente integrada no edifício da Sé Nova, onde a pia baptismal já se encontrava. Anteriormente neste artigo, já se tinha demonstrado que a localização da Sé Velha, ou seja, da igreja de Santa Catarina, era muito próxima do local da actual Sé. Agora, tudo indica que a proximidade era tal que foi inclusivamente possível integrar espaços da antiga sé na nova construção. Talvez num futuro próximo a arqueologia e a arqueologia de edifícios possam comprovar esta hipótese, o que significaria que ainda existem alguns testemunhos da forma arquitectónica da igreja de Santa Catarina,

que julgávamos perdida para sempre. No mínimo, ficaria confirmada a sua construção ao modo gótico ou manuelino.

No caso da capela baptismal da Sé Nova ser a capela equivalente da Sé Velha, ter-se-á que repensar a hipótese do posicionamento desta última em relação à actual sé, a que anteriormente chamei de hipótese A. Com efeito, a capela baptismal encontra-se usualmente à entrada de uma qualquer igreja. Se a igreja de Santa Catarina se erguia com orientação inversa em relação à da actual Sé, como a gravura de Linschoten parece indicar, a integração da sua capela baptismal na estrutura da igreja mais recente seria praticamente impossível. Apresento pois aqui uma segunda hipótese, a hipótese B, segundo a qual a igreja de Santa Catarina se orientava no sentido norte/sul com a capela-mor voltada para norte, isto é, para o lado do rio, sobre a ribanceira onde Afonso de Albuquerque teria feito o voto de erguer a “*sua santa casa*”⁶⁹ (fig. 14). Deste modo, a capela baptismal poderia ter pertencido a ambas as sés, Velha e Nova, sendo igualmente possível que os dois edifícios tenham coexistido, como indica Sebastião Gonçalves⁷⁰. Apenas a parte fron-

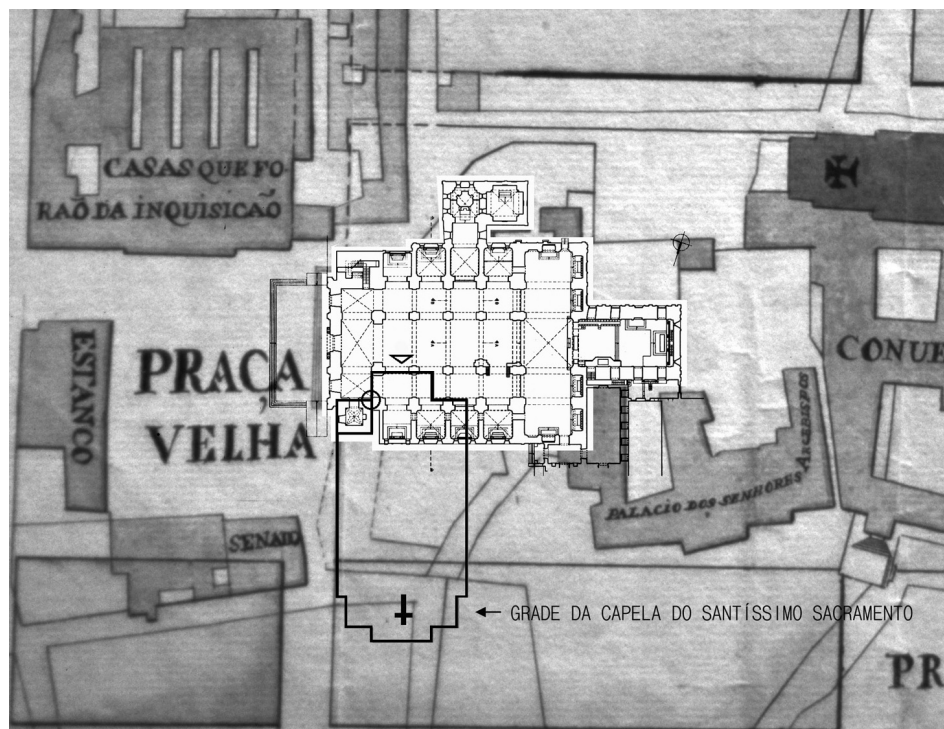


Fig. 14 – Hipótese B para a localização da Igreja de Santa Catarina, em comparação com a actual Sé (Nova) de Goa (esquema realizado sobre um pormenor da fig. 2).

⁶⁹ G. CORREIA, *Lendas...* cit., vol. II, pp. 153-154.

⁷⁰ Nesta hipótese, a estrutura construída ao longo do lado do Evangelho do corpo da igreja, eventualmente um claustro, estaria voltada não a norte, mas a poente.

tal da igreja de Santa Catarina, incluindo a torre sobre a entrada, teria de ser demolida à medida que se avançava com a obra do corpo da Sé Nova, enquanto o restante edifício ainda poderia funcionar (com acesso através de uma entrada lateral?) até deixar de ser necessário. A grade na capela do evangelho, mencionada pelo bispo de Dume, ficaria provavelmente, de acordo com esta hipótese, voltada a poente, sendo perfeitamente visível do Cais de Santa Catarina. De notar ainda a escada em caracol que ainda hoje se encontra no piso por cima da capela baptismal (fig. 11), neste diagrama marcada através de um círculo (fig. 14) e que, segundo esta hipótese, se encontraria num local perfeitamente lógico, isto é, entre a capela baptismal e a torre sobre a entrada. Esta escada daria certamente acesso ao piso dos sinos. Por outro lado, o acesso do piso térreo ao segundo piso, para o qual não existem vestígios de uma escada em caracol, realizar-se-ia através de uma escada aberta, possivelmente de madeira no interior ou de pedra no exterior da igreja, como é usual em igrejas portuguesas desta mesma época e tipologia (fig. 4). Não será necessário dizer que o diagrama apresentado na figura 14 é apenas isso mesmo, isto é, a ilustração de uma hipótese da localização histórica da igreja de Santa Catarina, sem que as dimensões e proporções desenhadas tenham a pretensão de veracidade arqueológica. A esta hipótese B podem fazer-se algumas objecções: em primeiro lugar, a orientação da primeira paroquial de Velha Goa ser não no sentido comum nascente/poente, mas sim norte/sul, o que seria de facto pouco usual. Mas exemplos de outras igrejas de Velha Goa (e de inúmeras outras cidades) provam que, devido a constrangimentos urbanos, a orientação usual não era por vezes observada. Outro aspecto é a não concordância desta posição da igreja de Santa Catarina com a representação na gravura de Linschoten. No entanto, também esta não chega sequer a ser uma objecção válida se tivermos presente o modo de representação de cidades em gravuras do Renascimento dentro da tradição alemã e dos Países Baixos, à qual a gravura de Linschoten claramente pertence. Mais do que realizar um registo topograficamente correcto, o objectivo dos artistas gráficos era o de executar um “retrato” de uma cidade, que incluísse as suas características mais marcantes e que a distinguíssem de qualquer outra cidade⁷¹. Para além da topografia, eram os grandes edifícios públicos e privados que mereciam uma representação mais fiel, enquanto as casas comuns eram registadas de um modo anónimo e tipificado. O grande problema que perspectivas aéreas como esta de Velha Goa colocavam aos artistas era o da impossibilidade de seleccionar uma única perspectiva ideal para que todos os monumentos ficassem representados do ângulo mais favorável a um rápido reconhecimento. Em consequência, estes edifícios eram por vezes rodados da sua posição original, de

⁷¹ Jan GRIETEN e Paul Huvenne, “Antwerp Portayed”, in *Antwerp, Story of a Metropolis, 16th-17th century*. Catálogo da exposição na Hessenhuis, Antuérpia, de 25.06 a 10.10.1993, Gent, Snoeck-Ducaju & Zoon, 1993, p. 70. Ver também Fernando MARÍAS, *El Largo Siglo XVI. Los Usos Artísticos der Renacimiento Español*, Madrid, Taurus, 1989, pp. 49-50.

modo a que na gravura aparecessem com o seu perfil mais marcante. Assim, a posição da igreja de Santa Catarina, registada como sé na gravura de Linschoten, pode muito bem ter resultado da prática atrás descrita⁷².



Fig. 15 – Velha Goa: Capela de Santa Catarina. Postal dos fotógrafos D' Souza & Paúl, Panjim, finais do século XIX ou princípios do século XX (arquivo do autor).

A capela de Santa Catarina

A capela de Santa Catarina (figs. 2 e 15) assinala o local das desaparecidas muralhas da cidade pré-portuguesa onde se abria a porta por onde entraram os soldados de Afonso de Albuquerque na tomada de Velha Goa em 1510. Gaspar Correia é provavelmente o primeiro a mencioná-la, embora referindo-se-lhe como igreja, mais à frente neste parágrafo:

*“(...) a qual casa de moeda (o governador, Afonso de Albuquerque) fez onde ora he a rua que vai por detrás das casas do bispo; e no proprio lugar em que estão as casas mandou fazer huma casa terrea comprida, em que fez espirital pera os doentes, (...). E junto da casa do espirital mandou fazer a casa de santa Caterina, que era de taipas e cuberta de palha, o que assy erão as outras casas, porque nom auia telha; (...).”*⁷³

Este parágrafo é um dos trechos das fontes históricas que tem dado origem aos equívocos que se pretendem corrigir neste artigo. José Nicolau da Fonseca, autor oitocentista dos mais rigorosos na interpretação de fontes,

⁷² O mesmo parece ter acontecido com o Terreiro dos Galos e a igreja do Bom Jesus.

⁷³ G. CORREIA, *Lendas...* cit., vol. II, p. 158.

incluiu esta citação nas referências à igreja efémera de taipa e palha antecessora da igreja de Santa Catarina⁷⁴, o que foi repetido por outros autores, inclusivamente por mim próprio⁷⁵. Mas é precisamente esta proximidade do Hospital Real que nos prova que Gaspar Correia não se pode estar a referir à igreja efémera antecessora da igreja de Santa Catarina, que, como sabemos, se situava perto do Terreiro do Sabaio. Embora o local do Hospital Real não esteja inequivocamente identificado (tenho dúvidas acerca da sua identificação na conhecida planta das Obras Públicas de 1910⁷⁶, fig. 16⁷⁷),

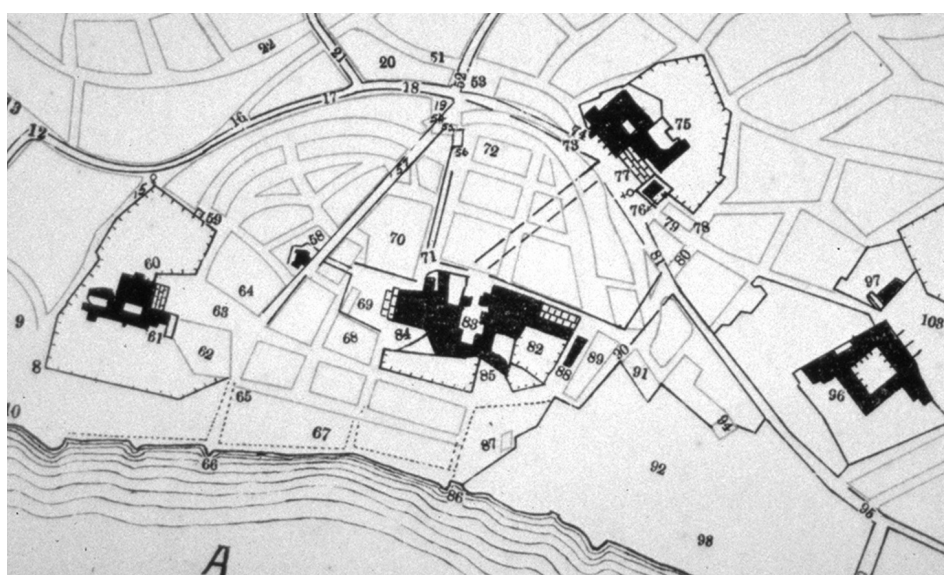


Fig. 16 – Planta de Velha Goa da Direcção das Obras Públicas, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (Cartografia 659). 57 – Rua Direita; 65 – Arco dos Vice-Reis; 66 – Cais da Fortaleza ou dos Vice-Reis; 69 – Terreiro do Sabaio; 70 – Local do Palácio da Inquisição; 82 – Convento de S. Francisco; 83 – Palácio do Arcebispo; 84 – Sé de Goa; 86 – Cais de Santa Catarina; 87 – Aljube; 88 – Capela de Santa Catarina; 89 – Local do Hospital Real; 92 – Local do Arsenal.

⁷⁴ J. N. FONSECA, *An Historical...* cit., pp. 198-199.

⁷⁵ Padre M. J. Gabriel de SALDANHA, *História de Goa (Política e Arqueológica)*, vol. II, Nova Deli, Madrastra, Asian Educational Services, 1990 (fac-simile, Nova Goa, 1926), pp. 3-4; Ricardo Michael TELLES, "Igrejas, Conventos e Capelas na Velha Cidade de Goa", in *O Oriente Português*, n.º 1, Bastorá, Dezembro, 1931, p. 32; António Nunes PEREIRA, *Die Kirchenbauten in Alt-Goa in der zweiten Hälfte des 16. und in den ersten Jahrzehnten des 17. Jahrhunderts. Zur Entstehung eines Sakralbautypus*, Dissertação de doutoramento, Faculdade de Arquitectura da RWTH Aachen, 2002, pp. 50-51 e nota 359, e A. N. PEREIRA, *A Arquitectura...* cit., pp. 79-80 e nota 6.

⁷⁶ Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa: Cartografia, 659.

⁷⁷ Gaspar Correia localiza o dito hospital "por detrás" das casas do bispo, ou seja, para o lado norte, junto ao rio (ver citação acima, referenciada na nota 71). Também a legenda da gravura de Linschoten indica uma localização em concordância com a de Gaspar Correia. No entanto, nesta planta das obras públicas o Hospital Real está assinalado a poente tanto da sé como do antigo convento de São Francisco (a planta está sensivelmente orientada a sul), o que diverge da informação destas fontes coevas.

Gaspar Correia diz-nos que se situava a norte da residência dos arcebispos e do convento de S. Francisco. Estamos portanto aqui perante uma segunda “casa” temporária de taipa, coberta de folhas de palha (Gaspar Correia não menciona aqui folhas de ola), que é forçosamente a estrutura antecessora da Capela de Santa Catarina de 1550. Ainda neste mesmo parágrafo, o cronista continua a descrever esta capela efémera de Santa Catarina, fornecendo-nos uma informação importante:

“(...) na qual igreja sómente estaua hum altar com hum pentura na parede da bemaumenturada santa Caterina. E proque ally estauão perigosos os ornamentos, por a casa assy ser fraqa, e mal fechada, e perigosa do fogo, (o governador) ordenou que dentro no castello, em hum varanda das casas, que era grande, se dicessem as missas; o que se fez por muyto tempo, esperando de fazer as igreja como cumpria. E a aruore grande do terreiro ficaua na porta principal da igreja, como ora está.”⁷⁸

E é mais uma vez o insubstituível Gaspar Correia que nos informa quando se ergueu uma estrutura mais duradoura, no capítulo em que relata as actividades do governador Jorge Cabral no ano de 1550:

“E fez de nouo hum casa do orago da bemaumenturada Santa Caterina, sobre o muro da cidade, que foy ally hum porta per que a cidade foy entrada e tomada por Afonso d’Albuquerque, em dia de Santa Caterina do anno de 1510, e por esta lembrança estaua ally hum capella pequena, e o Gouvernador a mandou fazer em corpo grande, e com retauolo, e bem concertada, pera n’ella dizer missa em dia da bemaumenturada santa, que a cidade faz muyta festa, e com solene procissão vem ally fazer sua festa cad’ano no seu dia.”⁷⁹

Uma lápide que se encontra na parede nascente da actual capela de Santa Catarina confirma parcialmente a informação de Gaspar Correia (figs. 17 e 18):

“AQUI NESTE LVGAR ESTAVA A PORTA PORQVE ENTROU O GOVERNADOR A DALBOQUERQUE E TOMOU ESTA CIDADE AOS MOUROS Ë DIA DE SANTA CATARINA ANO DE 1510 EM CVJO LOVVOR E MEMORIA O GOVERNAD^{OR} JORGE CABRAL MÃDO FAZER ESTA CASA ANO DE 1550 A CUSTA DE SA”

⁷⁸ CORREIA, *Lendas...* cit., vol. II, pp. 158-159.

⁷⁹ CORREIA, *Lendas...* cit., vol. IV, p. 716.



Fig. 17 – Velha Goa: Capela de Santa Catarina, parede nascente (1995).



Fig. 18 – Velha Goa: Capela de Santa Catarina, lápide na parede nascente (1995).

Esta lápide foi por sua vez citada pelo padre Sebastião Gonçalves, que também nos dá uma informação adicional:

*“Também defronte da cerca de S. Francisco está a ermida de Santa Catarina de Monte Sinay, a qual mandou fazer à custa de d’El-Rey o governador Jorge Cabral na era de 1550, no mesmo lugar onde em tempo de mouros estava a porta polla qual Afonso de Albuquerque entrou quando tomou a segunda vez Goa. Esta capella se renovou no anno de 1607, ficando no lugar onde foy a porta hum letreiro que contém o que agora acabei de escrever.”*⁸⁰

A capela de Santa Catarina teve portanto uma terceira campanha de obras em 1607. O texto de Sebastião Gonçalves não é contudo suficientemente elucidativo para nos informar até que ponto estas obras alteraram ou não profundamente o edifício de 1550. O maior indício de uma remodelação de fundo neste ano de 1607 é visível na própria fachada, na sua feição original (fig. 15) antes das alterações dos anos de 1951-1952⁸¹. Com efeito, este tipo de articulação em grelha constituída por elementos clássicos de feição semelhante em todos os pisos, muito próximos da ordem toscana, em que os entablamentos dividem a fachada em pisos e as pilastras dividem os pisos em panos, desenvolveu-se em Velha Goa durante a segunda metade do século XVI, tendo a sua evolução atingido o auge nas igrejas do Bom Jesus e de Nossa Senhora da Graça, iniciadas respectivamente em 1594 e 1597⁸². É portanto muito mais plausível datar a fachada da capela de Santa Catarina do ano de 1607 do que do ano de 1550, altura em que o processo de introdução do Renascimento na Índia portuguesa se tinha apenas iniciado.

Conclusão

A análise das fontes escritas e desenhadas, e o estabelecimento da sua correspondência com as diferentes casas de Santa Catarina foi uma tarefa complexa. Em alguns (poucos) casos permanece uma réstia de dúvida acerca da sua significação, embora eu esteja crente de que interpretação apresentada neste artigo é não só consistente, mas também a mais coerente possível em relação às informações conhecidas. Este estudo permitiu também a elaboração de duas hipóteses acerca da localização da igreja de Santa Catarina, partindo do pressuposto que a capela baptismal desta foi integrada no edificado da actual Sé de Goa com as mesmas funções.

Não nos podemos esquecer no entanto dos vestígios arqueológicos de Velha Goa. De facto, a antiga cidade não desapareceu tão radicalmente como

⁸⁰ S. GONÇALVES, *Primeira Parte...* cit., vol. III, p. 294.

⁸¹ Francisco Xavier da COSTA, *Resumo Histórico da Exposição das Sagradas Relíquias de S. Francisco Xavier em 1952*, Bastorá, s/editora, 1954, p. 14.

⁸² A. N. PEREIRA, *A Arquitectura...* cit., pp. 171 e 291-292.

parece sugerir uma visita à sua antiga área urbana, hoje reduzida a enormes igrejas “implantadas” em homogéneos palmares e lisos relvados. O saneamento de Velha Goa de 1948-1952⁸³ não foi certamente rigoroso a ponto de ter destruído a cidade ao nível do subsolo. Este guarda ainda preciosas informações acerca da antiga capital do extinto Estado da Índia, que muito nos poderiam ajudar a esclarecer uma série de mistérios por resolver e a confirmar (ou não) a presente interpretação das fontes escritas e desenhadas.

Através de uma inspecção arqueológica poder-se-ia resolver muitas das questões em aberto referentes à desaparecida arquitectura de Velha Goa. Mas um dos enigmas mais prementes, pelo menos no contexto deste artigo, refere-se naturalmente à igreja de Santa Catarina. Como aqui se demonstrou, as fontes históricas e a sua interpretação permitem a formulação de algumas hipóteses de localização, sem que seja possível chegar a uma conclusão definitiva. Apenas uma campanha arqueológica poderia elucidar esta questão, como outras questões com esta primeira igreja paroquial e simultaneamente primeira sé portuguesa do Oriente.

⁸³ F. X. COSTA, *Resumo...* cit., p. 14. Segundo este autor, o saneamento de Velha Goa alterou consideravelmente o estado e aspecto da antiga cidade: “Entupiram-se centenas de poços de água estagnada que eram o viveiro de mosquitos veiculadores de paludismo, desbastou-se o arvoredado crescido, nivelando altos e baixos das ruínas de edifícios, (...)”

O VICE-REINADO DE D. ANTÃO DE NORONHA (1564-1568) NO CONTEXTO DA CRISE NO ESTADO DA ÍNDIA DE 1565-1575*

por
NUNO VILA-SANTA**

“Pouco, ou nenhum descanso se logrou no Estado da Índia, em todo o tempo deste Vice-Rey, elle como Argos vigilante, a tudo acudia, despachando continuas Armadas, e Capitães a diversas partes para diversos effeitos, com varia fortuna”.¹

1. Introdução

A figura de D. Antão de Noronha tem sido alvo de inúmeras referências em vários estudos de História de natureza diversa, embora não se tenha procedido a uma análise da figura de uma forma sistemática. Esta realidade insere-se numa problemática mais genérica: a dos poucos estudos dedicados aos vice-reis da Índia da segunda metade do século XVI². Acresce que o facto do governo de D. Antão de Noronha (1564-1568) ter correspondido à fase inicial da conhecida crise político-militar de 1565-1575, tão bem teorizada por Luís Filipe Thomaz³, também não incentivou o interesse pelo estudo do

* Agradeço à Professora Doutora Alexandra Pelúcia e ao Professor Doutor João Paulo Oliveira e Costa diversas sugestões para este artigo.

** Centro de História de Além-Mar. Email: gemeo1984@hotmail.com

¹ Cf. João Baião PEREIRA, *Portugal cuidadoso e lastimado com a vida, e perda do senhor rey D. Sebastião, o desejado de saudosa memoria*, Lisboa, Oficina de António de Sousa da Silva, 1737, livro I, cap. XV, p. 72.

² Excepções feitas ao vice-rei D. Afonso de Noronha (1550-1554) por nós estudado (cf. Nuno VILA-SANTA, *O Vice-Reinado de D. Afonso de Noronha: Uma Perspectiva Política da Ásia Portuguesa em meados de Quinhentos*, dissertação de mestrado, Lisboa, FCSH-UNL, 2009) e ao vice-rei D. Francisco da Gama (1597-1600;1622-1628) estudado por Maria Margarida Oliveira FERREIRA, *D. Francisco da Gama, vice-rei da Índia 1596-1600: subsídios biográficos: o seu governo e a sua época à luz da correspondência oficial*, dissertação de licenciatura, Coimbra, FL-UC, 1971.

³ Cf. Luís Filipe THOMAZ, *A Crise de 1565-1575 na História do Estado da Índia*, separata Mare Liberum, n.º 9, s.l., 1995, pp. 481-519.

vice-reinado deste fidalgo na medida em que os episódios mais conhecidos desta crise, como os cercos de Goa e Chaul em 1570-71, a rendição de Chale em 1571, os cercos de Malaca em 1568, 1571 e 1573 e, por fim, a deposição de D. António de Noronha, em 1573, em prol do governador António Moniz Barreto (1573-1577), não ocorreram durante governo de D. Antão. Apenas a batalha de Talikota, em 1565, desde sempre retratada como o acontecimento político que mais directamente originou a crise, bem como a ocupação de Mangalor, em 1568, se desenvolveram durante a acção governativa deste vice-rei. Todavia, aos primeiros acontecimentos tem sido dado maior relevo historiográfico e o sucesso de D. Luís de Ataíde, entre 1568 e 1571, contribuiu, ainda em Quinhentos, para obliterar e mesmo obscurer o governo de D. Antão de Noronha⁴.

A proposta de estudo sobre o governo de D. Antão prendeu-se igualmente com uma tentativa de percepcionar os factos que estiveram na base da crise de 1565-1575, outro aspecto que julgamos ainda pouco explorado pela historiografia, a qual não tem atentado à factologia política da época⁵. A falta de trabalhos sobre este período, excepção do imprescindível estudo de Thomaz, não foi ainda suprida apesar de ser curioso notar como alguns historiadores que, por este período passaram em análises mais amplas, terem registado impressões diferenciadas acerca daquele que foi o primeiro governante da referida crise. As ideias de que D. Antão de Noronha teria sido um governante irresoluto, com falta de visão estratégica⁶, ou a de que o seu tempo foi marcado por uma série de infortúnios que condicionaram indelivelmente toda a sua governação⁷, podem ser encontradas em duas fontes fundamentais: a *História da Índia no tempo em que a governou o visorei D. Luís de Ataíde*, de António Pinto Pereira e a própria década oitava de Diogo do Couto, trabalhada por Maria Augusta Lima Cruz.

A esta perspectiva juntaram-se outras abordagens tendentes a interpretações mais gerais sobre o Estado da Índia no âmbito da crise político-militar de 1565-75. Enquanto Luís Filipe Thomaz defende que a crise não foi de forma alguma fatal nem preanunciou a decadência, como durante

⁴ As razões deste obscurecimentos serão tratadas no ponto 9.

⁵ Quedam ainda por estudar os governos anteriores à crise: D. Constantino de Bragança (1558-1561), D. Francisco Coutinho, 3.º conde de Redondo (1561-1564) e João de Mendonça (1564). A figura de D. Constantino de Bragança encontra-se neste momento em estudo pela Professora Doutora Alexandra Pelúcia, no âmbito do projecto dirigido pela Doutora Jessica Hallet intitulado *De Todas as Partes do Mundo, o património do V, duque de Bragança, D. Teodósio I* financiado pela FCT e a decorrer no CHAM.

⁶ Assim o defendeu Manuel Marques Duarte na Introdução à crónica referente a D. Luís de Ataíde. Cf. António Pinto PEREIRA, *História da Índia no tempo em que a governou o visorei Dom Luís de Ataíde*, introdução de Manuel Marques Duarte, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, pp. 35 e 42.

⁷ Cf. Maria Augusta Lima CRUZ, *Diogo do Couto e a década 8.ª da Ásia*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1993, p. 812.

tanto tempo se pensara, e procura identificar as suas principais características⁸, Sanjay Subrahmanyam encara o final da década de 1560, e por conseguinte o período de D. Antão, como um fecho de ciclo da designada “crise de meados de Quinhentos”, que teria determinado uma reorientação a partir da década de 1570⁹, tese esta também seguida por outros autores¹⁰. A análise mais detalhada de Vítor Rodrigues destacou, pela primeira vez, que coubera a D. Antão de Noronha o papel de preparar uma primeira resposta à crise aberta pela derrota de Vijayanagar e deixou mesmo a ideia de que, em muitos aspectos, D. Antão fora um governante reformador que deixara o Estado da Índia apto para enfrentar os grandes embates do tempo de D. Luís de Ataíde¹¹.

Sob outro ângulo de análise, a interdependência entre os vice-reis que se vão sucedendo e a importância do seu estudo comparativo foi também já realçada¹². Desta forma, consideraram-se para este trabalho como matriz de estudo as condicionantes da crise até 1571, isto é, até àquele que consideramos ser o desenlace final de um primeiro momento na crise de 1565-1575¹³. Na esteira da sugestão interpretativa de Vítor Rodrigues, procurar-se-á apurar em que aspectos o governo de D. Antão preparou e alicerçou o governo do seu sucessor e aqueles em que foi ou não ineficaz, como também foi sugerido.

2. Algumas notas sobre a nomeação e a viagem em 1564

A exposição de alguns dados e a reflexão sobre a nomeação deste vice-rei poderá ajudar a melhor apreender alguns aspectos do seu vice-reinado, que adiante explicaremos. Partindo, em Março de 1564, num esquadrão de quatro navios, D. Antão não sulcava mares desconhecidos. Em 1550, fora

⁸ Entre estas destacam-se: a exaltação da guerra santa, a territorialização, a liberalização comercial sebástica, o maior controlo na política de emissão de cartazes, as propostas e críticas ao sistema vice-real, o abandono do Oriente à nobreza, a crescente implantação do sistema das viagens, triunfante na década de 1560, a discussão do abandono da Índia versus o Brasil e ainda a emergência do conflito casados-reinóis. Concordando com todos estes considerandos, parece-nos que ainda não se procurou detectar estes caracteres durante cada um dos governos vice-reais que foram abarcados pela crise.

⁹ Cf. Sanjay SUBRAHMANYAM, *O Império Asiático Português 1500-1700. Uma História Política e Económica*, Lisboa, Difel, s.d., p. 149.

¹⁰ Cf. Catarina Madeira SANTOS, “Goa é a chave de toda a Índia”. *Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, pp. 327-340.

¹¹ Cf. Vítor RODRIGUES, *A Evolução da Arte da Guerra dos Portugueses no Oriente (1498-1622)*, tomo II, trabalho apresentado para efeitos de prestação das provas de acesso à categoria de Investigador Auxiliar, Lisboa, 1998, pp. 275-285.

¹² Cf. Nuno VILA-SANTA, *op. cit.*, p. 17.

¹³ A chegada de D. António de Noronha, a rendição de Chale, em 1571, a sua deposição e, por fim, a problemática do envio de socorros a Malaca durante o governo de António Moniz Barreto configuram, em nossa opinião, um segundo momento da crise de 1565-1575 no qual os principais acontecimentos decorrem nos Mares do Sul e já não na Índia.

com o seu tio D. Afonso de Noronha para a Índia e nesta havia desempenhado um importante papel durante toda a década de 1550, primeiramente na política de combate aos Turcos protagonizada pelo tio até 1554 e, em especial quando, em 1559, na qualidade de capitão de Ormuz, socorreu o Bahrein então assediado pelos Otomanos. Regressado ao Reino em 1561 por se encontrar doente, no ano seguinte, casou-se com D. Inês Pereira¹⁴. Em 1564, quando foi nomeado vice-rei é bem possível que o seu meio-irmão e bispo de Portalegre, D. André de Noronha, tenha interferido a seu favor dado ser próximo de ambos os regentes¹⁵. No entanto, a hesitação na corte acerca da figura a nomear foi uma realidade pois é conhecido o episódio em que o cardeal D. Henrique e D. Catarina encararam Martim Afonso de Melo para a governança da Índia face às dificuldades financeiras de então e por se tratar de um fidalgo que já se encontrava no Oriente¹⁶. Porém, a ideia de poupar a Fazenda com o envio de um novo vice-rei não foi por diante pois Martim Afonso de Melo era casado na Índia, acabando este facto por revelar-se um critério de exclusão para a sua nomeação. A problemática da nomeação de D. Antão decorrer apenas após se ter afastado a hipótese de nomeação de Martim Afonso de Melo, quando aliada ao facto do novo vice-rei ser um filho bastardo, parece, na realidade, denotar um certo alheamento da Coroa perante os assuntos orientais.

Contudo, ao partir, D. Antão levava na sua armada cartas de sucessão para Fernão Martins Freire¹⁷ e D. Diogo de Meneses¹⁸, tendo o cardeal ainda remetido ordens explícitas para que estas sucessões só fossem abertas, se o vice-rei nomeado falecesse, caso D. Francisco Coutinho já tivesse morrido e após se recolherem as sucessões que este levava para a Índia em 1561¹⁹. Antes de zarpar do Tejo, D. Antão falara com o Padre Luís Gonçalves da Câmara e informara-se sobre todas as necessidades dos colégios jesuítas da Índia²⁰, razão pela qual levava ordem régia para dotar os colégios de Cochim

¹⁴ Para estes e outros dados da sua biografia: Nuno VILA-SANTA, "D. Antão de Noronha", in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>

¹⁵ Cf. Nuno VILA-SANTA, *O vice-reinado...*, cit., pp. 140-141. Anote-se ainda como a nomeação de D. Antão correspondeu ao momento de sucessão na Casa de Vila Real do 5.º Marquês, D. Manuel de Meneses. Cf. *Ibidem*.

¹⁶ Cf. Maria Augusta Lima CRUZ, *Diogo do Couto...*, cit., vol. I, pp. 46-48.

¹⁷ Cf. Alvará de sucessão a Fernão Martins Freire – ANTT, CC I-110-136, Lisboa, 1564. Este documento encontra-se referenciado como sendo de 1574 mas é de 1564. Este fidalgo era sobrinho do vice-rei D. Pedro Mascarenhas e com ele partira para a Índia em 1555, tendo falecido em 1564.

¹⁸ Cf. Alvará de sucessão a D. Diogo de Meneses – ANTT, CC I-106-128, Lisboa, 12.III.1564. Viria a ser o capitão de Malaca de 1564 até 1567.

¹⁹ Cf. Carta a Manuel Leitão, secretário da Índia, Lisboa, 8.III.1564 – PUB. *As Gavetas da Torre do Tombo* (doravante *Gavetas*), vol. IV, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1964, doc. 2968.

²⁰ Cf. Carta do Padre Nicolau Pimenta a Jaime Lainez, Lisboa, 1564 – PUB. *Documenta Indica* (doravante *DI*), vol. VI, Monumenta Historica Societatis Iesu, 1960, doc. 37, pp. 216-217.

e Coulão de tudo o que estes necessitassem²¹. O seu confessor, Padre Pedro Ramírez de Salamanca, embarcou com ele na armada, sendo os detalhes da viagem extraordinariamente bem conhecidos graças a um conjunto de cartas de religiosos²² que seguiram a bordo e que se empenharam em descrever a devoção de D. Antão de Noronha, relembrando e comparando-o ao tio²³, nomeado em 1550.

Entre outras ordens que levava, destacam-se duas pela relevância e implicações que tiveram na sua governação. A primeira prende-se com o facto de ter sido na armada de 1564 que seguiram os decretos tridentinos para o Oriente²⁴, recebidos e aplicados na íntegra em Portugal, em 1563, o que explica, entre outras coisas, a posição de D. Antão face ao Concílio Provincial de 1567, a qual será esclarecida adiante. A segunda, uma ordem régia de severa contenção de despesas, levou a que D. Antão fosse encarregado de reformar todos os regimentos das fortalezas da Índia de forma a reduzir despesas²⁵. Aparentemente esta ordem tivera origem num caderno de despesas que D. Francisco Coutinho, remetera da Índia em data incerta. Por esta razão, o vice-rei levava ainda ordem de não exceder o montante de 12 mil cruzados em mercês anuais a conceder na Índia visto que os anteriores governadores tinham o hábito de gastar entre 15 a 30 mil cruzados anuais em mercês à fidalguia²⁶.

Os dados descritos para a nomeação de D. Antão sugerem que, apesar de ser notório algum distanciamento da Coroa no momento da indigitação, pelo menos aquando da sua partida esse cenário tendia já a alterar-se, tese esta que pode ser confirmada pela correspondência régia remetida para a Ásia Portuguesa nos anos seguintes, como adiante faremos referência. Por outro lado, a nomeação de D. Antão, o segundo bastardo a governar a Índia

²¹ Cf. Carta do Padre Francisco Henriques a Jaime Lainez, s.l., 21.III.1564 – PUB. *DI*, vol. VI, doc. 33, pp. 194-195.

²² Vejam-se as seguintes missivas todas elas com descrições bastante pormenorizadas e com variantes discursivas interessantes de explorar: Carta do Padre Martinus Egusquiza para os irmãos de Roma, Moçambique, 2.VIII.1564 – PUB. *DI*, vol. VI, doc. 38; Carta do Padre Martinus Egusquiza para os seus irmãos, Goa, 8.XI.1564 – PUB. *DI*, vol. VI, doc. 39; Carta do Padre Pedro Fernandes para os irmãos da Sicília, Goa, 12.XI.1564 – PUB. *DI*, vol. VI, doc. 41; Carta do Padre Pedro Fernandes a Jaime Mirón, Goa, 23.XI.1564 – PUB. *DI*, vol. VI, doc. 43; Carta do Padre Andreas Cabrera a Inácio de Toloso, Baçaim, 15.XII.1564 – PUB. *DI*, vol. VI, doc. 57. Por fim, veja-se a Carta de D. Antão de Noronha a D. Sebastião, Goa, 30.XII.1564 – PUB. Joseph Wicki, “Duas cartas oficiais de vice-reis da Índia, escritas em 1561 e 1564”, *Stvdia*, n.º 3 (Janeiro de 1959), Lisboa, pp. 68-89.

²³ Cf. Carta do Padre Martinus Egusquiza para os irmãos de Roma, Moçambique, 2.VIII.1564 – PUB. *DI*, doc. 38, p. 237.

²⁴ Cf. Maria Augusta Lima CRUZ, *Diogo do Couto...*, cit., vol. I, p. 48.

²⁵ Tal consta do excerto dos regimentos outorgados em 1565 por D. Antão de Noronha. Cf. *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente (Índia)* (dora-vante *DHMPPO*), vol. IX, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobri-mentos Portugueses/Fundação Oriente, 1995, doc. 81, pp. 553-555.

²⁶ Cf. *Ibidem*.

no século XVI²⁷, fora já antecederida por um caso semelhante ao de Martim Afonso de Sousa²⁸, pois à data da morte do conde vice-rei, D. Antão fora o primeiro a sair nas sucessões, sensivelmente pela mesma altura em que era nomeado vice-rei no Reino. Este facto demonstra ainda como tinha o apoio da regente D. Catarina que o colocara na sucessão mas também do cardeal que o nomeara vice-rei. Além disso, a sua entusiástica recepção em Goa²⁹, demonstra como o Noronha deixara anteriormente uma boa imagem na Índia, e como esta fora inclusivamente um factor importante para sua indigitação no Reino.

3. O Estado da Índia em 1564: D. Antão e a primeira resposta à crise

Na ausência de D. Antão de Noronha, em Fevereiro de 1564, foi aberta a segunda sucessão, assumindo o governo do Estado da Índia, João de Mendonça. Os cerca de seis meses da sua governação mereceram apreciações distintas por parte dos seus contemporâneos³⁰ e, na verdade, o seu governo não inovou em relação aos últimos eventos da governação do conde de Redondo. Na questão malabar, a mais sensível de todas, o governador procurara evitar a deflagração do conflito em Cananor sem, contudo, alcançar grande sucesso neste objectivo. A nomeação de D. Francisco Mascarenhas

²⁷ O primeiro bastardo fora o governador D. Henrique de Meneses (1524-1526). Contudo, D. Antão fora o primeiro fidalgo bastardo a partir de Lisboa nomeado vice-rei, algo que não que não aconteceu com D. Henrique que apenas foi Governador, nomeado pela primeira sucessão de D. Vasco da Gama. Relembre-se ainda que a partir de 1550 todos os nomeados em Lisboa para o governo do Estado da Índia usufruíam do título vice-real.

²⁸ Martim Afonso de Sousa surgiu na primeira sucessão à morte do vice-rei D. Garcia de Noronha, em 1540, numa altura em que se ausentara para o Reino, onde D. João III, o nomearia Governador, em 1541. Cf. Alexandra PELÚCIA, *Martim Afonso de Sousa e a sua Linhagem: Trajectórias de uma Elite no Império de D. João III e de D. Sebastião*, Lisboa, CHAM, 2009, pp. 196-203.

²⁹ “Feito este auto que foy com grande aplauso de todos por ser o visorrey quasi criado entre elles”. Cf. Maria Augusta Lima CRUZ, *Diogo do Couto...*, cit., vol. I, p. 53. Este comentário de Diogo do Couto que a ele terá assistido, não reflecte exclusivamente a sua conhecida amizade com D. Antão. Já com D. Constantino, a proximidade do vice-rei aos casados, levava a que estes equacionassem tê-lo como seu príncipe. Tal como Garcia de Sá (1548-1549) e Jorge Cabral (1549-1550), D. Antão era sentido na Índia como tendo nela crescido e engrandecido.

³⁰ Em defesa do seu zelo, pouca cobiça e bom governo estão Belchior Serrão (cf. Carta de Belchior Serrão a D. Sebastião, s.l., 29.III.1564 – ANTT, CC I-106-107, fls. 1-1v.) e D. Pedro de Sousa, capitão de Ormuz (cf. Carta de D. Pedro de Sousa a D. Sebastião, Ormuz, 26.V.1564 – ANTT, CC I-106-131, fl. 1). Em apoio da tese da sua inexperiência governativa e dos muitos empréstimos que contraíra surgem Gaspar Pires (cf. Carta de Gaspar Pires a D. Sebastião, Goa, 10.XIII.1564 – ANTT, CC I-107-32, fls. 2-2v.) e Manuel Ceilão (cf. Carta de Manuel Ceilão a Pedro de Alcáçova Carneiro, Goa, 23.XII.1564 – ANTT, CC I-107-36, fl. 1). Para o estudo do governo de João de Mendonça vejam-se ainda outras referências (cf. BNL, *Colecção Pombalina*, códice 647, fls. 36v-37v). Nesta fonte é descrita a sua carreira no Oriente e refere-se que socorrera Ceilão e preparara uma armada para ir correr a costa do Malabar que não partiu devido à chegada de D. Antão. Cf. Maria Augusta Lima CRUZ, *Diogo do Couto...*, cit., vol. I, pp. 762-763.

para a capitania-mor do Malabar visava corresponder a esse esforço, embora a matança orquestrada por Domingos Mesquita, em inícios de 1564, contra uma armada de malabares³¹ e as tensões que se seguiram, bem como o caso de D. Filipe de Meneses³², tenham contribuído para que, ao chegar a 3 de Setembro a Goa, D. Antão tenha encontrado o Estado repleto de dívidas, sem provimentos nos armazéns e ribeira e, até, sem pólvora³³.

Procurando de imediato atalhar à difícil situação de eminente crise político-militar e de declarada insolvência financeira, Noronha começou por oferecer mesa a todos os fidalgos à conta do seu ordenado, hábito que manteria durante todo o seu governo e que já o tornara famoso em Ormuz, introduzindo ainda o costume de andar a pé numa tentativa de disciplinar a fidalguia³⁴. Durante esses meses de Setembro a Dezembro de 1564, o vice-rei empenhou-se, desde logo, em combater os problemas que afligiam o Estado da Índia pois, como confessava ao rei, quando chegou a Goa, “não fiquey nada contente das muitas necessidades e fallas que me disserão”³⁵. A sua primeira medida foi o pronto envio, logo em Setembro, de reforços para Cananor, comandados por D. António de Noronha³⁶. A sua preocupação principal era a pirataria malabar³⁷, a qual urgia combater pois causava graves danos à navegação comercial portuguesa. Assim, e, até ao final do ano, ainda despachou as armadas de Gonçalo Pereira, “O Marramaque”, em Outubro, e de D. Paulo de Lima Pereira, em Novembro, para reforçar Cananor. A armada de D. Paulo logrou mesmo obter uma importante vitória contra mais uma armada malabar que se preparava para rumar ao Norte e atacar a navegação privada³⁸.

³¹ Esta medida inseriu-se nos problemas da administração de Coutinho relativos a Cananor e que motivara já uma reforma dos cartazes feita pelo conde. A responsabilidade de D. Francisco na matança era um dos pontos mais discutidos na Índia de então.

³² A explorar no ponto 4.1.

³³ Cf. Carta de D. Antão de Noronha a D. Catarina, Goa, 30.XII.1564 – PUB. *Gavetas*, vol. II, doc. 2067, pp. 706-707. A ideia de que a Índia estava no pior estado possível desde o tempo de D. Francisco é defendida por Gaspar Pires (cf. Carta de Gaspar Pires a D. Sebastião, Goa, 10.XIII.1564 – ANTT, CC I-107-32, fls. 1-1v), sendo ainda subentendida em Couto. A falta de armamento, munições e provimentos fora também já anotada pelo vice-rei D. Francisco Coutinho nas cartas que remetera para Lisboa.

³⁴ Cf. Carta de D. Antão de Noronha a D. Catarina, Goa, 30.XII.1564 – PUB. *Gavetas*, vol. II, doc. 2067, p. 707.

³⁵ Cf. Carta de D. Antão de Noronha a D. Sebastião, Goa, 30.XII.1564 – ANTT, CC I-107-38, fl. 2. Esta carta foi publicada na íntegra por Joseph Wicki (cf. Joseph Wicki, “Duas cartas...”, pp. 68-89) mas consultámos o original devido a algumas dúvidas de interpretação, razão pelo qual referenciamos sempre o manuscrito da ANTT e não a publicação.

³⁶ Cf. Maria Augusta Lima CRUZ, *Diogo do Couto...*, cit., vol. I, p. 54. Este D. António de Noronha não é o nomeado vice-rei em 1571.

³⁷ Quem o refere é o Padre Pero Fernandes (cf. Carta do Padre Pero Fernandes para os irmãos da Sicília, Goa, 12.XI.1564 – DI, doc. 41, p. 278) e ainda D. Duarte de Eça (cf. R. O. W. GOERTZ (ed.), *Relação dos governadores da Índia (1571)*, Calgary, University Printing Series, p. 15).

³⁸ Cf. Maria Augusta Lima CRUZ, *Diogo do Couto...*, cit., vol. I, p. 74 e 774; Carta de D. Antão de Noronha a D. Sebastião, Goa, 30.XII.1564 – ANTT, CC I-107-38, fls. 4v-5.

Desde cedo, preocupado igualmente com a problemática dos desvios da pimenta que crescentemente chegava ao Mediterrâneo, e em consonância, aliás com ordens régias que recebera³⁹, D. Antão empenhou-se no combate às linhas de comércio islâmicas, enviando Pero da Silva de Meneses à costa do Canará não apenas para abastecer Goa de arroz como também para intimidar os muçulmanos locais a não se aventurarem em tentativas de levar pimenta ao Mar Vermelho⁴⁰. Enviou ainda D. Fernando de Monroi às Maldivas, com o objectivo de capturar as naus do Achém que se sabia ali costumavam estacionar, de passagem com a pimenta do Sueste Asiático para o Médio Oriente⁴¹.

Além destas medidas, todas datadas dos últimos meses de 1564, o vice-rei enviou também diversos vedores às fortalezas⁴², despachou novos capitães para entrarem nas capitânias do Norte⁴³, preparou a carga da pimenta de 1565, a qual, segundo todos os testemunhos, se encontrava totalmente desordenada⁴⁴, informou-se acerca das possibilidades de cerco às praças portuguesas de que então já se falava na Índia⁴⁵ e, talvez ainda mais importante, desde logo colocou em prática uma política de contenção de despesas⁴⁶ e iniciou a reforma de diversos regimentos, de que adiante falaremos. Executou ainda a ordem referente à entrega dos órfãos aos Jesuítas⁴⁷ e proibiu a conversão de gentios por mouros e judeus, sob graves penas⁴⁸, em consonância com ordens que trouxera do Reino. Foi ainda abordado pelos Jesuítas para começar a tratar da questão dos Pagodes, da qual já se informara⁴⁹. Por fim, aproveitou o início da reforma dos regimentos para deter-

³⁹ Cf. *Ibidem*, p. 136.

⁴⁰ Cf. R. O. W. GOERTZ (ed.), *Relação...*, cit., p. 15.

⁴¹ Cf. Carta de D. Antão de Noronha a D. Sebastião, Goa, 30.XII.1564 – ANTT, CC I-107-38, fl. 5v.

⁴² Cf. Carta de Gaspar Pires a D. Sebastião, Goa, 23.XII.1564 – ANTT, CC I-107-32, fl. 2.

⁴³ Cf. Carta de D. Antão de Noronha a D. Sebastião, Goa, 30.XII.1564 – ANTT, CC I-107-38, fl. 4v.

⁴⁴ Cf. Carta de Manuel Ceilão a Pedro de Alcáçova Carneiro, Goa, 23.XII.1564 – ANTT, CC I-107-36, fl.1v.-2. Contara com a ajuda do vedor João da Fonseca (cf. Carta de D. Antão de Noronha a D. Catarina, Goa, 30.XII.1564 – PUB. *Gavetas*, vol. II, p. 708). Veja-se ainda a provisão de D. Antão sobre esta matéria de 4.XI.1564 (cf. *Archivo Portuguez Oriental* (doravante APO), Nova Goa, Imprensa Nacional, 1865, fascículo 5, doc. 521).

⁴⁵ Adiante abordaremos esta temática. Cf. Carta de D. Antão de Noronha a D. Sebastião, Goa, 30.XII.1564 – ANTT, CC I-107-38, fls. 7-7v.

⁴⁶ Ordenara uma provisão para se assentarem todas as mercês feitas em tempo do conde vice-rei a 12.IX.1564 (cf. APO, fascículo 5, doc. 520).

⁴⁷ Em cumprimento do decreto dos regentes que trazia e na sequência de anteriores ordens de D. João III. Veja-se o decreto dos regentes (cf. ANTT, CC I-106-121) e a provisão de D. Antão (cf. APO, fascículo 5, doc. 523), sendo ambos de 1564.

⁴⁸ Cf. *Ibidem*, doc. 524.

⁴⁹ Mandara tirar devassa da tentativa de homicídio de um padre numa aldeia em Goa, a qual esteve na origem de toda a questão do derrube dos Pagodes nos anos seguintes e que abordaremos no ponto 6 (cf. Carta do Padre Jorge Caldeira aos irmãos europeus, s.l., 11.XII.1564 – PUB. *DI*, vol. VI, doc. 54, pp. 358-359).

minar a integração dos casados nos contingentes de homens de armas⁵⁰, uma política claramente estruturante ao longo de toda a sua governação e que terá levado Noronha a afirmar, mais tarde, que os mancebos eram a sua grande dor de cabeça, depreende-se por rejeitarem aquele sistema.

Em suma, a acção de D. Antão em três meses não só contrasta com a relativa inoperância de todo o ano de 1564 como, e mais relevante, foi vista à época como uma acção positiva e rejuvenescedora, pelo menos até 1565⁵¹. Diversas medidas que o vice-rei então lançou esboçaram, em nosso entender, uma primeira busca de resposta à crise que encontrou e que esperava resolver com mais tempo apesar de não deixar de reconhecer que o Estado da Índia se encontrava sem crédito, carente de tudo um pouco e com novos e poderosos inimigos⁵². Procurou, assim, chamar a atenção desde o início para a crise que se avizinhava e sobre a qual fornecera já abundantes dados nas cartas então remetidas para o Reino⁵³.

4. Na senda de uma estabilização e certeza⁵⁴:

4.1. *A questão malabar: um problema político-económico*

Os problemas políticos no Malabar e as suas consequências a nível económico constituíram a maior preocupação de D. Antão durante o seu governo. Foi na sequência dos acontecimentos políticos que D. Antão equacionou a expansão para a costa do Canará, e que endereçou para Lisboa toda uma série de propostas de reforma do trato pimenteiro no Índico. O saldo final leva-nos a concluir que o Noronha teve um destacado papel no processo que marcou toda a década de 1560, o qual levou D. Sebastião, em 1570, a optar pela feitura de um novo regimento sobre o comércio oriental. Contudo, a análise dos problemas políticos no Malabar e do relativo declínio político

⁵⁰ Cf. Vítor RODRIGUES, *A Evolução...*, cit., tomo II, p. 280.

⁵¹ Nos diálogos do soldado prático é conhecida a frase de um soldado que dizia no final do primeiro ano de governo de D. Antão que este era “homem de boa natureza bem acondicionado e boa inclinação e respostas, e amigos dos homens” (cf. Diogo do COUTO, *O primeiro soldado prático*, edição de António Coimbra Martins, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 548), uma perspectiva que já não existirá em 1568 como veremos.

⁵² Cf. Carta de D. Antão de Noronha a Pedro de Alcáçova Carneiro, Goa, 30.XII.1564 – PUB. *Gavetas*, vol. II, pp. 188-190.

⁵³ Para D. Sebastião, D. Catarina e Pedro de Alcáçova Carneiro já referenciadas anteriormente.

⁵⁴ Em 1566, em missiva a D. Catarina, D. Antão escrevia “que não ha cousa certa na India”, ressaltando o problema da total volatilidade dos contextos asiáticos, mas esperava ainda, em consonância com toda a sua correspondência remetida da Índia, que a situação um dia estabilizasse, ainda que a muito custo.

desta região impõe-se antes que possamos avaliar todas as questões económicas⁵⁵.

Como mencionado, à sua chegada D. Antão encontrara uma guerra em Cananor para a qual, em 1564, enviou reforços três vezes. A guerra na região prosseguiu até Setembro de 1565⁵⁶, após D. Antão ter expedido mais apoios até Abril⁵⁷, momento em que o rei de Cananor pediu oficialmente a paz temendo os reforços chegados na armada da Índia daquele ano. O vice-rei não hesitou em relacionar os acontecimentos verificados em Cananor nos anos de 1564 e 1565 com o caso de Domingos Mesquita pois encontrara provas concretas que fora D. Francisco Coutinho quem ordenara a Mesquita a matança dos malabares⁵⁸. A postura não intervencionista de João de Mendonça também não ajudara e motivava, em seu entender, a feroz guerra que os Portugueses enfrentavam na região⁵⁹. No entanto, o apaziguamento da situação em Cananor não foi acompanhado por uma acalmia da situação em Cochim. Nesta cidade, os desacatos sucederam-se nos anos de 1564⁶⁰ e 1565⁶¹ e culminaram, já durante o ano de 1566, em ameaças concretas do Samorim as quais apenas foram contidas com a nomeação de Álvaro Pais de Sotomaior, já então capitão de Cananor, após o afastamento de D. Paio de Noronha, para a capitania-mor do Malabar⁶². A esta situação juntaram-se complicações dinásticas em Cochim com a morte de dois rajás, a que o vice-rei também faz referência⁶³. Em boa verdade, só com o fim da expedição de conquista de Mangalor serenou a situação no Malabar, até novo agravamento, já no final do governo de D. Luís de Ataíde⁶⁴. A atenção conferida por

⁵⁵ Sobre a interligação dos aspectos políticos e económicos vejam-se os estudos de Pius MALEKANDATHIL, *Portuguese Cochim and the Maritime Trade of India 1500-1663*, Nova Deli, Manohar, 2001 e Luís Filipe THOMAZ, "A questão da pimenta em meados do século XVI", in *A Carreira da Índia e a Rota dos Estreitos, Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, edição de Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz, Angra do Heroísmo, CHAM, 1998, pp. 37-206.

⁵⁶ Cf. Maria Augusta Lima CRUZ, *Diogo do Couto...*, cit., vol. I, pp. 144-153.

⁵⁷ Cf. *Ibidem*, pp. 136-142.

⁵⁸ Ao chegar a Goa, encontrara Domingos Mesquita preso e libertara-o em função das provas da sua inocência que lhe foram apresentadas (cf. Carta de D. Antão de Noronha a D. Sebastião, Goa, 30.XII.1564 – ANTT, CC I-107-38, fls. 2-2v). O caso de Domingos Mesquita marcou a forma como D. Francisco Coutinho foi retratado na crónica, discutindo esta a sua responsabilidade ou não nos acontecimentos então sucedidos.

⁵⁹ Cf. *Ibidem*.

⁶⁰ Apenas o bispo D. Jorge Temudo fora capaz de serenar os ânimos. Cf. Carta do Padre Belchior Nunes Barreto ao Padre Jaime Lainez, Cochim, 20.I.1564 – PUB. *DI*, vol. VI, doc. 54, p. 362.

⁶¹ Cf. Carta do Padre Francisco Lopes, Cochim, 6.I.1565 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. IX, doc. 60, p. 419.

⁶² Cf. Maria Augusta Lima CRUZ, *Diogo do Couto...*, cit., vol. I, pp. 193 e 786.

⁶³ Cf. Carta de D. Antão de Noronha a D. Catarina, Goa, 22.XII.1566 – ANTT, CC I-108-19, fl. 1-1v.

⁶⁴ Referimo-nos ao cerco de Chale pelo Samorim nos últimos meses do governo de D. Luís de Ataíde.

D. Antão ao Malabar e a toda a polémica sobre a pirataria malabar não foi superada por qualquer outra temática governativa, sendo este aspecto bem visível na quantidade de esquadras e reforços que durante o seu governo preparou para enviar ao Malabar ou para derrotar armadas malabares, as quais, lembre-se, nem sempre foram bem sucedidas. O caso mais conhecido de insucesso ocorreu em 1568 quando uma esquadra de piratas malabares deixou um rasto de destruição nos mares do Norte⁶⁵.

O combate aos circuitos comerciais alternativos dos muçulmanos foi outra realidade na qual o vice-rei se empenhou, pois preocupava-o a dimensão dos desvios de pimenta que chegava ao Mediterrâneo, em valores considerados superiores aos escoados pela Rota do Cabo⁶⁶. A cadência anual com que foram enviadas armadas às Maldivas atesta, por si só, esta preocupação mas, neste domínio, o Noronha não alcançou grande sucesso uma vez que apenas a armada de 1565, comandada de novo por D. Fernando de Monroi, foi bem sucedida na captura de navios inimigos⁶⁷. No ano de 1566, a armada do cunhado do vice-rei D. Diogo Pereira, deixou escapar as naus do Achém⁶⁸ e, em 1567, o capitão D. Jorge de Meneses, “O Baroque” mostrou-se totalmente incapaz de encontrar os navios vindos do Sueste Asiático que já haviam encontrado uma paragem alternativa às Maldivas, iludindo assim as vigilâncias portuguesas⁶⁹. O problema, como veremos, começou a ser cada vez mais encarado como uma fraqueza do vice-rei, que lhe custaria duras críticas e, sobretudo, a crescente implantação da ideia que urgia combater o problema da pimenta oriunda do Sueste Asiático no próprio local de origem, enviando armadas para a região ou mesmo conquistando o sultanato achém.

Subjacente à agitação política no Malabar, que marca todo o mandato de D. Antão, encontra-se o problema das cargas de pimenta a serem remetidas anualmente para o Reino. Se em 1565 o carregamento decorrera sem problemas, graças a diversas ordens de D. Antão⁷⁰, a preparação do carregamento para o ano de 1566 que o vice-rei pretendia atempada, levou-o a

⁶⁵ Será feita referência a este episódio no ponto 4.5.

⁶⁶ A temática é bem conhecida pela historiografia e encontra-se presente nas cartas escritas pelo vice-rei em 1564 e 1566.

⁶⁷ Cf. Maria Augusta Lima CRUZ, *Diogo do Couto...*, cit., vol. I, pp. 136-142.

⁶⁸ Cf. *Ibidem*, pp. 158 e 163-168.

⁶⁹ Cf. *Ibidem*, p. 195. Infelizmente, Couto não refere qual a rota utilizada pelos navios achéns para não defrontarem os Portugueses.

⁷⁰ Inicialmente tinha equacionado deslocar-se a Cananor e Cochim em 1564 e 1565 devido aos problemas políticos e à desordem nos carregamentos, mas contingências financeiras impediram-no de ir. Desde então contava com o apoio de Bernardo da Fonseca que nomeara para a feitoria de Coulão, Pedro Álvares de Faria que nomeara feitor de Cochim e João da Fonseca que vinha do Reino nomeado vedor de Cochim (cf. Carta de D. Antão de Noronha a D. Catarina, Goa, 30.XII.1564 – PUB. *Gavetas*, vol. II, doc. 2067, pp. 708; Carta de D. Antão de Noronha a D. Sebastião, Goa, 30.XII.1564 – ANTT, CC I-107-38, fls. 2-2v). Bernardo da Fonseca e João da Fonseca já haviam colaborado com o vice-rei D. Afonso, tio de D. Antão, durante o seu governo, ocupando então exactamente os mesmos cargos.

confrontar-se com diversos problemas. Em extensa carta ao monarca⁷¹, o vice-rei expunha o seu ponto de vista do que deveria ser a reforma do trato pimenteiro. A fim de poder preparar os carregamentos atempadamente, e evitar conflitos com os mercadores locais de Cochim, era necessário suprir o problema do cabedal, sempre insuficiente. Para isso, Noronha propunha a celebração de contratos com mercadores particulares, que avançariam o dinheiro para a compra da pimenta. Segundo estes contratos, 2/3 dos lucros seriam para a Coroa e o restante terço para os particulares envolvidos no processo, ficando todos os riscos e despesas a cargo destes últimos. Fora graças a este sistema que preparara atempadamente e com sucesso o carregamento de 1566⁷², pelo que sugeriu ao rei idêntico procedimento em 1567⁷³. Argumentava para tal com os problemas políticos no Malabar, a dificuldade em combater as rotas alternativas do comércio islâmico na própria Índia e mencionava insistentemente a importância crescente da pimenta do Canará, que considerava de melhor qualidade e mais barata⁷⁴. Chegara mesmo a sugerir que esta privatização parcial fosse operada para os tráficos do anil, maçã, cravo e noz⁷⁵.

Graças aos preparativos feitos para o carregamento de 1568, então exarados em documento⁷⁶ e após aquela que foi uma batalha política para convencer o regente D. Henrique da necessidade desta reforma, como as fontes demonstram, aquele respondia que aprovara a forma como D. Antão preparara o carregamento de 1566 mas não a forma como executara o de 1567 pois não o fizera com conselho de capitães e fidalgos. Deixava, contudo, margem de manobra ao vice-rei para escolher como prepararia o carregamento de 1568. Juntando todos os fidalgos mais importantes da Índia e retomando a sua argumentação, D. Antão obteve, assim, em inícios de 1568, que o sistema de privatização parcial nos carregamentos da pimenta fosse aceite por todos. Isto é, o Noronha só no último ano do seu governo pôde resolver definitivamente o problema dos carregamentos e prestar atenção a outras áreas, nomeando nesse ano, outro cunhado, D. António Pereira, para tratar da carga de 1568⁷⁷.

Em tempo de crise financeira, a opção do vice-rei tornara-se desta forma viável mas apenas após três anos de insistência junto da corte. Contudo,

⁷¹ Cf. Carta de D. Antão de Noronha a D. Sebastião, Goa, 17.XII.1566 – ANTT, CC I-108-15.

⁷² Graças ao contrato que fizera com António Vaz Bernardes e João Rodrigues de Leão. Cf. *Ibidem*, fl. 2v.

⁷³ Ainda assim enfrentar a oposição dos mercadores de Cochim que certamente se aperceberam das preferências político-económicas do vice-rei. Cf. *Ibidem*, fl. 3. Para o carregamento de 1567 contava ainda com o apoio de Pedro Álvares de Faria que o ajudara a partir de Coullão, recolhendo pimenta no local (cf. Obrigação e carta de Pedro Álvares de Faria, Caalecoullão, 5.I.1567 – PUB. *Gavetas*, vol. VIII, doc. 4285).

⁷⁴ Cf. *Ibidem*, fls. 4-4v.

⁷⁵ Cf. *Ibidem*.

⁷⁶ Cf. Carta de D. Antão e outros fidalgos da Índia, s.l., 13.IX.1567 – ANTT, CC I-108-78.

⁷⁷ Cf. Maria Augusta Lima CRUZ, *Diogo do Couto...*, cit., vol. I, p. 251.

talvez não seja correcto pensar que só o vice-rei preconizava esta privatização, apesar de serem desconhecidos pareceres nesse sentido. Existiam outras propostas que defendiam uma revalorização das praças do Malabar, procurando inverter os circuitos comerciais islâmicos pelo interior do Malabar. Em concreto, havia quem defendesse que o grosso da pimenta deveria continuar a ser carregada em Cochim, e uma outra parte na esquecida praça de Coullão, vindo ainda uma pequena parte de pimenta de Malaca⁷⁸. Aparentemente, esta proposta, também remetida para o Reino, não teve qualquer sucesso e, dois anos mais tarde quando D. Sebastião promulgou a lei de reforma do tráfico pimenteiro⁷⁹, a Coroa reconhecia implicitamente a razão de toda a argumentação desenvolvida por D. Antão de Noronha.

4.2. *Talikota e a expansão para a costa do Canará*

Como referido, é consensual que a crise político-militar de 1565-75 teve como antecedente político, a brusca ruptura do equilíbrio entre hindus e muçulmanos na Índia, na sequência da derrota de Vijayanagar na batalha de Talikota em Janeiro de 1565⁸⁰. Segundo esta tese, esse equilíbrio, que desde o início da presença portuguesa no subcontinente havia funcionado como contrapeso aos sultanatos do Decão, rompera-se com a derrota do grande império hindu que fazia frente aos mouros. A derrota ocasionou a aliança desses soberanos contra os interesses portugueses. Todavia, impõe-se uma reflexão mais alargada a fim de tentar perceber melhor o pensamento de D. Antão sobre Talikota.

A inegável expansão que marcou a segunda metade da década de 1550, consubstanciada nas ocupações militares de Asserim e Manorá, e depois Damão, entre 1556 e 1559, o aprofundamento da intervenção portuguesa no reino de Kotte em Ceilão, acompanhado da conquista de Manar, em 1559, o endurecimento induzido pela Contra-Reforma e pela implantação da Inquisição aquando do governo de D. Constantino de Bragança (1558-1561), foram temáticas que ainda não mereceram a devida atenção da historiografia. Será importante tentar perceber em que medida toda a expansão associada aos governos de Francisco Barreto (1555-1558) e de D. Constantino de Bragança afectou a forma como os poderes muçulmanos na Índia encararam os Portugueses. Pelos dados que apresentaremos, relativos a D. Antão de Noronha, é nossa convicção que um certo ressentimento de diversos poderes asiáticos face ao expansionismo luso já vinha afirmando-se desde o tempo de D. Constantino. O governo do conde vice-rei (1561-1564) com a política de reformulação da emissão de cartazes, a partir de 1562, e por fim, com o episódio de

⁷⁸ Cf. Joseph WICKI, *Duas Relações...*, cit., pp. 154-163.

⁷⁹ Veja-se o regimento régio de 1 de Março de 1570 escrito em Almeirim – PUB. *DHMPPPO (Índia)*, vol. IX, doc. 9.

⁸⁰ Cf. Luís Filipe THOMAZ, *A crise...*, cit., p. 484; Vítor RODRIGUES, *A Evolução...*, cit., tomo II, p. 285.

Domingos Mesquita e de D. Filipe de Meneses, meramente tornaram visível um descontentamento que já antes vinha sendo sentido, em especial por parte dos sultanatos de Bijapur e de Ahmadnagar e pelos poderes do Malabar.

Ao contrário do seu antecessor à frente do governo da Índia e talvez por ter estado ausente durante aqueles anos no Reino, o Noronha apercebeu-se dessa realidade assim que chegou. Na sua carta ao monarca de finais de 1564⁸¹, D. Antão deixa entrever, quando se refere às conjurações que já então se preparavam contra os interesses portugueses⁸², o ressentimento e os sintomas de agravamento conjuntural da relação com os muçulmanos. Estes eram, em seu entender, visíveis quando afirmava que o sultão de Ahmadnagar, nomeadamente, principal protagonista das propostas das alianças feitas com Bijapur e com o sultão guzerate, pretendia vingar-se da afronta sofrida em 1563. Nessa data, D. Filipe de Meneses tomara navios muçulmanos, entre os quais alguns seus, alegando que não tinham cartaz, quando pareciam ter⁸³. O caso não fora resolvido e já muitos tinham sido os protestos do sultão que enviara embaixadores a João de Mendonça e o próprio D. Antão, nos finais de 1564, apesar de já ter reunido o seu conselho, ainda não tomara uma decisão sobre o assunto pois não queria dar parte de fraco e devolver os navios confiscados, sem fazer justiça do caso⁸⁴. Juntando este episódio aos acontecimentos narrados relativamente a Cananor é perceptível que nas vésperas de Talikota, a animosidade contra o Estado da Índia conhecia um novo pico. As razões porque então a confederação atacou Vijayanagar são conhecidas: a invasão de Ahmadnagar em 1563 pelas forças hindus⁸⁵. Todavia, impõe-se que os contextos políticos internos dos reinos que mais tarde atacaram os Portugueses, sejam aprofundados, a partir da consulta das suas crónicas. Talvez dessa forma se possa contextualizar melhor a dinâmica política deste período.

Totalmente dependente da resolução desta questão encontra-se a da expansão para a costa do Canará, na medida em que esta foi lançada como manobra de antecipação por parte do Estado da Índia face ao vazio de poder deixado por Vijayanagar. Assim sendo como explicar que apenas em 1568, D. Antão de Noronha tenha partido para a conquista de Mangalor e ainda

⁸¹ Cf. Carta de D. Antão de Noronha a D. Sebastião, Goa, 30.XII.1564 – ANTT, CC I-107-38.

⁸² Diu e Damão seriam cercadas pelos guzerates, Chaul e Baçaim pelas forças de Ahmadnagar e Goa pelas forças de Bijapur. Cf. *Ibidem*, fl. 7v.

⁸³ Cf. *Ibidem*. Meneses fora enviado ao Mar Vermelho pelo conde vice-rei em inícios de 1563 onde tomara três naus do soberano de Bijapur que tinham cartaz, argumentando com irregularidades das cartas (cf. *Ibidem*, fl. 6). A inexistência de uma resposta do Estado da Índia devido ao falecimento do vice-rei, em Fevereiro de 1564, não foi quebrada durante o governo de João de Mendonça, o que originou uma grande insatisfação por parte do sultão de Ahmadnagar. Este episódio demonstra ainda as dificuldades e resistências que a administração de Coutinho enfrentou, não só no Malabar, a partir do momento em que decidiu reimplantar em força a política de emissão dos cartazes e de reforço do policiamento naval.

⁸⁴ Cf. *Ibidem*.

⁸⁵ Cf. Maria Augusta Lima CRUZ, *Diogo do Couto...*, cit., vol. I, p. 180 e 785.

por cima aparentemente compelido por ordens régias⁸⁶? Malogradamente, sem clarificar os contextos locais vividos na costa do Canará nestes anos, não nos parece plausível dar resposta a esta questão. Não será, porém, de descartar a hipótese dos efeitos da batalha de Talikota não terem sido imediatamente percebidos por todos os agentes políticos do Estado da Índia, uma vez que o império hindu se manteve, ainda que bastante abatido na sua importância política e militar. No entanto, para um vice-rei que de alguma forma previra o que se ia suceder não deixa de ser difícil de justificar a dilação na partida para a conquista. Possivelmente, também as dificuldades financeiras poderão ter tido um papel decisivo nesta matéria.

Face à costa do Canará é notório por parte do vice-rei um claro interesse pela região, embora em nenhuma da sua correspondência a tão azarada expedição de conquista de Mangalor, decorrida em Janeiro de 1568, apareça justificada com base no valor estratégico ou militar da praça. Toda a argumentação de D. Antão realça muito mais a importância económica da praça devido às questões relacionadas com a pimenta. Não obstante, nela encontram-se pequenos indícios apontando para a importância da região, na mente do vice-rei, como porto abastecedor de arroz⁸⁷ e, ainda ao nível da sua importância estratégica, algumas referências à existência já em 1567, do cargo de capitão-mor da costa do Canará⁸⁸. Desconhecemos antecedentes deste cargo mas, possivelmente poderia existir desde que Pero da Silva de Meneses foi ali enviado, em Novembro de 1564, para carregar arroz para Goa. A própria forma como decorreu a ocupação de Mangalor e o facto de ter sido o vice-rei a escolher o local onde se iria erigir a fortaleza em conjunto com o rei de Benguel, ali permanecendo até Março de 1568, parece denotar que só então D. Antão teria tomado consciência da importância estratégica da praça. Esta foi, aliás, uma das críticas de que foi alvo quando alguma documentação refere que a cidade já devia ter sido ocupada⁸⁹. Porém, esta questão não deverá ser resolvida sem atentar às crónicas dos reinos indianos e ao contexto local da costa do Canará desde, pelo menos, o início da década de 1560.

⁸⁶ Cf. João Paulo Oliveira e COSTA e Vítor RODRIGUES, *Portugal y Oriente: el proyecto indiano del rey Juan*, Madrid, Mapfre, 1992, p. 284.

⁸⁷ Para Zinadím, a razão dos Portugueses terem ido para o Canará justificava-se unicamente com a problemática de abastecer Goa de arroz (cf. LOPES, David (ed.), *História dos Portugueses no Malabar por Zinadím*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898, cap. XI, p. 72). D. Duarte de Eça defende que o vice-rei foi a Mangalor pela questão do arroz, para evitar mais desvios de pimenta e para vingar anteriores injúrias dos piratas malabares que ali operavam (R. O. W. GOERTZ (ed.), *Relação...*, cit., p. 16). Zinadím possivelmente narra um episódio de pirataria malabar em que os Portugueses foram derrotados, em 1567, o qual poderá estar por detrás da decisão de D. Antão, a acreditar em D. Duarte de Eça (cf. *História...*, cit., cap. XII, p. 77).

⁸⁸ Cf. Maria Augusta Lima CRUZ, *Diogo do Couto...*, cit., vol. I, p. 197.

⁸⁹ Cf. Joseph WICKI, *Duas Relações...*, cit., pp. 163-164.

4.3. *Uma prioridade imposta: os mares do Sul*

Durante o consulado de D. Antão de Noronha, a relevância dos acontecimentos em Malaca e nas Molucas, aqui designados por mares do Sul⁹⁰, conheceu um importante capítulo que não deverá ser avaliado sem considerar a divisão do Estado da Índia em 1571. Como já assinalou Catarina Madeira Santos, o processo de autonomização de Malaca enquanto periferia do centro estabelecido em Goa foi uma realidade em afirmação em toda a segunda metade de Quinhentos⁹¹. Essa crescente autonomia conheceu nos episódios do quadriénio de D. Antão um claro impulso, como a factologia política demonstra, podendo ter influenciado D. Sebastião na sua tentativa de dividir o governo do Estado da Índia, em 1571.

A primeira acção do vice-rei que foi detectada face a esta região data de Abril de 1565 quando D. Antão enviou um galeão de provimentos para as Molucas, onde possivelmente seguiria D. Diogo de Meneses, despachado para a capitania de Malaca em data incerta⁹². Com ele seguiam reforços, ordens de fortificação da cidade⁹³ e eventualmente o novo regimento da mesma, elaborado em Setembro de 1564. Durante todo o vice-reinado de Noronha os rumores, as ameaças e, por fim, as certezas quanto ao cerco do Achém, iniciado a 20 de Janeiro de 1568, foram-se acumulando⁹⁴. D. Antão sempre que pôde enviou socorros para a região como aconteceu logo que foi informado do cerco naquele ano ao despachar João da Silva Pereira e D. Fernando de Monroi⁹⁵. A polémica em torno da participação turca no cerco a operar parece também ter sido do conhecimento do vice-rei⁹⁶, embora seja hoje um dado consensual que, face ao cerco de 1568, a ameaça turca foi à época claramente exagerada no que toca à sua real importância ou significância⁹⁷.

⁹⁰ Utilizamos este conceito tal como foi concebido no seu sentido lato no século XVII quando eram nomeados os designados “gerais do sul” com jurisdição sobre toda a Insulíndia.

⁹¹ Cf. Catarina Madeira SANTOS, “Goa é a chave...”, cit., p. 327.

⁹² Assim o afirma Diogo do Couto embora não forneça pormenores. Cf. Maria Augusta Lima CRUZ, *Diogo do Couto...*, cit., vol. I, p. 257.

⁹³ Em 1566 dizia D. Antão que as obras na fortaleza de Malaca estavam terminadas, depreende-se a seu mando. Cf. Carta de D. Antão de Noronha a D. Catarina, Goa, 22.XII.1566 – ANTT, CC I-108-19, fl. 4.

⁹⁴ O primeiro aviso que recebera datara de 1565 quando fora informado que o sultão do Achém e o soberano de Demak faziam preparativos contra Malaca. Cf. *Ibidem*, fl. 2. Durante o ano de 1566 variada correspondência atesta a eminência do cerco.

⁹⁵ Cf. Maria Augusta Lima CRUZ, *Diogo do Couto...*, cit., vol. I, pp. 297-300.

⁹⁶ O correspondente que refere a ameaça turca em 1566, o Padre Gomes Vaz, tinha contacto com os Jesuítas próximos de D. Antão.

⁹⁷ Jorge Manuel dos Santos Alves demonstrou como neste período se vivia um arrefecimento de relações entre o Achém e Istambul. Cf. Jorge Manuel dos Santos ALVES, *O domínio do Norte de Samatra. A história dos sultanatos de Samudera-Pacém e de Achém e das suas relações com os Portugueses (1500-1580)*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999, pp. 168-169.

Porém, foram os acontecimentos nas distantes ilhas de Ternate e Amboíno que determinaram um importante facto: o envio por D. Antão da armada de Gonçalo Pereira, “O Marramaque” à Insulíndia, a qual foi a maior esquadra até então mandatada por qualquer vice-rei para ir às Molucas⁹⁸. Tudo começara quando a 15 de Setembro de 1565⁹⁹, o provincial da Companhia de Jesus, Padre António de Quadros, embarcara para Malaca a fim de realizar uma visita às Molucas e obter informações sobre os progressos da missão jesuítica na região. Uma vez chegado a Malaca, Quadros foi informado do massacre de Amboíno, perpetrado por javaneses a mando da rainha de Japarâ contra cristãos locais, e que redundou em elevadas perdas¹⁰⁰ durante esse ano. O envolvimento do sultão Hairun de Ternate (1535-1545; 1545-1570) foi de imediato apontado¹⁰¹ e, como já em 1562 D. Francisco Coutinho enviara António Pais para a região com regimento para construir uma fortaleza em Amboíno, o caso tomou uma proporção bem além da componente religiosa inicial. A pressão para que o vice-rei interviesse com a armada de Pereira deverá ter-se iniciado ainda antes de Quadros regressar acompanhado de uma embaixada de dois cristãos de Amboíno, apesar deste confiar que D. Antão iria socorrer aquela Cristandade¹⁰².

Na ocasião, e uma vez mais em manobra que lhe iria custar críticas, D. Antão escolheu o cunhado Gonçalo Pereira, que já antes fora capitão-mor do Malabar, para comandar a expedição pois este incompatibilizara-se com um servidor da rainha, André de Torquemada, facto que o impedia de entrar na capitania de Ormuz para a qual estava indigitado¹⁰³. Procurando assim atalhar as justificações que teria que dar a D. Catarina, Noronha despachou-o para longe para pôr termo à polémica, acabando mais tarde por ser acusado de favorecimento de familiares. O agravamento da situação em Ternate desde a capitania de D. Duarte de Eça (1556-1559), que acabara deposto após prender Hairun e de se ver a braços com uma revolta local¹⁰⁴, bem como a

⁹⁸ Cf. Manuel LOBATO, *Política e comércio dos Portugueses na Insulíndia. Malaca e as Molucas de 1575 a 1605*, Lisboa, Instituto Português do Oriente, 1999, p. 114.

⁹⁹ Cf. Carta do Padre Belchior Nunes Barreto ao geral de Roma, Cochim, 20.I.1566 – PUB. *DI*, vol. VI, doc. 110, p. 726.

¹⁰⁰ Uma descrição coeva dos acontecimentos pode ser encontrada na Carta do irmão Manuel Gomes aos seus confrades, Ternate, 27.V.1565 – PUB. *DHMPPO (Insulíndia)*, vol. III, doc. 18.

¹⁰¹ Nomeadamente pelo vice-provincial jesuíta, o Padre Belchior Nunes Barreto, que não hesitava em acusar Hairun de perseguições aos cristãos de Amboíno e Ternate, e em opinar a favor da construção da fortaleza em Amboíno. Cf. Carta do Padre Belchior Nunes Barreto a Jaime Mirón, Cochim, 20.I.1566 – PUB. *DI*, vol. VI, doc. 108, pp. 691 e 694.

¹⁰² Cf. Carta do Padre António de Quadros ao geral de Roma, Malaca, 20.XI.1565 – PUB. *DI*, vol. VI, doc. 79, p. 494. Regressou a 21 de Janeiro de 1566.

¹⁰³ Sobre a figura e pormenores da carreira de Gonçalo Pereira, “O Marramaque” veja-se: Maria Augusta Lima CRUZ, “A viagem de Gonçalo Pereira Marramaque do Minho às Molucas ou os itinerários da fidalguia portuguesa no Oriente”, *Stvdia*, n.º 49, Lisboa, 1989, pp. 315-340.

¹⁰⁴ Sobre a capitania de Eça veja-se o texto da nossa autoria entregue para publicação em actas, no âmbito do Congresso Internacional da Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de

política cada vez menos discreta do sultão de combate à presença cristã nas Molucas, motivaram as preocupações de diversos oficiais e religiosos que nos anos anteriores se queixaram a Lisboa sobre os acontecimentos locais. Em resposta, o cardeal D. Henrique ordenara a D. Antão, em 1565¹⁰⁵, o envio de uma forte armada à região que colocasse termo aos abusos dos capitães de Ternate, pedindo a este que se informasse ainda devidamente acerca dos muitos boatos que então circulavam sobre o sultão Hairun.

Por este motivo, D. Antão dera ordem ao “Marramaque” não só de estacionar em Malaca e ajudar a defendê-la caso o Achém a cercasse, como ainda o encarregara de castigar os sobrinhos do sultão¹⁰⁶, desconhecendo-se, porém, os termos de tal ordem. Apesar de não poucos defenderem que o sultão deveria ser morto¹⁰⁷, como aliás viria a suceder em 1571, Gonçalo Pereira não matou o sultão e procurou empenhar-se na construção da fortaleza de Amboíno ainda que enfrentando diversos percalços pelo caminho. Um deles foi o estabelecimento dos Castelhanos em Cebu, antecedente da fundação de Manila, e que Pereira tentara evitar sem qualquer sucesso. Mercê destas condicionantes e até devido à questão do tráfico da pimenta, D. Antão prestara uma grande atenção aos mares do Sul, chegando mesmo a equacionar, em 1566, uma expedição militar ao Achém a concretizar em Setembro de 1567¹⁰⁸. Mais do que acabar com a ameaça do sultanato a Malaca, interessava ao vice-rei pôr termo aos 20 mil quintais de pimenta que dali saíam anualmente com destino ao Mar Vermelho¹⁰⁹. Porém, e tal como o governador Francisco Barreto e o vice-rei D. Duarte de Meneses (1584-1588) que também tencionaram realizar expedições contra o Achém, em 1557 e 1588, respectivamente, D. Antão não chegou a partir. No seu caso depreende-se que não o fez devido à organização da expedição de Mangalor na qual trabalhou desde Setembro de 1567.

Não obstante, julgamos importante que fique a nota relativa ao projecto deste vice-rei face ao Achém, até agora desconhecido, atestando uma vez mais como nesta cronologia os mares do Sul adquiriram uma crescente relevância política na estratégia global do Estado da Índia. Disso mesmo o indicam também as sugestões de conquista da China propostas pelo Padre

Antigo Regime, intitulado: *A Trajectória de D. Duarte de Eça: de capitão deposto a capitão de Goa* onde se discutem os acontecimentos sucedidos nas Molucas entre 1556 e 1559.

¹⁰⁵ Cf. Carta do cardeal D. Henrique a D. Antão de Noronha, Almeirim, 15.III.1565 – PUB. *DHMPPPO (Insulíndia)*, vol. III, doc. 17.

¹⁰⁶ Cf. *DHMPPPO (Insulíndia)*, pp. 185-186. Trata-se da História de Maluco no tempo de Gonçalo Pereira e de Sancho de Vasconcelos, composta no século XVII e dedicada a D. Filipe III de Portugal.

¹⁰⁷ Cf. Joseph Wicki, *Duas Relações...*, cit., pp. 140-142. Sugeriu ainda a total liberalização do comércio das Molucas.

¹⁰⁸ Cf. Carta de D. Antão de Noronha a D. Catarina, Goa, 22.XII.1566 – ANTT, CC I-108-19, fl. 2v.

¹⁰⁹ Cf. *Ibidem*.

Belchior Nunes Barreto¹¹⁰, em 1566, que preconizava um maior alargamento da influência portuguesa em toda a região sul, quer as propostas de criação de ordenanças em Malaca¹¹¹, às quais o vice-rei não foi alheio.

4.4. *Ceilão: o abandono de Kotte em 1565*

A presença portuguesa em Ceilão conheceu, no âmbito da crise de 1565-75, diversos sobressaltos, tendo cabido a D. Antão de Noronha gizar uma resposta. Após o cerco de Kotte de 1563, que uma vez mais evidenciara como Dharmapala (1551-1598), soberano de Kotte¹¹², não conseguiria defender-se sem o auxílio dos Portugueses, o filho do monarca de Sitawaka, Raju, decidiu lançar novo cerco a Colombo e a Kotte¹¹³. Este iniciou-se em Outubro de 1564 e prolongou-se até Fevereiro de 1565, não tendo o vice-rei podido intervir senão já depois do seu fim, remetendo provimentos para a ilha¹¹⁴. Face às dificuldades constatadas durante o cerco de 1564 quanto à defesa simultânea de Kotte e de Colombo e, na sequência de propostas anteriores, o conselho reunido por D. Antão em Goa, decidiu abandonar a antiga capital. O significado desta decisão já foi realçado pela historiografia¹¹⁵ pois traduziu um segundo momento da afirmação de dependência crescente daquele rei em relação ao Estado da Índia, no seguimento da conversão de Dharmapala ao Cristianismo em 1557.

Para levar a cabo o abandono de Kotte, decisão que D. Antão e o seu conselho deverão ter tomado em consonância com as dificuldades em acudir aos problemas malabares, relegando claramente para segundo plano a questão ceilonesa, o vice-rei nomeou Diogo de Melo Coutinho que seguiu com reforços, mantimentos e ordens para manter Goa informada¹¹⁶. Na verdade, o rei de Sitawaka, Mayadunne (1520-1581), propusera a D. Antão um tratado de paz em troca de canela e da promessa da sua conversão na condição do Noronha acolher Dharmapala em Goa, como este último aliás já sugerira¹¹⁷. Desconfiado das ofertas do rei de Sitawaka, o vice-rei rejeitara o

¹¹⁰ Cf. Carta do Padre Belchior Nunes Barreto a Jaime Mirón, Cochim, 20.I.1566 – PUB. *DI*, vol. VI, doc. 108, p. 710.

¹¹¹ Cf. Joseph WICKI, *Duas Relações...*, cit., p. 148. Com a conquista do Achém, afirmava, muito mais pimenta afluía a Malaca.

¹¹² Para a descrição do cerco de 1563: cf. Maria Augusta Lima CRUZ, *Diogo do Couto...*, cit., vol. I, pp. 20-42.

¹¹³ Para a descrição dos cercos de 1564: cf. *Ibidem*, pp. 86-117.

¹¹⁴ Cf. *Ibidem*, pp. 129-130. Fora o cerco “mais famoso que todos os da Índia” considerava Couto (cf. *Ibidem*, p. 121).

¹¹⁵ Cf. Zoltán BIEDERMANN, *A aprendizagem de Ceilão. A presença portuguesa em Sri Lanka entre estratégia talassocrática e planos de conquista territorial (1506-1598)*, dissertação de Doutoramento, Lisboa, FCSH-UNL, 2005, p. 369.

¹¹⁶ Cf. Maria Augusta Lima CRUZ, *Diogo do Couto...*, cit., vol. I, p. 129-130.

¹¹⁷ Cf. Carta de D. Antão de Noronha a D. Catarina, Goa, 22.XII.1566 – ANTT, CC I-108-19, fl. 2-2v.

pedido e dera ordens para que fosse paga uma tença de 2000 pardaus anuais a Dharmapala, enviando em Setembro de 1565 novos reforços para a ilha¹¹⁸.

As propostas de reforma no Ceilão, umas apontando para a proeminência que o capitão de Manar deveria exercer sobre os capitães de Colombo em todo o espaço ceilonês¹¹⁹, outras para a necessidade explícita de conquista de Sitawaka e Jafanapatão¹²⁰, a par com desejos de intervenção em Trincomale¹²¹, em 1566, indicam assim que nem a decisão tomada pelo vice-rei colhera o consenso, nem a sua opção de apenas intervir na ilha quando se revelava absolutamente necessário. Porém, a D. Antão preocupavam-no mais as quantidades de canela que Mayadunne enviava anualmente ao sultanato achém¹²². Apesar disso, a importância da decisão de abandono de Kotte, quer para o futuro da presença lusa na ilha, quer especialmente no quadro da crise de 1565-75, deverá ser equacionada como uma escolha que, penalizou esta região em detrimento de outras que se consideravam então mais necessitadas de atenção. Aliás, a decisão tomada não era nova pois já havia sido proposta em 1562¹²³.

4.5. *Fortificações e ampliação de defesas no Norte e em Goa*

Face à Província do Norte a manifesta preocupação de D. Antão foi a de procurar fortificar sobretudo Damão e Baçaim. Antes disso suceder, porém, em finais de 1564, o vice-rei despachara D. Luís Lobo, João de Sousa e D. Luís de Sousa para as capitánias de Baçaim, Damão e Diu, respectivamente¹²⁴. Fizera-o na sequência de rumores de cerco do sultão de Cambaia àquelas praças pela coligação liderada por Ahmadnagar, os quais o Noronha já detalhara para Lisboa em 1564, como vimos. Entretanto, em 1565, Damão fora cercada por um meio-irmão de Akbar, tendo João de Sousa vencido o cerco graças ao auxílio do capitão de Chaul, Tristão de Mendonça¹²⁵. As versões do cerco foram narradas de formas distintas. Enquanto Couto afiança que

¹¹⁸ Cf. Maria Augusta Lima CRUZ, *Diogo do Couto...*, cit., vol. I, p. 151; Em Setembro de 1567, o vice-rei enviou novos socorros.

¹¹⁹ Cf. Joseph WICKI, *Dois Relações...*, cit., pp. 150-153.

¹²⁰ Cf. Carta de Belchior Nunes Barreto a Jaime Mirón, Cochim, 20.I.1566 – PUB. *DI*, vol. VI, doc. 108, pp. 687 e 695-697. O vice-provincial não só criticava o abandono como sugeria a conquista para melhor amparar os cristãos locais.

¹²¹ Cf. Carta do Padre Sebastião Gonçalves ao Padre Lourenço de Mexia, Goa, 26.XI.1566 – PUB. *DI*, vol. VI, doc. 81, p. 510.

¹²² Cf. Carta de D. Antão de Noronha a D. Catarina, Goa, 22.XII.1566 – ANTT, CC I-108-19, fls. 2-2v.

¹²³ Por Simão de Melo Soares. Cf. Zoltán BIEDERMANN, *A Aprendizagem...*, cit., p. 369.

¹²⁴ Cf. Carta de D. Antão de Noronha a D. Sebastião, Goa, 30.XII.1564 – ANTT, CC I-107-37, fl. 4v.

¹²⁵ Cf. Cartas da Câmara de Chaul a D. Catarina e a D. Henrique, Chaul, 16.XII.1565 – ANTT, CC I-107-87/88, fl. 1v.

o vice-rei enviara socorros¹²⁶, o capitão da cidade, D. Luís Lobo, insiste que não mandara e que até lhe tirara homens¹²⁷. Nos anos seguintes, contudo, a preocupação de D. Antão foi assaz evidente através do envio de armadas e de ordens de fortificação.

A Câmara de Chaul escrevera a D. Catarina e ao cardeal D. Henrique mencionando o cerco de Damão e a acção de D. Antão neste, realçando como todas as praças do Norte necessitavam de fortificação¹²⁸, em especial, a própria Chaul, como aliás o cerco de 1570-71 tornaria evidente¹²⁹. D. Antão optou por fortificar Baçaim e Damão pois quanto ao caso de Baçaim são vários os indícios de que a acção do vice-rei não fora popular, tendo suscitado queixas escritas à rainha logo em 1565¹³⁰. Estas acções de fortificação também se estenderam a Goa, com uma importância bem conhecida, e mesmo um dos críticos de D. Antão reconhecia, neste ponto, que o Noronha seguia a política correcta, pedindo apoios financeiros ao rei para que o vice-rei pudesse prosseguir¹³¹.

Contudo, os esforços de D. Antão não se revelaram suficientes. No quadro da preparação da expedição de Mangalor, o vice-rei despachara Jorge de Moura para, uma vez mais, combater uma armada malabar estante a Norte mas, quando este após a vitória se encontrava a caminho de Angediva, D. Luís Mascarenhas e D. João de Eça foram mortos por outra esquadra malabar que rumara à região. Os corsários puderam ainda matar o capitão de Baçaim, D. Luís Lobo, deixando um rasto de destruição na área¹³². Quando D. Jorge de Meneses, “O Baroche” foi enviado ao Norte para vingar a afronta, a armada já escapara¹³³ e foi necessário esperar por Agosto de 1568 para que fosse possível o Estado salvar a face, com a derrota infligida por D. Luís de Almeida na barra de Surrate a alguns navios oriundos do Mar Vermelho¹³⁴.

¹²⁶ Cf. Maria Augusta Lima CRUZ, *Diogo do Couto...*, cit., vol. I, pp. 80-85.

¹²⁷ Cf. Carta de Luís Xira Lobo a Pedro de Alcáçova Carneiro – ANTT, CC I-108-11. Trata-se de D. Luís Lobo.

¹²⁸ Cf. Cartas da Câmara de Chaul a D. Catarina e a D. Henrique, Chaul, 16.XII.1565 – ANTT, CC I-107-87/88, fl. 1v.

¹²⁹ Sobre a defesa militar de Chaul em 1570-71 veja-se: R. O. W. GOERTZ, “Attack and defense techniques in the siège of Chaul, 1570-71”, in *Actas do II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, 1985, pp. 266-287.

¹³⁰ Cf. Carta dos habitantes de Baçaim a D. Catarina, Baçaim, 22.XII.1565 – ANTT, CC I-107-91, fl. 1. Já haviam escrito em 1564 como é referido na carta à rainha. Paralelamente, foram detectadas para os anos de 1564 e 1565 provisões de D. Antão que poderão estar na base das queixas daquela Câmara, sobre a compra de madeiras e as taxas a cobrar no bazar da cidade (cf. *APO*, fascículo 5, docs. 512 e 540).

¹³¹ Cf. Carta de Lopo Vaz de Sequeira a D. Sebastião, Bârdez, 30.XII.1566 – ANTT, CC I-107-87, fls. 2-3.

¹³² Cf. Maria Augusta Lima CRUZ, *Diogo do Couto...*, cit., vol. I, pp. 227-232.

¹³³ Cf. *Ibidem*, p. 252.

¹³⁴ Cf. *Ibidem*, pp. 365-368.

Se bem que, a política de ampliação de defesas montada por D. Antão quando circulavam rumores de nova ameaça turca¹³⁵ se tenha manifestado apta a conter aquela ameaça foi, todavia, insuficiente para a resolução do problema das armadas de piratas malabares que se deslocavam ao Norte. Para quem defendia a conquista do Guzerate como resposta à crise¹³⁶, a acção do vice-rei parecia claramente votada ao fracasso. Acresciam ainda as críticas de que este não prestava atenção à ribeira de Goa e que permitia a continuação de despesas desnecessárias na cidade¹³⁷. No entanto, e à parte das críticas, deverá reconhecer-se que foi graças ao esforço de fortificação de D. Antão que não só Goa foi defendida em 1570-71 no célebre Passo Seco¹³⁸, como foi possível dessa forma evitar que Damão e Baçaim pudessem também vir a ser cercadas pelo sultão de Ahmadnagar nos anos seguintes. Assim, importará ter presente que, ao cercar Chaul, este sultão escolhera a praça do Norte mais desguarnecida, tendo essa escolha sido, em certa medida, condicionada pelas opções de fortificação de D. Antão.

4.6. *A questão turca: da ameaça à África Oriental à tomada de Adém*

O primeiro ponto do Estado da Índia onde D. Antão desembarcara fora na África Oriental. A sua estadia em Moçambique, entre 13 de Julho e 4 de Agosto de 1564¹³⁹, foi estruturante para a visão que o vice-rei captou da região e da sua riqueza. Além da promulgação dos regimentos de Sofala e Moçambique durante aquela estadia, o vice-rei deixara provisoriamente à frente da capitania de Sofala, Belchior Botelho, o qual vinha nomeado vedor da fazenda, só depois despachando D. Francisco Mascarenhas para a região¹⁴⁰, assim que chegou à Índia. Novas notícias da atenção do vice-rei à região foram encontradas para o ano de 1566 quando então escreveu a D. Catarina que Mascarenhas folgava demasiado à frente daquela capitania, confessando a sua incompreensão da razão de ter que enviar provimentos para uma região que podia auto-sustentar-se e ainda encher dois galeões de ouro ao rei¹⁴¹.

¹³⁵ Cf. Joseph WICKI, *Duas Relações...*, cit., pp. 174-178.

¹³⁶ Cf. Carta do Padre Belchior Nunes Barreto a Jaime Mirón, Cochim, 20.I.1566 – PUB. *DI*, vol. VI, doc. 108, p. 679.

¹³⁷ Cf. Joseph WICKI, *Duas Relações...*, cit., pp. 164-168.

¹³⁸ Neste ponto vejam-se as considerações de Vítor Rodrigues sobre a obra de D. Antão: Vítor RODRIGUES, *Da Goa de Albuquerque à Goa Seiscentista: aspectos da organização militar da capital do “Estado da Índia”*, separata Instituto de Investigação Científica e Tropical, Lisboa, 2001, pp. 22-24.

¹³⁹ Cf. Carta do Padre Pero Fernandes aos irmãos da Sicília, Goa, 12.XI.1564 – PUB. *DI*, doc. 41, pp. 273-277.

¹⁴⁰ Cf. Carta de D. Antão de Noronha a D. Sebastião, Goa, 30.XII.1564 – ANTT, CC I-107-38, fls. 1 e 3.

¹⁴¹ Cf. Carta de D. Antão de Noronha a D. Catarina, Goa, 22.XII.1566 – ANTT, CC I-108-19, fl. 4.

Aparentemente centrado noutros problemas, o vice-rei não tomara conhecimento da ameaça turca que pairava sobre a região e que atingiria o auge das suas tensões na década de 1580. Graças a correspondência endereçada por agentes da Coroa no Médio Oriente foi possível apurar que o governador otomano do Egipto preparava uma poderosa armada para descer o canal de Moçambique e surpreender a armada da Índia de 1565, o que apenas não se confirmou devido a problemas na costa árabe¹⁴². Para o ano de 1568, o ano em que D. Luís de Ataíde foi enviado à Índia, há notícia de novos preparativos de uma armada turca a conduzir à África Oriental para assaltar a armada da Índia desse ano¹⁴³. Ao que tudo indica, o Noronha não estava informado destas ocorrências pois apenas se concentrara em enviar António Cabral e Pero Lopes ao Mar Vermelho, em Março de 1566¹⁴⁴, e não atentara minimamente à fortaleza de Ormuz, aparentemente calma desde o governo de João de Mendonça¹⁴⁵, mas necessitada de provimentos em 1568¹⁴⁶.

Por esta altura era discutida no Reino a eventualidade da assinatura de um tratado de paz luso-turco na sequência do regresso, em 1565, de António Teixeira de Istambul ali enviado pelo conde vice-rei, o qual acabaria por ficar sem efeito. Nesta data, o vice-rei desvalorizava os rumores que davam conta dos preparativos turcos para o cerco das Praças do Norte e Malaca. Como é sabido, a embaixada do Achém a Solimão, em 1563, apenas obteve o recrutamento de seis artilheiros¹⁴⁷ e o socorro turco que era suposto auxiliar os potentados indianos e malaios contra os Portugueses ficou-se pelo Iémen a debelar uma revolta local¹⁴⁸. Tal, significa que D. Antão não valorizou minimamente todos os boatos de então¹⁴⁹, preocupando-se apenas em explicar aos Jesuítas que não poderia socorrer a Etiópia¹⁵⁰, onde o bispo D. André de

¹⁴² Cf. Carta de Matias Furtado a D. Fernando de Meneses, Cairo, 18.I.1566 – PUB. *Documentação sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central*, vol. VIII, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos/National Archives of Rhodesia, 1975, doc. 14, p. 152.

¹⁴³ Cf. Carta de Tomás Carnoça a D. Afonso de Lencastre, Veneza, 16.VII.1568 – ANTT, CC I-108-111, fls. 1-1v.

¹⁴⁴ Cf. Maria Augusta Lima CRUZ, *Diogo do Couto...*, cit., vol. I, pp. 163-168.

¹⁴⁵ Cf. Carta de D. Pedro de Sousa a D. Sebastião, Ormuz, 25.V.1564 – ANTT, CC I-106-136.

¹⁴⁶ Cf. Joseph WICKI, *Duas Relações...*, cit., pp. 179-183. Este defendia ainda a existência de ordenanças em Ormuz, como D. Luís de Ataíde ensairia no seu governo. Criticava ainda a família real de Ormuz que acusava de estar ligada a Solimão pelo luto exibido no ano da sua morte. A única notícia que temos do vice-rei face a Ormuz data de Novembro de 1567 quando na sequência do insucesso de D. Jorge de Meneses, “O Baroque” em detectar naus do Achém nas Maldivas, o vice-rei lhe ordenou que escoltasse navios de Ormuz para a Índia (cf. Maria Augusta Lima CRUZ, *Diogo do Couto...*, cit., vol. I, p. 196).

¹⁴⁷ Cf. Carta de Gaspar Ribeiro e João Ribeiro a D. Sebastião, Veneza, 27.VII.1564 – PUB. Jorge Manuel dos Santos ALVES, *O domínio...*, cit., doc. 11, pp. 271-272.

¹⁴⁸ Cf. Maria Augusta Lima CRUZ, *Diogo do Couto...*, cit., vol. I, p. 791.

¹⁴⁹ Um desses boatos era transmitido pelo homem que se pensara inicialmente para suceder ao conde vice-rei. Cf. Carta de Martim Afonso de Melo e Castro a D. Sebastião, Goa, 12.XII.1564 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. IX, doc. 73, p. 540.

¹⁵⁰ Cf. Carta do Padre Belchior Nunes Barreto a Jaime Mirón, Cochim, 20.I.1566 – PUB. *DI*, vol. VI, doc. 109, p. 716.

Oviedo ficara isolado, apesar das ordens régias que nesse sentido lhe foram endereçadas¹⁵¹.

Porém, tal nunca significou que D. Antão não concordasse implicitamente com as propostas de conquista do império do Monomotapa, desta vez em clara consonância com outras personalidades da época¹⁵², mas antes que, uma vez mais, não pudera senão meramente sugerir ao rei o investimento na região. Quanto à paz a operar com os Otomanos não é conhecida qualquer opinião sua e, nem mesmo os boatos que em 1568 se espalharam pela Europa sobre a conquista de Adém pelos Portugueses¹⁵³, foram suficientes para inverter esta tendência. Ao desvalorizar a questão turca, Noronha dava um exemplo aos seus sucessores os quais, no contexto da crise de 1565-75, parecem também ter dado fraca importância à questão, facto este que não deverá ser desligado da morte de Solimão, em 1566.

5. Reestruturações administrativas: os regimentos das fortalezas

Durante o governo de D. Antão de Noronha, o esforço de reforma das diversas estruturas administrativas do Estado da Índia foi uma constante. O caso mais conhecido é o da reforma dos regimentos, que contribuiu sobremaneira para conter algumas despesas. Todavia, para avaliar devidamente o impacto das alterações em todas as fortalezas é necessário comparar os regimentos promulgados por D. Antão com os dados estantes no *Tombo do Estado da Índia de 1554*¹⁵⁴, de Simão Botelho. Esta análise ainda não foi desenvolvida e não poderá aqui ser apresentada dados os limites de extensão do presente trabalho, embora seja necessária pois permitirá apurar as fortalezas nas quais foram introduzidas mais alterações e de que forma tal se ajustou às prioridades políticas do vice-rei que aqui pretendemos estudar. Isto claro, além de permitir afiançar sobre o seu sucesso ou não visto que estas reformas vieram acentuar extraordinariamente a uniformidade feitoria/fortaleza¹⁵⁵.

¹⁵¹ Cf. Carta de D. Sebastião a D. Antão de Noronha, Lisboa, 6.III.1566 – PUB. *DI*, vol. VII, doc. 2, pp. 4-5. Na mesma carta o rei ordenava que D. Melchior Carneiro devia ser enviado em embaixada à China.

¹⁵² Cf. Carta do Padre Belchior Nunes Barreto a Jaime Mirón, Cochim, 20.I.1566 – PUB. *DI*, vol. VI, doc. 109, pp. 679 e 708.

¹⁵³ Todos se tratam de pequenas referências muito pouco precisas mas é interessante notar como a notícia se espalhou rapidamente, nomeadamente, através da cronologia da correspondência. Cf. Notícia da conquista de Adém pelos Portugueses – ANTT, CC I-108-104; Carta de Tomás Carnoça a D. Fernando de Meneses, Veneza, 31.V.1568 – ANTT, CC I-108-107; Carta de Rui Mendes a Pedro de Alcáçova Carneiro, Bruxelas, 1.VI.1568 – ANTT, CC I-108-108; Carta de D. Álvaro de Castro a D. Sebastião, Génova, 17.VII.1568 – ANTT, CC I-108-112.

¹⁵⁴ Cf. Rodrigo José de Lima FELNER (ed.), *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1868, pp. 7-246.

¹⁵⁵ Cf. Catarina Madeira SANTOS, “Goa é a chave”..., cit., p. 299.

A reforma dos regimentos seguiu um calendário próprio tendo boa parte destes sido promulgados nos anos de 1564 e 1565, o que contribuiu para reforçar a ideia do empenho do vice-rei em reagir à crise que encontrou quando chegou a Goa. Os primeiros regimentos a serem despachados foram os relativos a Sofala e Moçambique, ainda elaborados aquando da presença do vice-rei na África Oriental em Julho e Agosto de 1564, respectivamente¹⁵⁶. O regimento de Malaca foi o único que o vice-rei elaborou em Setembro¹⁵⁷, seguindo-se os regimentos relativos às praças do Malabar (Cochim, Cranganor, Coultão e Cananor), todos de Novembro¹⁵⁸. Os regimentos das Praças do Norte (Baçaim, Damão, Diu e Goa) foram exarados em Abril de 1565¹⁵⁹, bem como o regimento das Molucas¹⁶⁰. Por fim, Mangalor teve o seu regimento em inícios de 1568¹⁶¹ e Ormuz apenas em Agosto de 1568¹⁶².

A difícil situação financeira que D. Antão encontrou em 1564 apenas foi ultrapassada graças a um empréstimo concedido por amigos seus em Goa¹⁶³, estando o vice-rei desde o início, não só devido à feitura dos regimentos, apostado na redução das despesas¹⁶⁴. Contudo, após três meses o desânimo parecera tomar conta do fôlego de mudança que o vice-rei trouxera pois, segundo Manuel Ceilão, já tinha “grande fastio a papeis e aos despachos”¹⁶⁵ e encontrava-se tão “enfadado dos negocios e tão quebrado da diligencia”¹⁶⁶ que poucos eram os que acreditavam que levaria o esforço por diante. As dificuldades financeiras, logo em 1564, haviam impedido o vice-rei de se deslocar de imediato a Cananor para acudir àquela guerra¹⁶⁷, situação que, para além do mais, se via dificultada pela política de mesas que sempre concedeu à custa do seu ordenado.

Em 1566, a situação não parecia ter melhorado uma vez que D. Antão se queixava à rainha sobre a dificuldade em cumprir os regimentos e cortar as despesas que nesse ano haviam sido elevadas devido aos provimentos de

¹⁵⁶ Cf. Panduroga S. S. PISSURLENCAR, *Regimentos das fortalezas da Índia*, Goa, Tipografia Rangel, 1951, pp. 193-210.

¹⁵⁷ Cf. *Ibidem*, pp. 245-255.

¹⁵⁸ Cf. *Ibidem*, pp. 210-245.

¹⁵⁹ Cf. *Ibidem*, pp. 266-426.

¹⁶⁰ Cf. *Ibidem*, pp. 441-478.

¹⁶¹ Cf. *Ibidem*, pp. 494-498.

¹⁶² Cf. *Ibidem*, pp. 164-191. O facto de Ormuz ser a última fortaleza a merecer novo regimento contribui novamente para atestar a ideia da pouca atenção do vice-rei à região do Golfo Pérsico.

¹⁶³ Cf. Carta de Gaspar Pires a D. Sebastião, Goa, 10.XII.1564 – ANTT, CC I-107-32, fls. 1v-2.

¹⁶⁴ Cf. Carta de Manuel Ceilão a Pedro de Alcáçova Carneiro, Goa, 23.XII.1564 – ANTT, CC I-107-36, fls. 1v-2.

¹⁶⁵ Cf. *Ibidem*.

¹⁶⁶ Cf. *Ibidem*.

¹⁶⁷ Cf. Carta de D. Antão de Noronha a D. Sebastião, Goa, 30.XII.1564 – ANTT, CC I-107-38, fls. 3-3v.

Ceilão¹⁶⁸. Mesmo assim, tinha conseguido pagar 150 mil pardaus de dívidas¹⁶⁹, no exacto ano em que dispendera tanto com a armada de Gonçalo Pereira. O seu principal opositor, Lopo Vaz de Sequeira, afiançava ao monarca que o Noronha só pudera prosseguir as obras de fortificação e o apresto das armadas recorrendo à venda de navios¹⁷⁰. Nada aponta para que, em 1568, quando D. Luís de Ataíde chegou, a situação financeira tenha conhecido melhorias, tendo também em conta as despesas com a ida a Mangalor, financiadas pelo Senado de Goa¹⁷¹, e ainda com os socorros enviados a Malaca.

Numa época em que se acumulavam críticas ao sistema administrativo que iam desde o fim da matrícula geral da Índia¹⁷², às críticas à morosidade na justiça que se considerava que não deveria ser despachada pelo vice-rei¹⁷³, em que se propunham novas conquistas e em que as ordenanças eram encaradas como a única solução para pôr fim às ameaças dos diversos soberanos¹⁷⁴, a multiplicação dos diplomas da administração deste vice-rei revela claramente um esforço de reforma apenas parcialmente conseguido. Em 1566, o vice-rei remetera para Portugal um caderno com as despesas dos capitães de fortaleza¹⁷⁵ naquilo que aparenta ter sido uma tentativa de Lisboa interferir crescentemente no processo de saneamento das finanças do Estado da Índia desde, pelo menos, 1562¹⁷⁶.

As medidas de contenção atravessaram, assim, toda a governação do Noronha. Logo em Setembro de 1564, D. Antão fez assentar todas as mercês do tempo do conde vice-rei¹⁷⁷ a fim de pôr cobro à desordem na sua concessão e, conseqüentemente, poupar a Fazenda Real. Em Fevereiro de 1565, fez nova tentativa reduzindo os ordenados de alguns oficiais segundo mandato régio¹⁷⁸, procurando ainda incorporar os gentios das tanadarias de Goa nas armadas em apresto¹⁷⁹. Por fim, e com a finalidade de conter as críticas atrás mencionadas sobre o excesso de despesas em Goa, o vice-rei promul-

¹⁶⁸ Cf. Carta de D. Antão de Noronha a D. Catarina, Goa, 22.XII.1566 – ANTT, CC I-108-19, fls. 1 e 2. Vítor Rodrigues refere que em 1566 a Fazenda Real devia 72 mil pardaus de ouro à Câmara de Goa (cf. Vítor RODRIGUES, *A Evolução...*, cit., tomo II, p. 283).

¹⁶⁹ Cf. *Ibidem*, fl. 3v.

¹⁷⁰ Cf. Carta de Lopo Vaz de Sequeira a D. Sebastião, Bârdéz, 30.XI.1566 – ANTT, CC I-107-87, fl. 2.

¹⁷¹ Cf. Vítor RODRIGUES, *A Evolução...*, cit., tomo II, p. 283.

¹⁷² Cf. Joseph WICKI, *Dois Relações...*, cit., p. 169

¹⁷³ Cf. *Ibidem*, p. 171.

¹⁷⁴ Cf. *Ibidem*, p. 169 e 172. Segundo o autor a matrícula geral da Índia devia ser substituída pelas ordenanças.

¹⁷⁵ Cf. Carta de D. Antão de Noronha a D. Sebastião, Goa, 29.XII.1566 – ANTT, CC I-108-24, fl. 1.

¹⁷⁶ Relembre-se que já D. Francisco Coutinho havia remetido também ele um caderno de despesas, o qual até motivara, em parte, a postura reformista da Coroa face aos regimentos.

¹⁷⁷ Cf. *APO*, fascículo 5, doc. 520, Goa, 12.IX.1564.

¹⁷⁸ Cf. *Ibidem*, doc. 540, Goa, 21.II.1565.

¹⁷⁹ Cf. *Ibidem*, doc. 534, Goa, 6.II.1565.

gou, em Setembro de 1567, um novo regimento para a alfândega¹⁸⁰. Porém, como referido, e se bem que se desconheçam dados para o seu último ano de governo, tudo aponta para que o esforço de D. Antão não tenha resolvido os problemas.

6. Em tempo de Contra-Reforma: D. Antão de Noronha e o Concílio Provincial de 1567

O peso da Contra-Reforma que já vinha em crescendo acentuado desde os finais da década de 1540, pesou cada vez mais na agenda dos vice-reis da década de 1560. De facto, com o governo de D. Constantino de Bragança esse peso fora extraordinariamente agravado com a chegada do arcebispo D. Gaspar Leão Pereira e, pouco depois, com a institucionalização da Inquisição no Estado da Índia. Nas décadas de 1550 e 1560, com a possível excepção do governador Francisco Barreto, todos os governadores e vice-reis foram próximos dos bispos, depois arcebispos de Goa e, mais em particular, dos Jesuítas. Esta proximidade frequentemente não espelhava apenas uma relação política, sendo sobejamente correspondida por devoções pessoais. Assim ocorrera com D. Afonso de Noronha, D. Pedro Mascarenhas, D. Constantino de Bragança, com o conde vice-rei e até com João de Mendonça. Dificilmente, portanto, D. Antão de Noronha poderia constituir uma excepção a esta regra. Considerando que na armada de 1564 seguiam os éditos tridentinos que o regente D. Henrique tencionava aplicar na Índia e a importância do meio-irmão de D. Antão, o bispo D. André de Noronha, ligado ao cardeal nesta matéria, na sua indignação, seria difícil um desfecho diferente.

Também dada a sua ligação familiar ao vice-rei D. Afonso, a quem já vimos D. Antão tendeu a ser comparado, nele se depositavam grandes esperanças de governo favorável aos interesses da Igreja oriental em geral, e mais em especial, de favorecimento da Companhia de Jesus¹⁸¹. De facto, quer para perceber o papel do vice-rei no Concílio Provincial de 1567, quer para entender aquela que foi a área do seu governo onde inegavelmente D. Antão não recebeu críticas¹⁸², é necessário acompanhar a relação do vice-rei com os diferentes religiosos, pois a imbricação das lógicas políticas com as religiosas não só era inerente à mentalidade de Quinhentos, como se acentuou bastante com a chegada dos tempos da Contra-Reforma.

¹⁸⁰ Cf. Vitorino Magalhães GODINHO, *Les Finances de l'état portugais des Indes Orientales (1517-1635). Matériaux pour une étude structurale et conjoncturelle*, Paris, Centro Cultural Português/Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, pp. 136-154.

¹⁸¹ Dizia o Padre Francisco Henriques em 1564 que o vice-rei era “muy amigo de la Compañia y espérasse que favorezca mucho todos sus menesterios en aquellas partes” (cf. Carta do Padre Francisco Henriques a Jaime Lainez, Lisboa, 21.III.1564 – PUB. *DI*, vol. VI, doc. 32A, p. 194).

¹⁸² A atestá-lo está o relativo silêncio com que toda esta matéria é tratada pelo autor da *Relação da Índia de 1568*.

Esta proximidade entre o religioso e o político encontra-se patente na carta dirigida pelo arcebispo de Goa ao monarca onde este afirmava que a existência do Estado da Índia não teria sentido se o trabalho de missionação não fosse prosseguido de forma sistemática¹⁸³. Beneficiando do contexto da regência do inquisidor-mor do Reino, nos anos de 1565 e 1566, D. Antão recebeu sucessivamente cartas régias ordenando-lhe como prioridade principal do seu governo o aumento das conversões, em 1565¹⁸⁴, a que foi acoplado, em 1566¹⁸⁵, o objectivo de combate máximo à presença islâmica na Ásia naquele que foi um claro rejuvenescimento do espírito de cruzada. Nestas missivas era ainda aconselhado a D. Antão que governasse sempre com o parecer dos religiosos e, mais em particular, do arcebispo de Goa uma vez que era com ele que deveria decidir quais os gentios a expulsar da ilha de Goa. Assim se explica aquela que foi uma das políticas fundamentais prosseguida por este vice-rei: o derrube sistemático de Pagodes na ilha de Goa nos anos de 1565, 1566 e 1567.

Como mencionado, em 1564, D. Antão já diligenciara para apurar o que se passara com a morte de um meirinho e tentativa de homicídio de um padre numa aldeia de Goa¹⁸⁶. Durante o ano de 1565, a proximidade de D. Antão ao arcebispo, personalidade na qual o vice-rei sempre se apoiou, aumentou com a partida do Padre António de Quadros para Malaca de quem era igualmente próximo. Fora na sequência provável dos pedidos do arcebispo que o vice-rei encarregara Diogo Fernandes de incendiar os Pagodes de Rachol¹⁸⁷. Após o seu incêndio, o Noronha proibiu expressamente, já em 1566 e numa primeira fase¹⁸⁸, a construção de novos pagodes e a reedificação dos antigos, o que causou reacção por parte das populações afectadas pela decisão. Estas procuraram convencer o vice-rei a recuar na sua decisão acenando com o tão necessário dinheiro para o Estado, mas o arcebispo e os Jesuítas conseguiram impedir que D. Antão mudasse de intenções. Para formalizar a decisão, o Noronha convocou uma junta de teólogos na presença

¹⁸³ Cf. Carta de D. Gaspar Leão Pereira a D. Sebastião, Goa, 20.XI.1564 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. IX, doc. 44, p. 315.

¹⁸⁴ Cf. Carta de D. Sebastião a D. Antão de Noronha, Almeirim, 20.II.1565 – PUB. *DI*, vol. VI, doc. 70.

¹⁸⁵ Cf. Carta de D. Sebastião a D. Antão de Noronha, Lisboa, 28.II.1566 – PUB. *DI*, vol. VII, doc. 1. Logo a seguir o monarca escrevera a D. Gaspar informando-o da situação e pedindo-lhe que relembresse o objectivo a D. Antão (cf. Carta de D. Sebastião a D. Gaspar Leão Pereira, Lisboa, 28.II.1566 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. X, doc. 8).

¹⁸⁶ Cf. Carta do Padre Jorge Caldeira aos irmãos europeus, Goa, 11.XII.1564 – PUB. *DI*, doc. 54, pp. 358-359.

¹⁸⁷ Cf. Carta do Padre Francisco Cabral ao geral de Roma, Baçaim, 3.XII.1565 – PUB. *DI*, doc. 88, pp. 606-707 e 617-618.

¹⁸⁸ Cf. *DI*, vol. VI, doc. 106A, Rachol, 14.I.1566 em que proibia a reedificação sem a sua autorização; Cf. *APO*, fascículo 5, doc. 567, Goa, 29.III.1566 em que proibia reparos e construção de novos pagodes.

do arcebispo e do bispo de Cochim, D. Jorge Temudo¹⁸⁹, da qual emanou a decisão final de prosseguir com o derrube de mais pagodes.

Desde então “despois que do Viso-Rei soube que era sua vontade destrui-rem-sse [os pagodes] não descansou até não serem desbaratados”¹⁹⁰. A então firmeza do vice-rei contrastara com a opinião que transmitira em carta ao rei, logo em 1564, manifestando a sua apreensão com a política de conversões forçadas e alertando para os perigos do despovoamento das aldeias da ilha de Goa¹⁹¹. No entanto, fora esta mesma firmeza que o tornara já conhecido na Europa e que levava o Papa Pio V a endereçar uma carta ao vice-rei e aos seus conselheiros, congratulando-o pelo bom desempenho e incitiando-o a prosseguir a sua obra¹⁹². Porém, o apoio de D. Antão aos intentos dos religiosos não foi apenas institucional na medida em que também escrevera ao rei pedindo apoios para o Colégio de São Paulo de Goa e ainda provisões para poder confirmar a doação, aos colégios jesuítas de Baçaim e Cochim¹⁹³, de terras vagas em Baçaim e Damão. Em 1567, apoiou também o projecto do bispo de Cochim de criação do colégio jesuíta de Manar dando ordens a Diogo de Melo Coutinho para que proovesse tudo o que fosse necessário¹⁹⁴ e retomara ainda a política do tio de envio de Jesuítas a bordo das armadas de vigilância que iam ao Mar Vermelho, em 1565 e 1566¹⁹⁵.

Paralela e inter cruzada com esta política de D. Antão encontra-se uma política de aprovação de leis de espírito contra-reformista sobre os órfãos que deveriam ser entregues aos Jesuítas na ilha de Goa¹⁹⁶, as condenações para os judeus e mouros que convertessem gentios¹⁹⁷, a expulsão dos judeus das fortalezas lusas¹⁹⁸, a condenação das mulheres adúlteras que se acolhiam

¹⁸⁹ Cf. Carta do Padre Gomes Vaz ao Padre Leão Henriques, Goa, 29.XI.1566 – PUB. *DI*, vol. VII, doc. 16, p. 53, 62-63 e 65.

¹⁹⁰ Cf. Carta do Padre Gomes Vaz ao Padre Leão Henriques e aos irmãos lusitanos, Goa, 12.XII.1567 – PUB. *DI*, vol. VII, doc. 90, pp. 380, 389, 392 e 397. O Padre Gomes Vaz anotava ainda que D. Antão não se deixara impressionar pelos pedidos dos gentios e que mandara construir duas igrejas no local onde anteriormente se encontravam os pagodes, a pedido dos religiosos.

¹⁹¹ Cf. Carta de D. Antão de Noronha a D. Sebastião, Goa, 30.XII.1564 – PUB. *DI*, vol. VI, doc. 58A, pp. 402-404.

¹⁹² Cf. Carta do Papa Pio V a D. Antão de Noronha e seus conselheiros, Roma, 11.X.1567 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. X, doc. 36.

¹⁹³ Cf. Carta de D. Antão de Noronha a D. Sebastião, Goa, 30.XII.1564 – PUB. *DI*, vol. VI, doc. 58A, pp. 402-404.

¹⁹⁴ Cf. Carta de Belchior Nunes Barreto ao Padre Francisco de Borja e ao Padre Leão Henriques, Cochim, 20.I.1567 – PUB. *DI*, doc. 38, p. 197.

¹⁹⁵ Cf. Carta do Padre Francisco Cabral ao geral de Roma, Baçaim, 3.XII.1565 – PUB. *DI*, vol. VI, doc. 88, p. 605; Cf. Carta do Padre Gomes Vaz ao Padre Leão Henriques, Goa, 29.XI.1566 – PUB. *DI*, doc. 16, pp. 46-47.

¹⁹⁶ Cf. *DHMPPO (Índia)*, vol. IX, doc. 42, Goa, 4.XI.1564. Em confirmação da lei de D. Constantino de 1559.

¹⁹⁷ Cf. *Ibidem*, doc. 47, Goa, 27.XI.1564.

¹⁹⁸ Cf. *Ibidem*, docs. 74 e 75. A este respeito veja-se o estudo de José Alberto TAVIM, *Judeus e cristãos-novos em Cochim. História e Memória (1500-1662)*, Braga, Edições da APPACDM, 2003.

às Igrejas¹⁹⁹ e a tentativa crescente de afastar os gentios dos cargos da administração²⁰⁰, todas políticas que antecederam a realização do Concílio Provincial de Goa de 1567. Este foi convocado para que os religiosos pudessem discutir abertamente questões tão importantes quanto o princípio da conversão forçada e a aplicação dos cânones de Trento às missões da Índia. Com o triunfo do princípio da não conversão forçada, o qual vimos fora defendido pelo vice-rei, que sempre acompanhara a realização do Concílio²⁰¹, foram aprovados uma série de decretos.

A generalidade dos artigos mais importantes do Concílio que exigiam articulação com o poder político ou foram aprovados imediatamente a seguir por D. Antão²⁰² ou já encontravam paralelo nas políticas anteriormente descritas²⁰³. Significa isto, a despeito da falta de um estudo global sobre a implantação da Contra-Reforma no Estado da Índia e apesar de alguns estudos se aproximarem desta temática²⁰⁴, que D. Antão de Noronha não se limitou a participar na discussão então realizada, mas que aprovou na quase totalidade todos os decretos do Concílio. A importância desta decisão para a História do Estado da Índia do século XVI e, mormente, as implicações no seu desenvolvimento, deverá assim ser equacionada como um dado a reter. Ao acentuar a proximidade entre os assuntos religiosos e os políticos, D. Antão abria o precedente da crítica à promiscuidade desta ligação, o que suscitaria episódios relevantes nos anos seguintes. A título exemplificativo, relembre-se a dificuldade de D. Luís de Ataíde em enfrentar o parecer dos religiosos que opinavam sobre o abandono de certas praças, aquando do cerco de Goa em 1570-71. Por detrás de tal atitude estão, sem dúvida, anos de fortalecimento da influência política dos religiosos, fenómeno que teve um significativo episódio no governo de D. Antão.

¹⁹⁹ Cf. *Ibidem*, vol. X, doc. 29, Goa, 15.V.1567.

²⁰⁰ Para este ponto veja-se a cópia do regimento régio a D. Antão sobre o arcebispo D. Gaspar relativo à protecção dos cristãos na venda dos ofícios. – Cf. *Ibidem*, doc. 31, Goa, 27.VI.1567.

²⁰¹ Cf. Carta do Padre Gomes Vaz ao Padre Leão Henriques e aos irmãos lusitanos, Goa, 12.XII.1567 – PUB. *DI*, doc. 90, p. 380.

²⁰² Para a comparação dos decretos do Concílio e da lei aprovada por D. Antão no seu rescaldo: cf. *DHMPPO (Índia)*, vol. X, docs. 44 e 45.

²⁰³ A política de afastamentos dos mouros dos cargos é um exemplo pois já fora gizada anteriormente face aos gentios.

²⁰⁴ Cf. Dauril ALDEN, *The making of an enterprise. The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond, 1540-1750*, Stanford, Stanford University Press, 1996; Ana Cannas da CUNHA, *A Inquisição no Estado da Índia. Origens (1539-1560)*, Lisboa, Arquivo Nacional Torre do Tombo, 1995; Ângela Barreto XAVIER, *A Invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2008.

7. Ecos dissonantes: a oposição declarada e a oposição velada

Durante os seus quatro anos de governo D. Antão deparou-se e teve de atalhar a inúmeras dificuldades. Frequentemente as críticas e propostas de reformulação do Estado da Índia, tão características da crise de 1565-75, acabaram por se constituir como factores de oposição às políticas do vice-rei. Aos opositores declarados, Noronha acrescentava assim uma lista de outros opositores os quais, no seio das suas contestações ao sistema de remuneração vice-real e aos triénios, não deixavam de aproveitar para fazer sentir a sua oposição às políticas seguidas pelo vice-rei. O melhor exemplo do que foi anteriormente afirmado pode ser encontrado no caso do autor da Relação de 1568, provavelmente o vedor da fazenda, João da Fonseca, segundo Wicki²⁰⁵, tese que nos parece provável pela análise do seu texto, e em específico, pelas suas constantes críticas e propostas no plano económico-financeiro. Este autor, em vários pontos da sua Relação, critica indirectamente opções tomadas por D. Antão para só no final se declarar verdadeiramente um seu opositor, apesar de como vimos ter regressado à Índia com este vice-rei e de já ter cooperado com D. Afonso de Noronha.

Desde logo, o tom apocalíptico²⁰⁶ da sua escrita, intencional para chamar a atenção das elites do Reino para a difícil situação oriental, denota esta oposição. Entre as críticas que dirige a Lisboa e que afectam directamente o vice-rei contam-se a insatisfação com o sistema dos triénios, que em seu entender não permitia a nenhum vice-rei entrar verdadeiramente na governança da Índia²⁰⁷, a defesa constante do sistema das ordenanças e de uma revalorização por parte dos vice-reis da ribeira de Goa²⁰⁸. Nestas críticas veladas a D. Antão pressente-se uma apreciação negativa do seu governo. Esta surge clara quando defende que a fortaleza de Mangalor já devia ter sido construída antes²⁰⁹ e, sobretudo, que o vice-rei deveria sair anualmente de Goa a fim de combater a pirataria malabar²¹⁰ e acudir a outras regiões onde a sua presença fosse necessária, como o Norte ou o Ceilão.

Se se tiver em conta que foi necessário esperar por Dezembro de 1567 para que D. Antão de Noronha saísse pela primeira vez de Goa, compreende-se que esta crítica velada não poderia ter outro objectivo senão o de criticar directamente D. Antão. Fosse por contingências financeiras ou por opção

²⁰⁵ Cf. Joseph WICKI, *Duas Relações...*, cit., p. 134. Maria Augusta Lima Cruz considera que a Relação não seria destinada ao Padre Luís Gonçalves da Câmara como refere Wicki (cf. Maria Augusta Lima CRUZ, *D. Sebastião*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2006, p. 176). É possível que fosse destinada à vedoria da fazenda dado o pendor fortemente económico dos seus considerandos.

²⁰⁶ Um exemplo em muitos: caso a Índia fosse perdida “em o qual, se se perder, se perde outra Grécia”. Cf. *Ibidem*, p. 138.

²⁰⁷ Cf. *Ibidem*, pp. 148-149.

²⁰⁸ Cf. *Ibidem*, p. 167.

²⁰⁹ Cf. *Ibidem*, p. 163.

²¹⁰ Cf. *Ibidem*, p. 156.

política, Noronha não tinha ido mais longe do que Rachol²¹¹. Até àquele momento nenhum outro governador ou vice-rei da Índia passara três anos consecutivos em Goa. Mesmo nos casos de governadores que tiveram mandatos superiores a três anos como Nuno da Cunha (1529-1538) ou D. Afonso de Noronha (1550-1554), a permanência em Goa por três anos não é encontrada. D. Antão de Noronha parece assim ter sido, de facto, o primeiro vice-rei a quebrar a tradicional itinerância político-militar do dirigente máximo do Estado da Índia, pelo menos, durante aqueles três anos. A situação tornava-se ainda mais insustentável devido aos problemas da pirataria malabar, razão pela qual também se defendiam insistentemente as ordenanças. Apesar destas críticas, é notório que o autor da Relação de 1568, a despeito de eventuais conflitos que tenha tido com D. Antão, não o considerava mal intencionado, conclusão esta patente na leitura do único excerto em que menciona directamente o Noronha:

“Sayba Vosa Mercê em certo que nunqua a Imdia esteve no trabalho que agora estaa. E hao viso-rey Dom Antão não lhe falecem todas as partes que deve de ter hum singular viso-rey, mas não hé bem afurtunado, e também hé muito remiso e imigo de comcrusão nos negocios. Verdadeyramente que às vezes hey doo dele, porque este pego hé maior do que ho em que ele mandava, que era Ormuz, e tambem dese Reyno falecerão-lhe com o cabedal por omde se vee em muitos trabalhos. E tambem tem tantos parentes seus e da senhora sua molher que ho atribulão muito, mas quem lhe tirar vertude, amor de Deos e do proximo, emtemdido, folgar com a justiça, não dirá verdade; mas como digo não hé bem-afortunado na gerra princípalmente, e os homens da Imdia tem isto geralmente pera sy”²¹².

Retirando possíveis exageros desta apreciação há que reconhecer que algumas críticas que este autor faz a D. Antão encontram paralelo na imagem que o cronista e amigo de D. Antão, Diogo do Couto, dele traça, em especial na ideia de que as circunstâncias não favoreceram o seu governo.

Já se anotou também como D. Antão procurara, através de uma acção enérgica em finais de 1564, recuperar o pleno controlo da situação asiática em favor do Estado da Índia. Porém, havia quem comparasse a sua atitude à do tio D. Afonso de Noronha quando chegou à Índia em finais de 1550²¹³, e considerasse que o seu verdadeiro governo ainda estava para começar²¹⁴. Às críticas sobre a ineficiência militar do vice-rei²¹⁵, juntaram-se outras, bem

²¹¹ No âmbito da questão dos Pagodes em 1565-66. A esta crítica juntava-se outra bem directa a D. Antão: a crítica aos vice-reis que se demitiam da guerra directa contra os mouros. Cf. *Ibidem*, pp. 157-158.

²¹² Cf. *Ibidem*, p. 173.

²¹³ Cf. Carta de Manuel Ceilão a Pedro de Alcáçova Carneiro, Goa, 23.XII.1564 – ANTT, CC I-107-36, fl. 1v.

²¹⁴ Cf. *Ibidem*.

²¹⁵ Cf. Carta de Luís Xira Lobo a Pedro de Alcáçova Caneiro, Damão, 25.XI.1566 – ANTT, CC I-108-11, fl. 1v.

mais graves, do antigo capitão de Goa, Lopo Vaz de Sequeira (1562-1565). Este além de se queixar das afrontas de D. Antão quando lhe propusera tomar em mãos as reparações de diversas armadas²¹⁶, criticava, em 1566, quase todas as políticas do vice-rei e, até, a sua pessoa. Não só D. Antão era “sequo nas palavras”²¹⁷, como apenas se interessava em utilizar os cargos para neles prover os seus familiares²¹⁸, multiplicando ainda as críticas à política do vice-rei, em especial, em Goa onde provera D. Paio de Noronha em Pangim²¹⁹, caso este que considerava escandaloso, apesar de como referido, concordar com a sua política de fortificações. O opositor mais declarado do vice-rei também não hesitava em escrever ao monarca que “Do estado da terra não tenho que escrever a V. A. por que he pior em que a tenho visto de trinta e tres annos pera qua”²²⁰. É bem possível que estas palavras fizessem parte da sua estratégia de captar a atenção régia para o pedido de mercês que em seguida fazia, até porque se encontrava à data da escrita da carta, exilado em Bârdez. Queda por esclarecer se tal sucedera por decisão do vice-rei após as desavenças entre ambos²²¹.

Uma visão distinta da anteriormente assinalada pode ser encontrada em Gaspar Pires, o qual já se encontrava na Índia desde 1546 como o próprio escreve e que, em 1564, opinava que D. Antão era um homem de confiança à altura dos desafios do seu tempo, sugerindo que o rei não ligasse às calúnias que sobre ele seriam inventadas e mesmo que o mantivesse “quua muitos anos”²²². Também Martim Afonso de Melo, em 1565, o pretendente à nomeação em 1564, escrevia que “Dom Antão hao presente ho faz bem, e, des que veo, esta esta tera menos trabalhosa do que estava”²²³.

Como será referido adiante, Couto, apesar da amizade e estima que sempre o uniu a D. Antão de Noronha, concorda com algumas das críticas que lhe foram feitas, como a do constante provimento dos cunhados nas principais missões do seu vice-reinado ou, ainda, a ideia de que o seu tempo fora infeliz e cheio de infortúnios. Mas, à parte esta consideração, foi em torno de duas grandes questões que o cronista retratou a oposição que se formou contra o vice-rei. Um primeiro momento respeitava ao caso de D. Paio de Noronha, que D. Antão, logo em 1564, tivera de afastar da capitania de Cananor por a sua avançada idade ser incapacitante para a defesa

²¹⁶ Cf. Carta de Lopo Vaz de Sequeira a D. Sebastião, Bârdez, 30.XI.1566 – ANTT, CC I-107-87, fl. 1-1v.

²¹⁷ Cf. *Ibidem*, fl. 2.

²¹⁸ Cf. *Ibidem*, fl. 2v.

²¹⁹ Cf. *Ibidem*, fl. 3.

²²⁰ Cf. *Ibidem*. Segundo Sequeira, D. Paio de Noronha era nobre de um estrato demasiado baixo para lhe ser atribuído aquele cargo.

²²¹ Cf. *Ibidem*, fl. 1-1v.

²²² Cf. Carta de Gaspar Pires a D. Sebastião, Goa, 10.XII.1564 – ANTT, CC I-107-32, fl. 1v.

²²³ Cf. Carta de Martim Afonso de Melo a D. Sebastião, Goa, 12.XII.1565–PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. IX, doc. 73, p. 543. Na sua carta, o fidalgo faz ainda uma série de sugestões de reforma política e também critica o sistema vice-real.

da cidade, nomeando-o para a tanadaria de Pangim, em caso polémico. O outro, e bem mais importante, prende-se com a expedição a Mangalor na qual se torna notória a incapacidade de D. Antão em controlar a fidalguia ansiosa por feitos militares e mercês, que durante três anos vira negados dada a presença constante do vice-rei em Goa.

Por seu lado, Noronha já antes de partir para a Índia antecipara à rainha que seria mal visto²²⁴ no Oriente e, em 1564, pedia-lhe que “me [não] julgasse Vossa Alteza senão pola verdade sabida de pesoas de credyto e confiança e desapaixonadas porque louvores a Deos não trato senão de seruir el rey e de compryr muito inteiramente com a obriguação deste cargo que me encarregou”²²⁵, rogando-lhe ainda na qualidade de vice-rei, uma viagem à China em seu nome, para se compensar das despesas das mesas com a fidalguia que fizera à conta do seu ordenado “pera que a necesydade ho não obrigue a deyxar de fazer ho que deve”²²⁶. A imagem de um homem apostado em defender-se de críticas que lhe pudessem ser apontadas encontra-se igualmente na carta dirigida a Pedro de Alcáçova Carneiro, na qual D. Antão pedia ajuda na corte contra Bernardim de Távora devido ao caso que passara na Índia com os seus filhos desavindos²²⁷. D. Antão manifestava ainda o seu desânimo perante a falta de companheiros “pera me ajudarem a pasar estes trabalhos sendo neçesaryos muitos”²²⁸.

Importa também relembrar neste ponto a oposição que o vice-rei encontrara quando tentou levar os homens para a guerra e que teria mesmo levado a fidalguia a impedi-lo de deslocar-se a Cananor, em 1564²²⁹. Ainda nesse ano, D. Antão, já prevendo as complicações do caso de D. Paio, pedira revogação da mercê vitalícia da capitania de Cananor ao fidalgo²³⁰. Em 1566, segundo momento em que podemos perscrutar o seu vice-reinado, D. Antão lamentava-se à rainha dos mancebos que eram coisa que “mais dão trabalho a hum visorey”²³¹, manifestava o seu desagrado perante as nomeações vindas nas armadas da Índia de 1565 e 1566²³², referia-se aos problemas

²²⁴ Cf. Carta de D. Antão de Noronha a D. Catarina, Goa, 30.XII.1564 – PUB. *Gavetas*, vol. II, doc. 2067, pp. 706-707.

²²⁵ Cf. *Ibidem*, p. 709.

²²⁶ Cf. *Ibidem*, p. 711.

²²⁷ Cf. Carta de D. Antão de Noronha a Pedro de Alcáçova Carneiro, Goa, 30.XII.1564 – ANTT, CC I-107-38, fls. 1v-2. D. Antão remetera para o Reino dois filhos daquele fidalgo que encontrara presos por terem injuriado o governador João de Mendonça e que posteriormente se incompatibilizaram com um filho do governador Francisco Barreto. Uma vez mais, D. Antão fizera tudo em conselho e pedia que o defendessem na corte.

²²⁸ Cf. *Ibidem*, fl. 3.

²²⁹ Cf. Carta de D. Antão de Noronha a D. Sebastião, Goa, 30.XII.1564 – ANTT, CC I-107-38, fl. 3v.

²³⁰ Cf. *Ibidem*, fl. 5v.

²³¹ Cf. Carta de D. Antão de Noronha a D. Catarina, Goa, 22.XII.1566 – ANTT, CC I-108-19, fl. 4.

²³² Cf. *Ibidem*, fl. 4v.

que tivera devido ao caso de D. Paio de Noronha²³³ e, mormemente, conformava-se com a sua impotência para combater os abusos dos capitães de Diu, Damão, Baçaim e Ormuz, pois não queria nem podia contradizer as mercês régias²³⁴. Mesmo assim, não tinha perdido a esperança de que a situação melhorasse²³⁵.

8. Saldo da situação da Índia em 1568

Bem mais do que todos os vice-reis anteriores, como sejam D. Afonso de Noronha ou D. Constantino de Bragança, cuja vertente militar constituiu o principal eixo dos seus governos, D. Antão de Noronha foi um vice-rei que procurou implementar a sua política a partir de Goa. Talvez possamos mesmo afirmar ter sido este o primeiro vice-rei da segunda metade do século XVI a fazê-lo, após o relativo insucesso do conde vice-rei que procurara fazer o mesmo²³⁶. Claramente apostado em tudo supervisionar e dirigir a partir daquela cidade, em nosso entender, foi este o motivo pelo qual D. Antão foi tão criticado enquanto vice-rei irresoluto ou incompetente. Na verdade, até pela sua nomeação, era esperado alguém que governasse à custa de grandes feitos de armas, como aliás sucedia com quase todos os governadores e vice-reis.

Face à crise que encontrou à sua chegada, a sua opção de permanecer três anos em Goa não foi, pois, fortuita. Ao fazê-lo, D. Antão afirmou-se como um vice-rei que gizava todas as directrizes políticas a partir da capital, reforçando o conceito de capitalidade e, talvez por isso, sofrendo também as censuras daqueles que desejavam um regresso à proeminência político-económica do Malabar²³⁷. Este facto encontra um claro paralelo com o já sucedido na primeira metade de Quinhentos com o longo governo de Nuno da Cunha (1529-1538), comparação esta, aliás, feita logo na década de 1570²³⁸. Esta opção política de D. Antão poderá também ajudar a explicar o

²³³ Cf. *Ibidem*, fl. 5.

²³⁴ Carta de D. Antão de Noronha a D. Sebastião, Goa, 29.XII.1566 – ANTT, CC I-108-24, fls. 1-1v.

²³⁵ A autora do trabalho sobre as regências na menoridade de D. Sebastião considera que muita da oposição que D. Antão enfrentou na Índia bem como muitas das hesitações que então se colocavam a Oriente sobre o rumo político e para as quais era necessária articulação com Lisboa, ultrapassavam claramente o âmbito de uma regência delimitada como fora a do cardeal-infante D. Henrique (cf. Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo CRUZ, *As Regências na menoridade de D. Sebastião. Elementos para uma história estrutural*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1992, p. 201). Esta consideração poderá ser importante na explicação de um certo sentimento de abandono político, por vezes, manifestado por D. Antão nas suas cartas em relação à regência.

²³⁶ Coutinho apenas se deslocara a Cochim em finais de 1562, passando o resto do tempo em Goa por oposição à maior itinerância de Francisco Barreto ou D. Constantino de Bragança.

²³⁷ Vejam-se os considerandos do autor da Relação de 1568 anteriormente noticiados.

²³⁸ Cf. Diogo do Couto, *O primeiro soldado...*, cit., p. 549.

precoce discurso da fidalguia sobre a decadência do Estado da Índia que tão facilmente se encontra para este período.

O facto de D. Antão ter optado por uma política de reforço de defesas navais e terrestres, como já foi demonstrado por Vítor Rodrigues²³⁹ revelou-se pleno de consequências para o governo do seu sucessor. Em boa medida, foi com as condições criadas pelo Noronha, nos anos de 1564 a 1568, que D. Luís de Ataíde pôde defender Goa e Chaul e, em particular, jogar com um dado fundamental durante aqueles dois cercos: a mobilidade das armadas lusas. A política de policiamento naval instaurada por Noronha, com sucessos variáveis, foi fundamental para Ataíde que a aprofundou. Para enviar mantimentos, socorros e ordens para Chaul, em 1571 e, ainda, para garantir que os invasores de Bijapur não chegassem aos Passos da ilha de Goa com sucesso, D. Luís de Ataíde viu-se na contingência de prosseguir o trabalho iniciado pelo seu antecessor.

Se no caso do Malabar, D. Antão procurou dar uma resposta à crise, como denota toda a sua concepção político-económica dos problemas da região, iniciando, em consonância, uma política de expansão para a costa do Canará, que D. Luís continuou, outras áreas como as Praças do Norte ou Malaca assistiram, durante o seu governo, mais a uma preparação do que a uma resposta efectiva. A ideia de que D. Luís, em Outubro de 1568, encontrara a Índia totalmente desprovida de homens, munições e artilharia até poderá ter correspondido a uma realidade²⁴⁰, mas não julgamos que o mesmo possa aplicar-se ao estado da armada. Essa ideia, veiculada por António Pinto Pereira²⁴¹, parece-nos nesse ponto destinada a enaltecer os feitos de Ataíde como bom administrador e homem experiente do mar. Importa lembrar que, quando Ataíde fora para a Índia, levava 3000 homens de armas e vinha bem provido de tudo²⁴², possivelmente na sequência das numerosas queixas que nos anos anteriores foram remetidas a Lisboa e aproveitando as novas energias de um rei que assumira o pleno controlo do Reino em Janeiro de 1568.

Talvez a principal diferença no perfil governativo de D. Antão de Noronha e D. Luís de Ataíde, no âmbito da crise político-militar de 1565-1575, tenha residido nas diferentes estratégias político-governativas seguidas por ambos. Neste ponto podem ser detectadas algumas diferenças, como

²³⁹ Cf. Vítor RODRIGUES, *A Evolução...*, cit., tomo II, p. 281.

²⁴⁰ Com base da consulta do rol de dinheiro, munições e artilharia que D. Antão deixara a D. Luís, existente na BNL, Maria Augusta Lima Cruz afirma que D. Antão deixara uma dívida de 500 mil pardaus a D. Luís de Ataíde (cf. Maria Augusta Lima Cruz, *Diogo do Couto...*, cit., vol. I, p. 807). Além disso é conhecido como a partir da década de 1560 este tipo de cenários é constantemente retratado e como o recurso aos empréstimos era habitual (cf. Susana Munch MIRANDA, *A Administração da Fazenda Real no Estado da Índia (1517-1640)*, dissertação de Doutoramento, Lisboa, FCSH-UNL, 2007, pp. 261-262).

²⁴¹ Cf. António Pinto PEREIRA, *História do visorey...*, cit., pp. 149-150.

²⁴² Cf. Maria Augusta Lima Cruz, *Diogo do Couto...*, cit., vol. I, p. 378; R. O. W. GOERTZ (ed.), *Relação...*, cit., p. 17.

por exemplo, na área diplomática. Enquanto Noronha se evidenciou irresoluto nas relações com Bijapur e Ahmadnagar, como o caso de D. Filipe de Meneses demonstra, D. Luís mostrou determinação, firmeza, decisão e perspicácia nas ordens que enviou para as negociações com o sultão de Bijapur. No entanto, apesar de ambos terem seguido políticas distintas que necessitam de estudo aprofundado do lado de Ataíde, várias delas, parecem ter sido complementares. Como poderia D. Luís ter aplicado em 1570 o regimento de reforma do trato pimenteiro no Índico, endereçado de Lisboa pelo rei, ter preparado sem problemas de maior os carregamentos da pimenta nos anos de 1569, 1570 e 1571 com dois cercos a que urgia acudir ou, mesmo enviar armadas e provimentos para paragens como o Malabar, a África Oriental ou a Insulíndia, se anteriormente D. Antão de Noronha não tivesse apostado no crescimento e revujenescimento das armadas? Desta forma, uma vez mais, a interdependência de ambas as figuras é uma conclusão.

Aliás, essa interdependência iniciou-se ainda em 1568 quando D. Luís chegou à Índia e confiou a D. Antão, como já era hábito, o carregamento da pimenta para 1569. O ex-vice-rei não só fora bem recebido por D. Luís²⁴³, como preparara devidamente o carregamento e a sua decisão de nomear D. Diogo de Meneses para a capitania-mor do Malabar, após a morte do capitão nomeado por D. Luís, Martim Afonso de Miranda, fora aprovada pelo novo vice-rei. Deste modo, a ideia de uma oposição de D. Luís a D. Antão que radicava na forma como o primeiro entrara na Índia, procurando de imediato operar um corte radical com o seu antecessor, não parece ter cabimento. A ruptura existiu, sim, mas não foi tão rápida quanto se poderia pensar. A vertente militar de D. Luís apenas veio mais claramente à tona durante o ano de 1570 quando Onor e Barcelor foram conquistadas. Para terminar, procuraremos discutir as imagens de D. Antão que passaram para a memória histórica e, em concreto, perceber a razão da sua figura, ainda em Quinhentos, não ter sido valorizada.

9. Vislumbres de um vice-rei

Segundo Maria Augusta Lima Cruz²⁴⁴, Couto manifesta uma especial simpatia por D. Antão de Noronha por o considerar um homem mais de diálogo e reflexão do que de acção e de decisão, apesar de lhe criticar o provimento dos parentes, o que explicaria a razão do seu mandato ter passado à História como menos brilhante do que o de D. Luís de Ataíde. Se tivermos em conta a amizade que sempre uniu as duas personagens, o facto de Couto se encontrar na armada que em inícios de 1569 zarpou para Lisboa com

²⁴³ “enfim o visorrey despachou as naos pera Cochim pera onde se embarcou o visorrey Dom Antão muito satisfeito do primor que o visorrey usou com elle”. Cf. Maria Augusta Lima CRUZ, *Diogo do Couto...*, cit., vol. I, p. 378.

²⁴⁴ Cf. *Ibidem*, p. 812.

D. Antão a bordo, e que o cronista se encontrava ao lado do Noronha quando este faleceu a bordo, compreende-se a lógica de elogio que a ele dedica. Não obstante, e, sintoma notório de que considerava que o vice-reinado do amigo também fora marcado por diversos insucessos, Couto não elaborou qualquer elogio do vice-rei como costuma fazer a todos os governadores ou vice-reis que considerou terem sido bem sucedidos.

Quase todas as formas que o cronista encontrou para enaltecer a figura do vice-rei prenderam-se mais com aspectos pessoais do que com decisões por este tomadas, como Cruz ressalta. A defesa de D. Antão no caso da nomeação de Gonçalo Pereira, em 1566²⁴⁵, o modo como elogiava o hábito de Noronha dar mesa a todos os fidalgos²⁴⁶, e ainda os ditos de D. Antão relativos a Fernão Teles de Meneses²⁴⁷ e à situação da Índia²⁴⁸, apontam para isso mesmo. Contudo, a descrição dos acontecimentos de Mangalor, única expedição militar de vulto na qual o vice-rei participou activamente, parece-nos ter assaz marcado o modo como este vice-rei foi avaliado na posterioridade. Atente-se nesta importante frase: “Não acabarão por aqui as perdas deste visorrey que com ser muito bom christão e bom fidalgo, e como capitão muito venturoso, o tempo do seu governo foi infelice, e desditoso, como por toda esta historia se vê”²⁴⁹.

Na forma como Couto escreveu, nos diversos passos da sua crónica, encontramos a ideia de um D. Antão de Noronha que não fora um vice-rei mal intencionado, mas que no fundo não se encontrara à altura dos desafios do seu tempo, ideia bem presente quando o cronista descreve o quase desastre protagonizado por D. Francisco Mascarenhas após o desembarque em Mangalor²⁵⁰, a entrada abrupta do cunhado D. João Pereira na cidade, desobedecendo à ordem do vice-rei que planeava a entrada para o dia seguinte²⁵¹ ou, ainda, o dito de D. Antão quando lhe foi sugerido que abandonasse o cerco, de que “primeiro me passarão todos estes Mouros por esta alabarda primeiro que eu me embarque”²⁵². Estes acontecimentos, conjugados com a morte de D. Antão na viagem de regresso e com o êxito de D. Luís quando regressara ao Reino, em 1572, obscureceram a figura de D. Antão. A ocorrência de D. Luís ter merecido duas crónicas dedicadas à sua pessoa²⁵³

²⁴⁵ Cf. *Ibidem*, pp. 160-161.

²⁴⁶ Cf. *Ibidem*, p. 393.

²⁴⁷ “O visorrey D. Antão que tinha muito bom olho pera estas cousas disse por elle que naquelle mancebo se criava hum honrado visorrey pera a India como de feito assi foi”. Cf. *Ibidem*, p. 365.

²⁴⁸ Teria dito que “a India duraria emquanto ouvesse nella doudos”. Cf. *Ibidem*, p. 379.

²⁴⁹ Cf. *Ibidem*, p. 230.

²⁵⁰ Cf. *Ibidem*, pp. 236-237.

²⁵¹ Cf. *Ibidem*, pp. 244-246.

²⁵² Cf. R. O. W. Goertz (ed.), *Relação...*, cit., p. 16.

²⁵³ Além da crónica de Pinto Pereira (cf. *Historia do visorrey...*, cit.), Joseph Pereira de MACEDO, *Vida del Grande D. Luis de Attayde, tercer conde de Attoquia y Virrey de la India dos vezes*, Madrid, En la Imprenta del Reino, 1633.

por contraposição a D. Antão que não teve nenhuma e ainda o facto de D. Antão ser um bastardo por oposição a D. Luís, nobre titular, também não contribuíram para que o Noronha fosse retratado de diversa forma.

Todavia, nenhum dado aponta para que ao regressar ao Reino, Noronha viesse a ser mal recebido até porque estivera quatro anos à frente da Ásia Portu-guesa e não os habituais três. Se bem que possa ser crível a possibilidade do cardeal D. Henrique ter deixado a nomeação do próximo vice-rei para D. Sebastião²⁵⁴ ou igualmente a ideia de que D. Antão já saíra de Lisboa nomeado por quatros anos, tal como poderá ter acontecido ao tio em 1550, por se tratar de uma mercê desconhecida outorgada à Casa de Vila Real, tal não será um indício de que D. Antão sempre merecera o respeito e a aprovação das elites do Reino, pelo menos ao nível do seu papel de vice-rei administrador, imagem que cremos pretendia ter, apesar das inúmeras críticas que lhe foram sempre tecidas? Não fora, afinal, D. Antão esse supervisor do Estado em todas as vertentes como a frase do início sugere?

²⁵⁴ Cf. João Baião PEREIRA, *Portugal cuidadoso e lastimado...*, cit., livro I, cap. XV, p. 74.

“MANHAS” E REDES: FRANCISCO DE SOUZA E A GOVERNANÇA EM SÃO PAULO DE PIRATININGA EM TEMPOS DE UNIÃO IBÉRICA

por
JOSÉ CARLOS VILARDAGA *

A trajetória de Francisco de Souza

D. Francisco de Souza, sobrinho neto do rei D. Afonso 3.º, bisneto do primeiro Conde do Prado e filho de Pedro de Souza, senhor de Beringel, e de D. Violante Henriques, filha do Conde de Bobadela, serviu em Tanger sob as ordens de D. João de Menezes.¹ Seu avô paterno, homônimo, foi preso em Beja por ordem de D. Manuel, e, mais tarde, embarcado para a Índia, onde teria endoidecido de paixão. “Dizem que era muito inclinado a furtar” e tinha outros vícios.² Já o nosso Francisco, o neto, acompanhou a armada de Dom Sebastião na malfadada batalha de Alcácer-Quibir na conquista do Marrocos, comandando um dos galeões da armada real, cujo almirante era seu tio D. Diogo de Souza.³ Em 24 de agosto de 1578 retornou a Lisboa portando cartas de Belchior de Amaral, que afirmava ter participado do sepultamento do corpo do rei português em Fez. Nosso homem era, portanto, porta-voz de uma das notícias mais ansiosamente aguardadas da história de Portugal: o destino do corpo do rei.⁴ “Tratava-se de um personagem nobre,

* Universidade de São Paulo/Brasil. jvildardaga@usp.br

¹ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), Manuscritos, Ms 553(25), doc. 2: “Memórias sobre a vinda de Ilmo e Exmo senhor Dom Francisco de Souza, 7.º governador geral da cidade da Bahia e estado do Brasil, sua passagem para a vila de São Paulo e residência nesta capitania; regresso para o reino; sua volta para São Paulo, com promessa de marquês das Minas, e seu falecimento na mesma vila de São Paulo, em 11 de junho de 1611”, São Paulo, dez. de 1766, Pedro Taques de Almeida Paes Leme.

² Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Seção de Manuscritos, *Manuscritos Genealógicos da Real Biblioteca Pública da Corte*, 1806, f. 191.

³ Antonio Caetano SOUZA, *História Genealógica Casa Real Portuguesa*, T. XII, 2.ª Parte, Lisboa, Oficina Silviana, pp. 930-34.

⁴ Jacqueline HERMANN, *No reino do desejado. A construção do sebastianismo em Portugal*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998. A informação consta em Francisco VARNHAGEN, *História*

com serviços prestados à Casa real desde o tempo de D. Sebastião.”⁵ Em 1587 já constava no rol dos fidalgos cavaleiros da Casa Real, com 3900 réis de moradia.⁶ Foi nomeado capitão da Guarda Real com 2000 cruzados pagos com os bens que Felipe II confiscou de D. António, o Prior do Crato. Em 1589 participou ativamente da defesa de Lisboa contra as investidas de D. António e de *sir* Francis Drake, lutando mais precisamente em Sesimbra.⁷ Teria caído nas boas graças de Felipe II, tornando-se cortesão e, depois, sendo nomeado capitão-mor da Comarca de Beja. Casou-se, a primeira vez, com D. Joana de Castro, filha de D. Rodrigo de Castro, o *Hombrinhos*, e D. Ana de Sá; e, uma segunda vez, com sua sobrinha, e homônima de sua mãe, D. Violante de Mendonça Henriques, filha de D. Mecia Henriques e de Jorge de Furtado Mendonça, membro do Conselho Real.⁸ Além do próprio histórico de serviços prestados, sua inserção na rede de influências do sogro – também tio de sua segunda esposa – deve ter contribuído para sua primeira indicação no ultramar, ao posto de governador da Mina, em Angola.⁹ Contudo, esta nomeação acabou não tendo efeito, pois terminou por substituir Francisco Giraldes, que havia sido designado governador-geral do Brasil mas nunca chegara a Salvador.¹⁰ Foi, portanto, nomeado substituto de Giraldes em 01/12/1590, tornando-se o sétimo governador-geral do Brasil, o terceiro escolhido já no contexto da União das Coroas.¹¹

Geral do Brasil. Antes da sua separação e independência de Portugal, Tomo II, São Paulo, Edições Melhoramentos, 1956, 5.^a edição integral.

⁵ Francisco VARNHAGEN, *História Geral... op.cit.*, p. 55.

⁶ BNP, Série Pombalinos 648, MF 2048, f. 185, *Miscelânea. Lista de fidalgos diversos em vários reinados... Fidalgos Cavaleiros em 1587*.

⁷ Arquivo General de Simancas (AGS), Secretarias Provinciais (SP), Libro 1467, f. 393. Neste documento, Pero Fialho de Paiva, que combateu na Índia contra os holandeses, afirma que lutou ao lado de D. Francisco na Vila de Sesimbra quando os ingleses tentaram invadir o lugar.

⁸ Joaquim Veríssimo SERRÃO, *Do Brasil filipino ao Brasil de 1640*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968.

⁹ Afonso de Escragnoille TAUNAY, *São Paulo nos primeiros anos: ensaio de reconstituição social; São Paulo no século XVI: história da vila piratiningana*, São Paulo, Paz e Terra, 2003 (1.^a edição 1920/1921), p. 397.

¹⁰ Frei Vicente fala da morte de Giraldes, mas se sabe que, de fato, o governador nomeado ao Brasil acabou, por problemas na navegação, desembarcando em Santo Domingo, nas Índias de Castela, de onde voltou a Portugal. AGS, Guerra Antigua, Legajo 317, 05/01/1591, doc. 17. A força e a eficiência das redes familiares na promoção da fidalguia aos ofícios no mundo português, durante e depois da União Ibérica, têm sido muito bem analisadas por Mafalda Soares da Cunha e Nuno Monteiro. Como exemplo de trabalho conjunto, temos Mafalda Soares CUNHA e Nuno Gonçalo MONTEIRO, “Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII”, in Nuno G. F. MONTEIRO, Mafalda Soares da CUNHA e Pedro CARDIM (orgs.), *Optima Pars. As Elites do Antigo Regime no Espaço Ibero-Americano*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005. Um trabalho mais recente está em: Mafalda Soares da CUNHA, “Títulos portugueses y matrimônios mixtos en la Monarquía Católica”, in Bartolomé Yun CASALILLA (dir.), *Las redes del Imperio. Élités sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica*, Madrid, Marcial Pons Historia/Universidad Pablo de Olavide, 2009.

¹¹ Instituto Nacional da Torre do Tombo (INTT), Chancelaria de Filipe I, Doações, Livro 23, fol. 30.

A escolha de Francisco de Souza como governador-geral do Brasil não foi fortuita nem accidental. Sua trajetória pessoal, de fato, o qualificava como um dos fidalgos "mais seletos e significativos" da corte portuguesa,¹² ademais, sua experiência em armas também o tornava representativo de um perfil de fidalgos que assumiram postos no império português.¹³ Contudo, a sua nomeação deve ser ainda compreendida pela ótica das relações com a Coroa de Madri, portanto, inserida no contexto do império filipino. D. Francisco de Souza estivera, desde a primeira hora, ao lado das pretensões de Felipe II em torno da coroa portuguesa e, depois, quando este foi bem-sucedido, revelou-se também um importante aliado seu, inclusive nas lutas contra o Prior do Crato. Claro está que, sendo terceiro filho, D. Francisco de Souza não fazia parte da fidalguia mais alta do reino, carecendo, em parte, de largos morgadios, mas sua fidelidade a Felipe II, sua entrada na poderosa e influente rede dos Furtado de Mendonça e seu histórico de serviços, somados à sensível necessidade crescente de fidalgos para os cargos mais significativos das partes coloniais do império, o tornaram um candidato mais do que apropriado para os postos vacantes no ultramar.¹⁴

Numa perspectiva mais estendida, a escolha de Souza é atinente à lógica do império filipino que, apesar do Acordo de Tomar, levava adiante um gradativo processo de integração, em longo prazo, dos territórios portugueses peninsulares e ultramarinos aos espaços filipinos. Efetivamente, a articulação da economia, dos espaços e da nobreza ibérica, durante a União, tem sido apontada por diversos historiadores.¹⁵ Assim, ao escolher-se um fidalgo português como governador-geral das partes do Brasil (depois Estado), não se feria frontalmente Tomar, mas, tanto no caso de Giraldes quanto no de Francisco de Souza, tratava-se de fidalgos atrelados às redes

¹² Mafalda Soares da CUNHA, "Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII)", in Maria Fernanda BICALHO e Vera Lúcia Amaral FERLINI (orgs.), *Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no império português*, São Paulo, Alameda, 2005, p. 82.

¹³ Mafalda Soares CUNHA e Nuno Gonçalo MONTEIRO, "Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII", in *Optima Pars... op.cit.*, p. 234.

¹⁴ A dificuldade de encontrar membros da alta nobreza dispostos a aventurarem-se no ultramar, em especial no Brasil, foi apontada por Mafalda Soares CUNHA e Nuno Gonçalo MONTEIRO, *Optima... op.cit.*

¹⁵ Schaub destaca as continuidades culturais, linguísticas, militares e administrativas entre Portugal e Castela, desde antes da União, e que foram reforçadas durante este período. Jean Frederic SCHAUB, *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*, Lisboa, Livros do Horizonte, 2001. Mafalda Soares tem mostrado os estreitos vínculos e as redes costuradas pela nobreza dos dois espaços. Mafalda Soares CUNHA, "Títulos portugueses...", *op.cit.* Uma certa uniformidade administrativa estruturada durante a União tem sido analisada por Fernanda Olival no reinado de Felipe III (II de Portugal): Fernanda OLIVAL, "Gobierno, crisis del período filipino", in José Martín MILLÁN y María Antonieta VISCEGLIA (dir.), *La monarquía de Felipe III: los reinos* (volume IV), Madrid, Fundacion Mapfre, Instituto Cultural, 2008; e Fernanda OLIVAL, *D. Filipe II. Reis de Portugal*, Lisboa, Temas e Debates, 2008. O mesmo tema, mais seus reflexos no Brasil estão em Guida MARQUES, "O Estado do Brasil na União Ibérica", in *Penélope. Fazer e desfazer a história*, n.º 27, 2002, pp. 7-35.

de confiança da corte de Madri. A integração foi sem dúvida regulada pelo Acordo de 1581, mas seus artigos eram suficientemente abertos para que, dentro da ordem estabelecida, se atuasse com larga autonomia. Se o rei se comprometia a nomear fidalgos portugueses – para os ofícios de Portugal e suas áreas no ultramar –, nada do artigo definia nem garantia compromissos e fidelidades destes mesmos fidalgos. Ademais, para além da lei, a realidade cotidiana promovia um intenso intercâmbio de relações comerciais, sociais e culturais entre as partes. Concordamos com Rafael Valladares quanto à ideia de que, em Madri, se projetava uma absorção gradativa dos espaços ibéricos e coloniais, algo que se pensava como natural, pois, na Corte castelhana, prevalecia a noção de legitimidade da posse e do direito natural estabelecidos pela herança. Desse modo, o Acordo de Tomar, compromisso político conjuntural, tendia, com o passar do tempo, a ser efetivamente relegado a um segundo plano.¹⁶ A União das coroas não previa tempo para caducar; tampouco se imaginava como algo temporário. Nesse sentido, a escolha de D. Francisco deve ser analisada sob a racionalidade do império filipino, e não simplesmente sob a do reino de Portugal.

Para o historiador paulista Afonso de Taunay, por exemplo, D. Francisco era “delegado e homem de confiança de Felipe II”; Sérgio Buarque de Holanda o chamava de “homem dos filipes”; Francisco de Carvalho Franco de “cortesão” e “vigia fiel” de Felipe II. Roseli Santaella se perguntou o quanto a sua designação para governador da Repartição Sul, em 1608, teria ferido o Acordo de Tomar, já que a nomeação passou ao largo do Conselho de Portugal. De fato, Souza costurou grande parte de suas alianças e relações na corte espanhola, passando muitas vezes ao largo das redes lusitanas. No próprio Conselho de Portugal, vários dos conselheiros lhe eram desfavoráveis, embora contasse com o constante apoio de Henrique de Souza.¹⁷ A habilidade de D. Francisco esteve, também, em sobreviver em sua credibilidade apesar das mudanças de rei. Com a morte de Felipe II, em 1598, o ainda governador teve de acionar formas de manter seu posto e seus projetos. Para tanto, algum tempo após o fim de seu mandato como governador geral, em 1606, voltou a Portugal, e, depois, a Valladolid, para onde havia se transferido a corte de Felipe III, aproximando-se ali do Duque de Lerma, o todo poderoso *valido* do novo rei. Foi neste contexto que conseguiu a divisão das “partes do Brasil”, o consequente novo ofício de governador da Repar-

¹⁶ Rafael VALLADARES, *Portugal y la Monarquía Hispánica, 1580-1668*, Madrid, Arco Libros S.L., 2000 e Rafael VALLADARES, *La Rebelión de Portugal, 1640-1680*, Madrid, Junta de Castilla e Leon, Consejería de Educacion y Cultura, 1998. Neste último, a ideia está embutida na reação da Corte de Felipe IV diante da rebelião de Portugal. De fato, o próprio debate Restauração ou Rebelião já denota o aspecto aqui ressaltado.

¹⁷ Afonso TAUNAY, *São Paulo... op.cit.*, p. 397; Sérgio Buarque de HOLANDA, *Caminhos e Fronteiras*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994; Francisco de Assis C. FRANCO, “Os companheiros de D. Francisco de Souza”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 105, vol. 159, pp. 95-136 e Roseli Santaella STELLA, *Sobre a Capitania de São Vicente. Séc. XVI-XVII*, São Paulo, Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes, 1999.

tição Sul e o governo e administração das minas, com amplas mercês, nos mesmos moldes das obtidas por Gabriel Soares de Souza décadas antes.

Nos preparativos para o que seria este segundo governo de Francisco de Souza, a situação era já muito diversa, mas, ainda assim, ele conseguiria se articular, adaptando-se muito bem à nova realidade. Segundo Fernanda Olival, em análise sobre as influências do reinado de Felipe III sobre Portugal, o início do século XVII refletia uma aguda crise econômica que assolava todo o império, acumulada desde os tempos de Felipe II, e que obviamente ecoava forte no reino lusitano, que também tinha lá sua própria crise. Segundo ela, crises agrícolas, perda de territórios no Oriente, ondas de peste sucessivas e a diminuição abrupta da entrada de capital na aduana de Lisboa fizeram com que a Coroa outorgasse "privilegios y mercedes a quienes pretendian descubrir y explotar minas de metales y piedras preciosas en Brasil..."¹⁸ como forma de amenizar os danos financeiros de Portugal. O que ocorreu, diríamos, não só em terras americanas, mas também na África, como mostram os pedidos de mercês contemporâneos aos de D. Francisco, voltados para Angola e Monomotapa. Tal política, estimulada pelo Duque de Lerma, visava tornar Portugal minimamente autossuficiente, o que a autora considera "una de las líneas básicas de todas las directivas sugeridas por Madrid en este tiempo..."¹⁹. Lerma projetava reformas das estruturas portuguesas, refletidas nos pedidos de revisão do funcionamento do Conselho de Portugal, muito dispendioso, segundo ele; no questionamento das concessões de pau-brasil; na anistia aos cristãos-novos em troca de ajuda financeira e na crítica à prática corrente em Portugal de solicitar mercês continuamente, mesmo que as causas da primeira solicitação ainda não tivessem sido cumpridas.²⁰

Neste sentido, é significativa a consulta do vice-rei do reino português junto ao Conselho de Portugal, em 1606, para reforçar o valor da nomeação do governador-geral, "posto que este governo foi sempre de muita importância grossa parece que se deve fazer mais consideração". Pesando, sobretudo, que as promessas minerais – melhor dizendo, a "esperança que se tem de serem de efeito as minas de São Vicente" – poderiam acrescentar, em muito, o rendimento da Real fazenda.²¹

De qualquer modo, no tempo da União das Coroas, as petições deveriam ser feitas diretamente junto à realidade cortesã filipina, e o jogo de influências estabelecido no palco desta corte, já que ela havia, verdadeiramente, se tornado desde a década de 1590:

El lugar a que debían acudir en busca de mercedes y privilegios, donde presentar los memoriales de servicios prestados en el império, resolver disputas y, fundamentalmente, donde alcanzar los más elevados

¹⁸ Fernanda OLIVAL, "Gobierno, crisis del período filipino...", *op. cit.*, pp. 788-789.

¹⁹ Fernanda OLIVAL, "Gobierno...", *op. cit.*, p. 789.

²⁰ AGS, Secretarias Provinciais, Libro 1483, 17/11/1608, doc. 241.

²¹ AGS, Secretarias Provinciais, Libro 1476, doc. 22.

*cargos en la administracion de su reino o el lugar donde liderar una faccion cortesana que pudiese influir en la toma de decisiones.*²²

Assim, para além da suposta condição de “agente filipino”, deve-se tentar compreender como as ações de Souza se explicam num contexto maior de inserção das partes do Brasil no universo de possessões da coroa filipina. A feição mais visível de D. Francisco sempre foi sua “miragem” mineral. Entretanto, é necessário enquadrá-la num imaginário marcado pela busca de metais e pelo sonho aurífero e platino, próprio das coroas ibéricas. Ele foi, portanto, um sonhador que não esteve sozinho. Há de se observar que o que chama a atenção, neste contexto do império filipino, são as amplas possibilidades territoriais também associadas a um desejo mineral bastante difundido. Assim, devemos entender a nomeação de Souza inserida nas demandas minerais que faziam parte dos projetos e sonhos tanto da coroa portuguesa quanto castelhana.²³ Além disso, concordamos aqui com Veríssimo Serrão ao afirmar que a vinda de Souza deve ser enquadrada num “plano mais vasto com que a Coroa desejava estimular o crescimento do Brasil”,²⁴ o que incluía o alvará régio de 08/12/1590, que estimulava a imigração e ambiciosos projetos minerais ao par com o incentivo às lavouras de açúcar e ao tráfico negreiro, articulados com a África.²⁵

D. Francisco não foi nomeado com um regimento próprio. Seguiu ao Brasil no mesmo regimento de Francisco Giraldes de março de 1588 – o primeiro sob a égide dos Áustrias -, que complementava o de Tomé de Souza (1548) em diversas questões. Em especial, a defesa e fortificação da costa²⁶;

²² Felix Labrador, ARROYO, “La Casa real portuguesa”, in José Martín MILLÁN y María Antonieta VISCEGLIA (dir.), *La monarquía de Felipe III: los reinos* (volume IV), Madrid, Fundación Mapfre, Instituto Cultural, 2008, p. 858.

²³ Um apanhado sobre esta demanda mineral está em Sérgio Buarque de HOLANDA, “A mineração: antecedentes luso-brasileiros”, in *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo I, Livro II, São Paulo, Difel, 1968. Fernanda Olival aborda o assunto em sua análise sobre a crise no reinado de Felipe III e as esperanças minerais como forma de resolvê-la. Fernanda OLIVAL, “Gobierno, crisis...”, *op.cit.* Sobre as iniciativas em Angola no mesmo período, ver: Ilídio do AMARAL, *O consulado de Paulo Dias de Novais*, Lisboa, Ministério da Ciência e da Tecnologia/ Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000. Em 1600 e 1601, ao par das investidas vicentinas de Francisco de Souza, João Rodrigues Coutinho, governador nomeado para Angola, também ia investido da missão de investigar e beneficiar as supostas minas de Cambembe. AGS, Secretarias Provinciales, Libro 1461, docs. 10 e 11. No reinado de Felipe II (I de Portugal), as investidas minerais se acercavam do Brasil e de Moçambique, estas últimas já verdadeiramente controladas pelo reino de Monomotapa.

²⁴ Joaquim Veríssimo SERRÃO, *Do Brasil filipino...* *op.cit.*, p. 57.

²⁵ Carvalho Franco acentua como Filipe II não descuidou do nordeste açucareiro enquanto investia nas minas. Francisco de Assis FRANCO, “Dom Francisco...”, *op.cit.* Sobre a formação deste circuito Atlântico que teve no período da União Ibérica um de seus momentos mais importantes, ver o consagrado trabalho de Luís Felipe ALENCASTRO. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

²⁶ A questão da fortificação da costa foi uma das obsessões dos filipes, que do Pará a São Vicente mandaram erguer mais de 20 fortes. D. Francisco, acusado de “abandonar” o Norte, mandou erguer o de Monteserrate (ou de S. Felipe), na Bahia, e o de Santo Antonio da Barra.

o favorecimento às obras de conversão dos índios pela Companhia de Jesus e a defesa dos índios batizados; a regulação das relações entre Bahia e Pernambuco e o estímulo da busca e descoberta de minas. Além disso, o governador vinha com o poder de distribuir mercês e nomear ocupantes para os mais variados ofícios.²⁷

Nomeado em dezembro de 1590, Souza ainda estava em Portugal em abril de 1591, envolvido no planejamento e organização de sua viagem. Neste mesmo mês, teve atendido o pleito de levar consigo 20 homens ao Brasil e conseguiu, com Luiz Fernandes Carvalho, o empréstimo de capital suficiente para empreender a viagem.²⁸ É uma tarefa difícil recuperar os nomes das pessoas que acompanharam Francisco de Souza na sua primeira ida ao Brasil. Sabemos que o governador foi embarcado com sua comitiva em duas urcas flamengas, conforme se apreende da autorização passada pelo rei para que os provedores e oficiais dos armazéns permitissem que mercadores fretassem as urcas para trazer açúcar e outras fazendas, apesar das disposições contrárias em relação às embarcações estrangeiras.²⁹

Alguns dos nomes que, mais tarde, se fixaram na vila de São Paulo, muito provavelmente, vieram com o governador. Segundo Frei Vicente, o primeiro visitador do Santo Ofício, Heitor Furtado de Mendonça foi nesta viagem, na qual todos teriam ficado doentes, exceto o governador, que cuidara deles até que, só quando chegou ao Brasil, adoecesse.³⁰ Além do visitador, Gabriel Soares de Souza, autor do *Tratado descritivo do Brasil*, teria voltado ao Brasil naquelas urcas, depois de ficar cerca de sete anos na corte pleiteando mercês e apoio para sua empreitada mineral, que teria entusiasmado bastante a D. Francisco.³¹ Outro nome importante é o de Diogo de Quadros, homem que esteve com Francisco ao longo de quase toda sua trajetória e extremamente envolvido com a questão mineral, sobretudo com a fundição do ferro em São Paulo. Quadros era cavaleiro fidalgo e detentor do hábito da ordem de Santiago; serviu dez meses em Mazagão, depois foi ao Marrocos para inter-

²⁷ Sobre o regimento de Francisco Giraldes, ver: Francisco Carlos COSENTINO, *Governadores gerais do estado do Brasil (séculos XVI-XVII): ofício, regimento, governação e trajetórias*, São Paulo, Annablume, 2009.

²⁸ O alvará para levar 20 homens está em: INTT, Chancelaria de Filipe I, Livro 21, f. 176. A petição de mercê para que pudesse transferir os 8 mil réis de sua tença a Luiz Fernandez Carvalho, que fizera adiantamento em dinheiro ao governador e o acompanharia na viagem, está em: AGS, Secretarias Provinciales, Libro 1458, f. 63.

²⁹ Biblioteca d'Ajuda, Códice 51-VI-28, ff. 20v e 21, 06 de maio de 1591, Lisboa.

³⁰ Segundo Baptista Pereira, baseado em Monsenhor Pizarro, o próprio Frei Vicente teria voltado ao Brasil, depois dos estudos em Coimbra, em 1591, com o governador. Baptista, *Vultos e episódios do Brasil*, Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série V, Brasileira, Vol. VI, São Paulo, Companhia Editora Nacional, s.d.

³¹ Para Afonso Taunay, seguindo Frei Vicente, Gabriel teria vindo ao Brasil em 1590, portanto antes de D. Francisco. Quem sincronizou as duas vindas, de Gabriel Soares e Francisco de Souza, foi Varnhagen. Francisco Adolfo de VARNHAGEN, *História Geral do Brasil. Antes da sua separação e independência de Portugal*, Tomo II, São Paulo, Edições Melhoramentos, 1956, 5.^a edição integral.

mediar a libertação de cativos – lá ele mesmo caiu em cativo e acabou se libertando por conta própria. Lutou ainda, segundo ele, contra os ingleses nos anos 1580. No seu pleito junto ao rei, afirmava que desejava ir ao Brasil com oito mil réis de tença, em troca da cavalaria de Mazagão, para a qual tinha sido indicado.³² As promessas minerais de D. Francisco, alimentadas ainda pelo obstinado Gabriel Soares, devem tê-lo convencido a substituir as honrosas, mas pouco lucrativas praças do Norte da África, pelas acalantadas riquezas das partes do Brasil, onde faria longa carreira.³³

Outros nomes prováveis são: o capitão de infantaria Diogo Lopes de Castro; os soldados de origem basca e irmãos Diogo e Pedro Arias de Aguirre; o mineiro alemão Jacques de Oalte; o engenheiro de Guedria, nos Países Baixos, Geraldo Betting; o engenheiro-mor e capitão de artilharia, gentil-homem florentino, Baccio de Filicaya; o açoriano Simão Borges Cerqueira; o secretário particular Pedro Taques; os mineiros Gaspar Gomes Moalho e Manoel Pinheiro Azurara³⁴; os cortesãos Paschoal Leite Furtado, Domingos Gomes Pimentel, Mathias Lopes e Jacome Rodrigues Navarro; o sargento-mor Pedro de Oliveira; o alferes Jorge João; o mineiro e fundidor de ferro Domingos Rodrigues; o mineiro Manoel João e Diogo Gonçalves Laço.³⁵ Outro nome especulado é o do também engenheiro florentino, Alessandro Massaii.³⁶ O que sobressai na composição desta lista, um tanto exaustiva, é o nítido aparato militar e seu forte sentido técnico. Ademais, a presença de castelhanos, alemães, flamengos e italianos – além dos portugueses – denota um pouco dos tempos filipinos e a amplitude de seu império.

Afora a própria experiência militar, a atuação e a governança nessa área eram também atributos fundamentais ao ofício dos governadores. No caso de D. Francisco, o regimento que utilizava já trazia reforçada a incumbência de fortificar a terra e empreender conquistas. Além disso, ele vinha imbuído da necessidade de aplicar efetivamente o *Regimento dos Capitães Mores*, feito em 1570 ainda no reinado de D. Sebastião. Inspirado nas Ordenanzas de Carlos V, de 1534, que organizou o modelo castelhano dos *tercios*, o *Regimento* foi aplicado em 1585 na Paraíba por Martim Leitão. O primeiro sargento-mor do Brasil, função já derivada do *Regimento*, foi nomeado em

³² INTT, Chancelaria de Filipe I, Livro 21, f. 193v, 08 de fevereiro de 1591.

³³ Segundo seu memorial feito em Valladolid em 1602, Quadros ainda “foi duas vezes a Pernambuco a cousas do serviço de Vmd e que indo com Feliciano Coelho a guerra dos potiguar foi ferido de uma espingardada em um braço e que há sete anos que serve de capitão da capitania de Sergipe.” AGS, Secretarias Provinciais, Libro 1463.

³⁴ Geralmente identificado como castelhano e de nome Miguel pela historiografia. De fato seu nome era Manoel Pinheiro Zurara, nascido em Portugal mas com família residente em Nova Granada, conforme indica os autos de processo contra ele levados a cabo em Assunção, Paraguai, em 1606. Archivo Nacional de Asunción (ANA), Seccion Civil y Criminal, 1549, 4.

³⁵ Sobre os acompanhantes de Francisco de Souza: Francisco de Assis Carvalho FRANCO, “Os companheiros...”, *op.cit.*; Frei Vicente SALVADOR, *op.cit.*; A. TAUNAY, “São Paulo...”, *op.cit.*

³⁶ Quem tenta provar a atuação deste engenheiro, inclusive em São Paulo, é Nestor Goulart REIS, *São Paulo, vila, cidade, metrópole*, São Paulo, Via das Artes, 2004.

1588 junto com Giraldes. O segundo, Pedro de Oliveira, veio com D. Francisco, a quem coube uniformizar e formalizar o *Regimento*. Sua implantação teve grandes implicações em São Paulo, onde a disciplina e a organização militar das entradas ao sertão foram resultados diretos da ação do governador.³⁷

Na perspectiva tecnomineral, a presença de Gabriel Soares, que vinha aquinhoado com amplas mercês para possíveis descobertas minerais, permitiu que Francisco de Souza, incumbido de auxiliá-lo, arregimentasse vasto e variado grupo de técnicos, mineiros, engenheiros e fundidores. Segundo a "Lembrança dos oficiais mineiros, fundidores, ferreiros e serralheiros que levaram os governadores...", D. Francisco de Souza teria levado consigo, para as capitânicas de baixo e minas de São Vicente, um mineiro, um certo Fulano Godoy, dois fundidores, o mestre Cristóval lapidário de esmeraldas, um mestre de "adubar" pérolas, e um ferreiro e mestre de fazer e "concertar foles".³⁸ Além deles, os engenheiros militares italianos, trazidos fundamentalmente para a construção das fortalezas de defesa da costa, foram, em parte, deslocados também para as demandas minerais e os diversos levantamentos topográficos e geodésicos. Assim, D. Francisco de Souza fez andar, junto à disciplina, técnica e organização militar, a demanda e pesquisa mineral, procurando cumprir, com eficiência, seu regimento. Portanto, até aqui, nos parece que o governador seguia à risca suas atribuições.

Dom Francisco de Souza efetivamente tomou posse no Brasil em 09/06/1591, na cidade de Salvador. Não é nossa intenção detalhar sua governança no período em que permaneceu na Bahia, mas, em linhas gerais, podemos dizer que Dom Francisco atuou no sentido de disparar entradas de devassa dos sertões em busca das riquezas minerais, de fortificar a costa, efetivar a conquista do Rio Grande e promover uma série de melhoramentos na cidade de Salvador, dentre eles a reforma das igrejas e o término da murada da cidade. Para conseguir os fundos necessários, o governador teria extrapolado a receita dos dízimos, avançado um cruzado sobre as caixas de açúcar e beneficiado-se de uma parte das rendas advindas dos defuntos; ações que obviamente alimentaram as primeiras queixas em torno de seu governo. Segundo Frei Vicente – sempre a principal fonte para conhecermos o governo de D. Francisco na Bahia –, o primeiro ato de Souza em Salvador foi assistir a um auto de fé. De seu tempo em Salvador, gostaríamos apenas de ressaltar um aspecto que pode revelar um pouco mais da personalidade,

³⁷ Apesar de polêmico, o trabalho de Ramon Blanco é bastante útil para compreender estas reformas militares castelhanas de Carlos V e sua réplica em Portugal e Brasil. Ricardo Roman BLANCO, *Las "Bandeiras". Organización táctica que conquistó América y capítulo adulterado de la Historia del Brasil. Nueva formulación de tan importante cuestión*, Universidade de Brasília, Brasília, 1966.

³⁸ Biblioteca d'Ajuda, Códice 51-IX-25, f. 11, Lisboa. O tal "fulano Godoy" é provavelmente Martim Rodrigues Godoy, mineiro de prata que esteve em São Paulo e, depois, foi ao reino com Diogo de Quadros, Manoel João e Manoel Pinheiro solicitar mercês e alguns privilégios para as minas de São Vicente. AGS, Secretarias Provinciais, Libro 1463.

e dos interesses, de D. Francisco. Segundo Alice Canabrava “o intercâmbio comercial com o Rio da Prata assumiu tais proporções no primeiro governo de D. Francisco de Souza que se avaliava em 500.000 cruzados o dinheiro vindo de lá para o Brasil naquele período.”³⁹ De fato, Marie Helmer, que estudou o comércio de Potosí com a Bahia no século XVI, aponta que seu crescimento teria se acentuado no final do século, justamente o momento do governo de D. Francisco.⁴⁰

Devemos aqui ressaltar que a chegada e os primeiros anos do governo de Francisco de Souza na Bahia coincidem com uma das últimas passagens do bispo de Tucumán D. Francisco de Vitória pela cidade de Salvador.⁴¹ Vitória, chamado de “bispo-mercador”, era português e da ordem dos dominicanos, e assumiu o bispado de Tucumán em 1581. Em 1583, aproveitando os tempos iniciais da União das Coroas, solicitou e conseguiu uma autorização, com a Audiência de Charcas, para fazer comércio com o Brasil via Buenos Aires. Deste ano até 1591-92, o bispo, apesar das críticas e do clima de escândalo, manteve atividade comercial intensa, enviando quantidade razoável de prata ao Brasil. Numa ocasião, esteve, inclusive, em São Vicente, Rio de Janeiro e Bahia. A abertura desta importante rota comercial que atrelava a costa brasileira ao mundo peruano, via Buenos Aires e Tucumán, deve muito ao seu pioneirismo, e chegou a beneficiar até mesmo moradores da vila de São Paulo, como Afonso Sardinha, que lavrou testamento em 1592 enumerando negócios na cidade platina. De todo modo, segundo Carlos Assadourian, em Tucumán, a certa altura, teria aparecido um tal de Manuel Pereira, que assinou como procurador de D. Francisco de Souza, em novembro de 1593, um contrato de venda de quatro escravos negros para serem negociados em Potosí.⁴² Parece claro, portanto, que o novo governador foi um dos entusiastas desta nova rota de comércio que ligava as costas brasileiras ao interior da América hispânica, através do Rio da Prata, atingindo Tucumán.

Isso talvez explique porque, em 1594, Hernando de Vargas, o primeiro contador nomeado para o Rio da Prata (que fora obrigado a arribar em Salvador depois de sua nau, a caminho de Buenos Aires, ter sido apresada por corsários franceses), escreveu uma entusiasmada carta para sua irmã, Marianna de Vargas, relatando, dentre outras coisas, como “un caballero

³⁹ A.P. CANABRAVA, *O comércio português no rio da Prata (1580-1640)*, Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, EDUSP, 1984, p. 123.

⁴⁰ Marie HELMER, “Comércio e contrabando entre a Bahia e Potosí no século XVI”, in *Revista de História*, 15, SP, USP, jul.-set. 1953. Helmer historia as empreitadas de Francisco de Vitória e o “caminho” iniciado por ele.

⁴¹ A presença do bispo Francisco de Vitória, em 1591, em Salvador, está registrada em Frei Vicente, que, como ele mesmo narra, o encontrou na cidade quando era ainda bem jovem.

⁴² *Apud* Carlos S. ASSADOURIAN, “El tráfico de esclavos em Córdoba, 1588-1610”, in *Cuadernos de Historia*, 32, Universidad Nacional de Córdoba, Instituto de Estudios Americanistas, 1965, p. 7. Jorge CALDEIRA, “Mulheres no Caminho do Prata”, in *Banqueiros do sertão*, 2 volumes, São Paulo, Editora Mameluco, 2008.

governador qui si llama Don Francisco de Souza qui hace me tanta merce... dando me dineros y con tanta voluntad como si yo fuera su heredero...". Na verdade, segundo sua narrativa, vários portugueses haviam sido muito atenciosos, dando-lhe de vestir, de comer, e amenizando as dores e os sofrimentos de tão custosa viagem. Pedia a irmã, ainda, que interviesse junto à corte para que ele pudesse ocupar o posto de tesoureiro ou de contador de Potosí, que, subera, estavam vagos. Por fim, solicitava à irmã que escrevesse a D. Francisco, agradecendo o tratamento, e a D. Cristóvão de Moura, de quem D. Francisco era devedor, e relatasse tanto as mercês recebidas por ele como também falasse "de su gran nobrez y fidalguia...".⁴³ Esta carta comprova, de certa forma, as filiações de D. Francisco com D. Cristóvão de Moura – homem chave de Felipe II em Portugal –, assim como mostra os mecanismos informais de construção de redes de amizade e interesse.

As articulações comerciais da costa do Brasil com o mundo platino ainda eram incipientes quando da chegada de D. Francisco em Salvador. Depois, exatamente durante seu governo, atingiram largas somas e certa regularidade, o que pode denotar o interesse do governador em incrementar esse comércio. Neste caso, o interesse vem acompanhado de um claro exemplo das *manhas* de D. Francisco, ou seja, sua destreza para construir relações e atrair parceiros.⁴⁴

⁴³ Archivo General de Indias (AGI), Charcas 112, *Carta de Hernando de Vargas*, Bahia, 31 de julho de 1594.

⁴⁴ Dentre os epítetos e qualificativos dados ao governador ao longo do tempo, o que mais causou controvérsia foi o de Francisco "das Manhas". A alcunha, associada contemporaneamente, provocou as mais diversas interpretações. Para Frei Vicente, homem que o conheceu pessoalmente, Souza era: "Chamado já de muito tempo d. Francisco das Manhas, e entendeu que era boa esta para cariciar as vontades dos cidadãos (...) e assim foi o mais benquisto governador, que houve no Brasil, junto com o ser mais respeitado, e venerado." Frei Vicente do SALVADOR, *op. cit.*, Livro IV, Cap. 23, p. 214. A visão positiva atrelada ao apelido difere bastante do diagnóstico de Capistrano de Abreu, que afirmou que "o epíteto de *Manhas* dado a D. Francisco tem servido de pretexto para insinuações malévolas contra o sétimo governador do Brasil, a partir de Varnhagen, cuja prevenção é manifesta". Capistrano ABREU, "Prolegômenos" a *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro, Weiszflog Irmãos, 1918. Versão on-line da Biblioteca Digital do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). Disponível em: http://143.107.31.150/bibliotecaPdf/Lt-700-Original_WEB.pdf, p. 227. O estudioso Washington Luís, ex-presidente da República do Brasil, em trabalho publicado em 1956, sugeriu que Francisco de Souza teria uma espécie de manha hereditária, já que seu trisavô, Ruy de Souza, pedira como mercê, ao rei D. João II, somente o trato carinhoso em público, pois assim conseguiria crédito fácil na praça por ser "amigo do rei". Washington Luís, *Na Capitania de São Vicente*, São Paulo, Martins Editora S.A., 1976, p. 215 Luís ainda afirmava que: "a manha era, porém, apanágio dos Souzas". Para Luís, portanto, o termo *manha* se filiava à malandragem, tema fulcral do pensamento brasileiro em boa parte do século XX. Por outro lado, Baptista Pereira, mais um estudioso da figura de Souza, viu no termo *manha* um qualificativo para um governante cheio de artifícios e habilidades. Para ele, naquela época o termo não carregava o tom necessariamente pejorativo que lhe foi agregado depois. Baptista PEREIRA, *Vultos... op. cit.* De fato, o termo *manha* se define, nos dicionários atuais, com uma forte dose de duplicidade, podendo significar, de maneira positiva, *astúcia, esperteza, destreza, habilidade e sagacidade* ou, de maneira negativa, *ardil, malícia, tramoia, fraude, rolo, engano*. No mais antigo dicionário da

De todo modo, as demandas minerais sempre atraíram mais a atenção de D. Francisco. Como dissemos, é provável que ele tenha conhecido pessoalmente Gabriel Soares em Madri e se deixado impressionar com seus relatos e expectativas. Não à toa. As mercês concedidas a Gabriel Soares por Felipe II, incluindo aí o marquesado, bem demonstram que a empolgação não contagiou apenas D. Francisco. Ressalte-se que, mesmo que o marquesado não fosse novidade, seu caráter distintivo era inegável, visto que somente figuras de grande relevância para as conquistas, como Francisco Pizarro e Hernan Cortes, o haviam recebido da Corte de Castela. Considerando-se, portanto, o regimento de Giraldes e as mercês concedidas a Gabriel, é possível visualizar que a demanda mineral levada a cabo por D. Francisco não foi simplesmente um desejo ou um idiosincrasia pessoal, mas uma de suas atribuições de ofício como governador, delegada diretamente pela esperançosa Coroa.

Foi ainda cumprindo essa missão – já depois dos insucessos de Gabriel Soares no sertão do rio São Francisco –, que o governador descambou para a região sul das “partes do Brasil” em outubro de 1598, deixando em seu lugar, na Bahia de Todos os Santos, o capitão Álvaro de Carvalho. Iniciava sua viagem rumo à capitania de São Vicente. Foi formalmente atraído para lá em função das notícias de descobertas de ouro e prata nas minas de Jaraguá, Araçoiaba e Vuturuna, por volta de 1595, nas cercanias da vila de São Paulo. Na verdade, as notícias de riquezas de ouro, prata e ferro na capitania eram bem mais antigas. O próprio Gabriel Soares escrevera que:

*Não há dúvida se não que há nestas capitanias outra fruta melhor que é a prata, o que se não acaba de descobrir, por não ir a terra quem a saiba tirar das minas e fundir.*⁴⁵

O almirante Diego Flores Valdes, que estivera na Capitania em sua viagem ao Estreito de Magalhães em 1582 assegurou ao rei a existência de metais, recomendando que fossem enviados mineiros para “labrar las minas de prata y oro y cobre que ali ha y estan descubiertas”.⁴⁶ A crença na existência de metais preciosos no Brasil era tão grande, que ainda na Europa o governador já providenciara a nomeação de diversos ofícios para o setor

Língua Portuguesa, já do século XVIII, o verbete *manha* foi relacionado à “destreza no manejo dos negócios”, e seu sentido moral derivava da associação ao adjetivo bom, ou mau. Raphael BLUTEAU, *Vocabulario Portuguez & Latino*, pp. 192-193. Edição digital: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/1/manha>. Nos parece que o epíteto atribuído a Francisco no século XVI teria maior filiação com artifício e destreza do que com malandragem.

⁴⁵ Gabriel S. SOUZA, *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, São Paulo/Brasília DF, Ed. Nacional, 1987, p.115.

⁴⁶ “*Advertencias de Diego Flores de Valdés ao Rey*”, Arquivo Geral das Índias (AGI), PATRONATO 33, n.º 3, R. 4, ff. 1 e 2. Disponível em: <http://pares.mcu.es/ParesBusquedas/servlets/ImageServlet>.

mineral, como o provedor das minas, o castelhano Agostinho de Soutomayor, que antes estivera em Monomotapa.⁴⁷

A fama mineral da Capitania de São Vicente tinha uma fonte tríplice: além de amostras, mesmo de pouca monta, encontradas e remetidas desde a década de 1550 do século XVI,⁴⁸ as lendas de origem tupiniquim sobre o Itaberaba-açu – a Serra do Sabarabuçu –, ou “montanha resplandecente”, alimentava a imagem do interior meio mítico, como que guardando um novo Potosí; para completar, a “filosofia” da época também contribuía para aumentar estas expectativas.⁴⁹ Sérgio Buarque de Holanda nos lembra do inconformismo dos portugueses diante da existência de metais em Potosí e a inexistência deles no Brasil. De qualquer modo, as iniciativas de pesquisa mineral no Brasil neste período, são contemporâneas de outras investidas da mesma natureza em outras partes, tanto da África, quanto da América, tanto em áreas portuguesas, quanto em áreas castelhanas, agora todas sob o mesmo manto filipino.⁵⁰

É de se suspeitar que desde as primeiras notícias das descobertas, D. Francisco já se predispunha a ir às capitanias do sul. Estas fizeram com que o governador enviasse a São Paulo, já em 1595, a Sebastião de Freitas, que havia percorrido o sertão do São Francisco com Gabriel Soares; e também ao fundidor de ferro Manoel João.⁵¹ Ao mesmo tempo, fez disparar três entradas conjugadas para o interior em 1596, e que partiram de dife-

⁴⁷ Francisco de Assis Carvalho FRANCO, *História das minas de São Paulo. Administradores gerais e provedores (séculos XVI e XVII)*, Coleção História, São Paulo, Conselho Estadual de Cultura de São Paulo, 1964.

⁴⁸ Sobre amostras e notícias de riquezas minerais na capitania desde meados do século XVI, ver Francisco de Assis Carvalho FRANCO, *História das minas...* *op. cit.*; Sérgio Buarque HOLANDA, “Antecedentes...”, *op. cit.*; Lucy de Abreu MAFFEI, e Arlinda Rocha NOGUEIRA, “O ouro na Capitania de São Vicente nos séculos XVI e XVII”, *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 20, pp. 7-135, 1966; Miriam ELLYS, “Pesquisas sobre a existência do ouro e da prata no planalto paulista nos séculos XVI e XVII”, in *Revista de História*, São Paulo, 1(1): 51-71, jan.-mar. de 1950.

⁴⁹ Em documento da Biblioteca d’Ajuda, cujo título é “Relações das capitanias do Brasil”, na parte sobre a Capitania de São Vicente se diz que: “*Nos limites desta capitania pela terra adentro obra de quarenta léguas estão as minas de ouro e prata que Dom Francisco de Sousa diz ter descobertas, as quais muitos anos antes se tinha notícia e por boa razão de philosophia esta região do Brasil deve ter mais e melhores minas que as do Peru por ficar mais oriental que ela e mais disposta para a criação de metais*”. Códice 51-IX-25, f. 142, Biblioteca d’Ajuda, Lisboa.

⁵⁰ Vale aqui ressaltar, como já foi dito, que as iniciativas minerais no Brasil nos anos de 1580 – e mesmo depois, por volta da década de 1600 –, coincidem com notícias, expectativas e iniciativas levadas a cabo também nas fantásticas minas de Monomotapa (Moçambique), em Cambembe (Angola) e mesmo na província do Guairá, no Paraguai.

⁵¹ “El año de 95 me enbio a esta Capitania a descubrir yerro, y haviendo hallado, y juntamente oro, fue en persona a darle cuenta de lo q havia, y de nuevo me mando volver en compania de un minero de oro...”, in “Informe de Manuel Juan de Morales de las cosas de San Pablo, 1636”, in Jaime CORTESÃO (org.), *Jesuítas e bandeirantes no Guairá*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional/Divisão de Obras Raras, 1951, p. 182. Tudo leva a crer que este Manuel Juan de Morales, autor desta carta ao rei, é de fato Manoel João Branco, português que se tornou uma das personagens mais ricas da vila de São Paulo, sendo plantador de trigo, arrecadador de dízimo e negociante de escravos da Guiné.

rentes locais: a de Diogo Martins Cã, do atual Espírito Santo; a de Martim de Sá, que partiu do Rio de Janeiro e a do recém-nomeado capitão mor da Capitania de São Vicente, João Pereira de Sousa Botafogo, da vila de São Paulo.

Em fevereiro de 1597, era lida na Câmara da vila de São Paulo, uma carta do governador comunicando o envio de Diogo Gonçalves Lasso, nomeado capitão mor, “ao efeito do ouro.”⁵² Depois de passar por Vitória, Rio de Janeiro e São Vicente, D. Francisco chegou finalmente a vila de São Paulo em maio de 1599. Na verdade:

*Muitos anos havia que voava a fama de haver minas de ouro, e de outros metais na terra da capitania de São Vicente (...) e já por algumas partes voava com asas douradas, e havia mostras de ouro; o governador se partiu para baixo no mês de outubro de 1598, levando consigo o desembargador Custódio de Figueiredo...*⁵³

Governança de D. Francisco em São Paulo: polícia, economia e política

A pequena vila de São Paulo, nascida de um colégio jesuítico acantonado no alto de uma colina em 1554, ganhou câmara e pelourinho em 1560. Naquela altura, contava com cerca de três dezenas de moradores e enfrentaria, ainda nesta mesma década, uma grande revolta indígena.⁵⁴ Cercada por uma muralha de taipa de pilão, suas ruas, becos e azinhagas se contorciam num pequeno emaranhado de casinhas, que passavam parte do ano fechadas já que a maioria dos moradores habitava na roça, em suas datas e sesmarias. Somente o colégio e a capela jesuítcos, onipotentes, realizavam os cultos e zelavam pela cristandade dos índios, mamelucos e brancos. Uma outra rebelião indígena, em 1592, colocara a vila novamente em alerta, mas já um pouco mais encorpada demograficamente, e com quase três décadas de experiência em lutas contra as diversas etnias indígenas, os moradores mantiveram não só a existência do núcleo, como este momento pode ser considerado como o ponto chave da estabilização do povoamento. John Monteiro entende as décadas de 1560 a 1590 como um momento de conflitos generalizados entre colonos e índios – mas também entre índios –, o que teria ameaçado seriamente a existência da vila.⁵⁵ Contudo, superado este período tenso, a ocupação do planalto se estabilizou e seus moradores assu-

⁵² Actas da Câmara da Villa de São Paulo (ACVSP), 1596-1622, Volume II, São Paulo, Duprat & Companhia, 1915, 08/02/1597, pp. 23-24.

⁵³ Frei Vicente SALVADOR, *op.cit.*, p. 230.

⁵⁴ Por moradores, entendo aqui os colonos brancos e alguns mamelucos integrados ao rol de chefes de família, com datas de terras ou sesmarias e elegíveis aos ofícios da Câmara.

⁵⁵ John MONTEIRO, “Dos Campos de Piratininga ao Morro da Saudade: a presença indígena na história de São Paulo”, in *História da Cidade de São Paulo*, Volume 1: *A Cidade Colonial*, Paula PORTA (org.), São Paulo, Paz e Terra, 2004.

miram uma primeira postura mais ofensiva inclusive em relação aos índios mais distantes da vila.⁵⁶ Ensaíavam-se as primeiras grandes entradas para os espaços contíguos da povoação. É, pois, exatamente neste contexto, e numa vila ainda instável e titubeante em suas iniciativas, que o Governador Geral do Estado do Brasil, D. Francisco de Souza, resolveu se estabelecer.

As Atas da Câmara da vila nos fornecem o testemunho da ansiedade vivida pelos seus moradores diante da proximidade do governador. A sua chegada – e de sua comitiva – mobilizou as autoridades locais, que tiveram de garantir refeição, abrigo e serviços a estes novos personagens. Os oficiais da Câmara se preocuparam em regular os ofícios mecânicos, exigiram que não se tirasse mais gado da vila até a vinda do governador; que cada um dos moradores limpasse e carpisasse o seu chão de terra. O uso do *tingui* (espécie de veneno indígena) foi proibido como instrumento de pesca, pois extinguiu rapidamente a população de peixes. A igreja matriz, iniciada em 1588, ficara parada durante anos e a vinda do governador se tornava um pretexto, e uma oportunidade, para encerrá-la. Além disso, era necessário criar alguma estalagem ou estabelecimento que vendesse coisas de comer e beber, o que foi feito ao se conceder tal tarefa a Marcus Lopes. Portanto, a dinâmica local começava, desde antes da chegada do governador, a se alterar em função de sua iminente presença.⁵⁷

Quando o homem de idade madura, ânimo decidido, polido e adaptável, como dizia Carvalho Franco, chegou acompanhado da comitiva “mais doura, mais operosa e mais luzida que já vira a colônia nascente”,⁵⁸ deve ter impressionado bastante os moradores da vila de São Paulo que se viam, de repente, alçados à centro, senão do governo – que obviamente continuava em Salvador –, da governança. Segundo Afonso Taunay, a chegada de Francisco de Souza a São Paulo foi um verdadeiro “choque de civilização”. De fato, o historiador paulista fazia esta inferência a partir de Frei Vicente Salvador, para quem, em São Paulo:

*até então os homens e mulheres se vestiam de pano de algodão tinto, e se havia alguma capa de baeta e manto de sarja se emprestava aos noivos e noivas para irem à porta da igreja; porém depois que chegou d. Francisco de Souza, e viram suas galas, e de seus criados e criadas, houve logo tantas librés, tantos periquitos, e mantos de soprilhos.*⁵⁹

Cerca de quinze anos antes, em 1583, Fernão Cardim escrevia sobre os paulistas que, vivendo “no meio daquele sertão e cabo do mundo”, “vestem-se

⁵⁶ As primeiras entradas punitivas foram lideradas pessoalmente pelo capitão-mor da Capitania, Jerônimo Leitão, em 1585 e 1590, atingindo inclusive a região do Guairá, na Província do Paraguai e Rio da Prata.

⁵⁷ ACVSP, Volume II, pp. 25, 28, 38-39; 26, 41-42, 56.

⁵⁸ Francisco de Assis Carvalho FRANCO, “Os companheiros...”, *op. cit.*

⁵⁹ Frei Vicente SALVADOR, *op. cit.*, p. 235.

de burel, e pellotes pardos e azuis, de pertinas compridas, como antigamente se vestiam. Vão aos domingos à igreja com roupões ou berneiros de cacheira sem capa.”⁶⁰ Nos inventários paulistas, transparece o aumento – não exagerado – de bens de luxo e de objetos como porcelanas, talheres e roupas entre os arrolados. Houve, como afirmou Alcântara Machado, um maior interesse pelo luxo.⁶¹ Portanto, cabe ponderarmos o impacto sobre alguns hábitos e sobre padrões de sociabilidade nesta vila de São Paulo, bastante alterados com a chegada do governador. Numa dimensão mais comezinha, D. Francisco conectou a vila aos padrões de *civilidade* difundidos no contexto do império filipino.

A função de governar, tão profundamente associada ao *pater familias*, numa especular relação com o poder doméstico, sofreu algumas importantes transformações ao longo dos séculos XVI e XVII.⁶² Paralela à estruturação do Estado moderno, a própria concepção de “governo” foi, por um lado, se alargando e, por outro, se tornando autônoma. As perspectivas medievais relacionavam o governo ao *regnum*, portanto, governar era fundamentalmente reger e conduzir. Para Michel Sennelart, o século XVII assistiu à definitiva transformação desta ideia de governo, que passou, então, a carregar novos sentidos e atribuições, já que Estado e governo começaram a ser vistos cada vez mais como instâncias separadas.⁶³ Além das clássicas funções militares e diplomáticas, as chamadas práticas administrativas passaram a compor o rol das funções governativas.⁶⁴

Governar continuou a ser garantir a ordem, concedendo, a cada um, o que lhe era justo⁶⁵, mas seus mecanismos assumiram novos contornos. A Idade Moderna trouxe novos dispositivos e realidades sociais novas. Neste

⁶⁰ Fernão CARDIM, *Tratados da terra e gente do Brasil*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia/São Paulo, EDUSP, 1980, p. 173.

⁶¹ José de Alcântara MACHADO, *Vida e morte do bandeirante*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

⁶² O domínio exercido pelo *pater* se diferencia do poder do *imperium* também porque, neste último, se instaura um direito positivo, uma relação baseada na vontade e no pacto entre seus membros, diferente das relações construídas a partir das relações familiares e domésticas, reunidas por consangüinidade e parentesco, portanto, menos voluntárias e mais regidas por obrigações mais “transcendentais”. Ver Pedro CARDIM, *O poder dos afectos. Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*, Dissertação de Doutorado, Universidade Nova de Lisboa, 2000.

⁶³ Michel SENELLART, *As artes de governar*, São Paulo, Ed. 34, 2006.

⁶⁴ Pedro CARDIM, “La jurisdicción real y su afirmación en la Corona portuguesa y sus territorios ultramarinos (siglos XVI-XVIII): reflexiones sobre la historiografía”, in Francisco José ARANDA PÉREZ y José Damião RODRIGUES, *De Re Publica Hispaniae. Una vindicación de la cultura política en los reinos ibéricos en la primera modernidad*, Madrid, Sílex, 2008, pp. 349-388.

⁶⁵ Esta noção de justiça não corresponde, de modo algum, a qualquer tipo de igualdade. Falamos da sociedade do Antigo Regime, portanto, o que competia a cada um era permeado pelo lugar social que ocupava na trama corporativa e hierarquizada da sociedade da época. António HESPAÑHA, *Visperas del Leviatán. Insituciones e poder político (Portugal, siglo XVII)*, Madrid, Taurus, 1989.

sentido, a intervenção governativa e administrativa na *polis* e no tecido da vida social, também ganhou mais destaque, já que o universo da *polícia*, ou da vida civil, se tornara nos tempos modernos um dos campos de atuação das funções dos governos.⁶⁶

Portanto, as ações do governante no campo da vida cotidiana, das posturas municipais, da regulação das relações sociais na *urbs* passaram a ser de fundamental importância na análise da governança. Além disso, o exercício do poder não era, de modo algum, um ato mecânico ou uma via de mão única. Na cadeia das relações e subordinações, as ações diretas dos governantes pesavam tanto quanto seus efeitos – diretos e indiretos –, suas homologias e suas “tecnologias” de poder; aí incluídos os mecanismos de autoridade.⁶⁷ No caso específico do governador D. Francisco de Souza, não podemos, em absoluto, minimizar os impactos reais e simbólicos da sua estadia numa pequena vila colonial alojada no ponto mais a oeste da América portuguesa. Antes mesmo dos atos explicitamente impactantes, a própria presença do governador já causou mudanças imediatas na vida local, criando as bases para transformações de longo prazo. Assim sendo, cabe analisar a governança de D. Francisco para além dos campos econômico e político no sentido estrito, atentar também para as dimensões sociais do poder, suas estratégias de comunicação e a manipulação da imagem de autoridade. Compreender, enfim, as “manhas” do poder!

Para exemplificar, a chegada da comitiva trouxe um acentuado incremento populacional, que de 170 moradores em 1589 passou a 308 em 1600;⁶⁸ interferiu no processo distributivo de datas;⁶⁹ os companheiros de Francisco de Souza se estabeleceram na vila e conseguiram terras, bons casamentos e ofícios, tanto na Câmara, quanto nas minas e na Capitania. Além disso, aos moradores de São Paulo deve ter soado muito atraentes as possibilidades abertas com a presença dessa gente que prometia não só bons casamentos, como bons negócios e ofícios.⁷⁰

⁶⁶ Michel SENELLART, *As artes... op. cit.*

⁶⁷ Esta perspectiva, inspirada nas linhas de análise nascidas dos trabalhos de Michel Foucault, tem questionado o poder visto de maneira tão verticalizada e limitada ao princípio da obediência. Pedro CARDIM, *O poder... op. cit.*

⁶⁸ Estes números são retirados do trabalho de Nuto Sant’Anna, que fez levantamento nominal, através da documentação, da população da vila. Nuto SANT’ANNA, *Metrópole. Histórias da cidade de São Paulo, também chamada São Paulo de Piratininga e São Paulo do Campo em tempos de El-Rei, o Cardeal Dom Henrique, da Dinastia de Avis*, Volume III, São Paulo, Coleção Departamento de Cultura, 1953.

⁶⁹ Um pouco antes da chegada do governador, e provavelmente sob o impacto da notícia de sua vinda, os oficiais da Câmara distribuíram 27 datas de terras num período de três meses.

⁷⁰ Vale aqui lembrar o quão significativa deve ter sido a mudança de padrão. Em 1561 a Câmara escrevia à Rainha Catarina pedindo que fosse enviados colonos à vila, de qualquer tipo, desde que não fossem ladrões. “Carta dos oficiais da Câmara de São Paulo para D. Catarina”. J. CORTESÃO (comp.), *Pauliceae Lusitana Monumenta Histórica*, I Volume (1494-1600), Lisboa, Real Gabinete Português, 1956, pp. 351-355.

Até o padrão de organização urbano foi alterado. Segundo Nestor Goulart Reis, o governador foi o responsável pelo primeiro esforço para disciplinar o crescimento urbano – que no fundo ele mesmo propiciou.⁷¹ Este autor sugere que algumas ruas foram traçadas por ordem de Souza, já sob os princípios da legislação filipina, e que a geometria e a largueza das ruas são dois indicativos da ação planejadora de engenheiros.⁷² Mas não só à vila de São Paulo ficaram restritas as ações de D. Francisco. Em suas andanças pelas minas descobertas na região, o governador fundou a vila de São Felipe – que não vingou – e logo depois estabeleceu pelourinho nas minas de Nossa Senhora de Monserrate, em torno da ermida do mesmo nome, nas cercanias de das minas de *Biraçoia*. Para além das óbvias influências espanholas em sua toponímia, Dom Francisco ainda incentivou a criação da vila de Mogi das Cruzes e o povoamento de Parnaíba, em torno das minas daquela região. Assim, irradiava para além do núcleo planaltino, espaços de ocupação basicamente direcionados para a exploração das supostas minas e da manutenção de fronteiras e caminhos, como era o caso de Mogi. A presença do governador foi marcante para o desenvolvimento da *polis* paulista, já que ordenou espaços, regulou a vida cotidiana e organizou alianças familiares.

No campo econômico, o motivo declarado para a ida de D. Francisco à capitania de São Vicente foi averiguar as notícias a respeito da existência de minas de ouro, prata e ferro na região. Esta demanda, até onde se sabe hoje, foi bastante frustrante, apesar de algumas especulações posteriores. Derivou daí a imagem de D. Francisco como uma espécie de “Quixote mineral”, que despendeu toda sua energia e recursos (estes, nem todos seus) nos mirabolantes sonhos de uma nova Potosí inexistente. Por outro lado, na historiografia paulista a figura de D. Francisco foi louvada em função da paternidade das chamadas *bandeiras*. Mesmo decepcionante na questão mineral, teria sido D. Francisco o verdadeiro promotor do bandeirismo e o grande responsável pelo impulso expansionista paulista, já que as expedições patrocinadas pelo governador (dentre elas as de André Leão em 1601 e Nicolau Barreto em 1602) teriam potencializado certo espírito sertanista do paulista, despertando a tal “vocação para o sertão”.⁷³

Não entrando no mérito desta discussão, ainda a ser melhor balizada, uma coisa pode-se sublinhar de pronto: nenhum documento do período em que D. Francisco de Souza permaneceu em São Paulo sugere algum tipo de expansão territorial com o propósito de assegurar a posse portuguesa.

⁷¹ Nestor Goulart REIS, *São Paulo, vila, cidade, metrópole*, São Paulo, Via das Artes, 2004.

⁷² Nestor REIS, *op. cit.* Segundo ele, Francisco de Souza e seus engenheiros já atuavam sob a influência das leis de Felipe II sobre o traçado urbano na América, presentes nas *Leis das Índias*, de 1573.

⁷³ A chamada vocação para o sertão faz parte do imaginário paulista e foi bastante trabalhado, de diversas maneiras, pela historiografia. Afonso Taunay, Washington Luis, Ernani da Silva Bruno, Alfredo Ellis, Jaime Cortesão e mesmo Sérgio Buarque de Holanda tiveram de se haver com este “mito” paulista.

As ações do governador foram direcionadas para a busca de minas e articulação econômica da região o que pressupôs muito mais uma colaboração com Castela e com a América castelhana do que com uma suposta competição.

Foi Nilo Garcia um dos primeiros a ver outra mentalidade presente nas entradas organizadas e disparadas pelo governador. Segundo este autor, elas representavam "o veículo que transportou para São Paulo uma experiência, uma mentalidade que Castela desde há muito desenvolvia no México e no Peru".⁷⁴ Esta influência castelhana estaria no descimento de índios e o aldeamento destes como reserva de mão de obra para as minas. Já numa perspectiva ampla, Aracy Amaral sugeriu que as bandeiras estavam num quadro econômico maior, inseridas num projeto articulado de mina, siderurgia e agricultura.⁷⁵ Nesta mesma direção, John Monteiro, mais recentemente, viu na atuação de D. Francisco um projeto coletivo de desenvolvimento. Em sua explicação econômica, Monteiro mostra como as expedições de apresamento estavam articuladas a este projeto. Ele "propunha articular os setores de mineração, agricultura e indústria, todos sustentados por uma sólida base de trabalhadores indígenas."⁷⁶ Isso sob clara inspiração da América espanhola. Ainda segundo Monteiro – que nesse caso segue um pouco os passos de Sérgio Buarque – Francisco de Souza teria malogrado em seus objetivos de curto prazo (minas e siderurgia), mas assim mesmo gerou consequências extremamente relevantes para a história e dinâmica da vila (agricultura e bandeiras).

Neste sentido, um dos objetivos de Souza, que seria transformar São Paulo em "celeiro do Brasil", onde "fazendas de trigo, organizadas no modelo da *hacienda* hispano-americana, abasteceriam as minas e cidades", teria se realizado em parte.⁷⁷ Não é simples coincidência o fato de alguns dos colaboradores diretos de D. Francisco terem sido os pioneiros no plantio e na moagem do trigo, como Pedro Taques (secretário do governador), Manuel João Branco (mineiro de ferro) e Cornélio de Arzão (engenheiro-fundidor flamengo). O envolvimento direto do governador no incremento desta lavoura transparece quando de seu retorno a São Paulo, em 1609, já como governador da Repartição Sul. Nesta ocasião, trazia a autorização para importar do Rio da Prata sementes de trigo e cevada.⁷⁸ Ao mesmo tempo, Lerma e o Conselho das Índias ordenavam ao governador do Rio da Prata que auxiliasse a D. Francisco em tudo que precisasse.⁷⁹ Em 1610, os oficiais

⁷⁴ Nilo GARCIA, *A aclamação de Amador Bueno. A influência espanhola em São Paulo*, Tese de Livre Docência, Universidade do DF, Rio de Janeiro, 1956, p. 49.

⁷⁵ Aracy AMARAL, *A hispanidade em São Paulo: da casa rural à Capela de Santo Antônio*, São Paulo, Livraria Nobel, [1981?].

⁷⁶ John Manuel MONTEIRO, *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 59.

⁷⁷ J. MONTEIRO, *Negros...* *op.cit.*, p. 102.

⁷⁸ AGS, SP, Libro 1466, 17/09/1607.

⁷⁹ *Cedulário do Rio da Prata*, 14/06/1608.

conclamavam os homens bons de vila a deliberarem sobre a hipótese de se obrigar os moradores a plantarem baselos e “semear *muito* trigo”.⁸⁰ Na década de 1620, já o cultivo se estabelecera na região e São Paulo era o único lugar onde se colhia deste produto.⁸¹ Em 1636, um dos maiores produtores do planalto, e dono de dois moinhos, o antigo mineiro Manuel Juan, falava ao rei da abundância e da riqueza de São Paulo na produção do trigo.⁸² John Monteiro é autor do trabalho mais importante sobre o tema, e revela as intimas filiações da expansão desta lavoura no planalto e a crescente organização das bandeiras de apresamento. Ao coincidir os dois tópicos, mostra firmemente como os indígenas capturados e descidos nas entradas não foram revendidos a outras capitanias, mas aproveitados na expansão agrícola de São Paulo, conectada a economia colonial.⁸³

No campo mineral, seja qual tenha sido a real capacidade aurífera das minas de São Paulo – e a despeito de forte descrença de alguns círculos dos Conselhos reais –, quando D. Francisco voltou a Europa em fins de 1605, levaria apenas um ano para passar de forte suspeito de desperdício de verbas, a um dos protegidos do Duque de Lerma com abundantes concessões e mercês. Em novembro de 1607, o Duque mandou interromper a residência que se fazia sobre o governo de Francisco.⁸⁴ De fato, desde dezembro de 1606 que Lerma já decidira pela nomeação dele como governador da Repartição Sul e capitão das minas do Brasil que, depois de algumas dúvidas quanto à jurisdição, incluía até mesmo possíveis minas encontradas fora das três capitanias de baixo.⁸⁵ Apesar das indecisões e dúvidas que transparecem nas consultas ao Conselho de Portugal, ao Conselho da Índia e a Junta da Fazenda, Francisco de Souza voltou a São Paulo dotado de inúmeros instrumentos para o controle e administração tanto das três capitanias (Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Vicente) quanto das supostas minas.⁸⁶ Ademais,

⁸⁰ ACVSP, 10/04/1610.

⁸¹ *Libro del sucessos del ano de 1624*, Ms 2355, f. 54, Biblioteca Nacional de España (BNE).

⁸² “Informe de Manuel Juan de Morales...”, *op. cit.*

⁸³ John MONTEIRO, *Negros...* *op. cit.*

⁸⁴ Importante ressaltar que apesar de servir para justificar algumas suspeitas, a ordem de tomada de residência de D. Francisco foi acompanhada da de João Furtado de Mendonça em Angola. A residência se enquadrava na nova normativa imperial que tentava homogeneizar as instituições e a administração, aí incluindo as partes ultramarinas portuguesas. Em 1603 a corte decidira pela tomada de residência de todos os ofícios governativos tanto na Península quanto no Ultramar. Fernanda OLIVAL, “Gobierno...”, *op. cit.* Assim, a ordem de tomada de residência de D. Francisco não de vê ser lida como excepcional. Ordem de residência: Códice 51-VIII-07, f. 94, 21/07/1605. Biblioteca d’Ajuda e ordem de interrupção: Códice 51-VII-15, f. 178, 26/11/1607.

⁸⁵ Numa carta do governador Diogo de Menezes, nomeado em 1606, ele reclamava desta jurisdição, suspeitando que Souza “há de fazer minas a cada canto das ruas da Baya ou de Pernambuco, quanto mais nos montes, e assim se vira a estar nelas...”. Jaime CORTESÃO, *Monumentae...* *op. cit.*, p. 6. AGS, Secretarias Provinciales, Libro 1466, 23/12/1606.

⁸⁶ A desconfiança quanto a Francisco de Souza pode ser exemplificada na divisão do Conselho de Portugal, quanto à parcialidade das opiniões do ex-governador; em petição de Domingos de Araújo pelas minas da Bahia. AGS, Secretarias Provinciales, Libro 1466, f. 284v.

vinha com o poder de distribuir mais mercês, necessárias para formar sua rede de apoiadores e retribuir serviços e favores. Conseguia amplos poderes jurídicos de perdão a degredos e retornava com condições de dar continuidade a uma série de projetos que já havia iniciado em sua primeira passagem por São Paulo. No final das contas, pouco pôde, de fato, D. Francisco fazer, pois chegou à vila em meados de 1609 e em junho de 1611, faleceu.

Economicamente, Francisco de Souza tentou articular a agricultura, a indústria do ferro e a mineração num projeto que só seria viável se sustentado pela ampla e cada vez mais abundante mão de obra indígena. O aliado do governador, Diogo de Quadros, chegou a sugerir através de petição ao Conselho da Índia que se repartisse um milhar de escravos da Guiné, em fiança, aos moradores da vila para que trabalhassem e beneficiassem as minas, já que tinham poucos índios na vila. No seu parecer sobre o tema, um ano depois, o governador afirmava ser custo desnecessário, visto que o trabalho poderia ser feito "pelos índios naturais da terra que estão afastados de nós, se houver modo para os atraírem..."⁸⁷ Assim sendo, não é fato fortuito, que as entradas ao sertão, cada vez mais organizadas militarmente, tenham se difundido e crescido exponencialmente ao longo do governo de Francisco, que via nestes índios descidos a reserva de mão de obra fundamental para o projeto. Ele próprio foi o criador do aldeamento de Barueri, para onde reduziu indígenas direcionados para os trabalhos em Vuturuna, Parnaíba, e na qual nomeava capitães para administrar a aldeia.⁸⁸

O modelo castelhano de *repartimiento* era referência fundamental nas perspectivas de desenvolvimento econômico estimulado pelo governador. Francisco de Souza, em seu parecer, Diogo de Quadros, em sua petição, e até mesmo o governador-geral Diogo Botelho, em carta ao rei, se referiram explicitamente ao modelo castelhano, remetendo-se ao modo do Peru no trato com os índios.⁸⁹ Que o modelo castelhano, no que tange à organização da mão de obra e à própria exploração mineral, inspirou Francisco de Souza parece-nos evidente. Não pode ser coincidência que tanto ele quanto seu auxiliar direto tenham usado a mesma comparação. Além disso, um dos exemplos mais citados para lembrar o impacto do modelo castelhano de aldeias e *repartimientos* na América portuguesa é o memorial de Bento Maciel Parente, relativo às suas mercês na conquista do Maranhão, em que

As mercês de D. Francisco estão em: AGS, Secretarias Provinciales, Libro 1466, 17/09/1607, ff. 298r a 310v.

⁸⁷ AGS, Secretarias Provinciales, Libro 1476, 03/11/1606, f. 164v.

⁸⁸ Códice CXVI/2-13, Documento n.º 17, Biblioteca Municipal Pública de Évora.

⁸⁹ "se devem mandar ir alguns índios do rio de janeiro, espírito santo que revezados possam continuar o serviço como se usa no peru", AGS, SP, Libro 1476, f. 165r. Segundo Varnhagen, Botelho era adepto declarado da prática hispano-americana de reduzir os índios nos *pueblos*, a partir dos quais cumpririam os *repartimientos*. Nesse sentido, sua controvertida solicitação de envio a Bahia de um terço (depois mudou para *quinto*) de todos os índios descidos no sertão da Capitania de São Vicente talvez servisse a este propósito. Francisco A. VARNHAGEN, *op.cit.* Sobre a resposta da Câmara a esta solicitação, ver ACVSP, 19/07/1603.

pede para “mandar encomendar los pueblos conquistados y los demas que se fueren conquistados asi como se faz e em las Indias de Castella”. Não se deve esquecer – nem ele esqueceu – que, antes de ir para o Maranhão, Parente esteve em São Paulo durante seis anos servindo a Francisco de Souza no “descubrimiento de las minas” e atuando, inclusive, como sargento maior das entradas.⁹⁰

Ao trafegar a legislação referente ao trabalho indígena neste período, Francisco de Souza teria sido permissivo em relação à escravização indígena. Não só fez vistas grossas ao alvará de 1595, que proibia terminantemente a escravização do índio (mesmo os capturados sob o princípio da *guerra justa*), como fez valer a lei de 1570, ainda do tempo de D. Sebastião, que a permitia desde que com licença direta do rei ou do governador. Era clara a conveniência da lei de 1570, pois lhe dava ampla margem de manobra para manipular este importante mecanismo de poder e governabilidade. Por outro lado, o governador lançou mão do alvará de 1596 que concedia aos jesuítas o papel de “protetores” dos índios descidos do sertão, pelo menos dos reduzidos nas poucas aldeias jesuíticas.⁹¹ Com isso, aplacava as demandas jesuíticas e servia de anteparo às queixas dos colonos, ao mesmo tempo em que empreendia esforços para abastecer a vila de mão de obra indígena, descida do sertão. Não devemos ver como simples acaso o fato de os dois grandes momentos de tensão entre os oficiais da Câmara de São Paulo e os jesuítas, nesta primeira quinzena do século XVII, terem se dado em 1606, quando D. Francisco estava em Madri, e em 1611-12, já após a sua morte. Ambos ocorreram, justamente, a reboque de leis e alvarás que concerniam à questão indígena.⁹² Assim sendo, podemos problematizar o quanto D. Francisco

⁹⁰ BNRJ, Manuscritos Coleção Castelo Melhor, 01, 02, 035, documentos 10 e 7, respectivamente.

⁹¹ Os aldeamentos eram administrados sob o princípio do Padroado Real. Neste caso, o poder temporal era exercido pelos capitães de aldeia (mais tarde pela Câmara), mas o poder espiritual exigia a presença de um cura ou vigário, posto que, no caso da vila de S. Paulo, era fundamentalmente ocupado pelos jesuítas. Segundo Petrone, dos 11 aldeamentos na capitania, seis eram do Padroado e cinco eram chamados de “fazendas”, sob controle jesuítico. Destas cinco, Carapicuíba só passou aos jesuítas em 1615, por testamento de seu fundador; Afonso Sardinha. Pasquale PETRONE, *Aldeamentos paulistas*, São Paulo, EDUSP, 1995.

⁹² A lei de 1611, além de restabelecer o direito à guerra justa em alguns casos (proibida por alvará de 1609, que tornara todos os índios livres), legalizava alguns casos de cativo (como o de condenados à morte ou a rituais de antropofagia) e retirava o poder temporal dos jesuítas sobre as aldeias (estabelecido temporariamente pelo mesmo alvará de 1609). Criava ainda a figura do capitão de aldeia, leigo, que administrava o poder temporal e repartia os índios aldeados para os trabalhos demandados pelos colonos. As queixas dos moradores de São Paulo em 1606 foram no sentido de contestar o que consideravam poder excessivo dos jesuítas; já as queixas de 1612 acusavam os padres da Companhia de não respeitarem a lei de 1611 e estimularem os índios a desobedecer aos colonos e aos capitães de aldeias. Os embates, neste ano, giraram mais em torno da aldeia de Barueri, onde os padres jesuítas teriam assumido o poder sonhando os índios aos colonos. Lembremos que esta aldeia deveria estar no espólio de Francisco de Souza, e simboliza bem como seu desaparecimento desestabilizou uma relação que já estava tensionada. Segundo Stuart Schwartz, a lei de 1609 causou ameaças de tumultos no Rio

conseguia, senão dissolver, pelo menos equilibrar as disputas entre colonos e jesuítas.

Os índios descidos eram capturados, resgatados ou mesmo atraídos de diversas maneiras e de variados lugares.⁹³ Não é nossa intenção aqui detalhar este fenômeno tão controverso conhecido como *bandeirantismo*; mas apenas reforçar a função das iniciativas econômicas e das perspectivas de exploração regional, que fomentaram as entradas, organizadas com a presença do governador, segundo as ordenanças militares. Estas *bandeiras* cumpriram um papel múltiplo e se irradiaram em todas as direções. Buscaram minas, índios e aplainaram caminhos. Tornaram alguns dos espaços contíguos à vila bastante frequentáveis e estáveis para a ocupação e trânsito. As bandeiras avançaram, no sentido oeste, para o vulgo *sertão*, em áreas da Província do Paraguai e Rio da Prata; no sentido noroeste, para o sertão do Parauapava; pelo vale do Paraíba e Serra da Mantiqueira e também para o litoral sul, até a região dos Patos.

Cabe aqui, por fim, problematizar uma última e fundamental questão. O projeto econômico e articulado internamente não poderia carecer, nem prescindir, das articulações externas. Para o sucesso dos empreendimentos era essencial articular e vincular o espaço da capitania de São Vicente com outras áreas do Brasil, mas também com a América castelhana. Esta era bem representada ali pela região platina, o que incluía tanto Buenos Aires quanto o chamado Paraguai. Neste último território existiam três vilas castelhanas no espaço entre Assunção e São Paulo.⁹⁴ A viabilização dos intentos do governador passava necessariamente pela articulação regional. Nesse sentido, é nítida a mudança de enfoque nas relações entre a América portuguesa e castelhana nesses tempos de União Ibérica, em especial durante a governança de D. Francisco. Da competição e disputa territorial, predominante

de Janeiro, verdadeiras revoltas na Bahia e cartas queixosas na Paraíba, que relatavam ser esta lei muito influenciada por Castela e de pouca aplicação no Brasil. De qualquer modo, isso mostra que a rebeldia nunca foi uma exclusividade de São Paulo. Stuart SCHWARTZ, "Luso-Spanish Relations in Habsburg Brazil, 1580-1640", *The Americas*, Volume XXV, 07/1968, n.º 1, p. 41.

⁹³ De fato, não era só com o uso da violência que os índios, em especial os carijós, foram descidos e levados a São Paulo. Os métodos persuasórios eram amplamente utilizados: faziam-se promessas de variados tipos, promovia-se a reunião de parentes e formavam-se redes de alianças. Sobre estes métodos, ver: John MONTEIRO, "Os Guarani e a História do Brasil Meridional", in M. CUNHA, *História dos índios no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1982, pp. 475-498. Neste sentido, é famosa a carta do vilariquenho Bartolomeu de Torales, em 1612, comentando como Sebastião Preto, de São Paulo, havia utilizado com os caciques de "puras dádivas" para atraí-los, com suas aldeias, para a vila vicentina. "Carta de Bartolomeu de Torales a Diego Marin Negron", *Anais do Museu Paulista*, Tomo I, 2.ª Parte, p. 158. As próprias Atas da Câmara falam da reunião de parentes e de índios que buscavam voluntariamente abrigo na vila, fosse porque fugiam de algo, fosse porque lhes haviam prometido algo. ACVSP de 03/04/1609, por exemplo, fala de carijós que, no caminho rumo a São Paulo, encontraram muitos outros que também iam para a vila, e que, ademais, estavam famintos e doentes. O depoimento de um dos índios ainda menciona como os espanhóis haviam tentado impedi-los e como portugueses tentaram escravizá-los pelo caminho, antes que chegassem à vila.

⁹⁴ As vilas de Ciudad Real, Santiago de Jerez e Villa Rica del Espiritu Santo.

no século XVI, passava-se a um processo que predispunha à cooperação entre as partes. Em novembro de 1603, com a presença do, naquela altura ex-governador, chegaram à vila de São Paulo e se apresentaram na Câmara, quatro “soldados” de Vila Rica del Espiritu Sancto, com ordens de Antonio de Añasco, lugar-tenente do governador do Rio da Prata, o *criollo* Hernando Arias de Saavedra, para estabelecer e regularizar o caminho que ligava o mundo vicentino ao mundo paraguaio.⁹⁵ A preocupação com as ordens e bandos da Coroa espanhola que proibia a entrada de portugueses, ou mesmo castelhanos, sem licença, foi nítida e ficou refletida tanto na resposta cautelosa dos oficiais da Câmara de São Paulo, quanto em carta de Hernando Arias ao rei.⁹⁶ Entretanto, abriu-se efetivamente um caminho que, a despeito dos bandos e dos picos de repressão, foi amplamente utilizado no sentido tanto de servir de ponte para Potosí quanto no de atrelar os dois espaços. Seu uso, cotidiano e regular, como mostra documentação paraguaia, contou com o apoio – tímido no sentido oficial – das autoridades alocadas nas respectivas regiões, em especial Francisco de Souza e Hernando Arias.⁹⁷

O quanto essas conexões foram estabelecidas conforme um possível projeto advindo de Castela, no sentido de fomentar um espaço trans-fronteiriço mais amplo sob o manto do império, é coisa de difícil aferição. A documentação oficial – emanada dos conselhos reais – parece indicar o sentido inverso, qual seja o de impedir estas conexões. Estas proibições não eram fruto de qualquer prurido em relação ao acordo de Tomar, ou na defesa das jurisdições dos reinos, mas sim no sentido de garantir os diversos monopólios atrelados ao eixo potosino e aos temores – alguns quase paranóicos – de invasões estrangeiras às ricas minas do interior.⁹⁸ Por outro lado, uma

⁹⁵ Añasco era também cunhado de Hernando Arias. ACVSP, 22/11/1603.

⁹⁶ ACVSP, 23/11/1603. A decisão da Câmara de São Paulo – com a presença de Souza –, foi pela abertura do caminho e o envio de gente com os castelhanos para atestarem a sua viabilidade. Contudo, ressaltava que “tudo se desse conta ao senhor governador geral para ele avisar a sua majestade...”. A carta de Hernando Arias é de 05/04/1604 e avisa que “no consentiré se ande aquel camino hasta ver lo que VM es servido...” mas lembrava dos benefícios que ele traria aos moradores do Guairá, in Ramón CARDOZO, *La Antigua Provincia de Guairá y la Villa Rica del espíritu Santo*, Buenos Aires, Librería y Casa Editora de Jesús Menéndez, 1938, p. 100.

⁹⁷ Documentação reunida em Assunção (ANA), Sevilha (AGI) e São Paulo, comprovam o uso regular do caminho no início do século XVII. Vale dizer que o fluxo de pessoas entre 1603 e 1620, entre a Capitania de São Vicente e a Província do Paraguai foi uma constante. Levantamos 107 nomes com razoável grau de detalhamento, todos estes processados. Podemos imaginar a quantidade, seguramente muito maior, de pessoas que escaparam a qualquer controle. Dentre os que usavam o caminho, citamos Manuel Pinheiro, mineiro de ouro a serviço de Francisco de Souza, que em 1605 tomou o rumo guairenho para tornar-se comerciante de erva mate. Uma abordagem mais aprofundada destas relações está em: José Carlos VILARDAGA, *São Paulo na órbita do império dos felipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*, São Paulo, Tese de Doutorado – USP, 2010.

⁹⁸ Ver Alice CANABRAVA, *op.cit.*; Zacarias MOUTOUKIAS, *Contrabando y Control Colonial en el Siglo XVII*, Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1988; Emanuel Soares da VEIGA, *O comércio ultramarino espanhol no Prata*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1982; Carlos S. ASSADOURIAN, G. BEATO y J. C. CHIARAMONTE, *Argentina: de la conquista a la independencia*, Buenos Aires, Hispamérica, 1986.

articulação real ocorreu no plano das relações humanas e comerciais que foi muito além dos bandos e contra-bandos. Como disse Joaquim Romero Magalhães, "la vida económica con dificultad se deja aprisionar por el derecho."⁹⁹ E diríamos que não só a vida econômica, mas grande parte das trocas e relações humanas. Ao contrário do que é comum se fazer, o ideal seria não separar tão radicalmente as instâncias da legalidade – ou da norma – e a real ou prática, como preferem alguns.

Sobre este caminho, e a dúvida quanto a mantê-lo fechado ou aberto, Francisco de Souza se pronunciou formalmente ao Conselho da Índia afirmando que "por uma e outra parte não faltam razões". Nesta ocasião, alegou que sobre o tema daria um parecer pormenorizado, já que a ele os castelhanos do Paraguay haviam procurado.¹⁰⁰ Portanto, o uso cotidiano do caminho não deve ser totalmente apartado de iniciativas de cunho oficial, pois o envolvimento direto das autoridades regionais parece evidente. Assim, entre a lógica imperial e a lógica local, deve-se interpor um espaço regional de articulação e de interesses que relacionava os interesses imperiais às necessidades das elites e grupos locais:

*Podemos entender la 'monarquía compuesta' como un mosaico de unidades políticas ligadas en sentido vertical con la corona, también es cierto que entre dichos espacios políticos y sociales se estaba trabando – y en algunos casos existía con antelación – un conjunto de relaciones, sin cuya consideración no se puede entender ni el funcionamiento político del imperio, ni sus implicaciones y escenario social, cultural y económico.*¹⁰¹

As ações de Francisco de Souza em relação ao caminho não podem ser vistas como inteiramente autônomas na relação com Madrid e/ou Lisboa, e muito menos como adotadas somente em função das pressões locais. À autoridade que representava o rei cabia uma larga margem de decisão, mas a capacidade e o talento governativo de nosso personagem talvez estejam exatamente no sucesso em articular as duas instâncias, e agregar dinamismo às conexões entre grupos e elites regionais. Portanto, cumpria naquela circunstância o papel de um poder *intermédio*. Atender aos desejos do rei, aos ditames de seu regimento e às expectativas locais implicava na necessidade de cooptar grupos, articular interesses e viabilizar a efetiva colonização e exploração de um território. Para isso agregou aliados e formou parcerias.

⁹⁹ Joaquim Romero MAGALHÃES, "Fronteras y espacios: Portugal y Castilla", in Ana María C. TORRES (org.), *Las relaciones entre Portugal y Castilla en la época de los descubrimientos y la expansión colonial*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, p. 97.

¹⁰⁰ Creio que está passagem atrela formalmente o governador a estas conexões. AGS, SP, Libro 1476, *op. cit.*

¹⁰¹ Bartolomé Yun CASALILLA (dir.), *Las redes del imperio. Élités sociales en la articulación de la monarquía hispánica, 1492-1714*, Madrid, Marcial Pons Historia/Sevilla, Universidad Pablo de Olavide, 2009, p. 16.

Formando elites e redes

Inspirado na tradição teológica do medievo, o governo, ou a direção das almas, na acepção religiosa, deveria realizar-se através da persuasão. A comunidade cristã seria conduzida, ou melhor, regida, no sentido de orientar todos “para um objectivo último, que o pensamento cristão identificava como o próprio Criador”.¹⁰² A gradativa laicização desta noção atuou a partir do século XIII, construindo uma íntima continuidade entre a “conduta de si, a administração doméstica e a direção do Estado.” Assim, deveria o príncipe governar:

*Seu reino da mesma maneira que seus próprios desejos, sua mulher, seus filhos, seus domésticos: trata-se, em cada nível, de conduzir uma multidão para o fim virtuoso que lhe corresponde.*¹⁰³

Claro está que as partes envolvidas eram percebidas em sua heterogeneidade, e esta perspectiva era fundamental no contexto da sociedade corporativa do Antigo Regime, em que cada corpo, relativamente autônomo, se posicionava diante de um poder central muito distante de ser absoluto. O exercício do poder não devia se confundir com a dominação pura e simples, e sim com a capacidade de reger as variadas e diversas forças sociais. Portanto, numa feliz definição, governar era a “arte de conciliar os interesses particulares, de conservar a forma da república ou de realizar a maior soma possível de forças”.¹⁰⁴ E como podemos inserir nosso governador nessa perspectiva?

A capacidade de D. Francisco de “cariciar” os cidadãos, como dizia Frei Vicente, nos parece evidente. Quando partiu de São Paulo, com destino incerto, em julho de 1601, Souza deixou expressa a vontade – transcrita no Registro Geral – de que a então vila:

*Com o divino favor há de ser **cidade** antes de muito tempo e (seus moradores) hão de ter grandes privilégios e mercês que lhe eu hei de procurar com sua majestade porque foi a primeira e principal parte donde mediante o favor de Deus descobri estas minas.*¹⁰⁵

A “economia das mercês” cumpria aqui um importante papel, pois servia para retribuir favores e serviços, mas também para cooptar novos aliados. Com elas, Francisco conseguia atrair técnicos, convencer cétricos, aplinar

¹⁰² Antonio Manuel HESPAÑA e Ângela Barreto XAVIER, “A representação da sociedade e do Poder”, in A. Manuel HESPAÑA (coord.), *História de Portugal*. Volume 4: *O antigo regime*, Lisboa, Estampa, 1993, p. 121.

¹⁰³ Esta noção era inspirada em Tomás Campanella. Michel SENNELART, *op.cit.*, p. 31.

¹⁰⁴ Michel SENNELART, *op.cit.*, p. 22.

¹⁰⁵ RGCVP, 19/07/1601. *Grifo meu*.

o terreno e conciliar o contraditório. O governador teve, desde o princípio, de equilibrar-se num universo de interesses às vezes bastante antagônicos: a começar pela questão indígena, que opunha frontalmente jesuítas e moradores. A prática de preservar os interesses dos colonos sem afrontar a poderosa e utilíssima Companhia de Jesus era um destes delicados assuntos. De modo geral, os jesuítas foram simpáticos ao governador, pois eles contaram com a sua proteção tanto no norte, quando Souza ainda estava na Bahia, quanto no sul. Paradoxalmente – ou convenientemente – foi com D. Francisco que o monopólio espiritual da Companhia em São Paulo foi quebrado, principalmente com a introdução dos beneditinos no planalto de Piratininga. As “fazendas” jesuíticas foram mantidas, mas novos aldeamentos reais foram estabelecidos, atendendo assim à demanda de mão de obra em expansão. Além disso, o governador aparelhou os aldeamentos com capitães, juízes e procuradores. A administração desta mão de obra indígena, sua regulação e distribuição, era peça chave nos projetos de D. Francisco.¹⁰⁶

Outra questão fundamental, e que antecedia as demais, era como interferir na dinâmica da vila de São Paulo sem contrariar frontalmente os interesses locais. O governador teve de buscar formas para harmonizar os antigos moradores, relativamente enraizados, com os forasteiros e adventícios que o acompanhavam. A introdução dos aliados e companheiros do governador na teia de casamentos do planalto, bem como o estabelecimento de vários deles em datas e sesmarias, garantiram, é claro, certa perenidade e aliança entre os novos elementos e os antigos. Neste sentido, D. Francisco integrava seus aliados à comunidade de famílias que compunha a vila de São Paulo.¹⁰⁷ A concessão de terras, bastante difundida durante o segundo governo de Souza, assim como a administração da mão de obra consistiram nos dois principais recursos para a organização e formação de sua rede de apoia- dores, ou para a constituição de uma elite local.¹⁰⁸

No leque de recursos para a estruturação de uma rede clientelar na vila de São Paulo, o “canto da sereia” através da concessão de mercês e da nomeação para ofícios diversos foi também peça chave. Quando o gover-

¹⁰⁶ Regular e intermediar, conforme seus interesses e obrigações, a mão de obra indígena foi desde sempre um problema para a Coroa que, de modo geral, tinha de enfrentar a autonomia dos colonos e de seus agentes coloniais para tentar impor sua soberania. As ações de D. Francisco revelam um pouco dessa questão ao utilizar, ou sonegar, as normas e intenções da Coroa conforme suas contingências e planos. De todo modo, era um mediador entre o poder imperial e realidade local, figura fundamental em qualquer governação e de quem a Coroa, apesar dos conflitos, dependia completamente. Sobre o papel da mão de obra indígena e negra e a criação do chamado *dominium* na implantação da soberania régia, ver: Rodrigo Faustinoni BONCIANI, *O dominium sobre os indígenas e africanos e a especificidade da soberania régia no Atlântico*, Tese de Doutorado, USP, 2010.

¹⁰⁷ “Até o século XVIII a comunidade foi encarada como um aglomerado de famílias unidas por um pacto...”. Assim, pertencer a uma família, era pertencer à rede comunitária ligada por laços de afeto e interdependência. Pedro CARDIM, *Poder do afecto... op.cit.*, p. 227.

¹⁰⁸ Conforme trabalho de: Rodrigo RICUPERO, *A formação da elite colonial*, São Paulo, Alameda, 2008.

nador chegou à pequena vila em 1599, não havia praticamente nenhum ofício que não os atrelados à Câmara. E, aliás, os ofícios disponíveis pela governança da Capitania eram sediados na vila de São Vicente, centro da capitania do mesmo nome. Entretanto, D. Francisco criaria, sob a jurisdição das supostas minas, um aparelho administrativo que serviu também para acomodar os diversos personagens, novos e antigos. Instituiu, por exemplo, mamposteiro de cativos, avaliador, partidor, medidor, avaliador da fazenda, juiz dos órfãos, repartidor de terras, procurador e escrivão do campo, capitão da gente de cavalo, escrivão da ouvidoria, alferes etc., ou seja, uma diversidade enorme de ofícios. E, nestes, alojou seus acompanhantes, muitos deles castelhanos, como Geraldo de Medina, João de Santa Maria e Bernardo de Quadros, ou flamengos, como Geraldo Betting e Cornélio de Arzão, mas também uma boa quantidade de moradores mais antigos, como Antonio e Francisco Proença, pai e filho, ambos aliados importantes de Souza em São Paulo; Geraldo Correa; João Soares, João da Costa, Antonio Camacho, Francisco da Gama, dentre outros. Todos eles, de modo geral, foram, portanto, nomeados para cargos das minas ou das aldeias indígenas, e também ocupantes de ofícios camarários.¹⁰⁹

A distribuição de ofícios veio acompanhada do poder de nomear cavaleiros, com pelo menos dois casos comprovados em 1601.¹¹⁰ Quando o governador voltou a São Paulo, em 1609, carregado ele próprio de mercês, chegou com o direito de conceder 20 hábitos de Cristo e armar cem cavaleiros.¹¹¹ Além disso, vinha com o direito de comutar degredo, o que parece ter usado largamente, pois, apesar de as Atas conterem apenas um caso, uma carta do rei ao governador Gaspar de Souza, em 1613, refere certo uso generalizado da comutação por Francisco e seu filho Luis no Rio de Janeiro.¹¹² As nomeações de Francisco, sem dúvida, participaram da estruturação de um aparato jurídico e administrativo para as minas – e também militar –, mas serviram, sobretudo, para a consolidação de uma elite local sobre a qual o governador se assentou. A militarização da vila foi marcante a partir da chegada de D. Francisco que, conforme já assinalado, implantou o Regimento dos Capitães-mores de D. Sebastião e organizou as *bandeiras*, sob formato militar.

¹⁰⁹ Francisco da Gama foi nomeado procurador dos índios forros em 02/1601, Geraldo Correa como avaliador e medidor (27/05/1600), João Soares como capitão da aldeia de São Miguel (25/05/1600), Miguel Alvarez como meirinho do campo (10/05/1600), Antonio Camacho recebeu o direito de advogar na vila (02/1601) e João da Costa foi mamposteiro dos cativos (1608) e repartidor das terras (1609). Todos estes ofícios e muitos outros estão registrados no RGCVSP.

¹¹⁰ Ele armou cavaleiro a Sebastião de Freitas e Antonio Raposo, os dois também por serviços prestados ao próprio governador. RGCVSP, 16/03/1601 e 18/06/1601.

¹¹¹ AGS, Secretarias Provinciais, Libro 1466, 17/09/1607.

¹¹² O degredo comutado foi o de João Roiz de Almeida. ACVSP, 05/04/1610. – Cf. carta do rei ao governador Gaspar de Souza, in *Cartas para Álvaro de Sousa e Gaspar de Sousa (1540-1627)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 115.

Aos Proença, aliados de primeira hora, foram concedidas nomeações de capitão da gente a cavalo (na vila e nas entradas), para Antonio, e de alferes, a Francisco.¹¹³ O governador criou uma rede de aliados, e as terras, a mão de obra indígena, os ofícios e mercês, bem como as promessas afagaram os moradores da pequena vila que foi alçada a uma condição jamais imaginada.

Na relação com a instância basilar de poder local, a Câmara, o governador atuou no sentido de respeitar as decisões dos oficiais e moradores. Na medida do possível, atendeu aos pedidos, mas em pelo menos uma ocasião teve de fazer prevalecer sua vontade. Ao chegar à vila, em 1599, os oficiais daquele ano já tinham preparado uma série de demandas ao governador: solicitavam que não tivessem de ir até Santos para registrar os índios de serviço; que os moradores fossem isentos do dízimo do peixe (conforme foral ao donatário) e que as férias não caíssem no mês de maio e junho. De pronto, D. Francisco acenou positivamente às petições. Entretanto, os mesmos oficiais alegaram que "parecia bem não ter juiz dos índios" e que o "uso e costume" da terra era que os índios estivessem sob controle do juiz ordinário, ou seja, sob controle dos oficiais da Câmara.¹¹⁴ Travava-se, assim, um primeiro embate diante de uma parcela importante a qualquer projeto a ser desenvolvido em São Paulo: quem administraria a reserva de mão de obra indígena?

O tema dos *usos e costumes* é bastante controverso na história de São Paulo. Há uma tendência a considerar uma suposta prevalência destes sobre as leis, numa clara bipolarização entre a norma metropolitana e a prática local. Esta leitura casou-se muito bem com as interpretações que reforçaram o caráter autônomo e rebelde dos "paulistas" em relação às autoridades reais. Longe de negar o papel importante dos *usos e costumes*, tanto em sua efetiva força legal, quanto retórica¹¹⁵ – aliás, bastante comum na época e utilizada por várias populações coloniais –, deve-se analisar a questão de maneira menos dicotômica. Os costumes locais, as necessidades ocasionais, os direitos particulares e as normas metropolitanas atuaram no jogo constante da negociação entre os grupos de poder local e as autoridades governativas de variados níveis. Trata-se, aqui, simplesmente de recusar a utilização desta retórica para alimentar a mitologia de um povo supostamente rebelde e independente.¹¹⁶

¹¹³ RGCVP, 15/10/1599; RGCVP, 06/1609.

¹¹⁴ ACVSP, 16/01/1599.

¹¹⁵ Os costumes antigos locais poderiam, formal e legalmente, prevalecer sobre as leis reais em alguns casos. Antonio Manuel HESPANHA, "Porque é que existe e em que é que consiste um direito colonial brasileiro", in Eduardo França PAIVA (org.), *Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar*, São Paulo, Annablume, 2006.

¹¹⁶ A ideia da sobreposição dos usos e costumes sobre as normas em São Paulo tem sido trabalhada recentemente por Rafael Ruiz e Janice Theodoro, inspirados no clássico trabalho de Richard Morse, que identifica na São Paulo do século XIX as heranças do tempo colonial, de uma sociedade baseada na comunidade rural, familiar, que se desenvolveu sem planejamento, sempre meio ao acaso e assentada nas relações de confiança e informalidade, distantes,

Portanto, seria interessante analisar cada caso específico, e tentar compreender qual perspectiva pode ser considerada “vitoriosa” naquela circunstância. Há de se levar em conta que a norma legal só era rejeitada inteiramente quando desagradava a maioria esmagadora de determinada localidade, caso contrário, estava aberto o espaço para as disputas, conflitos e negociações. No momento que aqui analisamos, a força da lei escrita e da norma legal deve ter pesado bastante, já que D. Francisco de Souza não poderia, nem deveria, conforme suas atribuições, confiar somente no “fio do bigode” e na retórica dos “usos imemoriais” de uma vila de 40 anos! A presença de uma comitiva composta de escrivães, tabeliães, secretários, licenciados e outros membros letrados, de certa forma confirmam isso.

Na relação específica aqui apresentada, a presença física e circunstancial do governador pode ter criado uma nova configuração. Ele fez valer sua vontade e a Câmara foi obrigada a aceitar a nomeação de um juiz dos índios. Portanto, no que pode ter sido o primeiro braço de ferro com os interesses locais, em torno de tema tão sensível como a mão de obra indígena, D. Francisco levou a melhor, sem contudo – e isto é importante – ferir demais o orgulho dos moradores contrariados; afinal o escolhido foi Antonio Proença, um dos principais da terra desde a década de 1580.¹¹⁷ Em seu segundo governo, boa parte das decisões passou pela Câmara, que parece ter funcionado como uma espécie de órgão consultivo do governador. A resolução de taxar o vinho e plantar trigo, por exemplo, passou pela decisão dos oficiais.

A presença do governador na vila, como já foi dito, fomentou uma espécie de “complexificação” social. John French percebeu que, no início do século XVII, “uma minoria dentro da comunidade local começou a servir de intermediária no comércio entre os residentes do planalto e a economia colonial em expansão...”.¹¹⁸ E, mais do que isso, este grupo começou a assumir um papel de destaque nos quadros do poder da vila. Portanto, aos poucos, uma elite econômica, derivada dos empreendimentos agrícolas e da comercialização de um excedente – que não se quer aqui superestimar –, alcançou uma condição de destaque. Entretanto, apesar de vincular a riqueza ao poder na São Paulo deste período, French teve dificuldade em traçar uma relação direta entre as duas partes, visto a heterogeneidade de nomes e a dispersão política refletida na Câmara.

Contudo, há de se ponderar a existência de um rol de cargos e funções que não se vinculavam aos ofícios municipais, mas eram tributários da presença do governador e, nestes, a dispersão foi sensivelmente menor. As funções ligadas às minas e aos aldeamentos apresentaram mais regularidade e

portanto, das normas escritas. Rafael RUIZ e Janice THEODORO, “São Paulo, de vila a cidade: a fundação, o poder público e a vida política”, in Paula PORTA (org.), *História da cidade de São Paulo*, v. 1, *op. cit.*; Richard MORSE, *De comunidade a metrópole. Biografia de São Paulo*, São Paulo, Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954.

¹¹⁷ Sua nomeação está em: ACVSP, 25/01/1600.

¹¹⁸ John FRENCH, *op. cit.*, p. 80.

sua associação com a elite econômica foi mais evidente. Manoel João Branco é um exemplo bastante claro: mineiro de ferro, em pouco tempo passou a ter navios armados para Angola, moinhos de trigo, e uma rede comercial que chegava até a Bahia; além disso, arrematou os dízimos da vila em 1612 e tornou-se superintendente das minas e das aldeias dos índios em 1625. Fernão Dias, homem também dos mais afortunados, foi capitão dos índios durante décadas. Antonio Pedroso de Barros e seu irmão Pedro Vaz de Barros, donos dos testamentos mais polpudos, não só possuíram cargos na vila, como também na capitania, da qual foram capitães-mores. Pedro Taques, secretário do governador, casou-se, em São Paulo, com Anna de Proença, selando a aliança de Francisco de Souza com Antonio de Proença e, além dos ofícios de secretário, foi juiz dos órfãos, desempenhando ainda o cargo de almotacel na Câmara. A ligação entre cargos administrativos e patrimônio era, portanto, bastante íntima. No caso de São Paulo, entretanto, um dos recursos utilizados para acomodar esta demanda foi a criação de uma jurisdição paralela ancorada nas supostas minas de metais, celeiro de ofícios, como já especulamos.

Nesta questão do paralelismo das jurisdições, vale uma breve abordagem sobre a relação do governador com a jurisdição do donatário da Capitania. São Vicente era uma capitania hereditária, particular e pertencente aos herdeiros de Martim Afonso de Souza. No tempo de D. Francisco, pertencia a Lopo de Souza, neto do primeiro donatário. As nomeações para os ofícios deveriam provir diretamente do donatário, e ao governador-geral caberia alguma intervenção apenas em caso de denúncias ou delações. Seu poder de nomeação era praticamente nulo, a não ser para ofícios vacantes.¹¹⁹ De fato, Francisco de Souza atuou, pela primeira vez, na instância dos ofícios da capitania de São Vicente ainda em 1595, quando mandou que o capitão-mor, loco tenente de São Vicente, Jorge Correa, fosse à Bahia preso para averiguação de algumas denúncias que pairavam sobre ele.¹²⁰ Para seu lugar, o governador-geral nomeou João Pereira de Souza, um dos homens que, mais tarde, lideraria uma das entradas ao sertão a mando do governador. Jorge Correa foi depois inocentado, mas vale ressaltar que, desde 1592, ele e os moradores da vila de São Paulo estavam em conflito, devido a privilégios que o capitão havia concedido aos jesuítas junto ao descimento de índios do sertão.

Ainda em 1598, a caminho de São Paulo, o governador nomeou Diogo Arias de Aguirre como capitão-mor da capitania, mas somente até a sua chegada à vila, quando, então, acatou e fez publicar a nomeação de Roque Barreto, designada pelo donatário em 1598.¹²¹ Roque era irmão de Nicolau

¹¹⁹ Antônio Vasconcelos de SALDANHA, *As capitanias do Brasil: antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenômeno atlântico*, Lisboa, Comissão Nacional para Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

¹²⁰ RGCVP, 1595. Este trecho está com a data ilegível, conforme edição dos Registros Gerais.

¹²¹ RGCVP, 12.05.1598.

Barreto, que foi um forte aliado de D. Francisco e chefe de uma das mais importantes e maiores entradas organizadas por Souza em São Paulo. Ou seja, ao mesmo tempo em que acatava e aliciava as autoridades nomeadas pelo donatário, D. Francisco passou a indicar uma série de pessoas para os ofícios em sua jurisdição paralela, justificada basicamente no aparato militar, sob sua alçada como governador, e nas supostas minas de metais.

No Registro Geral da Câmara de São Paulo entre 1599 e 1601 abundam as nomeações. De um lado, os ofícios da capitania de São Vicente e atinentes ao donatário provinham de Roque Barreto; de outro, atrelados ao aparelhamento administrativo, jurídico e militar das minas, e alocados na vila de São Paulo, os ofícios eram instituídos pelo governador. Este paralelismo, contudo, não parece implicar, de nenhum modo, competição ou rivalidade entre as partes, pois tratava-se de posturas conjugadas. Francisco de Souza, por sinal, mantinha o donatário informado das condições da capitania, e especialmente ciente das minas de ouro que se encontravam ou se suspeitavam.¹²²

A rede montada por Francisco de Souza em São Paulo se sobrepunha ao governo do donatário, sem que um conflito aparente chegasse a ocorrer. Os próprios moradores de São Paulo aceitaram muito bem as nomeações e oportunidades de ofícios abertas com a vinda do governador. Mas, antes que tendamos a ver nisso um padrão, ressaltamos que o mesmo não se pode dizer do governador subsequente.¹²³ As tentativas de Diogo Botelho de intervir na vila e mesmo na capitania, de modo geral, foram barradas. Muito cedo o novo governador ganhou a antipatia dos moradores da capitania, visto que emitia bandos prometendo excomunhões e outras ofensas aos que fizessem entradas ao sertão para o descimento de índios. Por outro lado, ele mesmo demonstrava olhares cobiçosos sobre os tais índios. Tentou fazer valer a cobrança de um terço, depois substituído pelo quinto, através de seu enviado Francisco Sutil da Siqueira, sobre os gentios descidos do sertão, que deveriam ser enviados à Bahia, onde almejava organizar *pueblos* de índios como nas “Índias de Castela”. Denúncias contra ele davam conta de ligações com comerciantes da Bahia, Ilha Grande e Espírito Santo, que resgatavam índios na região dos Patos, área frequentada pelos moradores de São Paulo desde o final do XVI. Portanto, a intervenção de Botelho em São Paulo era também uma competição pela mão de obra indígena.

O provedor da fazenda Luiz Dalmada Montarroio, nomeado juiz dos índios por Botelho em agosto de 1603, desistiu do ofício depois de ter sua nomeação recusada enquanto não fosse aprovada na Câmara. Ao renunciar,

¹²² Pelo menos numa ocasião, Francisco de Souza escreveu ao donatário Lopo de Souza para comunicar-lhe da situação das minas. Referência em Atas da Câmara da Vila de São Vicente, 19/11/1600, Livro 11, MF 6745P, INTT.

¹²³ Guida Marques ressalta que, durante o período Habsburgo, os governadores-gerais tiveram seus poderes ampliados, em especial na jurisdição militar. Em função disso, os conflitos entre estes e os capitães-mores das capitanias aumentaram enormemente. Guida MARQUES, *op. cit.*, p. 19.

alegou que havia já quem cumprisse o cargo com nomeação de D. Francisco de Souza, que curiosamente ainda estava na vila. Na sequência, em novembro, desistiu também do cargo de ouvidor e capitão-mor, pois apenas acabara de chegar Pedro Vaz de Barros nomeado pelo donatário. Antes mesmo, em julho de 1603, os oficiais da Câmara haviam feito uma carta na qual avisavam ao governador que ele deveria parar de nomear gente para os ofícios, respeitando o foral do donatário. Além disso, nela, questionavam frontalmente a proposta de cobrar o tal *terço* ou o *quinto*, e ainda diziam que os bandos de prisão e excomunhão tinham tornado parte significativa da vila em homiziados. Estes, segundo a carta, perambulavam pelo sertão, temerosos das penas, e ameaçavam fugir todos para o *Piqueri*, nada mais nada menos que as terras do Guairá, já em áreas castelhanas. Em 1606, por meio de outra carta, agora para o donatário da capitania, os oficiais lembravam das tentativas de Botelho e alertavam-no que tanto os capitães-mores enviados quanto os governadores-gerais "outra coisa não entendem nem estudam senão como nos hão de esfolar destruir e afrontar."¹²⁴

Em 1605, D. Francisco foi à Bahia, onde pediu que o governador lhe pagasse os salários devidos para que pudesse então retornar à corte. Por ordem expressa do rei, que ordenou que Botelho providenciasse todo o necessário a Francisco de Souza, este retornou efetivamente a Europa em 1606, indo a Valladolid iniciar suas articulações políticas e série de petições. Além de reverter as suspeitas que incidiam sobre ele, visava implantar seu projeto de criar uma repartição separada em que fosse o governador e tivesse livre ação.¹²⁵ O sucesso das demandas de Souza é conhecido. Teve suspensas as acusações contra ele, suas mercês, atendidas, apesar das ressalvas e desconfianças do Conselho de Portugal, e voltou triunfante ao Brasil, em 1609.¹²⁶ Ainda na corte, aproveitou para opinar e contradizer Botelho numa questão sobre a fortificação da Bahia.¹²⁷ A capacidade de Dom Francisco de se con-

¹²⁴ Carta dos oficiais ao donatário: RGCVP, 13/01/1606, p. 111. ACVSP, 15/08/1603 e 23/11/1603 (renúncias de Luis de Almada). ACVSP, 19/07/1603 (Carta da Câmara a Botelho avisando-o para não prover mais cargos na capitania, reclamando do terço dos índios descidos e alertando sobre fugas gerais dos homiziados pelos bandos do governador). No Códice 51-VII-15, da Biblioteca d'Ajuda, f. 190, estão as denúncias e acusações contra Botelho feitas em 1606.

¹²⁵ Biblioteca d'Ajuda, Códice 51-VII-15, 24/04/1606, f. 82.

¹²⁶ A suspensão da residência que se tinha mandado fazer de Francisco de Souza está em Biblioteca d'Ajuda, Códice 51-VII-15, e é de novembro de 1607. O motivo foi que o governador assumiria outro posto, portanto sua residência deveria ser suspensa. Desde 1605, o rei cobrava do vice-rei as providências quanto às residências de D. Francisco de Souza e João Furtado de Mendonça, de Angola. A prática das residências de autoridades que deixaram o posto se tornaria comum na nova política do Duque de Lerma, e não indicava necessariamente alguma suspeita. Apesar disso, parece que uma devassa sobre coisas particulares de D. Francisco foi mandada tirar por Belchior de Amaral no mesmo ano de 1605. Biblioteca d'Ajuda, Códice 51-VIII-07. De fato, recaíram sobre o governador suspeitas quanto a despesas excessivas feitas da fazenda real.

¹²⁷ Diogo Botelho sugeria a construção de mais uma fortificação na Bahia, mas Souza comunicou ao Vice-rei, Pedro Castilho, que a achava desnecessária, já que os fortes que existiam eram suficientes. Códice 51-VIII-07, 30/10/1606, f. 193, Biblioteca d'Ajuda.

servar influente, convincente, e atuante parece realmente surpreendente. Para tanto, ele provavelmente manteve aberto um canal constante de comunicação com a corte e alimentou uma rede de apoiadores e aliados interessados na sua defesa junto aos Conselhos.

Para concluir esta parte, caberia, no entanto, levantar uma última questão. O retorno de D. Francisco a São Paulo é um período mal compreendido, já que a documentação correspondente é lacunar neste tempo. De todo modo, as repercussões de sua presença e atuação podem ser sugeridas. É certo que a autoridade subjacente à sua função e condição fidalga aplaiou o terreno de sua ação, mas foram seus atos *manhosos* que permitiram a costura de uma sólida base política e econômica na vila de São Paulo.

Poderíamos nos indagar se, orgulhosos de seu tempo com D. Francisco, os moradores da indisposta vila não passaram a ter dificuldades em aceitar qualquer coisa menos significativa que o mundaréu de mercês ofertadas no tempo do governador. Já em 1606, diante das ações de Botelho, e tentando justificar sua rebeldia, os oficiais da Câmara de São Paulo faziam lembrar ao donatário que “se vier informação de que somos indômitos creia vossa mercê que não há quem sofra mais desaforos (...) e não há gente mais humilde e obediente que nós neste estado conforme o que sofremos”.¹²⁸ A fama de rebeldia dos moradores de São Paulo começou a dar seus primeiros frutos no começo do século XVII, para nutrir uma vida bastante longa. Mas a pequena vila alçada a centro da governança, seduzida a peso de mercês, “ouro” e promessas mirabolantes, tendo suas ações perdoadas de todos os pecados, voltaria, após a morte do governador, a uma condição marginalizada nas redes coloniais. Não deve ter sido fácil!

Versões...

Nuno Monteiro e Mafalda Soares da Cunha afirmaram que os governadores representaram a “parcela mais imperial do império”.¹²⁹ Escolhido e atrelado, via trajetória pessoal, ao império filipino, Francisco de Souza foi uma de suas facetas na dita América portuguesa. Nomeado sob a batuta direta de Felipe II, manteve, durante o reinado de Felipe III, seus privilégios e mercês, com influência junto ao válido Duque de Lerma. Para Castela, o início do século XVII coincide com um novo reinado (o de Felipe III), uma nova forma de poder (o papel dos validos) e uma nova política para a economia do império. As medidas em prol das iniciativas minerais, alavancadas por Lerma em diversas partes, tinham para o reino português, na lógica do império, a função peculiar de aliviar o peso de uma estrutura bastante custosa.¹³⁰ Ou seja, a política de prospecção mineral, que já existia

¹²⁸ RGCVSP, 1606, p.113.

¹²⁹ Mafalda Soares CUNHA e Nuno Gonçalo MONTEIRO, “Governadores...”, *op. cit.*

¹³⁰ Fernanda OLIVAL, “Gobierno, crisis del período filipino”, *op. cit.*

com Felipe II, ganhou um novo impulso, assumindo o caráter de abrandar os altos custos do império, inclusive de sua também deficitária parte portuguesa. Entre 1600 e 1601, as iniciativas que apoiavam os empreendimentos minerais se repetiram, como nos anos de 1580-90, mas sob uma nova inspiração.

Francisco de Souza foi, nesta altura, bastante apropriado às pretensões filipinas. De fato, o governador montou em São Paulo uma rede que conectou a vila ao império. Mercês, honras, títulos, ofícios, terras, mão de obra e promessas, tudo por ele administrado manhosamente, tiveram, sem dúvida, a função de costurar alianças e organizar uma elite que o apoiasse, mas também a função, não menos importante, de dinamizar a vila inserindo-a na teia do império gerido a partir de Castela. D. Francisco permitiu à pequena vila transcender sua limitada e marginal realidade política, pois estabeleceu a ponte entre o centro irradiador e uma das partes que compunham a estrutura imperial. E não só: o governador propiciou e dinamizou a conexão entre São Paulo e a América castelhana, nas típicas relações horizontais da monarquia compósita.¹³¹

Não se quer defender simplesmente que Francisco de Souza tenha inserido a vila de São Paulo num sistemático e coerente projeto imperial filipino, mas numa rede imperial corporativa, dinâmica e, muitas vezes, contraditória. Os interesses reunidos neste amplo império foram, não raro, sobrepostos e até mesmo antagônicos, e coube ao rei e seus múltiplos conselhos a tarefa efetiva de harmonizá-los. Foi assim que São Paulo fez parte do império, e Francisco de Souza foi, sem dúvida, um dos agentes políticos desse processo.

Além disso, é importante ressaltar que as ações de Souza em São Paulo foram atinentes às noções políticas de seu tempo, não representando, como muitas vezes se quis afirmar, alguma excepcionalidade. Brindava-se a capacidade do governante em conciliar interesses, em harmonizar grupos e forças. Neste sentido, sim, D. Francisco foi exemplar. Tinha, ele próprio, um objetivo que não estava fora do enquadramento imperial. Não foi um servidor abnegado e desprendido de interesses particulares, mesmo porque aplicar a esta época a noção do eficiente e profissional burocrata moderno, que separa as instâncias públicas e privadas, é puro anacronismo. Atuou com sua autoridade de fidalgo da Casa real, pessoalmente, numa vila nos extremos do mundo português na América, porque aquilo também lhe convinha. De qualquer modo, empreendeu uma série de mudanças na dinâmica da vila. Desenvolveu um embrião de "economia pública", ao abrir caminhos; organizou mão de obra; incentivou lavouras e atividades; articulou e aparelhou jurídica e administrativamente a vila; fortaleceu e disciplinou o aparato militar. Por

¹³¹ Bartolomé CASALILLA, *Las redes del Império... op.cit.* Claro deve estar também que a dinamização da vila desencadeada no início do século XVII atrelará a realidade vicentina a outros espaços da América portuguesa, em especial com o fornecimento de víveres para o norte açucareiro cada vez mais assediado – e desarticulado – pela presença holandesa. Sobre isso ver Luís ALENCASTRO, *Trato... op.cit.*

fim, deu à vila de São Paulo – e isso não deve de modo algum ser relegado – um *status* bastante raro no mundo colonial: o de sede de governança e base angular de um projeto econômico levado a cabo pelo governador-geral do Brasil.

Os desdobramentos e consequências correspondentes devem ainda ser mais bem analisados, mas o vulgo “orgulho” e rebeldia paulista, a ser sempre relativizados, podem ter na presença e atuação de Francisco em São Paulo uma de suas causas.¹³² Além disso, neste período específico, as relações entre São Paulo e o mundo paraguaio ganharam corpo e fluidez. Fato que, por si só, terá desdobramentos dos mais importantes ao longo do século XVII. Não se trata de reduzir a história da vila de São Paulo à presença do governador, nem de torná-la um marco zero, mas de tentar dimensionar devidamente o impacto dessa presença, sem dúvida alguma, marcante.

Dizia Frei Vicente que Francisco de Souza morreu pobre, sem dinheiro para uma vela sequer, num quarto do colégio de São Paulo. Dizia Antonio de Añasco, lugar-tenente de Hernando Arias, que Francisco morreu de tristeza pela notícia da morte de seu filho Antonio, quando este ia a Portugal levando amostras de riquezas minerais ao rei.¹³³ Dizia Antonio Paes de Sande, governador do Rio de Janeiro em 1698, que D. Francisco morreu de desgosto já que os paulistas escondiam o ouro e teriam matado o mineiro alemão enviado para sondar as minas.¹³⁴ Diz certo manuscrito do ano de 1624 que Francisco morreu de desgosto porque os padres da Companhia atuavam contra ele, sabotando as descobertas minerais já que imaginavam a enormidade de índios que seriam necessários à exploração das minas.¹³⁵ As Atas se calam. Por elas sequer sabemos quando exatamente ele morreu. E não sabemos, ainda hoje, onde foi enterrado. Por aproximação, estima-se que tenha morrido entre 10 e 11 de junho de 1611, em meio a uma epidemia que atingia a vila.¹³⁶ Ou seja, não sabemos bem quando, nem onde e muito menos de quem morrera o governador. As versões dão conta mais das ansiedades de cada um do que de uma informação legítima. Até mesmo nas versões de sua morte o governador foi apresentado de diversas maneiras. E talvez essa série de versões nos ajude a revelar um pouco mais do que foi a história da região nas décadas posteriores: uma disputa acirrada por hegemonia e pelos despojos do governador, com alianças instáveis, conexões interrompidas e a eclosão de grupos e facções em confronto.

¹³² A perpetuação e parte dos desdobramentos da “lenda negra” paulista a partir da metade do século XVII estão bem sistematizados e discutidos no capítulo “São Paulo dos vícios e das virtudes”, em Laura de Mello e SOUZA, *O sol e a sombra. Política e administração na América portuguesa do século XVIII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

¹³³ AGI, Charcas 112. Apesar destas notícias, colhidas de Pedro Vaz de Barros segundo Añasco, Antonio de Souza, filho primogênito de D. Francisco, não havia morrido nessa ocasião.

¹³⁴ Sobre a versão de Antonio Paes de Sande, ver: Francisco de Assis CARVALHO FRANCO, *Dicionário... op.cit.*

¹³⁵ BNE, Mss 2355, *Sucessos del ano de 1624*, f. 54v.

¹³⁶ ACVSP, as atas de 12/05/1611 falam de uma “má disposição de doença que anda na terra”.

Bibliografia

- ABREU, Capistrano. “Prolegômenos” a *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro, Weiszflog Irmãos, 1918. Versão on-line da Biblioteca Digital do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). Disponível em: http://143.107.31.150/bibliotecaPdf/Lt-700-Original_WEB.pdf.
- ABUD, Kátia Maria. *O sangue intímato e as nobilíssimas tradições (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante)*, Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.
- ALBUQUERQUE, Martim de. *A sombra de Maquiavel e a ética tradicional portuguesa*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/Instituto Histórico Infante Dom Henrique, 1974.
- ALENCASTRO, Luís Felipe. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- AMARAL, Aracy. *A hispanidade em São Paulo: da casa rural à Capela de Santo Antônio*, São Paulo, Livraria Nobel, [1981?].
- AMARAL, Ilídio do. *O consulado de Paulo Dias de Novais*, Lisboa, Ministério da Ciência e da Tecnologia/Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000.
- ARANDA PÉREZ, Francisco José e RODRIGUES, José Damião. *De Re Publica Hispaniae. Una vindicación de la cultura política en los reinos ibéricos en la primera modernidad*, Madrid, Sílex, 2008.
- ASSADOURIAN, Carlos S. “El tráfico de esclavos em Córdoba, 1588-1610”, in *Cuadernos de Historia*, 32, Universidad Nacional de Córdoba, Instituto de Estudios Americanistas, 1965.
- ASSADOURIAN, Carlos S.; BEATO, G. e CHIARAMONTE, J. C. *Argentina: de la conquista a la independencia*, Buenos Aires, Hispamérica, 1986.
- BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no império português*, São Paulo, Alameda, 2005.
- BLAJ, Ilana. *A trama das tensões. O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*, São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, Fapesp, 2002.
- BLANCO, Ricardo Román. *Las “Bandeiras”. Organización táctica que conquistó América y capítulo adulterado de la Historia del Brasil. Nueva formulación de tan importante cuestión*, Universidade de Brasília, Brasília, 1966.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português & Latino*, Edição digital: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/1/manha>.
- BONCIANI, Rodrigo Faustinoni. *O dominium sobre os indígenas e africanos e a especificidade da soberania régia no Atlântico*, Tese de Doutorado, USP, 2010.
- CALDEIRA, Jorge. “Mulheres no Caminho do Prata”, in *Banqueiros do sertão*, 2 volumes, São Paulo, Editora Mameluco, 2008.
- CANABRAVA, A. P. *O comércio português no rio da Prata (1580-1640)*, Belo Horizonte, Itatiaia /São Paulo, EDUSP, 1984.

- CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia/São Paulo, EDUSP, 1980.
- CARDIM, Pedro. *O poder dos afectos. Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*, Dissertação de Doutorado, Universidade Nova de Lisboa, 2000.
- CARDOZO, Ramón. *La Antigua Provincia de Guairá y la Villa Rica del Espíritu Santo*, Buenos Aires, Librería y Casa Editora de Jesús Menéndez, 1938.
- Cartas para Álvaro de Sousa e Gaspar de Sousa (1540-1627)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- CASALILLA, Bartolomé Yun (dir.). *Las redes del Imperio. Élite sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica*, Madrid, Marcial Pons Historia/Universidad Pablo de Olavide, 2009.
- CORTESÃO, Jaime (org.). *Pauliceae Lusitana Monumenta Histórica*, II Volume (1609-1658), Lisboa, Edição Comemorativa do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1961.
- CORTESÃO, Jaime (org.). *Jesuítas e bandeirantes no Guairá*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras, 1951.
- COSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores gerais do estado do Brasil (séculos XVI-XVII): ofício, regimento, governação e trajetórias*, São Paulo, Annablume, 2009.
- ELLYS, Miriam. “Pesquisas sobre a existência do ouro e da prata no planalto paulista nos séculos XVI e XVII”, in *Revista de História*, São Paulo, 1(1): 51-71, jan.-mar. de 1950.
- FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. “Dom Francisco de Souza e o início do impulso bandeirante”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, Vol. XXIX, 1932.
- FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil – séculos XVI, XVII, XVIII*, São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *História das minas de São Paulo. Administradores gerais e provedores (séculos XVI e XVII)*, Coleção História, São Paulo, Conselho Estadual de Cultura de São Paulo, 1964.
- FRANCO, Francisco. “Os companheiros de D. Francisco de Souza”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 105, vol. 159, pp. 95-136.
- FRENCH, John. “Riqueza, poder e mão de obra numa economia de subsistência, 1596-1625”, *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, 45; 195, 1982, pp. 79-107.
- GARCIA, Nilo. *A aclamação de Amador Bueno. A influência espanhola em São Paulo*, Tese de Livre Docência, Universidade do DF, Rio de Janeiro, 1956.
- HELMER, Marie. “Comércio e contrabando entre a Bahia e Potosí no século XVI”, in *Revista de História*, 15, SP, USP, jul.-set. 1953.
- HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado. A construção do sebastianismo em Portugal*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- HESPAÑA, A. Manuel (coord.). *História de Portugal*. Volume 4: *O antigo regime*, Lisboa, Ed. Estampa, 1993.

- HESPAHNA, António. *Visperas del Leviatán. Insituciones e poder político (Portugal, siglo XVII)*, Madrid, Taurus, 1989.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. "A mineração: antecedentes luso-brasileiros", in *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo I, Livro II, São Paulo, Difel, 1968.
- JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. *Orbe Seráfico Novo Brasília*, Lisboa, Oficina de Antonio Vicente da Silva, 1761, p. 40. Microfilme F. 7101, Biblioteca Nacional de Portugal (BNP).
- KNIVET, Anthony. *As incríveis aventuras e estranhos infortúnios de Anthony Knivet*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2007.
- LUÍS, W. *Na Capitania de São Vicente*, São Paulo, Livraria Martins Editora/Brasília, MEC, 1976.
- MACHADO, José de Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- MAFFEI, Lucy de Abreu e NOGUEIRA, Arlinda Rocha. "O ouro na Capitania de São Vicente nos séculos XVI e XVII", *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 20, pp. 7-135, 1966.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. "Fronteras y espacios: Portugal y Castilla", in TORRES, Ana Maria C. (org.), *Las relaciones entre Portugal y Castilla en la época de los descubrimientos y la expansion colonial*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca.
- MARAVALL, José Antônio. *A cultura do Barroco*, São Paulo, EDUSP, 1997.
- MARQUES, Guida. "O Estado do Brasil na União Ibérica", in *Penélope. Fazer e desfazer a história*, n.º 27, 2002, pp. 7-35.
- MILLÁN, José Martín y VISCEGLIA, Maria Antonieta (dir.). *La monarquía de Felipe III: los reinos* (volume IV), Madrid, Fundacion Mapfre, Instituto Cultural, 2008.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- MONTEIRO, John. "Dos Campos de Piratininga ao Morro da Saudade: a presença indígena na história de São Paulo", in *História da Cidade de São Paulo*. Volume 1: *A Cidade Colonial*, Paula PORTA (org.), São Paulo, Paz e Terra, 2004.
- MONTEIRO, John. "Os Guarani e a História do Brasil Meridional", in CUNHA, M., *História dos índios no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1982, pp. 475-498.
- MONTEIRO, Nuno G. F., CUNHA, Mafalda Soares da e CARDIM, Pedro Cardim (orgs.), *Optima Pars. As Elites do Antigo Regime no Espaço Ibero-Americano*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005.
- Morse, Richard. *De comunidade a metrópole. Biografia de São Paulo*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954.
- MOUTOUKIAS, Zacarias. *Contrabando y Control Colonial en el Siglo XVII*, Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1988.

- OLIVAL, Fernanda. *D. Filipe II. Reis de Portugal*, Lisboa, Temas e Debates, 2008.
- OTTSEN, Hendrick. *Corto y verídico relato de la desgarcia da navegacion de um buque de Amsterdam*, Buenos Aires, Editorial Huarpes, 1945.
- PAIVA, Eduardo França (org.). *Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar*, São Paulo, Annablume, 2006.
- PEREIRA, Baptista. *Vultos e episódios do Brasil*, Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série V, Brasileira, Vol. VI, São Paulo, Companhia Editora Nacional, s.d.
- PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*, São Paulo, EDUSP, 1995.
- REIS, Nestor Goulart. *São Paulo, vila, cidade, metrópole*, São Paulo, Via das Artes, 2004.
- RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial*, São Paulo, Alameda, 2008.
- SALDANHA, António Vasconcelos de. *As capitanias do Brasil: antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenómeno atlântico*, Lisboa, Comissão Nacional para Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*, Curitiba, Juruá, 2007.
- SANT'ANNA, Nuto. *Metrópole. Histórias da cidade de São Paulo, também chamada São Paulo de Piratininga e São Paulo do Campo em tempos de El-Rei, o Cardeal Dom Henrique, da Dinastia de Avis*, Volume III, São Paulo, Coleção Departamento de Cultura, 1953.
- SCHAUB, Jean Frederic. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.
- SCHWARTZ, Stuart. "Luso-Spanish Relations in Habsburg Brazil, 1580-1640", *The Americas*, Volume XXV, 07/1968, n.º 1, p. 41.
- SENNELART, Michel. *As artes de governar*, São Paulo, Ed. 34, 2006.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Do Brasil filipino ao Brasil de 1640*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*, Vol. IV, Lisboa, Editorial Verbo, 1979.
- SHILS, Edward. *Centro e periferia*, Lisboa, Difel, 1992.
- SILVA, Antonio de Moraes e. *Dicionário de Língua Portuguesa*, Volume 2, p. 260. Edição digital: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/2/Manha>.
- SOUZA, Antonio Caetano. *História Genealógica Casa Real Portuguesa*, Tomo XII, 2.ª Parte, Lisboa, Oficina Silviana.
- SOUZA, Gabriel S. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, São Paulo/Brasília DF, Ed. Nacional, 1987.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra. Política e administração na América portuguesa do século XVIII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- STELLA, Roseli Santaella. *Sobre a Capitania de São Vicente. Séc. XVI-XVII*, São Paulo, Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes, 1999.

- TAUNAY, Afonso de Escagnolle. *São Paulo nos primeiros anos: ensaio de reconstituição social; São Paulo no século XVI: história da vila piratiningana*, São Paulo, Paz e Terra, 2003 (1.^a edição 1920/1921).
- TAUNAY, Afonso. "Aventuras de dois barcos holandeses no Prata e no Brasil (1598-1600)", in *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 1945, vol. XII, pp. 5-36.
- VALLADARES, Rafael. *La Rebelión de Portugal, 1640-1680*, Madrid, Junta de Castilla e Leon, Consejería de Educacion y Cultura, 1998.
- VALLADARES, Rafael. *Portugal y la Monarquía Hispánica, 1580-1668*, Madrid, Arco Libros S.L., 2000.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil. Antes da sua separação e independência de Portugal*, Tomo II, São Paulo, Edições Melhoramentos, 1956, 5.^a edição integral.
- VEIGA, Emanuel Soares da. *O comércio ultramarino espanhol no Prata*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1982.
- VILARDAGA, José Carlos. *São Paulo na órbita do império dos felipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*, São Paulo, Tese de Doutorado – USP, 2010.

LA CREACIÓN DE UN SISTEMA ATLÁNTICO DEL TABACO (SIGLOS XVII-XVIII). EL PAPEL DE LOS MONOPOLIOS TABAQUEROS. UNA LECTURA DESDE LA PERSPECTIVA ESPAÑOLA *

por
SANTIAGO DE LUXÁN MELÉNDEZ ** y MONTSERRAT GÁRATE OJANGUREN ***

España y Portugal, con respecto al tabaco, no solo imponen grandes tributos sobre su introducción de otras colonias que no sean las propias, sino que la prohíben bajo severas penas”

(Adam SMITH, *La riqueza de las naciones*, lib. IV, Sección II).

El objetivo del presente trabajo es mostrar desde la óptica española, la existencia de un sistema atlántico del tabaco, es decir, una organización compleja de relaciones entre ambas orillas en torno al citado producto, que adquiere su madurez en el siglo XVIII. Con este fin, el trabajo se ha estructurado en tres grandes apartados. En el primero, nos referimos a los cambios que se producen en el sistema colonial europeo y de modo específico a las modificaciones del caso español, que intenta recuperar el terreno perdido en el siglo XVIII, teniendo que recurrir para sostener la defensa del Imperio a la generalización de la fórmula del monopolio del tabaco en los territorios americanos¹.

En un segundo apartado centramos nuestra atención en la política colonial tabaquera de los diversos Imperios europeos, desde la óptica espe-

* Algunas de las reflexiones que presentamos fueron anunciadas en el Coloquio “Portugal na confluência das rotas comerciais ultramarinas” celebrado en el Centro de Historia de Além-Mar (Lisboa), los días 3-4 de diciembre de 2010.

** Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, España.

*** Universidad del País Vasco, España.

¹ M. GÁRATE y S. de LUXÁN, “Ilustración y reformismo económico en América durante el reinado de Carlos III (tabaco y Hacienda)”, en *Actas del Congreso Internacional Ilustración, Ilustraciones*, Instituto Internacional de Estudios del Siglo XVIII Xavier María de Munibe, 2009, pp. 485-510.

cífica española del siglo XVIII. En esta dinámica, el Imperio español perdió la oportunidad de convertirse en el oferente principal de tabaco en el mercado mundial casi desde los inicios. Frente a otros modelos tabaqueros que tratamos de definir, España por el mayor tamaño de su mercado interior se diferencia del resto por la definición eficiente de un monopolio fiscal. Nos interesa especialmente el monopolio portugués dado que el tabaco del Brasil fue una de las opciones favoritas de los consumidores españoles. La unión política a la Monarquía española (1580-1640), junto al papel señero de los conversos portugueses en su manejo, primero, y la transición española al uso del tabaco de humo durante el siglo XVIII, después, acrecienta aún más esta preferencia². Abordamos como colofón la estructuración del mercado colonial, al que antes nos referíamos, con la subordinación especial de Cuba a las necesidades metropolitanas, con el ensayo de fórmulas de intervención desde 1717, y a la adaptación para el resto de los territorios americanos del modelo fiscal español.

Finalmente queremos señalar que la historiografía del tabaco en España ha alcanzado una cierta madurez desde la creación del Grupo de Estudios del Tabaco (GRETA) en 1999³. En estos momentos, después de una década de investigación, centrada especialmente en el consumo de tabaco en España⁴ y en la política económica de la Renta del tabaco⁵, al intentar contextualizar y comparar con otras economías tabaqueras, cualquiera que sea la fórmula institucional que adquieran, no podemos más que manifestar nuestro asombro ante las cifras que se manejan en el resto de los Imperios coloniales. La valoración de los niveles de consumo de tabaco europeos, se nos antoja muy difícil de medir. Sorprende, además, el relativamente pequeño volumen manejado por la Renta del Tabaco española, frente a las cantidades que tra-

² J. M. RODRÍGUEZ GORDILLO, "El Estanco del Tabaco y el modelo de gestión colonial en el siglo XVIII", en *Actas del Congreso Internacional Ilustración, Ilustraciones*, Instituto Internacional de Estudios del Siglo XVIII Xavier María de Munibe, 2009, pp. 595-615. Del mismo autor, "El abastecimiento de tabacos de Brasil a las Reales Fábricas de Sevilla en el primer tercio del siglo XVIII" en *Actas del Coloquio de Historia Canario-Americana*, Las Palmas de Gran Canaria, 2000.

³ En <http://grupodeestudiosdeltabaco.com/> puede consultarse su producción bibliográfica. Forman el grupo O. Bergasa Perdomo (Univ. de Las Palmas), M. Gárate Ojanguren (Univ. del País Vasco), A. González Enciso (Univ. de Navarra), S. de Luxán Meléndez (Univ. de Las Palmas), José Manuel Rodríguez Gordillo (Univ. de Sevilla), S. Solbes Ferri (Univ. de Las Palmas) y R. Torres Sánchez (Univ. de Navarra).

⁴ GRETA (Grupo de Estudios del Tabaco), "El consumo de tabaco en España en el siglo XVIII", en *Cuadernos de Investigación Histórica*, n° 19, Madrid 2002, pp. 313-345. Igualmente S. de LUXÁN, S. SOLBES y J. J. LAFORET (eds.), *El mercado del tabaco en España durante el siglo XVIII. Fiscalidad y consumo*, Las Palmas de Gran Canaria, Fundación Altadis y Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 2000. Igualmente, J. M. RODRÍGUEZ GORDILLO y M. GÁRATE (dirs.), *El monopolio español de tabacos en el siglo XVIII. Consumos y valores: una perspectiva regional*. Madrid, Fundación Altadis, 2007.

⁵ A. GONZÁLEZ ENCISO (ed.), *Política económica y gestión de la Renta del Tabaco en el siglo XVIII*, Madrid, Fundación Altadis, 2008.

siegan británicos y portugueses. Quizá, desde el inicio de estas consideraciones, es necesario apostar por los diferentes objetivos prioritarios, fiscales o comerciales, de las distintas realidades imperiales. Por ese motivo no parece que sea lícito escribir de fracaso español o de éxito británico o portugués.

1. LA CONTEXTUALIZACIÓN DE LA POLÍTICA COLONIAL

1.1. El mayor peso de América en el comercio colonial europeo durante el siglo XVIII. Dinámicas imperiales. El modelo del Pacto Colonial exitoso

Después de la presión militar y comercial a que fueron sometidos los Imperios Ibéricos durante el siglo XVII⁶, a comienzos del siglo XVIII se consolida un nuevo sistema colonial mundial en el que América y, de modo muy especial la zona del Caribe y las Antillas, pasan a ocupar un protagonismo mucho mayor en las economías comerciales europeas⁷. En esta entrega pretendemos abrir como tema de discusión la creación de un Sistema Atlántico del Tabaco en el que se vieron implicados los Imperios europeos y en el que los ejes principales fueron Chesapeake (Virginia)-Londres, Glasgow-Holanda-Francia, Bahía-Lisboa-Mina-España, y Nueva España-Cuba-Sevilla (Cádiz)⁸. Entendemos por Sistema Atlántico del tabaco, la consolidación de un sistema complejo de producción, traslado y distribución del producto entre ambas orillas, que surge a fines del siglo XVI, se desenvuelve durante el XVII y cambia sustancialmente en el siglo XVIII, dentro de un marco institucional que tiende a las prácticas monopolísticas o a la creación de fuertes barreras de entrada entre los distintos espacios imperiales. Nuestro enfoque se realiza desde la perspectiva española, pero creemos que establecer la agenda de la historia comparada en este campo específico del tabaco puede proporcionarnos un camino fructífero de aproximación que conduzca a una mayor comprensión de las realidades imperiales del Antiguo Régimen.

Dejando ahora de lado el fascinante problema de los orígenes del atraso económico español, si conviene que recordemos que la visión dominante en nuestra historiografía es la de un siglo XVIII de recuperación insuficiente con relación a las economías del Norte de Europa⁹. Precisamente en esa dife-

⁶ En el caso de Portugal, si nos referimos estrictamente a pérdidas territoriales, el principal acontecimiento fue la ocupación holandesa (1630-1654) del NE del Brasil.

⁷ J. FONTANA y J. M. DELGADO RIBAS, *Historia General de América Latina*, vol. IV, Unesco 2000, pp. 17-31. Sobre todo J. M. DELGADO RIBAS, *Dinámicas imperiales 1650-1796. España, América y Europa en el cambio institucional del sistema colonial español*, Barcelona, Ediciones Bellaterra, 2007.

⁸ M. GÁRATE y S. de LUXÁN, *Cuba y Nueva España: los dos pilares del tabaco español en el siglo XVIII*, 2010.

⁹ Si la comparación se realiza con la Europa noroccidental es evidente que España pierde fuelle en el siglo XVIII, si por el contrario la realizamos con el conjunto de Europa el balance

renciación, respecto de las economías europeas, juega un papel relevante la dimensión colonial¹⁰. España no habría sabido realizar una explotación racional de los recursos coloniales y los gastos de la guerra se habrían llevado la parte de león de la “renta colonial”¹¹. A pesar de todo, sin embargo, tanto la monarquía española, como la portuguesa, antes de que se inicie la Revolución Industrial, conservaban una dimensión imperial prácticamente intacta. Una cuestión esencial, que no estaba siendo contemplada por sus protagonistas, a la hora de tratar de analizar y explicar el problema de la decadencia económica de España, radicaba en plantearse – escribe García Baquero – si, en el fondo, la razón fundamental de la misma no estribaba en la mala gestión que hasta entonces se había hecho de los recursos del Imperio y que la clave de la recuperación, en tal caso, debía pasar por un cambio en la política con América¹².

Delgado Ribas, en una reflexión de gran interés, define a los Imperios como “sistemas políticos complejos de duración secular”. Y entiende por “dinámica imperial”, los cambios que se van produciendo en estructuras ampliamente consolidadas como fruto de la competencia entre esos imperios. Esa rivalidad tiene como una de sus principales consecuencias una nueva definición de lo que en su momento fue conceptualizado como “Pacto colonial”. El supuesto modelo de éxito del mismo sería el anglosajón, al que, según una parte de la historiografía, España no supo, – o ni siquiera lo pretendió –, adaptarse hasta el siglo XVIII¹³. La apropiación y comercialización de los frutos coloniales americanos, – que es lo que caracteriza la

no resulta tan desfavorable para nuestro país. Cf. F. COMÍN, M. HERNÁNDEZ y E. LLOPIS, *Historia Económica de España. Siglos X-XX*, Barcelona, Crítica, 2002, p. 122.

¹⁰ DELGADO RIBAS, *Dinámicas imperiales...* cit., p. 20.

¹¹ B. YUN CASALILLA, *Marte contra Minerva. El precio del imperio español, c. 1450-1600*, Barcelona, Crítica, 2004; A. M. BERNAL, *España, proyecto inacabado. Costes y beneficios del Imperio*, Madrid, Marcial Pons, 2005, pp. 335-430; J. H. ELLIOTT, *Imperios del mundo atlántico. España y Gran Bretaña en América 1492-1830*, Madrid, Taurus, 2006, pp. 27-101; o DELGADO RIBAS, *Dinámicas imperiales...* cit., p. 21.

¹² A. GARCÍA BAQUERO, “El comercio colonial y la economía metropolitana: una recapitulación y algunas consideraciones sobre éxitos y fracasos”, en *XII Coloquio de Historia Canario-Americana* (1996), Las Palmas de Gran Canaria, Ediciones del Cabildo Insular, 1998, T. II, pp. 7-42.

¹³ En el trabajo citado anteriormente García Baquero pone en relación la percepción de D. RINGROSE *España, 1700-1900: el mito del fracaso*, Madrid, Siglo XXI, 1996, y la de R. FISHER, *Relaciones económicas entre España y América hasta la Independencia*, Madrid, Fundación Mapfre, 1992. El motivo principal de la expansión imperial española fue el ansia del oro y que el sistema comercial creado en el siglo XVI tuvo como objetivo primordial proteger los cargamentos de dicho metal; esa obsesión oficial por el metal precioso americano fue causa de la inflación y decadencia industrial de la península; hasta la década de los años sesenta del siglo XVIII no se trató de remodelar ese sistema y si bien las reformas introducidas estimularon un rápido crecimiento económico, sus resultados, sin embargo, se vieron minados por la participación de España, a partir de 1796, en un largo ciclo de guerras internacionales que culminaron con las de independencia en las propias colonias. Debemos también tener en cuenta que se ha producido un cambio de modelo imperial. “Si los conceptos hispánicos de imperio – escribe ELLIOTT,

inflexión hacia las Indias Occidentales de los sistemas inglés y holandés de comienzos del XVIII –, alcanza su primer y mayor sentido justamente “en la medida en que no existen metales preciosos que secuestrar, explotar, expoliar o como quieran que llamemos al proceso de trasvase colonial”, insiste García Baquero¹⁴.

El azúcar, desde la segunda mitad del XVII, cuando su relevancia en Brasil ha disminuido, pasará a ocupar un lugar relevante en el comercio europeo¹⁵. En la cartera de los comerciantes británicos y holandeses, América – El Caribe y las Antillas¹⁶ – llegará a representar la mitad del valor añadido de la actividad comercial, recuperando posiciones frente a Asia. La rivalidad militar con el imperio colonial español aumentará igualmente, a medida que el tabaco y el azúcar den a Cuba una dimensión económica, además de la estratégica, que hasta entonces había tenido.

«Para que se manifieste más claramente... cotejaremos nuestras Indias con las colonias extranjeras, y hallaremos que las dos islas de la Martinica y Barbada dan más beneficios a sus dueños que todas las Islas, Provincias, Reynos e Imperios de la América a España»¹⁷.

Se configuraba lo que un grupo de historiadores ha denominado “Sistema Atlántico”. En él hay que incluir los temas derivados de la emigración europea, la economía de plantación, el comercio de productos agrícolas, el tráfico esclavista, las transferencias tecnológicas, los intercambios culturales, o ampliando el paraguas del concepto, los impactos biológicos, ecológicos o militares¹⁸. La “Historia atlántica” – escribe Elliott – es en esencia

Imperios del mundo atlántico... cit., p. 17 – influyeron sobre los ingleses en el siglo XVI, los españoles les devolvieron el cumplido al intentar adoptar nociones británicas de imperio en el siglo XVIII”.

¹⁴ GARCÍA BAQUERO, *El comercio colonial...* cit.

¹⁵ En las Islas del Caribe. Francia, Inglaterra y Holanda pasaron de producir 30.000 tns. en 1680 a 140.000, en 1750. El azúcar pasó a representar la cuarta parte del comercio colonial. DELGADO RIBAS, *Dinámicas imperiales...* cit.

¹⁶ Humboldt señaló que los conflictos internacionales de índole territorial se dieron principalmente en el Caribe, donde coincidieron los intereses económicos con los estratégicos. Cit. por J. H. COASTWORTH, “El Estado y la actividad económica colonial”, en *Historia General de América Latina*, vol. IV, Unesco, 2000, pp. 301-323.

¹⁷ Escribe José CAMPILLO Y COSSIO en su *Nuevo sistema de gobierno económico para la América*, obra escrita en 1743, aunque no se publicó hasta 1789. Citado por GARCÍA BAQUERO, *El comercio colonial...* cit.; O. BERNAL, *España, proyecto inacabado...* cit., p. 248.

¹⁸ C. MARTÍNEZ SHAW y J. M. OLIVA MELGAR, en la introducción a un libro reciente, *El sistema atlántico español (siglos XVII-XIX)*, Madrid, Marcial Pons 2005, p. 13, se manifiestan por la existencia de un sistema atlántico español que durante más de tres siglos se fundamentó en una densa red de relaciones que fueron al mismo tiempo económicas, políticas y culturales, de tal modo que sin tener en consideración esa realidad no puede entenderse, ni la historia de España, ni la historia de Hispanoamérica. Las obras de referencia sobre el tema son H. PIETSCHMANN (ed.), *Atlantic History and the Atlantic System*. Gotinga, 2002 y B. BAILYN, *Atlantic History. Concept and Contours*, Cambridge, Massachusetts y Londres, 2005.

una historia de interacción e influencias recíprocas”¹⁹. La nueva realidad que se vislumbra, tras la Guerra de Sucesión española, fue definida por Bernal como de “Espacio atlántico compartido”²⁰.

1.2. El reto de los Borbones de España fue refundar “un segundo imperio” en el siglo XVIII, siguiendo el modelo británico, que pudiera ser la base de su política general

“No existe nación europea que no haya procurado más o menos monopolizar para sí el comercio de sus colonias a cuyo fin han prohibido la libertad de tráfico de embarcaciones extranjeras en ellas, como asimismo que estas introduzcan otros géneros que los de su nación matriz, o por medio de ella. Pero en cuanto al modo de manejar este monopolio se han diferenciado mucho las naciones de Europa”.

(Adam SMITH, *La riqueza de las naciones*, Lib. IV, Sección I).

A partir del Tratado de Aquisgrán (1748), considerado como una revisión de los intereses mediterráneos españoles, determinados en Utrecht, y de la Convención hispano-inglesa tras finalizar la Guerra de la Oreja de Jenkins (1750), la Monarquía española pudo concentrar sus esfuerzos en contrarrestar los intereses británicos en América²¹. Los comerciantes de Sevilla y Cádiz, escribirá Campomanes en 1762 – en un discurso de justificación de la nueva política –, no se preocuparon por el comercio de frutos de las Indias, sino por apropiarse del oro y la plata. Las islas y una parte de las costas carecían de tráfico directo con España y, en consecuencia, el tráfico clandestino con ingleses y holandeses era inevitable. El modelo que debía haberse seguido era el que ingleses, franceses y holandeses tenían con las Antillas, como se desprende del texto de Campillo anteriormente citado.

¹⁹ J. H. ELLIOTT, *En búsqueda de la historia atlántica*, Las Palmas de Gran Canaria, Ediciones del Cabildo de Gran Canaria, 2001, p. 36.

²⁰ A. BERNAL, “De Utrecht a Trafalgar. El papel de la economía e instituciones en los imperios atlánticos”, en A. GUIMERÁ y V. PERALTA (coords.), *El equilibrio de los imperios: de Utrecht a Trafalgar*, Madrid, VIII Reunión de la Fundación Española de Historia Moderna, 2005, II, pp. 235-236.

²¹ Cf. por ejemplo la síntesis de J. PÉREZ, “Edad Moderna”, en VVAA, *Historia de España*, Madrid, Gran Austral, 2008, p. 293. Igualmente, P. MOLAS RIBALTA, “El gobierno de los Imperios”, en A. GUIMERÁ y V. PERALTA (coord.), *El equilibrio de los imperios: de Utrecht a Trafalgar*, Madrid, Fundación Española de Historia Moderna, 2005, pp. 39-53. Delgado Ribas señala la existencia de varias opciones reformistas. Tras el acuerdo hispano-británico de 1750, el proyecto de 1756 (fin del sistema de flotas y del monopolio gaditano); el de Grimaldi y Esquilache, surgido tras la derrota de 1762 (comercio libre, reforma de la Hacienda, establecimiento de los estancos, intendencias y relegación de los criollos), puesto en marcha por Galvez (1776-1787); para que la reforma tuviera éxito hubo que revisar, después de las sublevaciones indígenas, su tributación hasta entonces en manos de la elite criolla; por último, Floridablanca significó una tercera opción (reducción de aranceles, incorporación de Caracas y Veracruz al comercio directo, libre comercio de esclavos en Cuba) que duró hasta la guerra de 1796.

Para ello hubiera habido que abrir al tráfico los puertos españoles, establecer factorías y permitir el comercio extranjero con América.

Fontana y Delgado Rivas, sumamente críticos con los efectos positivos del Libre Comercio que se inicia en 1765, señalan que la política colonial borbónica, o si se prefiere la dinámica imperial, se limitó a una serie de bandazos. De modo excesivamente drástico escriben que ni desde el punto de vista administrativo, ni hacendístico, ni económico, hubo un cambio radical. Antes de 1763, Patiño, al frente de la política colonial entre 1717-1736, habría fracasado en su intento de transformar a España en un Estado mercantilista, dotado de una marina de guerra poderosa y de una industria activa y exportadora. La creación, como alternativa, de las Compañías por acciones tampoco habría funcionado²². La Paz de Aquisgrán (1748) acabó con la guerra, manteniendo a salvo el Imperio sin concesiones comerciales a los ingleses, lo que se consideró un éxito. Durante los años de paz anteriores al conflicto de los Siete Años, sin embargo, Ricardo Wall (1754-56) intentó un giro en la política colonial, preconizando el fin del monopolio de Cádiz. El comienzo del reinado de Carlos III (1759) paralizaría temporalmente las posibles reformas emprendidas al inmiscuirse España (Pactos de Familia) en el conflicto anglo-francés, cuando el país vecino ya estaba derrotado.

La toma de La Habana por los ingleses (1762-1763) despertó todas las alarmas, haciendo necesaria una reforma de la hacienda colonial que posibilitase la defensa global del Imperio²³. Había además que aumentar el tráfico entre la metrópoli y las colonias y, en consecuencia, la recaudación obtenida del territorio colonial²⁴. Esquilache encargó el plan a Francisco Carrasco. Este, en su *Informe*, le hizo ver el poco progreso que se obtenía de las Cajas Reales de Perú, Chile, Nueva España y Tierra Firme²⁵. El punto crucial era

²² Tenían poco que ver con los modelos europeos. Sus concesiones no eran generales, se limitaban a una región del Imperio, no tenían privilegio de exclusividad (aunque la Compañía de Caracas más tarde lo consiguió) y tampoco tenían rebajas arancelarias en Cádiz.

²³ La defensa global pasaba por construir nuevas fortificaciones –piénsese en la reformas que se hicieron en La Habana–. Se debían enviar tropas veteranas, crear o reforzar milicias criollas y aumentar la marina de guerra. Entre 1760-62 y 1783-1785 el gasto militar en Nueva España se multiplicó por 2,5 y en el Perú por 4,3. A partir de 1779 el coste militar de América era mayor que el de la metrópoli. Cf. FONTANA y DELGADO, *Historia General...* cit., p. 24 y DELGADO, *Dinámicas imperiales...* cit., p. 31.

²⁴ En Noviembre de 1762 – escriben FONTANA y DELGADO RIBAS –, Francisco Craywinckel remitió a Wall el *Discurso sobre la utilidad que España pudiera sacar de su desgracia en la pérdida de La Habana* (AHN, Estado, Leg. 2927, nº 271-1). La propuesta era, nada más y nada menos, que España llegase a ser más rica y poderosa que Gran Bretaña. Había que reformar, en consecuencia, el sistema fiscal. Entre 1756-1763 Inglaterra había recaudado 108 millones de pesos, mientras que España no pasaba de los 20 millones. 372 navíos frente a 84. Los impuestos procedían del comercio. España no comerciaba con nadie. El atraso del comercio determinaba la pobreza del vasallo y de ahí la del soberano y su poder.

²⁵ Calculaba Carrasco su rendimiento en unos 4.000.000 pesos fuertes. De ellos solamente 840.000 pasaban a la Hacienda y el resto alimentaba la corrupción.

México, que era donde debía comenzar la reforma. El hombre indicado para llevarla a cabo fue José Gálvez²⁶.

El diagnóstico de otra junta de expertos, convocada, esta vez, por Grimaldi (14-II-1765), se centró en acabar con el sistema de puerto único y en dar preferencia a las áreas amenazadas por la cercanía del asentamiento de otras potencias²⁷. El resultado final fue el Decreto e Instrucción de 16 de octubre de 1765 para el comercio libre con las islas de barlovento. Las reformas más importantes se producirían en Cuba²⁸ y en la Nueva España.

Entre 1778-1789 la política colonial recayó en un nuevo equipo (Gálvez y Floridablanca²⁹) que culminarán las reformas con el nuevo marco institucional regulador del tráfico (el Libre comercio de 1778). Los efectos del libre comercio quedaron, no obstante, ocultos por el desarrollo de la Guerra de EEUU. Tras dos años de interrupción forzosa (1780-1781) la recuperación del tráfico fue muy fuerte en el bienio siguiente (1782-1783). Las expectativas sobre el nuevo sistema se dispararon, pero, a partir de 1785, la situación se tornó adversa, ante unos mercados americanos saturados de productos europeos³⁰. Nos interesa destacar que, durante el Libre comercio, las remesas de numerario públicas se mantuvieron en el 25% y que, entre los frutos coloniales, el tabaco fue la piedra angular de los intercambios³¹. El indicador más

²⁶ José de Gálvez y Gallardo, marqués de Sonora (1720, Macharaviaila, España – 1787, Aranjuez, España) Visitador en Nueva España (1764-1772) y Secretario de Indias (1775-1787). Fue un personaje crucial del reformismo borbónico. Bajo su dirección se creó el monopolio del tabaco en México. La referencia clásica es H. I. PRIESTLEY, *José de Gálvez, Visitor-General of New Spain, 1765-1771*, Berkeley, University of California Press, 1916. La obra ha sido reimpressa en 1980, en Philadelphia, Porcupine Press. Gálvez recibió tres instrucciones en su visita a México de 1765. Omar GUERRERO OROZCO, “Moral en políticas públicas”, en *Revista de Administración Pública* 86, 1994, p. 13. Este autor enfatiza el cambio que supuso en México el nombramiento de Gálvez. A Gálvez se le encomendó un estudio minucioso para la implantación de las Intendencias. J. LYNCH, “El reformismo borbónico en Hispanoamérica”, en A. GUIMERÁ (ed.), *El reformismo borbónico*, Madrid, Alianza Universidad/CSIC/Fundación MAPFRE América, 1996, pp. 37-59.

²⁷ “Sobre el atraso que se observa en el comercio que hace España con sus propias colonias, y con los reinos extranjeros” (AHN, Estado, leg. 2314). Cit. por FONTANA y DELGADO RIBAS, *Historia General...*

²⁸ S. de LUXÁN y M. GÁRATE, “El proceso de instauración de la Segunda Factoría en Cuba (1760-1766). Un aspecto de la política tabaquera de los Borbones”, en A. GONZÁLEZ ENCISO (ed.), *Política económica y gestión de la Renta del Tabaco en el siglo XVIII*, Madrid, Fundación Altadis, pp. 211-281. (2008). Cuba pasaba de enclave militar a productor mundial de agricultura de exportación (azúcar, café y tabaco). J. M. FRADERA, “De la periferia al centro. (Cuba, Puerto Rico y Filipinas en la crisis del Imperio español)”, en *Anuario de Estudios Americanos*, Tomo 61, 1, 2004, pp. 161-199.

²⁹ Muy dependiente de las ideas en política económica expresadas por Campomanes, tanto en el Fomento de la industria nacional, como en la política colonial.

³⁰ Hubo que acudir a estrategias de ventas a plazos, repatriación de mercancías etc. Según FISHER las exportaciones crecieron entre 1778-1785 a un ritmo de un 25,5% anual y entre 1785-87 cayeron a un 16,6% anual, para mantenerse estancadas hasta 1796. En realidad no se produjo una liberalización del comercio, sino que se habilitaron algunos puertos, incrementando la recaudación de Hacienda.

³¹ FONTANA y DELGADO, *Historia General...* cit., p. 29.

claro del fracaso del libre comercio se ha considerado que fue el aumento de las reexportaciones desde los puertos españoles a las colonias. El balance final fue que Caracas, Buenos Aires y La Habana crecieron frente al estancamiento en el último tercio del XVIII de Nueva España, Perú y Nueva Granada.

Finalmente, La guerra con Inglaterra (1796) abrió un nuevo escenario con el comercio de neutrales. Las colonias tuvieron libre el acceso a su integración directa, sin contar con la metrópoli, en el comercio mundial.

2. LA CREACIÓN DE UN SISTEMA ATLÁNTICO DEL TABACO: LA EXTENSIÓN DEL SISTEMA DE MONOPOLIO ESPAÑOL AL TERRITORIO COLONIAL

2.1. España pierde la oportunidad de convertirse en el oferente principal de tabaco en el mercado mundial (siglos XVI-XVII)

“Le tabac fut un de phénomènes les plus marquants du mercantilisme et de l'Ancien Système Colonial³²: sa découverte et son expansion dans le monde furent une conséquence des conquêtes maritimes et les États lui appliquèrent, peut-être plus qu'à toute autre produit les principes économiques de l'époque”³³.

En este apartado trataremos de valorar la hipótesis de que el relativamente temprano establecimiento del estanco del tabaco en España, junto a alguno de los ejes de la política colonial española (sistema de flotas y monopolio de esclavos), hizo perder a la Monarquía española la posibilidad de ser el principal abastecedor de tabaco europeo.

Se puede considerar de modo general para todos los países que los objetivos principales de la política colonial tabaquera eran comerciales y fiscales. Dentro de los parámetros de la división del trabajo mercantilista, el cultivo se debería reservar para la colonia y el consumo y manufacturación para la metrópoli. Se trataba de abastecer a esta última, controlar en la medida de lo posible el comercio con otros mercados nacionales y, en el caso en que se establecieron monopolios fiscales, obtener importantes ingresos.

Generalizada la plantación de tabaco desde fines del XVI-comienzos del XVII en Brasil (1570), Cuba (1580³⁴), Virginia (1610) y las Antillas fran-

³² El primer objetivo del Estado que es la explotación de las riquezas coloniales, resultaba imposible sin una afirmación de soberanía en los territorios coloniales (Fuerza militar, administración y poblamientos son los pilares del sistema). En Portugal los asuntos coloniales conciernen a la Casa da India (1486), Conselho Ultramarino (1642), Secretaría de Estado de Marinha e Ultramar 1776).

³³ J. B. NARDI, *Le Tabac brésilien et ses fonctions dans l'ancien système colonial portugais: 1570-1830*, Marseille, T. 1, 1991, p. 39.

³⁴ Curiosamente Cuba, llamada a convertirse en el siglo XVIII en el abastecedor principal del mercado español, no figura entre las áreas tabaqueras descritas a comienzos del siglo XVII

cesas (1625-1640), la política común de los principales imperios, especialmente en el siglo XVIII, fue concentrar el cultivo de exportación en determinadas regiones con el fin de poder ejercer el control y obtener la exclusividad de sus flujos por parte de las metrópolis, como ya hemos indicado³⁵.

En las Antillas francesas la agricultura del tabaco fue pronto sustituida, por razones de eficiencia económica, por la caña de azúcar y el algodón, mientras que el tabaco llegará a producirse, incluso antes, en el propio territorio francés (Alsacia en 1618; Artois en 1620; o Normandía en 1626)³⁶. En la medida en que el cultivo del tabaco se fue ampliando, en relación directa con el aumento de su consumo en los mercados europeos, se fue convirtiendo en una fuente de ingresos, cada vez más interesante para los Estados del Antiguo Régimen.

En el caso español podemos escribir que antes de que comience el siglo XVII, con un cierto adelanto al desarrollo del mercado metropolitano, se había iniciado la configuración del mercado interno indiano, de modo significativo en la Nueva España. Según Céspedes, en esos momentos, podemos reconocer de modo diferenciado a productores, consumidores e intermediarios. Igualmente se habían desarrollado las técnicas de envasado y de transporte, es decir, añejamiento, almacenaje, preservación de humedades y malos olores, carga en mulas etc.³⁷.

La venta al exterior del tabaco de las posesiones españolas continentales, excepción hecha del de Barinas (Venezuela), en el que pusieron especial empeño los holandeses, prácticamente estuvo vedada, casi desde el principio. Desde Acapulco, hasta la regulación prohibitiva de Felipe II (1587-1591), se había estado enviando alguna porción al Perú y a Manila, donde el cultivo arrancarían en el siglo XVII³⁸. Desde 1580, en suma, un pequeño “comercio de pobres” formado por hoja veracruzana, de Yucatán, de Jamaica o Nicaragua

por Fray Antonio VÁZQUEZ DE ESPINOSA en su *Compendio y descripción de las Indias Occidentales*. Serían estas el norte de la región de Veracruz, Trinidad (en cuyas Bahías inglesas, francesas y holandesas desde 1600 intercambiaban manufacturas europeas por tabaco), Nicaragua, Jamaica, el Norte del Perú, Cumaná, Guayana y Varinas en Venezuela. Cf. G. CÉSPEDES DEL CASTILLO, *El tabaco en la Nueva España*, Madrid, Real Academia de la Historia, 1992, p. 36.

³⁵ En el caso español, como es sabido desde fines del XVII-comienzos del XVIII se molturó la hoja en Cuba y en la Nueva España durante el siglo XVIII llegaría a desarrollarse una potente industria tabaquera.

³⁶ NARDI, *Le Tabac brésilien...* cit., p. 44, apunta al contrabando holandés, junto a la debilidad de la Compañía comercial francesa, como la principal razón del abandono del tabaco. Cf. igualmente S. de LUXÁN y O. BERGASA, “La institucionalización del modelo tabaquero español 1580-1636: la creación del estanco del tabaco en España. Nota y discusión”, en *Vegueta* 7, 2003, pp. 135-153. Igualmente de J. PRICE, *France and the Chesapeake. A history of the French Tobacco Monopoly, 1674-1679, and of Its Relations ship to the British and American tobacco trades*. Michigan, University of Michigan Press, 1973, pp. 3-16.

³⁷ CÉSPEDES, *El tabaco...* cit., pp. 38-43.

³⁸ E. C. de JESÚS, *The tobacco monopoly in the Philippines: Bureaucratic Enterprise and Social Change 1766-1880*, Ateneo de Manila University Press, 1980. J. M. FRADERA, *Filipinas. La colonia más peculiar. La hacienda pública en la determinación de la política colonial 1762-1868*, Madrid CSIC, 1998. Igualmente L. ALONSO ÁLVAREZ, “Los problemas de la hacienda filipina y

se centralizaba en La Habana y era cargada, junto al tabaco cubano, en los bajeles de retorno a Sevilla. Seguramente eran razones de reducción de fletes los que aconsejaban esta organización del tráfico. La oposición de los cargadores de la Casa de Contratación al establecimiento del Estanco, se hacía entre otras cosas porque se perdía la libertad de reexportación de tabacos de gran calidad, como el de Barinas, como hemos señalado muy apreciado por los holandeses³⁹.

El sistema de flotas que imposibilitaba el libre tráfico entre productores y consumidores, junto al monopolio del tráfico de esclavos, que obstaculizaba a su vez la disponibilidad de mano de obra abundante y a bajo coste en las plantaciones, pueden ser aducidas como razones de peso que imposibilitaron que España se convirtiese en el proveedor principal del tabaco mundial⁴⁰. Esta insuficiencia del Imperio hispánico sería aprovechada, entre otros, por los portugueses, convertidos inicialmente en intermediarios entre Venezuela, Inglaterra y Holanda. En definitiva, el alto precio del tabaco indiano español, unido a las restricciones temporales de su cultivo, estrategia a la que también recurrió Francia en las Antillas (1630) para contener la bajada de precios, con el fin básico de aminorar el contrabando, dará como resultado que los portugueses se tomarán en serio su cultivo en el Brasil. Introducido en esta tierra en torno a 1548, en los compases iniciales del siglo XVIII era ya el tercer renglón exportador, solo por detrás del azúcar y del algodón⁴¹. En el ámbito de América del Norte, igualmente, los ingleses extenderán su plantación en la Bahía de Chesapeake. Como escribió Elliott:

“La colonia de Virginia (...) difería claramente en muchos aspectos del virreinato de Nueva España. A diferencia de este, no estaba fundada sobre el tributo y los servicios de la población indígena, diezmada a pasos agigantados por el hambre, la guerra y las enfermedades. Y la salvación, cuando llegó, no vino de la mano del oro sino del tabaco”⁴².

En opinión del citado Céspedes, debido al cambio que en el mercado mundial de tabaco se produjo con la entrada de Bahía y Virginia como oferentes principales, España siguió manteniendo un lugar relevante pero no desde luego el principal, tanto en los circuitos legales, como en las redes del contrabando, por la alta calidad de su producto.

el estanco del tabaco siglos XVII-XVIII”, en A. GONZÁLEZ ENCISO y R. TORRES SÁNCHEZ (eds.), *Tabaco y Economía en el siglo XVIII*, Pamplona, Eunsa, 1999, pp. 55-78.

³⁹ J. M. RODRÍGUEZ GORDILLO, “El Estanco del Tabaco y el modelo de gestión colonial... cit., pp. 603-604.

⁴⁰ CÉSPEDES, *El tabaco...* cit., pp. 38-43. Deberíamos conocer mejor el desarrollo de las distintas regiones tabaqueras (sistemas de financiación, organización de la producción, tipo de mano de obra, sistemas de comercialización etc.) para poder dilucidar con más claridad los factores que perjudicaron un funcionamiento comercial más eficiente del sistema atlántico español.

⁴¹ André João ANTONIZ, *Cultura e opulência do Brasil (1711)*, citado por CÉSPEDES, *El tabaco...*

⁴² ELLIOTT, *Imperios...* cit. p. 45.

El reconocimiento de la importancia económica del tabaco es un fenómeno de las últimas décadas del siglo XVI, pero sobre todo del primer tercio del siglo XVII, tanto en España, como en Portugal, Inglaterra, Francia u Holanda, que serán las principales interesadas en su tráfico. Podemos añadir como ejemplo el caso ya citado del establecimiento de Jamestown (Virginia). Fundado en 1607, cultivó, desde 1612, tabaco con éxito, partiendo de semilla traída de Trinidad, quizá como alternativa a la prohibición temporal del cultivo en las colonias españolas de 1606 (Real Cédula de Felipe III, El Escorial 26-III-1606⁴³, derogada por otra de 26-VIII-1614⁴⁴). Era el momento, según escribe Goodman, en que la colonia, por dificultades económicas, estaba a punto de ser abandonada⁴⁵. Desde este punto de vista, el tabaco habría sido fundamental en la consolidación de las colonias inglesas. Las primeras exportaciones a la metrópoli se iniciarían en 1613, alcanzándose en 1628 la cifra de 370.000 libras, volumen muy semejante al que según Chaunu y Céspedes se estaba descargando por las mismas fechas en la Casa de Contratación de Sevilla⁴⁶. Posteriormente, frente a las pobres cifras de tabaco importado por el Estanco español (creado por Real Cédula de 28-XII-1636)⁴⁷, las cifras de Inglaterra, Francia o Portugal ponen en tela de juicio desde el punto de vista económico, dejando aparte los objetivos fiscales que fueron los predominantes, la pertinencia de la creación del monopolio español. El tabaco descargado, por ejemplo, en el puerto de Londres alcanzaba ya, entre 1637-1642, según las cifras de Price, un promedio anual de 1.820.878 libras y en torno a 1670, 17,6 millones⁴⁸. El mercado francés en vísperas de

⁴³ Archivo General de Indias, Santo Domingo 869, libro 6. Cit. por J. M. RODRÍGUEZ GORDILLO, *La creación del estanco del tabaco en España*. Madrid, Fundación Altadis, 2002.

⁴⁴ J. M. RODRÍGUEZ GORDILLO, "El fraude en el estanco del tabaco (siglos XVII-XVIII)", en *Hacienda Pública Española*, I, 1994, pp. 61-77. Con esta Real Cédula se intentaba reservar la producción colonial para la metrópoli, desde donde se exportaría a los países extranjeros. Las medidas punitivas que de la norma emanan son las características de este tipo de disposiciones (pena de vida y perdimiento de la hacienda por parte de los defraudadores y privación de su oficio, junto a la mitad de la renta para los administradores corruptos).

⁴⁵ J. GOODMAN (1994), *Tobacco in history: the cultures of dependence*, Londres y Nueva York, Routledge. R. FISHER, "El estanco del tabaco en el Perú borbónico", en A. GONZÁLEZ ENCISO y R. TORRES SÁNCHEZ (eds.), *Tabaco y Economía en el siglo XVIII*, Pamplona, Eunsa, 1999, p. 39.

⁴⁶ En 1609 se descargaron 15.328 libras, mientras que en 1613 se alcanzó un volumen de 404.564, siendo el promedio del período cercano a las 200.000. Cf. P. y H. CHAUNU, *Séville et l'Atlantique*. París, 1955-1956. G. CÉSPEDES DEL CASTILLO, *El tabaco...*

⁴⁷ Publicada en RODRÍGUEZ GORDILLO, *La creación...*

⁴⁸ PRICE, *France and the Chesapeake...* cit., p. 75. La escala de producción, los precios bajos, las reducciones del coste de producción del tabaco, y un marco aduanero favorable, pueden ser razones que explican esta rápida expansión. El ciclo expansivo se mantuvo, por lo menos, hasta 1685. Cf. igualmente del mismo autor, *Tobacco in Atlantic trade: the Chesapeake, London and Glasgow 1675-1775*, Aldershot, Ashgate 1995. Para la valoración del contrabando R. C. NASH, "The English and Scottish tobacco trades in the Seventeenth and Eighteenth Centuries: legal and illegal trade", en *The Economic History Review* 35 (3), 1982, pp. 354-372. Un estudio clásico sobre el comercio del tabaco es el de S. GRAY & N. J. WYCKOFF, "The international tobacco trade in the Seventeenth Century", *Southern Economic Journal* 7 (1), 1940, pp. 1-26.

ser estancado (1674) disponía de un volumen de maniobra cercano a los 1.500.000 de libras⁴⁹. Mientras que, por su parte, el Jardín de Lisboa ofertaba para el comercio exterior entre 1666-1690, alrededor de 1.766.110 libras anuales⁵⁰. Durante el reinado de Felipe IV (Real Cédula de 25-XI-1625), la monarquía española intentó superar las distancias que se iban abriendo con otros países, con medidas de fomento del cultivo, principalmente eximiendo de ciertos impuestos a los plantadores (Almojarifazgos y alcabalas a los vecinos de Trinidad y la Guayana que enviaban tabacos a Sevilla⁵¹).

La opción productora de tabaco, como hemos señalado, abría las puertas a los Imperios de plantación (Inglaterra, Holanda, Francia o Portugal) que, al cuidado, en la mayoría de los casos, de grandes compañías, competirán con el recién creado monopolio español. En conclusión, escribe Fisher, supieron identificar durante la primera mitad del siglo XVII la posibilidad de la expansión colonial que les proporcionaba el cultivo de tabaco a gran escala. España acumularía un retraso de más de medio siglo en esta carrera, pues hay que esperar a las primeras décadas del XVIII para que el tabaco despegue en Cuba⁵².

Desde la perspectiva del Estado mercantilista europeo (Inglaterra, Francia, España, Portugal, Holanda, las Repúblicas Italianas) el tabaco fue considerado algo más que un producto de los importados desde las Indias. Se le aplicaron aranceles aduaneros, impuestos al consumo, impuestos específicos (Francia 1664; Inglaterra, 1676). Su regulación se produjo bajo el paraguas del monopolio comercial general (Inglaterra, Holanda, República de Parma) o, sencillamente, se estancó (España, Francia y Portugal). Richelieu, por ejemplo, en una época bastante anterior a la creación del monopolio en Francia, llegará a considerar – lo que sugiere que el mercado francés estaba en plena expansión – que el establecimiento de un impuesto extraordinario sobre el tabaco podría ser suficiente para cubrir los gastos de la Armada del Mediterráneo. El paralelismo con el caso español es innega-

⁴⁹ PRICE, *France and the Chesapeake...* cit., pp. 9 y 511. Si estos datos son correctos, teniendo en cuenta que el consumo interno de Francia estaba en torno a la mitad (1,5 millones de libras), contaban con un excedente importantísimo para situar en los mercados exteriores. El crecimiento de las reexportaciones inglesas es notorio a partir de 1720 sobre todo al mercado francés. Hay que esperar a fines del siglo XVII para que el mercado francés comience a absorber tabaco de Virginia, convirtiéndose en su principal consumidor.

⁵⁰ NARDI, *Le Tabac brésilien...* cit. pp. 676 y ss. Igualmente, R. TORRES, "Capitalismo internacional y política estatal. Los asientos de tabaco en España durante la segunda mitad del siglo XVIII", en A. GONZÁLEZ ENCISO y R. TORRES (eds.), 1999, p. 419, da unas cifras de tabaco almacenado en Lisboa en la segunda mitad del XVIII cercanos a 3,5 millones de libras para esas fechas.

⁵¹ L. GARCÍA FUENTES, *El comercio español con América 1650-1700*, Sevilla, 1980, p. 361.

⁵² S. de LUXÁN y M. GÁRATE, *El proceso de instauración de la segunda factoría en Cuba (1760-1766)*... Igualmente, S. LUXÁN, M. GÁRATE y J. M. RODRÍGUEZ GORDILLO, *Cuba, Canarias, Sevilla. La posición del Archipiélago Canario en los flujos tabaqueros entre las Antillas y el Monopolio Español 1717-1852*, Las Palmas de Gran Canaria, Premio especial Canarias-América de Investigación (2010, en prensa).

ble. Hay que buscar nuevas fuentes de ingresos para hacer frente a los gastos de la guerra, que son los determinantes, y se encuentran en el tabaco que, por añadidura es un producto de consumo superfluo, o si queremos llamarlo así un vicio. Como en el caso de Inglaterra y Holanda, Francia desarrollará una política de creación de compañías comerciales y de economías de plantación, muy ligadas con el tráfico de esclavos.

La manufacturación de la hoja de tabaco en un solo establecimiento (Sevilla desde 1620⁵³) y la posterior creación del estanco del tabaco (1636), fueron los dos instrumentos con los que la Monarquía Española intentó controlar el desenvolvimiento del mercado metropolitano y posteriormente el abastecimiento de la materia prima, obteniendo pingües resultados para el erario, dado el carácter exclusivo de la fabricación y de la distribución. Su ámbito de actuación estuvo primero reducido a la Corona de Castilla y ya en el siglo XVIII a todos los reinos de la Monarquía. Con el control de la producción, que muchas veces se limitaba a ser un repaso del tabaco polvo que venía de Cuba ya molturado, se trató de evitar los fraudes y abusos que se cometían en su elaboración⁵⁴. El foco del legislador estaba dirigido a los factores y comerciantes portugueses que eran mayoría en la ciudad de Sevilla⁵⁵. Según Rodríguez Gordillo estos conversos que apoyaron a Olivares a partir de 1628, a través de sus redes comerciales, practicaran un intenso contrabando directamente, desde las colonias, a los mercados de Ámsterdam, Londres y otras partes de Europa. De las ventas del tabaco colonial a otros países de Europa apenas tenemos información, pero no parece que fuera una actividad relevante. Sabemos, por ejemplo, que, antes del establecimiento del estanco – en 1613 (302.000 lbs.) y 1614 (500.000 lbs.) – se enviaron diversas partidas a Inglaterra, Francia, Holanda, Italia y Berbería. Como se desprende de la información de Price, siempre cantidades modestas con relación a la hoja de Virginia u otras colonias inglesas: 60.597 lbs. (1637-1638), 93.306 lbs. (1638-1639), 115.773 lbs. (1639-1640), o 6.379 (1640-1641); o lo que es más relevante, el 3,94%, 2,97%, 8,54% y 0,54% respectivamente, de las importaciones totales⁵⁶.

Los primeros ensayos de creación del monopolio en España se remontan a comienzos del siglo XVII, pero no dejan de ser intentos de obtener privilegios comerciales por algunos hombres de negocios. De este modo, en 1615, Juan Bautista de Sobranes pretendió reservarse, ante el Consejo de Hacienda, los derechos de exportación del tabaco. Otro tanto intentará,

⁵³ J. M. RODRIGUEZ GORDILLO, *Historia de la Real Fábrica de tabacos de Sevilla*, Sevilla, Focus Abengoa, 2005.

⁵⁴ Es necesario matizar la afirmación de NARDI, *Le Tabac brésilien...* cit., p. 44, con respecto a la prohibición de la manufactura del tabaco en América por parte de la monarquía española. La Historia de Nueva España y de Cuba que son las principales productoras nos muestran todo lo contrario.

⁵⁵ S. de LUXÁN, "A colónia portuguesa de Sevilha. Uma ameaça entre a Restauração portuguesa e a conjura de Medina Sidonia?", en *Penélope* 9/10, Lisboa, 1993, pp. 127-134.

⁵⁶ PRICE, *France and the Chesapeake...* cit., p. 75.

quince años después, Payo de Paz. Igualmente, hay que registrar la disposición de Duarte Eustacio por hacerse con el arrendamiento del estanco en el ámbito de la Corona de Castilla, en 1618⁵⁷. Otro antecedente especial del estanco del tabaco, es el de la intervención de su entrada en los mercados de Orán y Mazalquivir. Una vez traspasada la barrera aduanera, sin embargo, la venta del tabaco sería libre, por lo que no estamos hablando de un estanco, sino del cobro de unos derechos especiales. La cantidad que se enviaba desde Sevilla en 1623 (55.000 libras), para su venta en Argel, tiene una cierta relevancia para los volúmenes de la época. Adquiere más importancia sin embargo el hecho de que la planta empezó a cultivarse en Argelia, siendo el tabaco sevillano desplazado del mercado por el moruno y por el procedente del Jardín de Lisboa. A la altura de 1632, el experimento del control del Norte de África había fracasado⁵⁸.

Más importancia tuvo como antecedente directo del estanco del tabaco, el que se intentó instaurar con la sal en 1631, que tuvo como principal repercusión los motines de Vizcaya que se prolongaron hasta 1634. Puede ser traído a colación como argumento de que la Corona buscaba un medio general y duradero que sortease los engorrosos procesos de negociación entre el Rey y las Cortes que traía consigo el Servicio de Millones, que es lo que se intentó definitivamente evitar en 1636 con la Real Cédula por la que se creaba el estanco⁵⁹.

2.2. Definición tardía del modelo tabaquero colonial español con relación a otras organizaciones imperiales

Intentamos en este apartado aprovechar la propuesta de Delgado Ribas, dentro del análisis comparado en que debe consistir la Historia Atlántica, como el realizado de modo general por Elliott o Bernal, teniendo en consideración el papel del tabaco en las economías imperiales. De esta forma cobra trascendencia, y podemos realizar un ejercicio de contextualización general, la reforma general de la Hacienda Americana por parte de la Monarquía española, en la que se incluye la implantación y generalización de los monopolios del tabaco, entre 1752-1786.

Podemos establecer dos modelos generales de economías coloniales europeas del tabaco. De un lado, los estancos español, portugués y francés. De otro, el de los ingleses (escoceses) y el de los holandeses, que no crearon monopolios tabaqueros, aunque practicasen una política comercial mercantilista, ocupando sus comerciantes el papel de intermediarios del tabaco

⁵⁷ J. GARCÍA DE TORRES, *El Tabaco*. Madrid, Imprenta de J. Noguera, 1875, p. 13.

⁵⁸ B. ALONSO ACERO, "La renta del tabaco en Orán y Mazalquivir: fortuna y fracaso de un estanco pionero", en *Cuadernos de Historia Moderna* 17, Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense de Madrid, 1996, pp. 11-39.

⁵⁹ J. I. GELABERT, *Castilla convulsa*, Madrid, Marcial Pons, 2001.

de Virginia en los mercados europeos⁶⁰. Los holandeses, además, mantendrán una relación comercial, en lo que al tabaco se refiere, de importancia, con Venezuela, Puerto Rico y el Brasil. Muy especialmente con esta última durante el período de la ocupación de Pernambuco⁶¹. No debemos tampoco olvidar que la propia Holanda fue una gran cultivadora de tabaco durante el siglo XVIII, como atestigua un texto francés de comienzos del XIX, aunque las cifras deben ser exageradísimas:

“Se cultiva mucho tabaco en Holanda; solo las provincias de Gueldres y de Utrecht producen anualmente once millones de libras, de las cuales eran vendidas otras veces tres millones a la Renta General de Francia”⁶².

La dinámica imperial española nos conduce, a su vez, a distinguir dos grandes periodos estructurales en su organización, antes y después de 1684⁶³. Hasta el establecimiento del estanco castellano (1636), España había tratado infructuosamente de mantener el control del cultivo y, por tanto, del abastecimiento colonial mundial de la materia prima⁶⁴. Los datos de producción franceses, las entradas en el puerto de Londres, o las cifras manejadas en el Jardín de Lisboa, como ya hemos analizado, demuestran la imposibilidad de este objetivo. El régimen exclusivo español y la propia dinámica colonial habrían generado el desarrollo competitivo de otros mercados abastecedores, en Brasil, las Trece Colonias, en las Antillas y en el Caribe.

⁶⁰ En este sentido PRICE, *France and the Chesapeake...* Igualmente, M. CORINA, *Trusts in tobacco. The Anglo-american Struggle for power*. London, Michael Joseph Ltd. 1975. En el siglo XVII el mercado holandés absorbió una parte importantísima del tabaco virginiano.

⁶¹ E. ARCILA FARIAS, *Historia de un monopolio. El estanco del tabaco en Venezuela (1779-1833)*, Caracas, Ediciones de la Facultad de Humanidades y Educación, 1977, pp. 215-237. Igualmente, M. GÁRATE OJANGUREN, *La Real Compañía Guipuzcoana de Caracas*, San Sebastián, Instituto Doctor Camino, 1990. De la misma autora, “El tráfico de tabaco de las Compañías comerciales privilegiadas en la España del siglo XVIII”, en GONZÁLEZ ENCISO y TORRES SÁNCHEZ (eds.), Pamplona, Eunsa, 1999, pp. 392-414. Igualmente, “Los asientos de tabaco caraqueño con Holanda en el siglo XVIII”, en LUXÁN, SOLBES y LAFORET (eds.), *El mercado del tabaco en España*, Universidad de Las Palmas de Gran Canaria y Fundación Altadis, 2000, pp. 151-175. Sobre Puerto Rico, E. PÉREZ TOLEDO, *Real Factoría Mercantil: contribución a la Historia de las Instituciones Económicas de Puerto Rico (1784-1795)*, Río Piedras, Tesis de maestría, Departamento de Historia, Facultad de Humanidades, Universidad de Puerto Rico, 1983. H. WATJEN, *O dominio colonial holandés no Brasil*, São Paulo, 1938, pp. 510-513. Aporta datos sobre la exportación de tabaco holandés desde el Brasil, en la época del dominio holandés de Bahía; entre 1630-1654, la Compañía Holandesa de las Indias Occidentales abrió al tabaco brasileño nuevos mercados europeos.

⁶² *Historia del tabaco. Modo de cultivarlo en América y Europa: Leyes a que está sujeto en aquella: manera de fabricarlo: virtudes, usos y aplicaciones que tiene*, traducida del francés y aumentada con notas por D. J. R. A. quien la dedica al Serenísimo Señor Príncipe, Generalísimo, Almirante General de España e Indias, Madrid, en la Imprenta de Vega y Compañía, 1807, pp. 39-41.

⁶³ En algunas síntesis recientes de la Historia de España podemos leer que el siglo XVIII comienza en 1680. Cf. Por ejemplo, J. PÉREZ, *Edad Moderna*, en J. VALDEÓN, J. PÉREZ y S. JULIÁ, *Historia de España*, Madrid, Gran Austral, p. 279.

⁶⁴ LUXÁN y BERGASA, *La institucionalización del modelo tabaquero español...*

Un nuevo escenario, esta vez de monopolio total, empieza a fraguarse, entre 1684-1713, conflicto hispano-francés en el primero de los casos, Guerra de Sucesión en el segundo. Pero es, sobre todo a partir de 1750, con la creación del estanco peruano, primero, y la redefinición posterior de la actividad cubana (creación de la 2ª Factoría en 1760), cuando asistimos a un nuevo ensayo de intervención y control de la economía colonial, extendiendo la fórmula de los monopolios fiscales en América y Filipinas.

2.3. Una breve referencia al estanco portugués y francés

Entre la realidad de los estancos españoles y la inexistencia de los mismos, en el caso de Inglaterra y Holanda, encontramos como modelos intermedios, los que se desenvuelven en Portugal y en Francia.

Sobre el estanco portugués el estudio de referencia es el realizado por J. B. Nardi en 1991, donde se traza un cuadro general sobre el mundo luso-brasileño del tabaco y sobre el marco institucional que lo regula. El otro trabajo de referencia general es el de R. Estevez Dos Santos (1974), que abarca más la historia contemporánea⁶⁵.

Los portugueses ensayaron, de un lado, la fórmula de monopolio comercial del Brasil, donde un sistema de estanco llegará a establecerse en Río de Janeiro. De otro, el estanco en el territorio metropolitano donde, a su vez, se sucederá la administración directa del mismo entre 1674-1700 y la concesión del estanco a arrendadores durante el siglo XVIII, es decir, una evolución diferente al sistema español. La gran diferencia puede estribar en las colonias, donde los portugueses solo ensayarían el estanco en Río de Janeiro⁶⁶.

El primer estanco portugués, que más parece el establecimiento de impuestos aduaneros, se habría creado en Goa en 1624, durante la época de la unión a la Corona española, con el objetivo de costear los gastos de defensa provocados por el asalto holandés⁶⁷. Posiblemente el estanco lusitano propiamente dicho fuese establecido por Felipe IV, en los momentos que las Cortes castellanas negociaban la instauración del mismo (1632-1636)⁶⁸. Efectivamente, Francisco López, comerciante asentado en Madrid habría firmado el tercer contrato del tabaco (los dos primeros habrían sido efectuados para los períodos de 1633-1636 y de 1636 a 1639). La Restauración portuguesa impi-

⁶⁵ R. ESTEVES DOS SANTOS, *Os tabacos. Sua influência na vida da nação*, 2 vols., Lisboa, Seara Nova, 1974. En esta obra se proporciona una relación de los distintos arrendadores del monopolio y de los períodos de vigencia de sus contratos.

⁶⁶ Las apreciaciones que ofrecemos son absolutamente provisionales. Es necesario someter a una lectura comparada la historiografía y la investigación portuguesa reciente con la española.

⁶⁷ Además de Nardi y Estevez, puede encontrarse bastante información en el artículo de Carl HANSON, "Monopoly and contraband in the Portuguese tobacco trade 1624-1702", en *Luso-Brazilian Review* 19, 2, 1968, pp. 149-168.

⁶⁸ Al respecto cf. en RODRÍGUEZ GORDILLO, *La creación...* Igualmente LUXÁN y BERGASA, *La institucionalización del modelo tabaquero español...*

dió su normal desarrollo. En 1641 el monopolio pasó a Álvaro Fernández y Diego Fernández de Sequeira por 32.000 cruzados al año. Pero, durante el ejercicio de 1642, el estanco será abolido, ante la petición a la corona por parte de los brasileños, debido a los inconvenientes que significaba para la expansión de la producción. No obstante Joao IV, ante el descenso de los ingresos obtenidos por el tabaco, volvió a restablecer la renta en octubre de 1644. El contrato de arrendamiento fue ahora por 64.000 cruzados y a los comerciantes anteriores quedó asociado João Duarte. Ese año se iniciaría también el comercio directo de tabaco brasileño con Mina. Entre estas fechas y el final de la Guerra contra la Monarquía española el tabaco brasileño pasó de enviar a la metrópoli 1.100 rollos a desembarcar más de 11.000 (los de Lisboa pesaban entre 8 y 12@ frente a los de Mina que no sobrepasaban las 3@). Es decir, que estamos hablando de unas cantidades medias de 2.750.000 libras, cuando todavía no se había creado la Junta del tabaco.

Con el declinar del azúcar después de 1650, el tabaco se convirtió en la principal renta real en Brasil, llegando a contar con Alfandega propia desde 1665. En 1674, el regente Don Pedro estableció la Junta da administração do tabaco y unos años después (1680) el sistema de estancos según el modelo español. En 1684 la renta del tabaco reportaba más de 1.000.000 de cruzados anuales y en los años sucesivos tendió a crecer. Después de 1700 llegaban a Lisboa más de 7.000.000 libras anuales (240.000@), que solo representaban la cuarta parte de la cantidad que los ingleses importaban de Chesapeake (en las primeras décadas del XVIII, si damos validez a las cifras de Price, Gran Bretaña importaba 30.000.000 de libs./año y en vísperas de la Guerra de la Independencia de las Trece Colonias, tres veces más, siendo Glasgow el puerto de recepción principal⁶⁹). El último paso sería establecer un sistema de flotas entre Bahía y Lisboa que se mantendrá hasta 1765. La renta obtenida por el tabaco brasileño y el desenvolvimiento de su producción en Brasil, por las cifras que pueden manejarse, se adelantan en el tiempo al desarrollo estancuero colonial español. Lisboa, con la excepción señalada del comercio directo con Mina desde Bahía, se convirtió en el centro de redistribución internacional del tabaco del Brasil.

La historia comparada del papel del tabaco en las economías imperiales debe empezar por el análisis de las distintas estrategias seguidas por portugueses y españoles. No parece, por otro lado, que la desaparición del sistema de flotas portugués tuviera efectos inmediatos, aunque una década después registramos un aumento muy considerable de las exportaciones desde Bahía.

La historiografía española se ha ocupado también de este monopolio⁷⁰ – Junta da Administração do Tabaco, instituída por Pedro II – para contex-

⁶⁹ PRICE, *France and the Chesapeake...* cit., p. 588.

⁷⁰ TORRES SÁNCHEZ, *Capitalismo internacional y política estatal...* cit. pp. 415-457. Igualmente C. LUGAR, "The Portuguese tobacco trade and tobacco growers of Bahia in the late colonial period", en D. ALDEN y W. DEANS (eds.), *Essays concerning the socioeconomic history of Brazil and Portuguese India*, Gainesville, 1977, pp. 26-70. Reeditado en *The Atlantic Staple Trade*, Volume 1:

tualizar el papel del tabaco del Brasil y los asentistas en el Estanco español. La principal diferencia entre España y Portugal, es que en Portugal el tabaco permaneció en manos de los arrendadores. Estaríamos ante un monopolio de compra que puede ser estudiado, comparándolo con el papel que el engranaje La Habana-Sevilla jugó en el Imperio español, pero también con un monopolio interior del tipo del español, con la amenaza del contrabando. El problema que posteriormente enunciamos del predominio del tabaco Brasil en el mercado español puede empezar a ser explicado por la escala de los distintos negocios. El cuadro siguiente es suficientemente significativo y explica en parte las dificultades españolas por convertir a Cuba, especialmente desde la creación de la Segunda Factoría en 1760, en abastecedor único del monopolio español, como era el deseo de Esquilache:

CUADRO 1

Tabaco importado de Cuba (Cádiz) y Brasil (Lisboa) 1760-1805 en libs.

Quinquenios	Cuba-Cádiz	Bahía-Lisboa
1760-64	1,212,531	6.663.300
1765-69	2,435,402	6.545.775
1770-74	4,667,440	5.647.325
1775-79	2,289,093	8.936.975
1780-84	1,890,799	11.107.225
1785-89	3,257,870	9.043.375
1790-94	2,323,038	9.844.575
1795-99	731,21	11.269.325
1800-04	953,336	12.246.325

Fuente: Fernández PINEDO (2002)⁷¹ y NARDI (1991).

Efectivamente, en el caso portugués, se trataba de mantener la exclusividad de la distribución del tabaco de Brasil, a través del eje Bahía (centro productor)-Lisboa (centro redistribuidor). Debemos señalar que el tabaco de Bahía (también se cultivó en Maranhão, Pernambuco y Halagaos) se movió en dos direcciones. Como ya hemos indicado se dirigió principalmente a Lisboa, pero también a la costa de Guinea, donde se intercambiaba por esclavos.

Commerce and Politics; Volume 2: The Economics of Trade, editado por S. SOLOW, Emory University, Atlanta, USA. *An Expanding World: The European Impact on World History, 1450-1800*, 1996. En él se incluyen "The Portuguese tobacco trade and tobacco growers of Bahia in the late colonial period" de Catherine LUGAR y "The economic growth of the Chesapeake and the European market, 1697-1775" de Jacob M. PRICE.

⁷¹ N. FERNÁNDEZ DE PINEDO, *Comercio exterior y fiscalidad: Cuba (1794-1860)*, Bilbao, Universidad del País Vasco, 2002.

Los franceses, por su parte, estancaron el tabaco en la metrópoli (1674), pero dependieron para su abastecimiento, sobre todo después de 1689, del tabaco de Virginia, del holandés, del habano, del brasileño y del cultivado en su propio territorio⁷², con algún añadido, del que todavía producían en Las Antillas. En definitiva, tuvieron un modelo monopolístico en el interior y comercio libre en el exterior. De todas formas una de las características fundamentales del monopolio francés, según ha estudiado Price, fue su íntima conexión con el mercado británico durante el siglo XVIII, del que fueron el principal demandante.

En conclusión el tamaño del mercado español condicionó la política tabaquera portuguesa y el mercado francés por su parte unió su suerte a la de los comerciantes británicos, como anteriormente lo había hecho con Holanda.

2.4. El mercado del monopolio español y los tabacos extranjeros

La dinámica tabaquera imperial española tuvo durante todo su desarrollo que hacer frente a un poder de negociación por parte de los proveedores externos muy fuerte, tanto si se realizaba por la vía legal o por la del contrabando. El asunto se resolvió, en el ámbito legal, pactando el abastecimiento mediante asientos, tanto de tabaco del Brasil⁷³, como de Virginia, que nosotros sepamos todavía, este último, sin apenas literatura⁷⁴. En el ámbito fraudulento la única respuesta fue la persecución o la tolerancia del contrabando. La amenaza de productos sustitutivos al tabaco colonial español fue real y el rollo brasileño tuvo mucho margen. Aunque se ensayó repetidamente la búsqueda de una alternativa, y hay abundantes testimonios de ello entre los papeles de la Renta de La Habana y de la Fábrica de Sevilla,

⁷² En *Historia del tabaco. Modo de cultivarlo en América y Europa...* podemos leer que a comienzos del XIX, que “los partidarios del cultivo en Francia dicen, que se aprovecharían muchos terrenos incultos; que esta planta no es de una vegetación difícil, que ningún pueblo tiene como el francés el talento de su manipulación; que el precio de la planta y el gasto de cultivo y de fábrica esparcirían un dinero bien útil en las diversas clases de cultivadores artesanos; que no llevaríamos entonces cada año al extranjero de doce a quince millones que son perdidos para nosotros, porque entonces no compraríamos nuestros tabacos directamente de Inglaterra, o de la Holanda, ni los sacaríamos de la América, quien se sirve de nuestros fondos para pagar a los ingleses; que en fin la Francia concentraría en sí una droga preciosa por su venta y podría ella prontamente hacer comercio con las otras naciones”, pp. 16-17.

⁷³ Cf. Los diversos trabajos de TORRES SÁNCHEZ.

⁷⁴ No contamos con una obra de referencia del estilo de Price para el estudio del comercio del tabaco de Virginia con el Monopolio español. T. M. DEVINE, *The tobacco Lords. A Study of the tobacco merchants Glasgow and their trading activities 1740-1790*, Edimburgo, Edimburgh University Press, 1975 y 1990. Igualmente, B. ANDREW, “All trade is not created equal. Los efectos dinámicos del comercio de tabaco entre Glasgow y Chesapeake en el siglo XVIII”, en ALONSO, GÁLVEZ y LUXÁN (eds.), *Tabaco e Historia Económica. Estudios sobre fiscalidad, consumo y empresa (siglos XVII y XX)*, Fundación Altadis, Madrid 2006, pp. 271-302. Sobre el comercio con España M. N. GARCÍA FERNÁNDEZ, *Comerciendo con el enemigo: el tráfico mercantil anglo español en el siglo XVIII 1700-1765*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2006.

la respuesta nunca fue satisfactoria. A nuestro entender, todavía no contamos con una argumentación del todo convincente al interrogante de por qué, de un lado, el falso Brasil, o, de otro, la propia hoja cubana – considerada de gran calidad – no fueron capaces de desplazar al tabaco de Bahía en el mercado español. Hemos apuntado en páginas anteriores que, además de una cuestión derivada del gusto de los consumidores formados tempranamente en este tipo de tabaco, es un problema de economía de escala. Con relación al tabaco de Virginia se convirtió en un insumo básico para la elaboración de cigarros (Sevilla y Cádiz) y otros productos, que no parece que se pretendiese sustituir. Por otro lado, el contrabando se extendió a la propia producción colonial española, cuyo comercio ilícito fue muy difícil de controlar.

El estanco español por las trabas institucionales, que se traducían en una situación de precios relativamente altos, no habría sido capaz, o ni siquiera lo intentó, de competir con los tráficó fraudulentos de otros países, o como acabamos de señalar desde las propias colonias. En el otro extremo del eje comercial, en las colonias productoras (Cuba principalmente), el poder de negociación de los compradores externos también fue muy fuerte, vía liderazgo de precios. Es decir los productores cubanos preferían ofrecer su mercancía a compradores británicos, franceses u holandeses o a contrabandistas españoles. Por otro lado, el mercantilismo británico, por ejemplo, habría impedido (altas tarifas de entrada) que el tabaco colonial español o portugués fuese competitivo en los mercados ingleses.

Aunque la política colonial española en los años sesenta y setenta del siglo XVIII, se dirigió a la ampliación del tráfico mercantil, mediante la apertura de mayores circuitos comerciales, fundamentalmente en el propio mercado colonial, el estanco del tabaco en el sentido de una liberalización no fue negociable⁷⁵. Esta circunstancia discutida en Cuba en la negociación del Libre comercio a cambio de reformas fiscales, se aplicaría al resto de imperio colonial con la creación de los estancos. Una medida de gran interés que acompañó a esta nueva estructura fiscal fue, sin duda, el establecimiento de las Intendencias⁷⁶. En definitiva, ante la situación de tener que captar más

⁷⁵ Al respecto A. KUETHE, *Cuba 1753-1815*. The University of Tennessee Press, 1986; J. M. FRADERA, "De la periferia al centro (Cuba, Puerto Rico y Filipinas en la crisis del Imperio español)", *Anuario de Estudios Americanos*, 61, I, 2004, pp.161-199; LUXÁN y GÁRATE, *El proceso de instauración de la segunda factoría en Cuba (1760-1766)*... J. B. AMORES CARREDANO y J. M. SERRANO ALVAREZ, "El conde de Ricla y las reformas fiscales en Cuba (1763-1765): ¿negociación o imposición?", en F. NAVARRO ANTOLÍN (coord.), *Orbis incognitus : avisos y legajos del Nuevo Mundo: homenaje al profesor Luis Navarro García*, 2007, Vol. 1, pp. 385-404.

⁷⁶ El sistema de intendencias, iniciado en Cuba y Luisiana (1765) funcionó desde el punto de vista hacendístico, no tanto desde el concepto de que se pretendía crear un sistema administrativo nuevo. Sus reglamentos se promulgaron entre 1782-1786, en la última etapa de José Gálvez, que fue el promotor del plan, al frente de la Secretaría de Indias. Donde más coherencia tuvo fue en el Perú (7 intendencias). Y otro tanto puede decirse de Chile (3 intendencias). En México (12 intendencias) fue confusa su aplicación a partir de 1786. No se logró la integración en Centroamérica, al no crearse una única intendencia sino cinco. En el Virreinato del Río de La Plata se crearon en 1782 (8 intendencias). La bibliografía de referencia sobre esta insti-

recursos fiscales para poder acometer la defensa global del Imperio, no se encontró otra estrategia que la de la administración directa de las rentas. En este contexto es como hay que entender el ensanchamiento del monopolio, estableciendo nuevos estancos en el territorio colonial. La única política posible entonces era más monopolio.

Finalmente debemos añadir que en la definición de la dinámica imperial tabaquera, hay que tener muy presentes los cambios de la política colonial que hemos tratado de sintetizar en el epígrafe anterior.

2.5. ¿Existió el proyecto de creación de un estanco imperial español?

La primera hipótesis que podemos manejar, es que, al menos en cuatro momentos (1647, 1684, 1717 y 1747) la Corona pudo contemplar la posibilidad de creación de un estanco imperial centralizado. Entra dentro de lo posible que se barajaran dos formulaciones básicas. De un lado, un estanco americano separado del monopolio castellano o español. De otro, un estanco centralizado en Sevilla, que respondería, como señalamos más adelante, a la lógica de la división del trabajo entre las colonias y la metrópoli.

La segunda hipótesis que la historiografía ha enunciado, es la existencia de un monopolio de hecho, en términos de “gran empresa estatal transatlántica”⁷⁷, o de un sistema de monopolios americanos, interpretación que parece más ajustada a la realidad, autónomos administrativamente y con respecto al resto de la hacienda colonial, pero que “respondían a objetivos comunes a nivel imperial y tejían una red de apoyos e interdependencias”⁷⁸.

Podemos plantear una tercera opción, que es la diferenciación entre estancos autónomos, o subordinados, con relación a la Renta del tabaco española. En este caso, más que de un engranaje Nueva España-La Habana-

tución en L. NAVARRO GARCÍA, *Las reformas borbónicas en América. El plan de Intendencias y su aplicación*. Sevilla, Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1995; del mismo autor, *La política americana de Gálvez según su “Discurso y reflexiones de un vasallo”*, Málaga, 1998; igualmente, H. PIETSCHMAN, *Las reformas borbónicas y el sistema de intendencias en Nueva España. Un estudio político administrativo*, México, FCE, 1996; un resumen de la problemática en R. SERRERA, “La definición de regiones y las nuevas divisiones políticas”, en *Historia General de América Latina*, vol. IV, Unesco, 2000, pp. 231-249.

⁷⁷ C. MARICHAL, “Una empresa transatlántica del siglo XVIII: el monopolio del tabaco en Nueva España, Cuba y España”, en ALONSO, GÁLVEZ y LUXÁN (eds.), *Tabaco e Historia Económica. Estudios sobre fiscalidad, consumo y empresa (siglos XVII y XX)*, Fundación Altadis, Madrid 2006, pp. 413-433. Este autor escribe que el monopolio colonial puede ser estudiado, en tanto que administrado por el Estado español (2ª mitad del XVIII) como sujeto de análisis empresarial (legislación, planeamiento y estructura administrativa). Entendido como monopolio fiscal, el objetivo predominante es el recaudatorio. Pero aún hay que añadir la contemplación de sus actividades productivas y comerciales.

⁷⁸ L. NÁTER, “Engranajes del Imperio: el caso de los monopolios de tabaco en el siglo XVIII”, en ALONSO, GÁLVEZ y LUXÁN (eds.), *Tabaco e Historia Económica. Estudios sobre fiscalidad, consumo y empresa (siglos XVII y XX)*, Fundación Altadis, Madrid, 2006, pp. 205-229. La cita es de la p. 209.

Sevilla, que es el que sugiere Náter, es más realista plantear la existencia de una subordinación, como productora de insumos, de Cuba al monopolio español. Esto no es óbice para señalar que otras regiones productoras suministraran a los establecimientos peninsulares ocasionalmente tabaco (según las épocas, Santo Domingo, Caracas, Paraguay e, incluso, Luisiana). Que hubo una articulación mercantil entre Cuba y el resto del mercado americano, también es indudable. Principalmente, en la segunda mitad del XVIII, Cuba abasteció en orden de importancia a Cartagena de Indias, Lima, Panamá, y Nueva España. Ahora bien no sería el estanco del tabaco de Nueva España el que aportaría la financiación a Cuba, Luisiana o Santo Domingo, sino sencillamente la administración virreinal. Además, la participación de la renta de azogues sugiere un funcionamiento más complejo, en el que se verían involucradas las aportaciones de mercurio desde la metrópoli.

Para cerrar esta digresión, debemos añadir que la tendencia que se vislumbra, una vez que el estanco está consolidado, no es la formación de unidades mayores coordinadas, sino la formación de nuevos estancos, que responden mucho más a la lógica de la organización territorial americana. El Estanco del Perú, por ejemplo, creado entre 1752-1759 – fecha esta última en que recibió sus Ordenanzas – abarcaba un espacio territorial mucho mayor que el del virreinato, que incluía Chile, Buenos Aires y Paraguay, que más tarde se desgajarían en estancos autónomos. Luego parece que el vector dominante es la descentralización. Lo mismo ocurrirá en el área centroamericana.

Finalmente, debemos formular una cuarta hipótesis en detrimento de la realidad de una renta americana centralizada, y es la inexistencia de una Tesorería general de la Renta del Tabaco, ni en América, ni en la metrópoli, que gestionase los resultados obtenidos por los distintos monopolios. A efectos administrativos los estancos americanos fueron independientes del estanco peninsular y autónomos entre ellos, aunque se creasen de acuerdo a las mismas reglas y sobre la experiencia emprendida en España desde la Universal Administración de 1731 (Cf. En nota el texto de la creación del de Venezuela en 1777).

Céspedes del Castillo en su clásico estudio sobre el monopolio de Perú⁷⁹, hace referencia a una propuesta temprana (1647) de creación de un monopolio de tabaco en Sudamérica. Dicho monopolio no prosperó, sin embargo, al no llegarse a un acuerdo económico entre la corona y el futuro arrendador. El segundo momento del que se tiene noticia de la creación de un posible monopolio, que podríamos calificar de imperial, coincidiría con el paso del arrendamiento a la administración directa en 1684. En este caso – señalado por el propio Céspedes, Rodríguez Gordillo y, últimamente, Náter⁸⁰ – se

⁷⁹ G. CÉSPEDES DEL CASTILLO, "La Renta del tabaco en el virreinato del Perú", *Revista Histórica*, 21, 1954, pp. 138-163.

⁸⁰ CÉSPEDES DEL CASTILLO, *La Renta del tabaco...* cit. p. 138. J. M. RODRÍGUEZ GORDILLO, "Sobre la industria sevillana del tabaco a fines del siglo XVIII", en *La difusión del tabaco en*

trataba, en la más pura lógica del Pacto Colonial, de abastecer de tabaco polvo desde Sevilla a toda América en régimen de exclusividad⁸¹. También se regulaba el abastecimiento de la materia prima, una de las claves del funcionamiento del monopolio. La hoja se mandaría desde La Habana, Trinidad de la Guayana, Puerto Rico y Santo Domingo, aunque se reconocía la adquisición de hoja del Brasil. El monarca -escribe Céspedes- lo aprobó, pero la *Instrucción* de 1684, en que se desarrollaba, no se llevó a la práctica. Son las circunstancias, como ha señalado Rodríguez Gordillo, en que la administración trató de solucionar los problemas derivados del aumento del contrabando⁸² y de la pérdida de calidad del producto bajo la gestión de los arrendadores, asumiendo el control directo.

Un tercer momento en el que se vislumbra una coordinación en el espacio americano tiene que ver con la creación de la primera Factoría en Cuba (Instrucción Real de 11-IV-1717). De la Habana dependerían en el exterior una serie de factores radicados en Santa Cruz de Tenerife, México, Campeche, Cartagena de Indias, Portobelo y Lima⁸³. De esta forma se articulaba un engranaje comercial de distribución del producto habanero, que se convertía en el escogido, frente a otra alternativa posible de producción del Imperio, en el sentido en que lo ha enunciado Náter. Las ventas de tabaco novohispano, en otro sentido, a otros espacios americanos no fueron nunca relevantes. En la *Instrucción* de 1726⁸⁴, Cuba es definida como “nuestra principal colonia tabaquera” y su tabaco no debe ser vendido a los extranjeros se señala (principio de exclusividad), a no ser que estén capitulados en el Asiento de Negros. Con la creación de la Factoría sabemos que se trataba de evitar la dependencia del Brasil, postura que se reafirma también en 1726.

Cuando en la década de los cuarenta del siglo XVIII un terremoto asoló Lima, volvió a ponerse sobre el tapete la posibilidad de crear un estanco general, o por lo menos el Marqués de la Ensenada tuvo en sus manos un *Informe* de los directores generales de la Renta del Tabaco (Madrid 1-VIII-1747), que analizaba el antecedente de 1684. ¿Pudo tratarse un proyecto que tendría carácter general para todo el continente americano, o se limitó a sugerir la creación del estanco en el virreinato del Perú?

España. Diez estudios, Sevilla, Universidad de Sevilla-Fundación Altadis, 2002 (reedición del publicado en 1977), pp. 59-77. L. NÁTER, *Engranajes del Imperio...*

⁸¹ “Que el tabaco en polvo se haya de poder comerciar para Indias con calidad que lo hayan de llevar del Estanco Real de Sevilla...” (art. 6 de la *Instrucción* de 6-V-1684). RODRÍGUEZ GORDILLO, *La creación...* cit., p. 66.

⁸² Cf. Igualmente J. A. SÁNCHEZ BELÉN, *La política fiscal en Castilla durante el reinado de Carlos II*, Madrid, Siglo XXI, 1996.

⁸³ J. RIVERO MUÑIZ, *Tabaco: su historia en Cuba*, La Habana, Instituto de Historia, 1964, p. 92.

⁸⁴ J. M. RODRÍGUEZ GORDILLO, “El pensamiento de los economistas españoles y la Renta del Tabaco en la primera mitad del siglo XVIII”, en A. GONZÁLEZ ENCISO (ed.), *Política económica y gestión de la Renta del Tabaco en el siglo XVIII*, Madrid, Fundación Altadis, 2008, pp. 29-120. En este trabajo se analiza la Instrucción de 1726 y sus repercusiones desde el punto de vista colonial.

3. LA DEFENSA GLOBAL DEL IMPERIO Y LA CREACIÓN DE LOS MONOPOLIOS FISCALES DEL TABACO AMERICANOS EN LA SEGUNDA MITAD DEL SIGLO XVIII

La historiografía tiene el convencimiento de que fue de gran trascendencia la experiencia monopolista fiscal española previa para la creación de los monopolios americanos. El desenvolvimiento institucional del estanco respondería, de un lado, a la estructura organizativa consolidada en las Ordenanzas de 1740⁸⁵. Y a la defensa general del Imperio, de otro: “habiéndose aumentado considerablemente las obligaciones de la Corona – leemos en la Real Cédula de creación del Estanco de Venezuela en 1777 – en mis Dominios de América con los excesivos gastos de nuestras fortalezas, numerosas guarniciones, repetidos transportes de tropa, envíos de pertrechos y otros preparativos de guerra y en algunos casos costosas expediciones que han apurado los fondos del Erario, me ponen de consiguiente en la indispensable necesidad de procurar el aumento de mis Rentas Reales por los medios justos de mejorar su administración y establecer aquellos ramos que perteneciendo a mi Suprema Regalía, son menos gravosos a mis amados vasallos”.

Nos faltan estudios comparativos, tanto de los estancos americanos entre sí, como del estanco metropolitano y los coloniales. Como ha señalado Vizcarra, posiblemente por el diferente conocimiento que tenemos de cada uno de estos monopolios territoriales⁸⁶.

La investigación comparada de los estancos americanos debe ayudarnos a reforzar, matizar o, incluso, corregir, alguna de las principales conclusiones que, según González Enciso, se desprenden del estudio que el Grupo de Estudios del Tabaco (GRETA) ha realizado sobre el monopolio español en esta última década. El citado autor destaca que los gestores de la renta, solamente no se equivocaron en la estrategia fundamental de obtener recursos fiscales. Como agentes mercantilistas fracasaron, sin embargo, rotundamente. No pudieron aumentar la producción, no consiguieron incrementar las ventas oficiales y tampoco pudieron prescindir del tabaco brasileño y

⁸⁵ RODRÍGUEZ GORDILLO, *La creación del estanco del tabaco en España...* cit., p. 44. En la Real Cédula (24-VI-1777). En ARCILA FARIAS, *Historia de un monopolio...* cit. p. 308, respecto a la creación del estanco de Venezuela podemos leer: “Y como el Estanco del Tabaco además de estas eminentes prerrogativas las especiales circunstancias de recaer sobre un género que es de voluntario consumo y mero gusto, y de hallarse establecido en todas las potencias de Europa y **mis principales Dominios de América donde se ha ido formalizando a imitación de lo que se observa en España**: he resuelto en uso y ejercicio del derecho de mi Soberana Regalía que en las Provincias de Venezuela, Maracaibo, Cumaná y Guayana e Islas de Margarita y Trinidad, se establezca desde luego el mencionado Estanco del Tabaco **en la misma conformidad** que se ha verificado en los Reinos del Perú, Santa Fe, Nueva España y Guatemala, y que se considere como uno de los principales Ramos de mi Real Hacienda en los mismos términos que lo es en la Península y en aquellos Dominios de América” (el realce en negrita es nuestro).

⁸⁶ C. VIZCARRA, “El monopolio del tabaco en Hispanoamérica colonial”, en ALONSO, GÁLVEZ y LUXÁN (eds.), 2006, pp. 231-244.

virginiano⁸⁷. Es decir, debemos terminar de esclarecer si en América se reproducen las mismas fortalezas y debilidades que en el estanco matriz. ¿El mercado legal del tabaco americano se estancó (dejó de crecer) en el siglo XVIII como ocurrió en España? ¿Los resultados fiscales, por el contrario, se incrementaron también, teniendo esta renta un papel determinante en los ingresos, en cada uno de los territorios coloniales en que se implantó? ¿En el conjunto de los ingresos coloniales el tabaco constituyó, una vez constituido el monopolio, la principal “masa remisible” a la Hacienda metropolitana? ¿Su peso fue mayor que el de la Renta metropolitana? Los trabajos de TePaske y Klein, Coastworth, los Stein o Marichal⁸⁸, de un lado y los de Céspedes⁸⁹, Deans-Smith⁹⁰ Arcila, o Vizcarra, de otro, por ejemplo, concuerdan con los resultados fiscales positivos, pero, a su vez, parecen apuntar una trayectoria diferente a la del Estanco metropolitano, al indicar el impulso que se dio, tanto al cultivo, como de modo muy significativo a la industria tabaquera. No cabe duda, también, que en el conjunto de los ingresos obtenidos por el tabaco a fines del XVIII, los monopolios coloniales superaban al estanco peninsular (gráfico 1)

Finalmente nos interesa además de estudiar el desenvolvimiento institucional del Estanco, conocer a los hombres que están detrás del sistema y su red de relaciones sociales y políticas. En este sentido la historia comparada entre el monopolio metropolitano y el colonial puede arrojar mucha luz sobre el papel del tabaco en la dinámica imperial española⁹¹.

⁸⁷ A. GONZÁLEZ ENCISO, “A modo de introducción. El monopolio fiscal del tabaco como rasgo típico del mercantilismo estatal”, en GONZÁLEZ ENCISO (ed.), *Política económica y gestión de la renta del tabaco en el siglo XVIII*, Madrid, Fundación Altadis, 2008, p. 21.

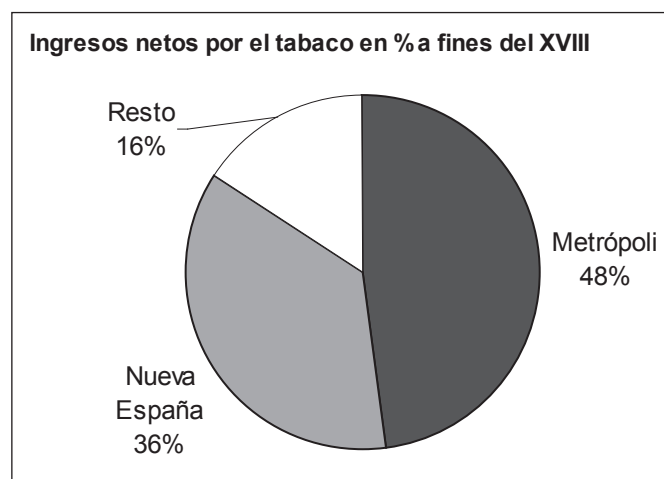
⁸⁸ J. TEPASKE y H. S. KLEIN, *The Royal Treasures of the Spanish Empire in America*, Duke University Press, 1982-1990; H. S. KLEIN, *The American Finances of the Spanish Empire. Royal income and Expenditures in Colonial México, Peru and Bolivia, 1680-1809*, Albuquerque, University of New Mexico Press, 1998; J. H. COATSWORTH, “Límites del absolutismo colonial”, en *Los orígenes del atraso. Nueve ensayos de historia económica de México en los siglos XVIII y XIX*, México, DF, Alianza Editorial Mexicana, 1990. S. J. STEIN y B. H. STEIN, *El apogeo del Imperio. España y Nueva España en la era de Carlos III 1759-1788*, Barcelona, Crítica, 2004; MARICHAL, *Una empresa transatlántica del siglo XVIII...* cit. pp. 426-427. El monopolio de tabacos fue el instrumento para extraer recursos del Virreinato. De 1,5 millones de pesos de ingresos brutos en 1765 se pasó a más de 8 millones en 1800. Fundamentalmente por el aumento de tasas durante las guerras. Por ejemplo, durante la Guerra de independencia de EEUU (1778: incremento del 30%; 1779: incremento del 25%). Después de la guerra los ingresos netos se situaron en 3,5 millones, estancándose los ingresos (según Deans-Smith por el incremento de los gastos, principalmente el papel importado, especialmente a partir de 1790). Pese al crecimiento de los gastos, las ventas se mantuvieron (aumento de población y de la economía). El incremento de los ingresos fue muy importante en el primer período del estanco. La empresa enviaba a la Corona entre 3 ó 4 millones anuales (Gráfico 15.4. de la p. 427). El éxito de la empresa del tabaco dependió del aumento de población.

⁸⁹ CÉSPEDES DEL CASTILLO, *El tabaco en Nueva España...*

⁹⁰ S. DEANS-SMITH, S., *Bureacrats, Planters, and Workers. The Making of the tobacco Monopoly in Bourbon México*, Austin, University of Texas Press 1992.

⁹¹ Refiriéndose al marco general de la historia atlántica española fue señalado por ELLIOTT, *En búsqueda de la historia atlántica...* cit., p. 46.

GRÁFICO 1



Fuente: CÉSPEDES (1992: 15).

Como resultado de la Guerra de la Oreja de Jenkins, el Imperio español inicia una política de reforma de la Hacienda colonial que posibilite una defensa integral del Imperio. La entrada desafortunada (Lynch) en la Guerra de los Siete Años, no hará más que confirmar esa necesidad. “Las exigencias del programa de defensa y reorganización militar, – escribe Fradera – fueron tan cuantiosas que comprometieron gravemente los tradicionales objetivos de estabilidad y pacto con los súbditos americanos del monarca”⁹². Kuethe ha planteado que el Conde de Ricla formalizó, en el caso de Cuba, un nuevo pacto colonial.

La creación de los monopolios americanos puede ser considerada, en definitiva, como parte básica de esa estrategia de defensa global. Antes de la Paz de París de 1763, se crea el estanco en el Perú, que tarda en consolidarse, puesto que, aunque su establecimiento es ordenado por la Corona en 1745, y su andadura se inicia en 1752, no alcanzará su culminación hasta que el Conde de Superunda promulgue sus Ordenanzas en 1759⁹³. Debemos volver a recordar que Perú abarcaba, además, La Capitanía General de Chile y el territorio de La Plata. Cobra mayor trascendencia la refundación de la Factoría de La Habana (1760), que es una vuelta a la administración directa y un intento de intensificar el monopolio, pero también de incrementar la

⁹² FRADERA, *De la periferia al centro...* cit., p. 166.

⁹³ Sobre esta renta el estudio clásico de CÉSPEDES DEL CASTILLO, *La Renta del tabaco en el virreinato del Perú*; el de J. R. FISHER, “El estanco del tabaco en el Perú borbónico”, en GONZÁLEZ ENCISO y TORRES SÁNCHEZ (eds.), *Tabaco y Economía en el siglo XVIII*, 1999, pp. 31-53; o el de C. VIZCARRA, *Markets and Hierarchies in Late Colonial Spanish America: The Royal Tobacco Monopoly in the Viceroyalty of Perú 1752-1813*. Tesis de doctorado, University of Illinois at Urbana-Champaign, 2001.

dimensión interamericana de La Habana, impidiendo la salida clandestina del tabaco. La toma de La Habana por los ingleses interrumpirá el proceso de instauración de la 2ª Factoría que culminará el Conde de Ricla (1763-1765)⁹⁴. Entre La Paz de París (1763) y la Guerra de Independencia de las Trece Colonias, teniendo a José Gálvez como protagonista e inductor principal de esta política, surgirán los estancos⁹⁵ de Santo Domingo (R.O. de 12-X-1763)⁹⁶, Nueva España (1764)⁹⁷, Capitanía de Guatemala y Virreinato de Nueva Granada (1766). Al borde la declaración de independencia de las Trece Colonias y durante el propio conflicto, culminará el desenvolvimiento institucional de los monopolios coloniales, con la creación del de Venezuela (1777)⁹⁸,

⁹⁴ LUXÁN y GÁRATE, "El proceso de instauración de la segunda factoría en Cuba (1760-1766)...

⁹⁵ R. ESCOBEDO, "La expansión geográfica de la Renta del Tabaco", en *Estudis*, 33 (Valencia), 2007, pp. 193-224.

⁹⁶ A. GUTIÉRREZ ESCUDERO, "Tabaco y algodón en Santo Domingo, 1731-1795", en SARABIA, JUSTINA y otros, *Entre Puebla de los Ángeles y Sevilla*, Sevilla 1987; del mismo autor, "El tabaco en Santo Domingo y su exportación a Sevilla (época colonial)", en E. VILA y A. KUETHE, *Relaciones de poder y comercio colonial*, Sevilla, 1999, pp. 117-142; del mismo autor, "Tabaco y desarrollo económico en Santo Domingo", en *Anuario de Estudios Americanos*, 58, 2001, pp. 713-736; A. LLUBERES NAVARRO, "Tabaco y catalanes en Santo Domingo durante el siglo XVIII", *EME*, vol. V, núm. 28, Santiago (Rep. Dominicana), 1997, pp. 13-26. Señala Gutiérrez Escudero que la toma de La Habana (1762) supuso una oportunidad para el tabaco dominicano, pero que siempre tuvo el sambenito de la mejor calidad del cubano. Aporta la existencia de informes de la Fábrica de Sevilla que lo califican a propósito para la elaboración de cigarros y como tal su aportación debería llenar la escasez del tabaco cubano como consecuencia de la guerra. En "Tabaco y algodón..." transcribe las Instrucciones de la Factoría [AGI, Santo Domingo, 1.055]. Un Informe de José Losada, de la Fábrica de Sevilla planteaba la posibilidad de utilizar tabaco de Santo Domingo y Puerto Rico, junto al de Cuba para la fabricación de cigarros, dejando para ocasiones excepcionales el de Barinas de Venezuela.

⁹⁷ D. L. MCWATERS, *The Royal Tobacco Monopoly in Bourbon Mexico 1764-1810*, University of Florida (Tesis Ph. D.), 1979; M. A. ROOS, *La producción cigarrera a finales de la Colonia. La Fábrica de México*. México, INAH, 1983; J. C. RIVERA y E. C. CASTRO, "El Real Estanco del Tabaco en Nueva España", en M. AMERLINCK y otros, *Historia y cultura del tabaco en México*, México, 1988, pp. 105-126. S. DEAN-SMITH, "The money plant: The Royal Tobacco Monopoly of New Spain 1765-1821", en N. JACOBSEN, y H. J. PULHE (eds.), *The economies of Mexico and Perú During de late Colonial Periode 1760-1810*, Berlín, Colloquium Verlag, 1986, pp. 361-387; de la misma autora, *Bureaucrats, Planters and Workers. The Making of the Tobacco Monopoly in Bourbon Mexico*, Austin, University of Texas Press 1992; e igualmente (1999): "El Estanco del Tabaco en el México Borbónico", en A. GONZÁLEZ ENCISO y R. TORRES (eds.), *Tabaco y economía en el siglo XVIII*, Pamplona, Eunsia, pp. 79-106. G. CÉSPEDES, *El tabaco en Nueva España*, Madrid, Real Academia de la Historia 1992. Últimamente, E. SÁNCHEZ SANTIRÓ (sf): "Una modernización conservadora: el reformismo borbónico y su impacto sobre la economía, la fiscalidad y las instituciones". Para este autor "el estanco de tabaco novohispano se configuró como el mayor "éxito fiscal" de la corona, en la medida en que llegó a remitir a la tesorería de Madrid un monto neto superior a los tres millones de pesos a partir de la década de 1780" (p. 77).

⁹⁸ E. ARCILA FARIAS, *Historia de un Monopolio. El Estanco del Tabaco en Venezuela (1779-1833)*, Caracas, 1977; del mismo autor, *El siglo ilustrado en América*. Caracas, 1955; W. W. PIERSON, "La Intendencia de Venezuela en el régimen colonial", en *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*, tomo XXIV, 95. 1941, pp. 259-275, Caracas; M. T. ZUBIRIMARIN, "Un producto americano y su repercusión en la economía venezolana del s. XVIII: el tabaco", *Boletín*

CUADRO 2

Cronología de creación de los estancos americanos

Cuba	1717
Perú (Ordenanzas de 1759)	1752-1759
Capitanía General de Chile y La Plata	1753
Refundación de la Factoría de La Habana	1760
Santo Domingo	1763
Nueva España	1764
Capitanía de Guatemala, y Virreinato de Nueva Granada (1739)	1766
Reorganización del Perú	1766
Venezuela	1777
Quito (Guayaquil) y Virreinato del Plata (1776)	1778
Costa Rica y Filipinas	1782
Luisiana	1783
Puerto Rico	1785
Chile	1786

Fuente: elaboración propia.

Quito⁹⁹ y el del Virreinato del Plata¹⁰⁰ (1778). Finalmente, durante la propia Guerra y en años inmediatamente posteriores, anotamos la adquisición de personalidad propia por parte de Costa Rica¹⁰¹, Filipinas (1782), Luisiana

Americanista, pp. 265-275. M. LUCENA SALMORAL, "Las dificultades de la agricultura comercializable caraqueña a fines del régimen español y la necesidad de una reforma" *revistas.ucm.es/ghi/02116111/articulos/QUCE8282220015A.PDF*.

⁹⁹ M. L. LAVIANA CUETOS, "El Estanco del Tabaco en Guayaquil", *Temas Americanistas*, 5, 1985, pp. 21-32; de la misma autora (1994): "La renta del tabaco en el Guayaquil colonial", en *Revista Ecuatoriana de Historia Económica* 9.

¹⁰⁰ J. C. ARIAS DIVITO, "Dificultades para establecer la Renta del Tabaco en Paraguay", en *Anuario de Estudios Americanos*, 33, 1976, pp. 1-17; del mismo autor, "Establecimiento de la Renta de Tabacos y Naipes en el Virreinato del Río de La Plata 1778-1781", en *Historiografía Rioplatense* 1, 1978, pp. 7-56; J. COONEY, "Fraude y burócratas: tabaco y Paraguay 1789-1790", en *Revista Paraguaya de Sociología*, 29:85, 1992, pp. 29-40; del mismo autor, "La Dirección General de la Real Renta de Tabacos and the decline of the royal tobacco monopoly in Paraguay", en *Colonial Latin American Historical Review*, 1:1, 1992, pp. 101-115. T. L. WHIGHAM, "Agricultura and the Upper Plata: the tobacco trade 1780-1865", en *Business History Review* 59 (4), 1985, pp. 563-596.

¹⁰¹ En el caso de Costa Rica en 1782 se crea la Factoría. El tabaco se había estancado para toda la Capitanía de Guatemala desde 1766. M. FALLAS BARRANTES, *La Factoría de Tabacos de San José de Costa Rica*, San José, Editorial de Costa Rica, 1972; V. ACUÑA ORTEGA, "Historia Económica del tabaco en Costa Rica, época colonial", en *Anuario de Estudios Sociales Centro Americanos*, San José Instituto de Investigaciones Sociales de la Universidad de Costa Rica, 4, 1978, pp. 278-392; J. RICO ALDAVE, *La Renta del Tabaco en Costa Rica (1766-1860)*, Universidad Pública de Navarra, Tesis doctoral, 2008.

(1783), Puerto Rico (1785)¹⁰² y, por último, Chile con carácter independiente (1786)¹⁰³, culminando este largo proceso, en el que José Gálvez fue el principal inductor.

REFLEXIONES FINALES

Queremos cerrar nuestro discurso con algunas llamadas de atención, más que conclusiones, sobre el tema que nos ocupa. Es necesario recalcar que la agenda de la historia comparada en el campo específico del tabaco todavía está por escribirse. En su apertura creemos que puede ser muy útil metodológicamente el paraguas del Sistema Atlántico del tabaco, que hemos propugnado desde las páginas iniciales.

Nos parece igualmente fructífera la idea de la influencia negativa que el marco imperial español (monopolio de la Carrera de Indias, barreras de entrada en la trata de negros), junto al establecimiento temprano de la Renta del tabaco en la metrópoli, pudo ejercer en el desenvolvimiento de la economía tabaquera española. De acuerdo con nuestra hipótesis de trabajo el Imperio español perdió la oportunidad de convertirse en el oferente principal del tabaco en el mercado mundial. Desde esa perspectiva puede ser de gran interés, por ejemplo, el análisis comparativo del funcionamiento de los diversos monopolios ¿Por qué en España se da el salto a la administración directa de la Renta (entre 1701-1730), mientras que en Portugal se abandona en las mismas fechas? Otro campo en el que debemos adentrarnos, que en esta entrega no hemos tenido en cuenta, es en el de los gestores y arrendadores de la Renta, en el de los hombres del tabaco y sus redes.

El Sistema Atlántico del tabaco en el siglo XVIII queda articulado en torno a dos ejes principales. De un lado, el mercado francés abastecido de tabaco de norteamericano desde Inglaterra. De otro, el mercado español, que se nutre de los tabacos de Virginia, Bahía y Cuba. En este eje es especialmente importante la conexión entre el Jardín de Lisboa y el monopolio español, bien sea por conductos directos (Fábrica de Sevilla, Alicante) o por la entrada más complicada, desde los puertos francos de Italia. Por tanto, hasta la Independencia de los Estados Unidos, los principales protagonistas son Gran Bretaña, Francia, Portugal y España. Junto a ellos Holanda y las repúblicas italianas tienen también una posición no desdeñable. Como hemos sugerido al principio es necesario volver a revisar las cifras que hasta

¹⁰² B. TORRES RAMÍREZ, "D. Jaime O'Daly: propulsor del cultivo del tabaco en Puerto Rico", *Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña*, núm. 15, San Juan de Puerto Rico, 1962, pp. 49-52.

¹⁰³ A. STAPFF, "La renta del tabaco en el Chile de la época virreinal. Un ejemplo de la política económica mercantilista", en *Anuario de Estudios Americanos* 18, pp. 1961, 1-63; S. VILLALOBOS y R. SAGRADO, *Los estancos en Chile*, Fiscalía Nacional Económica y Centro de Investigación Diego Barros, Santiago de Chile, 2004.

el momento nos han ofrecido los investigadores, no solo por el volumen de contrabando que siempre movilizó esta mercancía, sino por estar en condiciones de valorar la capacidad potencial de los principales productores del tabaco: Bahía, Virginia y Cuba.

A la vista del estudio efectuado, deberíamos concluir que no existió un auténtico proyecto de creación de un estanco imperial español. En América se forman nuevos monopolios, que responden a la lógica de la organización territorial americana. Tampoco se puede afirmar que hubo una sola Tesorería General del Tabaco que se ocupase tanto de los territorios americanos, como de la metrópoli. En definitiva, los estancos americanos fueron independientes entre sí y del estanco peninsular, aunque se creasen según su modelo. Los monopolios fiscales americanos surgen en la segunda mitad del XVIII como parte de la estrategia de defensa global del Imperio. La historiografía americanista concuerda, sin embargo, en que el esfuerzo fiscal derivado de la Renta del Tabaco superó en los últimos compases del siglo XVIII al estanco metropolitano. Desde ese punto de vista la lógica imperial es coherente y el estanco del tabaco aumenta su importancia en la segunda mitad del XVIII. Su liberalización no fue contemplada en ningún momento, como por ejemplo ocurrió con el azúcar.

AS ILHAS DO GOLFO DA GUINÉ, A RIVALIDADE COLONIAL EUROPEIA E O TRATADO LUSO-ESPANHOL DE 1778

por
ARLINDO MANUEL CALDEIRA *

As ilhas do golfo da Guiné distribuem-se ao longo de um eixo de cerca de 500 quilómetros que se desenvolve na direcção Nordeste/Sudoeste, no arco da baía do Biafra. As ilhas principais, no sentido indicado, são Fernando Pó (inicialmente ilha Formosa, actual *Bioko*, na Guiné Equatorial), Príncipe (primeiro chamada Santo António), São Tomé e, por fim, Ano Bom (acidentalmente designada *Pagalu*, hoje *Annobón*, também Guiné Equatorial). Com excepção de Fernando Pó, todas as outras ilhas eram despovoadas quando lá chegaram, pela primeira vez, os portugueses, chegada que ocorreu em data desconhecida, mas que, com a provável excepção de Ano Bom, cuja descoberta foi mais tardia, se deve situar na década de 1471-1480¹.

Embora seja quase certo terem sido feitas experiências de cultura de cana-de-açúcar em todas as ilhas, foi em São Tomé que se iniciou a colonização, a partir de 1485. A iniciativa fazia parte de um projecto mais vasto de exploração económica do golfo da Guiné, que tinha como pólo central a feitoria fortificada de São Jorge da Mina (no actual Gana), levantada em 1482, onde era possível comerciar ouro em quantidades bastante apreciáveis².

À ilha de São Tomé, e, mais tarde, também à do Príncipe, vai ser atribuído um importante papel no complexo comercial que Lisboa tenta organizar na região. Atendendo à localização da ilha, à abundância de água e de madeira e à fertilidade do solo, esperava-se criar em São Tomé uma próspera colónia de povoamento, em que, a curto ou médio prazo, a mão-de-obra importada de África seria substituída por população mestiça (por isso, os

* CHAM (Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores).

¹ Arlindo Manuel CALDEIRA, "A estratégia inicial da colonização portuguesa no golfo da Guiné", in *Actas do V Congresso de Estudos Africanos no Mundo Ibérico*, Covilhã, 2007 (CD-Rom).

² J. Bato'ora BALLONG-WEN-MEWUDA, *São Jorge da Mina: 1482-1637: la vie d'un comptoir portugais en Afrique Occidentale*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1993.

incentivos à miscigenação são uma constante desde o início). A ilha devia passar a ser uma escala segura para os navios que da Mina regressavam à Europa e, eventualmente, também para os que rumavam à África Austral e à Índia. Além disso, pretendia-se que fosse a base de apoio às feitorias da costa de África, Mina incluída, quer em termos de defesa quer de abastecimento de géneros alimentares destinados às guarnições portuguesas e ao aprovisionamento dos navios negreiros. Complementarmente, pensava-se que o arquipélago podia e devia ser, pelo menos, auto-suficiente, através de uma agricultura de exportação baseada na produção e transformação da cana-de-açúcar, que, desde os primeiros testes, se mostrara muito prometedora.

Este ambicioso projecto só se realizou parcialmente. A principal dificuldade teve a ver com a fixação de europeus, que se confrontaram com um meio natural profundamente hostil. A vegetação crescia de forma exuberante mas o clima não permitia o desenvolvimento das plantas sacramentais da alimentação mediterrânica – o trigo, a vinha e a oliveira – o que era, então, para europeus meridionais, mais que uma má notícia, quase uma impossibilidade de sobrevivência. Pior ainda, as doenças tropicais, em particular a malária, dizimavam sem piedade os recém-chegados. Um piloto que visitou várias vezes São Tomé entre 1520 e 1538, estranhou não se verem praticamente homens brancos de barba branca³ e o núncio apostólico em Portugal, escrevendo para Roma, dizia, em 1535, que, de cem pessoas que iam para São Tomé, noventa morriam mal lá chegavam⁴. Fosse verdadeira ou falsa (e era, de facto, exagerada mas não falsa) era esta a versão que corria em Lisboa e, como se compreende, tal fama não facilitava em nada o povoamento do território, povoamento que irá ser feito sobretudo com degredados e, mesmo assim, de forma muito irregular.

Essa escassez de recursos humanos explica provavelmente o facto de as outras ilhas do golfo terem merecido pouca atenção por parte de Portugal. Em Fernando Pó, à parte alguns contactos esporádicos, parece não ter sido feito qualquer esforço de ocupação. Para isso deve ter contribuído, também, a demasiada proximidade da costa, bem como a circunstância de a ilha ser habitada por populações de que se dizia, com escasso fundamento, serem belicosas e cruéis⁵.

Nas restantes três ilhas, a colonização processou-se através da nomeação de capitães-donatários. Tratava-se de uma solução político-administrativa de ressonâncias senhoriais que já tinha sido utilizada nos outros arquipélagos

³ *Viagens de um piloto português do século XVI à costa de África e a São Tomé*, introd., trad. e notas de Arlindo Manuel CALDEIRA, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 119.

⁴ Charles-Martiel de WITTE, *La correspondance des premiers nonces permanents au Portugal 1532-1553*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1980-1986, vol. II, p. 156.

⁵ Ibrahim K. SUNDIATA, "A note on an abortive slave trade: Fernando Po, 1778-1781", *Bulletin de l'Institut Fondamental d'Afrique Noire, Série B: Sciences humaines*, vol. 35, n.º 4, Dakar, 1973, pp. 793-804.

atlânticos e voltará a ser experimentada no Brasil: o monarca cedia a particulares, com carácter hereditário, privilégios, lucros económico-financeiros e atribuições de soberania sobre extensos domínios, em troca do povoamento do território⁶.

A evolução, quer política quer económica, seria diferente em cada uma das ilhas.

Ano Bom, periférica, pequena em território e limitada em terras férteis, mereceu pouca atenção e quase nenhum investimento por parte dos seus capitães-donatários, que, no entanto, introduziram aí, em meados do século XVI, mão-de-obra escrava levada de São Tomé.

A ilha do Príncipe foi cedida como capitania a António Carneiro, um influente membro da burocracia de corte em Lisboa. Tanto ele como os seus sucessores vão ser sobretudo atraídos pelo comércio de escravos, vocação que se manteve na ilha durante séculos, ainda que também não tenha sido excluída, durante o século XVI, a produção de açúcar⁷.

Finalmente, a ilha de São Tomé vai ser a que merece maior interesse. Logo em 1522, foi integrada nos bens da coroa⁸, numa altura em que já estava instalada uma economia de plantação baseada na exploração do trabalho escravo e centrada essencialmente no cultivo da cana-de-açúcar e na sua transformação industrial. Embora a maioria das plantações fossem particulares, o próprio monarca não desdenhava investir directamente num negócio em franca expansão⁹, estimulado pelas condições atractivas do mercado internacional. Cerca de 1540, há já em São Tomé mais de 60 engenhos em laboração e a produção total anual orçava as 2.200 toneladas¹⁰, sendo nessa altura, seguramente, o maior produtor mundial¹¹.

Por outro lado, a ilha de São Tomé tornara-se, desde o fim do século XV, uma plataforma na distribuição de escravos com destino a Lisboa, a São Jorge da Mina (de que tem o abastecimento exclusivo a partir de 1519) e, depois de 1520, à América espanhola. Esses escravos provêm essencialmente, numa primeira fase, do delta do Níger, em particular do reino do Benim,

⁶ António Vasconcelos de SALDANHA, *As capitanias e o regime senhorial na expansão ultramarina portuguesa*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991.

⁷ Isabel e Bernardo de SÁ-NOGUEIRA, "A ilha do Príncipe no 1.º quartel do século XVI: administração e comércio", in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época: Actas*, Porto, Universidade /CNCDP, vol. III, pp. 81-103.

⁸ *As gavetas da Torre do Tombo*, introd. A. da Silva REGO, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1977, vol. 3.º, Gav. XIII-XIV, p. 12.

⁹ Ver, por exemplo, Relatório de João Lobato, 13 de Abril de 1529, in *Monumenta Missionaria Africana*, 1.ª série, vol. I, Lisboa, 1952, pp. 510-518.

¹⁰ Virgínia RAU, "O açúcar de São Tomé no segundo quartel do século XVI", in *Elementos de história da ilha de S. Tomé*, Lisboa, Centro de Estudos da Marinha, 1971, pp. 7-44; *Viagens de um piloto...* cit., p. 107.

¹¹ J. H. GALLOWAY, *The Sugar Cane Industry: An Historical Geography from Its Origins to 1914*, Cambridge [UK], Cambridge University Press, 1989, p. 51.

mas, à medida que a procura se intensifica, os navios são-tomenses passam a demandar o reino do Kongo e, em seguida, a baía de Luanda¹².

Se tivermos ainda em conta que, na primeira metade do século XVI, os portugueses conseguiam comprar, na feitoria-fortaleza de S. Jorge da Mina e nas suas dependências, duzentas a trezentos quilogramas de ouro por ano, e às vezes mais¹³, podemos dizer que o aproveitamento económico do golfo da Guiné, preparado pelo rei de Portugal D. João II, se revelava um sucesso.

Cedo começaram, no entanto, a levantar-se nuvens negras no horizonte. Uma das condições do êxito comercial tinha sido o exclusivo português na zona, que fora possível manter, com relativa eficácia, durante mais de meio século. Mas, desde meados do século XVI, eram cada vez mais os navios espanhóis, sobretudo provenientes das Canárias, atraídos pelo cheiro do ouro. E os franceses e ingleses (muitas vezes com a cumplicidade activa de pilotos portugueses) tornaram-se presença frequente na costa da Mina, onde, lá para o fim de Quinhentos, iriam chegar também as embarcações holandeses¹⁴. Ao mesmo tempo, no interior, as caravanas muçulmanas tinham recuperado parte da influência perdida na disputa com as caravelas, para usarmos a inspirada formulação de Vitorino Magalhães Godinho. No final do século XVI, as chegadas de ouro da Mina a Lisboa, ainda que não tivessem terminado, eram cada vez mais incertas¹⁵.

Mas não era só o comércio do ouro que estava ameaçado. Não tardaria que os comerciantes do Norte da Europa se interessassem também pelo tráfico de escravos e passassem a disputar mercados e a pilhar navios portugueses¹⁶. E as próprias ilhas deixaram de ser lugares seguros. A cidade de São Tomé foi violentamente atacada por franceses em 1567 e saqueada e incendiada por uma armada holandesa em 1599¹⁷. Um ano antes, os neer-

¹² António de Almeida MENDES, "Les réseaux de la traite ibérique dans l'Atlantique nord. Aux origines de la traite atlantique (1440-1640)", *Annales. Histoire, Sciences sociales*, n.º 4, 2008, pp. 739-768; Idem, "The Foundations of the System: A Reassessment of the Slave Trade to the Spanish Americas in the Sixteenth and Seventeenth Centuries", in D. ELTIS e D. RICHARDSON (dir.), *Extending the Frontiers: Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database*, Yale University Press, 2008, pp. 63-94.

¹³ Vitorino Magalhães GODINHO, *Os descobrimentos e a economia mundial*, 2.ª ed., Lisboa, Presença, 1981-1983, vol. I, pp. 172-173.

¹⁴ Paulina Rufo YSERN, "La expansión peninsular por la costa africana. El enfrentamiento entre Portugal y Castilla (1475-1480)", in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época: Actas*, Porto, Universidade/CNCDP, 1989, vol. III, pp. 59-79; Jean-Michel DEVEAU, *L'or et les esclaves: histoire des forts du Ghana du XVI^e au XVIII^e siècles*, Paris, Karthala, 2005; Idem, "Traite, esclavage et fortifications dans l'Ouest africain (XV^e-XVII^e siècle)", *EchoGéo*, n.º 1, Junho/Agosto, 2007 [WEB, 25 de Janeiro de 2011].

¹⁵ V. M. GODINHO, *Os descobrimentos...*, pp. 174-176.

¹⁶ John L. VOGT, *Portuguese Rule on the Gold Coast, 1469-1682*, Athens, The University of Georgia Press, 1979, pp. 93-126.

¹⁷ Klaas RATELBAND, *Os holandeses no Brasil e na costa africana: Angola, Kongo e São Tomé (1600-1650)*, Lisboa, Vega, 2003, p. 48.

landeses tinham tomado, temporariamente, a ilha do Príncipe e, sensivelmente pela mesma data, ocuparam, durante um mês, a ilha de Ano Bom¹⁸.

O golpe mais grave foi, porém, a conquista, em 1637, por parte da companhia holandesa das Índias Ocidentais, da fortaleza de São Jorge da Mina, centro nevrálgico do comércio aurífero¹⁹. A queda desse baluarte marcava, de forma real e simbólica, o fim do domínio português na costa da Mina e a afirmação do novo poder holandês.

Também não eram boas as notícias quanto à produção açucareira em São Tomé. Devido a questões climáticas, a ilha, como, aliás, a do Príncipe, nunca conseguiu resolver capazmente o problema da secagem e conservação dos “pães” de açúcar, o que prejudicava a qualidade final do produto e a sua capacidade competitiva nos mercados nacional e internacional²⁰. A somar-se a isso, uma parasitose muito severa atacou os canaviais, a partir de 1580, e a situação foi ainda agravada pelas acções de resistência dos escravos, traduzidas em constantes deserções, em ataques dos fugitivos às fazendas e até em insurreições gerais, de que a de maior impacte foi a chamada revolta de Amador, em 1595, que ameaçou directamente a própria cidade de São Tomé²¹.

Paralelamente ao declínio da produção açucareira em São Tomé (e no Príncipe), crescia a importância do Brasil, que conseguia colocar na Europa grandes quantidades de açúcar, de excelente qualidade, a preços muito competitivos²². O rápido crescimento da agricultura de plantação no Brasil exigia grandes efectivos de mão-de-obra escrava²³, que passaram, no entanto, a ser importados sobretudo de Angola, através de mecanismos de tráfico que se desenvolvem, a maior parte das vezes, directamente entre as duas margens do Atlântico Sul, tendo, por enquanto, a zona a norte do Equador um papel secundário nesse suprimento.

A soma destes factores fez com que, ao longo do século XVII, o golfo da Guiné fosse perdendo peso estratégico no conjunto dos interesses económicos ultramarinos de Portugal. E isso reflectiu-se na forma como, durante toda a centúria, foi encarada pela coroa portuguesa essa região, nomeadamente as suas ilhas.

¹⁸ *Recueil des voyages qui ont servi aux progrès de la Compagnie des Indes Orientales formée dans les Provinces-Unies des Pays-Bas*, Ruão, Pierre Caillous Libraire, 1725, tomo II, pp. 292-295.

¹⁹ J. L. VOGT, *Portuguese Rule...* cit., pp. 189-193.

²⁰ *Viagens de um piloto...* cit., p. 109.

²¹ Arlindo Manuel CALDEIRA, “Rebelião e outras formas de resistência à escravatura na ilha de São Tomé (sécs. XVI-XVIII)”, *Africana Studia*, n.º 7, Porto, 2004, pp. 101-136.

²² Frédéric MAURO, *Le Portugal et l'Atlantique au XVII^e siècle (1570-1670): étude économique*, Paris, S.E.V.P.E.N., 1960, pp. 190-194.

²³ Stuart B. SCHWARTZ, “A Commonwealth within Itself: The Early Brazilian Sugar Industry, 1550-1670”, in S. B. SCHWARTZ (ed.), *Tropical Babels: Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680*, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2004, pp. 158-200.

Em Ano Bom, os donatários tiveram uma intervenção mínima na ilha, não cumprindo nem as obrigações de defesa nem as de assistência religiosa que a doação implicava. Ainda tentaram passar a estrangeiros a exportação de algodão, a única produção local com escala para o mercado exterior, mas o Conselho Ultramarino não autorizou. Durante todo o século XVII, a presença de portugueses limitou-se a um ou, no máximo, a dois indivíduos e quando, entre 1660 e 1664, a ilha foi ocupada pelos holandeses, vai ser a população, sem qualquer apoio dos donatários ou do Estado português, que consegue a expulsão dos invasores através de uma resistência tenaz. No fim de Seiscentos, os habitantes de origem africana acabaram por assumir o total controlo da ilha, criando mecanismos próprios de governação e impedindo, por todos os meios, a fixação de estranhos²⁴.

Também na ilha do Príncipe, os sinais da presença do donatário quase não se fizeram sentir, nem mesmo para a nomeação dos funcionários principais. Face à fraca iniciativa dos donatários, o Estado ponderou, em 1607, a compra da ilha mas a iniciativa também não teve futuro²⁵. Simples placa para refrescamento de navios europeus em trânsito, aproveitando para isso a sua boa posição geográfica, a ilha teria uma situação apagada em todo o século XVII e em boa parte de Setecentos.

O panorama não era muito diferente em São Tomé. Os contactos directos regulares com Lisboa praticamente desapareceram, passando a fazer-se, por exemplo, a troca de correspondência, mesmo da correspondência oficial, através do Brasil ou até de navios estrangeiros de regresso à Europa. A última notícia que temos da chegada a Portugal de açúcar de São Tomé é de 1630. A partir de então, as escassas quantidades exportadas pela ilha são embarcadas, muitas vezes de forma ilegal, em navios de outros países²⁶. Quando, entre Outubro de 1641 e Janeiro de 1649, os holandeses dominaram a capital e controlaram boa parte da ilha, foi mínimo o esforço de Lisboa para conseguir a saída dos ocupantes, os quais, entretanto expulsos de Angola pela força, só aceitaram abandonar São Tomé, mediante o pagamento de um resgate totalmente financiado pelos habitantes²⁷. A economia da ilha, como já se disse a propósito do Príncipe, quase se reduzia ao abastecimento de navios estrangeiros, em função do qual se organizava a actividade produtiva. Aliás, reconhecendo a situação de facto, uma provisão de

²⁴ Sobre Ano Bom, ver Arlindo M. CALDEIRA, “Uma ilha quase desconhecida”, *Studia Africana – Revista Interuniversitária d’Estudis Africans*, n.º 17, Barcelona, Out. 2006, pp. 99-109; Idem, “Organizing Freedom. *De facto* Independence on the Island of Ano Bom (Annobón) during the Eighteenth and Nineteenth Centuries”, *Afro-Hispanic Review*, volume 28, Number 2, Nashville, 2009, pp. 293-310.

²⁵ Cristina Maria Seuanes SERAFIM, *As ilhas de São Tomé no século XVII*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2000, p. 110.

²⁶ Idem, *ibidem*, p. 212.

²⁷ K. RATELBAND, *Os holandeses no Brasil...* cit., pp. 347-348.

1673 autorizou os moradores de São Tomé e suas “anexas” a comerciarem livremente com todas as nações aliadas²⁸.

Poderíamos dizer, sem exagero, que, durante o século XVII e a primeira metade do século XVIII, as ilhas do golfo da Guiné estiveram entregues a si próprias.

A viragem do século XVIII

A economia atlântica conheceu, desde meados do século XVII, uma profunda viragem. Desafiando o domínio ibérico das Américas, ingleses, franceses e holandeses vão-se instalando nas ilhas desabitadas do arquipélago das Antilhas e na zona continental a norte do Amazonas (Guianas), onde introduzem uma produção intensiva de açúcar e de tabaco. Isso vai criar grandes necessidades de mão-de-obra que seriam satisfeitas maioritariamente com trabalhadores escravos, absorvendo a região caribenha, no século XVIII, mais de metade do total de africanos transportados para as Américas. Por sua vez, o Brasil, onde, à agricultura de plantação, se junta, na viragem do século XVII, a mineração do ouro e das pedras preciosas, receberia, por si só, cerca de um terço do total referido²⁹.

A esta intensa procura de mão-de-obra escrava e à disponibilidade económica para pagá-la, corresponderam os intermediários africanos alimentando o tráfico com um fluxo de escravos mais intenso e a preços cada vez mais elevados, numa espiral de crescimento que vai atravessar todo o século³⁰.

O oceano Atlântico conhece, assim, um volume de tráfego na ligação entre a África e as Américas sem paralelo em qualquer dos séculos anteriores. Entre as regiões do continente africano onde o crescimento das exportações de mão-de-obra atinge valores mais significativos, conta-se o golfo da Guiné.

De facto, calcula-se que essa região do litoral africano tenha fornecido, ao longo do século XVIII, cerca de 50% de todos os escravizados saídos do continente. Inicialmente, os europeus, atraídos ainda pelo cheiro do ouro, mostraram particular interesse pelo segmento noroeste do golfo (a chamada Costa da Mina ou Costa do Ouro, entre o cabo das Três Pontas e o rio Volta). Aí, portugueses, holandeses, ingleses, franceses, dinamarqueses (e até suecos

²⁸ Provisão do príncipe regente de 11 de Março de 1673 (Cristina M. S. SERAFIM, *As ilhas de São Tomé...* cit., pp. 216 e 253). A liberdade de comércio era instituída apenas por cinco anos mas, na prática, prolongou-se para lá desse limite. De qualquer forma, voltará a ser legalmente restabelecida por alvará de 18 de Outubro de 1721 (Carlos Agostinho das NEVES, *São Tomé e Príncipe na 2.ª metade do século XVIII*, Funchal/Lisboa, Secretaria Geral do Turismo/Instituto de História de Além-Mar, 1989, p. 91).

²⁹ John THORNTON, *África e os Africanos na formação do Mundo Atlântico*, Rio de Janeiro, Elsevier, 2004 [ed. original, 1992], p. 409.

³⁰ Idem, *ibidem*, p. 395.

e brandeburgueses) construíram mais de duas dezenas de fortalezas. Seria no entanto da baía do Benim (a que os portugueses tinham chamado Costa dos Escravos e chamavam, nesta altura, Costa de Leste), que saíram, no final do século XVII e primeiras décadas do século XVIII, os maiores efectivos de mão-de-obra cativa³¹. E essa capacidade de exportação vai-se progressivamente alargando à baía do Biafra, desde a barra do Níger até ao cabo de Lopo Gonçalves. Segundo cálculos, mesmo que falíveis, sobre as áreas de proveniência dos escravos embarcados para as Américas, na década de 1700-1709 teriam saído 138 590 “peças” da baía do Benim e 23 130 da baía do Biafra, enquanto que, na década de 1770-1779, os números eram, respectivamente, de 111.550 e 160.400³².

É neste contexto que as ilhas do golfo da Guiné ganham uma importância estratégica acrescida pois eram, ou podiam ser, pela localização geográfica, bases essenciais para o tráfico e portos de escala privilegiados para as embarcações em trânsito. De facto, os navios que partiam carregados para as Américas precisavam de se reabastecer de água, lenha e alimentos; de, num ou noutro caso, completar as cargas ou fazer reparações; e até, por vezes, de fazer descer em terra, por dias ou semanas, todos os embarcados, devido a motivos de doença ou de simples refresco.

Um funcionário português, escrevendo em 1771 da ilha do Príncipe, calculava em mais de mil os navios europeus que iam anualmente à “Costa de Leste”, entre os quais quatrocentos ingleses, outros tantos holandeses e trezentos franceses, embora estes últimos, conjunturalmente, tivessem descido para cem. E concluía: “É certo que nenhuma nação tem colónias tão próprias para fazer este negócio [o da compra de escravos] como são estas ilhas, e que muitos navios das outras nações não fariam úteis viagens a não entrarem nelas a tomar água, mantimentos e refrescar a escravatura”³³.

No tráfego que ligava, no século XVIII, a América ao golfo da Guiné, tinham ainda uma importância crescente os navios vindos do Brasil (sobretudo da Baía), que vinham comprar mão-de-obra em troca de tabaco e de aguardente de cana, além de praticarem muitas vezes um contrabando pouco discreto com os navios estrangeiros³⁴. O tráfico negreiro com esta região de

³¹ Alan RYDER, *Benin and the Europeans: 1485-1897*, Londres, Longmans, 1969, pp. 196-238.

³² Todos os quantitativos referidos neste parágrafo são colhidos em Herbert S. KLEIN, *O tráfico de escravos no Atlântico*, Ribeirão Preto, FUNPEC Editora, 2004 [ed. original, 1999], pp. 208-209, Tabela A.1., “Estimativas da distribuição regional das exportações de escravos da África para a América, 1662-1867”. Esses números são confirmados pela riquíssima, e indispensável, base de dados, cuja 2.ª versão já está em linha, *Voyages: The Trans-Atlantic Slave Trade Database* (WEB, 20 de Janeiro de 2011). O tratamento cartográfico desses dados, com uma qualidade insuperável, pode ser consultado em David ELTIS e David RICHARDSON, *Atlas of the Transatlantic Slave Trade*, New Haven e Londres, Yale University Press, 2010.

³³ Carta do ouvidor Caetano Castro de Mesquita para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, 15 de Fevereiro de 1771, in C. A. NEVES, S. *Tomé e Príncipe...* cit., p. 327.

³⁴ Pierre VERGER, *Flux et reflux de la traite des nègres entre le golfe de Benin et Bahia de Todos os Santos du XVII^e au XIX^e siècle*, Paris, Mouton, 1968, *passim*.

África, a par do que se continuava a fazer com a costa de Angola, era fundamental para alimentar as fazendas de açúcar e de tabaco mas, também, os sempre insaciáveis campos de mineração.

Como apoio ao tráfico português na “costa de Leste”, será levantada, entre 1721 e 1730, com financiamento dos comerciantes de escravos da Baía, uma feitoria fortificada em Ajudá (Ouidah, actual República do Benim), paredes-meias com as fortalezas inglesa e francesa³⁵.

O papel cada vez mais significativo do golfo da Guiné no tráfico atlântico de escravos explica que, partir de 1750 (já com alguns sinais nas décadas anteriores), se desse uma viragem na atitude da coroa portuguesa em relação às ilhas dessa zona. A mudança afirmou-se com a subida ao trono de D. José I (1750-1777) e a tomada de poder por Sebastião José de Carvalho e Melo (futuro marquês de Pombal), traduzindo-se numa maior intervenção na vida das ilhas do Príncipe e de São Tomé e numa tentativa de retomar a colonização das ilhas de Ano Bom e de Fernando Pó.

Além do interesse em aproveitar a potencialidade comercial das ilhas, resultante da sua localização, um outro factor pesou na reactivação do investimento “insular” da coroa portuguesa: o receio de que as grandes potências, sobretudo a França e a Inglaterra, cada vez mais interventivas e disputando a hegemonia na região, pudessem ocupar alguma das ilhas, condicionando a actividade económica de todas as outras e ameaçando, indirectamente, a sobrevivência económica do Brasil, caso viessem a controlar completamente o tráfico de trabalhadores escravos.

Há uma política colonial prosseguida pelo marquês de Pombal que não cabe aqui analisar nos seus aspectos gerais, embora se reflecta na vida das ilhas. Trata-se, ao fim e ao cabo, de uma lógica de intervenção do Estado que é mercantilista, ao nível económico, e que, em termos políticos, é centralizadora. Vejamos um exemplo, que tem a ver com o dia-a-dia político-administrativo. A elevada mortalidade dos europeus nos trópicos, as distâncias geográficas e a ineficácia da burocracia tinham obrigado a procurar uma solução provisória razoável para os períodos em que faltavam os governantes de nomeação régia. A solução encontrada tinha sido a de entregar interinamente o poder ao executivo camarário da capital da colónia, o único órgão político estável mas também o que estava mais próximo dos interesses das elites locais. Com o marquês de Pombal, os municípios coloniais vão perder esse privilégio sempre disputado e, na falta do governador, o poder passa a ser assumido colegialmente pelo bispo e pelo ouvidor (ou quem as suas vezes fizesse), juntamente com o militar mais graduado³⁶. Essa medida terá grande significado em São Tomé, onde a edilidade costumava exercer a governação durante larguíssimos períodos: no espaço entre 1600 e 1750, pelo menos

³⁵ Simone BERBAIN, *Le comptoir français de Juda-Ouidah au XVIII^e siècle: études sur la traite des noirs au golfe de Guinée*, Paris, Librairie Larose, 1942, pp. 51-53.

³⁶ Alvará de 12 de Dezembro de 1770, *Boletim do Conselho Ultramarino. Legislação Antiga*, vol. II (1755-1834), Lisboa, Imprensa Nacional, 1867, pp. 68-69.

23 vezes, num total de cerca de cinquenta anos, o arquipélago esteve sem governo nomeado³⁷.

No mesmo propósito de centralização do poder, a ilha do Príncipe foi incorporada, a 25 de Outubro de 1753, nos bens da coroa, mediante determinadas compensações que cobriam também a passagem para a posse régia das roças pertencentes ao donatário³⁸. Pela primeira vez, formalmente, as ilhas de São Tomé e do Príncipe passavam a constituir uma unidade administrativa, que englobava ainda, para efeitos de “governo e correição”, as suas “anexas”, as ilhas de Fernando Pó e Ano Bom.

Em 29 de Outubro de 1753, por sua vez, é decretada a transferência da capital do arquipélago para a vila de Santo António (elevada no mesmo ano ao estatuto de cidade) por alegadas, e mais que duvidosas, razões de salubridade³⁹. Os verdadeiros motivos têm provavelmente a ver com o ambiente social mais calmo da ilha do Príncipe, não só sem mocambos (quilombos) de escravos mas, sobretudo, com uma elite crioula mais submissa ao poder de Lisboa.

Simultaneamente, passa a haver uma maior atenção na nomeação de governadores, até aí, normalmente, elementos da pequena nobreza bastante ignorantes da realidade a que se dirigiam. Em 1770, foi indigitado Vicente Gomes Ferreira⁴⁰, que conhecia bem a situação das ilhas, onde residia há décadas. Além disso, foram-lhe entregues minuciosas “cartas instrutivas” para cada uma das ilhas sob a sua alçada, o que mostra, da parte da Secretaria de Estado, uma vontade, sem precedentes, de acompanhar a evolução desses territórios.

Esse período coincide também com a tentativa de introduzir no arquipélago produções agrícolas para exportação, de forma a reanimar as relações económicas com o exterior. Fizeram-se, assim, experiências de divulgação ou de reintrodução de culturas como a canela, a pimenta, o anil ou o algodão, distribuindo, sobretudo no primeiro caso, plantas pelos produtores. Estimulou-se também uma prática que vinha dos primórdios da colonização, fazendo dirigir para o arquipélago degredados a quem eram entregues terras de cultivo⁴¹.

³⁷ Arlindo M. CALDEIRA, “A terra que seus pais povoaram e defenderam... A questão do protonacionalismo em São Tomé e Príncipe nos séculos XVII e XVIII”, *Anais de História de Além-Mar*, vol. II, 2001, pp. 305-306.

³⁸ Filomena Coelho de SOUSA, *A voz dos poderes: gestão da ordem na Ilha do Príncipe, 1753-1778*, Tese de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Universidade de Lisboa, [policopiada], Lisboa, 2002, p. 94.

³⁹ Idem, *ibidem*, p. 95.

⁴⁰ O cargo entregue a Vicente Gomes Ferreira era o de capitão-mor de São Tomé e Príncipe, embora com poderes equiparados aos de governador. Ainda que Vicente Ferreira tivesse já sido aceite na Ordem de Cristo como cavaleiro, talvez seja o facto de não ser de família nobre que faz com que não lhe seja atribuído, aparentemente, o título de governador. De qualquer forma, terá um papel muito activo no destino das ilhas, que dirigiu até 1778.

⁴¹ C. A. NEVES, *S. Tomé e Príncipe...*, pp. 83-87.

Quanto, especificamente, a Ano Bom, a ilha estava, nas primeiras décadas do século XVIII, numa situação de independência efectiva. A vontade de submeter a população insubordinada, que podia ser um “mau exemplo” para outros espaços, e o receio de que isso pudesse servir de pretexto para a sua ocupação por uma potência estrangeira, levaram a que, depois de décadas de inércia, o Estado português resolvesse intervir.

Considerando que a culpa cabia, eventualmente, à incapacidade e ao desinteresse do donatário, a ilha passou definitivamente para a posse da coroa, depois de um processo que se arrastou entre 1734 e 1744. Neste último ano, o monarca português dá ordens ao governador e ao ouvidor-geral de São Tomé para que se apropriem da ilha e dos respectivos rendimentos⁴². Em 1746, finalmente, o governador de São Tomé mandou a Ano Bom, para tomar conta da ilha em nome do rei, Jorge Álvares de Sousa, morador em São Tomé. No entanto, mal desembarcou, os habitantes correram com ele pela força, chegando a maltratá-lo fisicamente⁴³.

As autoridades não vão, porém, desistir. Em meados do século XVIII, já no âmbito da política centralizadora do marquês de Pombal, reafirma-se a intenção de Lisboa em assegurar o controlo de Ano Bom. Há vários sinais dessa mudança de política em relação à ilha, a partir de 1754. Projecta-se fixar em Ano Bom, aparentemente sem resultado, 20 a 25 casais dos Açores e quase duas dezenas de degredados condenados pelo tribunal da relação da Baía⁴⁴. Desde 1755, a Ordem de Cristo (que tem a tutela espiritual do arquipélago) é pressionada para nomear, um pároco para Ano Bom⁴⁵. E, em 1756, parte efectivamente para lá, via São Tomé, na qualidade de pároco-missionário, Fr. Francisco Pinto da Fonseca, professo da Ordem de Cristo.

Esperava-se que o sacerdote abrisse caminho ao tenente-engenheiro José António Caldas, que embarcou com ele em São Tomé, para tomar posse de Ano Bom, “por parte de Sua Majestade”. O pároco foi bem recebido⁴⁶ enquanto a população não se apercebeu de que ele vinha para ficar. A partir daí, começaram as hostilidades. No meio de grandes alaridos, alegavam (com grande sentido da realidade, aliás) que “se aceitassem padre português logo

⁴² A.H.U. [Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa], *São Tomé*, Cx. 7, n.º 84, anterior a 12 de Janeiro de 1743, Direito de posse sobre Ano Bom; Id., códice 486, fl. 289v.º, Carta do rei ao ouvidor geral de S. Tomé, 28 de Junho de 1734, e fl. 356, Carta régia para o Governador de S. Tomé, 25 de Março de 1744.

⁴³ A.H.U., *S. Tomé*, Caixa 14, doc. 1, Carta do capitão-mor Vicente Gomes Ferreira para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, 26 de Fevereiro de 1772.

⁴⁴ A.H.U., *S. Tomé*, Caixa 9, doc. 20, Carta do governador José Caetano Sotto Maior ao rei, 28 de Julho de 1754; Ofício do chanceler da Relação Manuel António da Cunha Sotto Maior para Diogo de Mendonça Corte Real, Baía, 25 de Agosto de 1756, in Eduardo de Castro e ALMEIDA, *Inventário dos Documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo da Marinha e Ultramar de Lisboa*, vol. I, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1913, p. 153.

⁴⁵ T.T. [Torre do Tombo, Lisboa], *Chancelaria da Ordem de Cristo*, Livro 274, fls. 169-169v e 385.

⁴⁶ Chega à ilha a 20 de Fevereiro de 1757.

havia de ser a dita ilha povoada de portugueses e que assim ficavam sendo cativos de el-rei de Portugal”. Frei Francisco da Fonseca não teve outro remédio se não regressar para bordo e, quando insistiu em voltar a terra com o tenente-engenheiro e outros portugueses para tomarem posse oficial da ilha, todos foram escarnecidos e ameaçados de tal forma que tiveram de reembargar e zarpar o mais depressa possível para a ilha do Príncipe⁴⁷.

Apesar do falhanço desta tentativa de colonização, voltou a fazer-se, em 1770, um novo esforço de (re)ocupação, no qual se empenhou a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, com redobradas precauções e sem poupar nos meios materiais para a sua execução. Na calendarização que foi estabelecida, começou-se pelo que se pensava ser o mais fácil: o controlo eclesiástico dos sentimentos católicos da população, como forma de chegar à dominação política. Foram enviados para ilha, em navio preparado de propósito e carregado com muitos presentes e rico material litúrgico, dois cônegos da Sé de São Tomé (António Luís Monteiro e Gregório Martins das Neves), ambos negros e entendendo bem o crioulo anobonense, acompanhados de um jovem branco, na qualidade de acólito, para que a população se habituasse a essa cor da pele e consentisse brancos na terra. Foram, além disso, preparadas minuciosas “cartas instrutivas” para os oficiais que deviam conduzi-los à ilha, prevendo possíveis variantes na recepção e as formas de resposta mais adequadas. Desembarcados os dois cônegos, conseguiram instalar-se e foram aceites durante algum tempo. Depressa, porém, se rompeu o verniz da hospitalidade e os sacerdotes sofreram toda a espécie de vexames, vivendo quase reclusos até que, em Fevereiro de 1772, conseguiram reembargar num barco português, ao fim de dezasseis meses de missão fracassada. Até o facto de serem negros, que fora tão cuidadosamente calculado, resultara em motivo suplementar de desconfiança⁴⁸.

Aparentemente, esta foi a última tentativa de reimplantar a soberania portuguesa em Ano Bom. As “instruções” que tinham acompanhado esta e as anteriores expedições recomendavam que se evitasse, por todos os meios, recorrer à violência. Mas isso não foi suficiente para que a população aceitasse alienar a liberdade que tinha conquistado e para que Lisboa conseguisse concretizar os seus projectos políticos.

No que diz respeito à ilha de Fernando Pó, os contactos dos portugueses eram praticamente nulos desde o século XVI. No entanto, à medida que crescia a presença das grandes potências no golfo da Guiné, franceses e ingleses começaram a invejar a localização estratégica de uma ilha que,

⁴⁷ A.H.U., Baía, n.º 2463 in C. A. NEVES, *S. Tomé e Príncipe...* cit., pp. 222-223.

⁴⁸ Entre outras fontes, ver A.H.U., *S. Tomé*, Caixa 14, doc. 1, Carta do capitão-mor Vicente Gomes Ferreira para o SEMU, 26 de Fevereiro de 1772 e documentos anexos; *Ibidem*, doc. 17, Carta do cônego António Luís Monteiro, 26 de Fevereiro de 1772; Aviso de Martinho de Melo e Castro para Luiz Caetano de Castro, 19 de Fevereiro de 1778 (in Raimundo José da Cunha MATOS, *Chorographia historica das ilhas de S. Thomé e Príncipe, Anno Bom e Fernando Pó*, S. Tomé, Imprensa Nacional, 1905, pp. 86-89).

embora sendo considerada portuguesa (a cartografia da época atesta-o), não tinha quaisquer sinais de ocupação lusitana.

Um documento não datado, mas cuja redacção deve mediar entre 1759 e 1770, parece atestar que os franceses planearam a conquista de Fernando Pó, mas que recearam uma eventual reacção portuguesa⁴⁹.

Em 1765, são as autoridades britânicas que tentam, junto do rei de Portugal D. José, que lhes fosse cedida a ilha de Fernando Pó, correspondendo a um pedido vindo de mercadores ingleses fixados no Benim. O governo português não só recusou como, assustado com a possibilidade “de que os ditos negociantes (...) mandassem clandestinamente formar algum estabelecimento na referida ilha”, deu, logo que pôde, ordens ao capitão-mor do Príncipe para que mandasse fazer o reconhecimento da ilha pretendida pelos ingleses⁵⁰.

São muito significativas as instruções transmitidas para essa missão, com a qual se pretendia “fazer reviver a navegação e comércio” com Fernando Pó. A ilha é descrita como um “estabelecimento português”, embora “quase abandonado e desconhecido da nossa navegação”. No entanto, diz o documento, é frequentado por navios ingleses, franceses e holandeses que aí vão “tomar provisões”, trocando mercadorias com as populações locais. E o autor das instruções acrescenta judiciosamente: “basta olhar para as cartas geográficas da Costa de África, para se conhecer a importância da ilha de Fernando Pó”⁵¹. Vale a pena, para enquadrarmos futuras decisões políticas, transcrever os argumentos com que o autor (o próprio Secretário de Estado da Marinha e Ultramar) demonstra o acerto dessa percepção:

“Ela [a ilha] fica seis léguas distante da terra firme, com fácil navegação para todos os portos da Costa de Leste [litoral da baía do Biafra] desde o velho Calabar até ao porto de Benim. Está situada entre a dita costa e as ilhas do Príncipe e de São Tomé. E nesta posição *pode, sem dificuldade, embaraçar e cortar toda a comunicação das mesmas ilhas com todos os portos do Reino do Benim*. De sorte que, se a dita ilha passasse ao domínio de qualquer outra nação industriosa, *perderiam as ilhas do Príncipe e de São Tomé todas as vantagens que tiram do que vendem às outras nações*, porque dali se forneceriam todas de quanto lhes fosse necessário. Ficariam as ditas ilhas *expostas a todos os inconvenientes de um vizinho incómodo e ambicioso*. E ser-lhes-ia preciso *renunciar a todo o comércio do Reino do Benim*, que

⁴⁹ Documento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Rio de Janeiro, *apud* Fernando CASTELO-BRANCO, “Planearam os Franceses apoderar-se de Fernando Pó no século XVIII?”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, n.º 1, Paris, 1969, pp. 480-482; Idem, “Os franceses e as ilhas do Golfo da Guiné”, *ibidem*, n.º 3, 1971, pp. 717-719.

⁵⁰ Carta do Secretário de Estado da Marinha e Ultramar para D. Francisco de Sousa Coutinho, embaixador de Portugal em Madrid, 1779, in C. A. NEVES, *S. Tomé e Príncipe...* cit., p. 385.

⁵¹ A.H.U., *São Tomé*, Caixa 12, doc. 36, Instrução do Secretário de Estado da Marinha e Ultramar para Vicente Gomes Ferreira sobre a ilha de Fernando Pó, 16 de Julho de 1770.

não poderiam fazer sem o consentimento da potência que dominasse em Fernando Pó”⁵² [itálicos nossos].

Em Agosto de 1771, o capitão-mor Vicente Gomes Ferreira, diz que vai expedir uma balandra ou chalupa “para fazer a diligência a Fernando Pó que S. M. ordena”⁵³ e, em data com certeza muito próxima, manda, de facto, um navio à ilha, numa expedição comandada por um filho seu, Manuel Gomes da Silva, e pelo piloto André Gonçalves Santiago, seu cunhado. No relatório apresentado posteriormente, não há qualquer referência a sinais de anterior ocupação portuguesa (nas “instruções” pedia-se que se tentasse localizar um “forte português” que constava de algumas cartas) mas constata-se a existência de várias enseadas acostáveis e de populações, no geral, pacíficas e de bom trato⁵⁴. Não temos, todavia, notícia de que tivessem prosseguido os contactos estabelecidos através desta expedição.

O renovar do interesse de Portugal pelas ilhas do golfo da Guiné durante o século XVIII, provocado, em grande parte, por razões externas, ficou, certamente, aquém das expectativas iniciais, sobretudo no que diz respeito às ilhas de Ano Bom e Fernando Pó. É, no entanto nossa convicção de que as conversações com Espanha, que se desenrolam a partir de 1777 e culminam no Tratado do Pardo do ano seguinte, são ainda, paradoxalmente, um momento do mesmo processo.

Nas iniciativas tomadas a partir de 1770 teve um papel muito interventivo Martinho de Melo e Castro (1716-1795), um diplomata experimentado, que, desde esse ano, esteve à frente da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar. Merece, aliás, ser salientado o facto de, a seguir à queda do marquês de Pombal, ele ser o único secretário de Estado que transitou para o novo ministério formado, em 1777, pela rainha D. Maria I, o que irá permitir a continuidade da política ultramarina, apesar desse momento de fractura.

A Espanha em busca de África

A posição de Espanha, nos séculos XVI a XVIII, em relação ao comércio internacional de escravos, foi sempre paradoxal. As explorações agrícolas e mineiras da América faziam dela uma das principais consumidoras de mão-de-obra escrava mas, não obstante, estava sempre dependente de fornecedores externos. Poderíamos dizer que Espanha ficara refém do “complexo de Tordesilhas” e que, mesmo quando os principais países da Europa passaram a frequentar sem restrições a costa de África, ela se mantivera circunscrita ao universo americano.

⁵² *Ibidem*.

⁵³ F. C. SOUSA, *A voz dos poderes...* cit., p. 257.

⁵⁴ “Relação da ilha de Fernando Pó e de suas enseadas, portos e descrição dela”, s.d. [1771], in C. A. NEVES, *S. Tomé e Príncipe...* cit., pp. 348-350.

O sistema de *asientos* (em que se sucederam portugueses, genoveses, franceses e ingleses, alternando com curtos períodos de exploração directa), complementado por um contrabando sempre tolerado e sempre activo, tinha-se mostrado satisfatório até à 2.^a metade do século XVIII⁵⁵. Nessa altura, os grandes conflitos internacionais, particularmente a rivalidade entre a França e a Inglaterra, tornaram mais problemáticos os abastecimentos e de maiores consequências diplomáticas qualquer intervenção nesse sentido. Ora o crescimento, que estava a ter lugar, da produção agrícola na América Espanhola, nomeadamente na América Central, tornava premente um abastecimento regular de mão-de-obra escrava⁵⁶.

Não admira que o governo de Madrid ponderasse a participação directa dos navios espanhóis no tráfico negreiro atlântico, embora tivesse consciência da delicadeza de tal iniciativa no xadrez político internacional de Setecentos.

A oportunidade surgirá em 1777, sendo, aliás, Portugal quem fornece o pretexto.

A delimitação da fronteira no extremo sul do Brasil tinha sido uma permanente fonte de conflitos entre Madrid e Lisboa, pelo menos desde 1680, quando a monarquia portuguesa fundara, na margem esquerda da foz do rio da Prata, a colónia de Sacramento, tentando aproveitar o rendoso contrabando de metal precioso que por aí fluía. Nem o tratado de Madrid (1750) nem o de Paris (1763), apesar dos esforços internacionais, tinham resolvido o clima de tensão nas fronteiras meridionais do Brasil, uma vez que Espanha resistia em cumprir as determinações respectivas⁵⁷. Em Julho de 1775, no entanto, o secretário de Estado de Carlos III, marquês de Grimaldi, propôs, através do embaixador português em Madrid, uma solução amigável para o conflito, tendo-se iniciado um processo de negociações para a suspensão de todas as hostilidades em território americano. O acordo ficou, porém, gravemente comprometido quando, em Abril de 1776, sem razão aparente, embarcações portuguesas atacaram alguns navios espanhóis no rio Grande, desembocadura no Atlântico da chamada Lagoa dos Patos. Tratou-se apenas de uma deficiência na transmissão de informações, como o governo português alegou, ou, na hipótese do historiador Borges de Macedo, Pombal queria deliberadamente provocar um conflito que forçasse os Ingleses a intervir⁵⁸?

⁵⁵ Enriqueta VILA VILAR, *Hispano-America y el comercio de esclavos. Los asientos portugueses*, Sevilha, Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 1977; José António SACO, *Historia de la esclavitud de la raza africana en el Nuevo Mundo y en especial en los países américo-hispanos*, Havana, Ed. Cultural, 1938.

⁵⁶ Manuel TUÑÓN DE LARA (dir.), *Historia de España*, tomo VI: Guillermo CÉSPEDES DEL CASTILLO, *América Hispánica (1492-1898)*, Barcelona, Editorial Labor, 1983, p. 361.

⁵⁷ Sérgio Buarque de HOLANDA (dir.), *História geral da civilização brasileira*, 13.^a ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003, Tomo I, vol. I, pp. 349-393.

⁵⁸ Jorge Borges de MACEDO, *História diplomática portuguesa: constantes e linhas de força*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, 1987, p. 311.

Fosse como fosse, a coroa espanhola não tardou a enviar para a América uma armada muito poderosa, cujos efectivos, somados aos das guarnições locais, perfaziam cerca de 15 000 militares, sob o comando do governador de Madrid, D. Pedro de Cevallos, nomeado primeiro vice-rei do *Virreinato del Río de la Plata*. Em Fevereiro de 1777, esse exército ocupou, sem resistência, a ilha brasileira de Santa Catarina; em Junho capitulou a colónia de Sacramento e ficou a esperar-se, a qualquer momento, o avanço para a vila (actual cidade) de Rio Grande.

Entretanto, em 24 de Fevereiro de 1777, morrera, em Lisboa, o rei D. José I, sucedendo-lhe a filha, D. Maria I, o que levou ao afastamento, quase instantâneo, do marquês de Pombal e à constituição de novo Ministério. A mudança política em Portugal deixava caminho aberto para a aproximação entre as duas coroas e para o reinício de negociações⁵⁹.

A Espanha tem, no momento, dois factores decisivos a seu favor: a evidente superioridade militar no Sul do Brasil e a remota possibilidade de intervenção da Grã-Bretanha, aliada tradicional de Portugal, completamente empenhada na guerra de independência dos Estados Unidos.

Avança então com a exigência, a Portugal, de cedências no golfo da Guiné, o que é, por vezes, subvalorizado por alguns historiadores, mas que, na época, traduzia uma iniciativa estratégica da maior importância: dessa forma, a Espanha podia passar a ter uma intervenção directa no tráfico atlântico de escravos e assegurava pontos de apoio para a carreira com as Filipinas, através da rota do Cabo. Tratava-se, em suma, de incluir a África na sua área de influência, o que era uma evidente novidade nas relações externas espanholas e que só tinha sido possível delinear face a uma conjuntura que, a nível diplomático, lhes era muito favorável. Não sabemos em que momento essa hipótese ocorreu ao conde de Floridablanca, que sucedera a Grimaldi na direcção da política externa espanhola, mas é legítimo pensar que a intervenção militar na América do Sul, com meios algo desproporcionados, decidida pelo seu antecessor, já continha oculto este objectivo.

Certo é que, talvez para surpresa de Espanha, empenhada numa iniciativa de carácter territorial aparentemente tão ousada, Portugal estava disposto a aceitar a proposta. Com a corda na garganta no sul do Brasil e sem o apoio britânico, a “solução africana” espanhola não só era vista pela coroa portuguesa como um mal menor (uma vez que não dispunha de muitas alternativas), como possibilitava resolver-lhe um problema que podia ser muito grave a curto prazo: a entrada da França ou da Inglaterra na posse de alguma das ilhas equatoriais sob soberania portuguesa poria em risco a sobrevivência das restantes e comprometeria o tráfico do Brasil com o golfo da Guiné.

⁵⁹ Sobre esta conjuntura das relações luso-espanholas ver Idem, *ibidem*, pp. 311-316 e Fernando Manuel de Castro BRANDÃO, *Do tratado de Madrid ao de Santo Ildefonso (1750-1777): alguns aspectos e problemas*, Lisboa, 1970, Separata da *Revista Ocidente*, n.º 78.

Nos contactos informais do secretário de Estado Floridablanca (ou alguém por ele) com o embaixador português, a informação que passou foi a de que o monarca espanhol “desejava ter em África uma bicoca”, o que, transmitido a Lisboa, foi aí entendido (relatará mais tarde o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, um dos protagonistas das negociações) “que por meio do dito estabelecimento, qualquer que ele fosse, procurava a Corte de Madrid apropriar-se [de] um direito semelhante ao das outras potências que têm domínios naquela parte para fazer o mesmo comércio que elas fazem, principalmente com o resgate dos negros, extraíndo-os da Costa de África imediatamente pelos seus próprios vassallos”⁶⁰. Será em função desse pedido (provavelmente mais exigência que pedido), que a corte portuguesa “em lugar de uma bicoca” se propôs ceder “a Sua Majestade Católica a propriedade e domínio de duas ilhas [Fernando Pó e Ano Bom], ambas capazes de se tornarem dois importantes estabelecimentos”, uma delas [Fernando Pó] dando “aos vassallos de Espanha toda a facilidade para negociar nos portos do rio Gabão, dos Camarões, do Cabo Feroso e outros daqueles distritos”⁶¹.

Não espanta, neste quadro, o secretismo com que as negociações se desenrolaram. Os dois países aceitaram, ao contrário do que era habitual, que nem a França nem a Inglaterra participassem como observadores e garantes do cumprimento do acordado, o que parecia condenar Portugal, como parte mais fraca, a ficar à mercê das imposições espanholas. A verdade é que, estando já prevista a solução africana, não podia ser doutra forma (como se verá pelas reacções posteriores). Não parece, aliás, haver da parte de Portugal nenhum protesto em relação a essa cláusula, nomeadamente ao afastamento da Inglaterra, situação que, noutras circunstâncias, seria difícil, e até perigoso, aceitar.

O acordo foi obtido formalmente a 1 de Outubro de 1777 com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso (chamado, de facto, “Tratado Preliminar de Limites na América Meridional”), negociado entre José Moñino, conde de Floridablanca, e o embaixador de Portugal, Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. No texto tornado público, os resultados não reflectiam a manifesta inferioridade comercial portuguesa: é certo que a colónia de Sacramento passava definitivamente para Espanha, mas Portugal recuperava a ilha de Santa Catarina e outros territórios que lhe tinham sido conquistados e via reconhecida a fronteira amazónica, no Norte do Brasil. A compensação tinha sido, evidentemente, a cedência africana, por enquanto ainda resguardada nos

⁶⁰ Carta do Secretário de Estado da Marinha e Ultramar para Francisco de Sousa Coutinho, 1779, in C. A. NEVES, *S. Tomé e Príncipe...* cit., pp. 385-387.

⁶¹ *Ibidem*. Cencillo de Pineda, citando um outro documento da mesma autoria e sobre o mesmo assunto, em vez de “bicoca” refere “buraco”, com o mesmo sentido (Manuel CENCILLO DE PINEDA, *El brigadier conde de Argelejo y su expedición militar a Fernando Poo en 1778*, Madrid, Instituto de Estudios Africanos, 1948, p. 115).

artigos mantidos secretos, “por considerações de conveniência recíproca”⁶².

Alguns meses depois, o Tratado de Santo Ildefonso foi confirmado e completado por um acordo negociado também por Floridablanca e Sousa Coutinho e assinado no Palácio Real do Pardo (Madrid), em 11 de Março de 1778. O tratado, que seria ratificado pelos dois monarcas peninsulares, Carlos III e D. Maria I, em 24 de Março do mesmo ano, foi designado por “Tratado de Aliança Defensiva” ou “Tratado de Neutralidade, Garantia e Comércio”⁶³ mas ficaria conhecido por Tratado do Pardo (ou do Prado, nalgumas versões portuguesas).

Os três artigos que, em Santo Ildefonso, constituíam a “secção africana” (os números III, IV e V dos “artigos separados”⁶⁴) foram reformulados e ampliados no Tratado do Pardo (artigos XIII a XVI⁶⁵) mas, nos aspectos substantivos, não houve praticamente alterações. Sigamos, ainda assim, o texto do último tratado.

O artigo XIII oficializa a cedência pela monarquia portuguesa à coroa espanhola da “ilha de Ano Bom, na costa de África, com todos os direitos, possessões e acções que tem à mesma ilha” e “assim mesmo todo o direito que tem ou pode ter à ilha de Fernando Pó” (parece haver uma diferença subtil na caracterização da soberania portuguesa sobre uma e outra ilha). As justificações para a decisão da cedência são a promoção do comércio, nomeadamente “a compra e venda de negros” pelos naturais dos dois países peninsulares (sem contratos nem *asientos*) e a compensação a Espanha por “cessões, restituições e renúncias” feitas no tratado de Santo Ildefonso. Ao contrário do que se disse depois e alguns historiadores repetiram, não é expressa nenhuma transferência de direitos na costa continental africana, o que, a acontecer, seria absurdo⁶⁶. Os “portos do rio Gabão, dos Camarões, de S. Domingos, Cabo Formoso e outros” são referidos como possíveis áreas de negócio para os espanhóis estabelecidos em Fernando Pó, para se dizer, aliás, que isso não deve impedir nem perturbar “o comércio dos vassalos de Portugal, particularmente dos das ilhas do Príncipe e de S. Tomé”.

O artigo seguinte determina o tratamento de “nação mais favorecida” para os navios de guerra ou de comércio de cada um dos países que fizerem

⁶² José Ferreira Borges de CASTRO, *Collecção dos tratados (...) celebrados entre a coroa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até ao presente*, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856, pp. 259-267.

⁶³ É chamado “Tratado de Aliança Defensiva” na declaração de ratificação de D. Maria I e “Tratado de Neutralidade, Garantia e Comércio” na ratificação de Carlos III (*Tratado de aliança defensiva entre os muitos altos e poderosos senhores D. Maria, rainha de Portugal, e Dom Carlos III, rei de Espanha, assinado em Madrid em 1778*, Lisboa, Impr. J. F. Monteiro de Campos, 1815, p. 3).

⁶⁴ Ver Anexo 1.

⁶⁵ Ver Anexo 2.

⁶⁶ Mais tarde, nas disputas coloniais do século XIX, essa interpretação vai interessar a Espanha para reivindicar direitos históricos na região, mas essa é outra questão que já não cabe neste espaço.

escala nas ilhas sob soberania portuguesa (São Tomé e Príncipe) ou espanhola (Ano Bom e Fernando Pó).

Com o artigo XV, procurava-se estabelecer um mercado aberto entre as quatro ilhas, ao permitir que pudesse haver livre comércio de escravos entre elas, independentemente de serem mercadores portugueses ou espanhóis que os transportassem, desde que fossem pagos, “pronta e exactamente”, ao preço de mercado.

Sendo sabido que o tabaco brasileiro era uma das mercadorias melhor aceites na costa de África, Madrid aceitava fazer um contrato por quatro anos, eventualmente renováveis, com a pessoa ou pessoas indicadas por Lisboa para o fornecimento em exclusivo do tabaco de folha necessário ao comércio espanhol nas ilhas e na costa de África (artigo XVI)⁶⁷.

Analisando o articulado “africano” do tratado, o que ressalta é que a coroa espanhola, além de ter conseguido a sua “bicoca”, traduzida nas ilhas de Fernando Pó e de Ano Bom (que, tudo leva a crer, poucos conheciam em Madrid), procurava garantir também bases de apoio no Príncipe e em São Tomé, essenciais para futuros estabelecimentos na região, e aproveitar-se, na medida do possível, do *know-how* português em matéria de tráfico de escravos⁶⁸. Quanto a Portugal, lutava pela manutenção dos seus interesses na região (que eram susceptíveis de reflectir-se na economia brasileira) e, nesse campo, a cedência de Ano Bom e Fernando Pó podia ter efeitos mais positivos que negativos. Não só as duas ilhas tinham um peso totalmente irrelevante na economia portuguesa como, ao passarem para Espanha, permitiam estabelecer no golfo da Guiné uma parceria amigável e mutuamente vantajosa que se podia traduzir num reforço estratégico fundamental, num momento em que franceses e ingleses exerciam uma pressão cada vez mais incómoda nessa região.

Por isso, Madrid receava que a iniciativa pudesse provocar reacções negativas por parte da França e da Inglaterra e, sabendo como era forte a influência das companhias negreiras nos governos desses países, tudo fez para manter as negociações tão reservadas quanto possível. Com a suspensão da publicação das cláusulas sobre o assunto no Tratado de Santo Ildefonso, sem prejuízo, no entanto, da sua aplicabilidade imediata, pretendia-se fazer a transferência oficial da soberania das ilhas antes que a notícia fosse conhecida nas chancelarias europeias, o que acabou por não ser possível, como veremos.

Já depois da assinatura do Tratado do Pardo e de ser público o seu conteúdo, a coroa espanhola achou por bem, em 16 de Maio de 1778, dar instruções aos seus embaixadores em Paris e em Londres para sossegarem

⁶⁷ Anexo 2.

⁶⁸ Nesse *know-how* incluíam-se competências linguísticas, relações pessoais ou familiares e o conhecimento das especificidades comerciais de cada zona e das respectivas condições de transporte.

os respectivos governos, assegurando-lhes que, apesar de a Espanha passar a ter interesses directos no comércio africano, não deixaria de continuar a comprar escravos aos mercadores desses países, tal era, dizia, a falta de braços na América⁶⁹.

A pretensa “fraude portuguesa”

Ainda mal tinha secado a tinta do tratado de Santo Ildefonso e já estava a ser preparada a expedição espanhola que devia dirigir-se ao golfo da Guiné, o que mostra bem a urgência de Madrid nesta sua aposta estratégica no continente africano. As primeiras “instruções reservadas” com esse objectivo, dirigidas ao vice-rei de Buenos Aires, têm a data de 9 de Outubro de 1777⁷⁰.

Debaixo do maior sigilo, foram armados três navios, cujo comando foi entregue ao conde de Argelejo, Felipe de los Santos Toro y Freyre, com a missão de ir tomar posse, em nome de Espanha, de Fernando Pó e de Ano Bom⁷¹.

A 17 de Abril de 1778, a frota, reunida em Montevideu, saía a caminho da ilha do Príncipe, onde chegará a 29 de Junho. A bordo, além de cerca de 130 homens de armas, iam carpinteiros, pedreiros e profissionais de vários ofícios, esperando uma rápida e fácil instalação nas “novas” ilhas. No entanto, a partir daí, tudo começou a correr mal.

O comissário português, que largara de Lisboa mais ou mesmo ao mesmo tempo que Argelejo partia de Montevideu, demorará a chegar ao lugar de encontro.

O capitão da ilha do Príncipe, governador do arquipélago, não estava informado dos objectivos da expedição nem do tratado entre Portugal e Espanha e manteve durante muito tempo uma atitude reservada em relação à frota castelhana e às suas intenções.

Mas, acima de tudo, o mundo com que os expedicionários espanhóis entravam em contacto era-lhes completamente estranho e não podia deixar de parecer-lhes bem hostil. O clima mostrava-se inclemente. O número de

⁶⁹ Dolores GARCÍA CANTÚS, *Fernando Poo: una aventura colonial española*, Vic (Barcelona), CEIBA/Centros Culturales Españoles de Guinea Ecuatorial, 2006, p. 38.

⁷⁰ As instruções iniciais foram reformuladas poucos dias depois, a 20 de Outubro (Mariano L. de CASTRO e María Luísa de la CALLE, *Origen de la Colonización Española en Guinea Ecuatorial (1777-1860)*, Valladolid, Publicaciones de la Universidad, 1992, p. 34). A urgência espanhola não era a mesma de Lisboa, o que deu origem, nessa altura, a alguns mal-entendidos (M. CENCILLO PINEDA, *El brigadier conde de Argelejo...* cit., pp. 70-73).

⁷¹ O comissário régio e comandante da expedição, o conde de Argelejo, Felipe de los Santos Toro y Freyre, tinha como adjunto o tenente-coronel de Artilharia Joaquín Primo de Rivera. A frota, por sua vez, era comandada pelo capitão de fragata José Varela y Ulloa (Liliana CRESPI, “Islas de Fernando Poó y Annabón (sic). Dos intentos de presencia española en África a fines del siglo XVIII”, *II Reunión Internacional de História da África*, Rio de Janeiro, 1996, pp. 281-283).

brancos era reduzido. As construções de alvenaria constituíam uma excepção. A morbilidade e a mortalidade revelavam-se incontroláveis, dizimando as guarnições dos navios e lançando o pânico entre os sobreviventes. Os géneros alimentares ao gosto europeu escasseavam por dificuldades de abastecimento, trazendo atrás de si a especulação dos preços. Os contactos com a Europa eram raros e problemáticos.

As relações entre o comandante da expedição, conde de Argelejo, e o capitão da frota, Varela y Ulloa, também não eram as melhores e traduziam-se muitas vezes em posições antagónicas, enquanto que as instruções que levavam os obrigavam a decisões consensuais⁷², o que criava impasses desagradáveis e não beneficiava o ambiente geral.

As informações geográficas sobre as ilhas, contidas na *Instrucción Reservada* fornecida por Madrid à expedição, estavam cheias de erros, atribuindo, inclusivamente características de Ano Bom a Fernando Pó e vice-versa. De quem era a culpa das incorrecções (se do desconhecimento dos informadores se da deficiência dos redactores) é uma questão ociosa, como é ocioso ver aí má vontade de parte dos portugueses⁷³, uma vez que de nenhum dos erros conhecidos se vislumbra poderem colher qualquer vantagem. De consequências mais graves será o facto de, a confiar na *Instrucción*, não ter sido dado conhecimento, por Lisboa, da real situação da presença portuguesa nas ilhas, para não prejudicar as negociações ou por efectiva ignorância dos negociadores ou, até, por considerarem isso irrelevante. Tal facto não pôde, todavia, deixar de perturbar os expedicionários à medida que iam confrontando as suas expectativas com a realidade, depois de ouvirem relatos de comerciantes de passagem e de terem feito uma viagem exploratória. Afinal o domínio português das ilhas (embora reconhecido internacionalmente, o que não lhes parecia interessar nesse momento) não se traduzia em ocupação prática, nem se consubstanciava em símbolos materiais (como castelos, fortalezas ou outras construções definitivas), que estavam habituados a encontrar nos espaços de colonização que lhes eram familiares.

Como se isso não bastasse, o atraso da chegada dos representantes portugueses prejudicou o desejado secretismo da missão – uma série de barcos britânicos, franceses e dinamarqueses passou entretanto pelos portos do Príncipe e de São Tomé e inteirou-se dos motivos da presença da frota castelhana – o que enervou, justificadamente, a guarnição espanhola. Pior ainda, os mercadores ingleses manifestaram mesmo desagrado e hostilidade em relação à presença espanhola na região. No porto de São Tomé, uma das embarcações da armada de Argelejo chegou a ser bloqueada por três navios ingleses e foi preciso a intervenção do capitão português da ilha para que não fosse molestada⁷⁴. Nada disto deveria ser surpresa, mas foi tornando o ambiente cada vez mais carregado entre os expedicionários espanhóis.

⁷² D. G. CANTÚS, *Fernando Poo...* cit., pp. 51-52.

⁷³ Idem, *ibidem*, pp. 40-42.

⁷⁴ M. L. CASTRO e María L. de la CALLE, *Origen de la Colonización...* cit., pp. 31-32.

A partir de Setembro, o conde de Argelejo passou a ser favorável a uma tomada pela força da ilha do Príncipe ou da de Fernando Pó, ou mesmo de ambas. Teve, todavia, a oposição de Varela y Ulloa que queria evitar um enfrentamento directo com os portugueses em terrenos que estes conheciam melhor e que podia, em última instância, levar os ingleses a envolverem-se também no conflito⁷⁵.

A 27 de Setembro de 1778, despacham um dos seus navios a Espanha, pedindo ordens e reforços. No relatório enviado (só recebido em Madrid em 1 de Janeiro de 1779), Argelejo queixava-se da falta de soberania que Portugal tinha sobre as ilhas e sobre a costa e, a partir das informações que entretanto recolhera, apontava já para uma maior facilidade em instalar-se em Fernando Pó do que em Ano Bom⁷⁶.

Em despacho de 9 de Janeiro de 1779, Floridablanca, que tem os objectivos bem definidos, não se mostra sensível às recriminações formuladas: “El objeto de la cesión de las islas de Fernando Póo y Annobón y del derecho de comerciar en la costa inmediata de Guinea, no ha sido adquirir posesiones *ni pueblos formados o establecidos*, pues si así fuese no se habría pensado en enviar Oficiales, Maestros ni materiales para fabricar y establecer-se”. Dá, por isso, ordens para que, de forma nenhuma, se malogrem os objectivos decorrentes da aquisição das ilhas, sem embargo de oportunamente se fazerem “quejas a la Corte de Lisboa por no habernos manifestado ingenuamente todo lo relativo al estado de ellas”. Devem ser enviados reforços e tudo o que seja necessário para a referida tomada de posse e para a criação de um primeiro estabelecimento em Fernando Pó, a partir do qual se devia tentar a instalação num ou mais pontos da costa⁷⁷. A lentidão das comunicações faria, porém, com que, até as ordens chegarem aos seus destinatários, já muitos acontecimentos tivessem corrido na corda do tempo.

A 4 de Outubro, uma semana depois de ter partido do Príncipe o navio com o relatório de Argelejo, chegava, finalmente, vinda de Pernambuco, onde fizera inesperada escala, por motivo de tempo contrário (?), a fragata com o comissário português, o capitão de mar e guerra, e fidalgo da Casa Real, Frei Luís Caetano de Castro. As instruções que trazia eram claras e mostravam um bom conhecimento da realidade das ilhas e da sua evolução recente, as tais informações que, queixavam-se os representantes espanhóis, nunca teriam sido transmitidas a Madrid. Não decorre, de qualquer forma, dessas instruções que se previssem problemas particulares no(s) acto(s) de transmissão da soberania. E vale a pena transcrever o último parágrafo das ditas: “Concluídas, enfim, estas diligências, voltará Vossa Mercê a esta Corte, deixando muito recomendado ao governador [de São Tomé e Príncipe] João

⁷⁵ Idem, *ibidem*, p. 33; D. G. CANTÚS, *Fernando Poo...* cit., pp. 51-52.

⁷⁶ M. L. CASTRO e María L. de la CALLE, *Origen de la Colonización...* cit., pp. 36-38.

⁷⁷ M. CENCILLO PINEDA, *El brigadier conde de Argelejo...* cit., p. 110 (itálicos deste autor).

Manuel da Azambuja⁷⁸ e ao seu ajudante de ordens [...] a boa harmonia e hospitalidade com que devem tratar e receber estes novos vizinhos”⁷⁹.

A 24 de Outubro de 1778, a delegação castelhana tomou simbolicamente posse de Fernando Pó, embora praticamente sem contacto com os naturais (só um rapazinho assistiu às cerimónias). Na travessia para Ano Bom morreu, provavelmente de malária, o brigadeiro conde de Argelejo, tendo-lhe sucedido, no comando, o seu adjunto, o tenente-coronel Primo de Rivera. Aportados a Ano Bom a 26 de Novembro, desembarcam no dia 29 seguinte. Foi celebrada missa em terra, mas não chegam a tomar posse da ilha, devido à atitude pouco amistosa dos naturais, os quais afirmam que a terra é só de Deus e que preferiam morrer a ver brancos em Ano Bom. Face à população amotinada, os espanhóis recusam-se a receber a ilha, ao contrário do que lhes sugeria o comissário português⁸⁰.

Primo de Rivera decide mandar Varela y Ulloa com um dos navios a Espanha para dar notícia do sucedido, enquanto que ele e o resto da guarnição espanhola, com a nau sobranste, se acolhiem à ilha de São Tomé, onde iriam ficar quase um ano, esperando ordens. Entretanto, a fragata *Nossa Senhora da Graça*, do comissário português, rumava à Baía para reparações dos estragos provocados por uma violenta tempestade.

Quando Varela y Ulloa desembarca em Cádiz, a 12 de Março de 1779, estavam a fazer-se os preparativos para o envio de reforços em resposta a Argelejo, não tendo, portanto, seguido ainda para África o despacho de Floridablanca de 9 de Janeiro de 1779, a que fizemos já referência.

Ulloa faz chegar à corte de Madrid um relatório circunstanciado sobre a situação geográfica das ilhas, onde considerava que, quer militar quer economicamente, era pouco viável a fixação em Fernando Pó ou em Ano Bom⁸¹. Fazia também críticas pesadas aos portugueses a quem acusava de não possuírem quaisquer direitos nem sobre as ilhas nem sobre os portos da costa, classificando explicitamente de “fraude” a forma como teriam procedido no assunto. Percebem-se, na circunstância, os ressentimentos de Varela y Ulloa, um dos mais massacrados pelas condições em que se processara a questão da transferência de soberania e empenhado em que não lhe fossem atribuí-

⁷⁸ Tratava-se do novo governador de São Tomé e Príncipe, que navegara na fragata do comissário português e vinha substituir Vicente Gomes Ferreira.

⁷⁹ Instruções régias para o representante português encarregado da entrega das ilhas de Fernão do Pó e Ano Bom à Coroa Espanhola, minuta s.d., in C. A. NEVES, *S. Tomé e Príncipe...* cit., pp. 378-380.

⁸⁰ “Propus ao Comissário espanhol o tomar a posse, pois que isto não era gente que lhe impedisse o seu estabelecimento, ao que me respondeu que ele o não podia fazer, porque as instruções lhe mandavam tomar posse de uma ilha pacífica, com vassallos obedientes e que conhecessem o seu Soberano por seu Rei e não de uma terra com um povo rebelde e amotinado sem obediência” (A.H.U., *São Tomé*, Caixa 16, doc. 63, Carta do comissário português Luís Caetano de Castro para o rei, 30 de Novembro de 1778).

⁸¹ “Descripción de la Isla de Fernando Poo, hecha por el Capitán de Fragata Dn. José Varela”, in D. G. CANTÚS, *Fernando Poo...* cit., p. 631.

das responsabilidades sobre os maus resultados da missão. Será, no entanto, o seu relatório que tem servido a muitos historiadores (de que o exemplo mais recente é o de Dolores García Cantús) para entenderem como enganosa a atitude portuguesa desde o tratado de Santo Ildefonso, nomeadamente por Portugal ter cedido, aí, direitos que não possuiria⁸².

O capitão Varela y Ulloa escreveu também directamente (esquecendo, no ímpeto, as regras da cortesia e das convenções hierárquicas) uma carta indignada ao secretário de Estado português da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Este não lhe respondeu (“os inesperados termos com que aquele oficial se explica e nos argue me dispensam de lhe responder”) mas, na carta que, a propósito, enviou para o embaixador em Madrid, transmite o que era a argumentação central da corte portuguesa. Considera inaceitável que se pudesse duvidar da soberania portuguesa sobre as ilhas, que nunca fora posta em causa por nenhuma potência europeia, e, no que toca à costa africana, é peremptório: “não disse a Corte de Lisboa à de Madrid, nem a quis persuadir de que os ditos portos eram dependentes da ilha de Fernão do Pó, como inconsideradamente lhe quer imputar D. José Varela e Ulhoa, nem do artigo XIII do Tratado de Aliança se depreende cousa semelhante”⁸³.

Ao mesmo tempo, era entregue ao embaixador espanhol em Lisboa uma nota no mesmo sentido, em que se citavam documentos, da fase das negociações, em que “de un modo claro y verdadero se expuso las condiciones de las islas y el modo de comerciar con las costas vecinas de África”. Ao mesmo tempo, reafirmavam-se os direitos de Portugal sobre as ilhas e condenavam-se os que “maliciosamente” se manifestavam em sentido contrário⁸⁴.

Aliás, a 20 de Março de 1779, o próprio Floridablanca se insurge contra os que lançavam dúvidas sobre a efectiva pertença de Ano Bom e Fernando Pó aos portugueses pois, ao fazerem-no, estavam também, argumentava ele, a pôr em causa os direitos dos espanhóis sobre essas ilhas, o que serviria para estimular as potências estrangeiras a opor-se à presença de Espanha no golfo da Guiné⁸⁵.

⁸² D. G. CANTÚS, *Fernando Poo...* cit., *passim*, sobretudo pp. 17, 39, 40 e 50. Não são da mesma opinião autores espanhóis mais próximos dos acontecimentos. Transcrevo de uma memória premiada em 1844: “No seremos nosotros los que secundemos la opinion de los espedicionarios à aquellas islas, de que habíamos sido enganados pelos portugueses (...) porque la razon en que fundaban aquella opinion de que para establecerse ocurrian grandes dificultades que á los portugueses impidieron siempre hacerlo en ellas, no es fundada, ni España se hallaba entonces sin esperanzas ni medios de remover tales y mayores impedimentos, con superioridad á los que los portugueses podian emplear” (Juan Miguel de los Ríos, “Memoria sobre las islas de Fernando Poo y Annobon”, in *Memorias sobre las islas africanas de España*, Madrid, Compañía Tipografica, 1844, pp. 68-69).

⁸³ Carta do Secretário de Estado da Marinha e Ultramar para D. Francisco de Sousa Coutinho, 1779, in C. A. NEVES, S. *Tomé e Príncipe...* cit., pp. 385-387.

⁸⁴ M. CENCILLO PINEDA, *El brigadier conde de Argelejo...* cit., p. 115.

⁸⁵ M. L. CASTRO e María L. de la CALLE, *Origen de la Colonización...* cit., p. 44, n. 21.

Desta forma, apesar da contundência do “informe Varela”, Madrid não denuncia o tratado de amizade, não reivindica a ilha do Príncipe (como sugeria Varela y Ulloa) e limita-se, entre protestos diplomáticos formais, a pedir maior apoio para a instalação de um estabelecimento em Fernando Pó⁸⁶.

Decorrendo dessa atitude de Madrid ou apenas em função das notícias entretanto recebidas em Lisboa, o governo português mandou partir para São Tomé, no início de Abril de 1779, a fragata *São João Baptista*, para apoiar o comissário Caetano de Castro na entrega de Ano Bom às autoridades espanholas. A bordo seguiam, com víveres para cinco meses, duas companhias de Infantaria e um destacamento de Artilharia, forte das suas seis peças de campanha. As instruções oficiais que os regiam admitiam, pela primeira vez, que se usasse a força destrutiva das armas se não houvesse outros meios para conseguir a obediência dos anobonenses⁸⁷. A 20 de Junho, a nova fragata encontrou-se, em São Tomé, com a *Nossa Senhora da Graça*, que já tinha voltado da Baía. O comissário português passava, então, a dispor, sob as suas ordens directas, de cerca de 800 homens⁸⁸.

Todavia, quando pretendeu dar cumprimento à sua missão, deparou-se com a resistência do comissário espanhol Primo de Rivera, que se negou a aceitar a ilha de Ano Bom, enquanto não recebesse ordens formais de Madrid. Depois de um braço de ferro de quase três meses, a 18 de Setembro de 1779, o comissário português resolveu regressar a Lisboa com as duas fragatas, deixando apenas no terreno a sumaca *Leão Dourado* e ordens para que fosse o governador João Manuel Azambuja a fazer a entrega oficial de Ano Bom, quando fosse caso disso⁸⁹.

Na viagem de regresso, Fr. Luís Caetano de Castro trouxe também o correio para Madrid, incluindo as justificações de Primo de Rivera para José de Gálvez, o secretário das Índias. Quando teve conhecimento de todo o sucedido, Floridablanca propôs a Gálvez que demitisse Primo de Rivera e o substituisse por alguém mais capaz para tomar posse das ilhas. Como houve

⁸⁶ Carta de Floridablanca para o embaixador de Portugal em Madrid, 16 de Março de 1779. Nessa carta, o ministro espanhol considera que, face às circunstâncias, deve a corte portuguesa providenciar para que os espanhóis se possam estabelecer “por agora”, interinamente na ilha de São Tomé ou na do Príncipe para se proceder, dali, à “redução” de Fernando Pó e Ano Bom. E acrescenta que isso conduzirá a que “empiecen las dos naciones a obrar unidas, ayudándose mutuamente a contrarrestar la oposición y extorsiones que los portugueses experimenten de parte de algunas naciones extranjeras en su navegación y comercio de negros” (M. CENCILLO PINEDA, *El brigadier conde de Argelejo...* cit., p. 112).

⁸⁷ Carta do Secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, para o comissário Luís Caetano de Castro, Lisboa, 2 de Abril de 1779, in C. A. NEVES, *S. Tomé e Príncipe...* cit., pp. 381-382.

⁸⁸ A.H.U., S. Tomé, Caixa 17, doc. 27, Carta de Luís Caetano de Castro para Joaquim Primo de Rivera, 18 de Agosto de 1779.

⁸⁹ *Ibidem*, Carta de Luís Caetano de Castro para o governador João Manuel de Azambuja, 10 de Setembro de 1779. Juntas com este documento encontram-se também algumas das cartas trocadas entre Caetano de Castro e Primo de Rivera durante o período de espera no porto de São Tomé.

divergências de opiniões, só a 16 de Outubro de 1780 foi tomada uma decisão: Primo era apenas repreendido mas foram-lhe dadas ordens terminantes para receber a ilha de Ano Bom e dar início ao estabelecimento em Fernando Pó⁹⁰. No entanto, ainda desta vez, o correio iria chegar tarde demais.

Em 30 de Novembro de 1779, tendo já recebido alguns reforços e quando se esperava, a todo o momento, a chegada de outros, a frota espanhola, sob o comando de Primo de Rivera, deixou o porto de São Tomé a caminho de Fernando Pó para, de acordo com todos os pareceres, aí criar um “estabelecimento” espanhol que servisse de base ao tráfico na costa africana. Além da guarnição própria, muito debilitada pelas doenças, tinha sido possível comprar 55 escravos a um navio português de passagem e recrutar em São Tomé e no Príncipe um número razoável de trabalhadores.

Escolhido o lugar para instalação na baía a que chamaram “de Concepción”, ampla e aprazível enseada, poderia pensar-se que o pior tinha terminado. Bem pelo contrário: os habitantes da ilha (os *bubis*) começaram a atacar os estaleiros, as doenças não paravam de ceifar vidas, faltavam os víveres e os medicamentos, o casco dos navios era corroído pela broma, não havia noite sem que alguns escravos se pusessem em fuga... No Verão de 1780, a situação era já desesperada e a sensação do fim iminente (de “total ruína”⁹¹) tinha tomado conta de todos, artífices e militares, que receavam nunca mais poder abandonar a ilha. Os soldados sublevaram-se e puseram Primo de Rivera a ferros. Sob o comando do sargento Jerónimo Martin, toda a guarnição abandonou Fernando Pó, em 31 de Outubro de 1780, a caminho de São Tomé⁹².

Considerações finais

Apesar do evidente insucesso do projecto iniciado em 1777, não parece que isso tenha provocado, em nenhum momento, incidentes diplomáticos entre as cortes de Lisboa e de Madrid que, como temos querido demonstrar, revelaram ao longo de todo o processo uma razoável sintonia nos seus objetivos e até na forma de actuação. E, de qualquer forma, apesar dos incidentes de percurso, ambos os países consideraram concretizada a transferência de soberania das ilhas de Fernando Pó e de Ano Bom, tendo a Espanha obtido, desse facto, o respectivo reconhecimento internacional.

O fracasso no terreno deveu-se a um conjunto de circunstâncias negativas, a primeira das quais foi o atraso na chegada da delegação portuguesa, que condicionou o ambiente psicológico de toda a missão e precipitou o desgaste físico das guarnições dos navios. Em relação aos responsáveis espa-

⁹⁰ M. CENCILLO PINEDA, *El brigadier conde de Argelejo...* cit., pp. 118-119.

⁹¹ A.H.U., S. Tomé, Caixa 18, doc. 7, Carta de Josef de Biempica para o governador João Manuel de Azambuja, 7 de Outubro de 1780.

⁹² M. L. CASTRO e María L. de la CALLE, *Origen de la Colonización...* cit., pp. 46-49.

nhóis da expedição, além de alguns conflitos pessoais nunca ultrapassados, foram vítimas, e esta parece-nos a questão fundamental, da sua inexperiência em relação às condições físicas e humanas do espaço geográfico em que tinham de actuar, revelando, quase sempre, dificuldades de adaptação a um meio que, mais do que ser hostil, lhes era totalmente desconhecido.

As relações dos expedicionários com a administração portuguesa no Príncipe e em São Tomé, não foram, inicialmente, boas, queixando-se os comandantes da frota castelhana de falta de colaboração por parte do governador Vicente Gomes Ferreira. No entanto, o que ressalta da documentação é que, na fase seguinte, nomeadamente durante a tentativa de instalação em Fernando Pó, tanto o novo governador de São Tomé e Príncipe, João Manuel Azambuja, como o capitão-mor de São Tomé mantiveram sempre, com os recém-chegados, as relações de hospitalidade e de boa vizinhança previstos no espírito e na letra do tratado do Pardo. De facto, o arquipélago português funcionou como apoio de retaguarda, onde eram adquiridos mantimentos e materiais diversos, fretados navios, recrutados, em diferentes momentos, trabalhadores indiferenciados ou especializados (intérpretes incluídos) e onde os doentes tentavam recuperar das suas maleitas⁹³. Aliás, Primo de Rivera e os seus homens tinham estado mais de um ano aquartelados em São Tomé antes da partida para o seu destino e, quando falhou a instalação em Fernando Pó e os soldados se amotinaram, foi para lá que voltaram e aí ficaram durante muitos meses, tendo sido tomadas providências para acolher os elementos mais debilitados, que eram quase todos.

O abandono de Fernando Pó e do projecto, que lhe estava associado, de intervenção directa de Madrid no tráfico negreiro, bem como o regresso, entre 1784 e 1788, aos acordos com as grandes empresas negreiras britânicas⁹⁴, não significaram que os espanhóis desistissem da intenção de entrar no comércio entre a África e a América e que deixassem de procurar rendibilizar os benefícios decorrentes do tratado do Pardo. Em Janeiro de 1789, o capitão-mor da ilha de São Tomé, João Baptista e Silva, informou a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar da passagem de um navio “inglês americano” (a ideia dos Estados Unidos independentes demorava a fixar-se), de nome *Elisabeth*, com carga de escravos vindo de “Bani” [Bane?] a caminho de Montevideu. A bordo iam três espanhóis, nem mais nem menos o capitão, o piloto e um negociante. Segundo o capitão-mor de São Tomé, tratava-se de um dos vários navios ingleses e americanos fretados por Espanha e com tripulantes espanhóis que, além do negócio propriamente dito, tinham como fim “exercitarem-se no negócio, portos e viagem para a fazerem [mais tarde] em seus navios”. Durante a estadia em São Tomé, os espanhóis do *Elisabeth*

⁹³ No Arquivo Histórico Ultramarino existe documentação sobre o assunto, entre os quais um “Diario de los principales acaecimientos de la expedición española...”, assinado por Josef de Biempica, em São Tomé, 12 de Novembro de 1780, com os factos fundamentais da expedição a Fernando Pó desde Novembro de 1779 (A.H.U., S. Tomé, Caixa 18, doc. 7).

⁹⁴ M. L. CASTRO e María L. de la CALLE, *Origen de la Colonización...*, pp. 67-69.

contactaram, em sigilo, com três moradores, incitando-os, uma vez que estavam habituados ao clima, a mudarem-se com os seus escravos, pagos a peso de ouro, para a ilha de Ano Bom, pois “Sua Majestade Católica queria povoar a ilha para nela irem aportar todos os navios espanhóis”⁹⁵.

A experiência não teve, aparentemente, continuidade⁹⁶ e será preciso esperar por meados do século XIX para que a coroa espanhola volte a lançar-se na aventura africana, iniciada, mais de seis décadas antes, no palácio real de Santo Ildefonso.

⁹⁵ A.H.U., *S. Tomé*, Caixa 22, docs. 45 e 50, Cartas do capitão João Baptista e Silva para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, São Tomé, 11 e 31 de Janeiro de 1789.

⁹⁶ Não obstante, alguns navios de Espanha continuaram a aportar a São Tomé. Em 1792, já em Espanha tinha sido decretada a liberalização do tráfico, o capitão de um navio negreiro espanhol “abriu feira” na ilha para compra de escravos (*Ibidem*, Caixa 25, doc. 1, 10 de Maio de 1793).

ANEXO 1

Tratado Preliminar de Limites na América Meridional entre D. Maria I e D. Carlos III assinado em Santo Ildefonso em 1 de Outubro de 1777**Artigos separados**

Por considerações de conveniência recíproca para as duas Coroas de Portugal e Espanha, têm resolvido suas Majestades Fidelíssima e Católica estender os seguintes Artigos separados, que haverão de ficar secretos até que os dois soberanos determinem outra cousa de comum acordo, devendo ter desde agora estes Artigos separados a mesma força e vigor que os do Tratado Preliminar de limites que se firmou no dia de hoje. [...]

Art. III

Desejando Sua Majestade Fidelíssima corresponder à magnanimidade de Sua Majestade Católica, e condescender com tudo quanto possa ser grato e útil aos seus vassallos, cede à Coroa de Espanha a Ilha de Ano Bom, na Costa de África, com todos os direitos, posse e acções que tem à mesma ilha, para que desde logo pertença aos domínios espanhóis e do mesmo modo que até agora tem pertencido aos da Coroa de Portugal.

Art. IV

Igualmente Sua Majestade Fidelíssima, em Seu nome e de Seus Herdeiros e Sucessores, cede todo o direito e acção que tem ou possa ter à Ilha de Fernando do Pó [sic] no Golfo da Guiné, para que os vassallos da Coroa de Espanha se possam estabelecer nela e negociar nos portos e costas opostas à dita ilha, como são os portos do Rio Gabão e dos Camarões, de S. Domingos, Cabo Formoso e outros daquele distrito; sem que por isso se embarace ou estorve o comércio dos vassallos de Portugal, particularmente dos das Ilhas do Príncipe e de São Tomé, que actualmente são e forem para o futuro a negociar na dita costa e portos,

Artículos separados

Por consideraciones de conveniência recíproca para las Coronas de España y Portugal, han resuelto Sus Majestades Católica e Fidelísima estender los siguientes Artículos saparados, que habrán de quedar secretos, hasta que los dos Soberanos determinem otra cosa de comun acuerdo; debiendo tener desde ahora estos Artículos separados la misma fuerza y vigor que los del Tratado Preliminar de limites que se ha firmado hoy dia de la fecha. [...]

Art. III

Deseando Su Majestad Fidelísima corresponder a la magnanimidad de Sua Majestad Católica, y condescender con todo lo que pueda ser grato y útil a sus vasallos, cede a la Corona de España la Isla de Annobon en la Costa de África con todos los derechos, posesion y acciones que tiene à la misma isla, para que desde luego pertenezca a los domínios españoles, del próprio modo que hasta ahora ha pertenecido a los de la Corona de Portugal.

Art. IV

Igualmente cede Su Majestad Fidelísima en Su nombre y en el de Sus Herederos y Sucesores a Su Majestad Católica y a sus Herederos y Sucesores todo el derecho y accion que tiene o pueda tener a la Isla de Fernando del Pó en el Golfo de Guinéa, para que los vasallos de la Corona de España se puedan establecer en ella y negociar en los puertos y costas opuestas a la dicha isla, como son los puertos del Rio Gabaon, de los Camarones, de Santo Domingo, Cabofermoso y otros de aquel distrito; sin que por eso se impida o estorbe el comercio de los vasallos de Portugal, particularmente de los de las Islas del Príncipe y de Santo Tome, que al presente van

comportando-se nelas os vassallos portugueses e espanhóis com a mais perfeita harmonia, sem que, por algum modo, se prejudiquem ou embarcem uns aos outros.

Art. V

Todas as embarcações espanholas, sejam de guerra ou de comércio da dita Nação, que fizerem escala pelas Ilhas do Príncipe e de S. Tomé, pertencentes à Coroa de Portugal, para refrescar as suas tripulações ou prover-se de víveres ou outros efeitos necessários, serão recebidas e tratadas nas ditas ilhas como a nação mais favorecida; e o mesmo se praticará com as embarcações portuguesas de guerra ou de comércio que forem à Ilha de Ano Bom ou de Fernando do Pó, pertencentes a Sua Majestade Católica.

y que en lo futuro fueren a negociar en la dicha costa y puertos, comportándose en ellos los vasallos españoles y portugueses con la mas perfecta armonia, sin que por algun motivo o pretesto se perjudiquen o estorben unos a otros.

Art. V

Todas las embarcaciones españolas sean de guerra o del comercio de dicha Nacion, que hicieren escala por dichas Islas del Príncipe y de Santo Tomé, pertenecientes a la Corona de Portugal, para refrescar sus tripulaciones o proveer-se de viveres ú otros efectos necesarios, serán recibidas y tratadas en las dichas islas como la nacion mais favorecida; y lo mismo se praticará con las embarcaciones portuguesas de guerra o de comercio que fueren a la Isla de Annobon o a la de Fernando del Pó, pertenecientes a Su Majestad Católica.

In José Ferreira Borges de CASTRO, *Collecção dos tratados...* cit., vol. III, pp. 259-267.

ANEXO 2

Tratado de Aliança Defensiva entre D. Maria I e D. Carlos III assinado em Madrid (“en el Real Sitio del Pardo”) em 11 de Março de 1778

[...]

Artigo XIII

Desejando Suas Majestades Fidelíssima e Católica promover as vantagens do Comercio dos seus respectivos vassallos, as quais podem verificar-se no que reciprocamente fizerem de compra e venda de Negros, sem ligar-se a Contratos e Assentos prejudiciais, como os que em outro tempo se fizeram com as Companhias Portuguesa, Francesa e Inglesa, as quais foi preciso extinguir ou anular, convieram os dois Altos Príncipes Contratantes em que, para lograr aqueles e outros fins, e compensar de algum modo

[...]

Artículo XIII

Deseando sus Majestades Católica y Fidelísima promover las ventajas del comercio de sus respectivos súbditos, las cuales pueden verificarse en el que recíprocamente hicieren de compra y venta de negros, sin ligarse a Contratos y asientos perjudiciales, como los que en otro tiempo se hicieron con las Compañías Portuguesa, Francesa e Inglesa, los cuales fue preciso cortar o anular; se han convenido los dos Altos Príncipes Contrayentes en que para lograr aquellos y otros fines y compensar de algun modo las cessiones, restitucio-

as cessões, restituições e renúncias feitas pela Coroa de Espanha no Tratado Preliminar de Limites do primeiro de Outubro de 1777, cederia Sua Majestade Fidelíssima, como de facto tem cedido e cede por Si e em nome de seus Herdeiros e Sucessores a Sua Majestade Católica e aos seus Herdeiros e sucessores na Coroa de Espanha, a Ilha de Ano Bom na Costa de África, com todos os Direitos, Possessões e Acções que tem à mesma Ilha, para que deste logo pertença aos Domínios Espanhóis do próprio modo que até agora tem pertencido aos da Coroa de Portugal. E assim mesmo todo o Direito e Acção que tem ou pode ter à Ilha de Fernando do Pó [sic], no Golfo de Guiné; para que os Vassallos da Coroa de Espanha se possam estabelecer nela e negociar nos Portos e Costas opostas [sic] à dita Ilha, como são os portos do Rio Gabão, dos Camarões, de S. Domingos, Cabo Formoso e outros daquele distrito; sem que por isso se embarace ou estorve o Comercio dos Vassallos de Portugal, particularmente dos das Ilhas do Príncipe e de S. Tomé, que ao presente vão e no futuro forem a negociar na dita costa e Portos, comportando-se neles os Vassallos Portugueses e Espanhóis com a mais perfeita harmonia; sem que por algum motivo ou pretexto se prejudiquem ou estorvem uns aos outros.

Artigo XIV

Todas as Embarcações espanholas, sejam de Guerra ou de Comércio da dita Nação que fizerem Escala pelas Ilhas do Príncipe e de S. Tomé, pertencentes à Coroa de Portugal, para refrescar as suas Tripulações ou prover-se de Víveres ou outros efeitos necessários, serão recebidas e tratadas nas ditas Ilhas como a Nação mais favorecida; e o mesmo se praticará com as Embarcações Portuguesas de Guerra ou de Comércio que forem à Ilha de Ano Bom ou à de Fernando do Pó pertencentes a Sua Majestade Católica.

nes y renunciaciones hechas por la Corona de España en el Tratado Preliminar de Limites de primero de Octubre de 1777, cedería Su Majestad Fidelissima, como de hecho ha cedido, y cede, por Si y en nombre de sus Herederos y sucesores a Su Majestad Católica y los suyos en la Corona de España, la Isla de Annobón, en la costa de África, con todos los Derechos, Posesiones y Acciones que tiene la misma isla, para que desde luego, pertenezca a los Dominios Españoles del propio modo que hasta ahora ha pertenecido a los de la Corona de Portugal; y asimismo todo el Derecho y Acción que tiene o puede tener a la Isla de Fernando Poo, en el Golfo de Guinea, para que los vasallos de la Corona de España se puedan establecer en ella y negociar con los puertos y costas opuestos a dicha isla, como son los puertos de río Gabón, de los Camarones, de Santo Domingo, de Cabo Formoso y otros de aquel distrito sin que por eso se impida ou estorve el Comercio de los Vasallos de Portugal, particularmente de los de las Islas del Principe y de Santo Tome que al presente van y que en lo futuro fueren a negociar en la dicha Costa y Puertos, comportando-se en ellos los Vasallos Españoles y Portugueses con la mas perfecta armonia, sin que por algun motivo o pretexto se perjudiquen o estorven unos a otros.

Artículo XIV

Todas las Embarcaciones Españolas, sean de Guerra o del Comercio de dicha Nación que hicieren escala por las Islas del Príncipe y de Santo Tomé, pertenecientes a la Corona de Portugal, para refrescar sus Tripulaciones o proveer-se de Víveres o otros efectos necesarios, serán recibidas y tratadas en las dichas Islas como la Nación más favorecida, y lo mismo se practicará con las Embarcaciones Portuguesas de Guerra o de Comercio que fueren a la Isla de Annobón o a la de Fernando del Pó, pertenecientes a su Majestad Católica.

Artigo XV

Além dos Auxílios que reciprocamente se haverão de dar as duas Nações Portuguesa e Espanhola nas ditas ilhas de S. Tomé e do Príncipe e nas de Ano Bom e de Fernando do Pó, Convieram Suas Majestades Fidelíssima e Católica em que nas mesmas possa haver entre os Vassallos de ambos os Soberanos um tráfico e Comércio franco e livre de Negros e no caso de trazê-los a Nação Portuguesa às referidas Ilhas de Ano Bom e de Fernando do Pó, serão comprados e pagos pronta e exactamente com tanto que os preços sejam convencionais e proporcionados à qualidade dos Escravos e sem excesso aos que costumem subministrar ou subministrarem outras Nações em iguais vendas e lugares.

Artigo XVI

Igualmente oferece Sua Majestade Católica que o consumo do Tabaco de Folha que fizer para o dito Comércio nas referidas Ilhas e Costa imediata de África será, por espaço de quatro anos, do que produzem os Domínios do Brazil; para cujo fim se regulará um Contrato formal com a Pessoa ou Pessoas que destinar a Corte de Lisboa, no qual se especificarão as quantidades de Tabaco, preço e mais circunstâncias que correspondam a este ponto. E passados os ditos quatro anos com maior conhecimento se poderá tratar de prorrogar ou não o contrato que desde logo se fizer e ampliar, modificar ou aclarar as suas Condições.

Artigo XVII

Podendo os Artigos deste Tratado ou alguns deles ser aplicáveis a outras Potências que os dois Altos Contratantes tenham por conveniente convidar a sua accessão, se reservam Suas Majestades Fidelíssima e Católica pôr-se de acordo sobre este ponto e regular em todas as suas partes o modo de executá-lo com respeito ao interesse recíproco das duas Coroas e daquela ou aquelas que houverem de ser convidadas e desejarem aceder.

Artículo XV

Además de los auxilios que recíprocamente se habrán de dar las dos Naciones, Española y Portuguesa, en dichas Islas de Annobón y Fernando Póo, y en las de Santo Tomé y del Príncipe, se han convenido sus Majestades Católica y Fidelísima en que, en las mismas, pueda haber entre los súbditos de ambos soberanos un tráfico y Comercio franco y libre de Negros; y en caso de traerlos la Nación Portuguesa a las referidas Islas de Annobón y de Fernando del Póo, serán comprados y pagados pronta y exactamente, con tal que los precios sean convencionales y proporcionados a la calidad de los Esclavos, y sin exceso a los que acostumbren suministrar o suministraren otras Naciones en iguales ventas y parajes.

Artículo XVI

Igualmente ofrece Su Majestad Católica que el consumo de Tabaco de Hoja que hiciere para dicho Comercio en las referidas Islas e Costa inmediata de Africa sera, por espacio de quatro años, del que producen los Dominios del Brasil; a cuyo fin se arreglará contrata formal con la Persona o Personas que destinar la Corte de Lisboa, en la que se especificarán las cantidades de Tabaco, precios y demas circunstancias que correspondan a este punto. Y pasados dichos quatro años, con mayor conocimiento se podrá tratar de prorogar, o no, el Contrato, que desde luego se hiciese y de ampliar, modificar o declarar sus Condiciones.

Artículo XVII

Pudiendo los Artículos de este Tratado, o alguno de ellos, ser adaptables a otras Potencias que los dos Altos Contrayentes tengan por conveniente convidar a su accessión, se reservan Sus Majestades Católica y Fidelísima ponerse de acuerdo sobre este punto, y arreglar en todas sus partes el modo de ejecutarlo con respecto al interés recíproco de las dos Coronas, y de aquella, o aquellas que hubieren de ser convidadas y desearan acceder.

In *Tratado de aliança defensiva...* cit.

Bibliografia citada

- ALMEIDA, Eduardo de Castro e, *Inventário dos Documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo da Marinha e Ultramar de Lisboa*, 3 vols., Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1913.
- BALLONG-WEN-MEWUDA, J. Bato'ora, *São Jorge da Mina: 1482-1637: la vie d'un comptoir portugais en Afrique Occidentale*, 2 vols., Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1993.
- BERBAIN, Simone, *Le comptoir français de Juda-Ouidah au XVIII^e siècle: études sur la traite des noirs au golfe de Guinée*, Paris, Librairie Larose, 1942.
- Boletim do Conselho Ultramarino. Legislação Antiga*, vol. II (1755-1834), Lisboa, Imprensa Nacional, 1867.
- BRANDÃO, Fernando Manuel de Castro, *Do tratado de Madrid ao de Santo Ildefonso (1750-1777): alguns aspectos e problemas*, Lisboa, 1970. Separata da *Revista Ocidente*, n.º 78.
- BRÁSIO, Padre António, *Monumenta Missionaria Africana (África Ocidental)*, Série I, Vols. I-XV, Agência Geral do Ultramar (Academia Portuguesa da História depois do vol. XII), Lisboa, 1952-1988.
- CALDEIRA, Arlindo Manuel, "A terra que seus pais povoaram e defenderam... A questão do protonacionalismo em São Tomé e Príncipe nos séculos XVII e XVIII", *Anais de História de Além-Mar*, vol. II, Lisboa, 2001, pp. 299-326.
- CALDEIRA, Arlindo Manuel, "A estratégia inicial da colonização portuguesa no golfo da Guiné", in *Actas do V Congresso de Estudos Africanos no Mundo Ibérico*, Covilhã, 2007 (CD-Rom).
- CALDEIRA, Arlindo Manuel, "Organizing Freedom. *De facto* Independence on the Island of Ano Bom (Annobón) during the Eighteenth and Nineteenth Centuries", *Afro-Hispanic Review*, volume 28, Number 2, Nashville, 2009, pp. 293-310.
- CALDEIRA, Arlindo Manuel, "Rebelião e outras formas de resistência à escravatura na ilha de São Tomé (sécs. XVI-XVIII)", *Africana Studia*, n.º 7, Porto, 2004, pp. 101-136.
- CALDEIRA, Arlindo Manuel, "Uma ilha quase desconhecida", *Studia Africana – Revista Inter-universitária d'Estudis Africans*, n.º 17, Barcelona, Out. 2006, pp. 99-109.
- CASTELO-BRANCO, Fernando, "Os franceses e as ilhas do Golfo da Guiné", *Arquivos do Centro Cultural Português*, n.º 3, Paris, 1971, pp. 717-719.
- CASTELO-BRANCO, Fernando, "Planearam os Franceses apoderar-se de Fernando Pó no século XVIII?", *Arquivos do Centro Cultural Português*, n.º 1, Paris, 1969, pp. 480-482.
- CASTRO, José Ferreira Borges de, *Collecção dos tratados, convenções, contratos e actos publicos celebrados entre a coroa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até ao presente*, 8 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1856-1858.
- CASTRO, Mariano L. de e CALLE, María Luísa de la, *Origen de la Colonización Española en Guinea Ecuatorial (1777-1860)*, Valladolid, Publicaciones de la Universidad, 1992.
- CENCILLO DE PINEDA, Manuel, *El brigadier conde de Argelejo y su expedición militar a Fernando Poo en 1778*, Madrid, Instituto de Estudios Africanos, 1948.

- CRESPI, Liliana, "Islas de Fernando Poó y Annabón (*sic*). Dos intentos de presencia española en África a fines del siglo XVIII", in *II Reunião Internacional de História da África*, Rio de Janeiro, 1996, pp. 281- 283.
- DEVEAU, Jean Michel, *L'or et les esclaves: histoire des forts du Ghana du XVI^e au XVIII^e siècle*, Paris, Karthala, 2005.
- DEVEAU, Jean-Michel, "Traite, esclavage et fortifications dans l'Ouest africain (XV^e-XVII^e siècle)", *EchoGéo*, n.º 1, Junho/Agosto, 2007 [WEB, 25 Janeiro 2011].
- ELTIS, David e RICHARDSON, David, *Atlas of the Transatlantic Slave Trade*, New Haven e Londres, Yale University Press, 2010
- GALLOWAY, J. H., *The Sugar Cane Industry: An Historical Geography from Its Origins to 1914*, Cambridge [UK], Cambridge University Press, 1989.
- GARCÍA CANTÚS, Dolores, *Fernando Poo: una aventura colonial española*, Vic (Barcelona), CEIBA/Centros Culturales Españoles de Guinea Ecuatorial, 2006.
- Gavetas da Torre do Tombo (As)*, introdução de A. da Silva REGO, 12 vols., Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1977.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Os descobrimentos e a economia mundial*, 2.^a ed., 4 vols., Lisboa, Presença, 1981-1983 [1.^a ed., 1963-1965].
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.), *História geral da civilização brasileira*, 13.^a ed., tomo I, vol. I, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.
- KLEIN, Herbert S., *O tráfico de escravos no Atlântico*, Ribeirão Preto, FUNPEC Editora, 2004 [ed. original, 1999].
- MACEDO, Jorge Borges de Macedo, *História diplomática portuguesa: constantes e linhas de força*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, 1987.
- MATOS, Raimundo José da Cunha, *Chorographia historica das ilhas de S. Thomé e Príncipe, Anno Bom e Fernando Pó*, S. Tomé, Imprensa Nacional, 1905.
- MAURO, Frédéric, *Le Portugal et l'Atlantique au XVII^e siècle (1570-1670): étude économique*, Paris, S.E.V.P.E.N., 1960.
- MENDES, António de Almeida, "Les réseaux de la traite ibérique dans l'Atlantique nord. Aux origines de la traite atlantique (1440-1640)", *Annales. Histoire, Sciences sociales*, n.º 4, 2008, pp. 739-768.
- MENDES, António de Almeida, "The Foundations of the System: A Reassessment of the Slave Trade to the Spanish Americas in the Sixteenth and Seventeenth Centuries", in D. ELTIS e D. RICHARDSON (dir.), *Extending the Frontiers: Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database*, Yale University Press, 2008, pp. 63-94.
- NEVES, Carlos Agostinho das, *São Tomé e Príncipe na 2.^a metade do século XVIII*, Funchal/ Lisboa, Secretaria Geral do Turismo/Instituto de História de Além-Mar, 1989.
- RATELBAND, Klaas, *Os holandeses no Brasil e na costa africana: Angola, Kongo e São Tomé (1600-1650)*, Lisboa, Vega, 2003.

- RAU, Virgínia, “O açúcar de São Tomé no segundo quartel do século XVI”, in *Elementos de história da ilha de S. Tomé*, Lisboa, Centro de Estudos da Marinha, 1971.
- Recueil des voyages qui ont servi aux progrès de la Compagnie des Indes Orientales formée dans les Provinces-Unies des Pays-Bas*, 10 vols., Ruão, Pierre Caillous Libraire, 1725.
- RIOS, Juan Miguel de los, “Memoria sobre las islas de Fernando Poo y Annobon”, in *Memorias sobre las islas africanas de España*, Madrid, Compañia Tipografica, 1844.
- RUFO YSERN, Paulina, “La expansión peninsular por la costa africana. El enfrentamiento entre Portugal y Castilla (1475-1480)”, in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época: Actas*, Porto, Universidade/CNCDP, 1989, vol. III, pp. 59-79.
- RYDER, Alan, *Benin and the Europeans: 1485-1897*, Londres, Longmans, 1969.
- SÁ-NOGUEIRA, Isabel e Bernardo de, “A ilha do Príncipe no 1.º quartel do século XVI: administração e comércio”, in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época: Actas*, Porto, Universidade/CNCDP, 1989, vol. III, pp. 81-103.
- SACO, José António, *Historia de la esclavitud de la raza africana en el Nuevo Mundo y en especial en los países américo-hispanos*, 2.ª ed., 4 vols., Havana, Ed. Cultural, 1938.
- SALDANHA, António Vasconcelos de, *As capitánias e o regime senhorial na expansão ultramarina portuguesa*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991.
- SCHWARTZ, Stuart B. (ed.), *Tropical Babels: Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680*, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2004.
- SERAFIM, Cristina Maria Seuanes, *As ilhas de São Tomé no século XVII*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2000.
- SOUSA, Filomena Coelho, *A voz dos poderes: gestão da ordem na Ilha do Príncipe, 1753-1778*, Tese de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Universidade de Lisboa [policopiada], Lisboa, 2002.
- SUNDIATA, Ibrahim K., “A note on an abortive slave trade: Fernando Po, 1778-1781”, *Bulletin de l’Institut Fondamental d’Afrique Noire, Série B: Sciences humaines*, vol. 35, n.º 4, Dakar, 1973, pp. 793-804.
- THORNTON, John, *África e os Africanos na formação do Mundo Atlântico*, Rio de Janeiro, Elsevier, 2004 [ed. original, 1992].
- Tratado de aliança defensiva entre os muitos altos e poderosos senhores D. Maria, rainha de Portugal, e Dom Carlos III, rei de Espanha, assinado em Madrid em 1778*, Lisboa, Impr. J. F. Monteiro de Campos, 1815.
- TUÑÓN DE LARA, Manuel (dir.), *Historia de España*, tomo VI: Guillermo CÉSPEDES DEL CASTILLO, *América Hispánica (1492-1898)*, Barcelona, Editorial Labor, 1983.
- VERGER, Pierre, *Flux et reflux de la traite des nègres entre le golfe de Benin et Bahia de Todos os Santos du XVII^e au XIX^e siècle*, Paris, Mouton, 1968.
- Viagens de um piloto português do século XVI à costa de África e a São Tomé*, introd., trad. e notas de Arlindo Manuel CALDEIRA, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

VILA VILAR, Enriqueta, *Hispano-America y el comercio de esclavos. Los asientos portugueses*, Sevilha, Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 1977.

VOGT, John L., *Portuguese Rule on the Gold Coast, 1469-1682*, Athens, The University of Georgia Press, 1979.

Voyages: The Trans-Atlantic Slave Trade Database [WEB, 20 Janeiro 2011].

WITTE, Charles-Martiel de, *La correspondance des premiers nonces permanents au Portugal. 1532-1553*, 2 vols., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1980-1986.

A MEDICINA LUSO-BRASILEIRA E AS PERCEPÇÕES SOBRE AS ENFERMIDADES NA AMÉRICA PORTUGUESA DO SÉCULO XVIII *

por
JEAN LUIZ NEVES ABREU **

Introdução

Desde o início da colonização, o Novo Mundo demandou conhecimentos específicos capazes de enfrentar a nova realidade descortinada ao colonizador. No caso da medicina foi imperativo enfrentar doenças, muitas das quais desconhecidas, que acometiam colonos e escravos na América portuguesa. Tal fato contribuiu para forjar um saber médico que congregava as tradições médicas metropolitanas e populares de cura na Colônia. Se por um lado, vários textos e relatos se reportam às enfermidades do primeiro século da colonização; por outro a produção de tratados de medicina mais voltados à realidade colonial só ocorreu entre fins do século XVII e início do XVIII, época em que a economia colonial adquiriu maior significado para o Reino.¹

O propósito desse artigo é o de apreender a partir dos tratados médicos e outras fontes impressas as percepções de médicos e cirurgiões sobre as enfermidades na América Portuguesa. A escolha de tais fontes se deve ao fato de que, além de ricas em informações sobre as condições nosológicas na Colônia, permitem inferir vários aspectos relacionados à produção do saber médico e seus significados para Portugal ao longo do século XVIII. No escopo das questões abordadas nesses testemunhos, dois temas se destacam: as relações entre a natureza dos trópicos e as enfermidades; e as relações entre a economia colonial e o saber médico reside em demonstrar como o pensamento médico se constituiu em torno da natureza da América Portuguesa e da saúde dos escravos.

* As conclusões apresentadas neste artigo são parte de uma tese de doutoramento defendida no Programa de pós-graduação em História da UFMG, recentemente publicada sob o título *Nos domínios do corpo: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII* (Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 2011).

** Universidade Federal de Uberlândia.

¹ Márcia Moisés RIBEIRO, *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*, São Paulo, Hucitec, 1997, p. 111.

A natureza das doenças dos trópicos

Produto da expansão europeia da colonização moderna, o conceito de “trópicos” tem sua origem na percepção e experiência dos europeus em regiões com características naturais, climáticas e raciais diferentes das regiões “temperadas”. Desde o século XVI, os registros de viajantes, aventureiros e médicos alimentaram a idéia de que nessas regiões as enfermidades eram terríveis, em razão do clima quente. Conforme observa David Arnold, a presença cada vez maior do número dos europeus na África, Antilhas e América contribuiu para o desenvolvimento de estudos do caráter peculiar que as doenças assumiam nos trópicos e seus efeitos sobre as populações. Dessa forma, o termo “tropical” foi utilizado cada vez mais para reforçar um imaginário negativo sobre regiões colonizadas, de forma que vários tratados médicos eram produzidos com o objetivo tanto informar sobre as endemias, como também terapêuticas mais adequadas às características climáticas.²

Situada nos trópicos, a América Portuguesa não se dissociaria desse imaginário. A percepção das enfermidades pelos portugueses esteve ligada, igualmente, ao olhar acerca do mundo natural. Desde os primeiros tempos de colonização, vários textos de viajantes, cronistas e religiosos davam conta da especificidade da natureza, desde então objeto de exaltação e detração.³ No decorrer do século XVIII, as referências às enfermidades da Colônia reforçavam o olhar ambíguo em torno da natureza. Médicos e cirurgiões que vinham para o Brasil ora exaltavam o caráter benigno do clima e das condições naturais para a saúde, ora responsabilizavam o clima dos trópicos como elemento responsável por várias doenças.

José Rodrigues de Abreu, médico que acompanhou a comitiva do governador Antônio de Albuquerque às Minas Gerais, em 1709, escreveu uma obra na qual enaltecia as condições da Colônia. Na sua *Historiologia médica*, publicada entre 1733 e 1739, Rodrigues de Abreu fez uma série de observações médicas sobre a Capitania das Minas. Para ele, essa se apresentava isenta de todos os males e, no Brasil as poucas doenças existentes restringiam-se às que atacavam os indígenas, paulistas e populações do litoral. Tal como observou Júnia Ferreira Furtado, a descrição de Rodrigues de Abreu pode ser inscrita na vertente edênica dos relatos sobre a América Portuguesa, já que para o médico as Minas figuravam como o verdadeiro paraíso terrestre.⁴

² David ARNOLD, “The place of the tropics in Western medical ideas since 1750”, *Tropical Medicine Tropical Medicine and International Health*, v. 2, n.º 4, 1997, pp. 303-313.

³ Sérgio Buarque de HOLANDA, *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, 6.ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 260; Laura de Mello e Souza, *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1986, p. 43.

⁴ Júnia Ferreira FURTADO, “As índias do conhecimento ou a geografia imaginária da conquista do ouro”, *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, v. IV, 2003, pp. 155-212.

Confrontada a outros relatos desse período, a percepção de Rodrigues de Abreu parece ser uma exceção, já que outros médicos e cirurgiões foram guiados pelo senso prático no contato com a natureza e com as enfermidades dos trópicos. É o caso de Luís Gomes Ferreira, que exerceu medicina em várias regiões da Colônia. Em seu *Erário Mineral*, publicado em Portugal, em 1735, o cirurgião faz comentários acerca de uma série de doenças específicas da América Portuguesa, principalmente da região das Minas. Na obra ele enfatizou a singularidade das Minas, constatando que não só o clima era “diferente, mas a causa das enfermidades e os humores que produzem, por razões dos mantimentos e habitações que assistem e se exercitam, assim os pretos como os brancos”.⁵ Muitas doenças eram, por essa razão, específicas como a “corrupção do bicho” causada pelo “tempo muito calmoso ou a região muito cálida como são os Brasis”. Para males tão singulares os remédios também deviam ser, a exemplo da “erva do bicho”, sobre a qual o cirurgião faria “memória dela para se conhecer em Portugal”.⁶ O tratado médico produzido por Luís Gomes Ferreira revela a necessidade da produção de um conhecimento específico que emergia da experiência colonial, caracterizado não só pelo registro das condições nosológicas da região, como também da apropriação de saberes locais e da empiria. Tais características estariam presentes não só nessa obra, como seria um traço da medicina produzida na América Portuguesa.⁷

Além das observações empíricas, a partir da segunda metade do século XVIII os tratados de medicina passaram a incorporar novas teorias médicas que reforçavam a idéia negativa em torno dos “trópicos”. Nesse contexto, passava a preponderar a idéia do contágio pelos miasmas, termo que designava a infecção do ar por gases ou vapores pútridos. Conforme comenta Alain Corbin, os médicos ficaram convencidos de que o ar entrava “na própria tessitura dos organismos vivos” e agia de múltiplas maneiras sobre esses, “por simples contato com a pele ou com a membrana pulmonar, por substituições através dos poros, por ingestão direta ou indireta”.⁸

Em sintonia com essa teoria, o médico português Antônio Ribeiro Sanches afirmava que o ar encerrado e úmido encontrava-se cheio de partículas podres. Privado de sua vitalidade, ele tornava-se corrupto, sobrevindo “aquelas ânsias mortais, aquele cansaço, aquele querer respirar e não poder,

⁵ Luís Gomes FERREIRA, *Erário Mineral*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 2002. (Edição Organizada por Júnia Ferreira Furtado), v. 1, p. 229.

⁶ Luís Gomes FERREIRA, *Erário...* cit., v. 2, pp. 635-637.

⁷ Júnia Ferreira FURTADO, “Tropical Empiricism: Making Medical Knowledge in Colonial Brazil”, in James DELBOURGO e Nicholas DEW (Org.), *Science and Empire in the Atlantic World*, 1.^a ed., New York, Routledge, 2007, v. 1, pp. 178-205.

⁸ Alain CORBIN, *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezanove*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 19.

aquelas pungentes dores de cabeça, aquelas náuseas sem poder vomitar”.⁹ Ribeiro Sanches era um médico “estrangeirado”, que por ter de viver fora de Portugal em razão de sua origem judaica, entrou contato com as teorias médicas que circulavam no restante da Europa e teve relevante papel na renovação das teorias médicas no reino.¹⁰ Além de escrever várias obras em que pretendia colaborar para a renovação da medicina portuguesa, em seu *Tratado da conservação da saúde dos povos* (1757), o médico reafirmava a idéia do caráter maligno das doenças dos trópicos. Nesse sentido, dizia que no Maranhão, Brasil, Costa da Mina, Angola, Moçambique, e na Índia o calor se fazia contínuo, razão pela qual provinham “aquelas febres pestilentas”, e que da “mesma origem vêm outros males tão comuns a todo o Brasil, como são os insetos mais nocivos à saúde, e outras moléstias vulgares”.¹¹

Tais concepções podem ser associadas ao pensamento predominante na Europa das Luzes, que advogava a idéia da inferioridade da natureza americana. Para Buffon, um dos principais detratores da América, o clima quente, as estações úmidas e malsãs, o ar e a terra, sobrecarregados de vapores úmidos e nocivos, corrompiam todas as formas de vida.¹² Voltaire, um de seus leitores, retrataria uma América “coberta de pântanos que tornam o ar muito nocivo” e cuja terra produzia “um número prodigioso de venenos”.¹³

A perspectiva negativa sobre o clima e seus efeitos nos corpos ganharia ainda maior vigor partir da década de 1750, período marcado por transformações no pensamento médico do reino. A elaboração dos novos estatutos da Universidade de Coimbra de 1772, em substituição aos de 1563, coroaram as reformas no ensino e a substituição dos princípios aristotélicos pelos do experimentalismo no ensino.¹⁴ Conforme observa Jorge Crespo, embora a “teoria humoral” não tivesse sido de todo abandonada, médicos e cirurgiões em Portugal passaram a incorporar em suas obras outras teorias

⁹ António Nunes Ribeiro SANCHES, *Tratado da conservação da saúde dos povos obra útil, e igualmente necessária aos magistrados, capitães gerais, capitães do mar, e guerra, prelados, abadesas, médicos e pais de família com um apêndice, considerações sobre os terremotos, com a notícia dos mais consideráveis de que faz menção a história, e dos últimos que se sentiram na Europa desde 1 de Novembro de 1755*, Lisboa, Officina Joseph Filipe, 1757, pp. 37-38.

¹⁰ Ana Cristina ARAÚJO, “Ilustração, pedagogia e ciência em António Nunes Ribeiro Sanches”, *Revista de História e teoria das idéias. Revoltas e revolução*, Coimbra, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, v. 6, 1984, pp. 377-395; Ana CARNEIRO, Ana SIMÕES e Maria Paula DIOGO, “Enlightenment Science in Portugal. The Estrangeirados and their Communication networks”, *Social Studies of Science*, v. 30, 2000, pp. 591-619.

¹¹ António Nunes Ribeiro SANCHES, *Tratado...* cit., p. 29.

¹² Antonello GERBI, *O Novo Mundo: História de uma polêmica (1750-1900)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 22.

¹³ *Ibidem*, p. 50.

¹⁴ Para a reforma do ensino de medicina e sua relação com os estatutos de 1772 ver: João Rui PITA, “Medicina, cirurgia e arte farmacêutica na reforma pombalina da Universidade de Coimbra” in Ana Cristina ARAÚJO (Coord.), *O marquês de Pombal e a universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2000, pp. 129-162.

médicas, tributárias em grande parte da aplicação do mecanicismo e experimentalismo no estudo das doenças. Os conhecimentos obtidos por meio dos estudos da química e da física, disciplinas de auxílio à medicina, passaram a fornecer novos dados para o estudo das relações entre o meio-ambiente e as enfermidades.¹⁵

Incorporando conhecimentos dessas disciplinas, o médico luso-brasileiro José Pinto Azeredo, que cursou medicina nas universidades de Edimburgo e Leiden, publicou um trabalho no periódico científico, o *Jornal Encyclopédico*, em 1790, onde realizou uma análise detalhada da atmosfera daquela cidade. No início do artigo ele considerava a “patologia humoral” insuficiente para explicar as causas das doenças. Segundo informava, em decorrência das descobertas da ciência moderna e da química, tornava-se possível examinar mais profundamente a atmosfera, de modo a distinguir a qualidade de três tipos de ar e seus efeitos diversos no organismo: o ar puro, o ar fixo e o ar mophete, de natureza praticamente desconhecida.¹⁶ Após estudar a composição da atmosfera da cidade, José Pinto Azeredo chegava à conclusão que aquela continha menos ar puro e fixo e mais ar mophete que na Europa. Sustentava a hipótese que talvez fosse aquele ar “atraindo os vapores maus das lagoas, e águas encharcadas ainda servindo de alimentos a certos insetos que atacam o nosso corpo [...] a causa condutora das enfermidades”.¹⁷

Os estudos de José Pinto Azeredo sinalizavam ainda para uma percepção mais ampla sobre os trópicos. O fato de ter exercido medicina em Luanda, capital do Reino de Angola, permitiu-lhe tirar conclusões e comparar as doenças da América às daquela região da África. Segundo informava, as “febres de Angola são da mesma natureza daquelas que se observam em outros países situados na zona tórrida”, tendo a oportunidade de observar o mesmo no “Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco”.¹⁸ O médico concluía que as enfermidades endêmicas em Angola dependiam de uma só causa comum “que existe na atmosfera”.¹⁹

As conclusões de José Pinto Azeredo se afinavam com a perspectiva de Sydenham, para o qual as análises das doenças deveriam se respaldar no

¹⁵ Jorge CRESPO, *A história do corpo*, Lisboa, Difel, 1990, pp. 60-61.

¹⁶ A nomenclatura utilizada por José Pinto Azeredo para designar as qualidades dos ares corresponde à utilizada na química de fins do século XVIII. O ar puro correspondia ao oxigênio, o ar fixo, ao dióxido de carbono, e o ar mophete uma composição em que entrava o azoto, designava o nitrogênio. João Rui PITA *et al.*, “O médico brasileiro José Pinto de Azeredo (1766-1810) e o exame químico da atmosfera do Rio de Janeiro”, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n.º 13, set.-dez., 2005, pp. 617-673.

¹⁷ Exame químico da atmosfera do Rio de Janeiro, feito por José Pinto Azeredo, doutor em medicina pela Universidade de Leyde, físico-mor, e professor de medicina do Reino de Angola. *Jornal encyclopédico*, Artigo I, História Natural, Física e Química, março, 1790, pp. 259-285.

¹⁸ José Pinto AZEREDO, *Ensaio sobre algumas enfermidades de Angola* [1790], Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1967 (edição fac-símile), p. VII.

¹⁹ José Pinto AZEREDO, *Ensaio...* cit., p. 36.

exame conjunto de fenômenos e condições naturais, constituídas por meio das topografias médicas – a situação dos lugares, o terreno, a água, o ar, a sociedade, os temperamentos dos habitantes –, observações meteorológicas, análise das epidemias reinantes e descrição dos casos extraordinários.²⁰ O próprio José Pinto Azeredo se referia a Sydenham, considerando aquele o “mais perspicaz observador da natureza”.²¹ Ele é exemplo de médico que se apropriou do conhecimento das Luzes e o colocava a serviço do Estado Português. Conforme observou Lorelai Kury, muitos homens de ciência luso-brasileiros ligados à Ilustração não somente promoveram um diálogo com o Iluminismo europeu, como também produziram um conhecimento específico atrelado às necessidades dos trópicos.²² Além desse aspecto, a trajetória de José Pinto Azeredo indica a inserção de médicos e cirurgiões no Império Português. Atuando como funcionários da Coroa, eles informavam sobre as enfermidades existentes nos territórios sob influência portuguesa e seus impactos na vida das populações coloniais.

Exemplo disso são as informações que o cirurgião Antônio José de Araújo Braga forneceu ao naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira acerca das enfermidades do Pará. Incumbido de enviar dados a respeito da flora, da fauna, da população e da agricultura do Pará à Secretaria do Estado de Marinha e Negócios Ultramarinos, Alexandre Rodrigues Ferreira solicitava igualmente uma “escrupulosa averiguação de cada uma das enfermidades, suas causas, sintomas e prognósticos”, bem como a “história dos venenos e seus antídotos”.²³

Antônio José de Araújo Braga retoma as explicações de Ribeiro Sanches para as enfermidades que assolavam os trópicos. Seus comentários iniciam-se pela tentativa de estabelecer a topografia médica da região, com observações sobre o clima, a vegetação e a geografia: é “constante, que a atmosfera entre os trópicos é quente é úmida, e que estes países são regados de inundáveis e caudalosos rios”. Em vista disso, a atmosfera estava carregada de “miasmas podres” e, com as enchentes, o ar tornava-se demasiado denso, resultando na proliferação de doenças. Com o calor a “porção mais espirituosa do sangue todos os dias se dissipa; sai pela transpiração, pelo suor e pela urina”, de onde procedem as lepras, vômitos, câmaras de sangue e febres ardentes. Os índios e os negros eram os mais suscetíveis aos achaques, concorrendo para isso os alimentos que usavam, os violentos trabalhos e a “exposição do

²⁰ Michel FOUCAULT, *O nascimento da clínica*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2001, p. 23.

²¹ José Pinto AZEREDO, *Ensaio...* cit., p. 30.

²² Lorelai KURY, “Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informação (1780-1810)”, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 11 (suplemento 1), 2004, pp. 109-129.

²³ Observações médicas de Antônio Araújo Braga, in Alexandre Rodrigues FERREIRA, *Viagem filosófica ao Rio Negro*, Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, CNPQ, Fundação Roberto Marinho, 1983, pp. 743-744.

corpo ao ar ambiente, porque sempre andam nus e deste modo sujeitos às impressões do sol e da chuva, do calor e da umidade”.²⁴

Na passagem do século XVIII para o XIX, além da descrição física e observação in loco das características climáticas de cada região, os médicos no Brasil recorreram cada vez mais à análise dos dados meteorológicos das condições atmosféricas, auxiliando na caracterização das doenças locais e suas causas. Os textos publicados no periódico brasileiro *O Patriota*, entre 1813 e 1814, são exemplares a esse respeito. O impresso trazia vários textos sobre as influências das condições topográficas, dos costumes e, principalmente, das condições atmosféricas sobre a saúde da população.²⁵

Cabe observar que os textos produzidos pelos médicos em fins do século XVIII expõem não só um olhar negativo sobre as condições ambientais da América Portuguesa e seus efeitos sobre a saúde. Em várias obras, cirurgiões, médicos e boticários faziam referência a vários remédios obtidos da natureza e seus usos na medicina. O médico português Bernardino Antônio Gomes, por exemplo, publicou uma memória sobre a Ipecacuanha, na qual procurava ressaltar a originalidade da América Portuguesa como a única a produzir aquela espécie vegetal.²⁶ Além dessa obra, ele publicou *Observações botânico-médicas sobre plantas do Brasil*, em 1803, onde ressaltava os inúmeros usos das plantas na medicina.

Assim, a percepção negativa sobre o clima conviveu com outra fundada na valorização da flora local e seus usos na medicina. Não é sem razão que as últimas décadas do setecentos foram marcadas por uma intensificação do processo de apropriação dos recursos naturais, tendo como base o incremento de estudos de história natural e as expedições científicas. Apropriando-se dos saberes das populações locais, principalmente dos ameríndios, viajantes, médicos e boticários remetiam a Portugal memórias e espécies de plantas com usos comerciais e medicinais.²⁷ Tais elementos podem ser observados em outros territórios sob domínio português, onde a medicina foi marcada igualmente pelo encontro de tradições européias e saberes locais, como é o caso de Goa.²⁸

²⁴ *Observações...* cit., pp. 745-755

²⁵ Lorelai KURY, “Descrever a Pátria, difundir o saber”, in Lorelai KURY (Org.), *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2007, pp. 158-164.

²⁶ Bernardino Antônio GOMES, *Memória sobre a Ipecacuanha fusca do Brasil, ou cipó das nossas boticas*, (página sem numeração), São Paulo, [s.n.], 1972 (edição fac-símile de 1801).

²⁷ Vera Regina Beltrão MARQUES, *Natureza em boiões. Medicinas e boticários no Brasil Setecentista*, Campinas, Editora da Unicamp, 1999, pp. 97-154.

²⁸ Timoty WALKER, “Remedies from the *carreira da Índia*: Asian influences on Portuguese medicine during the age of enlightenment”, in *The Portuguese Studies Review*, 9 (1-2), 2003.

Da saúde dos colonos e escravos

Se a circulação de conhecimentos acerca da natureza marcou a expansão portuguesa, a escravidão foi outro elemento inerente à colonização. Nos textos teológico-morais de início dos setecentos as enfermidades já estavam entre os vários aspectos ligados à administração dos escravos.²⁹ Mas é nos textos produzidos pelos médicos que a preocupação com a saúde dos cativos e seus impactos na economia colonial se tornarão mais enfatizados. No *Tratado da conservação da saúde dos povos*, Antônio Ribeiro Sanches, já chamava atenção para o papel da medicina enquanto aliada do Estado. Segundo palavras do médico, o principal objetivo de sua obra consistia em “mostrar a necessidade que tem cada Estado de leis, e de regramentos para preservar-se de muitas doenças, e conservar a saúde dos súditos”.³⁰ Tais considerações remetem a um aspecto essencial da medicina luso-brasileira da segunda metade do século XVIII: o papel preventivo da medicina e a aplicação de suas técnicas para aplacar as epidemias que, em última instância, traziam prejuízos para a Coroa.

O pensamento médico afinava-se com a perspectiva fisiocrática, para a qual a mortalidade da população representava uma diminuição da riqueza da nação. Não é por menos que Pombal considerava que “a força e a riqueza de todos os países consiste principalmente no número e multiplicação da gente que o habita”.³¹ Embora o saber médico da época não possa ser reduzido unicamente à dimensão econômica, é inegável o vínculo estabelecido entre a diminuição da mortalidade e o incremento da economia. É nesse contexto que surge a idéia de ‘polícia médica’, expressão definida por Johann Peter Frank, autor de um dos primeiros tratados dedicados ao tema, como um instrumento para lutar contra as enfermidades sociais.³²

A relação entre a medicina e a economia pode ser observada em vários textos da época. Um artigo de 1788, publicado no *Jornal encyclopédico*, apresentava a sugestão de se criar uma Academia econômica que reuniria a “combinação dos homens instruídos nos princípios da economia, e nas ciências que lhe são relativas”, sendo uma parte composta por médicos de profissão, “porque um dos principais objetos da economia é a saúde dos povos”.³³

²⁹ Estudo clássico sobre as influências do cristianismo no governo dos escravos é o de Ronaldo VAINFAS, *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*, 1986. A questão foi retomada, de um ponto de vista mais amplo, no estudo de Rafael Marquese. Rafael Bivar MARQUESE, *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1886*, São Paulo, Companhia das Letras, 2004, pp. 19-86.

³⁰ Antônio Ribeiro SANCHES, *Tratado...* cit., p. VI.

³¹ Kenneth MAXWELL, “Pombal e a nacionalização da economia luso-brasileira”, in *Chocolate, piratas e outros malandros*, São Paulo, Paz e Terra, 1999, p. 102.

³² Olivier FAURE, “Les Stratégies sanitaires”, in Mirko D. GRMEK (Dir.), *Historie de la pensée médicale en Occident 2. De la Renaissance aux Lumières*, Paris, Éditions du Seuil, 1997, pp. 289-290.

³³ *Jornal encyclopédico*, Artigo V – Economia civil e rústica, junho de 1788, p. 145.

Desde os Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772 procurava-se dar primazia aos aspectos preventivos da medicina e à higiene. Considerava-se que “a higiene também é um corolário da fisiologia: porque das causas, e efeitos da vida, e da saúde resultam o conhecimento dos meios, que se hão de aplicar para a conservação delas”.³⁴ Além de fazer parte do currículo do curso de medicina, a higiene passava a figurar como tema principal de várias obras de medicina. Dessa forma, muitos dos impressos publicados naquele contexto abordaram temas destinados à preservação da saúde.³⁵

A questão da conservação da “saúde dos povos” tornava-se, assim, prioritária. Vários artigos do *Jornal Encyclopédico* de fins do século XVIII procuravam sinalizar para a necessidade de conter as epidemias e utilizar os avanços da medicina, seguindo o exemplo de outras nações européias. Para além de enfatizarem a precariedade da assistência médica, havia a preocupação em diminuir os efeitos de doenças responsáveis por altas taxas de mortalidade, como a varíola. Para conter os surtos da doença, defendia-se a aplicação da técnica da inoculação das bexigas. Em janeiro de 1787, publicava-se no periódico um artigo intitulado “meio de extinguir as bexigas, extraído da *Gazeta mercantil* de Hamburgo”.³⁶ Em julho de 1799, em carta publicada no mesmo periódico, propugnava-se a inoculação das bexigas seguindo o procedimento realizado na Inglaterra.³⁷ Apesar das resistências dos colonos, afeitos às crenças sobrenaturais e à utilização de remédios naturais, a inoculação de bexigas foi realizada no Rio de Janeiro, em 1798, e na Capitania das Minas, em 1799.³⁸

Outros aspectos caracterizam os esforços em tornar mais eficaz a assistência médica na América Portuguesa. No tocante às medidas de caráter administrativo e fiscalizador, instituiu-se, por ordem de D. Maria I, em 1782, a Junta do Protomedicato com o objetivo de fiscalizar, de maneira mais rigorosa, as atividades de curar realizadas sem licença e de forma clandestina. A respeito da atuação desse órgão, Márcia Moisés Ribeiro observou que, embora não se possa falar de uma mudança palpável na assistência médica da América Portuguesa, pode-se constatar um maior registro das cartas de diversas categorias na área de saúde.³⁹ A criação do órgão representou, em certa medida, uma resposta à precariedade de assistência médica tão reclamada nos domínios ultramarinos. José Manoel Leitão, em seu “Suplemento à História da Cirurgia no qual trata do estado da cirurgia em Portugal”, de 1788, comenta que antes de Pombal não havia cirurgiões “para as expedi-

³⁴ *Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772...*, cit., p. 53.

³⁵ Vera Regina Beltrão MARQUES, “Instruir para fazer a ciência e a medicina chegar ao povo no Setecentos”, *Varia História*, Belo Horizonte, n.º 32, 2004, pp. 37-47.

³⁶ *Jornal Encyclopédico*, janeiro de 1787, Artigo III, Da economia civil e rústica, pp. 191-196.

³⁷ *Jornal encyclopédico*, julho de 1799, Artigo II, Medicina, p. 66.

³⁸ Ramon GROSSI, “A arte da cura: uma contribuição para o estudo da medicina na Capitania das Minas (1750-1808)”, *Cronos: Revista de História. Faculdades integradas de Pedro Leopoldo*, Pedro Leopoldo, n.º 8, 2005, pp. 158-161.

³⁹ Márcia Moisés RIBEIRO... cit., pp. 127-128.

ções das frotas comerciais e para o socorro das províncias, onde não havia senão barbeiros que sangravam e meros curandeiros”. Visando solucionar o problema, o Consulado pombalino procurou prover os territórios sob domínio português de médicos e cirurgiões, “não só com obrigações de curar nos hospitais caritativos e militares, mas também de ensinar anatomia”. O principal objetivo de Pombal consistia, portanto, em formar médicos e, principalmente, cirurgiões para atuar nas possessões portuguesas, como Francisco Manoel Barroso, “cirurgião mor do Estado de Goa e Índia” e Manoel Antônio, “cirurgião de Banguela na Costa da África e professor de Anatomia naquela capital”.⁴⁰

Os médicos que aportavam na América Portuguesa atuavam não só nas doenças que atingiam os colonos, mas principalmente os escravos. Desde início do setecentos, as enfermidades dos negros foram objetos de reflexão de cirurgiões e médicos. O cirurgião Luís Gomes Ferreira, por exemplo, dedicou várias passagens do *Erário mineral* ao tema, apontando as péssimas condições de trabalho, de alimentação e os fatores climáticos como causas principais dos males que afligiam os cativos na região das Minas. Além de lamentar sobre a precariedade do modo de vida e sofrimento de que padeciam os escravos, o cirurgião observava a necessidade dos senhores tratarem bem os cativos, pois assim teriam “menos perdas”.⁴¹ Já na década de 1770, o cirurgião José Antônio Mendes compartilhava de perspectiva semelhante à de Luís Gomes Ferreira. Embora clamasse à consciência dos senhores para acudirem os escravos, “que é o que mais agrada a Deus”, recomendava que houvesse nas lavras e roças “os remédios mais necessários”, porque se sucede a morte de um escravo os senhores perdem “mais do que vos custam estes simplices e compostos”.⁴²

O argumento do impacto das doenças e mortalidade sobre a produtividade escravista se tornou objeto de vários tratados médicos e memórias. Nas últimas décadas do século XVIII, havia uma preocupação nítida por parte dos médicos e letrados das repercussões negativas do problema sobre a economia portuguesa. Em livro sobre as enfermidades dos escravos em Angola, de 1791, José Pinto Azeredo mencionava o fato de que, antes mesmo de embarcados, os cativos naquele país já se encontravam expostos às doenças. Censurava, assim, o fato de os comerciantes concentrarem os cativos nas cidades, esperando o transporte para o Estado do Brasil.⁴³

Em conformidade com o pensamento fisiocrático, os impressos estabeleciam relações entre a diminuição da riqueza na América Portuguesa e

⁴⁰ José Manoel LEITÃO, *Tratado completo de anatomia e cirurgia com um resumo da historia da anatomia e cirurgia seus progressos e estado dela em Portugal*, Lisboa, Antônio Gomes, 1788, pp. 362-365.

⁴¹ Luís Gomes FERREIRA... cit., v. 1, p. 433.

⁴² José Antônio MENDES, *Governo dos mineiros, mui necessários aos que vivem distantes de professores seis, oito, dez e mais léguas, padecendo por esta causa os seus domésticos e escravos queixas, que pela dilaçam dos remédios se fazem incuráveis, e as mais das vezes mortais*, Lisboa, Officina de Antônio Rodrigues Galhardo, 1770, p. 53.

⁴³ José Pinto AZEREDO, *Ensaio...* cit., pp. 50-51.

a mortalidade escrava. A obra do cirurgião José Vieira de Carvalho é, nesse sentido, exemplar para análise dessa questão. Cirurgião mor do regimento da cavalaria regular na Capitania de Minas Gerais, Vieira de Carvalho traduziu, em 1801, o livro do médico francês Jean-Barthélemy Dazille, *Observations sur les maladies des nègres*, de 1776. O intento de Vieira de Carvalho era se apropriar do conhecimento médico aplicado à doença dos escravos nas Antilhas francesas. Conforme observava José Vieira de Carvalho, graças às analogias possíveis de estabelecer entre os casos estudados pelo médico francês e as condições de vida dos escravos na América Portuguesa, era possível utilizar-se dela como guia prático para instruir os senhores de escravos.⁴⁴

Em prefácio à obra, José Vieira de Carvalho, não apenas menciona as principais causas da mortalidade dos escravos na América Portuguesa, como enfatiza que a riqueza metropolitana ia enterrada juntamente com os braços dos cativos. A mudança de clima, o mau tratamento e o trabalho contínuo adiantavam a morte dos negros levando “à sepultura o melhor dos cabedais daquela e das outras colônias da América Portuguesa; enterrando com eles o mesmo ouro, que os seus braços haviam desenterrado, e secando assim na origem um de seus primeiros mananciais das riquezas da Coroa e do Estado”.⁴⁵

Ao abordar as enfermidades dos negros sob esse prisma, os médicos luso-brasileiros se conectavam com questões próprias do saber médico produzido nos impérios coloniais. Ao estudar a perspectiva letrada acerca da escravidão nas Américas, Rafael Bívar Marquese mostrou como o saber médico passou a ser visto enquanto instrumento fundamental no desenvolvimento da economia de países como França, Inglaterra e Portugal. Em vista disso, uma série de obras dedicadas à administração de escravos – tratados de história natural, memórias econômicas, manuais de agronomia – foram publicadas com vistas a implementar uma moderna gestão da mão-de-obra escravista em convergência com a Ilustração. Nesse contexto, o saber médico era “encarado como um instrumento fundamental ao desenvolvimento colonial, dada a percepção do impacto que as doenças tropicais causavam na população branca e nos escravos”.⁴⁶

Conclusões

Ao longo desse estudo procurei chamar atenção para dois aspectos que caracterizam o pensamento médico acerca da América Portuguesa no século XVIII. Por um lado, os textos produzidos por cirurgiões e médicos

⁴⁴ Jean-Barthélemy DAZILLE, *Observações sobre as enfermidades dos negros, suas causas, seus tratamentos, e os meios de as prevenir*, tradução de Antonio José Vieira Carvalho, Lisboa, Na typografia chalcografica, typoplastica, e literária do arco do Cego, 1801, fl. 02.

⁴⁵ Jean-Barthélemy DAZILLE, *Observações...* cit., fl. 01.

⁴⁶ Rafael Bívar MARQUESE, *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1680*, São Paulo, Companhia das Letras, 2004, p. 98.

ênfase sobre as enfermidades que acometiam os escravos. Embora os tratados de medicina e outros impressos não permitam aferir os impactos desse conhecimento médico na administração portuguesa da América, a análise dessas fontes permite perceber como a medicina luso-brasileira estava articulada com a literatura médica produzida sobre as regiões tropicais, caso da África e das Antilhas Francesas. De forma semelhante a outros homens ligados às ciências, os médicos luso-brasileiros atuaram muitas vezes como funcionários da Coroa, produzindo informações que permitiam conhecer melhor a realidade colonial, o seu clima, as condições de vida e suas enfermidades.

MÉTODO GEOGRÁFICO, CARTOGRAFIA E GEOPOLÍTICA: A PROPÓSITO DA REEDIÇÃO DA *HISTÓRIA DO BRASIL NOS VELHOS MAPAS* DE JAIME CORTESÃO

por
FRANCISCO ROQUE DE OLIVEIRA *

O Brasil de Cortesão

A Imprensa Nacional-Casa da Moeda acaba de reeditar a *História do Brasil nos velhos mapas*, obra parcialmente póstuma do historiador e poeta português Jaime Cortesão (1884-1960)¹. Trata-se de um trabalho que conheceu uma primeira edição com a chancela do Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (Rio de Janeiro, 2 vols., 1957-1971). Na altura, a conclusão deste projecto editorial foi supervisionada por Isa Adonias, antiga aluna de Cortesão e entretanto nomeada chefe da Mapoteca do Palácio do Itamaraty. Desde sempre quase inacessível fora do Brasil, este texto reúne algumas das principais investigações que Cortesão desenvolveu sobre a história da cartografia do Brasil durante os anos em que viveu exilado neste país (1940-1957).

A presente edição da Imprensa Nacional recupera o trabalho completado por Isa Adonias, incluindo as notas que esta investigadora brasileira entendeu dever acrescentar aos materiais deixados por Cortesão quando preparou a publicação do segundo tomo da obra. Por vicissitudes várias,

* Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa. E-mail: f.oliveira@campus.ul.pt

¹ Jaime CORTESÃO, *História do Brasil nos velhos mapas*, 2 Tomos, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009, 469 pp., 25 ils. (Tomo I) + 457 pp. (Tomo II) (Obras Completas de Jaime Cortesão – 11). ISBN 978-972-27-1795-3 (Tomo I); ISBN 978-972-27-1796-0 (Tomo II). Tomámos esta edição para todas as referências e citações desta obra realizadas ao longo do presente artigo. As indicações correspondentes aparecem no corpo do texto, entre parêntesis, precedidas da abreviatura *HBVM*.

também se haviam extraviado várias das ilustrações que acompanhavam o manuscrito original entregue por Cortesão ao Instituto Rio Branco, antes do seu regresso definitivo a Portugal. Na edição do Rio de Janeiro, tal lacuna foi colmatada com recurso a desenhos e mapas pertencentes ao acervo da Mapoteca do Itamaraty, que completam a sequência de 25 figuras anexadas no termo do 1.º volume. Nesta edição portuguesa, voltam a incluir-se tais ilustrações, mas agora intercaladas no corpo do texto em vez de agrupadas em separado, como acontecia na impressão feita em 1957. A apresentação vem assinada por Joaquim Romero Magalhães (Universidade de Coimbra), que passa em revista os principais passos do longo exílio brasileiro de Jaime Cortesão e reflecte sobre as “concepções estruturais” do autor acerca da formação espacial do Brasil e o modo como se aproximou dos mapas tendo em vista iluminar esse seu objecto central de pesquisa².

A primeira investigação historiográfica de Jaime Cortesão em torno de temas brasileiros surgira ainda durante a década de 1920, nos anos em que ocupou o cargo de director da Biblioteca Nacional de Lisboa (1919-1927) e na mesma altura em que a sua dedicação à escrita literária – à poesia e ao teatro, sobretudo – deu lugar a uma maior compenetração na racionalidade própria do ofício de historiador³. Estes prolegómenos correspondem à colaboração que prestou à *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (Porto, 1921-1924), obra colectiva coordenada por Carlos Malheiro Dias no quadro das celebrações do centenário da independência brasileira. O artigo em causa, intitulado “A Expedição de Cabral: 1500”, sairia no 2.º volume deste trabalho (1923), tendo conhecido, quase simultaneamente, uma versão alargada e autónoma: *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil* (Lisboa, 1922). Este texto deverá ser confrontado com o artigo “A expedição de Pedro Álvares Cabral e a Família Marchioni”, que Cortesão fez aparecer na *Seara Nova* (n.º 8, 15 de Fevereiro de 1922), revista que idealizou concretizar a formação doutrinária e cívica da elite portuguesa e da qual o autor fora um dos fundadores, em 1921⁴.

² Joaquim Romero MAGALHÃES, “Apresentação”, in Jaime CORTESÃO, *História do Brasil nos velhos mapas*, Tomo I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009, pp. 13-17.

³ Ver Joaquim Romero MAGALHÃES, “No trilho de uma ambição: o poeta-historiador Jaime Cortesão (1910-1927)”, *Cadernos da Revista de História Económica e Social – Cidadania e História em Homenagem a Jaime Cortesão*, Lisboa, 6-7, 1985, pp. 27-42.

⁴ Ver Jaime CORTESÃO, “História de uma História”, in Souza Cruz – Juízos sobre a sua vida e a sua obra. *Homenagens que lhe foram prestadas em 1 de Setembro de 1944 no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro/Lisboa, Edições Dois Mundos, 1945, pp. 55-57; Nuno SIMÕES, “Jaime Cortesão e o Brasil”, in *Homenagem a Jaime Cortesão – Alocuções proferidas na sessão de homenagem promovida pela Sociedade Portuguesa de Escritores em 26 de Janeiro de 1961, Separata da Revista ‘Ocidente’ – Volume LXI*, Lisboa, 1961, pp. 28-29; Avelino Teixeira da MOTA, “Jaime Cortesão, Historiador da Expansão Portuguesa”, in *Homenagem a Jaime Cortesão – Alocuções proferidas na sessão de homenagem promovida pela Sociedade Portuguesa de Escritores em 26 de Janeiro de 1961, Separata da Revista ‘Ocidente’ – Volume LXI*, Lisboa, 1961, pp. 48-49; Óscar LOPES (coord.), *Jaime Cortesão*, Lisboa, Editora Arcádia, [1962], pp. 29-30; João Sarmento PIMENTEL e Adolfo Norberto LOPES, *Sarmento Pimentel ou uma geração traída – Diálogos de*

A ditadura militar instituída em 1926 forçará Cortesão a um penoso exílio em França e em Espanha, que se prolongou até 1940. Durante o período da sua primeira permanência na Espanha republicana, que decorreu entre 1931 e 1934, reencontramos os temas brasileiros entre as mais de 500 páginas dos onze capítulos que preparou para a *História de Portugal* dirigida por Damião Peres (Barcelos, 1931-1934) e que representam a primeira síntese que fez sobre o processo dos descobrimentos e da expansão portuguesa. É o caso de “Colonização do Brasil” (in vol. 4, 1932), “Colonização dos Portugueses no Brasil (1557-1640)” (in vol. 5, 1933) e “A integração do território do Brasil” (in vol. 6, 1934). Outro tanto sucede com as páginas escritas para a *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, projecto editorial dirigido por António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias (Lisboa, 1937-1940). Aí surge o importante artigo “Relações entre a geografia e a história do Brasil”, seguido de “Expansão territorial e povoamento do Brasil” (in vol. 3, 1940).

Ao longo das duas décadas seguintes, Cortesão destacar-se-á pela abordagem integrada que concretiza sobre os temas da história da colonização do Brasil – a um tempo, estudo das condições geográficas, económicas e sociais, mas que também não esquece o papel tantas vezes determinante que os protagonistas individuais logram alcançar sobre as suas circunstâncias e o modo como a investigação centrada num destino pessoal pode ilustrar o tempo que lhe coube viver. Para o domínio desse método que tornará possível o inquérito ao “quadro geral das causas”, muito contribuirá a síntese que entretanto conseguira concretizar em dois artigos originalmente publicados em volume pelos *Cadernos da Seara Nova*, em 1940: “Teoria geral dos descobrimentos portugueses” e “A geografia e a economia da Restauração”.

Norberto Lopes com o autor das “*Memórias do capitão*”, prefácio de Vitorino Nemésio, Lisboa, Editorial Aster, 1976, pp. 159-161; Maria Isabel João, “Organização da memória”, in Francisco BETHENCOURT e Kirti CHAUDHURI (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. IV, *Do Brasil para África (1808-1930)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p. 399; Elisa Neves TRAVESSA, *Jaime Cortesão – Política, História e Cidadania (1884-1940)*, Porto, ASA Editores, 2004, pp. 145-165; Marie-Jo FERREIRA, “Os Portugueses do Brasil, atores das relações luso-brasileiras, fim do século XIX - início do século XX”, *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, pp. 5-8 Actualizado em 2004. [Em linha] [Consultado em 7 de Outubro de 2009] Disponível na Internet em: <www.rio.rj.gov.br/arquivo/anexo/portugueses.pdf>; Ana Lúcia Lana NEMI, “Jaime Cortesão e Paulo Prado: ‘As afinidades electivas’ na leitura da memória do Império”, in *Actas do Congresso Internacional “Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades”*, Lisboa, 2 a 5 de Novembro de 2005, Lisboa, Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e Departamento de Ciências Humanas do Instituto de Investigação Científica Tropical, p. 4 [Em linha] [Consultado em 7 de Outubro de 2009] Disponível na Internet em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/ana_lucia_lana_lemi.pdf>; Jorge Luís dos Santos ALVES, “A memória do lusobrasileirismo na historiografia brasileira: a *História da Colonização Portuguesa do Brasil*”, in *Anais da 26.ª Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, Rio de Janeiro, 2006, Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, pp. 1-6 [Em linha] [Consultado em 7 de Outubro de 2009] Disponível na Internet em: <sbph.org/reuniao/26/trabalhos/Jorge_Luis_dos_Santos_Alves/>.

Ambos os textos foram também incluídos entre as publicações do *Congresso do Mundo Português*, do mesmo ano⁵.

Entre o mais, Cortesão confirmava aqui uma visão muito particular da importância da geografia – melhor, da geografia humana – para o entendimento da história. O historiador-geógrafo que se afirmava nestas páginas revelava-se devedor de um convívio demorado com os *Annales de Géographie* e com autores como Camille Vallaux e Jean Brunhes, o qual fora encetado ainda antes do seu primeiro exílio francês⁶. Como veremos já a seguir, para o enquadramento da *História do Brasil nos velhos mapas* Cortesão manterá bem viva essa lição aprendida com os mestres da escola francesa de geografia – algo a que alguns dos seus continuadores imediatos, figuras de referência da historiografia portuguesa dos descobrimentos e da expansão ultramarina da segunda metade do século XX, apenas lamentariam não ter sido acompanhado por igual atenção ao sentido do económico e às análises estruturais cultivadas em torno dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale* fundados por Lucien Febvre e Marc Bloch em 1929⁷.

Depois da ditadura salazarista o ter obrigado a abandonar Portugal com o carimbo de “banido” no passaporte (20 de Outubro de 1940), Jaime Cortesão encontra refúgio no Rio de Janeiro e âncoras também seguras em São Paulo. À mesquinha e imperdoável injustiça que lhe era feita, a grandeza do historiador responde com estudo afincado e uma série de notáveis trabalhos individuais e colectivos sobre a história do Brasil, evoluindo do

⁵ Ver Neves ÁGUAS, *Bibliografia de Jaime Cortesão – Edição comemorativa do Primeiro Centenário do Nascimento de Jaime Cortesão*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1985, pp. 44-45 e 72-73; José Rodrigues MIGUEIS, “Uma visita à Ibituruna”, in Jacinto BAPTISTA (coord.), *Jaime Cortesão – Raul Proença. Catálogo da Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário (1884-1984)*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1985, pp. 299-300; Alfredo Ribeiro dos SANTOS, *Jaime Cortesão – Um dos grandes de Portugal*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1993, pp. 276-277.

⁶ Ver Jaime CORTESÃO, *Os Descobrimentos pré-colombinos dos Portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997, pp. 13-15; Vitorino Magalhães GODINHO, “Presença de Jaime Cortesão na Historiografia Portuguesa”, in Jaime CORTESÃO, *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1974, pp. XIII-XLIV; idem, “A evolução dos complexos histórico-geográficos”, in *Ensaio II – Sobre História de Portugal*, 2.ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1978, pp. 19-28; Jorge Borges de MACEDO, “A teoria da História de Jaime Cortesão”, *Prelo – número especial de homenagem a Jaime Cortesão*, Lisboa, Dezembro 1984, pp. 60-63; J. R. MAGALHÃES, “No trilho de uma ambição...”, p. 44; José Manuel GARCIA, “Apresentação”, in Jaime CORTESÃO, *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990, pp. XVII-XVIII; Nanci LEONZO, “Jaime Cortesão: um condestável em terras brasileiras”, *Revista da Cátedra Jaime Cortesão*, São Paulo, vol. 1, n.º 1, 1.º semestre 1997, pp. 42-43; E. N. TRAVESSA, *Jaime Cortesão...*, pp. 247-250; João Marinho dos SANTOS, “O astrónomo-historiador Duarte Leite”, in João Marinho dos SANTOS e José Manuel Azevedo e SILVA, *A historiografia dos descobrimentos através da correspondência entre alguns dos seus vultos (Joaquim de Carvalho, Joaquim Bensaúde, Duarte Leite e Fontoura da Costa)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2004, pp. 128-137.

⁷ Ver Vitorino Magalhães GODINHO, “Redescobrir os Descobrimentos e a Expansão Ultramarina”, in Alfredo Pinheiro MARQUES, *Guia de História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa – Estudos*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1988, p. 15.

momento do descobrimento à história diplomática do Brasil império, passando pela história dos bandeirantes e pelos assuntos da cartografia antiga que aqui destacamos.

Este legado é tanto mais importante quanto as investigações relativas ao Brasil colonial quase haviam sido interrompidas em Portugal depois da publicação da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, que a colónia lusa radicada no Brasil e o governo da Primeira República (1910-1926) haviam sabido impulsionar pouco depois de terminada a participação portuguesa na Grande Guerra⁸. As exceções tinham sido e continuariam a ser pontuais até à década de 1970, como que sugerindo que se tratava de um tema reservado aos historiadores brasileiros desde 1822. Pensamos, em particular, nos trabalhos dedicados à acção dos jesuítas exemplificados por títulos como a monumental *História da Companhia de Jesus no Brasil* de Serafim Leite (10 vols., Lisboa-Rio de Janeiro, 1938-1950), *O Campo de São Paulo – A Companhia de Jesus e o Plano Português do Brasil (1528-1563)* de Vitorino Nemésio (Lisboa, 1954) e o *Balanço Cultural dos Jesuítas no Brasil (1549-1760)* de Domingos Maurício Gomes dos Santos (Coimbra, 1955). Entre os (poucos) exemplos que escapam a esta temática, tomemos *A diplomacia portuguesa e os limites meridionais do Brasil (1493-1700)* de Luís Ferrand de Almeida (Coimbra, 1957) e *O Rio de Janeiro no Século XVI* de Joaquim Veríssimo Serrão (Lisboa, 1964)⁹.

Dos títulos editados por Cortesão e das suas colaborações em livros surgidas durante o período iniciado em 1940 começam por destacar-se o longo estudo e as notas que acompanham a edição da *Carta de Pêro Vaz de Caminha* feita para a Colecção Clássicos e Contemporâneos dos Livros de Portugal (Rio de Janeiro, 1943), *Cabral e as Origens do Brasil: Ensaio de Topografia Histórica* (Rio de Janeiro, 1944) e “Los Portugueses”, correspondente ao primeiro contributo que emprestou à *Historia de América y de los Pueblos Americanos* dirigida por Antonio Ballesteros y Beretta (in vol. III, Barcelona-Buenos Aires, 1947, mas cuja versão original foi redigida nos anos 30). De uma série de 62 artigos publicados no diário *O Estado de São Paulo* entre 20 de Agosto de 1947 e 24 de Julho de 1949 acabará por sair a *Introdução à História das Bandeiras* (2 vols., Lisboa, 1964). Sobre o mesmo tema dos bandeirantes e do desbravamento do interior brasileiro surgirá *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil* (Rio de Janeiro, 1958). Trata-se de

⁸ Ver, *inter alia*, Vitorino Magalhães GODINHO, “Portugal e a Comemoração do Centenário da Independência do Brasil”, *Oceanos*, Lisboa, n.º 49, Janeiro/Março 2002, pp. 149-150.

⁹ Ver Jaime CORTESÃO, “História de uma História...”, pp. 55-72; Damião PERES, *Albino Souza Cruz: uma vida, uma obra, um exemplo*, Lisboa/[Barcelos], [Companhia Editora do Minho], 1961, pp. 25-42; Alfredo Pinheiro MARQUES, *Guia de História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa – Estudos*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1988, pp. 105, 112-113; Vitorino Magalhães GODINHO, *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar – Séculos XIII-XVIII*, Lisboa, Difel, 1990, pp. 28-29; Francisco BETHENCOURT, “A memória da expansão”, in Francisco BETHENCOURT e Kirti CHAUDHURI (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. V, *Último Império e Recentrimento (1930-1998)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, pp. 476-477.

uma obra gizada aquando das investigações sobre a história da cartografia do Brasil que Cortesão realizou no Rio a partir de 1944 e que foi publicada nas Coleções do Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura do Brasil¹⁰.

Entretanto, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro ia editando *Manuscritos da Coleção De Angelis*, colectânea com introdução, notas e glossário preparados por Jaime Cortesão (7 vols., 1951-1970). Pouco depois, como resultado directo da sua colaboração com o Instituto Rio Branco, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil deu início à publicação de *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid* (9 vols., Rio de Janeiro, 1952-1961). Os dois primeiros volumes desta colecção (1952 e 1956) apresentam o estudo que Cortesão dedicou aos antecedentes, negociação e execução do Tratado de Madrid (1750) a pretexto da biografia e obra do diplomata luso-brasileiro Alexandre de Gusmão. De novo, a obra teve a sua génese nas pesquisas que Cortesão vinha empreendendo desde meados da década de 1940 sobre temas de história da cartografia do Brasil e que, entre muitos outros testemunhos, se encontra documentada em sínteses preliminares como aquela que foi editada na *Seara Nova* em 1950 com o título *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, retomando o tema e o conteúdo de uma conferência pronunciada pelo autor em Setembro de 1949 no Palácio do Itamaraty¹¹.

Depois de ter coordenado a organização da Exposição Histórica comemorativa do IV centenário da fundação da cidade de São Paulo, que decorreu entre 1954 e 1955¹², Cortesão fará sair dois títulos que aproveitam boa parte do esforço que então dedicou às origens da capital paulista: *A Fundação de São Paulo – Capital Geográfica do Brasil* (Rio de Janeiro, 1955) e a colecção de documentos intitulada *Pauliceae Lusitana Monumenta Historica* (3 vols., Rio de Janeiro-Lisboa, 1956-1961). Enquanto isso, vem a lume a segunda parcela da sua contribuição para a *História de America* de Ballesteros y Beretta – esta inteiramente consagrada à terra brasileira: “Brasil –

¹⁰ Ver N. SIMÕES, “Jaime Cortesão e o Brasil...”, pp. 30-32; Jaime CORTESÃO, *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil*, vol. I, Lisboa, Portugália Editora, 1966, pp. 9-14; Nanci LEONZO, “O mistério das Bandeiras”, *Prelo – número especial de homenagem a Jaime Cortesão*, Lisboa, Dezembro 1984, pp. 116-124; José Manuel GARCIA, “Apresentação”, in Jaime CORTESÃO, *Os Descobrimentos pré-colombinos dos Portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997, p. 9; A. R. dos SANTOS, *Jaime Cortesão...*, pp. 278-280.

¹¹ Ver Jaime CORTESÃO, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, vol. 1, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, pp. 9-18; Joel SERRÃO, “Relance sobre a vida e a obra historiográfica de Jaime Cortesão”, *Prelo – número especial de homenagem a Jaime Cortesão*, Lisboa, Dezembro 1984, pp. 13-16; Maria Beatriz Nizza da SILVA, “Cortesão no Instituto Rio Branco”, *Prelo – número especial de homenagem a Jaime Cortesão*, Lisboa, Dezembro 1984, pp. 137-141; José Manuel GARCIA, *O essencial sobre Jaime Cortesão*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, pp. 51-52.

¹² Ver Daíse Aparecida OLIVEIRA, Liliane S. L. BARROS e Celina YOSHIMOTO, “No IV Centenário da cidade de São Paulo”, *Prelo – número especial de homenagem a Jaime Cortesão*, Lisboa, Dezembro 1984, pp. 127-133; A. R. dos SANTOS, *Jaime Cortesão...*, pp. 285-288; N. LEONZO, “Jaime Cortesão...”, pp. 38-41.

Libro Primero: De los Comiezos a 1799” (in vol. 26, Barcelona, 1956, mas também ultimada antes de 1940).

Conferindo os múltiplos ensaios que Cortesão foi publicando na mesma época, o Brasil confirma-se onnipresente, em especial no que toca aos assuntos de cartografia. Fogem a esta temática mais específica textos como “História de Portugal e do Brasil”, “O carácter lusitano do descobrimento do Brasil” (ambos editados em Lisboa na revista *Ocidente*: n.º 31, Novembro de 1940 e n.º 39, Julho de 1941, respectivamente), a apresentação dos *Diálogos das Grandezas do Brasil* de Ambrósio Fernandes Brandão escrita para a versão desta obra publicada na colecção Clássicos e Contemporâneos da Dois Mundos Editora (Rio de Janeiro, 1943), o prefácio intitulado “Recordações de Minas” que abre a 2ª edição de *A Capitania das Minas Gerais* de Augusto de Lima Júnior (Rio de Janeiro, 1943), “O pré-bandeirante Aleixo Garcia” (in *Seara Nova*, n.º 1059, 15 de Novembro de 1947), “O significado da expedição de Pedro Teixeira à luz de novos documentos” (in *Anais IV Congresso de História Nacional*, vol. 3, Rio de Janeiro, 1950), “O Padre Manuel da Nóbrega no Brasil” (in *Ocidente*, n.º 178, Fevereiro de 1953) e “O território da colónia de Sacramento e a formação dos Estados Platinos” (in *Revista de História*, São Paulo, n.º 17, Janeiro-Março de 1954).

Entre os textos de Jaime Cortesão que integram inquéritos mais ou menos extensos sobre mapas salientam-se “A cartografia antiga e os fundamentos pré-históricos da nação brasileira” (in *Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia*, Rio de Janeiro, 1944), “Mapa-múndi português, chamado de Cantino (1502)” (in *Boletim dos Serviços de Documentação das Relações Exteriores do Brasil*, Rio de Janeiro, Janeiro-Fevereiro de 1945), “A cartografia do açúcar e o seu significado histórico” (in *Brasil Açucareiro*, Rio de Janeiro, ano XIII, vol. 25, Janeiro de 1945), “Renascimento das ciências geográficas e cartográficas” (in *Ocidente*, n.º 173, Setembro de 1952) e “Cartografia antiga e geopolítica de Goiás” (in *Revista de Imigração e Colonização*, Rio de Janeiro, ano XII, n.º 1, 1952)¹³. Apesar da sua estrutura inacabada, a *História do Brasil nos velhos mapas* acabaria por coroar o denso empreendimento brasileiro de Jaime Cortesão, incidindo sobre um dos temas que mais aprofundou e onde o seu legado é hoje, se possível, mais presente.

Mapas, identidade e posse do território

Poucas semanas após ter desembarcado no Brasil e iniciado os cerca de 17 anos que duraria o seu exílio neste país, Jaime Cortesão foi apresentado numa sessão especial da Academia Brasileira das Letras (14 de Novembro de 1940). No mês seguinte, proferiu em São Paulo, a convite do periódico *Gazeta*

¹³ Ver N. SIMÕES, “Jaime Cortesão e o Brasil...”, pp. 32-40; A. T. da MOTA, “Jaime Cortesão...”, pp. 53-56; N. ÁGUAS, *Bibliografia...*, pp. 98 e 192; J. M. GARCIA, *O essencial...*, pp. 51-54; A. R. dos SANTOS, *Jaime Cortesão...*, pp. 278-284.

de *Notícias*, a sua primeira conferência em terras brasileiras, intitulando-a “A Certidão do Descobrimento do Brasil” (14 de Dezembro de 1940). Quase de imediato, passou a colaborar regularmente com a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e com o Ministério dos Assuntos Exteriores do Brasil, entre outras instituições. Data de meados de 1942 o convite oficial que o Ministro dos Assuntos Exteriores Oswaldo Aranha lhe dirigiu no sentido de que colaborasse na realização de um *Atlas Histórico do Brasil*, projecto que nunca se concretizou, mas para o qual o historiador português deveria ter contribuído com um par de estudos introdutórios – que já estariam redigidos à altura – sobre a topografia do litoral reconhecido pela armada de Pedro Álvares Cabral¹⁴.

A 12 de Fevereiro de 1944, Cortesão foi contratado como “Assessor da Mapoteca do Itamaraty”. É no âmbito destas funções que lhe é solicitado que organize e ministre integralmente um curso sobre a história da cartografia política brasileira destinado aos funcionários do Ministério das Relações Exteriores, mas que também abriria vagas para pessoas estranhas à instituição, designadamente arquivistas, bibliotecários e outros funcionários públicos¹⁵. A primeira versão deste curso decorreu ao longo de 25 semanas, entre Abril e Novembro desse ano, no formato de uma lição semanal de uma hora, e intitulou-se “Curso de História da Cartografia do Brasil, Geografia das Fronteiras do Brasil e Mapoteconomia”. Entre 1945 e 1950, ano em que Cortesão concluiu a sétima e última apresentação destas lições, as aulas passaram a ser dadas no recém-fundado Instituto Rio Branco, organismo destinado a preparar candidatos para o ingresso na carreira diplomática¹⁶.

A par desta transferência de sede, também o título do curso foi sendo modificado, primeiro para “História da Cartografia Política do Brasil” (em 1945) e, finalmente, para “História da Formação Territorial do Brasil” (a partir

¹⁴ O. LOPES, *Jaime Cortesão...*, pp. 58-59; J. M. GARCIA, *O essencial...*, p. 16; Alberto PEDROSO, “Quadro cronológico (1940)”, in Jaime CORTESÃO, *13 cartas do cativo e do exílio*, recolha, introdução e notas de A. Pedrosa, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1987, pp. 90-91; Robert H. MOSER, “O contributo de Jaime Cortesão para a história da cartografia do Brasil”, *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, n.º 6, Primavera 2000, pp. 242-244; idem, “The History of Cartography in Brazil in the 1940s: Jaime Cortesão’s Lecture Courses”, *Imago Mundi: The International Journal for the History of Cartography*, Londres, Vol. 57, Part I, 2005, p. 70; Francisco Roque de OLIVEIRA, “Jaime Cortesão, cartógrafo no Brasil. Gênese e conteúdo dos cursos de História da Cartografia e da Formação Territorial Brasileira leccionados no Itamaraty (1944-1950)”, in Francisco Roque de OLIVEIRA e Héctor MENDOZA VARGAS (coord.), *Mapas de metade do mundo. A cartografia e a construção territorial dos espaços americanos: séculos XVI a XIX = Mapas de la mitad del mundo. La cartografía y la construcción territorial de los espacios americanos: siglos XVI al XIX*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa; Ciudad de México: Instituto de Geografía, Universidad Nacional Autónoma de México, 2010, pp. 73-78.

¹⁵ Ver M. B. N. da SILVA, “Cortesão...”, pp. 135-136.

¹⁶ Ver Isa ADONIAS, *Jaime Cortesão e seus mapas: instrumentos didáticos para a história da cartografia do Brasil*, Rio de Janeiro, [Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro], 1984, pp. IX-XI e XIV; N. LEONZO, “Jaime Cortesão...”, p. 36; F. R. de OLIVEIRA, “Jaime Cortesão...”, pp. 78-88.

de 1946). Com isto, introduziram-se alterações relativamente profundas nas matérias abordadas, as quais passaram a pautar-se por uma análise mais concentrada no estudo da documentação cartográfica preparada durante o processo político-diplomático que culminou na assinatura do Tratado de Madrid. Na sua programação, Cortesão tentou conciliar os aspectos teóricos e a componente expositiva com o trabalho prático que os próprios alunos deveriam realizar sobre os espécimes cartográficos, de modo a completarem a sua especialização neste domínio do saber¹⁷.

Como referimos, as obras que Cortesão veio a publicar sobre Alexandre de Gusmão e Raposo Tavares, cerca de uma década depois de ter iniciado a leccionação dos cursos sobre cartografia no Rio de Janeiro, correspondem, em boa medida, a um ponto de chegada da pesquisa que o historiador foi ajustando e aprofundando enquanto preparava as sucessivas aulas que decorreram entre 1944 e 1950. Em qualquer caso, foi na *História do Brasil nos velhos mapas* que Cortesão se propôs resumir todo o inquérito que realizou a partir dos riquíssimos fundos do Itamaraty, da Biblioteca Nacional do Rio e do Instituto Rio Branco tendo em vista as suas lições sobre mapas e fronteiras. Tal como sucedeu quando o percebemos associado à concepção do projecto inconcluso do *Atlas Histórico do Brasil*, Cortesão não buscou aqui escrever um livro de história da cartografia. Em vez disso, abeirou-se da fonte privilegiada que é o mapa de modo a servir a ambição mais geral de reconstrução das bases geopolíticas da formação territorial brasileira. No breve prefácio que preparou em 1952 para a *História do Brasil nos velhos mapas*, é o próprio quem recorda que a complexidade das fronteiras brasileiras tem o seu reverso no facto do Brasil ser também aquele país em que os mapas antigos “mais e melhor serviram de títulos justificativos de descobrimento, ocupação e posse nos litígios de soberania com os demais Estados da América do Sul”. A redacção deste livro, concluía aí Cortesão, devia quase tudo a essa circunstância singular (*HBVM*, Tomo I, “Prefácio”, p. 21).

A escrita da *História do Brasil nos velhos mapas* organiza-se em redor desta consciência a respeito do papel instrumental da cartografia dada pela conversão do concreto em abstracto que os poderes empenhados no seu domínio operam na generalidade das vezes em que promovem a feitura

¹⁷ M. B. N. da SILVA, “Cortesão...”, pp. 135-137; R. H. MOSER, “O contributo...”, pp. 238, 248-250 e 252-255; idem, “The History of Cartography...”, pp. 70-72; F. R. de OLIVEIRA, “Jaime Cortesão...”, pp. 88-93; idem, “História da cartografia brasileira e mapoteconomia segundo Jaime Cortesão: o curso do Itamaraty de 1944”, in 3.º *Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia: Agendas para História da Cartografia Iberoamericana*, São Paulo, abril de 2010 – *Memórias do evento*, São Paulo, Laboratório de Geografia Política (Departamento de Geografia – USP), Laboratório de Estudos de Cartografia Histórica (Departamento de História – USP/FAPESP) e Laboratório de estudos sobre urbanização, arquitetura e preservação (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP), 2010, Apêndices 1-3, pp. 21-28 [Em linha] [Consultado em 11 de Agosto de 2011] Disponível na Internet em: <<http://3siahc.files.wordpress.com/2010/04/francisco-roque-3siahc-2010.pdf>>.

deste tipo de representações¹⁸. Há também que não perder de vista as particularidades do momento em que Cortesão se debruçou sobre o tema: exilado no Brasil enquanto decorria a Segunda Guerra Mundial, esta faceta do seu trabalho historiográfico desenvolveu-se na mesma altura em que os estudos sobre geopolítica ganhavam um espaço acrescido neste país, depois de uma época em que tinham sido dominados pelas figuras de Everardo Backheuser, Delgado de Carvalho e Mário Travassos. Seria ainda sob a responsabilidade de Backheuser que apareceriam, entre 1944 e 1945, os primeiros cursos sobre geopolítica do Instituto Rio Branco, acompanhados pelo curso ministrado no Instituto Cultural Brasileiro em 1947 e 1948. No ano seguinte, surgiu no Rio de Janeiro o Instituto Brasileiro de Geopolítica. Este fenómeno foi acompanhado pela multiplicação de artigos sobre o tema em revistas fundadas pouco antes, como a *Revista Brasileira de Geografia* (1938) e o *Boletim Geográfico* (1943)¹⁹.

Entre tudo isto, Cortesão é claro quando elege o modelo de estudos de que parte: nada menos que os esboços e ensaios de história da cartografia legados pelo barão da Ponte Ribeiro (1795-1878), Joaquim Caetano da Silva (1810-1873), o barão do Rio Branco (1845-1912) e Joaquim Nabuco (1849-1910) (*HBVM*, Tomo I, “Prefácio”, pp. 21-22). Já sabemos como terminou esta saga. Partindo da arte de resgatar dos mapas herdados dos portugueses os títulos de soberania das terras do Brasil que esta plêiade de diplomatas e estadistas tinha praticado, o estudo de Cortesão acabaria por apontar para aqueles a quem – passe certo anacronismo e facilidade que, ainda assim, não deixam de ser sugestivos – é comum ouvir chamar pioneiros do pensamento geopolítico brasileiro, Alexandre de Gusmão à cabeça.

A terra e os homens

Os dois volumes em que surgiu impressa – e agora reimpressa – a *História do Brasil nos velhos mapas* correspondem, *grosso modo*, a uma estrutura quase dual, arquitectada desde o início pelo autor, mas que as vicissitudes dos seus últimos anos de vida reforçaram ao impedi-lo de dar forma final ao manuscrito do segundo volume. A primeira parte da obra é dominada por uma extensa introdução aos conceitos e à metodologia de carácter geográfico, escrita para auxiliar a interpretação das cartas antigas da América do Sul – e essencialmente do Brasil – que preenche a segunda parte (cf. *HBVM*, Tomo I, “Prefácio”, pp. 22-23). É manifesto que o primeiro volume é aquele

¹⁸ Ver Yves LACOSTE, “A Geografia”, in François CHÂTELET (dir.), *História da Filosofia – Ideias, Doutrinas*, vol. 7, *A Filosofia das Ciências Sociais (de 1860 aos nossos dias)*, tradução de Eduardo de Freitas e Maria Inês Mansinho, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1977, pp. 216-219; J. R. MAGALHÃES, “Apresentação...”, pp. 15-16.

¹⁹ Ver Shiguenoli MIYAMOTO, *Geopolítica e poder no Brasil*, Campinas, SP, Papirus Editora, pp. 44-76; F. R. de OLIVEIRA, “Jaime Cortesão...”, pp. 82-84.

que oferece uma redacção mais apurada, concluído que foi o processo através do qual a leitura do documento cartográfico terminou sendo incorporada na narrativa sobre os fundamentos da formação territorial do Brasil. No segundo caso, o trabalho de recriação das bases geopolíticas da nação brasileira, que era suposto ser concretizado a partir da leitura dos mapas, foi deixado num estágio intermédio de elaboração, o que se torna bem nítido observando as muitas páginas preenchidas com a listagem de cartas e a sua descrição quase em jeito de catálogo²⁰.

O primeiro volume vem dividido em quatro partes autónomas. Na I Parte – com um título de ressonância reclusiana: “A terra e o homem” – avaliam-se os traços geográficos que concorrem para a existência e o carácter original do Brasil a partir das propostas enunciadas por Friedrich Ratzel. Nesse sentido, Cortesão discorre sobre o modo como a posição e o espaço devem ser considerados como os dois elementos nucleares responsáveis pela formação do Estado brasileiro. Depois de discutido o conceito de região natural e de dividido o Brasil em três grandes regiões botânico-geográficas, o primeiro capítulo desta Parte conclui-se com um esclarecimento teórico em favor do conceito de *possibilismo* que Lucien Febvre, Paul Vidal de la Blache e Albert Demangeon haviam anteposto ao determinismo ambiental caro à escola alemã de geografia. De caminho, Cortesão encontra espaço para colar a “geo-história” de Fernand Baudel à geografia humana e política de modelo germânico. Ainda assim, opta por não deixar cair “algumas das lúcidas vistas de Ratzel”, mas a linha de clivagem essencial estava assumida e correspondia a uma maturada reflexão, inteiramente sintonizada com o debate geográfico da época (*HBVM*, Tomo I, I Parte, I, pp. 27-43).

Os dois seguintes capítulos da Parte I são dominados pela definição dos “géneros de vida” dos povos que habitaram o Brasil na era pré-cabralina e durante a colonização portuguesa. Uma vez mais, Cortesão parte das premissas essenciais da geografia francesa da primeira metade do século XX, insistindo nas manifestações da base material da existência que teriam moldado a pretendida unidade humana e cultural do Brasil aborígene e a aparente repetição desse padrão no momento colonial, pesem embora as diferentes capacidades de resposta ao quadro natural entretanto trazidas pelos europeus (*HBVM*, Tomo I, I Parte, II: “Fundamentos pré-históricos: o aborígene nas suas relações com a terra”, pp. 45-71; *ibid.*, Tomo I, I Parte, III: “O português e a formação territorial e política do Brasil”, pp. 73-105).

Entre todos os traços de cultura do ameríndio brasileiro, Cortesão não demora a destacar a percepção específica do espaço que vê como própria destes povos, correspondente à capacidade de ordenar um saber de carácter astronómico e de representar os conhecimentos topográficos adquiridos através das suas deslocações por um território imenso. O tema sugere-lhe a referência a algumas passagens do artigo “Índios e mamelucos na expan-

²⁰ Cf. J. R. MAGALHÃES, “Apresentação...”, p. 15.

são paulista” de Sérgio Buarque de Holanda (in *Anais do Museu Paulista*, tomo XIII, 1949), estudo cuja selecção de fontes e enquadramento conceptual eram em boa parte coincidentes com as investigações que Cortesão conduzia e divulgava desde 1944 e que aqui lhe interessavam pelas observações deixadas sobre os mapas índios obtidos por Karl von den Steinen e reproduzidos em *Durch Central-Brasilien* (Leipzig, 1886) (*HBVM*, Tomo I, I Parte, II, pp. 55-58).

Em simultâneo, Cortesão aplica-se a reconstruir a máxima extensão da cultura geográfica das tribos indígenas, essencialmente traduzida em duas aparentes aquisições que teriam tido a maior transcendência para a posterior expansão e unificação do território conduzida pelos luso-brasileiros: por um lado, a compenetração, por parte da cultura guarani, da existência da área interoceânica; por outro, a hipótese da cultura tupi ter adquirido uma ideia mais ou menos vaga do circuito atlântico-platino-amazónico enquanto descrevia o arco de círculo correspondente às suas viagens pelo interior do continente. A isto somava-se o entendimento da vasta unidade económica que os aruaque tinham estabelecido sobre o circuito fluvial do conjunto formado pelo Amazonas, Madeira e Negro-Orinoco (*HBVM*, Tomo I, I Parte, II, pp. 62-71). A fundação colonial dos portugueses na América do Sul, conclui Cortesão, consubstanciar-se-ia, em boa medida, sobre este embrião de território cuja unidade tanto era servida por factores geográficos e económicos, como pela representação abstracta do espaço percorrido. E outra vez Ratzel: as navegações oceânicas e a expansão sobre o planeta haviam amadurecido nos portugueses um “excepcional sentido do espaço e das suas possibilidades, o *raumsinn*”, o qual, em essência, assentava na mesma “base vital e orgânica” própria dos povos índios (*HBVM*, Tomo I, I Parte, III, pp. 99 e 105).

A II Parte do primeiro volume da *História do Brasil nos velhos mapas* vem dedicada às escolas cartográficas do Ocidente cujos produtos Jaime Cortesão entendia que mais ajudavam a esclarecer a história do Brasil. Uma breve digressão sobre a ciência náutica portuguesa introduz a escola lusa. Para este caso, Cortesão começa por recuperar algumas das principais teses sobre o contributo pioneiro de Portugal para a criação da náutica astronómica devidas aos historiadores portugueses Joaquim Bensaúde (1859-1952) e Luciano Pereira da Silva (1864-1926) (*HBVM*, Tomo I, II Parte, pp. 110-117). Neste particular, o seu texto apresenta múltiplos pontos de contacto com alguns dos trabalhos que ele mesmo tinha publicado na década de 1930, em particular com o livro *L'Expansion des Portugais dans l'Histoire de la Civilisation* (editado em 1930, por ocasião da Exposição Internacional de Antuérpia) e o capítulo intitulado “Influência dos Descobrimentos Portugueses na História da Civilização”, incluído no volume IV da *História de Portugal* dirigida por Damião Peres (1932)²¹.

²¹ Ver Ricardo SARAIVA, *Jaime Cortesão – Subsídios para a sua biografia*, Lisboa, Seara Nova, pp. 48-52; A. T. da MOTA, “Jaime Cortesão...”, pp. 45-49 e 51.

A difusão da ciência náutica portuguesa na Europa, tema axial desta série de textos mais antigos de Cortesão, perspectiva-se aqui a propósito de figuras e obras como as de Martín Fernández de Enciso, Francisco Faleiro, João Afonso (Alphonse de Saintonge), Cristóvão Colombo, Pedro de Medina, Martín Cortés, William Bourne, John Dee, Jan Huygen van Linschoten e Melchisédech Thévenot. Seguem-se considerações particulares sobre a arte cartográfica de Quatrocentos e Quinhentos que primeiro aproveita da revolução operada na ciência náutica portuguesa. Completa-as um novo – e extenso – conjunto de exemplos sobre a forma como as inovações introduzidas pela cartografia portuguesa passaram à cartografia praticada nas principais nações marítimas da Europa. A fechar, são revistas de modo comparativamente mais abreviado as principais características, filiações e contributos técnicos dos *ateliers* cartográficos franceses, holandeses e ingleses. Pensando no Brasil, antecipa-se o contributo que a França, por via da aplicação do método astronómico à cartografia, veio a emprestar à renovação da cartografia portuguesa do reinado de D. João V (*HBVM*, Tomo I, II Parte, pp. 113-143).

A jangada brasileira

É sabido que uma das ideias centrais do pensamento de Jaime Cortesão correspondeu à definição do chamado “mito da Ilha-Brasil” e à sua projecção no tempo, esta de tal modo prolongada que a poderíamos reencontrar no pensamento de Alexandre de Gusmão e subjacente à estratégia diplomática arquitectada por Portugal para a negociação do Tratado de Madrid. Esta “concepção estrutural”, que começa como uma intuição geográfica e acaba confundida com a própria ideia de nação brasileira, constitui uma premissa sobre a qual assenta toda a análise geopolítica que o historiador português consagra ao Brasil. Nesse sentido, os mapas antigos funcionariam como um reflexo particularmente tangível da consciência precoce da unidade a um tempo geográfica, económica e humana desse território inteiro e da vontade política de o controlar. Primeiro a junção entre o rio Paraná e o rio Paraguai, mais tarde as bacias do Prata e do Maranhão (Amazonas) entrelaçadas, são os rios – como a lagoa ou as lagoas que lhes podem aparecer de permeio – a tecer uma entidade que já seria distinta na imaginação dos povos antes de ter sido apropriada pelo cálculo diplomático e militar daqueles a quem coube justificar e defender fronteiras²².

²² Ver, *inter alia*, V. M. GODINHO, *Mito e Mercadoria...*, pp. 228-229; Maria Fernanda ALEGRIA, “Representações do Brasil na produção dos cartógrafos Teixeira (c. 1586-1675)”, *Mare Liberum*, Lisboa, n.º 19, Dezembro 1995, pp. 194-195; R. H. MOSER, “O contributo ...”, pp. 248-250; Maria Fernanda ALEGRIA, “A produção cartográfica portuguesa sobre o Brasil (1502-1655): tentativa de tipologia espacial e temática”, in Maria do Rosário PIMENTEL (coord.), *Portugal e Brasil no advento do Mundo Moderno*, Lisboa, Edições Colibri, 2001, pp. 73-76; André Ferrand de ALMEIDA, *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa*

Ocupando-se do “Tratado de Tordesilhas e da sua expressão cartográfica”, conforme o título do primeiro capítulo da III Parte do volume I da *História do Brasil nos velhos mapas*, Cortesão prepara a sua interpretação sobre as relações existentes entre os mais antigos mapas portugueses do Brasil e a pretensa insularidade brasileira. Porque esta suposta coerência geo-económica e mental não cabia na estreita faixa que este convénio afetara a Portugal, desde cedo se forjara uma representação mais consentânea com as ambições portuguesas. Continuando a seguir a sua ideia, esta imagem tanto teria passado por uma falsificação deliberada dos traçados, como por um permanente jogo de sombras, envolvendo o sigilo ou o segredo da Coroa, de modo a consumir mais facilmente apropriações de território insondado pelos rivais – no essencial, dois modos distintos de conseguir o mesmo.

No capítulo que vem a seguir, intitulado “O descobrimento dos litorais e os primeiros mapas do Brasil”, descrevem-se vários dos mais antigos mapas que ajudam a recuperar o sentido desta “deformação geral do mundo, espécie de caricatura geográfica, com fins de soberania política” (HBVM, Tomo I, III Parte, II, p. 256). Entre as cartas arroladas para ilustrar esta que é hoje uma das mais discutíveis interpretações historiográficas de Cortesão, destaque para os planisférios de Cantino (1502), King-Hamy (c. 1502), Nicolo Caverio (c. 1504), Vesconte de Maggiolo (1504), Jerónimo Marini (1512), Michiel Barbolan (1514), o mapa do Brasil inserto no *Atlas Miller* de Lopo Homem-Reinéis (1519), o planisfério dito Kunstmann IV (1519), os mapas-mundo de Diogo Ribeiro (1525-1529) e a carta atlântica de Gaspar Viegas (1534).

Esta mesma tese tem sequência imediata na IV Parte do primeiro volume da obra, que acompanha a pretensa deriva do “mito da Ilha-Brasil” até ao tempo e aos territórios abrangidos pelas “primeiras bandeiras à busca dos limites insulares” (HBVM, Tomo I, IV Parte, II), tal como durante o descobrimento e ocupação do vale amazónico, centrado na viagem de Pedro Teixeira e no seu acto de posse no rio do Ouro (HBVM, Tomo I, IV Parte, III). Entre os documentos cartográficos que teriam coadjuvado, ou tão-só reflectido, todo este processo de afirmação consciente de uma razão geográfica de Estado contra os “ditames artificiais” de Tordesilhas, encontra-se o planisfério de André Homem de 1559, o mapa-mundo de Bartolomeu Velho de 1561, a carta atlântica de Luís Teixeira de c. 1600, a carta geral do atlas do Brasil de João Teixeira Albernaz I de 1642, a carta da América meridional de Nicolas Sanson de 1650 e a carta da bacia amazónica apensa à *Relation historique et géographique de la grande rivière des Amazones dans l’Amérique* de Blaise François de Pangan (Paris, 1656), aos quais Cortesão agrega pas-

(1713-1748), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, pp. 41-43; Íris KANTOR, “Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polémicas cartográficas e historiográficas”, *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 23, n.º 37, Janeiro/Junho 2007, pp. 70-77 [Em linha] [Consultado em 7 de Outubro de 2009] Disponível na Internet em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v23n37/v23n37a05.pdf>>; J. R. MAGALHÃES, “Apresentação...”, pp. 15-16.

sagens retiradas de obras geográficas de carácter mais geral, caso da *Cosmographie* (c. 1544) e das *Voyages aventureux* (1559) de João Afonso.

Para o segundo volume da *História do Brasil nos velhos mapas* está guardado o tratamento dos grandes temas da história do Brasil seiscentista e setecentista à luz da cartografia coeva. O domínio do nordeste brasileiro pelos holandeses, principal desafio no caminho para a integração plena do Brasil português, surge descrito ao longo dos três capítulos que compõem a I Parte deste tomo: “A economia do açúcar e a conquista holandesa”. Retomando o tema do citado artigo publicado na revista *Brasil Açucareiro* em 1945, Cortesão regressa aqui ao estudo da importância da economia do açúcar na história brasileira do século XVII e da forma como a cartografia, “mais e melhor que nenhum outro documento”, ajuda a compreendê-lo (HBVM, Tomo II, I Parte, I, p. 21). A leitura retoma também o conteúdo do *Roteiro de todos os sinais – o Atlas-roteiro* atribuído a Luís Teixeira (c. 1586) que Cortesão abordara no final do 1.º volume (HBVM, Tomo I, IV Parte, II, pp. 417-426) –, continua com uma análise sumária da produção cartográfica de João Teixeira Albernaz I e João Teixeira Albernaz II e termina a comparar todo esse conjunto de mapas portugueses quer com a *Brasiliae Geographica et Hydrographica Tabula Nova* de Georg Marcgraf (1643), quer com as cinco cartas parciais do Brasil holandês insertas no Atlas manuscrito de Jan Vingboons (c. 1665) (HBVM, Tomo II, I Parte, II, pp. 31-42)²³.

Este ponto tem imediato seguimento na II Parte, dedicada a um conjunto de atlas que Cortesão avaliza como particularmente útil para o esclarecimento de alguns dos aspectos nucleares da expansão territorial e da formação económica do Brasil – “Os atlas dos Teixeiras e o seu significado histórico”. Mais do que qualquer outro assunto, continua a interessar-lhe a decifração do significado político subjacente à feitura desta série de obras da família Teixeira, seja no que toca à definição da fronteira com o domínio castelhano na América do Sul, seja no que respeita à afirmação de uma “razão” geográfica para o “Estado do Brasil”, seja ainda quanto à questão central da revelação da hidrografia do interior (HBVM, Tomo II, II Parte, I-IV, pp. 52-100). As possíveis lições das cartas dos Teixeiras serão ainda pesquisadas quando se tratar de sumariar o processo que desembocou na fundação da colónia do Sacramento (HBVM, Tomo II, III Parte, IV). Entretanto, será à volta da geopolítica das missões jesuíticas do Paraguai, das bandeiras paulistas e dos feitos de Raposo Tavares que Cortesão discute o aparente paradoxo dado pelo facto de, como diz, o movimento geral das bandeiras estar longe de se reflectir na cartografia com a mesma frequência e amplitude das penetrações que os bandeirantes realizaram nos sertões (HBVM, Tomo II, III Parte, I, p. 103).

Estão hoje longe de ser consensuais várias das propostas que Jaime Cortesão lançou para responder a boa parte destas mesmas questões. Que o

²³ Ver M. F. ALEGRIA, “Representações do Brasil...”, pp. 195-196; idem, “A produção cartográfica...”, pp. 76-79.

sigilo imposto pela Coroa portuguesa à circulação dos mapas possa ter condicionado todo este processo de difusão é apenas uma das hipóteses por si avançadas que continua a não reunir consenso. Outro tanto a propósito dos pesos a atribuir à iniciativa oficial e aos interesses privados no processo das bandeiras (ou, pelo menos, em algumas delas), com todas as consequências que daí decorrem para a leitura da razão de ser dos mapas serem mais ou menos omissos quanto à representação dos territórios desbravados para Sul e para o interior da região de São Paulo. No essencial, já Sérgio Buarque de Holanda intuía boa parte de tudo isto quando, em 1952, debateu cordialmente com Jaime Cortesão a tese da “geomítica da ilha-Brasil” na sequência do aparecimento do 1.º volume dos *Manuscritos da Colecção De Angelis*, sobre os jesuítas e bandeirantes no Guairá²⁴ (principais textos de Holanda sobre este tema: in *Diário Carioca*, 22 e 29 de Junho e *Folha da Manhã* de São Paulo, 24 de Junho, 1 e 10 de Julho; principais réplicas de Cortesão: in *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, 1 de Junho, 13 e 27 de Julho de 1952²⁵).

Na maioria das cerca de 250 páginas que perfazem a IV Parte do 2.º volume da *História do Brasil nos velhos mapas* Jaime Cortesão retoma muitos dos tópicos – e até a letra – que alinhara na sua obra sobre Alexandre de Gusmão, os antecedentes, as negociações e a execução do Tratado de Madrid. Tal como fizera nesse trabalho, Cortesão começa por tecer considerações gerais sobre o “renascimento da cultura geográfica e cartográfica de Portugal” ocorrido durante o reinado de D. João V, passando logo depois a avaliar a expressão desse progresso nos resultados trazidos pelas cartas geográficas do Brasil elaboradas pelos jesuítas Diogo Soares e Domenico Capacci durante a década de 1730 (*HBVM*, Tomo II, IV Parte, I). Do mesmo modo, revisita a biografia de Gusmão e a forma como os princípios levados à mesa de negociações com Espanha para o acerto das fronteiras comuns na América meridional havia decorrido de cerca de duas décadas de sistemático inquérito geográfico, o qual acabaria exposto no plano português de limites, de 1748, e no Mapa das Cortes, do ano seguinte. Segue-se a reportagem sobre as partidas do Sul e do Norte e as respectivas cartografias – mais alargada aqui, diga-se, do que no livro dedicado a Alexandre de Gusmão e ao Tratado de Madrid. Já a propósito da execução do Tratado de Santo Ildefonso (1777), assinala-se a principal produção cartográfica daí resultante. Será este um dos pontos que mais se ressentiu do facto de Cortesão não ter

²⁴ Ver Sérgio Buarque de HOLANDA, “Um Mito Geopolítico: A Ilha Brasil”, in *Tentativas de Mitologia*, São Paulo, Editorial Perspectiva, 1979, pp. 68-94; M. F. ALEGRIA, “Representações do Brasil...”, pp. 202-203; A. F. de ALMEIDA, *A formação do espaço...*, pp. 40-42; I. KANTOR, “Usos diplomáticos...”, pp. 74-77.

²⁵ Refs. in S. B. de HOLANDA, “Um Mito Geopolítico...”, p. 73, nota 2; I. KANTOR, “Usos diplomáticos...”, p. 75, nota 11; UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Arquivo Central do Sistema de Arquivos – SIARQ, *Arquivos Privados. Sérgio Buarque de Holanda: Artigos de Jornais sobre Sérgio Buarque de Holanda*. Actualizado em 2002. [Em linha] [Consultado em 7 de Outubro de 2009] Disponível na Internet em: <http://www.unicamp.br/siarq/pesquisa/guia/artigos_jornais.pdf>

tido oportunidade de dar forma final ao livro que idealizara, senão vejam-se as extensas listas de atlas e cartas dos demarcadores das partidas do Sul e do Norte às quais ficou a faltar a descrição e análise pormenorizada dos respectivos conteúdos (*HBVM*, Tomo II, IV Parte, IV).

No capítulo seguinte, dedicado aos principais cartógrafos que trabalharam nas sucessivas comissões de limites e trataram do desenho do território durante as últimas décadas do Brasil-colônia, o texto recupera parte do fôlego inicial. Ainda assim, intercala também apontamentos biográficos mais ou menos parcelares – sobre Francisco João Roscio, José Saldanha, Manuel da Gama Lobo de Almada, Ricardo Franco de Almeida Serra, Francisco José de Lacerda e Almeida ou António Pires da Silva Pontes Leme, por exemplo – com sequências relativamente pouco tratadas de cartas e planos, como aqueles assinados pelo hidrógrafo José Fernandes Portugal. Uma extensa nota de Isa Adonias tenta completar as indicações deixadas por Cortesão a respeito da constituição do acervo principal do Arquivo Militar do Rio de Janeiro, entre 1808 e 1813 (*HBVM*, Tomo II, IV Parte, V, pp. 398-399, nota a).

Na mesma linha, também acabarão por ser escassos os parágrafos que o historiador português logrou completar a respeito do mapa da “Nova Lusitânia” de Pontes Leme (c. 1798) e da “Corografia Brasília” do padre Manuel Aires de Casal (1817), pontos de chegada da “consciência geográfica do território” legada em herança aos brasileiros (*HBVM*, Tomo II, IV Parte, V, pp. 381-382 e 397-400). Já na V e derradeira Parte deste volume, que cobre as primeiras realizações diplomáticas com consequências no traçado dos limites do Brasil entre o momento da independência e a assinatura do Tratado de Petrópolis (1903), praticamente só a nomeação da “Carta Geral do Império”, de 1875, e das realizações do barão da Ponte Ribeiro conseguem vir acrescidas de notas que, para lá das referências aos detalhes do desenho, discutem com alguma detença as pretendidas implicações do mapa na consciência do espaço representado. As três páginas dadas ao barão do Rio Branco são exemplo eloquente da distância que acabou por se impor entre o projecto inicial e o que Cortesão conseguiu concluir antes de deixar o Brasil e a vida (*HBVM*, Tomo II, V Parte, III).

Esta grande obra incompleta de Jaime Cortesão termina quase como começara: com uma leitura sobre o “espírito da fronteira” e o modo como este terá ajudado a forjar a consciência nacional brasileira (*HBVM*, Tomo II, IV Parte, V, p. 381). A expressão citada era tomada de empréstimo de Vidal de la Blache. Com isto, Cortesão mantinha-se sintonizado com os principais nomes da escola francesa de geografia, que vimos moldarem o seu entendimento sobre as relações entre a terra e o homem desde que se iniciara na reflexão histórico-geográfica, na década de 1920. Também por isto, a *História do Brasil nos velhos mapas* é um livro de uma coerência teórica irrepreensível. Mais ainda, abre tantas linhas polémicas de interpretação das relações entre os mapas e a circunstância histórica e mental em que foram desenhados (“Ilha-Brasil”, sigilo...) quantas as pistas para a análise de conceitos operacionais muito concretos, mas nem por isso menos pertinentes. Apenas

um exemplo: além do conceito de fronteira natural, na cartografia do Tratado dos Limites de 1750 definir-se-á, como pretende Cortesão, uma concepção linear de fronteira ou, em alternativa, simultaneamente linear e zonal? Por outras palavras, ainda o espaço ou a frente dos pioneiros ou já só a superstição cartográfica moderna da linha fronteira? (*HBVM*, Tomo II, IV Parte, V, p. 381)²⁶. Uma das muitas questões maiores que este livro não encerrou, antes deixou franqueada ao futuro.

Bibliografia

- ADONIAS, Isa, *Jaime Cortesão e seus mapas: instrumentos didáticos para a história da cartografia do Brasil*, Rio de Janeiro, [Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro], 1984.
- ÁGUAS, Neves, *Bibliografia de Jaime Cortesão – Edição comemorativa do Primeiro Centenário do Nascimento de Jaime Cortesão*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1985.
- ALEGRIA, Maria Fernanda, “Representações do Brasil na produção dos cartógrafos Teixeira (c. 1586-1675)”, *Mare Liberum*, Lisboa, n.º 19, Dezembro 1995, pp. 189-204.
- , “A produção cartográfica portuguesa sobre o Brasil (1502-1655): tentativa de tipologia espacial e temática”, in Maria do Rosário PIMENTEL (coord.), *Portugal e Brasil no advento do Mundo Moderno*, Lisboa, Edições Colibri, 2001, pp. 59-89.
- ALMEIDA, André Ferrand de, *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- ALVES, Jorge Luís dos Santos, “A memória do lusobrasileirismo na historiografia brasileira: a *História da Colonização Portuguesa do Brasil*”, in *Anais da 26.ª Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, Rio de Janeiro, 2006, Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 13 pp. [Em linha] [Consultado em 7 de Outubro de 2009] Disponível na Internet em: <sbph.org/reuniao/26/trabalhos/Jorge_Luis_dos_Santos_Alves/>
- BETHENCOURT, Francisco, “A memória da expansão”, in Francisco BETHENCOURT e Kirti CHAUDHURI (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. V, *Último Império e Recentramento (1930-1998)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, pp. 442-483.
- CORTESÃO, Jaime, “História de uma História”, in *Souza Cruz – Juízos sobre a sua vida e a sua obra. Homenagens que lhe foram prestadas em 1 de Setembro de 1944 no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro/Lisboa, Edições Dois Mundos, 1945, pp. 55-73.
- , *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil*, vol. I, Lisboa, Portugal Editora, 1966.

²⁶ Ver Michel FOUCHER, *Fronts et Frontières. Un tour du monde géopolitique*, Paris, Fayard, 1988, pp. 14-16. Cf. Mário Clemente FERREIRA, *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional. Os trabalhos demarcadores das Partidas do Sul e a sua produção cartográfica (1749-1761)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, pp. 122-125.

- , *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, vol. 1, Lisboa, Livros Horizonte, 1984.
- , *Os Descobrimentos pré-colombinos dos Portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997.
- , *História do Brasil nos velhos mapas*, 2 tomos, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009.
- FERREIRA, Marie-jo, “Os Portugueses do Brasil, atores das relações luso-brasileiras, fim do século XIX-início do século XX”, *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, 11 pp. Atualizado em 2004. [Em linha] [Consultado em 7 de Outubro de 2009] Disponível na Internet em: <www.rio.rj.gov.br/arquivo/anexo/portugueses.pdf>
- FERREIRA, Mário Clemente, *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional. Os trabalhos demarcadores das Partidas do Sul e a sua produção cartográfica (1749-1761)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- FOUCHER, Michel, *Fronts et Frontières. Un tour du monde géopolitique*, Paris, Fayard, 1988.
- GARCIA, José Manuel, *O essencial sobre Jaime Cortesão*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.
- , “Apresentação”, in Jaime CORTESÃO, *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990, pp. IX-XXX.
- , “Apresentação”, in Jaime CORTESÃO, *Os Descobrimentos pré-colombinos dos Portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997, pp. 9-11.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, “Presença de Jaime Cortesão na Historiografia Portuguesa”, in Jaime CORTESÃO, *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1974, pp. VII-XLVIII.
- , “A evolução dos complexos histórico-geográficos”, in *Ensaio II – Sobre História de Portugal*, 2.^a edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1978, pp. 17-28.
- , “Redescobrir os Descobrimentos e a Expansão Ultramarina”, in Alfredo Pinheiro MARQUES, *Guia de História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa – Estudos*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1988, pp. 7-16.
- , *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar – Séculos XIII-XVIII*, Lisboa, Difel, 1990.
- , “Portugal e a Comemoração do Centenário da Independência do Brasil”, *Oceanos*, Lisboa, n.º 49, Janeiro/Março 2002, pp. 149-152.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, “Um Mito Geopolítico: A Ilha Brasil”, in *Tentativas de Mitologia*, São Paulo, Editorial Perspectiva, 1979, pp. 61-84.
- JOÃO, Maria Isabel, “Organização da memória”, in Francisco BETHENCOURT e Kirti CHAUDHURI (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. IV, *Do Brasil para África (1808-1930)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 376-402.
- KANTOR, Íris, “Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polémicas cartográficas e historiográficas”, *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 23, n.º 37, Janeiro/Junho 2007, pp. 70-80. [Em linha] [Consultado em 7 de Outubro de 2009] Disponível na Internet em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v23n37/v23n37a05.pdf>>

- LACOSTE, Yves, "A Geografia", in François CHÂTELET (dir.), *História da Filosofia – Ideias, Doutrinas*, vol. 7, *A Filosofia das Ciências Sociais (de 1860 aos nossos dias)*, tradução de Eduardo de Freitas e Maria Inês Mansinho, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1977, pp. 197-243.
- LEONZO, Nanci, "O mistério das Bandeiras", *Prelo – número especial de homenagem a Jaime Cortesão*, Lisboa, Dezembro 1984, pp. 116-124.
- , "Jaime Cortesão: um condestável em terras brasileiras", *Revista da Cátedra Jaime Cortesão*, São Paulo, vol. 1, n.º 1, 1.º semestre 1997, pp. 35-43.
- LOPES, Óscar (coord.), *Jaime Cortesão*, Lisboa, Editora Arcádia, [1962].
- MACEDO, Jorge Borges de, "A teoria da História de Jaime Cortesão", *Prelo – número especial de homenagem a Jaime Cortesão*, Lisboa, Dezembro 1984, pp. 57-66.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero, "No trilho de uma ambição: o poeta-historiador Jaime Cortesão (1910-1927)", *Cadernos da Revista de História Económica e Social – Cidadania e História em Homenagem a Jaime Cortesão*, Lisboa, 6-7, 1985, pp. 27-48.
- , "Apresentação", in Jaime CORTESÃO, *História do Brasil nos velhos mapas*, Tomo I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009, pp. 13-17.
- MARQUES, Alfredo Pinheiro, *Guia de História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa – Estudos*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1988.
- MIGUÉIS, José Rodrigues, "Uma visita à Ibituruna", in Jacinto BAPTISTA (coord.), *Jaime Cortesão – Raul Proença. Catálogo da Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário (1884-1984)*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1985, pp. 297-301.
- MIYAMOTO, Shiguenoli, *Geopolítica e poder no Brasil*, Campinas, SP, Papirus Editora, 1995.
- MOSER, Robert H., "O contributo de Jaime Cortesão para a história da cartografia do Brasil", *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, n.º 6, Primavera 2000, pp. 237-262.
- , "The History of Cartography in Brazil in the 1940s: Jaime Cortesão's Lecture Courses", *Imago Mundi: The International Journal for the History of Cartography*, Londres, Vol. 57, Part I, 2005, pp. 70-74.
- MOTA, Avelino Teixeira da, "Jaime Cortesão, Historiador da Expansão Portuguesa", in *Homenagem a Jaime Cortesão – Alocuções proferidas na sessão de homenagem promovida pela Sociedade Portuguesa de Escritores em 26 de Janeiro de 1961, Separata da Revista 'Ocidente' – Volume LXI*, Lisboa, 1961, pp. 41-61.
- NEMI, Ana Lúcia Lana, "Jaime Cortesão e Paulo Prado: 'As afinidades electivas' na leitura da memória do Império", in *Actas do Congresso Internacional "Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades"*, Lisboa, 2 a 5 de Novembro de 2005, Lisboa, Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e Departamento de Ciências Humanas do Instituto de Investigação Científica Tropical, 12 pp. [Em linha] [Consultado em 7 de Outubro de 2009] Disponível na Internet em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/ana_lucia_lana_lemi.pdf>
- OLIVEIRA, Daíse Aparecida; BARROS, Liliame S. L.; YOSHIMOTO, Celina, "No IV Centenário da cidade de São Paulo", *Prelo – número especial de homenagem a Jaime Cortesão*, Lisboa, Dezembro 1984, pp. 125-134.

- OLIVEIRA, Francisco Roque de, “Jaime Cortesão, cartógrafo no Brasil. Gênese e conteúdo dos cursos de História da Cartografia e da Formação Territorial Brasileira leccionados no Itamaraty (1944-1950)”, in Francisco Roque de OLIVEIRA e Héctor MENDOZA VARGAS (coord.), *Mapas de metade do mundo. A cartografia e a construção territorial dos espaços americanos: séculos XVI a XIX = Mapas de la mitad del mundo. La cartografía y la construcción territorial de los espacios americanos: siglos XVI al XIX*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa; Ciudad de México: Instituto de Geografía, Universidad Nacional Autónoma de México, 2010, pp. 69-106.
- , “História da cartografia brasileira e mapoteconomia segundo Jaime Cortesão: o curso do Itamaraty de 1944”, in 3.º *Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia: Agendas para História da Cartografia Iberoamericana*, São Paulo, abril de 2010 – *Memórias do evento*, São Paulo, Laboratório de Geografia Política (Departamento de Geografia – USP), Laboratório de Estudos de Cartografia Histórica (Departamento de História – USP / FAPESP) e Laboratório de estudos sobre urbanização, arquitetura e preservação (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP), 2010, 28 pp. [Em linha] [Consultado em 11 de Agosto de 2011] Disponível na Internet em: <<http://3siahc.files.wordpress.com/2010/04/francisco-roque-3siach-2010.pdf>>
- PEDROSO, Alberto, “Quadro cronológico (1940)”, in Jaime CORTESÃO, *13 cartas do cativo e do exílio*, recolha, introdução e notas de A. Pedroso, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1987, pp. 83-91.
- PERES, Damião, *Albino Souza Cruz: uma vida, uma obra, um exemplo*, Lisboa/[Barcelos], [Companhia Editora do Minho], 1961.
- PIMENTEL, João Sarmento e LOPES, Adolfo Norberto, *Sarmento Pimentel ou uma geração traída – Diálogos de Norberto Lopes com o autor das “Memórias do capitão”*, prefácio de Vitorino Nemésio, Lisboa, Editorial Aster, 1976.
- SANTOS, Alfredo Ribeiro dos, *Jaime Cortesão – Um dos grandes de Portugal*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1993.
- SANTOS, João Marinho dos, “O astrónomo-historiador Duarte Leite”, in João Marinho dos SANTOS e José Manuel Azevedo e SILVA, *A historiografia dos descobrimentos através da correspondência entre alguns dos seus vultos (Joaquim de Carvalho, Joaquim Bensaúde, Duarte Leite e Fontoura da Costa)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2004, pp. 111-151.
- SARAIVA, Ricardo, *Jaime Cortesão – Subsídios para a sua biografia*, Lisboa, Seara Nova, 1953.
- SERRÃO, Joel, “Relance sobre a vida e a obra historiográfica de Jaime Cortesão”, *Prelo – número especial de homenagem a Jaime Cortesão*, Lisboa, Dezembro 1984, pp. 7-20.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, “Cortesão no Instituto Rio Branco”, *Prelo – número especial de homenagem a Jaime Cortesão*, Lisboa, Dezembro 1984, pp. 135-141.
- SIMÕES, Nuno, “Jaime Cortesão e o Brasil”, in *Homenagem a Jaime Cortesão – Alocuções proferidas na sessão de homenagem promovida pela Sociedade Portuguesa de Escritores em 26 de Janeiro de 1961, Separata da Revista ‘Ocidente’ – Volume LXI*, Lisboa, 1961, pp. 25-40.
- TRAVESSA, Elisa Neves, *Jaime Cortesão – Política, História e Cidadania (1884-1940)*, Porto, ASA Editores, 2004.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Arquivo Central do Sistema de Arquivos – SIARQ, *Arquivos Privados. Sérgio Buarque de Holanda: Artigos de Jornais sobre Sérgio Buarque de Holanda*. Actualizado em 2002. [Em linha] [Consultado em 7 de Outubro de 2009] Disponível na Internet em: <http://www.unicamp.br/siarq/pesquisa/guia/artigos_jornais.pdf>

Documentos

ÍNDICE ANALÍTICO DAS CARTAS DOS GOVERNADORES DE ÁFRICA NA TORRE DO TOMBO

por
PEDRO PINTO *

O trabalho que agora aqui se apresenta continua a tarefa iniciada em 2006, com a apresentação do “Índice analítico das Cartas dos Vice-Reis da Índia na Torre do Tombo”.¹ As colecções das *Cartas dos Vice-Reis da Índia* (Núcleo Antigo 876) e as *Cartas dos Governadores de África* (Núcleo Antigo 877) têm um tronco genealógico-arquivístico em comum: ambas procedem dos resultados desastrosos provocados pelo terramoto de 1755 na Torre do Tombo, ocasião em que a documentação avulsa existente na Casa da Coroa se desorganizou irremediavelmente, levando os responsáveis da época a optar por uma arrumação cronológica. Dessa decisão resultou a actual colecção do *Corpo Cronológico*, dividida em três partes distintas, totalizando 82.902 documentos. Cada uma das partes foi organizada cronologicamente, embora com alguns erros, como é natural numa empresa desta monta. Contudo, ainda sobravam mais de dois milhares de documentos sem a indicação do ano, elemento-chave para a sua inclusão no *Corpo Cronológico*. A opção tomada então conduziu à criação de outras colecções, desta feita organizadas tematicamente, como sejam as *Cartas dos Vice-Reis da Índia* e as *Cartas dos Governadores de África*, e dois maços de *Documentos em caracteres árabes* (NA 891). As cartas que não correspondiam a estes apartados foram dispostas em cinco maços de *Cartas Missivas* (NA 871 – também citado como *Cartas Missivas*, maço único – e NA 878-881). Os documentos fragmentados e truncados formaram a colecção dos *Fragmentos*.²

* Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.

¹ Pedro PINTO, “Índice analítico das Cartas dos Vice-Reis da Índia na Torre do Tombo”, in *Anais de História de Além-Mar*, VII, 2006, pp. 313-328. Uma versão ligeiramente corrigida desse índice está disponível na internet em http://www2.fcsh.unl.pt/ceh/pdf/ferramentas/instrumentos_inventarios_e_indices/cartas_dos_vice_reis_da_india.pdf.

² No sítio da Internet do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, na secção Inventários/Índices (http://www2.fcsh.unl.pt/ceh/ferramentas_instrumentos.html), podem ser consultados os índices de cinco maços de *Fragmentos*. Este foi um trabalho que interrompemos em 2008, devido à indisponibilidade de consulta da documentação decretada pela Torre do Tombo que, entretanto, retomou a descrição dos maços e consolidação dos documentos

Aquando da elaboração do índice das *Cartas dos Vice-Reis da Índia* notámos que a maioria desses documentos não era redigido por Vice-Reis mas por toda a sorte de oficiais da Coroa na Ásia, de capitães a feitores, etc. Acresce que alguns eram de temática diversa da do título da colecção, tendo sido aí incluídos, calculámos, por lapso. Ao avançarmos para as *Cartas dos Governadores de África* apercebemo-nos de que, sem dúvida, o seu título é bem mais enganador. Não só é anacrónico, por na época não existir tal figura institucional, como mais de metade das cartas não têm qualquer relação com o continente africano, mas antes com o Reino no século XVI e XVII, e umas poucas com a Índia. De acordo com a metodologia usada pelos organizadores desta documentação, essas cartas deveriam ter feito parte de um qualquer dos maços das *Cartas Missivas*, o que não veio a suceder, por uma qualquer razão que desafia a lógica.³

O arrolamento destas 456 cartas permitirá aos investigadores ultrapassar o laconismo da caderneta C1 existente na Sala de Referência da Torre do Tombo, já que os sumários que agora apresentamos resultam da leitura individuada dos documentos, apoiada pelas informações reunidas a partir da bibliografia que publicou ou usou alguns deles. A inclusão do índice analítico permitirá localizar personagens e topónimos do período que medeia entre os finais do século XV e a primeira metade do século XVII.

Quanto ao âmbito cronológico desta colecção, a maioria dos documentos pertence aos reinados de D. Manuel I e D. João III, uma quantidade menor para a regência de D. Catarina e reinado de D. Sebastião, e para o período filipino apenas catorze documentos (*doc. n.º 139-140, 158, 160, 264, 292, 380, 383, 385, 392, 405 e 412-414*) e ainda uma para o reinado de D. João IV (*doc. n.º 147*).

Os documentos directamente relacionados com África (*doc. n.º 1-60, 62-86, 88-115, 148, 154, 170, 260, 273, 280, 282, 299-367, 407-408, 410, 419-423, 425, 430-431, 436-437 e 439-450*) são 214, cerca de metade da colecção, e, destes, 101 foram já publicados. Há, portanto, ainda um amplo conjunto

em mau estado de conservação, disponibilizando no seu sítio na internet as imagens dos documentos na Caixa 1, Maços 1-3, e Caixa 2, Maços 1-4, bem como outras peças documentais avulsas provenientes de outras caixas. Contamos retomar a descrição documental e respectiva indexação em breve. Para uma visão de conjunto da tipologia documental dos *Fragmentos* e a sua relação com o *Núcleo Antigo* da Casa da Coroa e o *Corpo Cronológico*, veja-se Maria José da Silva LEAL, "Fundos de arquivos. 1. Fragmentos. 2. Núcleo Antigo", in *Nova História*, n.º 1, 1984, pp. 144-159.

³ Veja-se ainda Pedro A. de AZEVEDO e António BAIÃO, *O Arquivo da Torre do Tombo. Sua história, corpos que o compõem e organização*, Lisboa, 1905, pp. 26-27; e, sobre o Arquivo da Casa da Coroa: Fernanda RIBEIRO, "Como seria a estrutura primitiva do Arquivo da Casa da Coroa (Torre do Tombo)?", in Luís Adão da FONSECA (coord.), *Os reinos ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, Porto, Civilização, 2003, vol. III, pp. 1401-1414; Maria do Carmo Jasmim Dias FARINHA e Maria de Fátima Dentinho RAMOS, *Núcleo Antigo. Inventário*, Lisboa, Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1996, pp. III-X, 79; e Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, *Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo. Primeira Parte. Instituições do Antigo Regime*. Volume I. *Administração Central* (1), Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1998, pp. 84-88.

de documentos a explorar neste campo. Toda esta informação não está, aparentemente, publicada, pois fizemos um grande esforço em identificar as cartas já publicadas, percorrendo muitas centenas de obras e teses que publicaram fontes manuscritas portuguesas. Não é surpreendente que a maioria das cartas publicadas se encontre em *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, monumental obra da equipa de Pierre de Cenival, em cinco tomos, e que à sua conta transcreveu 84 das 114 cartas desta colecção que encontramos publicadas. Bebemos neles a identificação de muitas pessoas e lugares no Norte de África, aceitando, por defeito, a sua forma moderna de grafar os nomes das diversas personagens árabes descritas na documentação por razões de harmonização, dado não termos conseguido encontrar um critério uniforme nas monografias, estudos e artigos redigidos em português sobre a temática marroquina.

Mas, como referimos, para além da temática africana, há cerca de duzentas cartas inéditas para o século XVI que importa redescobrir e explorar, cujos conteúdos disponibilizamos neste trabalho, e que poderão interessar a uma variedade de temas. Como se depreende do acima, o título desta colecção terá iludido muitos investigadores nas suas demandas historiográficas.

Aludamos, então, de forma breve, ao seu conteúdo: são naturalmente abundantes os pedidos de mercês ou de remuneração de serviços prestados à Coroa, quer no Reino, quer fora dele. Muito comuns também são as cartas redigidas por religiosas de vários conventos e mosteiros solicitando esmolas e outros tipos de ajuda ao Rei e à Rainha, havendo, além disso, múltiplos documentos versando as visitas realizadas a diversas instituições eclesíásticas.

A matéria de justiça abunda também, desde cartas de corregedores e juizes ao Rei, narrando os desmandos com que se deparavam, até às cartas de prisioneiros ao monarca, implorando-lhe perdão ou que se lhes fizesse justiça nos seus pleitos (*doc. n.º 132, 133, 169, 171 e 223*). Por exemplo, veja-se a descrição da implementação de medidas sanitárias na cidade de Lisboa face a um surto de peste e um frade contaminado e rebelde. Estêvão Vaz conta ao Rei o que se passara: “A esta ora que seram as b. depois de meo dia oje quymta feyta acabamos de tomar o outro frade que Jazia escomdido em huma casa duum freire que era falecido de pestenemça Jumbo aa conceiçam da cruz pera dentro foy muy bem tomado e sem Rumor E da dita casa o tiramos com hum arrocho na boca atado muy bem com hum cordell por detras e com hum albernoz vestido sobello abeto e huma touca tambem posta como hum caçiz E asy o trouvemos pela Rua derreita atrevesando a Rua nova per omde elle fez tamtas samdiçes e malldades tee a pomte desta casa omde Ja tinha avia duas oras hum batell prestes em que ho metemos”, conduzindo finalmente o frade irrequieto até Santos, de onde foi enviado para a prisão no baluarte (*doc. n.º 222*).

O despacho de partes figura também em muitas das cartas, sobretudo relacionados com a Fazenda Real, permitindo aceder aos mecanismos de negociação dentro deste organismo (*doc. n.º 122, 190, 246, 369 e 399*). Há documentos sobre as relações com Castela, França, Inglaterra e Roma (*doc. n.º 149, 187, 293, 388-389, 391 e 424*, entre outros), e sobre os procedimentos inquisitoriais nos seus primeiros anos, como a denúncia do arcebispo de Lisboa e do do Funchal, acusados de protegerem os cristãos-novos (*doc. n.º 241*) ou a fuga de cristãos-novos para Castela via Trancoso (*doc. n.º 252*). Existem ainda documentos sobre a Universidade de Coimbra, seus mestres e alunos, suas necessidades curriculares e seus desentendimentos (*doc. n.º 217, 239, 282, 286, 396 e 417*).

No campo da intervenção arquitectónica, apesar da muita documentação arrolada por Sousa Viterbo,⁴ deparamo-nos com um precioso documento de Diogo de Melo descrevendo o estado dos paços de Évora e pedindo ao Rei licença para poder gastar até 10.000 reais para que “*os paços desta çidade e casas e ortas estem sempre muito bem conçertadas*”, pois “*a varamda que atrauesa ho terreyro e ha sala da rainha avia mester ate trinta bordos*” e no Verão passado tivera de mandar “*corregger alguas poterias nas outras casas dos paços e nam se vedaram bem porque he neçesarjo reuoluerem se algumas casas delas de todo*” e “*da orta noua cayram dous pedaços da parede*” (*doc. n.º 231*).

Uma carta da vereação de Lisboa revela como na câmara fora “*ouvydo dom amtonyo de sousa*”, enviado por D. João III, “*açerca da forteleza que ordena mandar fazer na pomta de são gião*”, garantindo ao monarca que não tinham fundos para tal empreendimento (*doc. n.º 384*).

Mas há também cartas sobre obras em casas de particulares como as que decorriam na do secretário António Carneiro, e que lançam luz sobre a composição dos jardins neste período. Pero Lourenço explica como “*A camara de vosa merçe grande e duas pequenas estam de todo acabadas a pequena de sobra [sic] ho jardym Esta por acabar porque chove e gornesesem de fora quanto pode a varamda[,] de mjnha vontade devera vyr asyama com outra no amdar da camara[,] ho jardym Esta de lorangeyras que pasam de xx e de lymoeyros sete e de muitos cravos e ortalyças que he pera folgar de ver[,] fuy ver a capela de vosa merçe e as grades e Retabolo asy como esta parese me hobra Real porem senhor vy a campa e he muito gramde e demasya que me parese que no dya do Juizo trabalhosamente vos poderes sajyr debayxo dela*” (*doc. n.º 434*).

Para a Ásia há também informação preciosa (*doc. n.º 136, 214, 251, 271, 274, 283*) e dados sobre o funcionamento da Casa da Índia por volta de 1519 (*doc. n.º 415*). Destaque-se um longo e inédito memorial contra Afonso de Albuquerque, redigido pelo feitor da sua nau, João Nunes, que narra deta-

⁴ Sousa VITERBO, *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses ou ao serviço de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899-1904, 3 vols.

lhadamente o percurso da armada saída de Lisboa em 1503: o seu atraso em terras de Vera Cruz para apanhar papagaios e outras aves exóticas, a chegada a Quíloa, o trato em Sofala, as diversas naus de Cambaia carregadas de ouro e marfim que deveriam ter sido tomadas de presa, mas com quem o capitão era demasiado magnânime (João Nunes instigava a que se questionasse Afonso de Albuquerque por que razão perante o “*emfindo ouro e marfim*” que certa nau carregava como “*a leixou hir que a nom Roubou de todo e como lhe tomou tam pouca cousa como atras achares escripto e porque Rezam se asemtaua a chorar com quem avia de Roubar*”), o que provava que “*os capitães nestas partes que sam mais que Reis*”. É particularmente detalhado João Nunes sobre a forma como a pimenta em Cochim era carregada, explicando como Afonso de Albuquerque fizera duas casas, uma para se receber pimenta e outra taverna onde comia e bebia todos os dias, negociando marfim em casa de Cherina Marakkar em Cananor contra a vontade do feitor e do soberano local, e muitas outras alegadas malfeitorias pois “*nom cujdaua senom que tudo era seu e de seu Irmão e primo*” (doc. n.º 452).⁵

Mais detalhes surgem sobre um importante espião português, João Fernandes Pacheco, “o Lagarto”, colocado na corte francesa,⁶ estante então em finais da década de 1530 em Sevilha. Pacheco diz que “*nom quero majs parecer [no Reino] porque seria gram vergonha per mjm*”, e se lá fosse seria apenas para erigir uma “*casa de adoraçam e meter me demtro como bicho de seda e aly morer fazendo penjtemçia de meus pecados*”. Qual a razão para tanta dor? É que sua mulher, Helena Carvalha, “*que tendo cartas e rrecado meu cada dya e cada mes nom temendo ao senhor deus se casou nesa çidade pubricamente a porta das martes onde a mjm primeiro Reçebeo ha xxij ou*

⁵ Sobre este tema, veja-se o artigo de Zoltán BIEDERMANN, “A última carta de Francisco de Albuquerque (Cochim, 31 de Dezembro de 1503)”, in *Anais de História de Além-Mar*, Vol. III, 2002, pp. 123-154, autor que apresentará em breve um estudo sobre este memorial de João Nunes.

⁶ O seu relatório de 1540-1541 apresentado a D. João III sobre as intrigas que tecera na corte francesa para fazer fracassar as intenções do Rei de França de prosseguir no intento de edificar uma fortaleza na Ilha de São Lourenço é precioso (IAN/TT, *Corpo Cronológico*, Parte III, Maço 14, Doc. 37), tendo sido recentemente publicados os seus onze folios na íntegra (Manuel Alberto Carvalho VICENTE, *Madagascar et la Carreira da Índia (1500-1609)*, Paris, École Pratique des Hautes Études, Thèse de Doctorat, 2008, pp. 1021-1035) dado que apenas um pequeno excerto sobre a expedição de Jacques Cartier a Saguenay, no Québec (Canadá), fora publicado em 1930 em edição bilingue (H. P. BIGGAR (ed.), *A Collection of Documents Relating to Jacques Cartier and the Sieur de Roberval*, Ottawa, Public Archives of Canada, 1930, p. 75-81). Este documento n.º 119 das *Cartas dos Governadores de África* lança nova luz sobre as razões que o levaram a permanecer em Sevilha e a não regressar a Lisboa após tão aparentemente bons resultados conseguidos em França a favor da Coroa portuguesa. Existe ainda uma carta escrita por ele a seu irmão, João Álvares de Aguiar, também redigida de Sevilha, em 4 de Novembro de 1540 (IAN/TT, *Corpo Cronológico*, Parte III, Maço 68, Doc. 69) Avelino Teixeira da Mota apresentou em 1968 na Academia das Ciências de Lisboa uma conferência intitulada “O piloto-espião João Pacheco (aliás João Fernandes Lagarto) e o sigilo náutico no tempo de D. João III”, mas nunca chegou a ser publicada e não consta dos ficheiros daquela instituição nem no seu espólio (*Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. 40-42, 1968-1970, pp. 25-26).

xxiij <anos>”, obtendo ilicitamente um alvará régio para que as suas procurações nada valessem acusando o marido de traição ao Rei em França. Pacheco, apesar disso, conseguiu que uma procuração chegasse a um amigo que iniciou o processo judicial, que resultou numa ordem de separação dos bigamos, mas Pacheco sabia que eles apenas se tinham mudado da Porta de Santa Catarina para a Porta da Cruz junto a Santo Estêvão, onde moravam as tias da sua mulher, e onde o “*galante se pos a geito hum ponto afastado onde esta de dya e de noute se vay pera ela, e tornam ao pecado como damtes*”. Não sabemos o desfecho deste incidente, apenas que Pacheco pedia ao Rei que enviasse a mulher para a Ilha do Príncipe e o “galante” para o Brasil. (doc. n.º 119).

Os pequenos detalhes estão também presentes nesta colecção: surpreendemos os preparativos da viagem de D. Maria, filha dos Reis Católicos de Castela, para Portugal, após o contrato de casamento celebrado com D. Manuel I,⁷ num minucioso relatório de Rui de Sande, estanciado em Granada em Setembro de 1500. A Rainha-mãe tinha todos os pormenores escrupulosamente controlados mas estava ansiosa com receio que a sua filha não fosse considerada pelo rei português. Sande revela que “*as vezes lhe sento payxam como molher de ver que ho [futuro marido] de sua filha a d andar por poder e dado a outras molheres*”, mas o enviado português garantiu-lhe “*que todalas cousas de molheres daryes a Raynha*” e que “*vos que ereys seu filho e o homem do mundo que mayor bem lhe queryes e majs verdadeyramente a tynheys por madre e em majs veneraçam a tynheys como davam testemunho as obras*” que D. Manuel I já demonstrara até então. Descreve de seguida D. Maria tendo ido ouvir vésperas à Igreja, levando “*hum a mula com hum a coyraça de veludo carmesym grade e hum a gornycham e amgaryllhas, todas chapadas d ouro de martelo, mujto Ryca*”. Como no dia seguinte pela manhã saíra “*vestyda com hum a Ropa françes aberta polas ylhargas d ouro tyrado por fyeyra, a mays Ryca cousa que numca vy e hum a fraldylha branca e sem manto*”, a Rainha chamou Rui de Sande à retrete, ainda preocupada, porque, confessa Sande, “*nom a mays amores no mundo dos que com a Raynha nosa senhora tem*”, e pediu-lhe que não dissesse à filha que iria partir dentro de dez dias “*por que nom começase de se anoyar com saudade*”. Mais tarde, achou D. Maria “*na sua camara com hum mogym de veludo avelutado azul tam chea de orações e deuações*” e conversou um pouco com ela, mas ainda “*nom ousou ymda soltar como eu deseyo*”, confessava Sande, concluindo por confirmar que o pai de D. Maria andava “*tam ledo depois de voso casamento que he gosto ver o amor verdadeyro que vos tem, e nom crrea vosa senhorya que he ysto modo d escrever senam que pasa asy de çerto*”, não fosse o Rei pensar que ele usava a retórica habitual dos embaixadores (doc. n.º 416). Mas nesta colecção encontra-se também a dor e o pesar da morte, neste caso numa

⁷ Agradecemos ao Professor João Paulo Oliveira e Costa a ajuda na identificação de alguns elementos neste documento. Veja-se o contexto deste evento na sua recente biografia (*D. Manuel I. 1469-1521. Um Príncipe do Renascimento*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, pp. 115-117).

carta de D. Fadrique, bispo de Siguenza, a D. Manuel I dando-lhe as condolências pelo passamento desta mesma Rainha D. Maria, em 4 de Abril de 1517 (*doc. n.º 438*).

Entrevemos em outra carta um olhar raro no quotidiano do *Venturoso* conforme narrado pelo doutor Rui Gomes: “*o sabado que uossa alteza em coruche foy ao monte cayo o caualo comigo em huma coua da qual queda fiquey mal tratado de huma urilha E com o caminho peyorey que uim a Jazer em cama dous dyas*”: aparentemente o Rei não se apercebeu do sucedido com um dos elementos da comitiva aquando da caçada (*doc. n.º 395*).

A família do Rei D. João III surge referenciada em abundância. Por exemplo, D. Guiomar de Melo, camareira-mor da imperatriz D. Isabel, congratula a 1 de Março de 1526 o monarca “*pelo prazer do naçymento do prñcipe seu fjlho*”, D. Afonso (*doc. n.º 401*). Diogo de Vasconcelos pede a remuneração de seus serviços na Índia na luta contra os Turcos em Mascate, recordando que fora “*colaço de leite do prñcipe dom felipe seu filho que deus tem he me criei em sua casa*”, pretendendo ser tomado por “*moço fidalguo como Vosa Alteza tomou hos filhos dos outros amos que não são tão colaços com eu*” (*doc. n.º 136*). Pertencentes a D. Duarte, filho bastardo do Rei, eram também certos ornamentos religiosos que a abadessa do Convento de Santa Clara pedia lhe fossem dados por esmola para os ofícios divinos: “*huma cruz de prata e humas cortinas de tafeta verde*”. (*doc. n.º 175*). Por fim, uma presumível referência ao último herdeiro directo de D. João III, o príncipe D. João, numa carta de Pero de Alcáçova Carneiro ao Rei sobre a nomeação da pessoa que serviria de reposteiro-mor do príncipe, quando lhe foi dada casa, por volta de 1548, pendendo a decisão entre o filho do capitão dos ginetes, D. Vasco Mascarenhas, e Álvaro Mendes (*doc. n.º 244-A*).⁸ Por seu turno, D. Brites, priora do Mosteiro do Salvador, relembra como naquela casa ingressara “*huma dona viuua molher dum fframcisco de britto que faleceo na india a quoall deu de mamar ao Infante dom luis seu Jrmão*” (*doc. n.º 196*).

Cremos que estes exemplos mostram o potencial exploratório desta colecção, agora cabal e detalhadamente à disposição dos investigadores.

Quem procura temas mais específicos também será recompensado, pois identificámos a informação substancial contida em cada uma das cartas, para toda a sorte de assuntos, independentemente de qualquer valoração, pois seria sempre arbitrária e discriminadora. Indexamos assim tanto os têxteis, moedas, embarcações, unidades de medida, produtos comerciais, armas, utensílios, profissões, nacionalidades, como as referências a doenças, cores, animais, sentidos, partes do corpo humano, sentimentos, práticas religiosas, o estado do tempo, corpos celestiais, e até mesmo fantasmas e milagres, entre outros assuntos, que, por norma, não constam dos índices apresentados em colectâneas documentais. Não se tratando de um índice

⁸ Francisco de ANDRADA, *Cronica do muyto alto e muito poderoso Rey destes reynos de Portugal Dom João o III. deste nome*, Lisboa, Jorge Rodrigues, 1613, Parte Quarta, Cap. XXXVIII, fols. 43v-44v.

ideográfico, optámos, desta feita, ao contrário do índice das *Cartas dos Vice-Reis da Índia*, por não incluir remissões entre os termos, aconselhando antes uma leitura atenta do inteiro índice, pois seria humanamente impossível conceber todas as relações entre entradas desejadas por um suposto investigador, prescindindo também da remissão dos nomes próprios africanos e asiáticos, pois não se revela profícuo.

Em jeito de conclusão, algumas informações práticas para a consulta deste trabalho: no índice propriamente dito, o primeiro número, a negrito (como por exemplo, **374**:1v), indica a carta, e os números seguintes os fólhos onde a expressão ocorre. Os topónimos estão assinalados a itálico e colocámos entre parênteses curvos, e sublinhados, no caso das terras menos conhecidas, a forma como foram grafados no original, sucedendo o mesmo para os nomes próprios das personagens não-europeias encontradas nos documentos. Quando tivemos dúvidas na identificação de um nome próprio ou um topónimo, colocámos um ponto de interrogação dentro de parênteses rectos a seguir ao mesmo (por exemplo, Francisco Pinto de Sá [?], cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **350**:1v). Dado que a maioria das cartas não está datada, juntámos às entradas das personagens qualquer informação cronológica, geográfica ou relativa à sua função, que permita identificar a pessoa ou distingui-la de um homónimo (exemplo: Diogo Fernandes, Azamor, 1540 – **88**:2v; Diogo Fernandes, feitor, 1503 – **452**:4; Diogo Fernandes, Lisboa, 1546 – **384**:1v; Diogo Fernandes, Sines – **403**:3). Muitas personagens apenas identificadas pelo seu título, cargo ou função, ficaram por identificar. Quem investigar determinado conde, por exemplo, deverá também consultar a entrada geral para “condes” onde estão os condos não identificados, devendo ser repetida esta metodologia para qualquer personagem em estudo de que se conheça o seu título, cargo ou função. Algumas das decisões tomadas poderão ser controversas mas em vez de trabalhar o índice indefinidamente, cremos que pouco haveria a melhorar no que tangia à datação crítica de documentos ou à identificação de invulgares topónimos e onomástica.⁹ Naturalmente, é expectável a existência de gralhas e omissões de termos ao lermos cerca de meio milhar de documentos, sobretudo em cartas de difícil leitura, penitenciando-nos desde já por eventuais erros ou lapsos.¹⁰ Por todas as razões já aduzidas, uma leitura integral do índice poderá ser conveniente a vários títulos.

⁹ Agradecemos a Andreia Martins de Carvalho a ajuda na datação crítica de inúmeros documentos e na identificação de personagens apenas nomeadas pelo seu título, ou parte dele, ou pelo exercício do seu cargo ou função.

¹⁰ Se forem detectados erros ou imprecisões, podem ser comunicados para pedroacpinto@yahoo.com.br, pois numa futura reedição do índice poderão ser incluídos.

Inventário dos documentos e respectiva nota publicação total ou parcial:

- 1 – Carta de Simão Correia ao secretário sobre o grande trabalho e moléstia que tinha com os mouros em Azamor e como os moradores dela apreciavam a sua presença ali. Azamor, 27.05.[1516-1518]. 1f.
- 2 – Carta de Yahya Ou Ta'fouft a seu tio e aos habitantes de Sernou exortando-os a não temer o Rei de Fez. S.l., [c. 28.03.1514] 1f. Tem no verso a carta em árabe.

Publicação: CENIVAL, Pierre de, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome I, *Juillet 1486-Avril 1516*, Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 514.

- 3 – Carta de João Lopes de Sequeira a D. Manuel I narrando-lhe como prendera a Niculoso de Camelha em virtude de o ter esbofeteado mas como em breve o soltaria por saber que D. Manuel I assim o quereria. Santa Cruz de Cabo de Gué, 23.05.[1507-1512] 2f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome I, *Juillet 1486-Avril 1516*, Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 133.

- 4 – Carta de Pedro de Aguiar e Nuno Ribeiro a D. Manuel I sobre uma armada turca que andava no Estreito de Gibraltar, os preparativos feitos em Castela para a deter, e sobre o abastecimento de cereais na Andaluzia. S.l., 24.08.[1509-1519]. 2f.
- 5 – Carta de D. Álvaro de Noronha, capitão-mor de Azamor, a D. Manuel I sobre o contrato celebrado com os judeus, através do qual receberia 9.000 alquices dentro de três anos. Azamor, 18.05.[1519]. 1f.

- 6 – Carta de D. João Coutinho, conde de Redondo, capitão e governador de Arzila, ao Rei de Portugal, lamentando não ter ninguém de confiança para enviar uma carta ao Rei de Fez excepto a Fernão Caldeira ou Jorge Dias, que conheciam o árabe. Arzila, 18.03.[1513-1538]. 2f.

- 7 – Memória de António Leite sobre as pazes tratadas com os alcaides de Fez e Sale. [Azamor, 20.06.1530]. 2f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. *Seconde Partie, Janvier 1527-Décembre 1534*, Paris, Paul Geuthner, 1946, p. 531.

- 8 – Carta de D. António de Noronha, conde de Linhares, a D. Manuel I sobre a conversa que tivera com Afonso Lopes da Costa acerca da oportunidade de se edificar a fortaleza de Anafé. São João de Mamora, 03.08.[1515] 1f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome I, *Juillet 1486-Avril 1516*, Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 717.

- 9 – Minuta de carta de D. João III a Francisco Botelho ordenando-lhe fosse para Ceuta e levasse 400 homens de armas por ter um lanço de muro caído e haver notícia de embarcações turcas na vizinhança. [Lisboa, c. 1546-1547]. 2 f.
- 10 – Carta de Cid Ali Baraxa ao Rei de Portugal agravando-se dos capitães portugueses, em particular de D. João de Sousa, que capturara dois mouros de sua casa que foram a Alcácer Ceguer vender dois cavalos e levar cartas dos cativos cristãos, prendendo-os em ferros e mandando os cavalos para a sua estrebaria, pedindo-lhe fizesse justiça. Xexuão, 17.02.[1501?]. 1 f.
- 11 – Minuta de carta de D. Manuel I outorgando a Yahya Ou Ta'fouft o cargo de alcaide-mor da Duquela, em virtude de sua fidelidade, lealdade e bons serviços. [Lisboa, 07.1516]. 2 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Première Partie, *Mai 1516-Décembre 1526*, Paris, Paul Geuthner, 1939, p. 6.

- 12 – Carta de D. João Subtil, bispo de Safim, ao Rei de Portugal, sobre os ornamentos que enviara para Malaca. Hospital de [...], 24.01.[d. 1512]. 1 f.
- 13 – Carta de D. João Subtil, bispo de Safim, ao Rei de Portugal, pedindo-lhe a mercê de uma ouvidoria para Gonçalo Vaz, lente de prima. Hospital de [...], 31.01.[d. 1512]. 2 f.
- 14 – Carta de D. João Coutinho, conde do Redondo, ao Rei de Portugal, agradecendo-lhe a mercê de seiscentos cruzados, entregue por Jorge Machado, e informando-o da morte de alguns mouros. [Arzila], S.d. 2 f.
- 15 – Carta de D. Nuno Álvares Pereira ao Rei de Portugal sobre as dificuldades que um galeão enfrentava para passar à Índia. [Ceuta?, 15--]. 2 f.
- 16 – Carta de D. Manuel Mascarenhas a D. João III sobre as acusações que lhe fizeram de ter feito entrar madeira e pólvora em Arzila, enviando uma certidão por Francisco de Aguiar acerca disso, notificando-o também de como Francisco Soares estava em Larache comprando trigo. Arzila, [1545?]. 2 f.

Publicação: LOPES, David (Dir.), *Anais de Arzila*, de Bernardo Rodrigues, tomo II (1525-1535). Suplemento (1536-1550), Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1919, p. 394.

- 17 – Carta de Álvaro do Cadaval a D. Manuel I sobre certo mouro que comprara num leilão por cem cruzados e que era tido por homem

santo entre os mouros, de quem era alfaquer, os quais lhe propuseram dar um resgate de cinco mil onças e dez tarefas de lã. Azamor, 10.05. [1517]. 2 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Première Partie, Mai 1516-Décembre 1526, Paris, Paul Geuthner, 1939, p. 79.

- 18 – Carta de D. João Coutinho, conde do Redondo, ao Rei de Portugal sobre a fuga de certos cativos e de como o Rei de Fez reunia todos os seus fundidores, armeiros e coronheiros. Arzila, 16.08.[d. 1513]. 2 f.

- 19 – Carta de Rabi Abraão a António Carneiro sobre as queixas que muitos judeus, instigados por Isma 'il ben Zamirou, tinham contra si. Safim, 26.03.15[11]. 2 f.

- 20 – Carta de D. João Coutinho, conde do Redondo, a Nuno Rodrigues Barreto, vedor da fazenda do Algarve, solicitando o envio de carvão e cal, em virtude da iminente ameaça de cerco posto pelos mouros. Arzila, 05.09.15[--]. 1 f.

- 21 – Cartas de Moulay Zidan e Mansour ben Ahmed a Luís de Loureiro, sobre as pazes concluídas entre o Rei de Portugal e o Rei de Fez. Fichtala, 01.11.15[--]. 2 f.

- 22 – Carta de D. Nuno Mascarenhas a D. Manuel I com algumas novas de Safim e da possibilidade da vinda do Rei de Fez a Azamor, recomendando o mouro portador desta carta. [Safim, a. 11.06.1517]. 2 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Première Partie, Mai 1516-Décembre 1526, Paris, Paul Geuthner, 1939, p. 98.

- 23 – Carta de D. Vasco Coutinho, conde de Borba, a D. Manuel I sobre o Rei de Fez estar às portas de Alcácer Ceguer determinado a pôr cerco à cidade e conquistá-la. [Arzila], 20.03.[1511?]. 4 f.

Publicação: SEMIÃO, Maria Rosalina Bento, *D. Vasco Coutinho, conde de Borba e capitão de Arzila*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, dissertação de mestrado, 2002, p. 292.

- 24 – Carta de Heitor Gonçalves a D. Manuel I sobre as dificuldades que Safim atravessava com a escassez de trigo e carne, o atraso nas obras e seu pagamento, apesar dos tributos estarem a ser pagos pela gente da terra. Safim, 18.06.[1512]. 2 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome I, Juillet 1486-Avril 1516, Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 330.

- 25 – Carta de D. Nuno Mascarenhas a D. Manuel I sobre as intenções régias de povoar com cristãos a certas regiões e edificar uma igreja. [Safim, iní. 1519]. 4f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de et al., *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Première Partie, Mai 1516-Décembre 1526, Paris, Paul Geuthner, 1939, p. 222.

- 26 – Minuta de carta régia a Luís de Loureiro sobre os recentes combates com a gente do Xerife. [Lisboa, 15--]. 1f.
- 27 – Carta de Yhahya bin Masud Yhayha ben Buzayem, alcaide de Mequinez, a D. João III, expondo-lhe como aguardava a sua resposta à sua carta e falando-lhe das virtudes do cavalo que lhe oferecera. [Mequinez], 20.09.[d. 1521].

- 28 – Carta de D. Nuno Mascarenhas a D. Manuel I sobre o ataque do Xerife a uma cáfila de bois e camelos que Yahya Ou Ta'fouft mandava às suas aldeias carregar de trigo. Safim, 09.09.[1517]. 2f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de et al., *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Première Partie, Mai 1516-Décembre 1526, Paris, Paul Geuthner, 1939, p. 168.

- 29 – Carta de D. Pedro de Sousa a D. Manuel I sobre a licença concedida a Gaspar de Bitancor para sair de Azamor, em virtude dos seus longos bons anos de serviço. Azamor, 01.10.[1514-1516] 1f.
- 30 – Carta de Bou Hassoun, rei de Velez, a D. Afonso de Noronha, capitão de Ceuta, sobre o desbarate do Xerife. Fez, 08.11.1547. 2f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de et al., *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome IV. Janvier 1542-Décembre 1550, Paris, Paul Geuthner, 1951, p. 239.

- 31 – Traslado de carta que veio da Enxovia, escrita aos mouros, alcaides e xeques, avisando-os para que fugissem em vista da chegada do Xerife de Marrocos, que foi enviada a D. Nuno Mascarenhas, capitão-mor de Safim. S.l., [1517-1519]. 1f.
- 32 – Minuta de carta de D. Manuel I a Tomás Moreno sobre o desejo de Job Cofem, judeu, em o servir, e acerca da petição apresentada por Moulay Mohammed el-Bortoukali, rei de Fez, para enviar um mensageiro a pedir pazes. [Lisboa, 1508?]. 1f.
- 33 – Minuta de carta de D. João III aos moradores de Safim, respondendo às queixas apresentadas sobre a doação das terras e ofícios da cidade aos criados de D. Nuno Mascarenhas. S.l., [1523?]. 1f.

34 – Carta de Garcia de Melo a D. Manuel I dando-lhe conta de sua chegada a Azamor [?], e de como os seus homens foram duramente atacados pelos mouros. [Azamor?, a. 1521]. 1 f.

35 – Carta de Álvaro do Cadaval a D. Manuel I informando-o de que não havia em toda a Duquela mouros de pazes, deslocados para a Enxovia e Marraquexe, tendo os principais xeques seguido para junto do Rei de Fez, ao passo que treze cavaleiros portugueses ficaram cativos na Serra Verde. Azamor, [iní. 1519]. 2 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Première Partie, Mai 1516-Décembre 1526, Paris, Paul Geuthner, 1939, p. 219.

36 – Carta de Simão Correia, capitão de Azamor, a D. Manuel I sobre o iminente ataque do rei de Fez à Duquela e dos preparativos que fazia para sustentar tal investida. Azamor, 20.05.[1517]. 2 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Première Partie, Mai 1516-Décembre 1526, Paris, Paul Geuthner, 1939, p. 86.

37 – Carta de D. Nuno Mascarenhas a D. Manuel I sobre certas obras que não se fizeram em Safim e sobre os tributos pagos pelos mouros. Safim, 09.12.[1516]. 2 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Première Partie, Mai 1516-Décembre 1526, Paris, Paul Geuthner, 1939, p. 47.

38 – Carta de D. Álvaro de Noronha a D. Manuel I sobre a fortaleza de Mamora, recomendando a edificação de outra fortaleza junto à entrada do rio, da banda de Larache, para sustentar as bombardadas das forças do Rei de Fez. São João de Mamora, 05.08.[1515]. 2 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome I, Juillet 1486-Avril 1516, Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 726.

39 – Carta de João Lopes de Alvim e Cristóvão de Almeida, respectivamente feitor e escrivão da feitoria de Safim, a D. Manuel I sobre as necessidades de que a terra padecia, sobretudo na justiça e povoamento. Safim, 25.12[1507]. 2 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome I, Juillet 1486-Avril 1516, Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 145.

- 40 – Carta de D. Nuno Mascarenhas a D. Manuel I sobre as negociações com os Ouled 'Amran a propósito das pazes que com ele quiseram assentar e do desfecho negativo das mesmas. Safim, 29.07.[1518]. 7f.
Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Première Partie, Mai 1516-Décembre 1526, Paris, Paul Geuthner, 1939, p. 207.
- 41 – Carta de Yahya Ou Ta'fouft a D. Manuel I sobre as calúnias de que era alvo da parte de certos judeus, e de como não lhes podia perdoar dado terem-lhe feito perder Abda e metade da Gárbia. S.l., 27.08.[1517]. 2f.
Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Première Partie, Mai 1516-Décembre 1526, Paris, Paul Geuthner, 1939, p. 162.
- 42 – Memória de Gonçalo Mendes Sacoto sobre a continuidade da conquista de África. S.l., [05-06.1530]. 2f.
Publicação: FIGANIER, Joaquim, *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir) 1505-1541*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, p. 329.
- 43 – Carta de Yahya Ou Ta'fouft a D. Manuel I narrando-lhe os recontros que tivera com o Xerife em Tednest e das baixas que lhe inflingira. [Safim], 02.04.[1517]. 2f.
Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Première Partie, Mai 1516-Décembre 1526, Paris, Paul Geuthner, 1939, p. 70.
- 44 – Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel I sobre a prisão de Lahsen ben Zaour, principal xequê dos Ouled 'Amran, e de como deveria ser enviado à corte para então D. Manuel I o libertar. Safim, 13.05[1512].2f.
Publicação: CENIVAL, Pierre de, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome I, Juillet 1486-Avril 1516, Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 304.
- 45 – Carta de D. Álvaro de Noronha a D. Manuel I sobre o negócio dos alquices, da falta de um físico na cidade, da necessidade de obras no castelo, e sobre o provimento de ofícios na cidade. Azamor, 18.04.[1520]. 2f.
Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Première Partie, Mai 1516-Décembre 1526, Paris, Paul Geuthner, 1939, p. 273.

- 46 – Carta de André de Carvalho para Bernardim de Carvalho, governador de Tânger, informando-o de como ele, junto com D. António de Meneses, D. Jorge de Meneses, Jorge de Melo e João de Saldanha, foram feitos cativos dos turcos, estando em poder do alcaide de Velez, onde foram bem tratados, pedindo-lhe ajuda. [Velez], 23.06.[1558-1564] 2 f.
- 47 – Carta de Pedro Álvares de Carvalho, capitão de Alcácer Ceguer, ao Rei de Portugal, pedindo-lhe licença para enviar sua família para o Reino, receando muito a investida que os mouros ameaçavam fazer. Alcácer Ceguer, 06.10.[d. 1520] 1 f.
- 48 – Carta de Luís de Loureiro a D. João III pedindo-lhe a graça de uma comenda, em virtude de seus bons serviços naquela cidade já por sete anos. Alcácer Ceguer, 13.06.[d. 1525]. 1 f.
- 49 – Carta de Álvaro de Carvalho ao Rei de Portugal relatando-lhe as investidas que fizera em aldeias de mouros. S.l. [15--]. 2 f.
- 50 – Traslado da carta do Xequê Das e Xequê Mohammed, naturais de Suez, a D. João III, sobre a guerra que travaram contra o Xerife e como se recolheram a Mazagão onde foram bem acolhidos por Luís de Loureiro. Mazagão, [a. 04.08.1546]. 2 f.
- Publicação:** CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome IV. Janvier 1542-Décembre 1550, Paris, Paul Geuthner, 1951, p. 198.
- 51 – Minuta de carta de D. João III a D. João Coutinho, conde de Redondo, sobre as pazes com Moulay Ibrahim. Lisboa, [a. 05.1538]. 1 f.
- Publicação:** CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome III. Janvier 1535-Décembre 1541, Paris, Paul Geuthner, 1948, p. 141.
- 52 – Minuta de carta de D. João III a Fernão Peres sobre as notícias recebidas acerca da perda da vila de Santa Cruz de Cabo de Gué, ordenando-lhe que se fosse pôr na barra de Azamor ou Mazagão para acudir àquelas duas praças com gente. [Lisboa, 03.1541]. 2 f.
- Publicação:** CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome III. Janvier 1535-Décembre 1541, Paris, Paul Geuthner, 1948, p. 348.
- 53 – Carta de Henrique Jusarte a D. Manuel I sobre a chegada de Álvaro Carvalho a Alcácer Ceguer e de como fora recebido pelo povo da terra, tendo passado a receber a gente vinda de Tânger. Alcácer Ceguer, 13.01.1518. 2 f.

- 54 – Carta de Nuno Fernandes de Ataíde, capitão de Safim, a D. Manuel I, rogando que enviasse mais pessoas para fazer face à falta de gente na cidade. Safim, 11.05.[1511]. 1 f.
- 55 – Minuta de carta de D. João III a Gonçalo Mendes Sacoto sobre a guerra que havia entre o Xerife e o Rei de Fez. S.l., [06-07.1523]. 2 f.
Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Première Partie, *Mai 1516-Décembre 1526*, Paris, Paul Geuthner, 1939, p. 308.
- 56 – Carta de Moulay Ahmed a D. João III sobre a quebra das pazes ajustadas entre Moulay Ibrahim, em seu nome, e D. João Coutinho, Conde do Redondo. [Fez, 09.1543]. 2 f.
Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome IV. *Janvier 1542-Décembre 1550*, Paris, Paul Geuthner, 1951, p. 136.
- 57 – Carta de D. João Coutinho, conde do Redondo, ao Rei de Portugal sobre o ataque sofrido pela frota que trazia mantimentos àquela cidade. Arzila, 28.03.15[--]. 2 f.
- 58 – Minuta de carta de D. Manuel I a Nuno Fernandes de Ataíde congratulando-o pelo desbarate do Xerife e do bom serviço de todos os fidalgos nessa batalha. [Lisboa, a. 1516]. 1 f.
- 59 – Carta de D. João Subtil, bispo de Safim, a D. Manuel I sobre o pagamento da sua dízima pelos mouros. [Convento de] Santa Clara [de Lisboa], 06.03.[1520]. 2 f.
Publicação parcial: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Première Partie, *Mai 1516-Décembre 1526*, Paris, Paul Geuthner, 1939, p. 270
- 60 – Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel I sobre os problemas que enfrentava em Safim com a falta de mantimentos e dinheiro face aos preparativos dos mouros para a guerra. Safim, 17.03[1511] 2 f.
Publicação: CENIVAL, Pierre de, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome I, *Juillet 1486-Avril 1516*, Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 297.
- 61 – Minuta de carta de D. Manuel I a D. João de Sousa respondendo à carta que lhe enviara, apreciando ter tomado as medidas necessárias para calcular a gente que tinha disponível para a guerra, proibindo-o de conceder licenças a ninguém. [Lisboa], 23.06.1501. 2 f.

- 62 – Carta de António Leite a D. João III com novas da saída que fizera na qual prendera dois mouros, bem como dos levantamentos entre os mouros, sugerindo a conquista de Sale. Azamor, 14.10.[1529]. 2 f.
- Publicação:** CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Seconde Partie, Janvier 1527-Décembre 1534, Paris, Paul Geuthner, 1946, p. 491.
- 63 – Carta de D. João Coutinho, conde do Redondo, ao Rei de Portugal sobre o ataque que fizera a uma aldeia, matando e cativando muitos mouros, e levando oitenta vacas, o que espoletou um ataque dos mouros em que se destacaram na peleja muitos portugueses a quem pedia se lembrasse de seus serviços. Arzila, 08.06.15[--]. 2f. Nota: Falta o início da carta, usada no século XVIII para a elaboração do resumo, hoje desaparecida.
- 64 – Carta de António Leite a D. João III sobre os estragos causados pelo rei de Fez aos portugueses e sobre o bom momento para a conquista de Sale. Azamor, 10.09.[1529]. 4f.
- Publicação:** CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Seconde Partie, Janvier 1527-Décembre 1534, Paris, Paul Geuthner, 1946, p. 477.
- 65 – Carta de Diogo de Azevedo Coutinho a D. João III pedindo-lhe a graça de uma comenda para seu sustento e de sua família. Tânger, 06.09. [d.1521]. 2f.
- 66 – Carta de D. Nuno Mascarenhas ao Rei de Portugal pedindo que lhe enviasse um abastecimento de pão pois do trigo que do Reino fora ali enviado da última vez, uma caravela se desviara para Mazagão e outra para Mogador; mais refere que, sem embargo da licença régia para se deslocar à corte, optara por ali ficar para o melhor servir. [Safim], 15.11.[1522?]. 2 f.
- 67 – Carta de António de Abreu ao Rei de Portugal relembrando-lhe os serviços prestados na Índia. Safim, 08.07.15[--]. 1 f.
- 68 – Apontamentos de Inácio Nunes à rainha D. Catarina sobre as cartas que ela deveria escrever a Moulay 'Abd Allah, rei de Fez, e a Moulay 'Abd el-Moumen, seu irmão, a propósito da morte de seu pai, em virtude dos desejos que sempre mostraram de servir a coroa. S.l., 1554[?]. 1f. Nota: O verso desta carta foi utilizado no século XVIII para elaborar o resumo da carta n.º 71, contendo o resumo original quinhentista desta carta n.º 68 e a datação de 1554.¹¹

¹¹ Robert Ricard data-a de finais de 1557 (cf. *op. cit.*, V, p. 71).

Publicação: CENIVAL, Pierre de, e Ricard, Robert, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome V, *Documents Complémentaires (1552-1580)*, Paris, Paul Geuthner, 1953, p. 71.

- 69 – Carta de Rabi Abraão sobre a proclamação de guerra do Rei de Marraquexe para tomar Abda, e das medidas tomadas por D. Garcia de Meneses e Nuno da Cunha para o sustentar, vencendo o Rei de Fez em batalha, tomando-lhe despojo. Safim, 12.10.[1512]. 2 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome I, *Juillet 1486-Avril 1516*, Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 297.

- 70 – Carta de D. Álvaro de Noronha a D. Manuel I sobre a chegada do Bispo de Safim àquela cidade bem como da necessidade da construção de uma ponte para a Enxovia, para a qual o Bispo prometera contribuir com cem cruzados. Azamor, 11.07.[1519] 2 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de et al., *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Première Partie, *Mai 1516-Décembre 1526*, Paris, Paul Geuthner, 1939, p. 248.

- 71 – Carta de [...] a D. João III sobre o comportamento dos religiosos em Tânger, requerendo o envio de uma pessoa letrada para emendar seus descaminhos. S.l., [d. 1521]. 3 f. Nota: Inclui uma folha pertencente à carta n.º 68.

- 72 – Depoimento de Ahmed el-Hadjdj acerca do procedimento de Yahya Ou Ta'fouft na morte de um judeu. 06.02.[1513]. 1 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome I, *Juillet 1486-Avril 1516*, Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 385.

- 73 – Carta de Simão Correia a D. Manuel I com novas do Rei de Fez não ter passado a Marraquexe mas ter ficado às suas portas e de Yahya Ou Ta'fouft ter roubado seis aduares dos alarves de Marraquexe e ter levado o seu principal xeque. [Azamor], 10.08.[1517]. 2 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de et al., *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Première Partie, *Mai 1516-Décembre 1526*, Paris, Paul Geuthner, 1939, p. 150

- 74 – Carta de D. Álvaro de Noronha a D. Manuel I sobre a recusa dos mouros da Xerquia em realizarem a sementeira e de como fizera uma entrada na Enxovia e atacara um aduar de um xeque, onde cativara mais de setenta mouros, recolhendo muito gado. Azamor, 15.12.[1519]. 2 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Première Partie, Mai 1516-Décembre 1526, Paris, Paul Geuthner, 1939, p. 261.

- 75 – Carta de Sebastião Vargas a D. João III sobre o estado da guerra com o Rei de Fez. Fez, 09.12.1540. 5f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome III. Janvier 1535-Décembre 1541, Paris, Paul Geuthner, 1948, p. 282.

- 76 – Carta de Gonçalo Mendes Sacoto a D. João III sobre a morte de alguns judeus. [Safim], 15.08.[1523-1525]. 3f.

- 77 – Carta de D. João de Meneses, capitão de Tânger, a D. João III, lembrando-lhe seus serviços e os de sua família. S.l., [d. 1539]. 1f.

- 78 – Carta de António Leite a D. João III sobre a necessidade de fortificar a foz do rio Guadiana para fazer face aos ataques de mouros. Santo António da Foz do Odiana, 16.11.[1542-1547]. 2f.

Publicação: CAVACO, Hugo, *Revisitando Santo António de Arenilha*, Vila Real de Santo António, Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 1995, p. 16.

- 79 – Carta de Sidi Mousa a D. Sebastião agradecendo-lhe as honras feitas para consigo. S.l., [d. 1562]. 1f.

- 80 – Carta de Rui Barreto a D. Manuel I narrando-lhe as novidades de Azamor, incluindo a chegada de mouros de Medina. Azamor, 01.04. [1514]. 2f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome I, Juillet 1486-Avril 1516, Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 535.

- 81 – Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel I sobre uma diferença mantida com D. Pedro de Sousa, pedindo ao Rei que Diogo de Azambuja não aceite nenhum homem em Aguz sem assinado seu. Safim, 03.05.[1515]. 1f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome I, Juillet 1486-Avril 1516, Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 693. Vou aqui a rever sumários.

- 82 – Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel I narrando-lhe a visita que recebeu dos notáveis dos Ouled 'Amran. Safim, 08.[1512]. 1f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques*

de Portugal, Tome I, *Juillet 1486-Avril 1516*, Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 354.

- 83 – Carta de Rui Barreto a D. Manuel I sobre a sua chegada a Tânger. Faro, 15.02.[a. 1521]. 2 f.

- 84 – Carta de Francisco da Cunha ao Rei de Portugal com novas de Azamor. Azamor, 15.04.15[--]. 2 f.

- 85 – Carta de Fernão da Fonseca a D. Sebastião I sobre o fim do cerco a Mazagão. Mazgão, 07.05.[1562] 1 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de e RICARD, Robert, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome V, *Documents Complémentaires (1552-1580)*, Paris, Paul Geuthner, 1953, p. 101.

- 86 – Carta de António Leite a D. João III com novas de Azamor. Azamor, 06.04.[1530]. 1 f.

Publicação parcial: CENIVAL, Pierre de et al., *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. *Seconde Partie, Janvier 1527-Décembre 1534*, Paris, Paul Geuthner, 1946, p. 506.

- 87 – Minuta de carta do rei D. Manuel I ao Rei Fernando, o Católico, agradecendo-lhe as novas do sucesso obtido pela ordem de São João de Jerusalém sobre uma armada mameluca, junto da costa da Anatólia [Lisboa], 18.11.1510. 2 f.

Publicação: LÁZARO, António, *O Grande Lagarto: O Mar Vermelho nos primórdios da presença portuguesa no Oceano Índico (1487-1521)*, dissertação de doutoramento em História, ramo de História Moderna, apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2006, p. 523.

- 88 – Carta dos cavaleiros, fidalgos e moradores de Azamor a D. João III. Azamor, 20.03.[1540]. 3 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de et al., *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome III. *Janvier 1535-Décembre 1541*, Paris, Paul Geuthner, 1948, p. 241.

- 89 – Carta de Rui Barreto a D. Manuel I sobre a empresa de Azamor. Azamor, 10.03[1514]. 1 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome I, *Juillet 1486-Avril 1516*, Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 502

- 90 – Carta de António de Melo ao Rei de Portugal em que lhe dá conta dos trabalhos que padeceu durante o seu cativeiro, pedindo-lhe uma mercê. S.l., 18.06.15[--]. 2 f.

- 91 – Carta de D. Vasco Coutinho, conde de Borba, a D. Manuel I sobre o Rei de Fez. [Arzila], 17.05.[a. 1514]. 1 f.
- 92 – Carta de D. Vasco Coutinho, conde de Borba, a D. Manuel I sobre as dificuldades que Arzila atravessava. [Arzila], 14.12.[1508?]. 2 f.
Publicação: SEMIÃO, Maria Rosalina Bento, *D. Vasco Coutinho, conde de Borba e capitão de Arzila*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, dissertação de mestrado, 2002, p. 290.
- 93 – Carta de Francisco Tavares ao Rei de Portugal sobre o facto de não ter sido autorizado a socorrer Santa Cruz de Cabo de Gué. Safim, 31.01.15[--]. 2 f.
- 94 – Carta de D. Vasco Coutinho, Conde de Borba, a um alcaide de Muley Xeque, queixando-se de que Muley Hamete lhe cativara alguns cristãos, apesar das pazes acordadas. [Arzila, 20.08-21.09.1498]. 2 f.
Publicação: SEMIÃO, Maria Rosalina Bento, *D. Vasco Coutinho, conde de Borba e capitão de Arzila*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, dissertação de mestrado, 2002, p. 265
- 95 – Carta de Francisco Barbosa do Avelar a D. João III, narrando-lhe seus serviços na Índia. Mazagão, 05.08.[d. 1540]. 2 f.
- 96 – Carta de Gonçalo Ribeiro de Almeida ao Rei de Portugal sobre os cuidados prestados aos enfermos cristãos. Azamor, 11.11.15[--]. 1 f.
- 97 – Carta de Rui Barreto a D. Manuel I sobre a querela que tivera com João Soares. Azamor, 18.06.[a. 1521]. 1 f.
- 98 – Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. João Meneses, capitão-general do exército de Azamor. Safim, 28.03.[a. 1515]. 2 f.
- 99 – Instruções que D. Vasco Coutinho, Conde de Borba, deu a Fernão Rodrigues, para entregar a D. Manuel I. [Arzila, d. 21.09.1498]. 2 f.
Publicação parcial: SEMIÃO, Maria Rosalina Bento, *D. Vasco Coutinho, conde de Borba e capitão de Arzila*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, dissertação de mestrado, 2002, p. 268.
- 100 – Carta de D. Duarte de Meneses, capitão de Tânger, a D. Manuel I, acerca do Rei de Fez que estava em Alcácer e dos preparativos militares em curso. Tânger, 28.12.1518. 1 f.
- 101 – Carta de Diogo de Azambuja a D. Manuel I sobre o Rei de Marraquexe. S.l., [a. 1521]. 1 f.
- 102 – Carta de Jorge Pires a Fernando de Castro sobre a tomada de Azamor. Azamor, 04.09.[1513]. 5 f.
Publicação: CENIVAL, Pierre de, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome I, *Juillet 1486-Avril 1516*, Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 403.

103 – Carta de Álvaro Carvalho a D. Manuel I sobre a ameaça de embarcações turcas. Alcácer Ceguer, 13.07.[a. 1521]. 2 f.

104 – Carta de António Leite a D. João III sobre a construção de uma casa da Ordem de Nossa Senhora da Graça. Azamor, 03.04.[1540?]. 1 f.

105 – Carta de Heitor Gonçalves a D. Manuel I sobre as despesas custeadas em Safim e outras novas. Safim, 15.12[1512]. 2 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome I, *Juillet 1486-Avril 1516*, Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 366.

106 – Carta de António Leite a D. João III sobre Cristóvão Lourenço Carração. Azamor, 27.05.[d. 1521]. 1 f.

107 – Carta de Gonçalo Mendes Sacoto ao Rei de Portugal sobre as investidas mouras. Safim, 15.01.15[--]. 2 f.

108 – Carta de D. Álvaro de Noronha a D. Manuel I sobre os castigos comumente aplicados aos mouros desobedientes. Azamor, 12.04.[1519-1521]. 2 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Première Partie, *Mai 1516-Décembre 1526*, Paris, Paul Geuthner, 1939, p. 237.

109 – Carta de D. Manuel Mascarenhas a D. João III narrando-lhe a captura de um bergantim à vista de Arzila. Arzila, 03.09.[1545?]. 2 f.

Publicação: LOPES, David (Dir.), *Anais de Arzila*, de Bernardo Rodrigues, tomo II (1525-1535). Suplemento (1536-1550), Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1919, p. 393.

110 – Carta de Manuel de Melo ao Rei de Portugal justificando-se de ter ido para Safim sem licença régia. Safim, 13.12.15[--]. 2 f.

111 – Carta de D. Manuel Mascarenhas a D. João III sobre a necessidade de pão em Arzila. Arzila, 07.03.[1545?]. 2 f.

Publicação: LOPES, David (Dir.), *Anais de Arzila*, de Bernardo Rodrigues, tomo II (1525-1535). Suplemento (1536-1550), Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1919, p. 392

112 – Carta de D. João Coutinho ao Rei de Portugal na qual intercede por Lopo Barbudo para que atenda a seus merecimentos e lhe faça as mercês que ele pedir. Arzila, 24.07.15[--]. 1 f.

113 – Carta de D. Nuno Álvares Pereira sobre os religiosos de São Domingos. Ceuta, 31.05.15[--]. 2 f.

114 – Carta de Rui Barreto a D. Manuel I sobre a empresa de Azamor. Azamor, 21.02[1514]. 5 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome I, *Juillet 1486-Avril 1516*, Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 491.

- 115 – Carta de Rui Barreto a D. Manuel I recomendando-lhe Afonso Vaz de Caminha. Azamor. 12.06.[a. 1521] 1 f.
 - 116 – Carta de Filipe Afonso, bacharel e regedor da Casa do Cível, a D. Manuel I sobre a execução da publicação da lei que ordenava que os homiziados e degredados fossem servir à Índia. S.l., [a. 1521]. 2 f.
 - 117 – Carta da abadessa do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Alenquer à rainha D. Catarina pedindo-lhe uma ordinária de açúcar. Alenquer, 1565. 2 f.
 - 118 – Carta da abadessa do Convento da Madre de Deus de Monchique de Miragaia a D. João III, pedindo-lhe ordenasse a prisão de um homem que importunava uma das freiras. Miragaia, [d. 1538]. 2 f.
 - 119 – Carta de João Fernandes Pacheco “Lagarto” a D. João III sobre a traição que sua mulher, Helena Carvalha, lhe fizera, por casar com outrem publicamente, mencionando ter estado ao serviço do rei em França. Sevilha, [c. 1540-1542]. 1 f.
 - 120 – Carta de João de Melo da Câmara ao Rei de Portugal sobre o atraso do seu despacho na Fazenda, relembrando-lhe os serviços de seus antepassados na descoberta e povoamento das Ilhas da Madeira, São Miguel e São Tomé, propondo-se povoar o Brasil. S.l., [c. 1529]. 2 f.
- Publicação:** VITERBO, Sousa, *Trabalhos Náuticos dos Portugueses. Séculos XVI e XVII. Parte I. Marinharia*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1898, p. 215.
- 121 – Carta de Maria Pinta Henriques, mulher de Fernão Ribeiro, à Rainha D. Catarina [?], pedindo-lhe ajuda para resolver a penúria financeira em que se encontrava. S.l., s.d. 2 f.
 - 122 – Carta de André Rodrigues de Beja a D. João III queixando-se de Jorge Rodrigues nada lhe pagar do assentamento nos livros de registo, aguardando que o secretário Francisco Carneiro emitisse um despacho. S.l., [d. 1522] 1 f.
 - 123 – Carta de Francisco de Palhares, meirinho de Viana do Castelo, a D. João III relatando-lhe os seus serviços e pedindo-lhe a mercê da correição de Ponte de Lima, a qual ouvira do licenciado António Monteiro se preparava para ser anexada à de Viana. Monção, 05.10.[d. 1521]. 1 f.
 - 124 – Carta de D. Margarida ao Rei de Portugal informando-o de que estava concertada com D. Diogo de Castro sobre o reguengo de Montemor-o-Velho e lhe pedia a mercê de lhe mandar passar a respectiva carta, em atenção aos serviços de seus antecessores. S.l., s.d. 1 f.

- 125 – Carta de Martín de Azpilcueta à Rainha D. Catarina informando-a de que as cartas que ela emitira em Almeirim a seu favor e de seu sobrinho chegaram depois de o ofício em causa já ter sido dado, dando-lhe também algumas novas de Roma. Coimbra, 15.05.[1538-1552]. 2 f.
- 126 – Carta de Rui de Melo, alcaide-mor de Elvas, ao Rei de Portugal, ressentindo-se de ser devassado por ter alguns presos no castelo com muita liberdade, argumentando que não tinha outro local para eles, e que nenhum preso lhe fugira da sua mão. [Elvas, 15--]. 2 f.
- 127 – Petição de Diogo Alves, morador na Amoreira, termo de Óbidos, ao Rei de Portugal, pedindo-lhe justiça para um agravo que corria contra ele por ter sido fiador de Fernão Gomes Pardal, cristão-novo, rendeiro da sisa na Atouguia da Baleia. S.l., s.d. 1 f.
- 128 – Carta de Rui de Melo a D. João III recomendando-lhe o serviço de seu filho, visto ele próprio estar muito enfermo, lembrando-lhe os serviços feitos por si à Coroa e por seus antepassados. Tavira, 05.02. [d.1548?]. 2 f.
- 129 – Carta das religiosas do Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Faro à Rainha de Portugal pedindo a recondução do seu confessor, Frei Diogo. Faro, 28.12.15[--]. 2 f.
- 130 – Carta da abadessa e religiosas do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Elvas ao Rei de Portugal sobre as injúrias cometidas por Fernão Pinto a uma das freiras. [Elvas, 15--]. 2 f.
- 131 – Carta de Frei Afonso, religioso da Ordem de São Francisco, ao Rei de Portugal, pedindo-lhe uma esmola de especiaria e açúcar para o convento onde ele estivesse e enquanto fosse vivo, bem como um vestido por ano. S.l., s.d. 2 f.
- 132 – Carta de Vasco Fernandes ao Rei de Portugal reclamando inocência no caso da fuga de Martim Ferreira, em virtude da qual se encontrava preso na cadeia da Corte. S.l., s.d. 1 f.
- 133 – Carta de João Lobato ao Rei de Portugal queixando-se da sua prisão por força de falsas acusações de D. Francisco de Moura e Jorge Barreto. S.l., s.d. 2 f.
- 134 – Carta de D. Estêvão de Faro sobre a angariação de marinheiros no Algarve. S.l., [d.1598?].
- 135 – Carta de Pero Correia, vereador de Tavira, a D. João III, sobre o facto de a Bernardo Corte Real, nomeado alcaide-mor daquela cidade, ter sido dada posse e autoridade para estar presente na câmara pela vereação anterior [Tavira, c. 1538]. 1 f.
- 136 – Carta de Diogo de Vasconcelos a D. João III pedindo uma mercê pelos seus serviços realizados na Índia. S.l., [a. 1554]. 2 f.
- 137 – Carta de Sebastião de Vargas a Pero de Alcáçova Carneiro pedindo-lhe que se despachasse o feito em que era acusado. [Bucelas, d.1521?]. 1 f.

- 138 – Carta de Rui de Melo, alcaide-mor de Elvas, ao Rei de Portugal, sobre o número dos cavalos existente naquela vila e seu termo. Elvas, 8.06. [15--]. 2 f.
- 139 – Carta escrita ao Rei de Portugal, no período filipino, sobre o parecer do Conde da Vidigueira acerca da devassa cometida ao Dr. Diogo da Fonseca, e outras matérias da Índia. S.l., [Séc. XVI-XVII]. 1f. Incompleta.
- 140 – Carta escrita ao Rei de Portugal, no período filipino, sobre a falta de dinheiro para os preparativos de guerra e fortalezas do Algarve e a convocatória de soldados. S.l., [Séc. XVI-XVII]. 2 f.
- 141 – Carta de D. Nuno Álvares Pereira ao Rei de Portugal sobre o negócio que corria entre si e D. João, rogando-lhe que se votasse no caso estando presentes as cartas que lhe tinha dado, porque nisso estava toda a honra de sua Casa. S.l., s.d. 1 f.
- 142 – Carta de Frei António do Casal a D. João III sobre as visitas que fizera a Santo Onofre, Santa Cita, Tomar e Santa Iria. Convento de Tomar, 22.12.[d. 15--]. 1f.
- 143 – Carta de D. Maria de Vargas ao Rei de Portugal (D. João III?) agradecendo as mercês concedidas a D. Diogo de Anaia. S.l., 18.10.[15--]. 2 f.
- 144 – Carta de Francisco de Miranda ao Rei de Portugal alegando motivo de doença para não ter cumprido as ordens régias. Évora, 31.5. [15--]. 1 f.
- 145 – Carta de D. João de Meneses a D. Manuel I pedindo para si as comendas do falecido Manuel de Góis e recomendando-lhe a D. Garcia de Meneses, seu sobrinho. S.l., [a. 1514?]. 1 f.
- 146 – Carta de Frei Francisco de Bobadilha ao Rei de Portugal queixando-se do corregedor Francisco Antunes não dar inteiro cumprimento a um alvará régio sobre a fazenda do Mosteiro da Batalha. S.l., s.d. 1 f.
- 147 – Carta de D. João IV concedendo ao licenciado Gaspar Gomes Raimundo o cargo de procurador da Coroa e fazenda real em Barcelos. Lisboa, 29.10.1641. 1 f.
- 148 – Carta de Manuel da Silveira ao Rei de Portugal pedindo o seu resgate de Argel, onde estava já por mais de seis anos. [Argel], 20.4.[15--]. 1 f.
- 149 – Carta de António Homem a D. João III agradecendo-lhe a lembrança que tivera dele de o mandar recolher à Corte, por carta enviada por meio de D. Pero Mascarenhas, o que faria com a maior brevidade possível. Roma, 02.02.[1540?]. 1 f.
- 150 – Carta do Conde D. Pedro ao Rei de Portugal relembrando-lhe a sua promessa de escrever aos corregedores para que não entrassem nas suas terras como até ali o não faziam nem o tinham feito em tempo de seus pais, e informando-o de que o Corregedor de Entre-Douro e

Minho o começava a inquietar, razão pela qual se dirigia ao monarca. S.l., 09.01.[15--]. 2f.

- 151 – Carta de Frei António de Zurara, custódio e guardião do Convento de Santo António da Piedade, a D. João III, pedindo-lhe um visitador para a dita Província que fosse zeloso e virtuoso pela muita necessidade que ela padecia. Convento de Santo António, [d. 1521]. 2f.
- 152 – Carta do Cardeal-Infante (D. Afonso?) ao Rei de Portugal na qual lhe dizia que estimava a ida do núncio pela desordem da justiça que fazia sobre assuntos tocantes ao seu lugar e ao bom governo da Igreja. S.l., s.d. 2f.
- 153 – Este documento foi transferido para *Gavetas*, XV, Maço 17, N.º 46.
- 154 – Carta de Francisco de Carvalhal ao Rei de Portugal pedindo-lhe uma mercê para suas filhas, em virtude dos seus longos serviços à Coroa e de seu filho, que serviu com D. Guterre de Monroy em Cabo de Gué. Cáceres, 15.04.[d. 1533]. 1f.
- 155 – Carta de D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, a D. Manuel I, sobre o juro respeitante a 174.523 reais, metidos no trato das sedas para proveito dos órfãos e que se tinham dado a Rui Pires, correspondente ao valor prescrito pelas ordenações e regimentos definidos pelo monarca. Vila Real, 24.01.1517. 1f. Incompleto.
- 156 – Carta ao Rei de Portugal sobre vários feitos de justiça em Elvas e Évora. S.l., s.d. 2f.
- 157 – Carta de Cristóvão Jusarte ao Rei de Portugal sobre o atraso na concessão de uma moradia em seus filhos. S.l., s.d. 1f.
- 158 – Carta ao Rei de Portugal, no período filipino, referindo que António Pereira se acomodava com o posto de mestre de campo embora pretendesse também uma comenda em função de novos serviços, e mencionando também a defesa do comércio das Filipinas. S.l., s.d. 1f.
- 159 – Carta da abadessa do Mosteiro de Jesus à Rainha D. Catarina sobre o pagamento de uma moradia a Pedro Lobo. S.l., [d. 1522]. 2f.
- 160 – Carta ao Rei de Portugal, no período filipino, sobre uma sentença relacionada com os cristãos-novos e o perdão geral. S.l., [d. 1581]. 1f.
- 161 – Carta da abadessa do Mosteiro da Conceição de Alenquer a D. João III, dando-lhe os pêsames pela morte do infante D. Luís. [Alenquer, c. 1555]. 1f.
- 162 – Carta da abadessa Eufrásia da Cruz à Rainha de Portugal pedindo uma esmola. S.l., s.d. 2f.
- 163 – Carta a D. João III pedindo a resolução de um despacho pendente junto de Fernando Álvares. S.l., [d. 1521]. 1f.
- 164 – Carta de uma abadessa ao Rei de Portugal pedindo um alvará para que o tutor da enteada de Diogo Lobo lhe entregasse a sua legítima e

rendimento, sem embargo de qualquer dívida que o seu padraсто lhe pusesse. S.l., s.d. 1 f.

- 165 – Carta de D. Francisco ao Rei de Portugal dando-lhe conta da extrema necessidade por que a sua família passava, não tendo coragem de aparecer nas festas da corte. S.l., s.d. 2 f.
- 166 – Carta de Jorge Fernandes a D. João III sobre a devassa tirada ao carcereiro Manuel Rodrigues, que roubava os presos e consentia a alguns deles que concubinassem com suas mancebas dentro da mesma prisão, pela qual razão o prendera, pedindo uma sentença que servisse de exemplo para os demais oficiais da justiça. S.l., [d. 1521] 2 f.
- 167 – Carta de D. Filipa da Costa à Rainha de Portugal informando-a de ter enviado seu filho a pedir-lhe que o assentasse nos livros de moradia, e também sobre uma demanda que o Padre Leão Henriques lhe movera acerca de um casal foreiro ao Mosteiro de Cárquere. S.l., 1566. 2 f.
- 168 – Carta de Vasco Gonçalves, almoxarife de Alenquer, a D. Manuel I sobre o casamento da sua filha com Antão Vaz Valadão. S.l., [a. 1521]. 2 f.
- 169 – Carta de João Camacho de Rebelo, alcaide-mor de Lisboa, ao Rei de Portugal, pedindo-lhe a libertação da prisão em que se achava em virtude dos serviços prestados à Coroa. S.l., s.d. 2 f.
- 170 – Carta de D. João de Meneses a D. Manuel I sobre a demanda que trazia acerca da capitania de Arzila [Arzila, a. 09.01.1502]. 1 f.
Publicação: SEMIÃO, Maria Rosalina Bento, *D. Vasco Coutinho, conde de Borba e capitão de Arzila*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, dissertação de mestrado, 2002, p. 279
- 171 – Carta de Sebastião da Ponte a D. João III, queixando-se das vexações de João Camacho e Francisco Picanço, que se aproveitavam de ele estar preso. [Lisboa, c. 1551-1552?]. 1 f.
- 172 – Carta da abadessa do convento de Nossa Senhora da Piedade ao Rei de Portugal pedindo que ordenasse o regresso de duas freiras que mandara tirar daquele convento por serem muito virtuosas e lhe fazerem falta para os ofícios divinos. S.l., s.d. 1 f.
- 173 – Carta de Miguel Gomes a D. Manuel I [?] sobre os roubos que se fizeram nas dízimas das alfândegas de Entre-Douro e Minho durante o período em que Manuel Álvares fora delas rendeiro. S.l., [a. 1521?]. 1 f.
- 174 – Carta de Juan Abalde, cavaleiro da Ordem de Cristo, natural da Galiza, a D. Manuel I, agradecendo-lhe a mercê do hábito da Ordem de Cristo. S.l., [a. 1521?]. 1 f.
- 175 – Carta da abadessa do Convento de Santa Clara à Rainha D. Catarina pedindo por esmola alguns ornamentos religiosos para os ofícios divinos. S.l., [d. 09.1540]. 1 f.

- 176 – Carta da Condessa da Feira à rainha de Portugal agradecendo o mandá-la visitar e às suas irmãs. S.l., s.d. 1 f.
- 177 – Carta enviada pela vila de Caminha a D. Manuel I com os nove capítulos de se agravava nas Cortes de Lisboa de 1498. [Caminha, iní. 1498]. 2 f.
- Publicação:** *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002, p. 365.
- 178 – Carta de Tristão da Cunha a D. João III pedindo-lhe uma quantia de dinheiro para os filhos de Nuno da Cunha. S.l. [a. 1539?] 1 f.
- 178-A – Carta de Tristão da Cunha a D. João III pedindo uma mercê para um boticário, Tristão de Azevedo. S.l. [a. 1539?]. 1 f.
- 179 – Carta de Francisco Gil a D. João III avisando-o de que todos os almoxarifes e recebedores de suas rendas o roubavam, sugerindo que nomeasse os homens mais ricos do Reino para almoxarifes, e que mandasse para o Entre-Douro e Minho a Francisco de Sá de Miranda. S.l., [a. 1558?]. 2 f.
- Publicação:** VITERBO, Sousa, *Estudos sobre Sá de Miranda. I – Os Filhos do Cónego Gonçalo Mendes*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1895, p. 26.
- 180 – Carta de D. Maria de Sousa à Rainha D. Catarina, queixando-se de que os homens de Tavira tinham assassinado Bernardo Corte Real com peçonha e que o corregedor Pero Fernandes era suspeito, pedindo-lhe que Manuel de Almeida tomasse conhecimento do caso. [Tavira, d. 1561?] 2 f.
- 181 – Carta das freiras D. Maria da Silva e Isabel Godins ao Rei de Portugal, queixando-se de o comissário ter feito abadessa a Inês Pantoja, não sendo esta eleição pela vontade das mais religiosas mas por conselho do guardião da Ordem de São Francisco. S.l., s.d. 2 f.
- 182 – Carta do Bispo do Porto ao Rei de Portugal, informando-o de que chegava molestado de uma perna, declarando a terra muito falta de justiça, e recomendando a aquisição de certos ornamentos. S.l., s.d. 2 f.
- 183 – Carta de Pero da Cunha Coutinho ao Rei de Portugal agradecendo-lhe a mercê que lhe fizera em dar-lhe licença para fazer umas casas em Monchique para viver e deixar sua mulher, sem embargo dos privilégios da Câmara do Porto. S.l., s.d. 1 f.
- 184 – Carta de Álvaro Pestana e João de Ferreira ao Rei de Portugal sobre uma barca que Diogo Afonso tomara carregada de roupa de genoveses em Provence. Génova, 16.03.[15--]. 1 f.
- 185 – Carta de Frei Afonso, abade de São Bento, ao Rei de Portugal. [Mosteiro de] San Zoilo de Carrión, 07.08.[15--]. 2 f.

- 186 – Carta da Rainha D. Catarina a D. João III dizendo-lhe apenas aguardar pelo embaixador de França, solicitando-lhe concedesse licença a D. João de Alarcão para ir com ele. Madrid, 04.01.[c. 1525?]. 2 f.
- 187 – Carta de Diogo Lopes de Lima a D. João III justificando a sua permanência em Viana do Castelo pelas súplicas que lhe fizeram, e relatando a chegada de navios de Londres e Flandres com notícia da morte de um frade franciscano às mãos dos Protestantes por não renegar a fé católica. [Viana do Castelo], 06.08.[d. 1539?]. 2 f.
- 188 – Carta dos juízes, vereadores e procurador de Ponta Delgada a D. João III queixando-se de que depois que se ausentara o corregedor Gaspar Trigo da Ilha de São Miguel que quase vinte pessoas haviam morrido, tendo-se formado vários bandos na cidade, e outras injustiças que ali grassavam. Ponta Delgada, 30.05.[d. 1549?]. 4 f.
- 189 – Carta do governador da Casa do Cível a D. Manuel I [?] dando-lhe conta das justas razões por que mandara prender e proceder contra Francisca Correia, casada, e contra João de Freitas, casado, por saírem culpados na devassa dos barregueiros. Santos, 05.04.[a. 1521?]. 2 f.
- 190 – Carta de Pedro Henriques a D. João III pedindo-lhe que acelerasse o despacho de um feito envolvendo Francisco Mascarenhas, seu sogro. 04.09.[d. 1521]. 2 f.
- 191 – Carta da abadessa do Mosteiro de São Bento do Porto ao Rei de Portugal sobre as excomunhões a requerimento de Maria Ribeira, que estava no Mosteiro de Vairão, que muito vexavam o convento. [Porto, 15--]. 2 f.
- 192 – Carta de Frei Álvaro, monge do Mosteiro de São João de Tarouca, ao Rei de Portugal pedindo alvará para ser nomeado escrivão do mosteiro pois o que servia aquele mosteiro vinha de Lamego, sendo muito distante e onerando muito as escrituras que lavrava. [Tarouca, 15--]. 1 f.
- 193 – Carta de João Homem de Holanda, juiz de fora de Óbidos, a D. João III pedindo-lhe que o conservasse na serventia de juiz dos órfãos na mesma vila ou lhe desse a serventia de juiz dos resíduos e provedoria como a tinha seu antecessor. [Óbidos, a. 1549?]. 2 f.
- 194 – Carta de Lourenço de Cáceres a D. Manuel I sobre as obras que mandara fazer no hospital de uma vila. S.l., [a. 1521]. 2 f.
- 195 – Carta de D. Francisco à Rainha de Portugal pedindo que fosse sua protectora para assim conseguir o seu despacho para seu bem e de seus filhos. S.l., [a. 1557]. 2 f.
- 196 – Carta de D. Brites, priora do Mosteiro do Salvador, a D. João III pedindo-lhe mandasse dar a uma dona, viúva de Francisco de Brito, falecido na Índia, a qual dera de mamar ao Infante D. Luís, algum dinheiro do que se lhe devia na Casa da Índia para poder acudir a

uma demanda que o seu filho trazia sobre o seu casamento. S.l., [d. 1521]. 2 f.

- 197 – Carta de D. Leonor Pereira, filha de D. João Rodrigues Pereira Marra-maque, à Rainha D. Catarina na qual lhe lembrava o que lhe tinha pedido em Almeirim. S.l., [d. 1525]. 2 f.
- 198 – Carta de Soror Ana da Cruz a D. João III pedindo 4.000 reais de tença em sua vida por esmola. S.l., [d. 1525]. 1 f.
- 199 – Carta da condessa de Faro ao Rei de Portugal na qual lhe garante estar mui certa para o servir. S.l., s.d. 2 f.
- 200 – Carta de António Correia, capitão de ordenanças, a D. João III pedindo a remuneração dos seus serviços prestados em Entre-Douro e Minho. S.l., [d. 1549?]. 2 f.
- 201 – Carta de Luís Álvares de Távora a D. João III sobre a suspensão da jurisdição das suas terras ordenada pelo Rei e subsequente ida para o castelo de Óbidos. S.l., [d. 1521]. 2 f.
- 202 – Carta de D. Isabel à Rainha de Portugal em que lhe dava conta da miséria em que vivia, pedindo-lhe por mercê a livrasse do cativeiro em que se achava. S.l., [d. 1521]. 2 f.
- 203 – Carta incompleta escrita ao Rei de Portugal sobre o convento de Almoster. S.l., 15[--] 2 f.
- 204 – Carta de D. João da Silva, conde de Portalegre, a D. Manuel I pedindo-lhe que aceitasse um capelão que fora de seu pai. S.l., [d. 1505]. 2 f.
- 205 – Carta de D. Inês de Brito a D. João III acerca de como os franceses a expulsaram por ser portuguesa. Nice, 10.04.[d. 1521] 2 f.
- 206 – Carta de Frei Jerónimo de Padilha a D. João III dando-lhe conta da obra da Casa de São Domingos e do Colégio de São Tomás. Leiria, 31.05.[1538-1544]. 2 f.
- 207 – Carta de João Rodrigues Mousinho a D. João III remetendo-lhe as cartas enviadas por Pedro Correia, por mão de Diogo Lopes. Madrid, 21.03.[1523-1528] 1 f.
- 208 – Carta de João Rodrigues Mousinho a D. João III informando-o de que no dia 14 de Março chegara um moço com umas cartas que Diogo Lopes lhe dera em Montemor-o-Novo onde diz que ficara doente, e como nas que recebera lhe avisara as mandasse pela primeira posta, e como sabia que Pero Correia era partido, lhe parecera acertado e ao Bispo viessem estas guiadas a D. Jorge para que as desse a Pero Correia. Madrid, 24.03.[1523-1528]. 1 f.
- 209 – Carta da infanta D. Joana à Rainha de Portugal. S.l., [a. 1552]. 2 f.
- 210 – Carta de António Pires de Azambujo ao Rei de Portugal na qual lhe agradecia o tomar por sua conta casar sua filha com Duarte Cerveira bem como as mercês que lhe fazia. S.l., s.d. 1 f.

- 211 – Carta de D. Inês, mãe de D. Álvaro, ao Rei de Portugal, na qual lhe manda pedir os 200.000 reais de que lhe tinha feito mercê para ajuda do dote de sua filha que meteu como religiosa no Mosteiro de Odivelas, os quais pedira emprestados a Lucas Giraldi porque a abadessa a não quis aceitar sem todo o dote, e se via perseguida pelo dito Lucas Giraldi por se ter acabado o tempo em que os havia de satisfazer. S.l., 15[--]. 2 f.
- 212 – Carta da abadessa do Convento de Santa Clara de Lisboa a D. João III na qual se queixa que o aposentador do Rei, Lourenço de Sousa, dera umas casas daquele convento de aposentadoria a um frieiro do Infante D. Luís, no que recebia grande prejuízo assim por lhe fazerem forjas de fogo como pelo dano que lhe fazem à dita propriedade e diminuição no preço do seu aluguer, e lhe pedia por esmola e mercê mandasse que se lhe não tomassem dado o Rei ser o seu padroeiro e o convento ser muito pobre. S.l., [a.1555]. 2 f.
- 213 – Carta de umas religiosas a D. Catarina, Rainha de Portugal, em que lhe davam conta de que estimavam muito a nova abadessa, sendo evidente a influência da Rainha na eleição, e que as religiosas daquele mosteiro eram de tal condição que não obedeciam a prelada nem a prelados e que lhe mandasse com brevidade os visitantes do Cardeal, e que eram elas tais que se conjuraram para matarem a abadessa. S.l., [1525-1557]. 2 f.
- 214 – Carta de Diogo Frazão de Vasconcelos pedindo remuneração dos seus serviços em virtude da extrema fome que padecia bem como por seus filhos. [Índia, d.1538]. 2 f.
- 215 – Carta da abadessa D. Joana da A[...] ao Rei de Portugal comunicando-lhe que tinham terminado os três anos de serviço para os quais tinha sido reconduzida. S.l., s.d. 2 f.
- 216 – Carta de D. João de Eça ao Rei de Portugal pedindo uma mercê em vista da sua condição de pobreza. S.l., [153-?]. 2 f.
- 217 – Carta do Dr. Juan Perucho Morgovejo, da Universidade de Coimbra, a D. João III, pedindo uma esmola para Baltasar Pacheco. Coimbra, 12.08.[1541-1562]. 2 f.
- 218 – Carta de Frei Jerónimo de Padilla a D. João III sobre as dificuldades movidas pelos moradores de Amarante à erecção do convento nessa localidade. São Gonçalo de Amarante, 22.06.[d.1540] 2 f.
- 219 – Carta do Dr. Estêvão de Aguiar, provedor da comarca de Évora, a D. João III, sobre o inventário e partilhas dos sobrinhos de D. António Preto, prior-mor do convento de Palmela. Estremoz, 23.[--].1551. 2 f.
- 220 – Apontamentos de Jorge Vaz a D. João III sobre as vexações que Afonso de Torres fizera na ilha de Santiago de Cabo Verde no arrendamento dos quartos e vintenas da ilha [Lisboa, c. 1537?]. 2 f.

- 221 – Carta de Violante Pereira, mulher de Jorge de Brito, a D. João III, pedindo protecção para sua neta Leonor de Brito. S.l., [d.1521]. 2 f.
- 222 – Carta de Estêvão Vaz a D. Manuel I informando-o da prisão em Lisboa de um frade que jazia escondido em casa de um freire que tinha falecido de pestilência, tendo sido colocado num batel em direcção a Santos, apesar da tenaz resistência que ofereceu [Lisboa, a.1521]. 1 f.
- 223 – Carta de João Camacho de Rebelo a D. João III pedindo-lhe ajuda em virtude de estar preso. [Lisboa, c.1551-1552?]. 2 f.
- 224 – Carta de Frei Cristobal de Valbueno a D. João III acerca de uma esmola de mil cruzados que Frei Jerónimo de Padilla tinha pedido em sua vida para a obra de um dormitório, bem como dando notícias sobre várias instituições religiosas da cidade. [Convento de São Domingos de Lisboa?], 03.01.[1544-1546]. 2 f.
- 225 – Carta de Simão Pinto, capitão do ensino da ordenança de Coimbra, a D. João III sobre uma carta que entregara a Heitor Lampreia acerca da ordenança de Coimbra. Coimbra, 24.10.[d.1521]. 2 f.
- 226 – Carta da Condessa D. Isabel ao Rei de Portugal acerca da morte de seu marido. Évora, 20.10.[15--]. 2 f.
- 227 – Carta do licenciado Cristóvão Mendes a D. João III sobre as sisas de Viseu, Lamego e Guarda. Lamego, 30.12.[1526]. 2 f.
- 228 – Carta de D. Branca Catarina ao Rei de Portugal pedindo um ofício que vagara por morte de António Gonçalves para o seu filho. S.l., s.d. 1 f.
- 229 – Carta de Maria da Assunção, abadessa do mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Alenquer, à rainha D. Catarina pedindo uma esmola para a sua comunidade. 1565. 2 f.
- 230 – Carta de Francisco Carvalho, recebedor do bispado de Viseu, ao Rei de Portugal, sobre a arrematação das rendas do bispado a três mercadores da Guarda e de como o corregedor da comarca ali chegado, induzido por algumas pessoas, mandara meter novamente as rendas em pregão e as arrematara sem os rendeiros serem ouvidos. [Viseu, d.] 12.07.[15--] 2 f.
- 231 – Carta de Diogo de Melo ao Rei de Portugal sobre as obras em Évora no terreiro, sala da Rainha, casas dos paços e cadeia da cidade. Évora, 24.01.[15--]. 1 f.
- 232 – Carta de certas órfãs pedindo uma esmola ao Rei de Portugal para pagar uma dívida de 33.000 reais. S.l., s.d. 2 f.
- 233 – Carta de João Jacome ao Rei de Portugal informando-o de que, contra sua vontade, dera a Violante Godiz 35.000 reais, dado o rei lho ter ordenado pelo Corregedor Francisco Dias. Estremoz. S.l., s.d. 2 f.
- 234 – Carta do Conde de Penela, ao Rei de Portugal, recomendando-lhe Francisco Mendes de Vasconcelos. S.l., s.d. 2 f.

- 235 – Carta de Mem de Brito, juiz da alfândega, ao Rei de Portugal, pedindo-lhe mandasse castigar a Duarte Tristão e informando-o das obras da igreja do Espírito Santo. S.l., s.d. 2 f.
- 236 – Carta da abadessa do Mosteiro de Almoester ao Rei de Portugal sobre D. Clara, irmã de Francisco de Brito, informando-o de que ela se criara no dito mosteiro, e depois estivera no Convento da Anunciada de Lisboa e dali fora para Santa Mónica de Évora para companhia de D. Catarina de Sousa, sua tia. [Almoester, 15--]. 1 f.
- 237 – Carta de D. Maria de Sousa a D. João III comunicando-lhe o falecimento de D. Margarida de Castro, abadessa do convento de Santa Clara de Coimbra, e da eleição de D. Joana da Silva, filha de D. Pedro, Conde de Cantanhede. Convento [de Santa Clara de Coimbra], 15.4. [d. 1530]. 2 f.
- 238 – Carta de Pero Lourenço a pessoa desconhecida pedindo-lhe que intervenha junto do Rei para que ele obtenha uma licença para nomear sua mulher numa tença que tinha. S.l., s.d. 1 f.
- 239 – Carta que o Dr. Martín de Azpilcueta escreveu a D. João III sobre um papel que lhe mandava por meio de Bernardim de Távora. [Coimbra], [1538-1552]. 2 f.
- 240 – Carta de Álvaro Martins, ouvidor de Alcobaça, ao Rei de Portugal respondendo à sua questão sobre a existência de um meirinho perante o ouvidor do Bispo da Guarda. [Alcobaça]. [15--]. 2 f.
- 241 – Carta de Frei Salvador Henriques, do Mosteiro de Nossa Senhora do Espinheiro, a D. João III, acusando o arcebispo de Lisboa de não proceder bem na matéria da Inquisição e dos cristãos-novos, tendo amizade com estes, bem como do comportamento do arcebispo do Funchal com os ditos cristãos-novos. Mosteiro de Nossa Senhora do Espinheiro, [1540-1547]. 2 f.
- 242 – Carta de Francisco Frazão, juiz de Montemor-o-Novo, ao Rei de Portugal, sobre as injustiças praticadas naquela vila por certos clérigos. [Montemor-o-Novo], [15--]. 1 f.
- 243 – Carta de D. Jorge de Almeida, Bispo de Coimbra, conde de Arganil, à Rainha D. Catarina, queixando-se do procedimento do rei em lhe enviar um mensageiro para cobrar certa dívida. S.l., [a. 1545]. 1 f.
- 244 – Carta de Frei Francisco de Évora ao Rei de Portugal, narrando-lhe as vicissitudes incorridas nas visitas realizadas no Alentejo e como se desencontrara com um criado régio em Alvito que levava uma autorização régia para o frade poder entrar em lugares impedidos ao seu resguardo. Alcácer do Sal, 06.04.[15--]. 1 f.
- 244-A – Carta de Pero de Alcáçova Carneiro a D. João III sobre o ofício de reposteiro-mor do príncipe. S.l., [1549?]. 2 f.

- 245 – Carta de Bartolomeu Ferraz ao Rei de Portugal sobre os problemas relacionados com os mantimentos e soldos de piqueiros, arcabuzeiros e espingardeiros, bem como da sua indumentária e jogos a que se entregavam. S.l., s.d. 1 f.
- 246 – Carta de Francisco Gil a D. João III sobre o facto de este lhe ter prometido empregá-lo na alfândega de Setúbal mas que na Fazenda Real não lhe despachavam tal mercê, dando certos conselhos sobre os negócios daquela alfândega. S.l., [d. 1521]. 2 f.
- 247 – Carta de Ana da Cruz ao Rei de Portugal pedindo-lhe uma esmola para a ajudar a cobrir-se no Inverno. S.l., s.d. 1 f.
- 248 – Carta de Melchior Limpo a D. Catarina, Rainha de Portugal, sobre o testamento de seu tio, Frei Baltasar Limpo, arcebispo de Braga. Braga, 30.04.1558. 2 f.
- 249 – Carta do bacharel Filipe Afonso, desembargador da Casa do Cível, a D. Manuel I sobre Luís Vieira, um homiziado que se recolhera no mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa, após ter dado uma cutilada no rosto de Margarida Vaz, com quem andava em demanda. [Lisboa], 19.10.[a. 1521]. 2 f.
- 250 – Carta de Diogo Salgado ao Rei de Portugal informando-o de como prendera um mancebo na estalagem de Pedro de Albuquerque por se entender que furtara a João Lourenço duzentos cruzados em ouro e seis justos. Estremoz, 01.07.[15--]. 2 f.
- 251 – Carta de Jorge de Vasconcelos ao Rei de Portugal sobre a ferragem de cobre que se gastava nas louças das armadas da Índia. 11.01.[15--]. 2 f.
- 252 – Carta de Pero Afonso Peixoto a D. João III sobre o requerimento de Jerónimo Vaz, solicitador do Santo Ofício, para que se prendesse a Bernardo Lopes, cristão-novo, o que se cumprira de imediato, remetendo os autos da sua prisão a Jerónimo de Melo, pedindo orientações sobre os procedimentos a seguir com os muitos cristãos-novos que por ali passavam a caminho de Castela. Trancoso, 18.04.[d. 1536]. 2 f.
- 253 – Carta de D. Diogo Forjaz Pereira ao Rei de Portugal sobre as dificuldades que encontrava nas terras da Feira. Castelo da Feira, 08.05. [15--]. 2 f.
- 254 – Carta do bispo do Porto ao Rei de Portugal sobre uma demanda dos mercadores de retalho que pretendiam viver na rua de São Miguel da dita cidade. Porto, 19.07.[15--]. 2 f.
- 255 – Carta de Luís Eanes ao Rei de Portugal pedindo-lhe a faculdade de um escrivão dos órfãos de Ponta Delgada poder largar o ofício a um seu criado. Lisboa, 13.04.[15--]. 2 f.
- 256 – Carta de D. Ana de Brito a D. Catarina, Rainha de Portugal, remetendo-lhe uma penha que fizera sua filha D. Maria. Madrid, 11.06.[d. 1525?]. 2 f.

- 257 – Carta de D. Jorge, Mestre da Ordem de Santiago, a D. João III sobre o lugar ocupado por ele nas Cortes realizadas por D. Manuel I em 1499. S.l., [1525?]. 1 f.
- 258 – Carta da abadessa do mosteiro de Arouca a D. João III sobre os duzentos cruzados que o Papa mandava dar das rendas do mosteiro a D. Filipa de Sá. Mosteiro de Arouca, 24.01.[d. 1522]. 2 f.
- 259 – Carta de Pero Afonso de Aguiar ao Rei de Portugal sobre a estadia de D. Ana em certo mosteiro, e como nomeara Pero de Ornelas e João Martins, escrivão da alfândega e criado do capitão João Gonçalves, para a acompanhar, junto com três mulheres que a camareira bem conhecia, dado ter sido D. Ana muito mal-tratada naquele mosteiro. Lisboa, 23.01.[15--]. 1 f.
- 260 – Carta de João Ribeiro a D. João III sobre a obra da praça de Mazagão, pedindo-lhe que envie dinheiro a António Ribeiro para que se remedeasse daquilo que eles necessitassem, assim de carne como dos mais mantimentos. Mazagão, 01.06.[1542] 2 f.
- Publicação:** CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome IV. Janvier 1542-Décembre 1550, Paris, Paul Geuthner, 1951, p. 43.
- 261 – Minuta de petição de D. João III ao Papa sobre a posse e propriedade do Mosteiro de São João de Longavares dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, queixando-se do procedimento de Afonso Esteves, crasteiro do dito mosteiro. S.l., [1554-1557]. 2 f.
- 262 – Minuta de carta de D. Manuel I ao corregedor Cristóvão Mendes sobre as apresentações da coroa na Beira. S.l., [a. 1521]. 1 f.
- 263 – Minuta de carta de D. Manuel I ao corregedor Rui Gonçalves Maracote ordenando-lhe recolhesse a documentação do falecido João Fernandes pertencente à arrecadação das rendas do arcebispado de Lisboa. S.l., [a. 1521]. 1 f.
- 264 – Minuta de carta dos Governadores do Reino a D. Filipe I [?] sobre o dinheiro necessário para o apresto das naus da Índia, Angola, São Tomé e Cabo Verde. [1582-1598?]. 4 f.
- 265 – Minuta de carta de D. Manuel I ao bispo de [Coimbra?] sobre a apresentação da reitoria e vigairaria da igreja de Nossa Senhora de Nisa feita pelos frades do Convento de Tomar. S.l., [a. 1521]. 1 f.
- 266 – Minuta de carta de D. João III a D. Filipe de Castela sobre o trigo que mandava que Francisco Pereira obtivesse em Castela. S.l., [1546?]. 1 f.
- 267 – Carta do licenciado Jorge Fernandes, juiz de fora de Évora, a D. Manuel I sobre as cartas que os principais da terra tinham escrito ao Rei contra os pregadores da Bula da Santa Cruzada em favor de um

frade da Ordem de São Francisco; sobre a obra do edifício da câmara, e recordando ao Rei que a terra necessitava de vereadores, juizes e procuradores pois um só juiz não podia fazer nada. [Évora], 02.12. [1518?]. 2 f.

- 268 – Carta de Diogo Lopes de Lima a D. João III pedindo-lhe a comenda de Santa Eulália para seu neto D. Diogo Lopes, queixando-se também de que a alcaidaria de Guimarães, sendo de seu pai, se dera a outrem. S.l., 02.06.15[--]. 2 f.
- 269 – Carta de Pero Vaz da Cunha a D. Manuel I informando-o do número de lanças e piães com que o arcebispo de Braga o pode servir para a jornada que o Rei intentava fazer. Braga, 12.02.[1501?]. 2 f.
- 270 – Carta do licenciado Jorge Correia, juiz de fora em Ponte de Lima, ao Rei de Portugal, sobre as diligências que um padre provincial fizera num mosteiro daquela vila a mandado do Rei. Ponte de Lima, 08.05.15[--]. 2 f.
- 271 – Carta de Jorge de Vasconcelos ao Rei de Portugal sobre a armada que haveria de ir nesse ano à Índia. S.l., 11.01.[15--]. 2 f.
- 272 – Carta de D. Fernando Henriques, senhor das Alcáçovas, a D. João III propondo a edificação de um convento dominicano na ermida de Santa Maria da Serra (Alcáçovas), apesar da oposição de um frade franciscano. Alcáçovas, 20.03.[1541]. 1 f.
- 273 – Carta do Dr. Rui Gomes a D. Manuel I sobre a arrecadação do ouro de uma caravela e a esmola de certos castiçais e galhetas para a Confraria de Nossa Senhora na Mina, remetendo também o privilégio da Ilha de Santiago. Lisboa, 07.02.[a. 1521]. 2 f.
- 274 – Carta de Diogo de Sepúlveda a D. João III sobre o empréstimo das Molucas, informando apenas poder emprestar dois mil cruzados. Évora, 04.11.[d. 1528]. 2 f.
- 275 – Carta de D. Afonso, bispo de Évora, a D. Manuel I acerca dos benefícios do Cardeal que vagaram. Évora, 25.08.[a. 1521]. 2 f.
- 276 – Carta do almirante António de Azevedo a D. Manuel I acusando a recepção da sua carta enviada por João Gomes, cavaleiro da sua casa. Monforte, 30.10.[1510?]. 1 f.
- 277 – Carta de Sebastião de Sousa de Abreu ao Rei de Portugal pedindo escusa do cargo de vereador e relatando o incumprimento de confirmações régias de posturas da cidade. s.l., 13.10.15[--]. 2 f.
- 278 – Carta de Leonor de Melo ao Rei de Portugal pedindo-lhe que não a mudasse de convento. Convento de Santa Mónica, 02.08.15[--]. 2 f.
- 279 – Carta da abadessa do Convento de Santa Clara de Évora a D. João III acerca das religiosas que o padre provincial mandava vir de Estremoz. Évora, 08.10.[d. 1529]. 2 f.

- 280 – Carta de Diogo Lopes de Lima a D. João III em favor dos despachos da viúva e filhos de Rui Mendes, que servira seu pai em Marrocos e na Índia. Guimarães, 14.09.[d. 1535]. 2 f.
- 281 – Carta de Frei Luís de Lisboa a D. João III sobre uma petição do guardião e frades de São Francisco da Madeira acerca do seu dormitório. Funchal, 28.02.[d. 1521].
- 282 – Carta de D. Frei Bernardo da Cruz, bispo de São Tomé, a D. João III recomendando-lhe a Cristóvão de Abreu, o portador da carta, para que lhe concedesse uma mercê, dado desejar avançar nos estudos das Artes e Teologia, sendo pobre. Coimbra, 01.08.[d. 1540].
- 283 – Carta da abadessa Soror Eufrásia da Cruz à Rainha D. Catarina pedindo que envie D. João, marido de D. Ana, para a Índia. 20.10.[d. 1525]. 2 f.
- 284 – Carta de Duarte de Melo, alcaide-mor de Castelo de Vide, a D. Manuel I sobre a sua prerrogativa de apresentação de ofícios vagados naquela terra ter sido posta em causa. Castelo de Vide, 01.11.[d. 1496]. 2 f.
- 285 – Carta de Afonso Mendes de Oliveira a D. Manuel I sobre as obras a realizar em Olivença. Olivença, 24.05.[d. 1497]. 3 f.
- 286 – Carta de Luís Álvares Cabral a D. João III sobre os Estudos da Universidade de Coimbra. Coimbra, 06.02.[1547-1551]. 2 f.
- 287 – Carta de Francisco Palha a D. João III sobre um diferendo mantido com Rui Palha sobre a posse de terras que pertenceram a Lopo da Fonseca. Santarém, 18.06.[d. 1522]. 4 f.
- 288 – Carta de D. Fadrique, bispo de Sigüenza, a Pero de Alcáçova Carneiro, pedindo-lhe que entregasse uma carta ao Rei de Portugal, colocando-se ao seu serviço. Madrid, 14.04.[1512-1530]. 1 f.
- 289 – Minuta de carta de D. Manuel I para Vasco da Gama acerca do seu requerimento para obter o título de conde bem como à licença que pedia para se ir do Reino. [27.08.1518?]. 1 f.¹²
- 290 – Minuta de carta de D. Manuel I para o licenciado Cristóvão Esteves sobre um pleito envolvendo o Mosteiro de Tarouca. S.l., [a. 1521]. 1 f.
- 291 – Minuta de carta de D. Manuel I para o licenciado Rui Rodrigues sobre a posse das igrejas e mosteiros da comarca de Entre-Douro e Minho. S.l., [a. 1521]. 1 f.
- 292 – Minuta de três cartas dos Governadores do Reino a D. Filipe I, Rei de Portugal, a primeira sobre a administração da fazenda de D. Pedro

¹² Um apontamento manuscrito na capilha do documento indica ter sido publicado por Augusto Teixeira de Aragão num estudo sobre Vasco da Gama e a Vidigueira mas o documento não surge sequer mencionado em nenhuma das três obras que o numismata publicou sobre o tema (*D. Vasco da Gama e a villa da Vidigueira. Bosquejo histórico*, Lisboa, Typ. Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1871; *Vasco da Gama e a Vidigueira. Estudo historico*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1887; e *Vasco da Gama e a Vidigueira*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898).

de Eça; a segunda sobre uma charneca estéril que existia entre a Nazaré e o pinhal de Leiria, pedindo-lhe ordenasse se plantassem aí pinheiros dada a conveniência de haver mais madeira para as armadas; e a terceira sobre o terço de António Pereira. S.l. [d. 1582-]. 2f.

293 – Minuta de carta de D. João III para o Sr. de La Chaulx, manifestando-lhe a sua mágoa por ter sabido que adoecera na jornada e lhe pedia que lhe mandasse novas das suas melhoras por Luís da Silveira, seu embaixador. S.l. [d. 1522]. 1f.

294 – Minuta de carta de D. João III concedendo a D. João Mascarenhas a comenda da igreja de Santa Maria de Castelo de Vide, por falecimento de Diogo da Silveira. S.l. [d. 1532?]. 1f.

295 – Minuta de duas cartas de D. Manuel I a D. Fadrique de Portugal, Bispo de Segóvia, agradecendo-lhe os seus serviços. S.l. [1508-1519]. 2f.

296 – Carta de Frei André, superior do Mosteiro de São João de Tarouca, ao Rei de Portugal, na qual lhe pede, em nome do mosteiro, mandasse passar seu mandado para o Bacharel Fernando Aires, para mandar aprovar as reparações nas vinhas e fazer sua lavra. S.l., s.d. 1f.

297 – Minuta de carta de D. João III ao corregedor da Beira na qual lhe ordena não consentisse que pessoa alguma tomasse posse do Mosteiro de São João de Tarouca por lhe ter feito o Papa mercê dele para comenda. S.l., [c. 1547]. 2f.

298 – Minuta de carta de D. João III ao vigário-geral da Ordem de Santo Agostinho sobre a reforma dos Conventos da Ordem no Reino. S.l., [d. 1527]. 1f.

299 – Carta de D. Álvaro de Noronha a D. Manuel I sobre as obras em curso em Azamor. Azamor, 18.05.[1519]. 3f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de et al., *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Première Partie, Mai 1516-Décembre 1526, Paris, Paul Geuthner, 1939, p. 240.

300 – Carta de Simão Correia a D. Manuel I sobre os bons serviços de Pedro Afonso de Aguiar, e que tendo acabado o seu tempo, continuara a servir, por se dizer que Moulay Mohammed vinha sobre a Duquela. Azamor, 06.08.[d. 1513]. 1f.

Publicação: VITERBO, Sousa, *Trabalhos Náuticos dos Portugueses. Séculos XVI e XVII. Parte I. Marinharia*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1898, p. 24.

301 – Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. João de Meneses sobre as dissensões entre os mouros. Safim, 28.03.[1514]. 1f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques*

de Portugal, Tome I, *Juillet 1486-Avril 1516*, Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 512.

- 302 – Carta de D. João de Meneses, capitão de Azamor, a D. Manuel I sobre o Rei de Fez. Arzila, 28.05.[a. 1514]. 2 f.
- 303 – Carta de D. João de Noronha a D. Manuel I na qual lhe agradecia a lembrança que dele tivera para o mandar servir em Safim, o que muito bem poderia fazer por ser rico e que da Ilha da Madeira poderia levar 800 homens à sua custa e de Castela os que quisesse. Ilha [da Madeira, a. 28.12.1510]. 1 f.
- 304 – Carta de D. Álvaro de Noronha a D. Manuel I agradecendo-lhe a concessão do governo de Mazagão, pedindo lho desse por carta sua assim como o tinha da cidade de Azamor. Azamor, [c. 12.1517]. 1 f.
- 305 – Minuta da capitulação da coroa portuguesa com a coroa castelhana sobre a obra da torre de Velez de La Gomera, a qual tinha mandado fazer o Rei Fernando de Aragão, não a considerando ser em terra e limite do Reino de Fez, cuja conquista pertenceria a Portugal. S.l., [a. 18.09.1509]. 2f. Incompleto, provavelmente depois da elaboração do resumo setecentista que refere matéria não constante nas folhas sobreviventes.
- 306 – Carta de D. António de Noronha, conde de Linhares, a D. Manuel I sobre a empresa de Mamora. São João de Mamora, 29.07.[1515]. 8f.
Publicação: CENIVAL, Pierre de, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome I, *Juillet 1486-Avril 1516*, Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 708.
- 307 – Carta de António Leite a D. Manuel I sobre a construção do castelo de Mazagão. Mazagão, 20.10.[1517]. 2 f.
Publicação: CENIVAL, Pierre de et al., *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Première Partie, *Mai 1516-Décembre 1526*, Paris, Paul Geuthner, 1939, p. 175.
- 308 – Carta de Rui de Sande a D. João II sobre a necessidade que tinha de 3.000 cafizes de trigo. Marchena, 24.06.[d. 1488?]. 2 f.
- 309 – Carta de D. Nuno Mascarenhas a D. Manuel I sobre as instruções que recebera da parte do adail-mor. Safim, 11.03.[1517]. 4f.
Publicação: CENIVAL, Pierre de et al., *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Première Partie, *Mai 1516-Décembre 1526*, Paris, Paul Geuthner, 1939, p. 64.
- 310 – Carta de D. Nuno Mascarenhas a D. Manuel I sobre as vitórias militares alcançadas por Yahya Ou Ta'fouft. Safim, 03.04.[1517]. 2 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Première Partie, Mai 1516-Décembre 1526, Paris, Paul Geuthner, 1939, p. 74.

- 311 – Carta de D. Pedro de Meneses, conde de Alcoutim, a D. Manuel I dando-lhe parte de como D. Henrique de Noronha o viera servir à cidade de Ceuta com homens e cavalos, fazendo-se credor de toda a mercê que lhe pudesse dispensar. Ceuta, 18.06.[1512-1517]. 1 f.
- 312 – Carta de Isaac ben Zamirou a D. João III sobre questões financeiras. Safim, 06.03.[1529]. 1 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Seconde Partie, Janvier 1527-Décembre 1534, Paris, Paul Geuthner, 1946, p. 453.

- 313 – Carta de D. João Subtil, bispo de Safim, ao Rei de Portugal, sobre as rendas do hospital. S.l., 02.12.15[12-1535]. 2 f.
- 314 – Carta de D. Rodrigo de Noronha, capitão de Safim, a D. Manuel I, avisando-o de como o Rei de Fez, tendo notícia da saída da armada portuguesa, mandara fazer um castelo em Mamora, e que o dito rei estava muito pesaroso da amizade que Yahya Ou Ta'fouft fizera com os xeques da Enxovia. 03.04.[1512-1517]. 2 f.
- 315 – Carta de D. Jorge da Silva [?] a D. João III pedindo-lhe uma mercê para Álvaro Velho, por ser criado do Conde, seu avô. Arzila, 27.09. [1510-1520]. 2 f.

Publicação: MOSTAFA, Fayad El, *A região de Arzila na época da expansão portuguesa*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Volume II, 1992, dissertação de mestrado, p. 658.

- 316 – Carta de António Leite a D. João III sobre Brás Ribeiro, cavaleiro, morador em Azamor. Azamor, 13.10.[1529]. 1 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Seconde Partie, Janvier 1527-Décembre 1534, Paris, Paul Geuthner, 1946, p. 488.

- 317 – Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel I queixando-se do procedimento de Yahya Ou Ta'fouft no governo dos aduares e cabildas de que estava encarregado. Safim, 19.08[1512]. 12 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome I, Juillet 1486-Avril 1516, Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 337.

- 318 – Carta de D. João da Cruz, embaixador do Rei de Calecut, a D. Manuel I, narrando-lhe vários aspectos da vida em Calecut e pedindo-lhe a mercê do hábito da Ordem de Cristo. S.l., [1515]. 2 f.
Publicação: PATO, Raimundo Bulhão (Dir.), *Cartas de Afonso de Albuquerque, Seguidas de Documentos que as Elucidam*, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1903, Tomo III, p. 208.
- 319 – Carta de D. João Coutinho, conde do Redondo, capitão e governador de Arzila, ao Rei de Portugal sobre o casamento que o Rei queria se fizesse casando Fernão da Silva com uma filha de Fernão Caldeira. Arzila, 02.07.15[--]. 1 f.
- 320 – Depoimentos acerca da infidelidade de Yahya Ou Ta'fouft aos Portugueses. [d.28.01.1513]. 2 f.
Publicação: CENIVAL, Pierre de, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome I, *Juillet 1486-Avril 1516*, Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 381.
- 321 – Carta de D. Vasco Coutinho, conde de Borba, a D. Manuel I sobre o sultão de Fez. [Arzila], 02.01.[1508?]. 2 f.
Publicação: SEMIÃO, Maria Rosalina Bento, *D. Vasco Coutinho, conde de Borba e capitão de Arzila*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, dissertação de mestrado, 2002, p. 287.
- 322 – Carta de Yahya Ou Ta'fouft a D. Manuel I narrando-lhe o que se passara em Safim desde a sua chegada. Safim, 09.08.[1516]. 2 f.
Publicação: CENIVAL, Pierre de et al., *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Première Partie, *Mai 1516-Décembre 1526*, Paris, Paul Geuthner, 1939, p. 24.
- 323 – Minuta de carta de D. Manuel I a D. Rodrigo de Noronha, governador de Safim, pedindo-lhe consolasse a Yahya Ou Ta'fouft do mau sucesso que tivera no Dia de São João, e lhe certificasse a certeza que tinha da sua lealdade. [1512-1517?]. 2 f.
- 324 – Carta de D. Vasco Coutinho, conde de Borba, a D. Manuel I sobre a falta de homens para defender Arzila. [Arzila, 1508?]. 2 f.
Publicação: SEMIÃO, Maria Rosalina Bento, *D. Vasco Coutinho, conde de Borba e capitão de Arzila*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, dissertação de mestrado, 2002, p. 288.
- 325 – Carta de António Loureiro a D. João III dando-lhe conta da viagem que fez, vindo com a nova da tomada de Azamor. Vila Nova [de Portimão], 05.12.1542. 2 f.
- 326 – Minuta de carta de D. Manuel I a Job Queimado na qual lhe ordenou ficasse substituindo o posto de capitão-mor em Arzila em lugar de

D. João Coutinho, a quem tinha dado licença para vir à corte tratar de alguns negócios. [1501-1521?]. 1 f.

- 327 – Carta de D. Estêvão da Gama, capitão da armada do Estreito, a D. João III, dando-lhe conta de como fora ao Estreito e chegando a Gadaramel (Ceuta) safra em terra com setenta besteiros e espingardeiros, achando-a despojada e pondo-lhe fogo, bem como do recontro que André Salema tivera com três galeotas de turcos que se encontravam no mesmo Estreito. Ceuta, 03.09.[1526?]. 2 f.

- 328 – Carta de Hay Arrais, alcaide, para João Álvares de Azevedo, governador de Ceuta, sobre a rendição de cativos. S.l., 10.07.15[62]. 2 f.

- 329 – Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel I acerca de uma carta de um mouro de Azamor. Safim, 13.05[1513]. 1 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome I, *Juillet 1486-Avril 1516*, Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 390.

- 330 – Depoimentos contra Yahya Ou Ta'fouft. S.l., [iní. 1513]. 2 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome I, *Juillet 1486-Avril 1516*, Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 378.

- 331 – Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel I sobre a empresa de Azamor, encarecendo-lhe a importância da conservação da cidade, e o muito que convinha estar bem guarnecida de gente e de armada por respeito do Rei de Fez que podia vir a querer restaurá-la. Safim, 13.05[1513]. 2 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome I, *Juillet 1486-Avril 1516*, Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 387

- 332 – Carta de Gonçalo Ribeiro de Almeida, prior de Lagos, a D. Manuel I sobre a igreja de Azamor. [Azamor, a. 1514]. 2 f.

- 333 – Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel I narrando-lhe a recuperação de suas feridas e como brevemente determinava fazer uma entrada nas terras dos mouros, pedindo-lhe mantimentos para a gente em Safim. Safim, 20.07[1512]. 1 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome I, *Juillet 1486-Avril 1516*, Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 335.

- 334 – Carta de João Rodrigues, porteiro dos contos de Safim, ao Rei de Portugal, queixando-se dos muitos degredados que para lá iam não

quererem mostrar suas sentenças, assentando-se nos livros para vencer seu soldo, como fizera um castelhano chamado Afonso Borracho, que o recebia havia tantos anos, o qual fora degredado por sentença na Ilha da Madeira de todos os domínios de Portugal. [Safim, d. 1508]. 2f.

- 335 – Carta de D. Álvaro de Noronha a D. Manuel I sobre as pazes com os mouros da Xérquia e Enxovia, recebendo deles quarenta bois de tributo. Azamor, 30.05.[1520]. 2f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Première Partie, Mai 1516-Décembre 1526, Paris, Paul Geuthner, 1939, p. 276.

- 336 – Carta de António Leite a D. João III sobre as dificuldades encontradas em Mazagão. Mazagão, 22.01.[1528]. 2f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Seconde Partie, Janvier 1527-Décembre 1534, Paris, Paul Geuthner, 1946, p. 429.

- 337 – Carta de Francisco de Pedrosa a D. Manuel I sobre as possibilidades de conquistar Marraquexe. Azamor, 30.03[1514]. 1f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome I, Juillet 1486-Avril 1516, Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 520.

- 338 – Memorial de D. Juan de Mendoza aos feitores do Rei de Portugal sobre o que se deveria prover para a fronteira no Estreito de Gibraltar. S.l., [1568?]. 2f.

- 339 – Sumário de cartas enviadas por D. Álvaro de Noronha a D. Manuel I. Azamor, [1519-1520?]. 2f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Première Partie, Mai 1516-Décembre 1526, Paris, Paul Geuthner, 1939, p. 264.

- 340 – Minuta de carta de D. João III a Duarte Lopes ordenando-lhe que nem ele nem Moisés Cafou nem Cordilha, judeus, saíssem de Azamor até segunda ordem sua, e que do regimento secreto que lhe tinha dado do que havia de dizer em terra de mouros não desse parte a ninguém. S.l., [c. 1523?]. 1f.

- 341 – Carta de D. Nuno Álvares Pereira, capitão-mor de Ceuta, ao Rei de Portugal, dando-lhe conta de como saindo D. Estêvão da Gama de Alcácer Ceguer para aquela cidade, mandara André Salema por dentro da Ilha de Pirixil em uma caravela donde, encontrando-se com três

galeotas de turcos, o investiram tão fortemente que estivera em termos de se perder se não fora socorrido. Ceuta, 02.09.[1530]. 2 f.

- 341-A – Carta de Nuno Fernandes de Ataíde, capitão-mor de Safim, a D. Manuel I, dando-lhe conta de como Pedro Álvares não tinha dinheiro algum para continuar as obras daquela cidade, e para que o Rei lhe remetesse algum dinheiro, mandava Cristóvão Nunes com essa diligência. Safim, 15.12.[1511-1515]. 1 f.

- 342 – Carta de Simão Gonçalves da Costa, capitão de Santa Cruz de Cabo de Gué, a D. João III recomendando-lhe o portador desta carta, um elche, que fugira para junto dos portugueses com mais quatro pessoas e lhe trouxera a notícia de como os xerifes vinham sobre a vila. Santa Cruz de Cabo de Gué, 20.02.[1533]. 1 f.

- 343 – Carta de D. Álvaro de Noronha, capitão de Azamor, ao Rei de Portugal, informando-o de que muitos dos moradores daquela cidade tinham suas mulheres em Portugal e não as viam já por muitos anos. Azamor, 19.05.[1518-1525]. 1 f.

- 344 – Carta de Yahya Ou Ta'fouft a D. Manuel I sobre as intrigas congeminadas contra si. S.l., 01.08.[1517].¹³

Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Première Partie, *Mai 1516-Décembre 1526*, Paris, Paul Geuthner, 1939, p. 137.

- 345 – Carta de D. Vasco Coutinho, conde de Borba, a D. Manuel I sobre as dificuldades económicas que Arzila atravessava. [Arzila, 1508?]. 2 f.

Publicação: SEMIÃO, Maria Rosalina Bento, *D. Vasco Coutinho, conde de Borba e capitão de Arzila*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, dissertação de mestrado, 2002, p. 289.

- 346 – Carta de 'Abd Allah ben Sa'id a D. João III. S.l., [09.1540]. 2 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome III. *Janvier 1535-Décembre 1541*, Paris, Paul Geuthner, 1948, p. 274.

- 346-A – Carta de António da Fonseca ao Rei de Portugal informando-o de como em Arzila o Rei tinha cinquenta quintais de lacre vermelho muito mau, e que ninguém o queria a trinta cruzados o quintal, porque do Reino ia para Fez a vinte cruzados muito bom. Arzila, 26.11.[15--?]. 1 f.

- 347 – Minuta de carta de D. Manuel I aos prelados do Reino na qual lhes comunicava que o Papa lhe concedera as terças das rendas dos dízimos da clerezia do Reino. S.l., [c.02.1513]. 2 f.

¹³ Desaparecido desde 28.11.1933.

Publicação: CAETANO, Joaquim Oliveira, “Sombras e alguma luz sobre o bispo D. Afonso de Portugal”, in *Cenáculo. Boletim on line do Museu de Évora*, N.º 2, 2007, p. 23.

- 348 – Carta de Nuno Vaz de Castelo Branco ao Rei de Portugal sobre as informações que Diogo Lopes enviara acerca das promessas de amizade do Xerife e de Aheno, Rei de Afuto, a quem respondera que enquanto não pagasse a perda que tinha feito naquela aldeia não aceitaria sua embaixada. S.l., [d. 1513]. 2f.

- 349 – Resumo de carta de D. Afonso de Noronha a D. João III sobre as obras que decorriam em Ceuta. S.l., [d. 09.08.1549]. 2f.

- 350 – Carta dos cavaleiros e moradores da vila de Alcácer Ceguer ao Rei de Portugal. [Alcácer Ceguer, c. 1549]. 2f.

- 351 – Carta de Simão Gonçalves da Costa a D. João III sobre o abandono da praça. Santa Cruz de Cabo de Gué, 16.05.[1531]. 2f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Seconde Partie, Janvier 1527-Décembre 1534, Paris, Paul Geuthner, 1946, p. 551.

- 352 – Carta de Simão Correia, capitão de Azamor, a D. Manuel I, recomendando-lhe os serviços do cavaleiro Andrade na entrada da Enxovia e na vinda de Moulay Mohammed à Duquela. Azamor, 04.06.[1517?]. 1f.

- 353 – Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel I sobre a escolha de Manuel de Sande para acompanhar os mouros que vão a Portugal. Safim, 13.05[1513]. 1f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome I, Juillet 1486-Avril 1516, Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 389.

- 354 – Carta de Bernardim de Carvalho a D. João III narrando-lhe como uma cáfila vinda de Tetuão trouxera a notícia de que o Xerife fora sobre Mequinez com 24.000 cavalos e sessenta peças de artilharia, e que combatendo a cidade pelo sítio das hortas lhe arruinara dois lanços dos muros, e que saindo os de dentro lhe deram com tal ímpeto que lhe mataram 800 cavaleiros e tomaram seis peças. Ceuta, 11.06.[1546]. 2f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome IV. Janvier 1542-Décembre 1550, Paris, Paul Geuthner, 1951, p. 189.

- 355 – Carta de Yahya Ou Ta'fouft a D. Manuel I narrando-lhe os encontros que tivera com os mouros de Azamor e outras regiões. Safim, 28.03. [1517]. 2f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Première Partie, Mai 1516-Décembre 1526, Paris, Paul Geuthner, 1939, p. 67.

356 – Carta de D. Nuno Mascarenhas a D. Manuel I [?] sobre a inquirição que mandara tirar acerca do desafio de Pedro Botelho com Manuel de Sousa. [Safim?], 24.11.[d.1516]. 2 f.

357 – Carta de Nuno Fernandes de Ataíde, capitão de Safim, a D. Manuel I recomendando-lhe os serviços de Silvestre Vaz, que servia por dois anos naquela praça com dois filhos. Safim, 13.02.[1511-1516]. 1 f.

358 – Carta de D. Rodrigo de Noronha a D. Manuel I sobre as queixas apresentadas por Yahya Ou Ta'fouft. Safim, 09.09.[1517]. 2 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Première Partie, Mai 1516-Décembre 1526, Paris, Paul Geuthner, 1939, p. 171.

359 – Carta de Simão Correia, capitão de Azamor, a D. Manuel I, dando-lhe conta do recebimento de certo dinheiro com que pagou aos bombardeiros e atalaias daquela cidade, e que os oficiais que o Rei tinha mandado para as obras dos muros e das casas dos moradores eram muito poucos. Azamor, 04.09.[1516-1518]. 2 f.

360 – Minuta de carta de D. Manuel I a Nuno Fernandes de Ataíde, capitão de Safim, ordenando-lhe que naquele inverno, despedisse a gente de armas e deixasse ficar somente quatrocentas lanças, que seriam aqueles declarados no rol que com esta carta lhe enviava. S.l., [c. 1510-1516]. 2 f.

361 – Traslado de duas cartas de Jacob Rute. Fez, 20.08.1547. 2 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome IV. Janvier 1542-Décembre 1550, Paris, Paul Geuthner, 1951, p. 226.

362 – Minuta de carta de seguro de D. Manuel I emitida em favor de 'Ali ber-Rached e ao alcaide de Tetuão para poderem vir ou mandar a qualquer parte do Reino em África e trazer fazendas suas para comerciar. S.l., [c.1501?]. 1 f.

363 – Minuta para um acordo com os mouros da Enxovia. [Azamor, fin. 1522]. 4 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Première Partie, Mai 1516-Décembre 1526, Paris, Paul Geuthner, 1939, p. 304.

- 364 – Carta de Nuno Gato, contador de Safim, a D. Manuel I, informando-o de que se enviasse dinheiro teria quanta carne e trigo quisesse no Reino. Safim, 20.08.[1512-1518?]. 2 f.
- 365 – Carta de Rui Barreto ao Rei de Portugal informando-o de que Gomes da Silva, capitão de Ceuta, lhe escrevera duas cartas, as quais enviava ao Rei, nas quais lhe pedia socorro e referia como em Alcácer Ceguer se necessitava de pólvora, artilharia e piques, dinheiro e mantimentos. Quarteira, 15.03.[1519-1529?]. 1 f.
- 366 – Carta de Sidi Mohammed Al-mandri, alcaide de Tetuão, a D. Manuel I sobre as conversações mantidas com o enviado Afonso Caldeira. Tetuão, 22.01.[a. 1521]. 1 f.
- 367 – Apontamentos do que requeria a cidade de Tânger a D. João III em virtude da ameaça de ataque. [Tânger, 1541]. 2 f.
- 368 – Carta de D. Maria de Noronha, filha de D. Lopo de Almeida, ao Rei de Portugal pedindo-lhe admissão no seu serviço pelo desamparo em que se achava. [Odivelas?, d. 1512]. 1 f.
- 369 – Carta de Miguel Gomes Bravo a D. João III queixando-se de não lhe ser passado um despacho e das injustiças que lhe eram feitas pela Fazenda Real passando-se sentenças em detrimento dos forais, mais pedindo uma audiência para que fosse ouvido, e que por ser amigo de João Simão de Sousa tinha muitos inimigos, invocando ter tido pessoas nas Ilhas que lhe fiaram certas rendas. S.l., [d. 1521]. 1 f.
- 370 – Carta ao Rei de Portugal sobre as diligências realizadas na devassa de D. Nuno Álvares Pereira, sendo cometido o caso ao licenciado Belchior do Amaral. S.l., [d. 1582]. 1 f.
- 371 – Carta de D. Isabel da Silva, condessa de Penela, a D. João II sobre sua neta, D. Beatriz da Silva, a quem se negava entrada no Mosteiro das Celas. S.l., 30.07.[a. 1495]. 2 f.
- 372 – Carta de D. Branca de Vilhena ao Rei de Portugal na qual se queixa de seu filho ter sido devassado no Algarve mandando-o segurar por dois escudeiros da criação de seus avós. S.l., s.d. 1 f.
- 373 – Carta de Rui de Melo ao Rei de Portugal pedindo-lhe que deixasse a seu filho, Jorge de Melo, tomar posse da comenda de Longroiva, em que tinha vida, reservando para si 300.000 reais por ano nas rendas da dita comenda, com a cláusula de que seu filho falecesse primeiro do que ele, ficasse com toda a comenda. S.l., s.d. 2 f.
- 374 – Carta das religiosas do Mosteiro de Lorvão a D. João III queixando-se de D. Milícia e sua sobrinha, D. Ana, que destruíam o convento arrendando de antemão as rendas e fazendo delas o que queriam, roubando inclusivamente muitas escrituras do cartório. [Mosteiro de Lorvão, 1542?]. 2 f.

- 375 – Carta de Diogo de Loscano, Capitão da gente de ordenança de Beja, a D. João III [?], contando como em Serpa, Moura e Beja tinha feito 3.600 homens a quem ensinava o exercício militar, bem como assuntos relacionados com a vereação da cidade de Évora. Moura, 23.01. [d.1521]. 2 f.
- 376 – Carta de Rui de Melo ao Rei de Portugal dando-lhe conta como o juiz de Tavira prendera Diogo Pessanha por matar dois fidalgos chamados Francisco de Melo e Manuel de Melo, e que logo lhe fora apresentada uma sentença em que se mandava que o preso fosse levado ao pelourinho e decepado, o que se não executara por o preso ter vindo com embargos, solicitando ao Rei uma provisão para executar a sentença pois o preso poderia voltar a matar mais fidalgos. Lisboa, 04.07. [1538]. 1 f.
- 377 – Carta do almoxarife da Ilha de São Miguel a D. João III sobre uns apontamentos dados pelos rendeiros das ilhas dos Açores para os quais aguardava despacho régio. [São Miguel, 1530-1534?]. 2 f.
- Publicação:** CANTO, Ernesto do (Ed.), *Arquivo dos Açores*, Vol. III, Ponta Delgada, 1881, p. 45.
- 378 – Carta da imperatriz D. Isabel de Portugal a D. João III sobre o Bispo do Porto. Toledo, 13.05.[1526-1539]. 2 f.
- 379 – Carta da vereação da câmara de Lisboa a D. João III, queixando-se da falta de carnes que a cidade e seu povo padeciam, em razão de se vender por quatro reais cada arrátel e nas mais terras do Reino a cinco e seis reais, levando assim os mercadores a estas terras as reses por serem maiores os preços. [Lisboa], 20.[--, d.1521], 2 f.
- 380 – Minuta de carta [da câmara de Lisboa?] a D. Cristóvão de Moura dando-lhe conta de que duzentos homens andavam nas coutadas fazendo grandes insultos e mortes pelos caminhos como salteadores, pedindo autorização para que se mandasse ordem ao Conde de Portalegre, D. Diogo da Silva, que soldados de cavalo fossem com o juiz das ditas coutadas e os prendessem para serem castigados. S.l., [1600-1613?]. 1 f.
- 381 – Carta de Pedro Gonçalves a D. Manuel I [?] sobre António Casco, filho de Diogo Casco, a quem recomendava que ficasse em Évora a aprender a ler e gramática, bem como sobre uma fonte que o Rei mandara construir em Arronches e algumas obras necessárias nessa vila, e ainda sobre o desrespeito que os trabalhadores demonstravam pelos dias santos da Igreja. S.l., [a.1521?] 1 f.
- 382 – Carta dos juízes, vereadores e procuradores dos coutos das Alhadas e Maiorca a D. Manuel I sobre a opressão de que eram alvo pelos moradores da vila de Montemor-o-Velho a respeito das jurisdições. [Alhadas e Maiorca, 1509-1521] 2 f.

- 383 – Minuta de carta dos Governadores do Reino a D. Filipe I ou II, Rei de Portugal, remetendo-lhe duas cartas recebidas de Rui Lourenço de Távora com avisos muito importantes a respeito dos navios de Biscaia. [Lisboa, 1581-1608?]. 1 f.
- 384 – Carta da vereação da câmara de Lisboa a D. João III sobre a proposta feita por D. António de Sousa a respeito da fortaleza de São Julião que se queria ali mandar edificar, pedindo-se um subsídio à cidade, a que respondera o povo dela que padecia muitas necessidades pela carestia do tempo, muitos andando pedindo esmola. [Lisboa], 23.02.1546. 2 f.
- 385 – Minuta de carta dos Governadores do Reino a D. Filipe I ou II, Rei de Portugal, sobre o falecimento de Lopo Soares, deão da Sé de Lisboa, e as disposições de seu testamento. [Lisboa, 1593-1632?]. 1 f.
- 386 – Carta da priora D. Margarida à Rainha D. Catarina [?], pedindo-lhe uma esmola para levantar a cerca de seu mosteiro que caíra. S.l., [d. 1525?]. 2 f.
- 387 – Carta de D. João de Meneses, conde de Tarouca e prior do Crato, a D. Manuel I acerca de um conflito com D. Jorge, mestre da Ordem de Santiago e Avis, em torno da posse por este da comenda de Sesimbra e da igreja de Santiago, em Beja. S.l., [c. 1508-1509]. 2 f.
- Publicação:** LÁZARO, António, *O Grande Lagarto: O Mar Vermelho nos primórdios da presença portuguesa no Oceano Índico (1487-1521)*, dissertação de doutoramento em História, ramo de História Moderna, apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2006, p. 515.
- 388 – Carta de Simão Lousado, proto-notário, a Pero de Alcáçova Carneiro, queixando-se de lhe não escrever, narrando o estado dos assuntos da Coroa em Roma, e lhe diz como a Itália andava toda em armas, o Rei de França trazia 60.000 homens em campo, com três bandeiras em Turim, Piemonte e Narbona. Roma, 20.08.1542. 2 f.
- 389 – Carta da Condessa de Faro a D. João III expressando-lhe o sentimento que a acompanhava com a notícia da moléstia da Rainha, dando-lhe nova de que os Biscainhos entraram em Bordéus, tomando cinquenta navios sem nenhuma resistência, dizendo-se ser morto o Rei de França. S.l., [d. 1525]. 2 f.
- 390 – Carta de D. Leonor Mascarenhas à Rainha de Portugal dando-lhe conta como a Princesa D. Joana lançava naquele dia a primeira pedra em uma ermida que mandava fazer da invocação de São João e São Filipe. S.l., [a. 1552?]. 2 f.
- 391 – Carta de D. Fadrique, bispo de Sigüenza, ao Rei de Portugal informando-o de que seria informado pelas pessoas que tinham ido com a Rainha dos assuntos de Castela e acreditasse em tudo o que D. Jorge lhe dissesse da sua parte. Sigüenza, 04.10.[d. 1512] 1 f.

- 392 – Minuta de carta dos Governadores do Reino a D. Filipe I sobre a consulta do Desembargo do Paço a respeito do ofício de escrivão dos agravos da Casa da Suplicação que vagara por morte de Fernão Maciel, ofício este pretendido por Manuel Fagundes. [Lisboa, 19.10.1596]. 1 f.
- 393 – Carta do Dr. Pedro Nunes ao Rei de Portugal pedindo a remuneração de seus serviços para si e seus filhos e mulher. S.l., [1531-1578]. 2 f.
Publicação: VITERBO, Sousa, *Trabalhos Náuticos dos Portugueses. Séculos XVI e XVII. Parte I. Marinharia*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1898, p. 230.
- 394 – Carta de D. Catarina de Ávila à Rainha de Portugal pedindo uma mercê para se poder sustentar. [Castela, 1530-1562?]. 2 f. Em espanhol.
- 395 – Carta do Dr. Rui Gomes a D. Manuel I informando-o de que na caçada que o Rei fizera em Coruche ele caíra do cavalo, nascendo-lhe um inchaço na virilha, e que o desampararam por cuidarem ter outra origem; enviava-lhe as ordenações acerca do auto de prisão de Bobadilla a respeito do ouro que desencaminhara. Lisboa, 17.10.[a. 1521]. 2 f.
- 396 – Carta de Mestre [...] à Rainha D. Catarina sobre os desentendimentos entre o Reitor da Universidade de Coimbra e o Dr. Juan Perucho Morgovejo. Coimbra, 28.01.[1558? 1564?]. 2 f.
- 397 – Carta de D. Beatriz a D. João III agradecendo-lhe uma mercê. S.l., [d.1525]. 2 f.
- 398 – Carta de Luís Álvares de Távora a D. João III informando-o da morte de António Teixeira de um “tumor” na cabeça, que se preparava para servir o Rei, no qual serviço tinha feito grande despesa, propondo que um seu filho ocupasse uma das comendas que tinham vagado no termo de Vila Real. Lordelo, 07.05.[d. 1521]. 2 f.
- 399 – Carta de Rui Figueira a D. Manuel I sobre a doença da Excelente Senhora, sua tia, D. Joana, recomendando-lhe se lembrasse do despacho de uns apontamentos seus que estavam na posse do Secretário António Carneiro, pedindo-lhe desse licença a Pedro de Lemos para sair de Pontével a melhorar de ares. Pontével, 03.08.[a. 1521]. 1 f.
- 400 – Carta de Francisco Figueira a D. João III referindo que quando a câmara se fazia fora da cidade de Lisboa levavam os juízes do crime e cível 12.000 reais como se lhes pagara no ano de 1523 e que agora se fizera também fora seis meses no ano anterior, e pretendiam levar o mesmo, e que ao corregedor davam 4.000 reais porque tinha obrigação de correr a cidade de noite, e que estes ordenados se davam no tempo de D. Manuel I. [Lisboa, d. 1525]. 1 f.
- 401 – Carta de D. Guiomar de Melo, camareira-mor da imperatriz D. Isabel, a D. João III dando-lhe os parabéns pelo nascimento do Príncipe D. Afonso. Santilhana [?], 01.03.[1526]. 2 f.

- 402 – Carta do Bispo do Algarve ao Rei de Portugal informando-o de que não lhe seria possível ir à Corte com a brevidade que lhe recomendara na carta que lhe escrevera por não ter ainda terminado a visitação do Algarve. Estômbar, 19.05.[15--]. 1 f.
- 403 – Carta enviada pelo concelho e homens-bons de Sines a D. Manuel I sobre a confirmação de seus privilégios e foral, contendo ainda os apontamentos dos agravos que os mareantes recebiam. [Sines, d.22. 11.1497]. 3f.
- 404 – Carta de Frei Baltasar a D. João III pedindo-lhe mandasse reformar o Convento de Espírito Santo do Cartaxo e o não desamparasse. Convento de Espírito Santo do Cartaxo, [1521-1557]. 1 f.
- 405 – Minuta de carta dos Governadores do Reino a D. Filipe I sobre as confirmações de privilégios. S.l., [d.1593?]. 1 f.
- 406 – Carta enviada pela vila de Viana do Castelo a D. Manuel I com os três capítulos de se agravava nas Cortes de Lisboa de 1498. [Caminha, inf. 1498]. 1 f.
- Publicação:** *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002, p. 553.
- 407 – Carta de D. João Coutinho, conde do Redondo, capitão e governador de Arzila, a D. João III, sobre a Igreja da Golegã. 14.06.[1523-1538]. 2 f.
- 408 – Carta de Estêvão Vaz a D. Manuel I [?] informando-o de que os 5.000 cruzados que haveriam de ir a Nuno Ribeiro tinham partido havia quatro dias e os 8.000 cruzados para as pagas dos lugares de África se lavravam, tendo as barras sido entregues na Casa da Moeda. [Lisboa], 05.08.[a. 1521?]. 1 f.
- 409 – Carta de Francisco Gil a D. João III na qual lhe dava as razões que havia para se desfazer o contrato das especiarias porque com ele ficava o Reino sem ouro e prata, e apenas com cobre, impossibilitado para qualquer guerra ou outra necessidade, como também de trigo de fora e outros mantimentos e mercadorias, sendo conveniente lavar-se moeda alta como declarava a Crónica de Castela, na qual se via que a moeda baixa fora causa de pôr o Reino em grande necessidade. S.l., [d.1527?]. 2 f.
- 410 – Carta de D. João de Meneses, Governador de Tânger, a D. João III informando-o da chegada de dois cavaleiros que tinham ido às aldeias comprar bois e que o alcaide de Tetuão com a ajuda de alguns cavaleiros lançara fora dela Sida el-Horra, mulher do Rei de Fez, tendo-lhe tomado os mouros tudo o que tinha. Tânger, 24.10.[1539-1546]. 2 f.
- 411 – Carta da Condessa da Feira, D. Isabel de Meneses (?), à Rainha D. Catarina pedindo-lhe que seu filho D. Diogo Pereira a pudesse substituir

como testamentária do falecido conde, D. Manuel Pereira, em virtude de sua doença. S.l., [d. 1552?]. 1 f.

Publicação: PASSOS, Estela Ângela Leite de Barros Vilela, *A acção dos Pereiras nos Descobrimentos portugueses no século XVI*, Braga, 2006, p. 88.

- 412 – Minuta de carta dos Governadores do Reino a D. Filipe, Rei de Portugal, avisando-o de como D. Fernão Martins Mascarenhas ia falar-lhe a respeito da sua pretensão e a que a ele e a Martim Gonçalves da Câmara, seu tio, deveria o Rei fazer mercê em mandar tomar uma resolução sobre ela. [Lisboa, a. 1628]. 1 f.
- 413 – Minuta de carta dos Governadores do Reino a D. Filipe, Rei de Portugal, informando-o ser certo sair uma armada de Inglaterra no primeiro dia de Maio o que causava grande apreensão na cidade de Lisboa. [Lisboa, d. 1582]. 1 f.
- 414 – Minuta de carta dos Governadores do Reino a D. Filipe, Rei de Portugal, sobre o requerimento feito por D. Joana de Gusmão, mulher de D. Fernando de Faro, para haver efeito a mercê que lhe prometera do dote para o casamento de D. Maria de Gusmão, sua filha, com D. Manuel Coutinho. [Lisboa, 1593-1598]. 1 f.
- 415 – Carta dos oficiais da Casa da Índia a D. Manuel I respondendo à questão que o monarca lhes havia colocado acerca das razões pelas quais não tinham dado a Jorge Afonso e Gonçalo Lopes a pimenta, cravo e canela que lhes mandara entregar, bem como da dilação no cumprimento de suas ordens por meio de suas cartas e mandados. [Lisboa], 13.06.[1519?]. 6 f.
- 416 – Carta de Rui de Sande a D. Manuel I dando-lhe notícias dos Reis Católicos de Castela e do futuro casamento de D. Manuel I com a filha daqueles, D. Maria. Granada, 11.09.[1500]. 6 f.
- 417 – Carta de Luís Álvares Cabral a D. João III pedindo-lhe que envie lentes para a Universidade de Coimbra. Coimbra, 07.08.[1554?]. 2 f.
- 418 – Carta de Tristão da Cunha a D. Manuel I sobre seu filho Nuno da Cunha. S.l., [c. 1536]. 2 f.

Publicação: COSTA, Melba Maria Olívia Ferreira Lopes da, *Nuno da Cunha, Governador da Índia (1528-1538)*, Lisboa, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 1997, tese de mestrado, p. 180.

- 419 – Carta de D. Pedro de Noronha a D. João III aconselhando-o a tomar Tetuão aos mouros, o que poderia bem fazer com 4.000 homens, e que quando necessitasse de socorro se podia valer da armada de Castela, em que havia 8.000 homens, e tomada Tetuão lhe ficava mais fácil a conquista de Fez. S.l., [c. 1532]. 2 f.
- 420 – Carta de D. João Coutinho a D. Manuel I sobre a necessidade de dinheiro de que padecia Arzila. Arzila, 29.10.[1512?]. 2 f.

Publicação: MOSTAFA, Fayad El, *A região de Arzila na época da expansão portuguesa*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Volume II, 1992, dissertação de mestrado, p. 660.

- 421 – Carta de Gonçalo Mendes Sacoto a D. João III sobre o resgate de certos mouros. Azamor, 13.11.[1522]. 2 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Première Partie, Mai 1516-Décembre 1526, Paris, Paul Geuthner, 1939, p. 300.

- 422 – Carta de D. João de Meneses a D. Manuel I sobre as propostas de paz apresentadas pelos mouros da Enxovia. Azamor, 18.02.[1514]. 2 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome I, Juillet 1486-Avril 1516, Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 486.

- 423 – Carta de D. João Subtil, bispo de Safim, ao Rei de Portugal, sobre as demandas que trazia contra os que eram devedores do Hospital. Hospital de [...], 29.11.[d.1512]. 2 f.

- 424 – Minuta da carta de D. Manuel I ao Papa enviada a D. Miguel da Silva, embaixador em Roma, sobre a aliança a ser concluída entre o Papa e o Imperador Maximiliano. [Lisboa, 1514-1519]. 2 f.

- 425 – Carta de Simão Gonçalves da Costa a D. João III pedindo-lhe mandasse castigar um genovês por o difamar em dizer que tinha tido parte em vender certas mercadorias a Abraão ben Zamirou. Santa Cruz de Cabo de Gué, 16.05.[1530-1532]. 2 f.

- 426 – Carta da Condessa D. Isabel à Rainha de Portugal pedindo-lhe que a amparasse após a morte do conde, seu marido. Évora, 24.10.[15--] 2 f.

- 427 – Carta do Conde D. Pedro a D. Manuel I dizendo-lhe não querer demanda com Álvaro de Sousa, seu parente, sobre o ofício de pagem da lança, que o Rei concedera a seu filho por duas ocasiões, uma vindo de Santiago de Compostela e outra em Coimbra. Coimbra, 09.05. [d.1507]. 1 f.

- 428 – Carta de André Teles ao secretário Pero de Alcáçova Carneiro sobre a notícia do casamento da Infante com o Imperador. Madrid, 10.11. [1548?].

- 429 – Carta da Princesa D. Joana à Rainha D. Catarina sobre o que lhe escrevera com D. Gil Eanes da Costa a propósito de colocar Rui Teles na casa que pusesse a D. Sebastião. S.l., 01.03.[1563-1567]. 2 f.

- 430 – Minuta de carta de D. João III a Moulay Mes 'Oud relativa às negociações de paz. S.l., [d.26.09.1527]. 1 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Seconde Partie, Janvier 1527-Décembre 1534, Paris, Paul Geuthner, 1946, p. 416.

- 431 – Minuta de carta de D. Manuel I a D. João de Meneses, congratulando-o pela vitória que ele, juntamente com Fernão Caldeira e Nuno Fernandes de Ataíde, infligira sobre os alcaides do Rei de Fez. [Lisboa, a. 1514]. 1 f.
- 432 – Carta de Gaspar Tibau a Rui de Carvalho dando-lhe conta das mercadorias que chegaram da Índia e dos outros assuntos da administração da sua casa. S.l., 13.09.[15--]. 2 f.
- 433 – Carta de João Fernandes ao Secretário sobre a entrega de livros nos Contos. [Lisboa], 24.01.[a. 1557]. 2 f.
- 434 – Carta de Pero Lourenço ao secretário António Carneiro sobre as obras na sua câmara e capela. Lisboa, 10.01.[a. 1545]. 2 f.
- 435 – Carta de João Mendes a Diogo de Sampaio prestando contas do dinheiro que lhe havia sido confiado. S.l., 14.10.[15--]. 2 f.
- 436 – Carta de D. Nuno Mascarenhas a D. Manuel I sobre os eventos decorridos em Safim depois da partida de Yahya Ou Ta'fouft com todos os alarves contra Azamor. [Safim], 14.03.[1517]. 5 f.
- 437 – Carta de D. Nuno Mascarenhas a D. Manuel I sobre a amizade estabelecida com Yahya Ou Ta'fouft e a sua vinda à cidade. [Safim], 10.01.[1517]. 5 f.
- 438 – Carta de D. Fadrique, bispo de Sigüenza, a D. Manuel I dando-lhe as condolências pela morte da Rainha D. Maria de Aragão, sua mulher. Madrid, 04.04.[1517]. 1 f.
- 439 – Carta de Simão Gonçalves da Costa a D. João III sobre Santa Cruz de Cabo de Gué. Santa Cruz de Cabo de Gué, 15.09.[1529]. 2 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. Seconde Partie, Janvier 1527-Décembre 1534, Paris, Paul Geuthner, 1946, p. 483.

- 440 – Minutas de cartas de D. Manuel I a João Lopes de Alvim nomeando-o feitor de Safim e dando-lhe o regimento das obras na cidade com recomendações de Diogo de Azambuja. [Lisboa], [12. 1507], 4f.
- 441 – Apontamentos sobre a paz a negociar com Moulay Xequé, contendo os votos de D. Álvaro de Bragança, D. Francisco de Almeida, D. João Manuel, D. Rodrigo de Castro, D. João de Sousa, D. Martinho de Castelo Branco, D. Pedro da Silva, D. Diogo da Silva, D. João de Meneses e do Capitão. S.l., [a. 1499?] 2 f.

- 442 – Carta de Lud, mouro, a D. Manuel I com as propostas apresentadas pelos mouros da Enxovia. S.l., [c. 05.12.1513]. 1 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome I, *Juillet 1486-Avril 1516*, Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 457.

- 443 – Caderno do pagamento da gente que veio na nau francesa capitaneada por Francisco Eanes Gago que fora entregue nos lugares de Além a Pero Botelho por mandado de D. João III [?] e que vieram até ao porto de Lisboa. [Lisboa, d. 1521?]. 4 f.

- 444 – Carta de Duarte Fernandes, mourisco, ao Rei de Portugal, pedindo-lhe licença para passar a África e combater pelo Rei, como o fizera em Arzila. S.l., [15--]. 1 f.

- 445 – Carta a D. João III em favor do padre Frei Francisco de Oleiva que ia à Corte pedir uma mercê para uma irmã que tinha muito pobre na cidade de Tânger. Tânger, 08.07.[d. 1522-]. 2 f.

- 446 – Carta de D. Álvaro de Noronha a D. Manuel I acerca da ordem régia de mandar reunir três mil homens, expondo outros meios de rentabilizar os recursos humanos e financeiros do Reino. [Azamor?], [d. 05].04. [1519?] 2 f.

- 447 – Carta de Antón Gomez a Moulay Ahmed ben Bou Hassoun dando-lhe notícias de sua mãe. Fez, [1531]. 1 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. *Seconde Partie, Janvier 1527-Décembre 1534*, Paris, Paul Geuthner, 1946, p. 549.

- 448 – Carta de Rabi Abraão Rute a António Carneiro, secretário de D. Manuel I, dando-lhe conta do que se vinha a passar em Safim. Safim, 26.07.[1512?]. 2 f.

Publicação: TAVIM, José, *Os Judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos durante o Século XVI*, Braga, Edições APPACDM Distrital de Braga, 1997, p. 533

- 449 – Carta de D. Nuno Mascarenhas a D. Manuel I sobre os receios quanto à vinda do rei de Fez S.l., [d. 15.11.1516]. 2 f.

Publicação: CENIVAL, Pierre de *et al.*, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome II. *Première Partie, Mai 1516-Décembre 1526*, Paris, Paul Geuthner, 1939, p. 45.

- 450 – Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel I recomendando os serviços de Afonso Martins. Safim, 020.03.[a. 1516]. 2 f.

- 451 – Minuta de carta de D. Manuel I a Fernão Gonçalves Cogominho sobre a arrecadação das rendas do bispado de Évora. S.l. [a. 1521]. 2 f.
- 452 – Caderno com acusações do feitor João Nunes acerca das ilegalidades cometidas por Afonso de Albueurque em Moçambique e na Índia. S.l., [c. 1504]. 6f.
- 453 – Carta de Francisco Eanes a Pero de Alcáçova Carneiro sobre o exorbitante preço do tijolo pedido por Tomé Rei para ladrilhar as câmaras. S.l. [15--]. 2 f.

ÍNDICE ANALÍTICO

- A[...] (Joana da), cf. Joana da A[...].
 [...] Andrade – **332:1**.
 [...]ara (Jerónima de), cf. Jerónima de [...]
 ara.
 [...] Furtado, 1542 – **388:2**.
 [...] Gomes, Azamor, 1540 – **88:3**.
 [...] Gonçalves, Azamor, 1540 – **88:3**.
 [...]loso de Aguiar – **416:6**.
 [...] Machado – **417:1v**.
 [...] Morales – **308:1**.
 [...] Pestana, oficial da Casa da Índia – **415:1-5**.
 abades, abadessas, abadias – **117:1-2; 118:1-2; 126:2v; 130:1-2; 142:1; 159:1; 161:1; 162:1; 172:1; 175:1,1v; 181:1; 191:1, 1v; 213:1; 215:1; 236:1; 237:1; 247:1; 258:1, 1v; 270:1; 275:1v; 278:1, 1v; 279:1, 1v; 297:1; 371:1; 374:1v**.
 Abd el 'Aziz ben Belkasem (Adalazis bem Bollcaçem), 1513 – **320:1v**.
 Abd el-Djelil (Bedegerill; Abedejarill), Safim, 1512 – **317:2v, 4v**.
 Abda (Abeda, Abida) – **25:1v; 37:2; 40:1v; 41:1; 44:1; 60:1v; 69:1-2; 105:2; 310:1; 317:3, 3v, 4v, 6v; 320:1-2; 322:1, 1v; 344; 448:1v**.
 Abda, alcaides – **11:1**.
 Abda, xeques – **22:1v**.
 'Abd Allah ben Sa'id (Abidala), alcaide, 1540 – **346:1-2**.
 'Abd el-Moula ben Ghanem (Abdel Mula Ben Ganem) – **31:1**.
 'Abd er-Rahman (Andarramao), Safim – **440:1v, 2**.
 abóbodas – **235:1**.
 Abou 'Abd Allah Mohammed el-Hadjdadj (Abdalla bem Mehamede bem Ajes), 1512 – **317:8v**.
 Abou Zakaria Ben Mohammed ben Ta'fouft, alcaide, 1512 – **317:7v**.
 Abou Zakaria Yahya Ben Mohammed (Abi Zequarja Yhya bem Mamed), 1512 – **317:8v**.
 Abraão ben Zamirou (Abrham bemzemeRo, Benzamero, BemzemRo), judeu, rabi, Azamor, 1510-1529 – **19:1; 62:2; 64:3; 425:1, 1v; 439:1, 1v**; cf. ben Zamirou.
 Abraão de Maguiol (Abraem da Magaull), 1517 – **41:1v**.
 Abraão Rute, rabi, Safim, 1511-1512 – **19:1, 1v; 40:1v, 5-6v; 41:1v; 69:1-2v; 317:10; 323:2-2v; 430:1; 448:1-2v**.
 Abralde (João), cf. João Abralde.
 Abrantes – **169:1v**.
 Abrantes (Estêvão Vaz de), cf. Estêvão Vaz de Abrantes.
 Abreu (Afonso Gomes de), cf. Afonso Gomes de Abreu.
 Abreu (António de), cf. António de Abreu.
 Abreu (Beatriz de), cf. Beatriz de Abreu.
 Abreu (Cristóvão de), cf. Cristóvão de Abreu.
 Abreu (Gomes de), cf. Gomes de Abreu.
 Abreu (Leonor de), cf. Leonor de Abreu.
 Abreu (Rui de), cf. Rui de Abreu.
 achádego – **436:3v**.
 aço – **99:2**.

- Açores*, ilhas – **255:1**; **377:1**; cf. Ilha de São Miguel.
- açoutes – **108:1v**; **189:2**.
- açúcar – **7:1**; **59:2v**; **117:1**, 1v; **131:1**; **251:2**.
- adagas – **171:1v**.
- adail – **7:2**; **17:1**; **36:1v**; **49:1**; **62:1v**; **63:1v**; **69:1v**; **92:2**, 2v; **339:1**.
- adail-mor – **309:1**, 1v, 3-4; **322:1v**; **337:1**; **351:1**.
- adargas – **355:2**, **452:6**.
- adiafas, oferendas – **317:3**, 5v; **363:1**.
- administradores – **219:1**.
- adoba – **54:2**.
- aduares – **35:1**; **36:1**; **37:2**; **43:1**; **59:2**; **73:1v**; **74:1v**, 2; **108:1v**; **301:1**; **310:2**; **317:2v**, 3v, 7, 7v; **322:1**, 1v; **355:1v**, 2.
- adultério – **119:1**; **189:1-2v**; **317:9v**.
- Afonso (D.) – **9:1v**; **315:1**.
- Afonso (D.), cardeal, irmão de D. João III – **152:1-2**[?]; **290:1**; **346:1**; **382:2**, 2v [?].
- Afonso (D.), filho de D. João III – **401:1-1v**.
- Afonso (D.), irmão de D. Pedro e da condessa D. Isabel – **226:1**; **426:1**.
- Afonso (D.), marido de D. Violante – **287:4**.
- Afonso (D.), príncipe, filho de D. João II – **308:1-2**.
- Afonso V (D.), rei de Portugal – **177:2**; **331:1v**.
- Afonso (Álvaro), cf. Álvaro Afonso.
- Afonso (Brás), cf. Brás Afonso.
- Afonso (Diogo), cf. Diogo Afonso.
- Afonso (Estêvão), cf. Estêvão Afonso.
- Afonso (Filipe), cf. Filipe Afonso.
- Afonso (Frei) – **185:1**, 1v.
- Afonso (Frei), religioso da Ordem de São Francisco – **131:1**, 1v.
- Afonso (Inácio), cf. Inácio Afonso.
- Afonso (Jerónimo), cf. Jerónimo Afonso.
- Afonso (Jorge), cf. Jorge Afonso.
- Afonso (Luís), cf. Luís Afonso.
- Afonso (Martim), cf. Martim Afonso.
- Afonso de Aguiar (Pedro), cf. Pedro Afonso de Aguiar.
- Afonso de Aguiar (Pero), cf. Pero Afonso de Aguiar.
- Afonso de Albuquerque, capitão-mor, 1503 – **452:1-6v**.
- Afonso de Ataíde (D.) – **371:1**.
- Afonso Barbosa – **406:1v**.
- Afonso Borracho, castelhano, Safim – **334:1**.
- Afonso de Brito – **376:1**.
- Afonso Caldeira, cavaleiro, fidalgo da Casa Real – **366:1**.
- Afonso de Ceuta, ginete – **443:2**.
- Afonso da Costa, Azamor, 1540 – **88:1v**.
- Afonso Dias, Azamor, 1540 – **88:2**.
- Afonso Eanes – **199:1**.
- Afonso Esteves, prior, crasteiro do mosteiro de São João de Longavares de Cónegos Regrantes da Ordem de Santo Agostinho – **261:1**.
- Afonso Fernandes, Azamor, 1540 – **88:3**.
- Afonso Gomes, Sines – **403:2v**.
- Afonso Gomes de Abreu – **264:1v-2v**, 4.
- Afonso Gonçalves, piloto, 1503 – **452:4**.
- Afonso Gonçalves, Safim, 1520 – **59:2**.
- Afonso Lopes, Azamor, 1540 – **88:1v**.
- Afonso Lopes da Costa, 1515 – **8:1**; **38:1**.
- Afonso Marques, cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **350:1v**.
- Afonso Martins, Safim, 1511 – **60:1**, 1v.
- Afonso Martins de Medelos, Azamor, 1540 – **88:2**.
- Afonso de Matos, Ponta Delgada – **188:4**.
- Afonso Mendes de Oliveira, Olivença – **285:1-3**.
- Afonso Mexia – **348:2v**.
- Afonso Mourão – **246:1**.
- Afonso de Noronha (D.), capitão e governador de Ceuta e vice-rei da Índia, 1540-1547 – **15:1**; **30:1**, 1v; **75:1**, 1v, 2v, 4; **109:1**; **136:1**; **349:1**, 1v; **354:1**.
- Afonso de Noronha (D.), filho de D. Sancho de Noronha, conde de Odemira, 1514 – **422:1v**.
- Afonso Peixoto (Pero), cf. Pero Afonso Peixoto.
- Afonso de Portugal (D.), bispo de Évora – **102:2v**; **275:1-2**.
- Afonso Rodrigues, Azamor, 1540 – **88:3**.
- Afonso Rodrigues, Safim – **450:1**.
- Afonso de São Vicente, Azamor, 1540 – **88:3**.
- Afonso de Sousa (Martim), cf. Martim Afonso de Sousa.

- Afonso de Sousa Chichorro (Martim), cf. Martim Afonso de Sousa Chichorro.
- Afonso de Torres, Cabo Verde, c. 153- – **220:1-1v**.
- Afonso Vaz de Caminha, Azamor, 1517 – **36:1v; 115:1**.
- aforamentos – **382:1v**.
- África – **214:1; 264:1; 266:1; 268:1; 377:1**.
- África, Nossa Senhora de, santuário – **354:1**.
- Afuto, Rei de – **348:1**.
- agravos – **127:1; 133:1; 190:1; 216:1v; 250:1v; 392:1, 1v**.
- agressões – **3:1**.
- água – **40:7; 64:1v; 71:2v; 75:3v; 89:1; 182:1; 260:1, 1v; 306:5; 307:1; 348:1v; 404:1; 452:1**.
- Aguiar (*Barcelos*) – **406:1**.
- Aguiar (Ana de), cf. Ana de Aguiar.
- Aguiar (Domingos de), cf. Domingos de Aguiar.
- Aguiar (Estêvão de), cf. Estêvão de Aguiar.
- Aguiar (Fernão de), cf. Fernão de Aguiar.
- Aguiar (Francisco de), cf. Francisco de Aguiar.
- Aguiar (Pedro de), cf. Pedro de Aguiar.
- Aguiar (Pedro Afonso de), cf. Pedro Afonso de Aguiar.
- Aguiar (Pero Afonso de), cf. Pero Afonso de Aguiar.
- Aguiar (Pero de), cf. Pero de Aguiar.
- Aguiar Gorizo (Estêvão de), cf. Estêvão de Aguiar Gorizo.
- Aguilar ([...]loso de), cf. [...]loso de Aguilar.
- Aguz (*Aguz*) – **25:1; 42:2; 69:1; 81:1**.
- Aguz (hoje *Souira el-Kdima*), castelo – **55:1; 351:1v**.
- Aguz, ribeira – **344**.
- Aheno, Rei de Afuto – **348:1**.
- Ahmed Anbran [?] (*Hamet Anbran*), 1512 – **317:8**.
- Ahmed Azdour (*Azdour*), notável dos Beni Mager – **320:1-2v**.
- Ahmed Boygylel [?] (*Hamet Boygylel*), escrivão de Cide Ale Baraxa, 1501 – **10:1**.
- Ahmed el-Attar (*Latar*), alcaide, 1529-1530 – **7:1-2; 64:1v; 86:1**.
- Ahmed el-Arej (*Areyalava*), rei de Fez – **100:1**.
- Ahmed el-Hadjdj (*Hamede Alhache*), morador em Almedina, 1513 – **72:1, 1v**.
- Ahmed el-Hassan (*Cide Amete Açem*), alcaide de Tetuão, 1546 – **354:1v**.
- Aio (Rodrigo do), cf. Rodrigo do Aio.
- aio – **63:2; 145:1**.
- Aires (Fernando), cf. Fernando Aires.
- Aires (Leonor), cf. Leonor Aires.
- Aires de Almada – **406:1v**.
- Aires de Almeida (Fernando), cf. Fernando Aires de Almeida.
- Aires de Miranda, Safim – **437:5v**.
- Aires Pires Cabral, corregedor na ilha de Santa Maria (Açores) – **188:2v**.
- Aires da Silva, regedor da Casa da Suplicação, 1514 – **80:1v**.
- Aires Teles, Azamor, 1514 – **114:1v**.
- alabardeiros – **36:1v**.
- alambéis, pano – **24:2v; 39:2; 105:1**.
- alaguecas, pedraria – **39:1v, 2**.
- Alarcão (João de), cf. João de Alarcão.
- Alarcão (Lopo de), cf. Lopo de Alarcão.
- Alarcão (Luís de), cf. Luís de Alarcão.
- alardos – **76:1v; 302:1v; 346:1v; 349:1**.
- alarves – **25:1v, 2, 3; 28:2v; 37:2; 40:1, 2v, 3v-4v, 6; 41:1-2; 43:1, 2; 44:1-2; 45:1v; 64:1; 69:1; 74:2; 80:1; 89:1; 98:1v, 2; 101:1; 105:1, 2; 108:2; 114:2v; 301:1, 1v; 310:1-2; 314:1v; 317:1, 3, 7-8; 322:1, 2; 330:1; 335:1v; 339:1; 355:1; 361:1; 436:1, 2v, 4; 437:1v; 440:2; 448:1v, 2; 449:1, 1v**.
- Alba (Juán de), cf. Juán de Alba.
- Alba, duque de – **388:2; 419:2v**.
- albacar, porta da fortaleza – **345:1v**.
- albarda – **250:1**.
- Albergaria (Lopo Soares de), cf. Lopo Soares de Albergaria.
- albergarias – **382:2**.
- albornoz – **62:1; 222:1**.
- Albuquerque (Afonso de), cf. Afonso de Albuquerque.
- Albuquerque (Catarina de), cf. Catarina de Albuquerque.
- Albuquerque (Francisco de), cf. Francisco de Albuquerque.
- Albuquerque (Pero de), cf. Pero de Albuquerque.

- Alcácer Ceguer* – **4:1v**, **2v**; **10:1**; **14:1v**; **48:1**; **53:1-2**; **71:2**; **75:2**, **3**, **4**; **92:2**, **2v**; **99:1v**; **103:1-2**; **133:1v**; **306:2**; **327:1**; **331:1v**; **338:1**, **1v**; **341:1-2**; **361:1**; **365:1**.
- Alcácer Ceguer*, capitães – **47:1**; **75:1v**.
- Alcácer Ceguer*, cavaleiros – **350:1**, **1v**.
- Alcácer Ceguer*, moradores – **350:1**, **1v**.
- Alcácer Ceguer*, portas – **23:1v**.
- Alcácer do Sal* – **34:1**; **244:1v**; **403:2**, **2v**.
- Alcácer Quibir* – **75:2**, **3v**; **100:1**; **419:2**, **2v**.
- Alcáçova (Beatriz de), cf. Beatriz de Alcáçova.
- Alcáçova (Fernão de), cf. Fernão de Alcáçova.
- Alcáçova Carneiro (Pero de), cf. Pero de Alcáçova Carneiro.
- Alcáçova de Santarém, Santa Maria da – **287:4**.
- alcáçovas – **24:1v**; **28:2**; **114:4**, **4v**; **437:2**.
- Alcáçovas* – **272:1**.
- alcaldarias – **268:1v**.
- alcaldes – **11:1-2v**; **23:2v-4**; **25:2v**, **3v**; **27:1**, **1v**; **31:1**; **35:1**; **46:1**; **49:1v**, **2**; **62:1v**; **64:1v**; **72:1v**; **75:2**; **80:1**; **86:1**; **91:1**; **94:1**; **103:1**; **126:1v**; **156:2**, **2v**; **169:1-2**; **242:1**; **249:1**; **267:2**; **301:1**; **302:1v**; **317:3v**, **4**, **5**, **7v**, **8**, **9v**; **325:1v**; **328:1**, **1v**; **339:1**; **346:1-2**; **354:1v**; **362:1**; **363:1**, **2**, **2v**; **366:1**; **410:1**; **419:1v**; **431:1**.
- alcaldes do mar – **94:1v**.
- Alcaldes, batalha dos – **216:1**.
- alcaldes-mores – **135:1**; **138:1**; **221:1v**; **284:1**, **1v**; **322:1v**; **344**; **403:1**, **2**.
- Alcântara, Ordem de – **154:1**.
- alcaparras – **448:1**.
- alcatifas – **320:2**; **432:1v**.
- Alcobaça* – **240:1-2**; **275:2**; **292:2**.
- Alcobaça*, castelo – **240:2**.
- Alcobaça*, Coutos de – **292:2**.
- Alcocer (Pero de), cf. Pero de Alcocer.
- Alcochete* – **227:2**.
- Alcoforado (Duarte Rodrigues), cf. Duarte Rodrigues Alcoforado.
- alcola, unidade de medida – **317:3v**, **5v**, **7**.
- Alconchel*, torre – **169:1v**.
- Alcoutim* – **402:1**.
- aleijados – **375:1**.
- Aleixos Afonso [...], Azamor, 1540 – **88:2v**.
- Aleixos Dias, Azamor, 1540 – **88:2v**.
- Além*, lugares de – **271:1**; **443:1-4**.
- alemães, *Alemanha* – **256:1**; **443:1v**.
- Alenquer* – **140:1v**; **216:1**; **380:1**.
- Alenquer*, almoxarifado – **168:1**, **1v**.
- Alenquer*, conventos – **117:1-2**.
- Alenquer*, mosteiro de Nossa Senhora da Conceição – **161:1**; **229:1**.
- Alentejo* – **179:1v**; **379:2**.
- Alexandre, o Grande – **53:1v**.
- Alfagar* – **49:1**.
- alfaiates – **114:3**.
- alfândegas – **24:2**, **2v**; **55:1v**, **2**; **64:3**; **105:1v**; **114:3v**; **173:1**; **214:1**; **224:1**; **235:1**; **246:1v**; **259:1**; **393:1**; **403:2v**; **406:1**, **1v**; **434:1v**, **2**; **435:1v**; **436:4**.
- alfaqueques – **10:1**; **17:1**; **23:3**; **91:1v**.
- alfeices – **302:1v**.
- alferes – **140:1**; **277:1v**.
- Alfonso de Morales, tesoureiro dos Reis Católicos, 1500 – **416:1**.
- alforges – **71:2**; **306:6v**.
- alforma, elemento sagrado – **317:9**, **10v**; **363:2**.
- Algarve* – **60:2**; **80:1**; **346:1v**; **365:1**, **1v**; **372:1**; **444:1**.
- Algarve*, bispos – **347:1v**; **402:1**.
- Algarve*, corregedores – **4:2v**.
- Algarve*, governadores – **134:1**.
- Algarve*, vedores da fazenda – **20:1**.
- algaze – **69:1**.
- algodão – **403:2v**.
- algozes – **452:1v**.
- alguazis – **27:1v**.
- Alhadas*, couto – **382:1-2v**.
- alhela, arraial – **40:2v**, **3v**, **4v**, **5**; **74:1v**; **98:1-2**; **114:2v**.
- ‘Ali Abedi [?] (*Alle Abedi*), Safim, 1512 – **317:6**.
- ‘Ali ben Amacor (*Ale Benamacor*), 1514 – **89:1**.
- ‘Ali ben Azaque [?] (*Alle Benazaque*), Safim, 1512 – **317:6**.
- ‘Ali ben Belkasem (*Allibellquaci*), 1512 – **317:8**.
- ‘Ali ben Moumen (*Alle ben Mumen*; *Ali Bem Mume*), 1517 – **17:1v**; **355:1**.
- ‘Ali ben Ouachman (*Ale Ximam*; *Alle vxaman*; *Alexymaão*), Azamor, 1514 – **80:1**; **422:1**; **440:1-2**.

- ‘Ali ben Sa’id (Cide Ale), xequ e pregador, Azamor, 1514 – **80:1**.
- ‘Ali ber-Rached (Ale Baraxe, Baraxe, Cide Ale Baraxa, Cyde Ale Baraxat), 1501 – **10:1; 91:1; 362:1; 366:1**.
- ‘Ali Moumen (Ale Mune, Ale Numero), Azamor, 1522 – **363:1-2v; 421:1v**.
- aljamia – **436:2; 449:2v**.
- aljaravia, peça de roupa – **39:2**.
- aljaziras – **349:1v**.
- aljôfar – **39:2**.
- Aljube de Évora – **156:2, 2v**.
- Allacade [?] – **440:1**.
- Allmaymony [?], alcaide – **346:2**.
- Almada (Aires de), cf. Aires de Almada.
- Almada (Fernão Martins de), cf. Fernão Martins de Almada.
- almadias – **102:5**.
- Almarza* (Almarça, Almerça) – **75:1v; 341:1**.
- Almedina* – **59:2; 69:2; 72:1, 1v; 80:1; 82:1v; 89:1; 105:2, 2v; 114:4; 301:1, 1v; 317:2v, 3, 5v, 6, 7, 7v, 10; 322:2; 330:1v, 2; 364:1v; 422:1v; 448:1v**.
- Almeida (Cid de), cf. Cid de Almeida.
- Almeida (Cristóvão de), cf. Cristóvão de Almeida.
- Almeida (Fernando Aires de), cf. Fernando Aires de Almeida.
- Almeida (Fernando Álvares de), cf. Fernando Álvares de Almeida.
- Almeida (Francisco de), cf. Francisco de Almeida.
- Almeida (Garcia de), cf. Garcia de Almeida.
- Almeida (Gonçalo Ribeiro de), cf. Gonçalo Ribeiro de Almeida.
- Almeida (João de), cf. João de Almeida.
- Almeida (Jorge de), cf. Jorge de Almeida.
- Almeida (Luís de), cf. Luís de Almeida.
- Almeida (Manuel de), cf. Manuel de Almeida.
- Almeida (Miguel de), cf. Miguel de Almeida.
- Almeida (Pedro de), cf. Pedro de Almeida.
- Almeirim* – **125:1; 128:1; 166:1; 169:1v; 197:1; 280:1; 379:2v; 433:1v**.
- almerique – **75:2v**.
- almirantes – **216:1v; 276:1; 289:1, 1v; 452:1**.
- almocadão – **66:1v; 92:2; 325:1; 437:1-2, 4**.
- almofarizes – **99:1, 2**.
- almogavarias, correrias – **17:1, 1v; 40:1v; 62:1**.
- Almofter* – **203:1**.
- Almofter*, mosteiro de Santa Maria de – **236:1**.
- almotaçaria – **188:3; 277:1v**.
- almotacés – **188:3, 3v; 285:2**.
- almoxarifados – **227:2**.
- almoxarifés – **9:1v; 12:1; 36:1v; 55:1v, 2; 83:1, 1v; 113:1v; 127:1; 168:1, 1v; 179:1-2; 356:1; 359:2; 369:1; 375:1v; 377:1; 409:1v, 420:2; 423:1v; 434:2**.
- Alonso (Rodrigo), cf. Rodrigo Alonso.
- Alonso de Marchena, ginete – **443:2v**.
- Alonso de Monroy (D.), mestre da Ordem de Alcântara – **154:1**.
- Alonso de Zamora, ginete – **443:2v**.
- alpendres – **194:1v; 250:1**.
- Alpoim (João Martins de), cf. João Martins de Alpoim.
- alqueires – **24:1; 37:2; 42:1v; 71:2; 278:1v; 313:1; 363:2v; 364:1v; 384:1**.
- alqueires da medida grande – **42:2**.
- alqueve – **277:1v**.
- alquices, capa – **5:1; 39:2; 40:5; 45:1; 299:2v; 317:3v, 7**.
- altares – **42:2; 118:1v**.
- alugueres – **137:1; 212:1**.
- Alvarado, comendador castelhano, Toro, 1476 – **216:1v**.
- alvarás – **3:1v; 33:1; 48:1; 55:2; 59:1, 1v; 90:1; 116:1, 1v; 119:1; 121:1v; 126:1; 131:1; 156:1, 1v; 164:1; 182:1; 189:2; 192:1; 194:2; 224:1v; 231:1; 232:1v; 235:1; 244:1; 277:1, 1v; 279:1v; 284:1v; 285:1-2; 287:1, 1v, 3v; 309:1v, 2, 3; 313:1, 1v; 326:1; 371:1; 374:1v; 382:1v; 400:1; 403:2v; 425:1; 440:1; 444:1**.
- Álvares (António), cf. António Álvares.
- Álvares (Baltasar), cf. Baltasar Álvares.
- Álvares (Fernando), cf. Fernando Álvares.
- Álvares (Fernão), cf. Fernão Álvares.
- Álvares (João), cf. João Álvares.
- Álvares (Lourenço), cf. Lourenço Álvares.
- Álvares (Manuel), cf. Manuel Álvares.
- Álvares (Pedro), cf. Pedro Álvares.
- Álvares (Sebastião), cf. Sebastião Álvares.

- Álvares (Vicente), cf. Vicente Álvares.
- Álvares de Almeida (Fernando), cf. Fernando Álvares de Almeida.
- Álvares de Azevedo (João), cf. João Álvares de Azevedo.
- Álvares Cabral (Luís), cf. Cabral Luís Álvares Cabral.
- Álvares de Carvalho (Pedro), cf. Pedro Álvares de Carvalho.
- Álvares de Carvalho (Pero), cf. Pero Álvares de Carvalho.
- Álvares de Faria (Pedro), cf. Pedro Álvares de Faria.
- Álvares Pereira (Nuno), cf. Nuno Álvares Pereira.
- Álvares Pereira [de Noronha] (Nuno), cf. Nuno Álvares Pereira [de Noronha].
- Álvares de Távora (Luís), cf. Luís Álvares de Távora.
- Álvarez de Toledo y Pimentel (Fernando), cf. Fernando Álvarez de Toledo y Pimentel.
- Álvaro (D.), condestável, filho de D. Diogo, 1500 – **416:6**.
- Álvaro (D.), filho de D. Inês – **211:1**.
- Álvaro (Frei), monge do mosteiro de São João de Tarouca – **192:1**.
- Álvaro, ginete – **443:2**.
- Álvaro Afonso, Azamor, 1540 – **88:2**.
- Álvaro Afonso, vereador de Lisboa – **379:1-2v**.
- Álvaro de Bouro, Lisboa – **434:1, 2v**.
- Álvaro de Bragança (D.), a. 1499 – **441:1**.
- Álvaro do Cadaval, almoxarife, Azamor, 1517-1519 – **17:1-2; 35:1, 1v; 36:1v; 339:1v**.
- Álvaro Caiado, Azamor, 1519 – **74:2**.
- Álvaro Cansado, Azamor, 1519-1520 – **339:1, 1v**.
- Álvaro Carvalho, 1513 – **102:2v**.
- Álvaro de Carvalho, capitão de Alcácer Ceguer, filho de Pedro Álvares de Carvalho, 1518-1546 – **47:1; 49:1-2v; 53:1; 103:1-2; 354:1**.
- Álvaro Dias – **240:1-2; 443:3**.
- Álvaro Eanes, amo de D. Luís de Noronha – **403:1**.
- Álvaro Esteves, Azamor, 1540 – **88:2**.
- Álvaro Fernandes, corregedor – **166:2**.
- Álvaro Fernandes, criado, Safim, 1511 – **19:1**.
- Álvaro Gonçalves, Arzila, 1508 – **324:1**.
- Álvaro Gonçalves, Azamor, 1540 – **88:1v, 2v**.
- Álvaro Gonçalves, cónego na Sé de Tuy – **261:1**.
- Álvaro Lobato, cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **350:1**.
- Álvaro Lobato, lente – **286:1**.
- Álvaro Martins Mendes, Azamor, 1540 – **88:2v**.
- Álvaro Mendes – **244-A:1**.
- Álvaro Mendes Cervera, 1513 – **72:1, 1v**.
- Álvaro de Noronha (D.), capitão de Azamor e Mazagão, 1515-1520 – **5:1; 38:1-2; 40:6; 45:1-2; 70:1, 1v; 74:1-2v; 108:1-2; 299:1-2v; 304:1; 306:5, 7v; 335:1-2v; 339:1, 1v; 343:1; 446:1, 1v**.
- Álvaro Pestana – **184:1**.
- Álvaro Ribeiro, fronteiro, Arzila – **302:2v**.
- Álvaro de Sousa – **427:1**.
- Álvaro Vaz, escrivão, 1503 – **452:4**.
- Álvaro Velho, sobre-rola, apontador, Arzila, 1510-1520 – **315:1**.
- Alvim (João Lopes de), cf. João Lopes de Alvim.
- Alvito* – **244:1**.
- Alvito, Barão do – **102:2v, 169:1v; 173:1; 195:1v; 222:1; 246:1, 1v; 299:2; 435:1v**.
- Amaco, xequê de *Souk el-Khemis* (*Allfemiz*) – **422:1**.
- Amaral (Belchior do), cf. Belchior do Amaral.
- Amaral (Francisco Dias do), cf. Francisco Dias do Amaral.
- Amarante, mosteiro de São Gonçalo de – **218:1, 1v; 224:1v**.
- ‘Amar Hu (*Amar Hu*), Safim, 1512 – **317:8**.
- amarras – **57:1; 114:4v; 307:2**.
- Ambrósio Pereira (D.), bispo de Lisboa – **167:1**.
- Ambruma (Vicêncio), cf. Vicêncio Ambruma.
- ameaças – **230:1; 287:3**.
- ameias – **24:1v; 285:1; 306:6v**.
- Amoreira* (Óbidos) – **127:1**.
- amos – **403:1; 452:5v**.
- Ana (D.) – **259:1; 283:1**.
- Ana de Aguiar – **213:1v**.
- Ana de Brito (D.), Madrid – **256:1, 1v**.
- Ana da Costa, Lorvão – **374:2**.

- Ana Coutinha (D.), Lorvão – **374:1**, 1v.
 Ana da Cruz – **198:1**.
 Ana de Madureira, Lorvão – **374:2**.
 Ana Monteiro, Lorvão – **374:2**.
 Ana de Naf[...], Elvas – **130:2**.
 Ana Pereira (D.), Lorvão – **374:2**.
Anafé – **8:1**; **442:1**.
 Anaia (Diogo de), cf. Diogo de Anaia.
 âncoras – **57:1**; **64:2v**; **102:2**; **306:3v**; **307:2**; **452:1**.
Andaluzia – **264:3v**; **302:2**; **419:1v**.
Andaluzia, escritvões da feitoria – **111:1**.
Andaluzia, feitores – **111:1**; **266:1**.
 andores – **318:1**.
 Andrade, cavaleiro, Azamor, 1517 – **36:1v**; **352:1**.
 Andrade ([...]), cf. [...] Andrade.
 Andrade (António Fernandes de), cf. António Fernandes de Andrade.
 Andrade (Fernão Peres de), cf. Fernão Peres de Andrade.
 Andrade (Pero de), cf. Pero de Andrade.
 André (Frei), superior do mosteiro de São João de Tarouca – **296:1**.
 André (Mestre), cf. Mestre André.
 André Caldeira, cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **350:1v**.
 André Camelo, 1530 – **341:1v**.
 André da Capela, Arzila – **302:2**.
 André Carvalho, padre – **328:1v**.
 André de Carvalho, Velez, [1558-1564] – **46:1**, 1v.
 André Feio, Cabo Verde, 153- – **220:1v**.
 André Ferreira, 1558 – **248:1**.
 André Ferreira, besteiro – **443:1**.
 André Gomes, fronteiro, Arzila – **302:2v**.
 André Henriques (D.) – **100:1**.
 André Pereira, sobrinho do conde de Borba, Arzila, 1511 – **23:2v**, 3v, 4; **94:1**.
 André Rodrigues de Beja – **122:1**, 1v.
 André Salema, 1530 – **327:1v**; **341:1**, 1v.
 André Teles, Madrid – **428:1**.
 André Vaz – **433:1-2**.
 André de Villalobos, Azamor, 1540 – **88:2v**.
 anéis – **452:5v**.
 anexações – **123:1**.
 angarilhas – **416:4**.
Angediva – **452:5v**.
Angola – **264:1**, 1v.
Angra do Heroísmo, bispo – **259:1**.
Angustura (Fistela) – **21:2**.
 Anjos de Azurara, convento de Nossa Senhora dos – **151:1**.
 Antão Lopes, Azamor, 1540 – **88:3**.
 Antão de Noronha (D.) – **136:1**.
 Antão Vaz Valadão – **168:1**.
 Antaqueira (João de), cf. João de Antaqueira.
Antilhas – **220:1**.
 Antón Gomez, Fez, 1531 – **447:1**.
 Antónia de Cáceres – **279:1**.
 Antónia Coelho, Lorvão – **374:1v**.
 Antónia Fernandes, Lorvão – **374:2**.
 Antónia da Fonseca, Lorvão – **374:1v**.
 António (Frei) – **71:1v**.
 António de Abreu (Frei), monge da Ordem de São Bernardo, prior castreiro – **297:1**, 1v.
 António de Abreu, fronteiro, Arzila – **302:2**.
 António de Abreu, Safim – **67:1**.
 António de Azevedo, almirante – **276:1**.
 António de Azevedo, fronteiro, Arzila – **302:2v**.
 António Álvares – **132:1v**.
 António Álvares, reposteiro – **216:1v**.
 António Barbosa, Ponte de Lima – **270:1**.
 António Barbudo, Azamor, 1540 – **88:1**.
 António Borges, contador – **377:1**.
 António Borges, Ponta Delgada – **188:4**.
 António de Brito, Arzila – **63:1v**.
 António Carneiro, secretário – **19:1**, 1v; **288:1**, 1v; **399:1**; **434:1-2v**; **448:1-2v**.
 António Carvalho – **327:1v**.
 António Casco, filho de Diogo Casco – **381:1**.
 António de Coimbra (Frei) – **185:1**.
 António Correia – **216:1**.
 António Correia, capitão de ordenanças – **200:1**, 1v.
 António da Costa, escrivão do corregedor da corte – **425:1-2**.
 António Dias, Azamor, 1540 – **88:2**.
 António Fernandes – **264:3v**.
 António Fernandes de Andrade – **160:1**.
 António Fernandes de Quadros, adail de Azamor, 1517-1540 – **17:1**; **36:1v**; **88:3**.
 António da Fonseca – **346-A:1**, 1v.
 António da Fonseca (Frei) – **417:1v**.

- António Fróis – **348:2**, 2v.
 António Gonçalves – **228:1**.
 António Gonçalves, adail de Azamor, 1530 – **7:2**.
 António Homem, Roma – **149:1**.
 António Laines – **395:1v**.
 António Landim, Arzila – **63:1v**.
 António Leitão de Gamboa, adail-mor, Santa Cruz de Cabo de Gué, 1531 – **351:1**; **439:1v**.
 António Leite, capitão-mor de Azamor e governador de Mazagão, 1517-1541 – **7:1-2**; **52:1**, 2; **62:1-2**; **64:1-3**; **75:1**; **78:1**; **84:1**; **86:1**, 1v; **104:1**; **106:1**; **307:1-2v**; **316:1**; **336:1-2**; **363:1v**.
 António Lopes, Azamor, 1517 – **36:1v**.
 António de Loureiro, Vila Nova de Portimão, 1542 – **325:1**, 1v.
 António de Macedo, corregedor na ilha de Santa Maria (Açores) e Mazagão, 1528 – **188:2v**; **336:2**.
 António de Macedo, ouvidor-geral da Índia – **418:1v**.
 António de Matos, Castelo de Vide – **284:1**, 1v.
 António de Melgar, Azamor, 1540 – **88:3**.
 António de Melo, Safim – **90:1**, 1v.
 António de Meneses (D.), Velez, [1558-1564] – **46:1**.
 António de Miranda, Índia – **95:1**.
 António Monteiro, licenciado, corregedor na comarca de Viana do Castelo – **123:1**.
 António de Moraes, Coimbra – **225:1v**.
 António da Mota – **375:1v**.
 António da Mota, vereador de Lisboa – **379:1-2v**.
 António de Moura, Azamor, 1540 – **88:2**.
 António Mourão, Azamor, 1540 – **88:1v**.
 António de Noronha (D.), conde de Linhares, escrivão da puridade, Mamora, 1515-d.1525 – **8:1**; **63:1**; **200:1**; **216:2**; **303:1**; **306:1-8**; **313:2**.
 António Pereira – **140:2**, 2v; **292:2v**.
 António Pereira, mestre de campo – **158:1**.
 António Peres de Azambuja – **210:1**, 1v.
 António da Ponte – **156:1**, 2v.
 António Preto (D.), prior-mor da Ordem de Santiago – **219:1-2**.
 António de Reboredo, cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **350:1**.
 António Ribeiro, 1542 – **388:2**.
 António Ribeiro, feitor, Larache, 1542 – **260:1**.
 António Rodrigues – **432:1v**.
 António Rodrigues, capitão – **425:1v**.
 António Rodrigues, cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **14:2**; **350:1v**.
 António Rodrigues de Parada – **425:1v**.
 António de Saldanha, Índia – **95:1**.
 António de Sampaio, Tânger, 1541 – **367:1v**.
 António de Sevilha – **425:1**.
 António da Silva, Azamor, 1540 – **88:1v**.
 António da Silveira (D.), embaixador em Castela – **305:1**.
 António da Silveira, Arzila – **63:1**.
 António da Silveira, Índia – **95:1**.
 António de Sintra, Azamor, 1540 – **88:2**.
 António de Sousa (D.), 1546 – **384:1**, 1v.
 António Teixeira – **398:1**.
 António de Tomar (Frei) – **146:1**.
 António Varela, cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **350:1v**.
 António Vaz, Arzila – **63:1v**.
 António Vaz, Azamor, 1540 – **88:2**.
 António Vaz, filho de Duarte Vaz – **169:1**, 1v.
 António de Zurara (Frei) – **151:1**.
 Antunes (Filipe), cf. Filipe Antunes.
 Anunciada de Lisboa, Convento da – **236:1**.
 anzóis – **177:2**.
 apedrejamento – **396:1v**.
 apelações – **142:1v**; **240:2**; **261:1**; **267:2**; **392:1**.
 apontadores – **62:2**; **315:1**; **349:1**.
 apontamentos – **377:1**.
 aposentador-mor – **212:1**.
 aposentamento – **188:2**.
 apresentações – **169:1**; **262:1**, 1v; **265:1**; **284:1**; **385:1**.
 ara, cf. pedra de ara.
 árabe, idioma – **6:1**; **22**; **436:2**; **449:2v**.
 arados – **100:1**.
 Aragão – **1:1v**; **379:2**.
 Aragão (Isabel de), cf. Isabel de Aragão.
 Aranha (Isabel), cf. Isabel Aranha.
 Araújo (Bartolomeu Fernandes de), cf. Bartolomeu Fernandes de Araújo.

- arcabuzeiros – **245:1; 338:1**, 1v.
 arcabuzes – **140:1**, 1v; **327:1v; 341:1v**.
 arcas – **59:2; 264:2; 403:2v**.
 arcebispo de Lisboa – **263:1; 275:1v**.
 arcebispos – **156:2**.
 arcebispo de Braga – **248:1; 269:1**, 1v; **347:1v**.
 arcebispo de Lisboa – **224:1v; 241:1**, 1v; **249:1; 347:1**, 1v.
 arcebispo do Funchal – **241:1v**.
 arcebispos – **71:1v**.
 arcos – **403:2v**.
 areia – **103:1v; 285:1v; 306:1**, 5.
 argamassa – **381:1**, 1v.
 Arganil, conde de – **243:1; 347:1v**.
Argel – **388:2**.
Argel, castelo – **148:1v**.
Arguim – **24:2v; 39:2; 44:1; 50:1; 105:1; 312:1**.
Arguim, castelo – **264:1**.
 armações – **403:2; 452:1**, 3, 4, 6.
 armadas – **4:1v-2v; 38:2; 52:1v; 56:1**, 1v; **64:1v**, 2v; **73:1v; 83:1v; 86:1; 87:1**, 1v; **94:1; 95:1; 105:1; 120:1; 136:1; 169:1v; 246:1; 251:1; 264:1**, 3-4; **271:1; 302:2; 306:3v; 308:1; 314:2; 327:1; 331:1; 341:1**, 2; **365:1; 379:2; 413:1; 415:2v**.
 armadilhas – **177:2**.
 armaduras – **83:1v**.
 armários – **83:1v**.
 armas – **42:2v; 64:3; 83:1**, 1v; **105:2v; 169:1v; 171:1v; 182:1v; 200:1; 216:1v; 240:1; 269:1v; 302:1v; 318:1v; 346:1v; 367:1v; 380:1; 396:2**, 2v; **425:2; 443:1; 444:1; 445:1; 452:2**, 2v.
 armazéns – **16:1; 22:1v; 36:2; 99:1-2; 140:1**, 1v; **264:4; 345:1v; 356:1; 415:4; 439:2; 443:4**.
 armeiros – **18:2**.
Arouca, mosteiro de São Pedro e São Paulo de – **191:1v; 203:1; 258:1**, 1v; **374:1**.
 arrabaldes – **375:1**.
Arrábida, embarcação – **12:1**.
 arraiais – **64:1v; 102:2-3**, 4v; **302:1; 354:1**.
Arraiolos – **451:1**.
 arratéis – **117:1; 299:1v; 379:1v**.
 arrecadações – **273:1**, 1v.
 arrendamentos – **263:1; 287:4; 313:1**, 1v.
 arrenegador – **334:1**.
 arrobas – **17:1v; 117:1; 225:1v; 251:2; 332:1; 364:1v**.
 arrochos – **222:1**.
Arronches – **381:1**.
Arronches, castelo – **381:1v**.
Arronches, concelho – **381:1v**.
Arronches, Porta de Elvas – **381:1v**.
 Arruda (Diogo da), cf. Diogo da Arruda.
 Arruda (Francisco da), cf. Francisco da Arruda.
 Artes, curso – **282:1; 286:1; 417:1v**.
 artilharia – **22:2; 36:1**, 2; **52:1**, 1v; **83:1; 91:1; 102:3**, 4, 4v; **107:1; 114:4; 306:1v**, 2, 3, 4v, 6; **307:1v; 310:2; 336:1v; 338:1**, 1v; **354:1; 359:1v; 365:1**.
Arzila – **4:2**, 2v; **16:1**, 1v; **36:1; 56:1; 63:1-2; 71:1v-2v; 75:3**, 3v; **80:2; 91:1; 99:1; 109:1; 111:1**, 1v; **112:1; 133:1v; 264:3v; 307:1; 310:2v; 315:1; 319:1**, 1v; **324:1**, 2; **331:1v; 341:2; 345:1v; 346-A:1; 407:1; 420:1-2; 444:1**.
Arzila, armazém – **16:1; 99:1-2**.
Arzila, capitães – **18:1-2v; 20:1; 32:1; 57:1**, 1v; **91:1**, 1v; **92:1-2v; 94:1**, 1v; **170:1; 326:1**.
Arzila, capitães-mores – **99:1-2; 302:1-2v**.
Arzila, castelo – **109:1; 345:1v**.
Arzila, fronteiros – **302:2**.
Arzila, governadores – **18:1-2v; 20:1; 57:1**, 1v; **91:1**, 1v; **92:1-2v; 94:1**, 1v; **99:1-2; 319:1**, 1v; **326:1**.
Arzila, moradores – **324:1v; 345:1**.
Arzila, tomada de – **216:1v**.
 asnos – **75:2; 285:2**.
 Assaes, Rei dos – **348:2**.
 Asseiceira de Tomar, convento de Santa Zita da – **142:1**.
 assentamentos – **122:1; 145:1**.
 assento em Cortes – **177:1v**.
 assinaturas – **156:2v; 219:1v; 317:5**, 8.
 Assunção (Maria da), cf. Maria da Assunção.
 atafonas – **188:2**.
 Ataíde (Afonso de), cf. Afonso de Ataíde.
 Ataíde (João de), cf. João de Ataíde.
 Ataíde (Luís Gonçalves de), cf. Luís Gonçalves de Ataíde.
 Ataíde (Nuno Fernandes de), cf. Nuno Fernandes de Ataíde.
 atalaias – **23:2v; 40:4; 92:2; 100:1; 307:1v; 359:1**, 2; **367:1v; 420:2**.

- Atouguia* – **127:1**.
Atouguia, condessas – **371:1**.
Audel-nunar (*Audellnunar*), Azamor, 1514 – **422:1**.
 audiências – **267:2; 287:2v**.
 audiências públicas – **240:1v**.
 auditórios – **382:2**.
 Augustin Salemon, cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **350:1v**.
 autos – **75:2v; 97:1; 133:1; 135:1; 156:1, 1v, 2v; 240:1v; 252:1; 259:1; 395:1v; 396:2; 425:1v, 2; 436:4v**.
 avaliações – **425:1, 1v**.
Aveiro – **177:2; 406:1v**.
Aveiro, Convento de Jesus de – **159:1**.
Aveiro, Duque de – **246:1**.
 Avelar (Francisco Barbosa do), cf. Francisco Barbosa do Avelar.
 avenças – **264:1-2v**.
 aves – **346:1v; 452:1**.
 Ávila (Catarina de), cf. Catarina de Ávila.
 Ávila Coutinho (Francisco de), cf. Francisco de Ávila Coutinho.
Avis – **451:1**.
Avis, Ordem de, cf. Ordem de Avis.
Ayamonte, marquês – **64:2v**.
 azagaias – **14:1v**.
Azambuja – **133:1, 1v**.
Azambuja, juízes – **133:1**.
Azambuja (António Peres de), cf. António Peres de Azambuja.
Azambuja (Baltasar Gonçalves da), cf. Baltasar Gonçalves da Azambuja.
Azambuja (Diogo da), cf. Diogo da Azambuja.
azambujais – **137:1**.
Azamor – **1:1, 4:2; 9:2; 12:1; 17:2; 19:1v; 21:1, 2; 22:1v; 29:1; 31:1; 36:1v, 2; 40:6; 42:2; 45:2; 56:1v; 59:2; 74:2v; 75:1; 76:2v; 80:1v; 81:1; 84:1, 1v; 89:1; 96:1; 97:1; 102:1-5; 104:1; 105:1v; 106:1; 108:1-2; 114:1-5; 115:1; 169:1v; 200:1; 216:1; 299:1-2v; 300:1; 304:1; 307:1, 2; 312:1; 316:1; 317:10v; 325:1; 329:1; 331:1; 335:1-2v; 337:1; 339:1, 1v; 340:1; 352:1; 353:1; 355:1; 421:1, 1v; 422:1, 1v; 442:1; 436:1, 2; 444:1; 446:1, 1v**.
Azamor, adail – **7:2; 17:1; 36:1v; 62:1v; 339:1**.
Azamor, alfândega – **114:3v**.
Azamor, almoxarifes – **36:1v**.
Azamor, armazéns – **22:1v**.
Azamor, barra – **52:1-2v**.
Azamor, capitães – **1:1; 11:1v, 2; 36:1-2v; 45:1-2; 62:2; 70:1, 1v; 73:1, 1v; 84:1; 86:1, 1v; 98:1-2; 114:2v, 3v, 4; 301:1, 1v; 307:2v; 343:1**.
Azamor, capitães-mores – **5:1; 62:1-2; 64:1-3**.
Azamor, Casa de Nossa Senhora da Graça de – **88:1v**.
Azamor, castelo – **36:1v; 45:2; 114:1v, 3, 4**.
Azamor, cavaleiros – **88:1**.
Azamor, cidade velha – **36:1v**.
Azamor, contadores – **336:1v**.
Azamor, contos – **300:1**.
Azamor, Convento de São Francisco de – **88:1**.
Azamor, cristãos-novos – **114:3, 3v**.
Azamor, estrangeiros – **36:1v**.
Azamor, feitores – **36:1v; 45:1; 312:1; 339:1v**.
Azamor, fidalgos – **88:1**.
Azamor, fortaleza – **36:1v, 2; 114:3**.
Azamor, governadores – **45:1-2; 70:1, 1v**.
Azamor, igreja – **332:1, 1v**.
Azamor, judeus – **36:1v; 70:1; 114:3v**.
Azamor, mesquita – **114:4**.
Azamor, moradores – **70:1; 88:1-3, 114:4-5; 343:1**.
Azamor, mosteiros – **88:1, 114:3v, 4**.
Azamor, mulheres – **36:1v**.
Azamor, ouvidores – **36:1v**.
Azamor, Porta da Ribeira – **359:1v**.
Azamor, portas – **36:1v; 114:3**.
Azamor, ruas – **1:1**.
Azamor, termo – **339:1v**.
Azamor, tomada de – **216:1**.
Azeitão – **387:1**.
 azeite – **36:2; 42:1; 229:1; 245:1**.
 azemel – **43:2; 72:1v; 80:1; 314:1v; 317:1v, 4, 5v; 320:1v, 2; 322:1, 1v; 344; 355:1, 2; 437:3v**.
 azémolas – **69:2; 122:1, 1v**.
 Azevedo (António de), cf. António de Azevedo.
 Azevedo (Inês de), cf. Inês de Azevedo.
 Azevedo (João Álvares de), cf. João Álvares de Azevedo.

- Azevedo (Lopo Vaz de), cf. Lopo Vaz de Azevedo.
- Azevedo (Luís de), cf. Luís de Azevedo.
- Azevedo (Maria de), cf. Maria de Azevedo.
- Azevedo (Rui Dias de), cf. Rui Dias de Azevedo.
- Azevedo (Tristão de), cf. Tristão de Azevedo.
- Azevedo Coutinho (Diogo de Azevedo), cf. Diogo de Azevedo Coutinho.
- azinhagas – **440:4**.
- Azpilcueta (Martín de), cf. Martín de Azpilcueta.
- Azurara, cf. Zurara.
- Azurara, Convento de Nossa Senhora dos Anjos de – **151:1**.
- Ba[...] (João), cf. João Ba[...].
- Baçaim – **95:1**.
- bacharéis – **116:1, 1v; 222:1; 249:1; 253:1; 286:1; 296:1; 371:1**.
- Baçorá – **136:1**.
- Bairos (João de), cf. João de Bairos.
- balanças – **277:1v**.
- Balhirte (Pero), cf. Pero Balhirte.
- Baltasar Álvares, doutor, 1558 – **248:1**.
- Baltasar Barbosa, cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **350:1v**.
- Baltasar Barreto, Santa Cruz de Cabo de Gué, escrivão dos contos, 1529 – **439:2v**.
- Baltasar de Faria, 1542 – **388:1v**.
- Baltasar Gonçalves, juiz da Azambuja – **133:1**.
- Baltasar Limpo (Frei), arcebispo de Braga – **248:1**.
- Baltasar Lopes, cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **350:1**.
- Baltasar Lourenço, Azamor, 1540 – **88:2v**.
- Baltasar Pacheco, Coimbra – **217:1**.
- Baltasar do Porto (Frei) – **404:1**.
- Baltasar do Prado, corregedor – **13:1; 235:1**.
- Baltasar Ribeiro, Azamor, 1540 – **88:3**.
- Baltasar Rodrigues, Azamor, 1540 – **88:2**.
- baluartes – **107:1, 1v; 114:3; 222:1; 260:1v; 299:1; 306:6v; 359:1v**.
- bancos – **53:1v; 341:2**.
- bandeiras – **11:1v; 42:2; 43:1v; 71:2v; 74:1v; 75:1v; 85:1; 102:2v; 225:1v; 320:2v; 322:1v, 2v; 344; 363:2v; 388:2**.
- bandos – **133:1v; 188:1v**.
- baptismos – **189:1**.
- Baptista (João), cf. João Baptista.
- Baptista (Juan), cf. Juan Baptista.
- Barão do Alvito – **102:2v, 169:1v; 173:1; 195:1v; 222:1; 246:1, 1v; 299:2; 435:1v**.
- barba – **84:1; 182:1; 280:1; 306:6; 336:1; 375:2; 388:1v**.
- Barbante* – **302:1v**.
- Barbosa (Afonso), cf. Afonso Barbosa.
- Barbosa (António), cf. António Barbosa.
- Barbosa (Baltasar), cf. Baltasar Barbosa.
- Barbosa (Brás), cf. Brás Barbosa.
- Barbosa (Fernão), cf. Fernão Barbosa.
- Barbosa (Pero), cf. Pero Barbosa.
- Barbosa do Avelar (Francisco), cf. Francisco Barbosa do Avelar.
- Barbudo (António), cf. António Barbudo.
- Barbudo (Lopo), cf. Lopo Barbudo.
- Barbudo (Pero), cf. Pero Barbudo.
- barcas – **73:1; 184:1**.
- barcos – **49:2v; 94:1v; 109:1; 118:1v**.
- Bardela (Cochim)* – **136:1**.
- barqueiros – **363:2**.
- barra (de porto) – **36:2; 52:1-2; 64:1, 1v; 74:1v; 102:1, 2; 106:1; 114:4v; 306:1, 2v, 5v; 307:2; 332:1v**.
- barras de ouro – **408:1**.
- barregueiros – **189:1-2v**.
- Barreira (Pero), cf. Pero Barreira.
- barreira, jogo – **225:1v**.
- barreiras – **99:1; 285:1v**.
- barretes – **11:1v; 355:2; 452:4v, 5**.
- Barreto (Baltasar), cf. Baltasar Barreto.
- Barreto (Domingos Lopes), cf. Domingos Lopes Barreto.
- Barreto (Jorge), cf. Jorge Barreto.
- Barreto (Nuno Rodrigues), cf. Nuno Rodrigues Barreto.
- Barreto (Rui), cf. Rui Barreto.
- Barriga (Lopo), cf. Lopo Barriga.
- barro – **99:1; 299:2; 359:1v; 403:2v**.
- Barros (João de), cf. João de Bairos.
- Barroso (Estêvão), cf. Estêvão Barroso.
- Bartolomeu Dias, criado, 1518 – **53:1v**.
- Bartolomeu Dias, Lisboa, 1546 – **384:1v**.
- Bartolomeu Fernandes de Araújo, capelão – **261:1**.

- Bartolomeu Ferraz – **245:1**, 1v.
 Bartolomeu Gramaxo, Azamor, 1540 – **88:1v**.
 Bartolomeu Leitão, Azamor, 1540 – **88:1v**.
 Bartolomeu Pires, besteiro – **443:1v**.
 bastião – **85:1**.
Batalha, Convento de Nossa Senhora da Vitória da – **146:1**.
 Batalha de Toro – **216:1v**.
 batalhas – **216:1**.
 batéis – **52:1v**; **64:2v**; **102:1**, 2; **222:1**; **306:3v**, 4v; **339:1**; **341:1v**; **403:2v**.
 baterias – **95:1**.
 Beatriz (D.) – **397:1**, 1v.
 Beatriz de Abreu, Lorvão – **374:2**.
 Beatriz de Alcáçova, 1511 – **19:1v**.
 Beatriz Leitoa, Lorvão – **374:2**.
 Beatriz de Magalhães, Lorvão – **374:2**.
 Beatriz da Silva (D.), filha de D. João de Ataíde – **371:1**.
 bêbados – **452:6**.
 bebidas – **452:2**.
 beetrias – **42:1v**; **218:1**.
 beguinos – **344**.
 beijos – **75:2v**.
 Beira (Pero Nunes da), cf. Pero Nunes da Beira.
Beira, comarca – **262:1**; **275:1v**; **379:1v**.
Beira, corregedor – **262:1**, 1v; **291:1v**.
Beja – **34:1**; **244:1**; **375:1**.
Beja, câmara – **375:1v**.
Beja, comarca – **140:1v**.
Beja, reguengo – **375:1v**.
Beja, termo – **375:1**.
 Beja (André Rodrigues de), cf. André Rodrigues de Beja.
 Belchior do Amaral, licenciado – **370:1v**.
 beleguins – **396:2**.
Belém – **415:3v**, 4.
 Ben Yehouda (*Bem Yuda*), xeque dos Gharbiya, 1513 – **330:1**.
 Ben Zamirou (*Benzamero*, *Benzamerro*) – **425:1v**.
Benavente – **234:1**.
 beneficiados – **242:1**; **385:1**.
 benefícios – **265:1**; **275:1-2**.
Bengala – **95:1**.
 Beni Mager (*Benymagre*) – **320:1-2v**.
Benim – **348:1v**.
 Benito (Mice), cf. Mice Benito.
 benjoim – **317:5**.
 bens – **119:1**; **194:2**; **219:1**; **362:1**.
 bens de raiz – **127:1**.
 Bentes (João), cf. João Bentes.
 Bento Dias de Santiago – **264:2**.
 Bento Taborda – **156:1**, 2v.
 berberes – **25:3**; **69:1**; **105:2**; **317:1**, 3v, 7v, 8.
Berberia – **62:1**; **64:3**; **87:1v**.
Berberia, costa – **62:1v**.
 berços – **327:1v**.
 berços de ferro – **307:1v**.
 berços de metal – **307:1v**.
 bergantins – **4:1**; **36:2**; **75:1v**; **100:1**; **102:2**; **109:1**; **327:2**; **341:2**; **420:1**, 1v.
 Bernardim de Brito – **332:1v**.
 Bernardim de Carvalho, capitão e governador de Tânger; Ceuta, Mazagão, 1546-1564 – **46:1**; **354:1**, 1v; **414:1**.
 Bernardim de Távora – **239:1**.
 Bernardo Corte Real, alcaide-mor de Tavira – **135:1**; **180:1**.
 Bernardo da Cruz (D. Frei), bispo de São Tomé – **282:1**.
 Bernardo Lopes, cristão-novo – **252:1**.
 Bernardo Manuel (D.), Azamor, 1514 – **98:1v**; **114:1v**; **450:1**.
 Ber-Rached (*Barraxe*), 1547 – **361:1**.
 Berrio (Diogo), cf. Diogo Berrio.
 Berrio (Estêvão Rodrigues), cf. Estêvão Rodrigues Berrio.
 Berrio (Sebastião Rodrigues), cf. Sebastião Rodrigues Berrio.
 bestas – **250:1**; **277:1**; **359:2**.
 bestas, arma – **36:2**; **40:4**, 4v; **188:1**, 1v; **245:1v**.
 besteiros – **1:1v**; **25:2v**; **34:1**; **36:1v**; **49:1**, 2; **60:2**; **69:1v**; **80:1**; **92:1v**; **101:1**; **102:5**; **107:1v**; **114:1**; **269:1v**; **302:1**, 1v; **314:1**; **327:1**, 1v; **338:1**; **339:1**; **346-A:1**; **346:1v**; **360:2**; **420:1v**; **425:2**; **431:1**; **439:1v**, 2; **443:1**, 2v, 3.
 besteiros de cavalo – **49:1v**; **63:1**.
 besteiros de pé – **49:1v**.
 Betancor (Gaspar de), cf. Gaspar de Betancor.
 Bíblia – **246:1**; **404:1**.
 bicho da seda – **119:1**.

- Biscaia* – **383:1**.
 biscaínhos – **307:2; 389:1, 1v**.
 biscoito – **4:2v; 36:2; 39:1v; 92:1v; 101:1v; 140:1v; 308:1, 1v; 325:1; 346-A:1; 365:1; 395:1v**.
 bispado de Évora – **275:1v; 451:1**.
 bispado da Guarda – **294:1**.
 bispado do Porto – **182:1; 378:1**.
 bispado de Viseu – **230:1**.
 bispo do Algarve – **347:1v; 402:1**.
 bispo de Angra do Heroísmo – **259:1**.
 bispo de Coimbra – **243:1; 261:1; 265:1; 347:1v; 371:1; 382:1v, 2; 396:1v**.
 bispo de Évora – **275:1-2; 347:1v; 451:1**.
 bispo da Guarda – **63:2; 240:1-2; 356:1**.
 bispo de Leiria – **292:1, 2; 370:1v**.
 bispo de Lisboa – **167:1; 169:1; 241:1, 1v**.
 bispo do Porto – **182:1, 1v; 254:1; 347:1v; 378:1**.
 bispo de Safim – **12:1; 13:1, 1v; 59:1-2v; 70:1; 313:1-2; 423:1-2**.
 bispo de São Tomé – **282:1**.
 bispo de Segóvia – **295:1-2v**.
 bispo de Sigüenza – **288:1-1v; 391:1**.
 bispo de Tânger – **71:1; 367:1v**.
 bispos – **1:1v; 102:2v; 166:1; 192:1; 206:1; 208:1; 281:1; 356:1v**.
Boa Viagem, nau – **264:1**.
 Boa Vista de Lisboa, Convento de Nossa Senhora da Piedade da – **117:1**.
 Bobadilha (Francisco de), cf. Francisco de Bobadilha.
 Bobadilha – **395:1, 1v**.
 Bobolim (Francisco), cf. Francisco Bobolim.
 boca – **222:1**.
 bois – **24:1; 28:1; 240:1v; 260:1; 285:1v; 299:2; 302:1v; 307:1v; 317:3v, 5v, 9; 335:1; 364:1; 410:1**.
 bolsas – **242:1; 250:1**.
 bombardas – **34:1, 1v; 38:1; 57:1, 1v; 83:1v; 91:1; 94:1v; 102:2v; 114:3; 271:1v; 306:2-3, 4, 5-6; 307:1v; 314:1; 446:1**.
 bombardeiros – **306:5; 327:2; 341:1v; 359:1; 443:1v, 2**.
 Borba, conde de – **23:1-4; 91:1, 1v; 92:1-2v; 94:1, 1v; 99:1-2; 102:1, 2v, 3, 4; 170:1; 321:1, 1v; 324:1-2; 345:1, 1v**.
 Borba, condessa de – **91:1v**.
 bordates, capas de lã – **24:1v-2v; 37:1v; 39:2; 40:3; 105:1v; 312:1**.
Bordéus – **389:1v**.
 Borges (António), cf. António Borges.
 Borges (Pedro), cf. Pedro Borges.
 Borges (Pero), cf. Pero Borges.
 Borges (Sebastião de), cf. Sebastião de Borges.
 borrachas – **317:7v**.
 Borracho (Afonso), cf. Afonso Borracho.
 borzeguis – **7:1**.
 Botelho (Francisco), cf. Francisco Botelho.
 Botelho (Jorge Nunes), cf. Jorge Nunes Botelho.
 Botelho (Leonel), cf. Leonel Botelho.
 Botelho (Pero), cf. Pero Botelho.
 botica – **194:1v; 264:3**.
 boticários – **178-A:1; 267:1v**.
 Boto (Rui), cf. Rui Boto.
 Boughta Bem Kassem (*Bujsta ben Caceme*), Safim, 1512 – **317:6**.
 Bou Hassoun, rei de Velez, Fez, 1547 – **30:1-1v**.
 Bou-l-A'ouan (*Bulaguan, Bulahaam, Bulavam*), Azamor, 1514 – **2:1; 80:1; 422:1**.
 Bouro (Álvaro de), cf. Álvaro de Bouro.
 braças – **38:1; 439:2**.
Braga – **248:1; 269:1-2**.
Braga, arcebispo – **248:1; 269:1, 1v; 347:1v**.
 Braga (João de), cf. João de Braga.
Bragança – **227:1v**.
 Bragança (Álvaro de), cf. Álvaro de Bragança.
 Bragança, Duque de – **17:1; 102:1, 2, 3, 4, 4v; 107:1v; 114:1v; 145:1; 216:1, 1v; 257:1; 339:1; 379:1**.
 brâmanes – **318:1**.
 bramante para bestas – **36:2**.
 Branca Catarina (D.) – **228:1**.
 Branca Freire [?] – **221:1v**.
 Branca de Sá (D.), Lervão – **374:1v**.
 Branca Soares, Lervão – **374:1v**.
 Branca de Vilhena (D.) – **372:1**.
 Branco (João), cf. João Branco.
 branco, cor – **76:2**.
 Brandão (Rui), cf. Rui Brandão.
Brandoa – **434:1**.
 Brandoa (Catarina), cf. Catarina Brandoa.
 Brandoa (Cecília), cf. Cecília Brandoa.

- Brandoa (Isabel), cf. Isabel Brandoa.
 branquilhas – **1:1v**.
 Brás (Frei) – **417:1v**.
 Brás Afonso, corregedor – **116:1**.
 Brás Barbosa – **49:1**.
 Brás Barbosa, 1517 – **36:1**.
 Brás Barbosa, cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **350:1**.
 Brás Dias, Azamor, 1540-1544 – **21:2; 88:2v, 3**.
 Brás Fernandes, cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **350:1**.
 Brás de Pina, Lisboa, 1546 – **384:1v**.
 Brás Ribeiro, criado, cavaleiro, Azamor, 1529 – **316:1**.
 brasas – **84:1**.
Brasil – **119:1; 452:4v**; cf. *Vera Cruz*.
Brasil, contrato – **264:2**.
 Bravo (Miguel Gomes), cf. Miguel Gomes Bravo.
 bretões – **177:1v**.
 breves – **248:1; 287:4; 423:2; 424:1**.
 brincos – **452:2v**.
 Brites (D.), priora do mosteiro do Salvador – **196:1**.
 Brito (Afonso de), cf. Afonso de Brito.
 Brito (Ana de), cf. Ana de Brito.
 Brito (António de), cf. António de Brito.
 Brito (Bernardim de), cf. Bernardim de Brito.
 Brito (Francisco de), cf. Francisco de Brito.
 Brito (Inês de), cf. Inês de Brito.
 Brito (Jorge de), cf. Jorge de Brito.
 Brito (Leonor de), cf. Leonor de Brito.
 Brito (Lopo de), cf. Lopo de Brito.
 Brito (Mem de), cf. Mem de Brito.
 Brito (Violante de), cf. Violante de Brito.
 brocados – **114:2v; 416:2v, 3**.
Bucelas – **137:1**.
 buquetas – **395:1v**.
 Bula da Santa Cruzada – **267:1**.
 bulas – **261:1; 294:1; 347:1; 387:1; 395:2; 291:1**.
 Bulhão (Pero Lopes), cf. Pero Lopes Bulhão.
 Bulhões (Inácio de), cf. Inácio de Bulhões.
 burgo – **240:1v**.
Burgos – **389:1v**.
 Butaca (Mestre), cf. Mestre Butaca.
 cabeça – **398:1; 452:1v**.
 cabeceira – **132:1v**.
 cabelo – **182:1; 375:2**.
 cabido – **142:1; 182:1; 206:1; 230:1; 235:1; 248:1; 347:1v**.
 cabildas – **42:1v; 75:2v; 80:1; 317:2v, 6v, 7v, 8v; 322:1v; 330:1v, 2; 363:1v**.
Cabo das Correntes – **452:4**.
Cabo de Gué, Santa Cruz de – **3:1-2v; 42:2; 52:1-2v; 64:2v; 93:1; 154:1; 342:1; 425:2; 439:1-2v**.
Cabo Não – **311:1**.
Cabo Verde – **220:1-1v; 264:1, 1v; 273:1v**.
 cabos – **80:1; 307:2**.
 cabos de gente – **245:1, 1v**.
 Cabral (Aires Pires), cf. Aires Pires Cabral.
 Cabral (Catarina), cf. Catarina Cabral.
 Cabral (Cecília), cf. Cecília Cabral.
 Cabral (Luís Álvares), cf. Luís Álvares Cabral.
 Cabral (Manuel Fernandes), cf. Manuel Fernandes Cabral.
 Cabreira (Lopo), cf. Lopo Cabreira.
 cabres – **306:3v**.
 caça – **75:4**.
Cáceres – **154:1**.
 Cáceres (Antónia de), cf. Antónia de Cáceres.
 Cáceres (Lourenço), cf. Lourenço Cáceres.
 Cacirro (Nicolau), cf. Nicolau Cacirro.
 cacizes – **56:1v; 91:1; 222:1; 302:1v**.
 cadafalso – **187:1v**.
 Cadaval (Álvaro do), cf. Álvaro do Cadaval.
 cadeias – **126:1v, 2v; 132:1v; 156:2; 166:1v, 2; 187:1v; 189:1, 2; 231:1; 240:1v, 2; 381:1v**.
 cadeiras – **182:1; 257:1; 452:6v**.
 cadeiras universitárias – **286:1; 423:2**.
 cadernos – **117:1v; 227:2; 262:1, 1v; 415:3v**.
Cádiz – **3:1v; 4:1, 1v; 24:1v-2v**.
Cádiz, baía – **4:2**.
 cães – **285:2**.
Cães, Ilha dos (Faro) – **102:1**.
 cáfilas – **7:1v; 25:3v; 28:1; 39:1v; 62:1v; 64:3; 74:1; 76:1v; 103:1; 105:1v; 114:2v; 302:1; 354:1; 361:1v**.
 cafizes – **4:1v, 2; 307:2; 308:1, 1v**.
 Cafou (Moisés), cf. Moisés Cafou.
 Caiado (Álvaro), cf. Álvaro Caiado.
 cais – **260:1v**.
 caixas – **7:1**.

- cal – **20:1**; **71:2**; **99:1**; **114:2v**, 4v; **285:1**; **341-A:1**; **345:1v**; **359:1v**; **419:1v**; **434:1**; **440:1v**; **442:1**.
- calafates – **348:1v**; **443:1**.
- calçadas – **225:1**.
- calças – **245:1**.
- Caldeira (Afonso), cf. Afonso Caldeira.
- Caldeira (André), cf. André Caldeira.
- Caldeira (Fernão), cf. Fernão Caldeira.
- Caldeira (Gaspar), cf. Gaspar Caldeira.
- Caldeira (Manuel), cf. Manuel Caldeira.
- Calecut*, cerco – **216:1**.
- Calecut*, embaixadores – **318:1**.
- Calecut*, rei – **95:1**; **318:1**; **418:1**.
- calhetas – **37:1**; **260:1v**; **333:1v**.
- caliça – **285:1v**.
- cálices – **96:1**; **175:1**; **332:1**.
- caligrafia – **388:1v**; **395:1**.
- Calisto (Frei) – **259:1**.
- calor – **402:1**.
- Camacho (João), cf. João Camacho.
- Camacho de Rebelo (João), cf. João Camacho de Rebelo.
- Câmara (João Gonçalves da), cf. João Gonçalves da Câmara.
- Câmara (João de Melo), cf. João de Melo da Câmara.
- Câmara (Martim Gonçalves da), cf. Martim Gonçalves da Câmara.
- Câmara (Simão Gonçalves), cf. Simão Gonçalves da Câmara.
- câmara da rainha – **117:1**.
- câmara, moços da – **339:1v**.
- câmaras – **75:2v**; **107:2**; **132:1v**; **135:1**; **171:1v**; **188:2v**, 3; **210:1**; **261:1**; **267:1v**; **277:1**, 1v; **284:1**; **294:1**; **322:1v**; **332:1v**; **375:1v**, 2; **381:1v**; **384:1**; **400:1**; **409:1v**; **416:1**, 2v-3v, 5; **434:1**; **452:1**, 2, 2v, 5v, 6v.
- câmaras de berços – **307:1v**.
- camareira-mor – **259:1**.
- camareiro-mor – **441:1**.
- camas – **71:2**; **210:1**; **267:1v**; **333:1**; **395:1**; **411:1**.
- Cambaia* – **274:1**; **418:1**; **452:1**.
- Cambaia*, rei – **95:1**.
- câmbios – **179:1**.
- Camelo (André), cf. André Camelo.
- Camelo (Rodrigo), cf. Rodrigo Camelo.
- camelos – **19:1v**; **28:1**; **36:1**, 2v; **40:4v**, 5; **41:2**; **44:2**; **69:2**; **74:2**; **82:1v**; **105:2**; **310:1v**, 2; **314:1**; **317:3**, 3v, 5v, 6, 9v, 10.
- camelos de metal – **307:1v**.
- Camilha (Nicoloso de), cf. Nicoloso de Camilha.
- Caminha*, concelho – **177:1**.
- Caminha*, igreja – **177:1v**, 2.
- Caminha (Afonso Vaz de), cf. Afonso Vaz de Caminha.
- Caminha (Fernão Vaz de), cf. Fernão Vaz de Caminha.
- caminhos – **293:1**; **380:1**.
- camisas – **245:1**.
- campas – **434:1**.
- Campo de Ourique* – **97:1**.
- campos – **23:1v**; **25:1**; **62:1**; **64:2**, 2v; **92:2**; **100:1**; **158:1**; **277:1**; **367:1v**.
- canais – **306:1**.
- Cananor* – **452:3**, 3v, 5.
- Cananor*, feitoria – **452:3v**, 4.
- canários, gente – **439:1v**.
- candeeiros – **332:1**.
- candeias – **42:1v**; **117:1v**.
- canela – **113:2**; **415:1**, 3-3v.
- cânhamo – **403:2v**.
- canhões – **338:1**, 1v.
- Cânones, curso – **237:1**.
- Cansado (Álvaro), cf. Álvaro Cansado.
- Cantanhede, conde de – **145:1**; **150:2**; **237:1**.
- cantaria – **306:7v**.
- canto – **118:1**.
- Cantor* (Gâmbia), rio – **220:1**, 1v.
- cantores – **71:2v**; **125:1**.
- capar – **100:1**.
- capas – **114:2**; **250:1**.
- Capela (André da), cf. André da Capela.
- capelães – **122:1**; **151:1**; **185:1**; **204:1**, 1v; **224:1v**; **226:1**; **261:1**; **275:1v**; **426:1**.
- capelães-mores – **292:2**.
- capelas – **169:1**, 1v; **188:3v**, 4; **235:1**; **249:1**; **275:1v**; **382:2**; **416:3**; **434:1**.
- capelo – **250:1**.
- capitães – **1:1**; **4:1v**; **10:1**; **11:1v**, 2; **17:1**, 1v; **18:1-2v**; **19:1v**; **20:1**; **24:2**; **32:1**; **35:1**; **36:1-2v**; **38:1-2**; **39:1v**; **40:1-7**; **41:1**; **44:1**, 1v;

- 45:1-2; 46:1; 47:1; 52:2v; 53:1v; 56:2; 57:1, 1v; 59:1, 1v; 61:1v; 62:2; 64:1v; 68:1; 69:1-2; 70:1, 1v; 71:2; 72:1; 73:1, 1v; 75:1, 1v, 2v-3v, 4v; 76:1-3; 80:2; 83:1; 91:1, 1v; 92:1-2v; 93:1; 95:1; 102:1, 2v; 105:1; 107:1, 1v; 114:1v, 2v, 3v, 4; 133:1v; 140:1; 170:1; 188:1v-2v; 200:1, 1v; 221:1; 242:1; 244-A:1; 245:1, 1v; 259:1; 301:1; 302:1v; 303:1; 306:2v, 5v; 307:2, 2v; 314:1; 317:2, 2v, 3v, 4, 5v, 10v, 11; 320:1v-2v; 322:1v; 326:1; 327:1; 328:1; 330:1-2; 332:1v; 337:1; 342:1; 343:1; 344; 349:1; 358:1; 360:2; 362:1; 363:1-2v; 365:1; 367:1; 375:1; 418:1; 419:2; 425:1v; 431:1; 439:2v; 441:2; 442:1; 448:1v-2v; 452:1v, 2, 2v, 4.
- capitães do ensino – 225:1.
- capitães-mores – 25:1-4v; 28:1-2v; 37:1-2v; 44:1-2v; 54:1; 58:1, 1v; 62:1-2; 64:1-3; 66:1, 1v; 99:1-2; 100:1; 102:2v; 133:1v; 302:1-2v; 318:1v; 328:1; 360:1-2; 452:4.
- capitulações – 305:1.
- capítulos – 129:1; 131:1; 237:1; 242:1.
- capuchos – 71:1v.
- carapuças – 75:4.
- caravelas – 12:1; 14:2; 34:1; 36:1, 2; 52:1, 2v; 64:1, 2v, 3; 66:1v; 94:1v; 271:1v; 273:1; 306:3v, 8v; 327:2; 336:2; 341:1-2; 348:2; 359:1; 403:2; 406:1, 1v; 420:1v.
- caravelinhas – 26:1v.
- carceragens – 156:1, 2, 2v; 166:1v.
- carcereiros – 126:1v, 2; 156:2; 166:1v-2.
- cardeais – 152:1, 1v; 192:1; 203:1; 213:1, 1v; 275:1, 1v; 290:1; 388:1v, 2.
- Cardosa (Francisca), cf. Francisca Cardosa.
- Cardoso (Francisco), cf. Francisco Cardoso.
- cargas – 285:1.
- Carlos V, Imperador – 274:1; 424:1, 2.
- carne – 17:1v; 24:1, 1v; 71:1v, 2v; 74:2; 111:1v; 245:1; 260:1; 299:1v, 2v; 346:1v; 364:1; 379:1v, 2; 409:1v; 423:1.
- carne assada – 43:2.
- Carneira (Genoveva), cf. Genoveva Carneira.
- Carneiro (António), cf. António Carneiro.
- Carneiro (Francisco), cf. Francisco Carneiro.
- Carneiro (Pero de Alcáçova), cf. Pero de Alcáçova Carneiro.
- carneiros – 56:1v; 317:2v, 3v, 5v, 6, 8, 9, 9v; 320:1v.
- carpinteiros – 359:1v, 2; 440:3v.
- Cárquere*, mosteiro de Santa Maria de – 167:1.
- Carracão (Cristóvão Lourenço), cf. Cristóvão Lourenço Carracão.
- carrancas – 452:3.
- carreira da Índia – 95:1.
- carretas, carretos – 22:2; 91:1; 99:2; 453:1.
- carreteiros – 285:1, 1v.
- Carrión*, *San Zoilo de*, mosteiro – 185:1, 1v.
- carros – 277:1; 345:1.
- cartas – 14:1v; 19:1; 40:6; 41:1; 44:1, 1v; 53:1v; 55:1; 59:1v; 60:1, 1v; 61:1; 64:1v; 66:1, 1v; 83:1; 86:1; 87:1; 89:1; 90:1; 92:1; 94:1, 1v; 98:1, 1v; 99:1; 101:1; 114:1, 1v; 117:1v; 119:1; 125:1; 132:1, 1v; 135:1; 138:1; 141:1; 142:1v; 156:1, 2; 168:1; 184:1; 191:1v; 198:1; 207:1; 208:1; 225:1; 263:1; 295:1, 1v; 302:1, 2; 304:1; 306:7v; 307:2; 309:1; 314:1; 317:3v, 4, 5, 7; 319:1; 320:1, 1v; 322:2; 323:1; 325:1v; 344; 346:1, 1v; 348:2; 353:1; 356:1; 358:1; 360:1; 361:1; 365:1; 366:1; 367:1; 375:1v; 376:1, 1v; 381:1; 383:1, 1v; 388:1v, 2; 389:1; 395:1; 396:1; 399:1; 402:1; 405:1; 410:1; 415:1-5v; 416:5; 427:1; 431:1; 433:1, 1v; 436:2; 437:2v, 5v; 439:1, 2v; 440:1; 3v; 442:1; 448:1, 2; 449:1, 2, 2v; 450:1.
- cartas de armas – 318:1v.
- cartas precatórias – 188:1v.
- cartas de seguro – 188:1v.
- cartas testemunháveis – 135:1.
- Cartaxo*, Convento de Espírito Santo do – 404:1.
- cartórios – 374:1, 1v.
- caruncho – 99:1v.
- Carvalha (Helena), cf. Helena Carvalha.
- Carvalhais (Francisco de), cf. Francisco de Carvalhais.
- Carvalho (Francisco de), cf. Francisco de Carvalho.
- carvalho – 99:1v.
- Carvalho (Álvaro de), cf. Álvaro de Carvalho.
- Carvalho (Álvaro), cf. Álvaro Carvalho.
- Carvalho (André de), cf. André de Carvalho.
- Carvalho (André), cf. André Carvalho.
- Carvalho (António), cf. António Carvalho.

- Carvalho (Bernardim de), cf. Bernardim de Carvalho.
- Carvalho (Francisco), cf. Francisco Carvalho.
- Carvalho (Francisco de), cf. Francisco de Carvalho.
- Carvalho (Gaspar de), cf. Gaspar de Carvalho.
- Carvalho (Gil Fernandes de), cf. Gil Fernandes de Carvalho.
- Carvalho (Mateus), cf. Mateus Carvalho.
- Carvalho (Pedro), cf. Pedro Carvalho.
- Carvalho (Pedro Álvares de), cf. Pedro Álvares de Carvalho.
- Carvalho (Pero Álvares de), cf. Pero Álvares de Carvalho.
- Carvalho (Rui), cf. Rui Carvalho.
- carvão – **20:1**.
- casa da cadeia – **240:2**.
- Casa de Ceuta – **264:3**.
- Casa do Cível – **127:1; 249:1**.
- Casa do Cível, regedores – **116:1, 1v**.
- Casa da Guiné – **443:4**.
- Casa da Guiné e Índias – **443:4**.
- Casa da Índia – **196:1; 206:1v; 211:1; 264:1, 3v; 415:1-5**.
- Casa da Mina – **312:1**.
- Casa da Moeda – **408:1**.
- Casa de Nossa Senhora da Graça de Azamor – **88:1v**.
- Casa Real – **53:1-2; 135:1; 263:1; 276:1; 366:1; 451:1**.
- Casa da Suplicação – **127:1**.
- Casa da Suplicação, escrivães – **392:1**.
- Casa dos Vinte e Quatro – **384:1**.
- casados – **71:1; 189:1, 1v; 317:9v**.
- casais – **167:1; 216:1; 274:1v**.
- casamentos – **76:3; 119:1; 133:1v; 168:1; 178-A:1; 196:1; 205:1; 210:1, 1v; 216:1; 255:1; 283:1; 319:1; 414:1; 416:3, 5v, 6; 428:1**.
- casas – **10:1; 13:1v; 23:3, 3v; 24:2v; 25:3v; 27:1; 36:2; 39:1; 40:1v, 2, 4v; 41:1v; 44:1; 49:1v; 52:1v; 63:1v; 71:1v-2v; 72:1; 75:1; 76:1, 3; 80:2; 83:1; 91:1; 99:1, 2; 102:4; 104:1; 114:3, 4; 121:1v, 2; 132:1, 1v; 133:1; 136:1; 142:1; 151:1; 156:1v; 183:1; 194:1v; 195:1v; 206:1, 1v; 212:1; 215:1; 216:1, 1v; 222:1; 229:1; 230:1; 255:1; 267:1v; 272:1; 277:1, 1v; 278:1; 279:1; 280:1; 283:1; 287:1v, 4; 296:1; 299:1, 2; 317:8, 9v; 322:2; 323:1; 329:1; 345:1; 348:2; 358:2; 359:1v, 2; 367:1; 374:1; 380:1; 381:1; 385:1; 390:1; 403:2v; 404:1; 415:1v-2, 4v; 416:5; 417:1v; 429:1; 434:1, 1v; 436:4; 437:3-4; 440:1, 3v-4v; 448:2; 450:1; 452:3, 3v**.
- Cascais*, vila e termo – **263:1**.
- Casco (António), cf. António Casco.
- Casco (Diogo), cf. Diogo Casco.
- caseiros – **192:1; 297:1v**.
- castas – **318:1v**.
- Castela* – **75:4, 4v; 83:1; 94:1, 1v; 99:1; 105:2; 109:1; 125:1v; 126:1v; 133:1v; 137:1; 169:1v; 216:1v, 2; 252:1; 303:1; 305:1; 308:1-2; 367:1v; 379:2; 394:1; 395:2; 396:1v; 409:1; 419:1v; 429:1**.
- Castela* (Norte de África) – **17:1; 40:4**.
- Castela*, provincial – **224:1v**.
- Castela*, rainha – **378:1, 1v**.
- Castela*, reis – **94:1**.
- Castelejo* (*Arzila*) – **370:1v**.
- castelhanos – **75:1v, 2v, 3v; 78:1; 120:1v; 267:2; 327:2; 334:1; 423:1v, 2; 443:2**.
- Castelo Branco (Duarte de), cf. Duarte de Castelo Branco.
- Castelo Branco (Manuel de), cf. Manuel de Castelo Branco.
- Castelo Branco (Martinho de), cf. Martinho de Castelo Branco.
- Castelo Branco (Nuno Vaz de), cf. Nuno Vaz de Castelo Branco.
- Castelo de Vide* – **294:1**.
- Castelo de Vide*, alcaide-mor – **284:1, 1v**.
- Castelo de Vide*, fortaleza – **284:1**.
- castelos – **1:1v; 34:1, 1v; 36:1v; 43:1v; 45:2; 55:1, 1v; 64:1, 1v; 69:1; 80:1v, 2; 103:1v; 107:1v; 109:1; 114:1, 1v, 3, 4, 4v; 126:1v, 2; 132:1v; 201:1; 240:2; 253:1; 264:1; 285:2, 2v; 307:1; 314:2; 345:1v; 381:1v; 403:3; 418:1; 422:1; 440:1, 2**.
- castiçais – **175:1; 194:1v; 273:1**.
- Castilho (João de), cf. João de Castilho.
- castreiros – **297:1, 1v**.
- Cástris de Évora, Mosteiro de São Bento de – **279:1**.
- Castro (Diogo de), cf. Diogo de Castro.

- Castro (Fernando de), cf. Fernando de Castro.
- Castro (Margarida de), cf. Margarida de Castro.
- Castro (Rodrigo de), cf. Rodrigo de Castro.
- Castro (Violante de), cf. Violante de Castro.
- Catarina (D.) – **181:1**, 1v.
- Catarina (D.), rainha de Portugal – **68:1v**; **117:1**, 1v; **229:1**; **248:1**.
- Catarina (Branca), cf. Branca Catarina.
- Catarina de Albuquerque (D.), Lorrão – **374:2**.
- Catarina de Ávila (D.) – **394:1**, 1v.
- Catarina Brandoa, Lorrão – **374:2**.
- Catarina Cabral, Elvas – **130:2**.
- Catarina Coelho, Lorrão – **374:1v**.
- Catarina Correia, Lorrão – **374:2**.
- Catarina Correia Ferreira, Lorrão – **374:2**.
- Catarina da Costa, Lorrão – **374:1v**.
- Catarina da Silva (D.), condessa de Borba – **91:1v**.
- Catarina da Silveira, Lorrão – **374:2**.
- Catarina de Sousa (D.) – **236:1**.
- cátedras – **396:2**; **417:1v**.
- catedráticos – **237:1**.
- cativos – **10:1**; **18:2**; **23:3v**; **28:1v**; **30:1**, 1v; **40:3v**, 4v-5v; **42:1**; **46:1**; **62:1v**; **63:1v**; **64:2**; **69:2**; **71:1v**; **75:1**, 2v, 3v, 4; **90:1**; **92:2v**; **108:1-2**; **114:2v**, 4v; **148:1**; **216:1v**; **221:1**; **301:1**; **309:3**; **317:2v**, 3, 6; **327:2**; **328:1**; **341:1v**; **358:1v**; **431:1**; **447:1**.
- catolicismo – **187:1v**.
- cavaleiros – **10:1**; **23:4**; **30:1**; **36:1v**; **49:1**; **52:2**; **53:1-2**; **58:1v**; **62:2**; **75:1**, 1v, 3v, 4v; **88:1**; **100:1**; **103:1**; **133:1v**; **174:1**; **234:1**; **267:1**; **276:1**; **285:2v**; **303:1**; **306:2v**, 4; **316:1**; **317:7**; **318:1v**; **327:2**; **350:1**, 1v; **352:1**; **360:1**; **366:1**; **367:1**; **451:1**.
- cavaleiros fidalgos – **210:1**.
- cavalgadas – **11:1**; **98:1v**; **363:2v**; **421:1**.
- cavalos – **10:1**; **11:1v**; **25:2**, 2v; **27:1**; **28:1v**, 2; **31:1**; **35:1**; **36:1v**; **40:2v**, 4v, 6, 7; **42:1-2**; **43:1-2**; **44:2**; **49:1v**.
- cavalos – **100:1**; **102:2-3**; **103:1**; **105:2v**; **112:1**; **114:1**, 2v; **119:1**; **120:1v**; **138:1**; **169:1v**; **200:1**; **269:1v**; **300:1**; **302:2**; **306:1v**; **310:2**; **311:1**; **316:1**; **317:2v-3v**, 6v; **320:2**; **322:1**; **332:1**, 1v; **333:1**; **338:1**, 1v; **339:1v**; **346:1v**; **351:1v**; **354:1**; **355:1**, 2; **358:1v**; **360:1v**, 2; **380:1**, 1v; **395:1**; **410:1**; **419:2v**; **421:1v**; **422:1v**; **431:1**; **436:1**, 1v, 4; **437:2**, 4; **444:1**; **445:1**; **446:1v**; **448:2v**.
- cavalos – **51:1**; **53:1**; **55:1**; **56:1v**; **62:1v**; **63:1**, 1v; **64:2**, 2v; **69:1-2**; **70:1v**; **71:2v**; **74:1**, 1v; **75:4**; **76:2v**; **80:1**, 1v; **91:1**; **92:2**, 2v; **94:1**; **96:1**; **98:1v**.
- cavas – **37:1v**; **52:1v**; **107:1**; **285:1v-2v**; **307:1**, 1v; **341-A:1**.
- cebolas – **165:1**.
- Cecília Brandoa, Lorrão – **374:2**.
- Cecília Cabral, Elvas – **130:2**.
- Cecília da Cruz, Soror – **129:1**.
- cegueira – **398:1**.
- ceia – **287:3**.
- ceifa – **60:1v**; **314:1**; **317:5v**.
- Ceirão* – **136:1**.
- Ceita, Azamor, 1514 – **422:1**.
- ceitis – **55:1**.
- Celas de Coimbra, mosteiro de Santa Maria de – **371:1**.
- celeiros – **11:1v**; **40:7**; **80:2**; **114:4**; **166:1**; **307:2**; **317:2v**; **323:2**; **333:1**; **359:1v**; **373:1**.
- cemitérios – **285:2**.
- centeio – **57:1**.
- cera – **45:1v**.
- ceramentos – **71:2v**.
- cercas – **64:1**, 1v; **439:2**.
- cercos – **36:1**; **52:1**; **60:2**; **83:1**; **91:1**; **107:1**; **112:1**; **214:1**; **216:1**; **299:1v**; **307:1**; **446:1**.
- cerimónias – **224:1v**.
- certidões – **4:2v**; **16:1**; **55:1v**; **64:2**; **216:2**; **300:1**; **360:2**; **396:1**.
- Cerveira (Diogo), cf. Diogo Cerveira.
- Cerveira (Duarte), cf. Duarte Cerveira.
- Cerveira (Manuel de), cf. Manuel de Cerveira.
- Cervera (Álvaro Mendes), cf. Álvaro Mendes Cervera.
- cestos – **345:1v**.
- cetim – **416:4**; **452:2v**.
- Ceuta* – **4:1v**; **9:1**; **62:1v**; **71:1**, 1v, 2v; **75:1-2**, 3-4; **99:1v**; **113:1-2**; **133:1v**; **264:3**, 3v; **311:1**; **327:1**, 1v; **338:1**; **341:1-2**; **349:1**, 1v; **354:1**, 1v; **398:1** [?].
- Ceuta*, almoxarifes – **12:1**.

- Ceuta*, capitães – **30:1**, 1v; **75:1v**; **349:1**; **365:1**.
Ceuta, capitães-mores e governador – **328:1**.
Ceuta, governadores – **30:1**, 1v.
Ceuta, judeus – **113:1**, 1v.
Ceuta, mercadores – **113:1**, 1v.
Ceuta, muros – **9:1**.
Ceuta, portas – **75:1v**.
Ceuta, termo – **75:4**.
Ceuta (Afonso de), cf. Afonso de Ceuta.
 cevada – **19:1**; **36:2**; **37:2**; **40:7**; **42:1v**; **102:4**; **122:1**; **194:1**; **250:1**, 1v; **313:1**; **354:1v**; **364:1v**; **448:1v**.
 cevadeiras – **11:1v**.
Chagas, nau – **264:1**.
Chalé – **95:1**; **418:1**.
 chalupas – **439:1v**.
Chambe – **136:1**.
 chaminés – **404:1**.
 chancelaria – **381:1v**.
 chancelaria da correição, livros – **262:1**.
 canceleres – **189:1v**.
 canceleres-mores – **284:1v**; **382:2**; **403:2**.
 chãos – **24:2v**; **114:3**, 4; **381:1**.
 charia, lei religiosa muçulmana – **363:1**.
 charnecas – **292:1v**.
 chatins – **318:1**, 1v.
 chaves – **42:2**; **83:1v**; **132:1**, 1v; **296:1**; **323:2**; **374:1v**; **452:5**.
 Chaves (João de), cf. João de Chaves.
 cheias – **406:1**.
 Chelas, Mosteiro de Santa Maria de – **224:1v**.
 Cherina Marakkhar (*Cherina Marcar*), Cananor, 1503 – **452:3v**.
 Chichorro (Martim Afonso de Sousa), cf. Martim Afonso de Sousa Chichorro.
Chiker (*Xyquire*), rio – **436:1v**.
 choro – **452:1**.
 chuças – **396:2**.
 chumbo – **36:2**; **99:1**, 2.
 chuva – **83:1v**; **111:1v**; **119:1**; **225:1v**.
 Cid de Almeida, doutor – **160:1**.
 cidadãos – **423:1v**.
 cifra – **101:1**; **158:1v**.
 cintas – **416:4v**.
 cirieiros – **114:3**.
 círios – **189:1**.
Cirrez [?], ponta de – **341:1**, 2.
 cirurgião-mor – **210:1v**.
 citações – **216:2**; **287:2**; **317:9v**.
 Clara (D.), irmã de Francisco de Brito, sobrinha de D. Catarina de Sousa – **236:1**.
 classes – **282:1**.
 clerezia – **152:1**, 1v; **166:1**; **347:1**, 1v.
 clérigos – **71:1**; **182:1**; **189:2**; **191:1**; **240:2**; **242:1**; **275:1v**; **287:4**; **385:1**.
 cobertados, cavaleiros – **102:3**.
 cobertas – **452:1**.
 cobertores – **247:1**.
 cobre – **55:1**; **251:1**, 1v; **264:2**; **409:1-2**.
Cochim – **136:1**; **216:1**; **452:2v**, 3, 5, 5v.
Cochim, capitães – **418:1**.
 Coelha (Antónia), cf. Antónia Coelha.
 Coelha (Catarina), cf. Catarina Coelha.
 Coelho (Duarte), cf. Duarte Coelho.
 Coelho (Nicolau), cf. Nicolau Coelho.
 coentros secos – **39:2**.
 Cofem (Job), cf. Job Cofem.
 cofres – **348:2**; **452:1**, 2v, 4, 5, 5v.
 Cogominho (Fernão Gonçalves de), cf. Fernão Gonçalves de Cogominho.
 coimas – **381:1v**.
Coimbra – **125:1**, 1v; **142:1**, 1v; **150:1**, 1v; **167:1**; **225:1-2**; **239:1**; **347:1v**; **396:1-2v**; **427:1**.
Coimbra, bispo de – **243:1**; **261:1**; **265:1**; **347:1v**; **382:1v**, 2; **371:1**; **396:1v**.
Coimbra, capelas – **169:1**, 1v.
Coimbra, Convento de Santa Clara de – **237:1**.
Coimbra, Convento de São Francisco de – **142:1v**; **225:2**.
Coimbra, corregedores – **374:1v**.
Coimbra, deão – **142:1v**.
Coimbra, duques – **387:1**, 1v.
Coimbra, juizes de fora – **374:1v**.
Coimbra, mercadores – **225:1**.
Coimbra, Mosteiro de Santa Cruz de – **282:1**; **286:1**; **382:1-2v**.
Coimbra, Mosteiro de Santa Maria de Celas de – **371:1**.
Coimbra, ordenança – **225:1-2**.
Coimbra, procuradores – **374:1**.
Coimbra, universidade – **123:1v**; **147:1**; **217:1**; **286:1**.
 Coimbra (António de), cf. António de Coimbra.

- coiro – **245:1; 299:2.**
- Colaço (Pero), cf. Pero Colaço.
- colaços – **136:1; 178-A:1.**
- Colares* – **432:1.**
- colchões – **306:4.**
- colégio papal – **275:1.**
- colégios – **167:1; 206:1v; 417:1, 1v.**
- Colhaia [?] (Francisco de), cf. Francisco de Colhaia [?].
- colheitas – **54:1, 55:1; 240:1v.**
- colmeias – **102:4.**
- colobrinhas – **306:2v.**
- Coluna (Maria da), cf. Maria da Coluna.
- comarcas – **123:1; 140:1v; 147:1; 173:1; 219:1-2; 262:1, 1v; 272:1; 291:1; 292:2v; 406:1.**
- comendadores – **76:3; 216:1v; 387:1, 1v; 423:1v, 2.**
- comendadores-mores – **266:1; 441:1v.**
- comendas – **14:1v; 48:1; 65:1; 86:1v; 145:1; 216:1, 1v; 268:1; 272:1; 280:1; 294:1; 373:1, 1v; 398:1v.**
- comida – **452:2.**
- comissários – **71:1v; 151:1; 244:1.**
- comissários-gerais – **142:1v.**
- comunhão – **117:1; 194:1.**
- Conceição da Cruz (Lisboa)* – **222:1.**
- Conceição*, nau – **452:5v.**
- concelhos – **177:1; 240:1; 292:2v; 381:1v; 403:1, 3; 406:1.**
- Conde de Arganil – **243:1; 347:1v.**
- Conde de Borba – **23:1-4; 91:1, 1v; 92:1-2v; 94:1, 1v; 99:1-2; 102:1, 2v, 3, 4; 170:1; 321:1, 1v; 324:1-2; 345:1, 1v.**
- Conde de Cantanhede – **145:1; 150:2; 237:1.**
- Conde da Feira – **411:1.**
- Conde de Linhares – **8:1; 200:1; 216:2; 303:1; 306:1-8.**
- Conde de Penela – **234:1; 371:1.**
- Conde de Portalegre – **204:1, 1v; 315:1; 380:1v; 441:1v.**
- Conde do Redondo – **6:1-2; 14:1-2v; 18:1-2v; 20:1; 32:1; 36:1; 51:1; 56:1; 57:1, 1v; 63:1-2; 92:2, 2v; 100:1; 112:1; 170:1; 319:1, 1v; 326:1; 332:1v; 407:1; 420:1-2.**
- Conde de Sabugal – **414:1v.**
- Conde de Tarouca – **302:1-2v; 387:1, 1v.**
- Conde de Viana – **49:1, 2.**
- Conde da Vidigueira – **139:1, 1v.**
- Conde de Vimioso – **377:1.**
- condenações – **76:3; 317:9.**
- condes – **15:1; 62:1v; 169:1; 226:1; 289:1; 302:1v, 2; 311:1; 315:1; 346-A:1; 426:1; 427:1, 1v.**
- Condessa de Atouguia – **371:1.**
- Condessa de Borba – **91:1v.**
- Condessa de Faro – **199:1, 1v; 389:1-2.**
- Condessa da Feira – **176:1; 411:1, 1v.**
- condessa de Penela – **371:1.**
- condessa de Redondo – **407:1.**
- condessas – **169:1v; 226:1; 426:1.**
- condestáveis – **22:2; 114:3; 416:6.**
- cónegos – **71:1; 249:1, 1v; 261:1; 381:1.**
- cónegos regrantes – **261:1.**
- confessores – **118:1; 213:1; 221:1; 229:1.**
- confirmações – **127:1; 135:1; 177:1, 1v; 265:1; 277:1; 382:1v; 403:1; 405:1.**
- confissão – **96:1.**
- confrarias – **273:1.**
- Congo* – **151:1; 224:1.**
- congros – **177:2.**
- Conselho do Rei – **119:1; 263:1; 379:1v; 453:1.**
- conservadores – **396:1, 2.**
- conservas – **452:5.**
- contadores – **12:1; 37:1; 40:1v; 49:1; 60:2; 83:1; 111:1; 301:1; 312:1; 317:5v-6v; 322:1v; 334:1; 336:1v; 351:1; 359:2; 377:1; 387:1; 418:1; 437:2.**
- contemplações – **117:1v.**
- contos – **105:1; 334:1; 336:2; 363:1, 1v; 433:1, 1v.**
- contos, escritvães dos – **439:2v.**
- contos, livros dos – **439:1v, 2v.**
- contra-mestre – **443:3.**
- contratadores – **264:1-4.**
- contratos – **5:1; 16:1; 220:1; 224:1; 227:2; 264:2; 312:1; 382:1v.**
- Convento da Anunciada de Lisboa – **236:1.**
- Convento de Espírito Santo do Cartaxo – **404:1.**
- Convento de Jesus de Aveiro – **159:1.**
- Convento de Nossa Senhora dos Anjos de Azurara – **151:1.**
- Convento de Nossa Senhora dos Anjos de Faro – **129:1.**

- Convento de Nossa Senhora da Conceição de Elvas – **130:1-2**.
- Convento de Nossa Senhora da Piedade – **172:1**.
- Convento de Nossa Senhora da Piedade da Boa Vista de Lisboa – **117:1**.
- Convento de Nossa Senhora da Vitória da Batalha – **146:1**.
- Convento de Santa Clara – **117:1; 175:1**.
- Convento de Santa Clara de Coimbra – **142:1v; 237:1**.
- Convento de Santa Clara de Elvas – **130:1-2**.
- Convento de Santa Clara de Évora – **236:1; 279:1,1 v**.
- Convento de Santa Clara de Lisboa – **59:1-2**.
- Convento de Santa Mónica – **278:1, 1v**.
- Convento de Santa Zita da Asseiceira de Tomar – **142:1**.
- Convento de São Francisco de Azamor – **88:1**.
- Convento de São Francisco de Coimbra – **142:1v; 225:2**.
- Convento de São Francisco do Funchal – **281:1**.
- Convento de São Gabriel – **151:1**.
- Convento de Tomar – **265:1**.
- conventos – **131:1; 142:1v; 212:1; 222:1; 224:1; 296:1; 298:1**.
- conversão – **71:1; 216:1; 318:1, 1v**.
- copeiros – **169:1v**.
- copistas – **388:1v**.
- coração – **452:1**.
- coral – **452:3v, 5**.
- cordas – **76:1v; 403:2v; 452:6v**.
- cordeiros – **171:1v**.
- cordel – **222:1**.
- Cordelha, judeu, Azamor – **340:1**.
- cores – **246:1**.
- coreto – **182:1**.
- coro – **182:1**.
- coronéis – **158:1**.
- coronhas – **22:2; 99:1v**.
- coronheiros – **18:2**.
- corpo – **409:1**.
- corredores – **28:2; 40:4v; 310:1 v**.
- corregedores – **4:2v; 83:1; 116:1, 1v; 121:1v; 123:1; 126:1v; 132:1, 1v; 133:1; 150:1-2; 156:2v; 166:2; 180:1; 188:1-4; 201:1, 1v; 220:1v; 230:1; 233:1; 235:1; 240:2; 249:1; 250:1v; 262:1, 1v; 263:1; 270:1; 277:1, 2; 284:1, 1v; 292:1; 336:2; 348:1v; 374:1v; 376:1; 377:1; 381:1v; 396:2v; 400:1**.
- corregedores da corte – **156:2v; 387:1, 1v; 425:1, 1v**.
- Correia, irmão de António Correia, capitão, Itália – **200:1v**.
- Correia (António), cf. António Correia.
- Correia (Catarina), cf. Catarina Correia.
- Correia (Duarte), cf. Duarte Correia.
- Correia (Estêvão), cf. Estêvão Correia.
- Correia (Francisca), cf. Francisca Correia.
- Correia (Francisco), cf. Francisco Correia.
- Correia (Henrique), cf. Henrique Correia.
- Correia (Jerónimo), cf. Jerónimo Correia.
- Correia (João), cf. João Correia.
- Correia (João Rodrigues), cf. João Rodrigues Correia.
- Correia (Jorge), cf. Jorge Correia.
- Correia (Margarida), cf. Margarida Correia.
- Correia (Pero), cf. Pero Correia.
- Correia (Pero Lopes), cf. Pero Lopes Correia.
- Correia (Simão), cf. Simão Correia.
- Correia Ferreira (Catarina), cf. Catarina Correia Ferreira.
- correias – **75:3**.
- correição – **166:1; 182:1; 262:1v; 375:1v**.
- correio-mor – **207:1**.
- correios – **119:1; 134:1; 149:1; 383:1; 388:1; 390:1v**.
- correntes – **132:1**.
- corretores – **417:1v; 434:1v, 2**.
- Corte – **53:2; 71:2; 83:1; 119:1; 125:1; 126:1v; 132:1v; 133:1, 1v; 165:1; 167:1; 169:1v; 200:1; 214:1; 218:1; 220:1; 233:1; 254:1; 256:1; 268:1; 334:1; 387:1, 1v; 388:1; 396:1v; 402:1; 425:1, 1v**.
- Corte Real (Bernardo), cf. Bernardo Corte Real.
- corte, cadeia – **156:2**.
- corte, inquiridores – **216:1v**.
- Cortes (Jorge), cf. Jorge Cortes.
- Cortes de Lisboa – **177:1v;**
- Cortes de Lisboa (1498) – **177:1-2, 406:1, 1v**.
- Cortes de Lisboa (1499) – **257:1**.

- cortesão – **68:1; 114:4v**.
 cortijo – **306:6**.
 cortinas de tafetá – **175:1**.
Coruche – **395:1**.
 Corvinel (Paris), cf. Paris Corvinel.
 corvos – **317:7v**.
 Cós, Mosteiro de Santa Maria de – **146:1**.
 Costa (Afonso da), cf. Afonso da Costa.
 Costa (Afonso Lopes da), cf. Afonso Lopes da Costa.
 Costa (Ana da), cf. Ana da Costa.
 Costa (António da), cf. António da Costa.
 Costa (Catarina da), cf. Catarina da Costa.
 Costa (Filipa da), cf. Filipa da Costa.
 Costa (Gil Eanes da), cf. Gil Eanes da Costa.
 Costa (Manuel da), cf. Manuel da Costa.
 Costa (Rui da), cf. Rui da Costa.
 Costa (Sebastião da), cf. Sebastião da Costa.
 Costa (Simão Gonçalves da), cf. Simão Gonçalves da Costa.
 costumagens – **403:1**.
 costumes – **11:1v; 25:3v; 64:1v**.
 Cotrim (Francisca), cf. Francisca Cotrim.
 Cotrim (João), cf. João Cotrim.
 Cotrim (Rui), cf. Rui Cotrim.
 couraças – **53:1v; 61:1v; 103:1v; 416:4**.
 coutadas – **285:1v; 380:1, 1v**.
 Coutinha (Ana), cf. Ana Coutinha.
 Coutinho (Diogo de Azevedo), cf. Diogo de Azevedo Coutinho.
 Coutinho (Francisco de Ávila), cf. Francisco de Ávila Coutinho.
 Coutinho (João), cf. João Coutinho.
 Coutinho (Manuel), cf. Manuel Coutinho.
 Coutinho (Vasco), cf. Vasco Coutinho.
 Coutinho e Vasconcelos (Fernando de Meneses), cf. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos.
 coutos – **240:1-2; 277:1v; 363:2; 382:1-2**.
Coutos de Alcobaça – **292:2**.
 côvados, medida – **7:1**.
 covas – **132:1v; 395:1**.
Covilhã – **142:1v**.
 cozinhas – **71:2**.
 crasteiros – **249:1; 261:1; 290:1**.
Crato, priores – **387:1, 1v**.
 cravo – **113:2; 415:1, 3-3v; 432:1; 452:3v**.
 cravos – **434:1**.
 credores – **224:1**.
 criadas – **71:1**.
 criados – **14:1; 17:1, 2; 19:1; 21:1; 30:1; 33:1; 45:1; 53:1v; 55:2; 58:1v; 63:1; 63:2; 66:1; 75:1, 1v, 3; 94:1; 100:1; 112:1; 123:1; 128:1; 133:1, 1v; 154:1; 164:1; 170:1v; 191:1; 210:1; 216:1; 240:1v; 244:1; 255:1; 259:1; 269:1; 280:1; 287:1v; 299:2v; 302:2, 2v; 309:1v; 315:1; 316:1; 317:7v; 322:1v; 324:1v; 328:1; 339:1; 356:1; 374:1; 385:1; 418:1v; 428:1**.
 crianças – **40:1v, 2; 63:1v, 2; 64:2; 65:1; 71:1; 74:2v; 76:1-2v; 92:1; 281:1; 324:1v; 335:1; 350:1; 410:1; 437:3**.
 crisma – **281:1**.
 cristãos – **10:1; 11:1; 25:1, 2v, 3v, 4; 35:1v; 42:1; 43:1v; 62:1v; 69:1; 71:2; 72:1, 1v; 74:1v; 75:1, 2-4v; 76:2v, 3; 94:1, 1v; 96:1; 109:1; 114:3, 3v; 179:2; 216:1; 302:1, 1v; 309:1v, 3; 314:2; 317:1, 5v, 7v, 11; 318:1, 1v; 320:1; 327:2; 328:1; 330:1v, 2; 342:1; 344; 361:1; 363:1, 1v; 388:1; 421:1, 1v; 424:1-2; 436:3v; 444:1; 448:1v, 2**.
 cristãos-novos – **64:2; 75:3v; 114:3, 3v; 127:1; 133:1v; 160:1; 171:1v; 235:1; 241:1, 1v; 252:1; 285:2v; 287:3**.
 cristianismo – **64:2, 2v; 68:1; 87:1, 1v**.
 Cristo, Ordem de, cf. Ordem de Cristo.
 Cristobal de Valbuena, Frei, d. [1544-1546] – **224:1**.
 Cristóvão, ginete – **443:2**.
 Cristóvão de Abreu – **282:1**.
 Cristóvão de Almeida, escrivão da feitoria de Safim, 1507 – **39:1-2v**.
 Cristóvão Esteves, licenciado – **290:1**.
 Cristóvão Esteves, piloto – **443:3v**.
 Cristóvão Freire, Safim, 1517-1518 – **28:2; 40:1, 2v; 437:2**.
 Cristóvão Galo, marinheiro – **443:3**.
 Cristóvão Jacques – **120:1v**.
 Cristóvão Jusarte – **157:1, 1v**.
 Cristóvão Lourenço Carracão, sobrerolda, Azamor – **106:1**.
 Cristóvão de Melo – **49:1; 292:1**.
 Cristóvão Mendes, corregedor na Beira – **262:1, 1v**.
 Cristóvão Mendes, Lisboa, 1546 – **384:1v**.

- Cristóvão Moniz, Safim – **98:1**.
 Cristóvão de Moura (D.) – **380:1**, 1v.
 Cristóvão Nunes, Safim – **341-A:1**.
 Cristóvão Pereira, Arzila – **63:1v**.
 Cristóvão Rodrigues, licenciado, 1526 – **227:1**.
 Cristóvão de Sá, Arzila – **63:1v**.
 Cristóvão de Vilhena (D.) – **216:1**.
Crónica de Castela – **409:1**.
Crónica de Espanha – **62:1v**.
Crónica do Infante D. Fernando – **42:1**.
 crónicas – **120:1v**.
 crucifixos – **332:1**.
 Cruz (Ana da), cf. Ana da Cruz.
 Cruz (Bernardo da), cf. Bernardo da Cruz.
 Cruz (Cecília da), cf. Cecília da Cruz.
 Cruz (Eufrásia da), cf. Eufrásia da Cruz.
 Cruz (João da), cf. João da Cruz.
Cruz, Conceição da (Lisboa) – **222:1**.
 Cruz, Porta da (Lisboa) – **119:1**.
 cruzadas – **267:1**.
 cruzados de alças, moeda – **17:1**.
 cruzados, moeda – **1:1v**; **14:1**; **23:2v**; **24:1v**; **55:2**; **70:1**; **71:2**; **113:2**; **120:2**; **152:1**; **169:1v**; **200:1**, 1v; **212:1**; **216:1**; **220:1**; **221:1**; **243:1**; **250:1**; **254:1**; **258:1**; **261:1**; **264:1-4**; **274:1**; **287:3v**; **345:1**; **346-A:1**; **363:2v**; **381:1**, 1v; **388:1v**; **395:1**; **408:1**; **414:1**; **420:1v**, 2; **423:2**; **436:3v**; **440**; **446:1**; **452:3-4**, 5, 5v.
 cruzeiros – **332:1**.
 cruzeiros de prata – **175:1**.
 cubelos – **23:2**; **61:1v**; **367:1v**.
Culeihat Elmuridin (Moradis, Moradys) (Safim), castelo – **28:1v**; **43:1v**.
 culto religioso – **182:1**.
 Cunha (Filipa da), cf. Filipa da Cunha.
 Cunha (Francisco da), cf. Francisco da Cunha.
 Cunha (Helena da), cf. Helena da Cunha.
 Cunha (Mécia da), cf. Mécia da Cunha.
 Cunha (Nuno da), cf. Nuno da Cunha.
 Cunha (Pero Vaz da), cf. Pero Vaz da Cunha.
 Cunha (Tristão da), cf. Tristão da Cunha.
 cunhagem de moeda – **409:1-2**.
 cunhas – **83:1v**.
 currais – **75:1v**, 3v, 4; **381:1v**.
 cursos – **286:1**.
 custas – **166:1v**; **287:2v**.
 custódia, peça de ourivesaria – **96:1**; **332:1**.
 custódio – **151:1**.
 cutiladas – **249:1**.
 dádivas – **40:4**; **64:1v**; **73:1v**; **80:1v**.
 Damião Dias, 1510 – **87:1v**, 2v; **200:1**.
 Daniel Fernandes, Ponta Delgada – **188:4**.
 Dardeiro (Moisés), cf. Moisés Dardeiro.
 Das, xequê, 1546 – **50:1**.
 David, rei bíblico – **179:2**; **404:1**.
De Censibus – **406:1**.
 deão – **142:1v**; **249:1**; **385:1**, 1v.
 debuxos – **64:1**.
 decapitação – **75:2v**.
 decepamento – **317:9**; **376:1**; **452:1v**.
 décimas – **152:1**, 1v.
 defuntos – **71:2**; **313:1v**.
 degredados – **116:1**; **200:1**.
 degredo – **41:2**; **240:2**; **334:1**.
 delinquentes – **249:1v**.
 demandas – **127:1**; **167:1**; **170:1**; **188:2**; **196:1**; **234:1**; **249:1**; **254:1**; **259:1**; **261:1**; **287:1v**, 4; **317:9**, 9v; **382:1**; **388:1v**; **423:1v**.
 Demo – **75:2**, 4v.
 demolições – **277:1**.
 dentes de elefante – **452:5v**.
 deportação – **64:2**.
 desafios – **356:1**.
 desembargadores – **116:1**; **156:1v**, 2; **166:1**; **188:2v**; **189:1v**; **246:1v**; **249:1**; **392:1**.
 Desembargo do Paço – **13:1**; **133:1**; **139:1**; **370:1v**; **392:1**, 1v; **405:1**.
 deserto – **69:1**.
 despachos – **120:1**; **122:1**; **156:1v**, 2; **280:1**; **292:1**; **388:1v**; **405:1**; **425:1v**.
 despenseiros – **251:1**.
 despesas – **219:1v**.
 despojos – **11:1**.
 desterro – **218:1v**; **317:9v**.
 Deus – **409:1v**.
 devassas – **76:2v**; **118:2**; **126:1**, 1v; **132:1v**; **133:1**, 1v; **139:1**; **166:1-2**; **189:1**; **220:1v**; **370:1**; **372:1**; **382:1**; **437:5v**.
 devoção – **235:1**.
 Dia (*Dya*), notável dos Ouled 'Amran, Safim, 1512-1518 – **40:4v**, 5v; **82:1**; **317:2v**, 4v, 7v, 11.
 Dia de Espírito Santo – **138:1**.

- Dia do Juízo – **409:1v; 434:1**.
 Dia de Natal – **118:1; 135:1; 179:2; 453:1**.
 Dia de Páscoa – **52:1; 125:1; 302:1v; 323:1; 374:1; 379:2v; 415:1v**.
 Dia dos Reis – **149:1**.
 Dia de São Gregório – **244:1**.
 Dia de São João – **308:2; 323:1**.
 Dia de São Lourenço – **73:1v**.
 Dia de São Tomé – **142:1**.
 Dias (Afonso), cf. Afonso Dias.
 Dias (Álvaro), cf. Álvaro Dias.
 Dias (António), cf. António Dias.
 Dias (Bartolomeu), cf. Bartolomeu Dias.
 Dias (Brás), cf. Brás Dias.
 Dias (Damião), cf. Damião Dias.
 Dias (Diogo), cf. Diogo Dias.
 Dias (Estêvão), cf. Estêvão Dias.
 Dias (Francisco), cf. Francisco Dias.
 Dias (Gaspar), cf. Gaspar Dias.
 Dias (Henrique), cf. Henrique Dias.
 Dias (Joana), cf. Joana Dias.
 Dias (João), cf. João Dias.
 Dias (Jorge), cf. Jorge Dias.
 Dias (Marcos), cf. Marcos Dias.
 Dias (Martim), cf. Martim Dias.
 Dias (Pero), cf. Pero Dias.
 Dias (Rui), cf. Rui Dias.
 Dias do Amaral (Francisco), cf. Francisco Dias do Amaral.
 Dias de Azevedo (Rui), cf. Rui Dias de Azevedo.
 Dias Landim (Gaspar), cf. Gaspar Dias Landim.
 Dias de Santiago (Bento), cf. Bento Dias de Santiago.
 dias santos – **225:1v; 381:1v**.
Dieppe – **119:1**.
 difamação – **270:1**.
 dinheiro – **37:1v, 2; 49:2v; 55:1v; 60:1; 64:2; 80:2; 99:1, 1v; 105:1, 1v; 113:1v; 114:3v; 178:1; 182:1; 203:1; 227:2; 229:1; 243:1; 244-A:1; 245:1; 250:1-2; 251:1v; 260:1; 264:1-2; 267:1v; 270:1, 1v; 271:1; 274:1v; 277:2; 284:1; 287:1v; 299:1v, 2; 302:1v; 307:1v; 309:2; 317:3v, 7; 323:2; 341-A:1; 345:1; 349:1v; 359:1; 377:1; 393:1; 408:1; 415:1v, 3, 5; 419:1v; 435:1; 439:1v, 2v; 440:1v; 442:1**.
 Dinis (Jerónimo), cf. Jerónimo Dinis.
 Diogo [...], Azamor, 1540 – **88:3**.
 Diogo (Frei), pregador – **129:1**.
 Diogo Afonso, escrivão da câmara de Sines – **403:1**.
 Diogo de Anaia (D.) – **143:1, 1v**.
 Diogo da Arruda, Azamor, 1514 – **114:4**.
 Diogo de Azambuja, Safim, 1515 – **81:1; 101:1, 1v; 303:1; 440:1v, 2v**.
 Diogo de Azevedo Coutinho, Tânger – **65:1**.
 Diogo Berrio, 1513 – **102:4**.
 Diogo Casco – **381:1**.
 Diogo de Castro (D.) – **124:1**.
 Diogo Cerveira – **432:1**.
 Diogo Dias, cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **350:1v**.
 Diogo Dias, criado – **164:1**.
 Diogo Fernandes, Azamor, 1540 – **88:2v**.
 Diogo Fernandes, feitor, 1503 – **452:4**.
 Diogo Fernandes, Lisboa, 1546 – **384:1v**.
 Diogo Fernandes, Sines – **403:3**.
 Diogo Fernandes das Póvoas – **173:1**.
 Diogo da Fonseca – **132:1**.
 Diogo da Fonseca, doutor – **139:1; 370:1**.
 Diogo Forjaz Pereira (D.) – **253:1**.
 Diogo Fragoso, ouvidor, cavaleiro, Azamor, 1517-1540 – **36:1v; 88:1v**.
 Diogo Frazão de Vasconcelos – **214:1, 1v**.
 Diogo de Gouveia, Coimbra – **417:1v**.
 Diogo Leite, Ceuta, 1529 – **327:2; 439:2**.
 Diogo de Lescano, capitão da gente de ordenança de Beja – **375:1-2**.
 Diogo Lobo – **164:1**.
 Diogo Lobo (D.), barão do Alvito, 1513-1519 – **102:2v; 299:2**; cf. barão do Alvito.
 Diogo Lopes – **207:1; 208:1**.
 Diogo Lopes, escrivão do armazém do Reino – **415:4**.
 Diogo Lopes de Lima, Guimarães – **187:1, 1v; 268:1-1v; 280:1**.
 Diogo Luís – **78:1**.
 Diogo Machado de Sampaio, fidalgo da casa real, Azamor, 1528 – **336:1v**.
 Diogo Madeira, Azamor, 1540 – **88:3**.
 Diogo Martins, escrivão da Casa da Guiné e Índias – **432:1, 1v; 443:4**.
 Diogo de Melo, Évora – **231:1**.

- Diogo Mendes – **126:2**.
 Diogo de Noronha (D.) – **136:1**.
 Diogo Pacheco, 1517 – **17:1v**.
 Diogo Pacheco, doutor – **287:2**.
 Diogo Pereira (D.), conde da Feira – **411:1**.
 Diogo Pereira, Arzila, 1508-1511 – **23:2v; 63:1v; 92:1**.
 Diogo Pessanha – **376:1, 1v**.
 Diogo Raposo, moço da câmara, criado do bispo da Guarda – **356:1**.
 Diogo Real – **443:4**.
 Diogo Rodrigues, 1530-1534 – **377:1**.
 Diogo Rodrigues, morador em Arraiolos – **451:1**.
 Diogo de Sampaio – **435:1-2**.
 Diogo Sanches – **370:1**.
 Diogo de Sepúlveda, Évora – **274:1, 1v**.
 Diogo da Silva (D.), 1.º conde de Portalegre – **204:1, 1v; 441:1v**.
 Diogo da Silva (D.), 5.º conde de Portalegre – **380:1v**.
 Diogo da Silveira – **294:1**.
 Diogo da Silveira, Índia – **95:1**.
 Diogo Taveira, corregedor – **284:1**.
 Diogo de Vasconcelos – **136:1, 1v**.
 Diogo Vaz, Azamor, 1540 – **88:2v**.
 Diogo Vaz, lavrador, rendeiro da sisa geral em Atouguia da Baleia, morador na Amoreira (Óbidos) – **127:1**.
 Diogo Velho, secretário – **414:1**.
 Diogo Vieira, Azamor, 1540 – **88:2v**.
 direitos – **11:2v; 99:1v; 105:1v; 177:1v, 2**.
 direitos reais – **403:1**.
 dispensações – **76:3**.
Diu – **95:1; 136:1**.
Diu, cerco – **214:1**.
 dívidas – **24:1v, 2v; 55:2; 122:1, 1v; 158:1; 211:1; 240:2; 248:1; 264:1-4; 302:2v; 317:9v; 398:1v; 423:1v**.
 dízimas, dízimos – **24:2; 59:1, 1v; 99:1v; 105:1v, 2; 173:1; 177:1v; 246:1; 346:1; 347:1; 361:1v; 403:2, 2v; 406:1, 1v**.
Djebel el-Akhdar (Serra Verde) – **35:1v; 74:2**.
 doações – **135:1; 195:1v; 284:1, 1v; 405:1**.
 dobras, moeda – **37:2; 91:1; 317:8, 9, 9v; 364:1v**.
 dobras zeinas de Fez, moeda – **62:2**.
 doenças, doentes – **97:1; 107:1; 114:1, 1v; 116:1; 117:1; 126:2; 128:1; 131:1; 144:1; 156:1v; 159:1; 169:1v; 187:1v; 189:2; 194:1-2; 208:1; 210:1; 211:1v; 215:1v; 225:1; 278:1; 293:1; 332:1; 385:1, 1v; 389:1; 395:1; 398:1; 399:1; 423:1v; 432:1, 1v; 434:2; 439:2v; 442:1; 445:1**.
 doestar – **317:8, 9v; 320:2**.
 domingos – **188:3v; 194:1v; 225:1v**.
 Domingos, genovês – **443:1**.
 Domingos de Aguiar, Azamor, 1540 – **88:2**.
 Domingos Fernandes, criado – **244:1**.
 Domingos Lopes Barreto, contador, Santa Cruz de Cabo de Gué, 1531 – **351:1**.
 Domingos Martins, Azamor, 1540 – **88:2**.
 Domingos Matos, Azamor, 1540 – **88:2**.
 Domingos de Paiva – **198:1**.
 donas – **236:1; 374:1**.
 Dória (Luís), cf. Luís Dória.
 dormitórios – **71:2; 118:1; 194:1; 224:1; 281:1; 404:1**.
 dotes – **121:2; 308:1**.
Douro – **379:2**.
 doutores – **13:1; 127:1; 139:1; 142:1v; 160:1; 188:2v; 217:1; 219:1-1v; 248:1; 258:1v; 261:1; 273:1, 1v; 287:2; 370:1; 393:1, 1v; 396:2, 2v; 403:2; 406:1; 414:1, 1v**.
 doutrina – **71:1; 129:1**.
Drá (Dara, Draa) – **42:1v, 2; 69:1; 320:1**.
 drogas – **264:3v**.
 dromedários – **354:1**.
 Duarte (D.) – **179:2**.
 Duarte (D.), filho de D. João III – **175:1, 1v; 261:1**.
 Duarte (D.), rei de Portugal – **187:1**.
 Duarte (Mestre), cf. Mestre Duarte.
 Duarte de Castelo Branco (D.), conde de Sabugal – **414:1v**.
 Duarte Cerveira – **210:1**.
 Duarte Coelho, Safim, 1529 – **439:2**.
 Duarte Correia, sobrinho de Simão Correia, Azamor, 1517 – **36:1v**.
 Duarte Fernandes, mourisco, Arzila – **444:1**.
 Duarte Lopes, Azamor – **340:1**.
 Duarte Martins – **313:2**.
 Duarte de Melo, alcaide-mor de Castelo de Vide – **284:1, 1v**.

- Duarte de Meneses (D.), capitão-mor de Tânger – **83:1; 100:1; 321:1v**.
- Duarte de Meneses (D.), conde de Viana – **49:1, 2**.
- Duarte de Meneses (D.), governador da Índia – **137:1**.
- Duarte Ribeiro – **332:1**.
- Duarte Rodrigues Alcoforado, Azamor, 1517 – **36:1v**.
- Duarte Rodrigues, Azamor, 1514 – **422:1v**.
- Duarte Tristão – **235:1**.
- Duarte Vaz, tesoureiro da capela em Coimbra – **169:1, 1v**.
- ducados, moeda – **4:2v; 224:1; 446:1v**.
- Duque de Alba – **388:2; 419:2v**.
- Duque de Aveiro – **246:1**.
- Duque de Bragança – **17:1; 102:1, 2, 3, 4, 4v; 107:1v; 114:1v; 145:1; 216:1, 1v; 257:1; 339:1; 379:1**.
- Duque de Coimbra – **387:1, 1v**.
- Duque de Medina Sidonia – **264:3v, 4**.
- Duquela* (*Ducala, Duquella*) – **2:1; 35:1; 36:1, 2v; 41:1; 42:2; 69:2; 74:1; 72:1; 80:1v; 114:2v; 300:1; 317:2, 3-4v, 7, 7v; 335:1v; 352:1; 355:1, 1v; 358:2; 431:1; 436:2v; 449:1**.
- Duquela*, alarves – **25:1v; 28:2v**.
- Duquela*, alcaides – **11:1-2**.
- Duquela*, mouros – **11:1v, 2**.
- duques – **205:1; 405:1v**.
- Dyzy [?] Souleïman ben Mohammed (*Dizy Culeymam Bem Mafamede*), genro de Benamira – **31:1**.
- Eanes (Afonso), cf. Afonso Eanes.
- Eanes (Álvaro), cf. Álvaro Eanes.
- Eanes (Estêvão), cf. Estêvão Eanes.
- Eanes (Francisco), cf. Francisco Eanes.
- Eanes (Gonçalo), cf. Gonçalo Eanes.
- Eanes (João), cf. João Eanes.
- Eanes (Lourenço), cf. Lourenço Eanes.
- Eanes (Luís), cf. Luís Eanes.
- Eanes (Pedro), cf. Pedro Eanes.
- Eanes (Vasco), cf. Vasco Eanes.
- Eanes da Costa (Gil), cf. Gil Eanes da Costa.
- Eanes da Fonseca (Martinho), cf. Martinho Eanes da Fonseca.
- Eanes Guagoca (Francisco), cf. Francisco Eanes Guagoca.
- Eanes Lobato (Pedro), cf. Pedro Eanes Lobato.
- Eanes Morais (Rodrigo), cf. Rodrigo Eanes Morais.
- Eça (Fernando de), cf. Fernando de Eça.
- Eça (Francisco de), cf. Francisco de Eça.
- Eça (João de), cf. João de Eça.
- Eça (Maria de), cf. Maria de Eça.
- Eça (Pedro de), cf. Pedro de Eça.
- eclesiásticos – **218:1**.
- edifícios – **267:1v**.
- éguas – **75:3v; 120:1v; 138:1, 2; 320:1**.
- eiras – **71:2v; 287:3v**.
- eixos – **22:2**.
- elches – **68:1; 342:1**.
- elefantes – **452:5v**.
- eleições – **76:3; 133:1v; 135:1; 224:1v; 237:1; 265:1; 297:1**.
- El-Haret (*Hartea*), cabilda – **317:8v**.
- El-Hasan ben Carama [?] (*Alhacem bem Carama*), 1513 – **72:1**.
- El-Khemis* (*Gormiz, Gornyz, Quarniz*) – **25:2-3v; 28:2; 37:1, 1v; 40:1v; 59:2; 309:3v; 310:2v; 436:3v**.
- El-Kourimat* (*Algoromate*), 1514 – **80:1, 1v**.
- El-Terter* (*Tarter*) – **81:1**.
- Elvas* – **126:1-2v; 381:1v**.
- Elvas*, alcaides-mores – **138:1**.
- Elvas*, Convento de Nossa Senhora da Conceição de – **130:1-2**.
- Elvas*, Convento de Santa Clara de – **130:1-2**.
- Elvas*, juizes – **285:3**.
- Elvas*, moradores – **156:1, 1v**.
- Elvas*, muro – **285:3**.
- Elvas*, termo – **138:1**.
- embaixadas – **348:1**.
- embaixadores – **56:1; 87:1v; 94:1v; 125:1; 146:1; 158:1v; 186:1; 275:1; 293:1; 305:1; 318:1; 378:1v; 424:1; 429:1; 441:1, 1v**.
- embarcações – **107:2; 114:1, 3v; 269:1**.
- embargos – **156:1v; 284:1v**.
- Emim Ruduam Andaluz [?], alcaide de Larache – **23:3v**.
- emprazamentos – **192:1; 290:1**.
- empréstimos – **178:1; 211:1**.
- encargos do concelho – **240:1**.
- enfermarias – **118:1v; 281:1**.

- enfermidades – **85:1; 278:1**.
 enfermos – **96:1**.
 enforcamentos – **179:1; 309:3v**.
 enjeitados – **182:1**.
 En-Naser ben Douma (Naçar Bemdrima),
 xeque, 1519 – **74:1v, 2**.
 Enrique II (D.), rei de Castela – **409:1**.
 ensino – **182:1; 225:1**.
 enterros – **385:1**.
Entre-Douro e Minho – **173:1; 177:1v; 179:1v;**
 200:1, 1v; 269:2.
Entre-Douro e Minho, meirinhos – **123:1, 1v**.
 enxadas – **99:2**.
 enxerca – **379:2v**.
Enxerquia, cf. Xérquia.
Enxovia – **17:1, 1v; 22:1v; 35:1, 1v; 37:2; 42:**
 1v, 2; 45:1; 70:1, 1v; 73:1v; 74:1; 80:1v, 2;
 89:1; 96:1; 108:1, 1v; 114:1v-2v; 114:4v;
 145:1; 314:2; 331:1v; 339:1, 1v; 344; 352:
 1; 355:1, 1v; 359:1v; 363:1-2; 422:1; 436:1;
 442:1; 449:1v.
Enxovia, alcaides – **31:1**.
Enxovia, xeques – **31:1**.
 enxugar – **118:1v**.
 eremitas – **393:1v**.
 ermidas – **272:1; 390:1**.
 erva – **25:3; 99:1; 114:4v**.
 escadas – **132:1; 194:1-2; 260:1v**.
 escantilhar – **453:1**.
 escarlatas – **51:1**.
 escolas – **123:1v; 396:1, 2**.
 escravas – **92:2, 2v**.
 escravos – **40:5; 94:1-1v; 112:1; 220:1; 309:3;**
 348:1v, 2; 364:1v, 2; 416:3; 452:1v, 3, 5v.
 escrituras – **121:1v; 192:1; 201:1; 263:1;**
 270:1; 287:4; 305:1; 374:1, 1v.
 escritvões – **9:1v; 69:2v; 132:1; 150:1v; 156:1,**
 2v; 192:1; 230:1; 249:1; 263:1; 273:1; 277:
 1v; 348:2; 363:2v; 370:1; 382:1v, 2; 395:1;
 415:2-2v, 4-5; 418:1; 434:2; 443:4; 452:
 1-2, 3-5.
 escritvões dos agravos – **392:1, 1v**.
 escritvões da alfândega – **259:1**.
 escritvões das apelações – **392:1**.
 escritvões do armazém – **415:4**.
 escritvões dos arrendamentos – **263:1**.
 escritvões da câmara – **107:2; 284:1; 294:1;**
 416:2v.
 escritvões da contadoria – **387:1**.
 escritvões dos contos – **439:2v**.
 escritvões do corregedor da corte – **425:1, 1v**.
 escritvões da feitoria – **39:1-2v; 111:1**.
 escritvões dos hospitais – **194:1**.
 escritvões do judicial e notas – **277:1**.
 escritvões dos órfãos – **219:1v; 255:1**.
 escritvões da puridade – **303:1**.
 escudeiros – **14:1v; 23:2v, 4; 58:1v; 189:2v;**
 263:1; 273:1v; 277:1, 1v; 284:1, 1v; 285:2;
 319:1v; 360:1; 372:1.
 escutas de pé – **439:2v**.
 esmolas – **59:2v; 71:1v-2v; 114:3v; 162:1;**
 206:1; 217:1; 221:1; 224:1; 229:1; 232:1v;
 235:1; 240:2; 247:1; 248:1; 273:1; 279:1,
 1v; 384:1; 386:1; 416:3.
 espadas – **63:1; 118:1v; 225:2; 245:1; 302:1v;**
 317:5; 452:6.
 espaldeiras – **83:1v**.
Espanha – **388:2**.
Espanha, Crónica de – **62:1v**.
 especiarias – **59:2v; 113:1v; 116:1; 117:1;**
 131:1; 317:5; 409:1; 415:1, 2v, 3v-5.
 esperas – **22:2; 38:1; 307:1v**.
 espias – **43:1; 73:1; 74:1v; 437:4v**.
 espigas – **40:3v**.
 espingardas – **22:2; 36:2; 100:1; 118:1; 245:**
 1v; 306:6; 380:1, 1v.
 espingardeiros – **25:2v; 36:1v; 49:1v; 60:2;**
 69:1v; 101:1; 102:4; 107:1v; 114:1; 225:1v;
 245:1; 269:1v; 285:2v; 302:1, 1v; 327:1;
 360:2; 425:2; 431:1; 439:1v, 2; 443:3.
 espírito santo – **237:1; 267:1**.
Espírito Santo (Montemor-o-Novo) – **242:1**.
 Espírito Santo do Cartaxo, Convento de –
 404:1.
 Espírito Santo, Dia de – **138:1**.
 esporas – **388:1v; 423:2**.
 esporões – **341:1**.
 esquifes – **452:4v**.
Es-Soubeit (Çobit) – **2:1**.
 Estação (João Rodrigues), cf. João Rodrigues
 Estação.
 estalagens – **250:1, 1v**.
 estalajadeiros – **250:1, 1v**.
 estâncias – **36:1v, 2; 57:1; 102:4v; 103:2; 306:**
 3, 5v, 7v; 316:1.

- estanhadeira – **36:2**.
estatutos – **265:1**.
esteiras – **448:1**.
esterco – **194:1**.
esterqueiras – **285:2**.
Estêvão (Gonçalo), cf. Gonçalo Estêvão.
Estêvão Afonso, Azamor, 1540 – **88:2**.
Estêvão de Aguiar, doutor, provedor da comarca de Évora – **219:1-1v**.
Estêvão de Aguiar Gorizo, feitor, 1512 – **24:1v; 364:1v**.
Estêvão Barroso, vereador de Tavira – **135:1**.
Estêvão Correia, doutor da Casa da Suplicação – **127:1**.
Estêvão Dias, Azamor, 1540 – **88:2**.
Estêvão Eanes, marinheiro – **443:3**.
Estêvão de Faro (D.) – **134:1**.
Estêvão da Gama (D.), capitão da armada do Estreito, Ceuta e Índia, 1530 – **95:1; 327:1-2v; 341:1-2**.
Estêvão de Lagos, corregedor de Cabo Verde, 1534-1536 – **220:1v**.
Estêvão Lopes, rendeiro, Lisboa – **379:1v**.
Estêvão de Montarroio, fronteiro, Arzila – **302:2**.
Estêvão de Ouliva, Arzila – **63:1v**.
Estêvão Rodrigues Berrio, Azamor, 1514 – **114:1, 3**.
Estêvão Vaz, oficial da Casa da Índia – **221:1; 408:1; 415:1-5**.
Estêvão Vaz de Abrantes, feitor – **415:2-2v**.
Esteves (Afonso), cf. Afonso Esteves.
Esteves (Álvaro), cf. Álvaro Esteves.
Esteves (Cristóvão), cf. Cristóvão Esteves.
Esteves (João), cf. João Esteves.
Esteves (Pero), cf. Pero Esteves.
estômago – **452:1**.
Estômba – **402:1**.
estradas – **123:1**.
estrado – **257:1**.
estrangeiros – **36:1v; 114:3; 177:1v; 267:1; 388:1v; 396:2; 403:2; 434:1v**.
estrebaria – **10:1; 62:1; 138:1, 2; 194:1**.
Estreito – **280:1; 367:1v**.
Estreito de Gibraltar – **4:1; 71:1v; 419:2v**.
Estreito de Meca – **136:1**.
Estremadura, corregedores – **291:1v**.
Estremoz – **151:1; 216:1v; 219:1-1v; 250:1-2; 279:1; 285:2v**.
Estremoz, tabeliães – **219:1v**.
estribeira, moços de – **12:1; 53:1, 1v; 92:1v; 144:1; 313:2; 358:1; 399:1**.
estribos – **75:4**.
estudantes – **396:1-2; 417:1v**.
Estudo – **423:2**.
Estudo de Salamanca – **17:1v, 2**.
estudos – **217:1**.
Eufrásia da Cruz, abadessa – **162:1**.
Evangelho (Vicente Rodrigues), cf. Vicente Rodrigues Evangelho.
Evangelhos – **147:1v; 246:1; 287:2v**.
Évora – **34:1; 59:1; 144:1; 169:1v; 226:1; 243:1; 244:1; 275:1-2; 347:1v; 381:1; 418:1v; 426:1**.
Évora, alcaide – **267:2**.
Évora, Aljube – **156:2, 2v**.
Évora, bispado – **451:1**.
Évora, bispo – **275:1-2; 347:1v; 451:1**.
Évora, cadeia – **231:1**.
Évora, câmara – **267:1v**.
Évora, Convento de Santa Clara de – **236:1; 279:1, 1v**.
Évora, corregedores – **156:2v; 250:1v**.
Évora, horta nova – **231:1**.
Évora, hospital – **194:1, 1v**.
Évora, juízes – **267:1v**.
Évora, meirinho – **267:2**.
Évora, Mosteiro de Nossa Senhora do Espinheiro de – **241:1v**.
Évora, Mosteiro de São Bento de Cástris de – **279:1**.
Évora, oficiais – **231:1**.
Évora, paços – **231:1**.
Évora, provedores da comarca – **219:1-2**.
excomunhões – **191:1**.
execuções – **263:1**.
exércitos – **98:1**.
exílio – **64:2**.
Façanha (João), cf. João Façanha.
facas – **14:1v**.
Fadrique (D.), bispo de Sigüenza – **288:1-1v; 295:1-2; 391:1; 438:1, 1v**.
Fagundes (Manuel), cf. Manuel Fagundes.
falcões, ave – **75:4; 317:10v**.

- falcões – **307:1v**.
falso testemunho – **242:1**.
fangas – **245:1; 308:2; 359:2**.
fanões – **452:3v**.
fantasmas – **419:1**.
faquires – **31:1; 320:1-2**.
fardos – **432:1**.
Faria (Baltasar de), cf. Baltasar de Faria.
Faria (Garcia de), cf. Garcia de Faria.
Faria (Isabel de), cf. Isabel de Faria.
Faria (Joana de), cf. Joana de Faria.
Faria (Nicolau de), cf. Nicolau de Faria.
Faria (Pedro Álvares de), cf. Pedro Álvares de Faria.
Faria [?] (João de), cf. João de Faria [?].
farinha – **245:1**.
Farinheiro (João), cf. João Farinheiro.
Farnese, cardeal, 1542 – **388:1v, 2**.
Faro – **83:1, 1v; 102:1**.
Faro, condessas – **199:1, 1v; 389:1-2**.
Faro, Convento de Nossa Senhora da Assunção de – **129:1**.
Faro, mosteiro – **129:1**.
Faro (Estêvão de), cf. Estêvão de Faro.
Faro (Fernando de), cf. Fernando de Faro.
Faro (Luís de), cf. Luís de Faro.
Faro (Maria de), cf. Maria de Faro.
farroba – **37:2; 364:1v**.
Farrobo (*Ferobo*) (*Arzila*), serra – **92:2v**.
fato – **53:1**.
favas – **71:2v**.
fazenda – **219:1; 220:1; 221:1, 1v; 234:1; 246:1, 1v; 274:1v; 415:4v-5v**.
febres – **332:1v**.
fechos – **99:1v**.
fedor – **285:2**.
Feia (Isabel), cf. Isabel Feia.
Feio (André), cf. André Feio.
Feira, castelo – **253:1**.
Feira, conde – **411:1**.
Feira, condessa – **176:1; 411:1, 1v**.
feiras – **75:2v**.
feitores – **9:1v; 16:1; 24:1-2v; 28:2; 36:1v; 37:1v, 2; 45:1; 49:2v; 75:3v; 101:1v; 111:1; 184:1; 220:1v; 221:1; 245:1, 1v; 260:1; 266:1; 312:1; 322:1v; 325:1; 349:1v; 359:2; 363:1v, v; 415:2, 5v; 434:1v; 437:2; 440:4v; 446:1; 452:1, 2, 3v-5**.
feitorias – **39:1-2v; 55:1; 339:1v; 440:1; 443:3v**.
feitos – **147:1; 150:1; 156:1-2; 189:1; 190:1, 1v; 195:1; 287:2-3**.
feitos cíveis – **318:1v**.
feitos crime – **188:1v; 318:1**.
feixes – **285:1**.
feixes de erva – **99:1**.
feno – **363:1v**.
feridas – **220:1v**.
feridos – **333:1**.
Fernandes (Afonso), cf. Afonso Fernandes.
Fernandes (Álvaro), cf. Álvaro Fernandes.
Fernandes (Antónia), cf. Antónia Fernandes.
Fernandes (António), cf. António Fernandes.
Fernandes (Brás), cf. Brás Fernandes.
Fernandes (Daniel), cf. Daniel Fernandes.
Fernandes (Diogo), cf. Diogo Fernandes.
Fernandes (Domingos), cf. Domingos Fernandes.
Fernandes (Duarte), cf. Duarte Fernandes.
Fernandes (Francisco), cf. Francisco Fernandes.
Fernandes (Gaspar), cf. Gaspar Fernandes.
Fernandes (Gil), cf. Gil Fernandes.
Fernandes (Gonçalo), cf. Gonçalo Fernandes.
Fernandes (Heitor), cf. Heitor Fernandes.
Fernandes (João), cf. João Fernandes.
Fernandes (Jorge), cf. Jorge Fernandes.
Fernandes (Lopo), cf. Lopo Fernandes.
Fernandes (Lourenço), cf. Lourenço Fernandes.
Fernandes (Manuel), cf. Manuel Fernandes.
Fernandes (Nuno), cf. Nuno Fernandes.
Fernandes (Pedro), cf. Pedro Fernandes.
Fernandes (Pero), cf. Pero Fernandes.
Fernandes (Rui), cf. Rui Fernandes.
Fernandes (Simão), cf. Simão Fernandes.
Fernandes (Vasco), cf. Vasco Fernandes.
Fernandes (Vicente), cf. Vicente Fernandes.
Fernandes de Andrade (António), cf. António Fernandes de Andrade.
Fernandes de Araújo (Bartolomeu), cf. Bartolomeu Fernandes de Araújo.
Fernandes de Ataíde (Nuno), cf. Nuno Fernandes de Ataíde.
Fernandes Cabral (Manuel), cf. Manuel Fernandes Cabral.

- Fernandes de Carvalho (Gil), cf. Gil Fernandes de Carvalho.
- Fernandes da Fonseca (João), cf. João Fernandes da Fonseca.
- Fernandes Pacheco, o Lagarto (João), cf. João Fernandes Pacheco, o Lagarto.
- Fernandes Pimentel (Vasco), cf. Vasco Fernandes Pimentel.
- Fernandes das Póvoas (Diogo), cf. Diogo Fernandes das Póvoas.
- Fernandes de Quadros (António), cf. António Fernandes de Quadros.
- Fernandes Rodajo (João), cf. João Fernandes Rodajo.
- Fernando (D.), deão da capela – **249:1**.
- Fernando (D.), infante, filho de D. João I – **42:1**.
- Fernando (D.), norte de África, [a. 1521] – **446:1**.
- Fernando (D.), rei de Aragão e Castela – **87:1-1v; 305:1; 416:1-6**.
- Fernando III (D.), rei de Castela – **409:1**.
- Fernando Aires, bacharel – **296:1**.
- Fernando Aires de Almeida, corregedor – **292:1**.
- Fernando Álvares, da Fazenda Real, a. 1539 – **120:1; 163:1; 178:1; 200:1; 216:1v; 377:1; 432:1**.
- Fernando Álvares de Almeida – **216:2**.
- Fernando Álvarez de Toledo y Pimentel, Duque de Alba – **388:2; 419:2v**.
- Fernando de Castro (D.), d. 1580 – **264:4**.
- Fernando de Castro (D.), filho de D. Diogo de Castro, capitão de Évora, 1513 – **102:1**.
- Fernando de Eça (D.), filho de D. Fernando de Eça – **216:2**.
- Fernando de Eça (D.), filho do infante D. João de Portugal – **216:2**.
- Fernando de Faro (D.) – **414:1**.
- Fernando da Fonseca, Mazagão, 1562 – **85:1**.
- Fernando Henriques (D.), senhor das Alcáçovas – **272:1**.
- Fernando de Lima (D.) – **49:1**.
- Fernando de Lima Pereira (D.), filho de D. Diogo Lopes de Lima – **268:1**.
- Fernando Madureira – **100:1**.
- Fernando de Meneses (D.) – **136:1**.
- Fernando de Meneses (D.), Marquês de Vila Real, 1517 – **155:1**.
- Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos, bispo de Lisboa – **241:1, 1v**.
- Fernando de Noronha (D.), filho de D. Afonso de Noronha, Azamor, 1541 – **52:2v; 84:1, 1v; 136:1**.
- Fernando Rodrigues – **131:1**.
- Fernando Vieira, Azamor, 1540 – **88:3**.
- Fernão de Aguiar – **4:2v**.
- Fernão de Alcáçova – **423:1v**.
- Fernão Álvares, Índia – **216:1**.
- Fernão Barbosa, Ponte de Lima – **270:1**.
- Fernão Caldeira, Arzila, 1515 – **6:1v; 63:1v; 306:8v; 319:1, 1v; 431:1**.
- Fernão Gomes – **313:2**.
- Fernão Gomes, Azamor, 1520 – **45:1**.
- Fernão Gomes da Gama, 1641 – **147:1v**.
- Fernão Gomes Pardal, cristão-novo – **127:1**.
- Fernão Gonçalves de Cogominho, cavaleiro da Casa Real – **451:1**.
- Fernão Leite, Azamor, 1540 – **26:1; 88:1**.
- Fernão Lourenço de Lima – **280:1**.
- Fernão Maciel, escrivão dos agravos na Casa da Suplicação – **392:1**.
- Fernão Martins de Almada – **452:1**.
- Fernão Martins Mascarenhas (D.) – **412:1**.
- Fernão Mascarenhas, adail, Arzila – **63:1v**.
- Fernão de Moura, filho de Pedro Rodrigues de Moura – **133:1v**.
- Fernão Nunes, contador, Malaca – **12:1**.
- Fernão Nunes, filho de Lopo Gonçalves Gaio, escudeiro – **277:1v**.
- Fernão Peres – **435:1v**.
- Fernão Peres de Andrade, Santa Cruz do Cabo de Gué, 1541 – **52:1-2v**.
- Fernão Pinheiro, Azamor, 1540 – **88:1, 3; 365:1**.
- Fernão Pinto, Azamor, 1540 – **88:3**.
- Fernão Pinto, Elvas – **130:1**.
- Fernão Ribeiro – **121:1v, 2**.
- Fernão Rodrigues, Arzila, 1498 – **94:1; 99:1-2**.
- Fernão de Sá – **382:2**.
- Fernão da Silva, Arzila – **319:1**.
- Fernão da Silva, filho do conde D. Pedro – **134:1**.
- Fernão da Silveira – **169:1v**.
- Fernão Sodré, 1541 – **52:2v**.

- Fernão Vaz, Azamor, 1540 – **88:1v**.
 Fernão Vaz de Caminha – **287:2v**.
 ferragens – **251:1**, 1v.
 ferramentas – **306:7**; **334:1**.
 Ferraz (Bartolomeu), cf. Bartolomeu Ferraz.
 Ferreira (André), cf. André Ferreira.
 Ferreira (Catarina Correia), cf. Catarina Correia Ferreira.
 Ferreira (Joana), cf. Joana Ferreira.
 Ferreira (João de), cf. João de Ferreira.
 Ferreira (Martim), cf. Martim Ferreira.
 Ferreira (Simão), cf. Simão Ferreira.
 ferro – **99:1v**, 2; **118:1v**; **251:1**, 1v; **302:1v**; **307:1v**; **338:1**.
 ferros – **10:1**; **44:1**; **132:1**; **148:1**; **166:2**; **189:2**; **222:1**; **332:1**; **425:2**, 3, 6.
 festas – **165:1**; **188:3v**; **189:1**; **255:1**; **268:1**; **302:1**; **416:6**; **437:4**.
 Fez – **23:1v**; **30:1**; **34:1v**; **42:1v**; **62:1**, 2; **63:1**; **64:1v**, 2; **73:1v**; **75:1v**, 3v; **91:1**; **103:1v**, 2; **179:1**; **302:1-2**; **314:1v**; **332:1**; **344**; **346-A:1**; **361:1**; **410:1**; **447:1**.
 Fez, alcaides – **7:1**, 1v.
 Fez, reis – **2:1**; **6:1**; **7:1-2**; **11:2**; **17:1v**; **21:1**, 2; **22:1v**; **27:1v**; **32:1**; **35:1**, 1v; **36:1**; **38:1**; **41:1**, 2; **42:2**; **49:2**; **55:1**; **56:1-2**; **62:1v**; **64:1**; **68:1**; **75:1-3**, 4v; **80:1**, 2; **86:1**; **89:1**; **98:1**; **100:1**; **114:2v**, 4v; **301:1**; **310:2**, 2v; **314:2**; **317:4v**; **321:1v**; **331:1v**; **335:1**; **339:1**; **354:1**, 1v; **355:1**; **358:2**; **361:1**, 1v; **365:1**; **410:1**; **419:2**, 2v; **422:1**; **430:1**; **431:1**; **439:2**; **442:1**; **449:1**, 1v.
 fiado – **403:2v**.
 fiadores – **127:1**.
 fianças – **189:2**; **302:2**; **312:1**; **334:1**; **435:1v**.
 fidalgos – **14:1v**; **23:4**; **52:2**, 2v; **58:1**; **80:1v**; **88:1**; **133:1v**; **135:1**; **136:1**; **138:1**; **188:1**, 1v; **210:1**; **216:2**; **221:1v**; **234:1**; **277:2**; **285:2v**; **292:1**; **306:4**; **319:1v**; **322:1v**; **336:1v**; **360:1**; **366:1**; **375:2**; **376:1**; **405:1v**; **452:2v**, 5.
 figos – **381:1v**.
 Figueira (Francisco), cf. Francisco Figueira.
 Figueira (Rui), cf. Rui Figueira.
 Figueira (*Safim*) – **40:4**.
 Figueiredo (Francisca de), cf. Francisca de Figueiredo.
 Figueiredo (Isabel de), cf. Isabel de Figueiredo.
 Figueiredo (Pedro de), cf. Pedro de Figueiredo.
 Figueiredo (Pero de), cf. Pero de Figueiredo.
 figuras – **101:1**.
 Filipa da Costa (D.), 1566 – **167:1**.
 Filipa da Cunha (D.), Lorrão – **374:2**.
 Filipa de Melo – **279:1**.
 Filipa Pessoa, Lorrão – **374:2**.
 Filipa de Sá (D.) – **258:1**.
 Filipa da Silva (D.) – **213:1v**.
 Filipe (D.), príncipe, filho de D. João III – **136:1**.
 Filipe (D.), príncipe, futuro rei de Castela – **266:1**; **390:1**.
 Filipe Afonso, bacharel, regedor da Casa do Cível, corregedor de Lisboa, desembargador – **116:1**, 1v; **249:1**; **287:2v**.
 Filipe Antunes, corregedor, juiz – **146:1**; **156:1**, 2.
 Filipinas – **158:1v**.
 Filosofia – **423:2**.
 Filosofia Moral – **417:1v**.
 Filosofia Natural – **417:1v**.
 físicos – **13:1v**; **45:1v**; **162:1**; **216:1v**; **267:1v**; **317:5**.
 físicos-mores – **178-A:1**.
 Fistela – **21:2**.
 Fixer [?] (Jacome), cf. Jacome Fixer [?].
 flamengos – **189:1**; **409:1**.
 Flandres – **187:1**; **432:1**.
 Foga [?] (João), cf. João Foga [?].
 fogo – **60:2**; **114:3**, 4; **212:1**; **404:1**.
 Fóis (Vasco de), cf. Vasco de Fóis.
 Folgado (João), cf. João Folgado.
 folhas – **375:1v**.
 folhas, lavra em – **277:1v**.
 folias – **310:2**.
 fome – **7:1v**; **37:2**; **42:1v**; **452:2**.
 Fonseca (Antónia da), cf. Antónia da Fonseca.
 Fonseca (António da), cf. António da Fonseca.
 Fonseca (Diogo da), cf. Diogo da Fonseca.
 Fonseca (Fernando da), cf. Fernando da Fonseca.
 Fonseca (João da), cf. João da Fonseca.
 Fonseca (João Fernandes da), cf. João Fernandes da Fonseca.
 Fonseca (Lopo da), cf. Lopo da Fonseca.

- Fonseca (Manuel da), cf. Manuel da Fonseca.
 Fonseca (Maria da), cf. Maria da Fonseca.
 Fonseca (Martinho Eanes da), cf. Martinho Eanes da Fonseca.
 Fonseca (Sebastião da), cf. Sebastião da Fonseca.
Fonte Nova – **250:1**.
 fontes – **89:1; 381:1**.
 forais – **177:1; 369:1; 382:1v; 403:1**.
 forças – **240:1**.
 forcas – **94:1v; 187:1v; 200:1; 287:3**.
 foreiros – **297:1v**.
 forjas – **212:1**.
 Forjaz Pereira (Diogo), cf. Diogo Forjaz Pereira.
 fornos – **60:2; 114:2v, 4; 285:1; 341-A:1; 442:1**.
 foros – **71:2v; 177:1**.
 fortalezas – **3:2v; 8:1; 25:2; 28:1v; 36:1v, 2; 38:1, 1v; 60:2; 85:1; 95:1; 107:1-2; 114:3; 136:1; 145:1; 216:1; 274:1; 284:1; 306:2, 5v, 6v, 7, 8; 307:1; 310:1v; 384:1; 388:2; 419:1v; 442:1**.
 foz – **36:2; 332:1v; 403:2**.
 foz de Odiana – **78:1**.
 Fraco (João), cf. João Fraco.
 frades – **59:2; 71:1, 1v, 2v; 104:1; 114:3v; 151:1; 187:1; 222:1; 267:1; 272:1; 281:1; 292:2**.
 fragas – **43:1v**.
 Fragoso (Diogo), cf. Diogo Fragoso.
 Fragoso (João), cf. João Fragoso.
 Fragoso de Mendonça (João), cf. João Fragoso de Mendonça.
 fraldinha – **416:4v**.
França – **119:1; 317:11; 388:2**.
França, embaixadores – **186:1**.
França, reis – **186:1; 388:2; 389:1v**.
 franceses – **55:2; 120:1v, 2; 205:1; 306:1v, 4v; 336:1v, 2; 416:4, 4v; 417:1; 443:3v**.
 Francisca (D.) – **213:1v**.
 Francisca, Soror – **129:1**.
 Francisca Cardosa, Lorrão – **374:2**.
 Francisca Correia – **189:1**.
 Francisca Cotrim, Lorrão – **374:2**.
 Francisca de Figueiredo, Lorrão – **374:2**.
 Francisca de Oliveira, Lorrão – **374:2**.
 Francisco, castelhano, ginete – **443:2**.
 Francisco (D.) – **165:1-2; 195:1, 1v**.
 Francisco (João), cf. João Francisco.
 Francisco (Onofre), cf. Onofre Francisco.
 Francisco de Aguiar, Arzila e Azamor, 1540-1545 – **16:1; 75:1**.
 Francisco da Arruda, Azamor, 1514 – **114:4**.
 Francisco de Albuquerque, capitão-mor, 1503 – **452:4, 5v**.
 Francisco de Almeida (D.), a. 1499 – **441:1**.
 Francisco de Ávila Coutinho – **183:1**.
 Francisco Barbosa do Avelar, Mazagão – **95:1**.
 Francisco de Bobadilha (Frei), religioso – **146:1**.
 Francisco Bobolim, flamengo – **189:1**.
 Francisco Botelho – **446:1**.
 Francisco Botelho, Ceuta, [c.1546-1547] – **9:1, 2**.
 Francisco de Brito – **196:1; 236:1**.
 Francisco Cardoso, cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **350:1v**.
 Francisco Cardoso, doutor da Casa da Suplicação – **127:1**.
 Francisco Carneiro, secretário – **122:1, 1v; 448:2v**.
 Francisco de Carvalhais, 1503 – **452:6v**.
 Francisco de Carvalhal, Cáceres – **154:1**.
 Francisco Carvalho – **327:1**.
 Francisco Carvalho, recebedor do bispado de Viseu – **230:1**.
 Francisco de Carvalho – **49:1**.
 Francisco de Colhaia [?], cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **350:1v**.
 Francisco Correia, cónego em Évora – **381:1**.
 Francisco da Cunha, Azamor – **84:1, 1v**.
 Francisco Dias, corregedor – **132:1, 1v; 233:1**.
 Francisco Dias, Santarém – **287:3, 3v**.
 Francisco Dias do Amaral, corregedor em Évora – **156:2v**.
 Francisco Eanes – **453:1**.
 Francisco Eanes Guagoca – **443:3v**.
 Francisco de Eça (D.), filho de D. João de Eça, 1514 – **216:1**.
 Francisco Fernandes, Azamor, 1540 – **88:2**.
 Francisco Fernandes, rendeiro da alfândega – **436:4**.
 Francisco Figueira, vereador de Lisboa – **379:1-2v; 400:1**.
 Francisco Frazão, Azamor, 1540 – **88:2v; 169:1v**.

- Francisco Frazão, juiz de Montemor-o-Novo – **242:1**.
- Francisco da Gama (D.), conde da Vidigueira – **139:1**, 1v.
- Francisco Gil – **179:1-2**; **246:1**; **409:1-2**.
- Francisco Gil, Azamor, 1540 – **88:1v**, 2v.
- Francisco Gomes, Azamor, 1529-1540 – **62:2**; **88:2v**.
- Francisco Gonçalves, Arzila – **63:2**.
- Francisco Inglês, Azamor, 1540 – **88:2v**.
- Francisco de Lemos – **27:1**.
- Francisco de Lima (D.), visconde de Vila Nova de Cerveira, 1508 – **324:1**.
- Francisco Liote, cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **350:1v**.
- Francisco Lopes, Azamor, 1540 – **88:2**.
- Francisco Machado, fronteiro, Arzila – **302:2v**.
- Francisco Martins – **423:1**.
- Francisco Mascarenhas, sogro de Pedro Henriques – **190:1**, 1v.
- Francisco de Mascarenhas – **100:1**.
- Francisco de Melo – **376:1**.
- Francisco Mendes de Vasconcelos – **234:1**.
- Francisco de Miranda – **144:1**.
- Francisco Monção, Arronches – **381:1**, 1v.
- Francisco de Moura (D.), filho de D. Rodrigo de Moura – **133:1**, 1v.
- Francisco de Moura, Azamor, 1540 – **88:2**.
- Francisco Mousinho – **194:1**, 1v.
- Francisco de Oleiva (Frei), Tânger – **445:1**.
- Francisco Palha, Santarém – **287:1-4v**.
- Francisco de Palhares, meirinho de Ponte de Lima – **123:1**, 1v.
- Francisco de Pedrosa, adail-mor, Azamor, 1514 – **337:1**.
- Francisco Pereira – **266:1**.
- Francisco Pereira, moço fidalgo, 1503 – **452:2v**, 5.
- Francisco Picanço – **171:1**, 1v.
- Francisco Pinto de Sá [?], cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **350:1v**.
- Francisco Pires, Azamor, 1540 – **88:2**.
- Francisco de Portugal (D.), conde de Vimioso, Arzila e Azamor, 1511-1534 – **23:2v**, 4; **63:1v**; **102:2v**; **114:1v**, 3v; **377:1**.
- Francisco Ribeiro, meirinho – **169:1v**.
- Francisco de Sá de Miranda – **179:1v**, 2.
- Francisco Serrão, escrivão – **156:1**, 2v.
- Francisco da Silva, Azamor, 1540 – **88:2v**.
- Francisco Soares, mercador, morador em Tavira, Larache, 1545 – **16:1**, 1v.
- Francisco de Sotomayor (D.), marquês de Ayamonte – **64:2v**.
- Francisco Tavares, Safim – **93:1**.
- Francisco Vicente, Azamor, 1540 – **88:3**.
- Francisco de Videses – **432:1**.
- Francisco de Zamora – **443:4**.
- Frazão (Francisco), cf. Francisco Frazão.
- Frazão de Vasconcelos (Diogo), cf. Diogo Frazão de Vasconcelos.
- freieiros – **212:1**.
- freiras – **71:1v**; **118:1**; **130:1**; **172:1**; **181:1**; **211:1**; **221:1**; **224:1v**; **259:1**; **278:1**; **368:1**.
- Freire [?] (Branca), cf. Branca Freire [?].
- Freire (Cristóvão), cf. Cristóvão Freire.
- Freire (Manuel), cf. Manuel Freire.
- freires – **265:1**.
- Freitas (João de), cf. João de Freitas.
- Freitas (Lançarote de), cf. Lançarote de Freitas.
- Freitas (Vicente de), cf. Vicente de Freitas.
- Freixo de Espada à Cinta*, alfândega – **435:1v**.
- frestas – **132:1**; **440:4**.
- fretes – **5:1**; **17:1v**; **251:1v**; **359:1**.
- frio – **247:1**.
- Fróis (António), cf. António Fróis.
- Fróis (Gaspar), cf. Gaspar Fróis.
- frontais – **332:1**.
- fronteiros – **37:1v**; **40:4**; **302:2**; **312:1**.
- Frussar [?], Monseigneur de – **205:1**.
- fruta – **240:1v**; **320:2**; **403:2v**.
- Fugger, cf. Fixer.
- fumo – **404:1**.
- Funchal, arcebispo – **241:1v**.
- Funchal*, São Francisco do, convento – **281:1**.
- fundidores – **18:2**.
- Furtado ([...]), cf. [...] Furtado.
- furtos – **309:3v**; **317:8**, 9, 9v; **436:4**, 4v.
- fustas – **4:1**, 1v; **95:1**; **109:1**; **302:1v**, 2; **341:2**; **439:2**, v.
- gabões – **452:5v**.
- Gabriel de Góis, Azamor, 1540 – **88:1v**, 3.
- Gadaramel* – **327:1**.
- Gadarjazem* (Arzila), serra – **49:1**.

- gados – **28:2**; **37:2**; **45:1v**; **64:2**, 2v; **75:1v**, 3v; **120:1v**; **260:1**; **277:1v**; **299:1v**; **310:1v**, 2; **317:7**; **364:1v**; **367:1**; **379:1v**, 2; **381:1v**; **409:1v**; **421:1v**.
- gafanhotos – **367:1**.
- Gago (Rui), cf. Rui Gago.
- Gaio (Lopo Gonçalves), cf. Lopo Gonçalves Gaio.
- Galego (Manuel), cf. Manuel Galego.
- galegos – **269:1v**; cf. Galiza.
- galeões – **4:1**; **15:1**; **64:2v**; **95:1**; **216:1**; **264:1**, 4.
- galeotas – **327:1v**, 2.
- galés – **4:1**, 1v; **46:1**, 1v; **95:1**; **136:1**; **338:1v**; **367:1v**.
- galhetas – **175:1**; **273:1**.
- galinhas – **452:3**, 5.
- galiotas – **302:1v**; **341:1**, 1v.
- Galiza – **174:1**; **177:1v**, 2; **200:1**; **261:1**; cf. galegos.
- Galo (Cristóvão), cf. Cristóvão Galo.
- galveus, cf. Galway.
- Galway, toalhas de – **39:1v**, 2.
- Gama (Estêvão da), cf. Estêvão da Gama.
- Gama (Fernão Gomes da), cf. Fernão Gomes da Gama.
- Gama (Francisco da), cf. Francisco da Gama.
- Gama (João da), cf. João da Gama.
- Gama (Paulo da), cf. Paulo da Gama.
- Gama (Vasco da), cf. Vasco da Gama.
- Gâmbia, cf. Rio Cantor.
- Gamboa (António Leitão de Gamboa António Leitão de Gamboa).
- Ganem ben Ali (Ganem Bem Aly) – **31:1**.
- Gárbia – **22:1v**; **37:2**; **40:2v**, 3v, 4, 7; **41:1**; **44:1**, 1v; **69:1**, 1v; **73:1v**; **74:2**; **105:2**; **310:1**; **317:3**, 3v, 5v; **322:1**, 1v; **330:1**; **344**; **355:1**; **448:1v**.
- Gárbia, alcaide – **11:1-2**.
- Garcia (D.) – **122:1**; **234:1**; **453:1**.
- Garcia (D.), Safim – **437:2**.
- Garcia de Almeida (D.) – **368:1**.
- Garcia de Faria, fidalgo – **210:1**.
- Garcia de Melo, Azamor, 1513 – **1:1v**; **34:1**, 1v; **102:5**.
- Garcia Mendes, escrivão, 1503 – **452:4**.
- Garcia de Meneses (D.), filho de D. Pedro de Meneses, Azamor, 1514 – **9:1v**; **114:1v**; **145:1**; **150:2**.
- Garcia de Noronha (D.), capitão de Safim e vice-rei da Índia – **95:1**.
- garrida – **332:1v**.
- Gaspar de Betancor, Azamor – **29:1**.
- Gaspar Caldeira, Arzila – **63:1v**.
- Gaspar de Carvalho, corregedor – **133:1**.
- Gaspar Dias, casado com Guimar Pires, Estremoz – **219:1**.
- Gaspar Dias Landim, Ceuta – **349:1v**.
- Gaspar Fernandes, cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **350:1**, 1v.
- Gaspar Fróis – **302:1v**.
- Gaspar Gomes Reymonde, licenciado, procurador da Coroa e fazenda em Barcelos, 1641 – **147:1**, 1v.
- Gaspar Gonçalves – **163:1**.
- Gaspar Gonçalves, Azamor, 1540 – **88:1v**.
- Gaspar Jusarte – **157:1**.
- Gaspar Lopes, cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **350:1v**.
- Gaspar Madeira, cavaleiro, apontador, Azamor, 1529 – **62:2**.
- Gaspar Menebrim, bombardeiro – **443:1v**.
- Gaspar Moreira, Arzila – **63:1v**.
- Gaspar de Paiva, capitão, Mamora, 1515-1517 – **28:1**; **306:2v**, 3v.
- Gaspar Pelez – **264:3**.
- Gaspar de Sousa, 1530 – **341:1v**.
- Gaspar Tibau – **432:1**, 1v.
- Gaspar Touro, corregedor na ilha de Santa Maria (Açores) – **188:1**, 2v.
- Gaspar Valente, Azamor, 1540 – **88:2**.
- Gaspar Vaz, correio, Roma – **149:1**.
- Gaspar Vieira, cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **350:1v**.
- Gato (Inácio Nunes), cf. Inácio Nunes Gato.
- Gato (Nuno), cf. Nuno Gato.
- gingibre – **113:2**.
- Génova – **184:1**.
- genoveses – **184:1**; **302:1**, 1v; **443:1**.
- Genoveva Carneira, Lorrão – **374:2**.
- Genoveva Pereira, Elvas – **130:2**.
- gentios – **25:3v**.
- Geraz do Lima – **406:1**.
- Ghanem (Ganeme), xequê de Abda, 1517 – **22:1**.
- gibões – **245:1**.

- Gibraltar* – **4:1**, 1v; **71:1v**; **419:2v**.
 Gil (Francisco), cf. Francisco Gil.
 Gil (Gonçalo), cf. Gonçalo Gil.
 Gil (Lopo), cf. Lopo Gil.
 Gil (Mestre), cf. Mestre Gil.
 Gil (Vicente), cf. Vicente Gil.
 Gil Eanes da Costa – **429:1**.
 Gil Fernandes, Azamor, 1540 – **88:2**.
 Gil Fernandes de Carvalho – **414:1**.
 Gil de Palhares – **123:1**, 1v.
 Gil Velho, cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **350:1v**.
 ginetes – **102:2v**; **443:2**.
 Giraldi (Lucas), cf. Lucas Giraldi.
Goa – **136:1**.
 Godinho (João), cf. João Godinho.
 Godinho (Manuel), cf. Manuel Godinho.
 Godinho (Pero), cf. Pero Godinho.
 Godins (Isabel de), cf. Isabel de Godins.
 Godiz (Violante), cf. Violante Godiz.
Goga – **95:1**.
 Góis (Gabriel de), cf. Gabriel de Góis.
 Góis (Manuel de), cf. Manuel de Góis.
 Gojos (Maria de), cf. Maria de Gojos.
Golegã – **236:1**; **407:2**.
 golfos – **87:1**.
 Gomes ([...]), cf. [...] Gomes.
 Gomes, Azamor, 1540 – **88:1**.
 Gomes (Afonso), cf. Afonso Gomes.
 Gomes (André), cf. André Gomes.
 Gomes (Fernão), cf. Fernão Gomes.
 Gomes (Francisco), cf. Francisco Gomes.
 Gomes (Gonçalo), cf. Gonçalo Gomes.
 Gomes (Henrique), cf. Henrique Gomes.
 Gomes (João), cf. João Gomes.
 Gomes (Manuel), cf. Manuel Gomes.
 Gomes (Miguel), cf. Miguel Gomes.
 Gomes (Rui), cf. Rui Gomes.
 Gomes de Abreu, criado do conde, Arzila – **302:2**.
 Gomes de Abreu (Afonso), cf. Afonso Gomes de Abreu.
 Gomes Bravo (Miguel), cf. Miguel Gomes Bravo.
 Gomes da Gama (Fernão), cf. Fernão Gomes da Gama.
 Gomes Lobato – **133:1v**.
 Gomes Pardal (Fernão), cf. Fernão Gomes Pardal.
 Gomes Reymonde (Gaspar), cf. Gaspar Gomes Reymonde.
 Gomes da Silva de Vasconcelos, capitão de Ceuta – **365:1**.
 Gomes de Souto Maior – **234:1**.
 Gomez (Antón), cf. Antón Gomez.
 Gomez de Santillana, embaixador – **305:1**.
 Gonçalo Eanes, recebedor da sisa do trigo – **189:1**, 1v.
 Gonçalo Estêvão, cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **350:1v**.
 Gonçalo Fernandes, 1503 – **432:1**; **452:6**.
 Gonçalo Fernandes, Azamor, 1540 – **88:2v**.
 Gonçalo Gil, Azamor, 1540 – **88:2v**.
 Gonçalo Gil, feitor, 1503 – **452:5**.
 Gonçalo Gomes, Azamor, 1540 – **88:3**.
 Gonçalo Gonçalves, Azamor, 1540 – **88:2v**.
 Gonçalo Leão – **273:1**.
 Gonçalo Lopes – **415:1-3**.
 Gonçalo Machado, homem de armas, secretário e tesoureiro de Afonso de Albuquerque, 1503 – **452:2**, 2v, 5, 5v.
 Gonçalo da Maia – **436:4**, 4v.
 Gonçalo Mendes Sacoto, capitão de Safim, 1517-1526 – **40:6v**; **55:1-2v**; **66:2v**; **76:1-3**; **107:1-2**; **344**; **363:1-3**; **421:1**, 1v; **449:1**.
 Gonçalo Nunes, Évora – **267:1v**.
 Gonçalo Queimado, oficial da Casa da Índia – **415:1-5**.
 Gonçalo Ribeiro de Almeida, prior de Lagos, Azamor – **96:1-1v**; **332:1**, 1v.
 Gonçalo Valente, Safim – **107:1**.
 Gonçalo Vaz – **435:1**.
 Gonçalo Vaz, almoxarife do reguengo de Beja – **375:1v**.
 Gonçalo Vaz, doutor, lente de prima (Teologia) – **13:1**.
 Gonçalo Vaz, mourisco, Arzila, 1508 – **63:1v**, 2; **92:2**.
 Gonçalves ([...]), cf. [...] Gonçalves.
 Gonçalves (Afonso), cf. Afonso Gonçalves.
 Gonçalves (Álvaro), cf. Álvaro Gonçalves.
 Gonçalves (António), cf. António Gonçalves.
 Gonçalves (Francisco), cf. Francisco Gonçalves.

- Gonçalves (Gaspar), cf. Gaspar Gonçalves.
 Gonçalves (Gonçalo), cf. Gonçalo Gonçalves.
 Gonçalves (Heitor), cf. Heitor Gonçalves.
 Gonçalves (João), cf. João Gonçalves.
 Gonçalves (Mateus), cf. Mateus Gonçalves.
 Gonçalves (Pedro), cf. Pedro Gonçalves.
 Gonçalves (Pero), cf. Pero Gonçalves.
 Gonçalves (Rui), cf. Rui Gonçalves.
 Gonçalves (Sebastião Gonçalves Sebastião Gonçalves).
 Gonçalves (Vasco Gonçalves Vasco Gonçalves).
 Gonçalves (Verónica), cf. Verónica Gonçalves.
 Gonçalves de Ataíde (Luís), cf. Luís Gonçalves de Ataíde.
 Gonçalves da Azambuja (Baltasar), cf. Baltasar Gonçalves da Azambuja.
 Gonçalves da Câmara (João), cf. João Gonçalves da Câmara.
 Gonçalves da Câmara (Martim), cf. Martim Gonçalves da Câmara.
 Gonçalves da Câmara (Simão v Simão Gonçalves da Câmara).
 Gonçalves de Cogominho (Fernão), cf. Fernão Gonçalves de Cogominho.
 Gonçalves da Costa (Simão), cf. Simão Gonçalves da Costa.
 Gonçalves Gaio (Lopo), cf. Lopo Gonçalves Gaio.
 Gonçalves Maracote (Rui), cf. Rui Gonçalves Maracote.
 Gonera [?] (Pero de), cf. Pero de Gonera [?].
 Gorizo (Estêvão de Aguiar), cf. Estêvão de Aguiar Gorizo.
 gorras – **245:1v; 364:1v**.
 Gosbim, bombardeiro – **443:2**.
 goteiras – **231:1**.
 Gouveia (Diogo de), cf. Diogo de Gouveia.
 governadores – **18:1-2v; 20:1; 40:1-7; 45:1-2; 46:1; 57:1, 1v; 58:1, 1v; 70:1, 1v; 77:1; 91:1, 1v; 92:1-2v; 95:1; 99:1-2; 134:1; 140:1v; 216:1; 261:1; 277:2; 292:1-2v; 304:1; 319:1, 1v; 323:1-2; 326:1; 328:1; 336:1-2; 380:1, 1v; 385:1; 392:1, 1v; 405:1v**.
 governadores do reino – **412:1; 413:1; 414:1, 1v**.
 grã – **7:1; 317:5, 6v**.
 Grã (Rui da), cf. Rui da Grã.
 Graça de Azamor, Casa de Nossa Senhora da – **88:1v**.
 Graça de Vila Viçosa, Nossa Senhora da – **216:1v**.
 Graça, Santa Maria da – **104:1**.
Graciosa (Larache), fortaleza – **216:1v**.
 grades – **118:1v; 142:1; 176:1; 231:1; 434:1, 2**.
 Gramática – **381:1; 417:1v**.
 gramáticos – **178-A:1**.
 Gramaxo (Bartolomeu), cf. Bartolomeu Gramaxo.
Granada – **308:1v**.
 grão – **71:2v; 317:10**.
 Gregório Vaz, cónego na Sé de Tuy – **261:1**.
 Guagoca (Francisco Eanes), cf. Francisco Eanes Guagoca.
Guarda – **227:2**.
Guarda, bispado – **294:1**.
Guarda, bispo – **63:2; 240:1-2; 356:1**.
Guarda, mercadores – **230:1**.
 guarda-roupa – **107:1v**.
 guardas – **49:1, 1v; 64:2v; 100:1; 187:1v; 387:1**.
 guardas da câmara – **210:1**.
 guardiães – **71:2; 88:1; 151:1; 181:1-1v; 244:1; 259:1; 281:1**.
 guarnição – **416:4**.
 guarnições – **439:1**.
 guazil – **75:2v**.
Gué, Santa Cruz de Cabo de – **3:1-2v; 42:2; 52:1-2v; 64:2v; 93:1; 154:1; 342:1; 425:2; 439:1-2v**.
 guerra – **53:1v; 55:1; 60:1v; 64:2; 75:1, 2; 133:1v; 216:1v; 302:1; 409:1**.
 Guilherme, calafate – **443:1**.
 Guilherme de Londres, prior do mosteiro de São Vicente de Fora – **249:1**.
 Guilherme de Padilla, provincial – **272:1**; cf. Padilla.
Guimarães – **280:1**.
Guimarães, alcaidaria – **268:1v**.
 guindaresa, cabo – **36:2**.
Guiné – **220:1**.
 Guiné, Casa da – **443:4**.
 Guiné, pano de – **250:1**.
 Guiomar Jusarte, Elvas – **130:2**.

- Guiomar de Melo (D.) – **401:1**.
 Guiomar Pires, mulher de Gaspar Dias – **219:1**, 1v.
 Guiomar da Silva (D.), Lorvão – **374:1v**.
Gurara (Tegorarem) – **346:2**.
 Gusmão (Joana de), cf. Joana de Gusmão.
 Guterre de Monroy (D.) – **154:1**.
 guzarates – **318:1**; **52:3**; **452:3**.
 Haberrii [?], xeque, Azamor, 1514 – **80:1**.
 Habet Benabet [?], notável dos 'Abda, 1512 – **317:6v**, 7.
 hábitos – **71:2**; **119:1**; **143:1**; **169:1**; **174:1**; **200:1v**; **210:1**; **222:1**; **224:1v**; **300:1**; **302:1v**; **318:1v**; **319:1v**; **373:1**.
 Haco, rabi, 1547 – **361:1**.
 Hallahacem ben Tabet [?], 1512 – **317:8**.
 Hallhehan [?], morador de Safim, 1512 – **317:6v**, 7.
 Hasan (*Hassan*), 1547 – **30:1**.
 Hasan ben 'Ali (*Açom Bem Aly*) – **31:1**.
 Hasan Houreho [?] (*Haçim Houreho*), alcaide de Tetuão – **410:1**.
 Haskoura (*Acara, Axagura, Ezeura*), tribo – **69:1**; **310:2v**; **322:2**.
 hastes – **99:1v**, 2.
 Hay Arrais [?], alcaide – **328:1**, 1v.
 hebraico – **101:1**.
 Heitor Fernandes, oleiro – **127:1**.
 Heitor Gonçalves, feitor de Safim, 1512 – **24:1-2v**; **105:1-2v**.
 Heitor de Lampreia, Coimbra – **225:1-2**.
 Heitor Nunes – **433:1**.
 Heitor da Silveira, Arzila – **63:1**.
 Helena Carvalha, mulher de João Fernandes – **119:1**.
 Helena da Cunha, Lorvão – **374:2**.
 Helena da Silva (D.), Lorvão – **374:2**.
 Henrique II, Rei de Castela – **409:1**.
 Henrique VIII, Rei de Inglaterra – **187:1v**.
 Henrique, Alcácer, 1547 – **361:1**.
 Henrique, alemão, bombardeiro – **443:1v**.
 Henrique, ginete – **443:2v**.
 Henrique (Frei) – **142:1v**.
 Henrique (Mestre), cf. Mestre Henrique.
 Henrique Correia, filho de Simão Correia, Azamor, 1517 – **36:1v**.
 Henrique Dias, cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **350:1v**.
 Henrique Gomes, escrivão da câmara – **107:2**.
 Henrique Jacques, Azamor, 1517 – **36:1v**.
 Henrique Jusarte, cavaleiro da casa real, Alcácer-Ceguer, 1518 – **53:1-2**.
 Henrique de Loureiro, filho de Luís de Loureiro, 1544 – **21:2**.
 Henrique de Meneses (D.), governador da Índia – **216:1**.
 Henrique de Noronha (D.) – **311:1**.
 Henrique Pereira, licenciado, juiz de fora de Monção – **200:1**.
 Henrique do Rego, Arzila – **63:1v**.
 Henrique da Silveira – **240:1v**.
 Henriques (André), cf. André Henriques.
 Henriques (Fernando), cf. Fernando Henriques.
 Henriques (Isabel), cf. Isabel Henriques.
 Henriques (Leão), cf. Leão Henriques.
 Henriques (Maria Pinta), cf. Maria Pinta Henriques.
 Henriques (Pedro), cf. Pedro Henriques.
 Henriques (Pero), cf. Pero Henriques.
 heranças – **275:1v**; **277:1v**.
 herdades – **127:1**; **216:1**; **277:1v**.
 herdeiros – **210:1**; **216:1v**; **263:1**; **385:1**.
 Hernando de Rojas (D.) – **429:1**.
 higiene – **285:2**, 2v.
 holandas – **246:1**.
 Homem (António), cf. António Homem.
 Homem (João), cf. João Homem.
 Homem (Pero), cf. Pero Homem.
 Homem (Rodrigo), cf. Rodrigo Homem.
 homens de armas – **216:1v**.
 homens-bons – **187:1**; **403:1**.
 homicídio – **75:2**, 3v-4v; **76:1v**; **156:1**; **180:1**; **188:1**, 1v; **317:8v-9v**; **376:1**, 1v; **380:1**; **436:4v**.
 homiziados – **116:1**; **177:1v**; **188:1v**; **249:1**; **306:7v**; **363:2**; **452:4v**.
 Horrahe [?], Safim, 1512 – **317:6v**.
 horta – **71:2v**.
Horta Nova (Évora) – **231:1**.
 hortaliça – **71:2v**; **434:1**.
 hortas – **231:1**; **317:2v**; **354:1**.
 hóspedes – **25:1**.
 hospitais – **13:1**, 1v; **59:1v**; **194:1**, 1v; **313:1**, 1v; **423:1v**, 2.

- hóstia – **332:1**.
 Hostiensis – **406:1**.
 Houseïn ben Ibrahim (Huçam ben Brahen),
 1512 – **317:8**.
 humidade – **99:1**.
Hungria – **424:1v**.
 Hurtado de Mendonza (Lope), cf. Lope Hur-
 tado de Mendonza.
 Igreja – **25:3v; 48:1; 59:1, 2; 71:2; 86:1v; 96: 1;**
104:1; 113:1-2; 114:3v; 118:1; 119:1; 142:
1; 169:1; 175:1; 177:1v, 2; 182:1; 188:3v;
4; 216:1v; 218:1; 227:2v; 249:1, 1v; 261:1;
262:1, 1v; 287:4; 294:1; 381:1v; 387:1; 407:
2; 416:4; 436:4v.
 igrejas – **254:1; 267:1v; 272:1; 290:1**.
Ilha da Madeira – **24:1; 102:2v; 120:1v; 158:1;**
177:1v; 259:1; 281:1; 307:2; 334:1.
Ilha de São Miguel (Açores), corregedores –
188:1-4.
Ilha de São Tomé – **120:1v; 200:1; 264:1, 1v;**
348:1v, 2.
 ilhas – **24:1; 42:1; 64:2; 66:1v; 95:1; 102:1;**
114:1v; 136:1; 273:1; 303:1; 334:1; 341:1;
348:2; 377:1.
Ilhas dos Açores – **188:1-4; 255:1; 377:1**.
 imagens religiosas – **12:1; 390:1**.
 imperadores – **274:1; 275:1; 313:2; 388:2;**
424:1, 2; 428:1.
 imperatrizes – **256:1; 389:1; 397:1**.
 imunidades eclesiásticas – **249:1, 1v**.
 Inácio Afonso – **364:1v**.
 Inácio de Bulhões, Mamora, 1515 – **306:2v**.
 Inácio Nunes, Mequines – **27:1**.
 Inácio Nunes Gato, 1554 – **68:1-1v; 71:3v**.
 incenso – **59:2**.
Índia – **15:1; 39:1v; 62:1; 67:1; 84:1; 87:1;**
95:1; 96:1; 116:1; 120:1v; 123:1; 136:1;
139:1, 1v; 151:1; 158:1v; 196:1; 197:1; 214:
1, 1v; 216:1, 2; 221:1; 234:1; 251:1, 1v; 264:
, 2-3v; 268:1v; 271:1; 274:1; 277:2; 280:1;
318:1v; 370:1v; 379:2; 393:1; 411:1; 414:1;
418:1, 1v; 432:1; 452:1-6v.
 Índia, Casa da – **206:1v**.
 Inês (D.) – **211:1, 1v**.
 Inês de Azevedo (D.), Lorvão – **374:1v**.
 Inês de Brito (D.), Nice – **205:1, 1v**.
 Inês de Melo (D.), Lorvão – **374:2**.
 Inês de Mesquita, Lorvão – **374:1v**.
 Inês de Noronha (D.), mulher de D. João de
 Almeida – **368:1**.
 Inês Pantoja, abadessa – **181:1**.
 Inês da Silveira – **213:1v**.
 Inês de Sousa (D.), Lorvão – **374:2**.
 infantes, infantas – **42:2; 86:1; 152:1, 1v; 196:**
1; 205:1; 212:1; 290:1; 382:2, 2v; 390:1;
428:1.
 Inferno – **1:1v**.
Inglaterra – **119:1; 208:1; 413:1**.
Inglaterra, rei – **187:1v**.
 Inglês (Francisco), cf. Francisco Inglês.
 ingleses – **177:1v; 443:1v**.
 injúrias – **130:1; 133:1v; 221:1v; 317:8, 9v;**
452:6.
 inquirições – **156:1v; 166:2; 235:1; 250:2;**
309:1v; 312:1; 317:2; 356:1; 374:1v; 382:1,
2; 425:2; 436:4v; 452:2.
 inquiridores – **216:1v**.
 Inquisição – **241:1, 1v; 252:1**.
 instrumentos – **126:2; 237:1; 250:1v; 262:1;**
425:1, 1v; 435:1v.
 interditos – **182:1; 261:1**.
 inventários – **219:1**.
 Inverno – **37:1; 38:1v; 45:1; 62:1v; 99:1; 114:**
3v; 120:1; 225:2; 247:1; 285:3; 310:2v; 333:
1v; 360:1, 1v; 439:2.
 Isaac ben Zamirou (Ysaque aben Zamero),
 Safim, 1529 – **312:1; 364:2; 448:2**; cf. ben
 Zamirou.
 Isabel (D.) – **202:1**.
 Isabel (D.), condessa, viúva, irmã de D. Pedro
 e D. Afonso – **226:1; 426:1**.
 Isabel I de Castela (D.), rainha de Castela -
416:1-6.
 Isabel de Aragão (D.), rainha de Portugal,
 filha de Fernando II de Aragão – **99:1;**
308:1-2.
 Isabel Aranha, Lorvão – **374:2**.
 Isabel Brandoa, Lorvão – **374:1v**.
 Isabel de Faria – **213:1v**.
 Isabel Feia, Lorvão – **374:2**.
 Isabel de Figueiredo, Lorvão – **374:1v**.
 Isabel de Godins, freira – **181:1-1v**.
 Isabel Henriques (D.), condessa de Redondo
 – **407:1**.

- Isabel Jusarte, Elvas – **130:2**.
 Isabel de Meneses (D.) – **213:1v**.
 Isabel Monteiro, Lorvão – **374:1v**.
 Isabel Novais, Lorvão – **374:2**.
 Isabel de Portugal (D.), imperatriz, filha de D. Manuel I – **378:1-1v**.
 Isabel da Silva (D.), condessa de Penela – **371:1**.
 Isma ‘il ben Zamirou (*Mayl, Mayll*), 1511 – **19:1; 323:2; 448:2**.
 Itacem [?], tribo – **330:1v**.
 Itália – **200:1v; 388:2**.
 Jacob Rosales, Azamor, 1529 – **64:3**.
 Jacob Rute, Fez, 1543-1547 – **56:1; 361:1, 1v**.
 Jacome (João), cf. João Jacome.
 Jacome Fixer [?] – **264:2v, 3**.
 Jacques (Cristóvão), cf. Cristóvão Jacques.
 Jacques (Henrique), cf. Henrique Jacques.
 Jaea [?], golfão de – **87:1**.
 Jaen (Pero de), cf. Pero de Jaen.
 Jaime (D.), Duque de Bragança, 1513-1517 – **17:1; 102:1, 2, 3, 4, 4v; 107:1v; 114:1v; 145:1; 216:1, 1v; 339:1**.
 janelas – **1:1v; 109:1; 396:1; 440**.
 jaquetas – **75:4**.
 jardins – **434:1**.
 jarras – **432:1; 448:1**.
 Jenis de Lachiqua, besteiro – **443:2v**.
 Jeremias, escritor bíblico – **404:1**.
 Jerónima, Soror – **129:1**.
 Jerónima de [...]ara, Lorvão – **374:1v**.
 Jerónimo (D.) – **203:1**.
 Jerónimo Afonso – **156:2v**.
 Jerónimo Correia, filho de Simão Correia, Azamor, 1517 – **36:1v**.
 Jerónimo Dinis – **140:1**.
 Jerónimo Moniz, alcaide – **156:2, 2v**.
 Jerónimo de Padilla (Frei), Amarante, Leiria, d. 1540 – **206:1, 1v; 218:1-1v; 224:1**; cf. Padilla.
 Jerónimo Porto, 1530-1534 – **377:1**.
 Jesus Cristo – **42:2; 223:1; 246:1; 409:1v**.
 Jesus de Aveiro, Convento de – **159:1**.
 Joana (D.), infanta, filha de Carlos V, mãe de D. Sebastião – **209:1; 390:1; 429:1**.
 Joana, Soror – **129:1**.
 Joana da A[...], abadessa – **215:1-1v**.
 Joana Dias, Lorvão – **374:1v**.
 Joana de Espanha, a Louca, Rainha – **305:1, 1v**.
 Joana de Faria (D.), mulher de Nuno Fernandes de Ataíde, 1512 – **44:2; 98:1**.
 Joana de Faria, Elvas – **130:2**.
 Joana Ferreira, Lorvão – **374:2**.
 Joana de Gusmão (D.), mulher de D. Fernando de Faro – **414:1**.
 Joana de Magalhães, Lorvão – **374:2**.
 Joana de Meneses (D.), Lorvão – **374:1v**.
 Joana da Mota, Lorvão – **374:2**.
 Joana de Portugal e Castela (D.), Rainha – **399:1**.
 Joana de S[...]a (D.), Elvas – **130:2**.
 Joana de São Francisco, Elvas – **130:2**.
 Joana da Silva (D.), filha de D. Pedro de Meneses, conde de Cantanhede – **237:1**.
 Joana Vogues (D.), Lorvão – **374:1v**.
 João (D.) – **141:1; 183:1**.
 João (D.), marido de D. Ana – **283:1**.
 João (D.), príncipe, filho de D. João III – **244-A:1**.
 João I (D.), rei de Portugal – **133:1v; 177:1[?]**.
 João II (D.), rei de Portugal – **94:1v; 99:1; 133:1v; 177:1[?]; 308:1-2; 371:1; 441:2**.
 João (Frei), freire do convento de Tomar – **265:1**.
 João (Mestre), cf. Mestre João.
 João, inglês, bombardeiro – **443:1v**.
 João Abraldes, cavaleiro da Ordem de Cristo – **174:1**.
 João de Alarcão (D.) – **186:1; 228:1**.
 João de Almeida (D.), conde de Abrantes – **368:1**.
 João Álvares – **277:1v; 450:1**.
 João Álvares de Azevedo, capitão-mor e governador de Ceuta – **328:1**.
 João de Antaqueira, ginete – **443:2v**.
 João de Ataíde (D.), filho de D. Martinho de Ataíde – **371:1**.
 João Ba[...], Azamor, 1540 – **88:2**.
 João de Bairos, Cabo Verde, [153-] – **220:1v**.
 João Baptista – **264:3v**.
 João Bentes, Azamor, 1540 – **88:2**.
 João de Braga, licenciado – **166:2**.
 João Branco, Azamor, 1540 – **88:2**.

- João Camacho – **171:1**, 1v.
 João Camacho de Rebelo, alcaide de Lisboa – **169:1-2**; **223:1**.
 João de Castilho, 1529-1530 – **7:2**; **64:1**; **439:2**.
 João de Chaves, mestre da nau *Rainha*, 1503 – **452:5v**.
 João Correia, Azamor, 1540 – **88:2**.
 João Cotrim, Safim, 1512 – **105:2v**.
 João Coutinho (D.), conde do Redondo, capitão e governador de Arzila [1502-1543] – **6:1-2**; **14:1-2v**; **18:1-2v**; **20:1**; **32:1**; **36:1**; **51:1**; **56:1**; **57:1**, 1v; **63:1-2**; **92:2**, 2v; **100:1**; **112:1**; **170:1**; **319:1**, 1v; **326:1**; **332:1v**; **407:1**; **420:1-2**.
 João da Cruz, embaixador do rei de Calecut, 1515 – **318:1**, 1v.
 João Dias, morador em Atougua da Baleia – **127:1**.
 João Eanes, Azamor, 1540 – **88:2v**.
 João de Eça (D.) – **216:1-2**.
 João de Eça (D.), filho de D. Fernando de Eça, 1471-1489 – **216:1v**.
 João Esteves, meirinho – **443:3**.
 João Façanha, doutor – **403:2**.
 João de Faria, Safim, 1512 [?] – **448:1**, 2v.
 João Farinheiro (Frei), bacharel, da Ordem de São Domingos – **371:1**.
 João Fernandes, Azamor, 1540 – **88:3**.
 João Fernandes, Coimbra, c. 1554 – **417:1v**.
 João Fernandes, moço de estribeira, [1507-1512] – **3:1**.
 João Fernandes, oficial da Casa da Índia – **415:1-5**; **433:1-2**.
 João Fernandes, quartenário da Sé de Lisboa, escrivão dos arrendamentos e execuções das rendas do arcebispado de Lisboa – **263:1**.
 João Fernandes da Fonseca, Azamor, 1517 – **36:1v**.
 João Fernandes Pacheco, o Lagarto, Sevilha, [c. 154-] – **119:1**.
 João Fernandes Rodajo, Azamor, 1540 – **88:3**.
 João de Ferreira – **184:1**.
 João Foga [?], [c. 1532] – **419:1**.
 João Folgado, Azamor, 1517 – **73:1**.
 João da Fonseca – **434:1v**.
 João da Fonseca, juiz de fora – **375:2**.
 João Fraco, Arzila, 1511 – **23:3v**.
 João Fragoso, Azamor, 1540 – **88:1v**.
 João Fragoso de Mendonça, cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **350:1v**.
 João Francisco – **323:2**; **395:1**.
 João Francisco, Azamor, 1540 – **88:2v**.
 João de Freitas, guarda-roupa do duque de Bragança, Azamor, 1519 – **74:1v**; **107:1v**; **189:2**.
 João da Gama – **156:1**, 2v.
 João Godinho, contador do duque de Coimbra – **387:1**.
 João Gomes – **274:1**.
 João Gomes, Azamor, 1540 – **88:3**.
 João Gomes, cavaleiro da Casa Real – **276:1**.
 João Gonçalves, Azamor, 1540 – **88:1v**.
 João Gonçalves, capitão – **259:1**.
 João Gonçalves da Câmara, capitão, 1514 – **114:1v**.
 João Homem, juiz de fora de Óbidos – **193:1**.
 João Jacome, Estremoz – **233:1-2**.
 João Jusarte, cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **350:1v**.
 João Leitão – **415:3v**, 4.
 João de Lencastre (D.), duque de Aveiro – **246:1**.
 João de Lima (D.), Índia – **216:1**.
 João Lobato – **133:1**, 1v.
 João Lobo (D.), filho de D. Rodrigo Lobo da Silveira, Azamor, 1513 – **96:1**; **102:2v**, 5.
 João Lopes, feitor de Safim – **440:3-4v**.
 João Lopes de Alvim, Safim, 1507 – **39:1v-2v**; **440:1-4v**.
 João Lopes de Meca, feitor, Safim, 1517 – **28:2**.
 João Lopes de Sequeira, Santa Cruz de Cabo de Gué, [1507-1512] – **3:1-2v**.
 João Lourenço, cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **350:1v**.
 João de Lourenço, Lisboa – **250:1**, 1v.
 João Luís, mestre de obras, Safim, 1516-1519 – **25:4**; **37:1**.
 João Machado, mestre, 1503 – **452:5v**.
 João Madeira, Azamor, 1540 – **88:1v**.
 João Magim [?], cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **350:1v**.

- João Manuel (D.), camareiro-mor, a. 1499 – **441:1**.
- João Manuel de Noronha – **259:1**.
- João Martins, escrivão da alfândega, criado do capitão João Gonçalves – **259:1**.
- João Martins de Alpoim, Mamora, 1515 – **306:3v**.
- João Mascarenhas (D.), cavaleiro da Ordem de Cristo, comendador de Santa Maria de Castelo de Vide, capitão dos ginetes, Azamor, 1513 – **102:2v; 294:1**.
- João de Melo, Arzila – **63:1, 1v**.
- João de Melo, inquisidor – **241:1; 252:1**.
- João de Melo da Câmara – **120:1-2**.
- João Mendes – **435:1-2**.
- João Mendes, contador de Azamor – **336:1v**.
- João de Mendo – **443:1v**.
- João de Meneses (D.), conde de Tarouca, prior do Crato, comendador de Sesimbra, mordomo-mor, 1518- – **100:1; 387:1, 1v; 441:1v**.
- João de Meneses (D.), filho de D. Pedro de Meneses, capitão-geral do exército de Azamor, 1502-1514 – **80:1, 2; 89:1; 98:1-2; 102:2-3; 114:1-2, 4, 4v; 145:1; 170:1, 1v; 216:1; 301:1, 1v; 302:1-2v; 337:1; 422:1, 1v; 431:1, 1v**.
- João de Meneses (D.), governador de Tânger, 1540 – **75:4, 4v; 77:1; 410:1**.
- João Monteiro, doutor – **258:1v**.
- João de Negreiros, Azamor, 1540 – **88:2v**.
- João Nunes, feitor, 1503 – **452:1-6**.
- João Nunes, vereador – **277:1v**.
- João de Noronha (D.), Ilha da Madeira, c. 1510 – **303:1**.
- João Pereira (D.), filho de D. Manuel Pereira – **411:1**.
- João Pinto, procurador de Caminha às Cortes de 1498 – **177:1-2**.
- João Polina [?], Azamor, 1540 – **88:2**.
- João de Portugal (D.), infante, filho de D. Pedro I, rei de Portugal – **216:2**.
- João Reimão, Azamor, 1540 – **88:3**.
- João Ribeiro – **169:1v**.
- João Ribeiro, Azamor, 1540 – **88:1v**.
- João Ribeiro, Mazagão, 1542 – **260:1, 1v**.
- João de Rivas, Azamor, 1540 – **88:2v, 3**.
- João Robalo, procurador de Tavira – **135:1**.
- João Rodrigues, Azamor, 1540 – **88:2v**.
- João Rodrigues, cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **350:1v**.
- João Rodrigues, mestre – **443:3v**.
- João Rodrigues, porteiro dos contos de Safim – **334:1**.
- João Rodrigues Correia – **244-A:1**.
- João Rodrigues Estaço, Azamor, 1540 – **88:2v**.
- João Rodrigues Mousinho, Madrid – **207:1; 208:1**.
- João Rodrigues Pais – **264:1v, 2v, 3**.
- João Rojim, cavaleiro, meirinho de armada, Mamora, 1515 – **306:2v, 3v**.
- João de Saldanha, Velez, [1558-1564] – **46:1**.
- João Sanches, língua, 1503 – **452:6**.
- João Santo – **443:4**.
- João Serrão, 1515 – **306:1, 1v**.
- João da Silva (D.), conde de Portalegre – **204:1, 1v**.
- João da Silva, Azamor, 1513-1514 – **80:1v; 88:1v, 2; 102:2v; 114:1v**.
- João Simão de Sousa – **369:1**.
- João Simões, escrivão do hospital – **194:1**.
- João Soares – **97:1**.
- João Soares (D.), bispo de Coimbra – **261:1**.
- João Soares, Azamor, 1514 – **114:1v, 4**.
- João Soares, fronteiro, Arzila – **302:2v**.
- João do Soiro, corregedor da Estremadura – **291:1v**.
- João de Sousa (D.), capitão de Alcácer Ceguer, e Tetuão, 1501-1504 – **10:1; 61:1-2; 441:1**.
- João Subtil (D.), bispo de Safim [1512-1535] – **12:1; 13:1, 1v; 59:1-2v; 70:1; 313:1-2; 423:1-2**.
- João de Tânger, ginete – **443:2**.
- João de Vasconcelos e Meneses (D.), Conde de Penela – **371:1**.
- João Vaz, solicitador da Inquisição – **252:1**.
- Job Cofem (*Yob Cofem*), judeu, c. 1508 – **32:1**.
- Job Queimado – **326:1**.
- jogo de barreira – **225:1v**.
- jogo de pica e espada – **225:2**.
- jogos – **381:1v; 388:1; 416:1**.
- jogos de azar – **245:1v**.
- jóias – **121:1v; 274:1**.

- Jorge (D.) – **208:1; 391:1.**
 Jorge (D.), Arzila – **315:1.**
 Jorge (D.), mestre da Ordem de Santiago – **257:1.**
 Jorge (Mestre), cf. Mestre Jorge.
 Jorge Afonso – **415:1-2, 3v.**
 Jorge de Almeida (D.), bispo de Coimbra e conde de Arganil – **243:1; 347:1v; 371:1.**
 Jorge Barreto – **133:1.**
 Jorge Barreto, Azamor, 1513 – **102:4.**
 Jorge de Brito – **221:1v.**
 Jorge de Brito, Safim – **437:2.**
 Jorge Correia, licenciado, juiz de fora em Ponte de Lima – **270:1, 1v.**
 Jorge Correia, sobrinho de Simão Correia, Azamor, 1517 – **36:1v.**
 Jorge Cortes, ginete – **443:2.**
 Jorge Dias, Arzila – **6:1.**
 Jorge Dias, Azamor, 1540 – **88:1v.**
 Jorge Fernandes, licenciado, juiz de fora de Évora, c. 1518 – **267:1-2.**
 Jorge Lopes, feitor de Safim – **440.**
 Jorge Lopes, Flandres – **432:1.**
 Jorge Lourenço, homem de armas – **443:1.**
 Jorge Machado, vedor de obras, Safim, 1519 – **14:1; 25:4.**
 Jorge da Maia, Safim, 1507 – **39:1v; 101:1; 440:2, 2v.**
 Jorge de Melo, filho de Rui de Melo – **373:1.**
 Jorge de Melo, Velez, [1558-1564] – **46:1.**
 Jorge Mendonça, [1558-1564] – **46:1.**
 Jorge de Meneses (D.), Velez, [1558-1564] – **46:1.**
 Jorge Nunes Botelho, Ponta Delgada – **188:4.**
 Jorge de Oliveira – **235:1v.**
 Jorge de Oliveira, fronteiro, Arzila – **302:2v.**
 Jorge Pires, Azamor, 1513-1540 – **88:3; 102:1-5.**
 Jorge Rodrigues – **122:1.**
 Jorge Rodrigues [?], cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **350:1v.**
 Jorge Rodrigues, escudeiro da Casa Real – **263:1.**
 Jorge Rodrigues Seliz – **264:3.**
 Jorge de Vasconcelos – **251:1-2; 271:1-2.**
 Jorge de Vasconcelos, [c. 1532] – **419:1.**
 Jorge Vaz, escudeiro, almotacé da limpeza de Olivença – **285:2.**
 Jorge Vaz, fronteiro, Arzila – **302:2v.**
 Jorge Vaz, Lisboa, d. 1536 – **220:1-1v.**
 jornais – **359:1v.**
 Juan de Alba – **125:1.**
 Juan Baptista, frei – **218:1.**
 Juan de Pacheco, Marquês de Villena, 1500 – **416:6.**
 Juan Perucho Morgovejo, doutor, Coimbra – **217:1; 396:1v, 2.**
 judeus – **5:1; 7:1; 17:1; 19:1; 25:3v; 32:1; 36:1v; 37:1v; 40:2; 41:1v; 44:1; 62:1v; 64:1v; 69:1-2v; 70:1; 72:1, 1v; 74:1v; 75:1, 3v-4v; 76:1v, 2, 3; 86:1; 102:4v; 105:2v; 113:1, 1v; 114:3v; 189:1v; 230:1; 299:2v; 301:1; 309:1v; 310:2v; 317:1, 5, 7v, 10, 11; 323:2; 332:1; 340:1; 344; 358:1; 422:1; 439:1v; 442:1; 448:2.**
 jugadas – **195:1v.**
 juízes – **13:1v; 62:1; 126:1, 2; 135:1; 150:1; 156:1, 2; 167:1; 187:1; 188:1-4; 189:2v; 195:1; 220:1v; 230:1; 233:1; 242:1; 261:1; 277:1v; 284:1v; 285:1v, 2; 287:1v-3v, 4v; 376:1; 377:1; 380:1; 382:1, 2; 387:1; 400:1; 403:1; 434:2.**
 juízes do cível – **400:1.**
 juízes do crime – **400:1.**
 juízes eclesiásticos – **156:1.**
 juízes de fora – **123:1; 193:1; 200:1; 267:1-2; 270:1-1v; 374:1v; 375:2.**
 juízes dos órfãos – **193:1; 219:1v; 287:1v.**
 juízo – **232:1v.**
 Juízo, Dia do – **409:1v; 434:1.**
 Julião (Frei) – **224:1v.**
 Julien (Gilianlo, Julião), patrício – **62:1v.**
 Júlio II, papa – **87:1, 1v.**
 juramentos – **16:1; 64:2; 73:1; 133:1; 147:1; 190:1v; 219:1; 287:2v; 305:1; 317:9; 339:1; 353:1; 355:1; 381:1v; 406:1v; 433:1v; 437:1v, 2v; 452:4v;.**
 jurisdição – **40:6; 156:1v; 188:1v; 201:1; 275:1v; 297:1v; 318:1, 1v; 363:1; 382:1; 405:1.**
 juros – **203:1.**
 Jusarte (Cristóvão), cf. Cristóvão Jusarte.
 Jusarte (Gaspar), cf. Gaspar Jusarte.
 Jusarte (Guiomar), cf. Guiomar Jusarte.
 Jusarte (Henrique), cf. Henrique Jusarte.
 Jusarte (Isabel), cf. Isabel Jusarte.

- Jusarte (João), cf. João Jusarte.
 Jusarte (Pero), cf. Pero Jusarte.
 Jusarte [...], Azamor, 1540 – **88:3**.
 justiça – **11:1v**; **39:1**; **75:2**; **128:1**; **150:1v**; **165:1**, 1v; **195:1**, 1v; **317:9**; **318:1**.
 justiças – **118:1v**; **156:1v**; **177:1v**.
 justos, moeda – **250:1**.
 lâ – **17:1**; **118:1v**.
La Madrague (*Almadrava*) – **75:2**.
 Lacalhe (Martim de), cf. Martim de Lacalhe.
 Lachiqua (Jenis de), cf. Jenis de Lachiqua.
 lacre – **24:1v**; **37:1v**; **39:1v**; **40:5**; **62:2**; **64:3**; **105:1v**; **113:2**; **312:1**; **346-A:1**.
 ladrilhos – **194:1v**; **453:1**.
 ladrões – **188:1v**; **200:1**, 1v; **309:3v**; **317:9**.
 Lagarto (João Fernandes Pacheco, o), cf. João Fernandes Pacheco, o Lagarto.
Lagos – **114:3**.
Lagos, priores – **332:1**, 1v.
Lagos, termo – **402:1**.
 Lagos (Estêvão de), cf. Estêvão de Lagos.
 Lahsen Amedjdjot (*Allhaçem Homajota*), Safim, 1512 – **317:6**.
 Lahsen ben ‘Ali (*Lahacem Bennalli*), notável dos Ouled Mta’, 1513 – **320:2**, 2v.
 Lahsen ben Zaour (*Leçem Benzaur, Çem Bezaquor*), xeque dos Ouled ‘Amran, Safim, 1512 – **44:1**, 1v; **82:1v**.
 Laines (António), cf. António Laines.
 Lalla Goziel (*Lela Goziel*), Fez, 1531 – **447:1**.
 Lalla Malfar (*La Malfar*), Fez, 1531 – **447:1**.
 Lalla Zina (*Lela Azeina*), Fez, 1531 – **447:1**.
 lama – **225:2**.
 lambéis, cf. alambéis.
 lambril – **359:1v**.
Lamego – **192:1**; **227:1**, 2.
Lampaças, cf. *Quintela de Lampaças*.
 lâmpadas – **42:1**; **332:1**.
 Lampreia (Heitor de), cf. Heitor de Lampreia.
 lançadores – **220:1**.
 Lançarote de Freitas, feitor de Azamor, 1517-1540 – **36:1v**; **74:1v**; **88:1**; **339:1v**.
 lanças – **11:1v**; **28:1**; **40:4**; **42:2**, 2v; **49:1**, 2; **60:1v**; **63:1**, 1v; **69:1v**; **72:1v**; **74:1**; **80:1**; **99:1**; **102:2v**, 3; **114:1**, 2; **269:1**, 1v; **302:1**, 1v; **310:1**; **317:3v**; **331:1**; **339:1v**; **360:1-2**; **365:1**; **375:1**; **421:1**, 1v; **422:1v**; **425:2**; **427:1**; **437:2**, 4v; **439:1**; **446:1**; **452:4v**, 6v.
 Landim (António), cf. António Landim.
 Landim (Gaspar v Gaspar Dias Landim).
Larache – **16:1**; **27:1v**; **38:1v**; **64:3**; **91:1v**; **94:1**; **109:1**; **321:1v**; **327:2v**; **331:1v**; **441:1**, 1v.
Larache, alcaides – **23:2v-3v**; **75:2v**.
Larache, feitores – **111:1**; **260:1**.
 laranjal – **231:1**.
 laranjeiras – **434:1**.
 latim – **119:1**; **246:1**; **404:1**; **406:1**; **409:1v**.
 lavoura – **274:1v**; **277:1**, 1v; **287:1**, 1v, 3; **316:1**; **367:1**; **420:1v**.
 lavradores – **92:2**; **99:1**; **127:1**; **150:1v**; **227:2**; **287:3v**; **382:1**.
 lavranças – **296:1**.
 Leão (Gonçalo), cf. Gonçalo Leão.
 Leão Henriques, padre – **167:1**.
 legados – **248:1**; **385:1**, 1v.
 léguas – **40:4**; **64:1v**; **74:1v**; **80:1**; **92:2v**; **98:2**; **101:1**; **102:1v**; **114:1**; **120:1**; **188:2**; **192:1**; **227:1**, 1v; **261:1**; **272:1**; **277:1**; **310:2**; **333:1v**; **341:1v**; **355:1v**; **382:1v**; **403:2**; **416:2v**; **436:1v**; **437:1v**; **439:1**, 2; **452:1**, 1v, 3v.
 legumes – **71:2v**; **264:3**.
 leigos – **262:1**, 1v.
 leilões – **17:1**; **277:1v**; **421:1**.
Leiria – **292:1v**.
Leiria, bispos – **292:1**, 2; **370:1v**.
Leiria, Mosteiro de São Domingos de – **206:1**, 1v.
 leis – **25:3v**; **123:1v**.
 leis, lente – **13:1**.
 Leitão (Bartolomeu), cf. Bartolomeu Leitão.
 Leitão (João), cf. João Leitão.
 Leitão (Pero), cf. Pero Leitão.
 Leitão de Gamboa (António), cf. António Leitão de Gamboa.
 Leite (António), cf. António Leite.
 Leite (Diogo), cf. Diogo Leite.
 Leite (Fernão), cf. Fernão Leite.
 Leite (Manuel), cf. Manuel Leite.
 Leite (Sebastião), cf. Sebastião Leite.
 Leitoa (Beatriz), cf. Beatriz Leitoa.
 leitura – **13:1**; **118:1**.
 Lemos (Francisco de), cf. Francisco de Lemos.
 Lemos (Luís de), cf. Luís de Lemos.
 Lemos (Simão de), cf. Simão de Lemos.

- Lemos (Violante de), cf. Violante de Lemos.
 Lencastre (João de), cf. João de Lencastre.
 lenha – **25:3; 37:1v; 71:2; 74:2; 114:2v; 285:1; 381:1v; 436:4; 452:1.**
 lentos – **13:1; 282:1; 286:1; 417:1v; 423:2.**
 lentilhas – **71:2v.**
 leões – **171:1v.**
 Leonel (Mestre), cf. Mestre Leonel.
 Leonel Botelho – **432:1v.**
 Leonor (D.), 1513 – **102:5.**
 Leonor (D.), rainha, mulher de D. João II, 1520 – **59:1v; 302:2v.**
 Leonor de Abreu – **181:1v.**
 Leonor Aires, Estremoz – **219:1, 1v.**
 Leonor de Brito, filha de Gaspar de Brito – **221:1.**
 Leonor Mascarenhas (D.) – **390:1, 1v.**
 Leonor de Melo – **279:1.**
 Leonor de Noronha (D.), Elvas – **130:2.**
 Leonor Pereira (D.), filha de D. João Rodrigues Pereira Marramaque – **197:1.**
 Lescano (Diogo de), cf. Diogo de Lescano.
 letrados – **13:1; 133:1, 1v; 182:1; 193:1; 221:1; 224:1v; 243:1; 282:1; 387:1v; 406:1v; 418:1v; 423:2.**
 letras apostólicas – **71:1, 1v.**
 levadas – **381:1, 1v.**
 Levante – **94:1.**
 Lévi (Maïr), cf. Maïr Lévi.
 Leyreyxa [?] – **23:4.**
 lezirão – **313:1.**
 lezírias – **287:4.**
 liame – **403:2v.**
 libras – **177:1, 1v.**
 licenças – **66:1v; 216:1v-2; 282:1.**
 licenciados – **123:1; 166:2; 200:1; 217:1; 227:1; 267:1-2; 270:1-2; 277:2; 286:1; 290:1; 291:1, 1v; 370:1v; 381:1.**
 lições – **396:1.**
 Lima, linhagem – **268:1v.**
 Lima, rio – **406:1.**
 Lima (Diogo Lopes de), cf. Diogo Lopes de Lima.
 Lima (Fernando de), cf. Fernando de Lima.
 Lima (Fernão Lourenço de), cf. Fernão Lourenço de Lima.
 Lima (Francisco de), cf. Francisco de Lima.
 Lima (João de), cf. João de Lima.
 Lima Pereira (Fernando de), cf. Fernando de Lima Pereira.
 limoeiros – **434:1.**
 limpeza – **285:2, 2v.**
 Limpo (Baltasar), cf. Baltasar Limpo.
 Limpo (Melchior), cf. Melchior Limpo.
 línguas – **7:1, 1v; 10:1; 103:1; 105:2v; 317:5v, 6v; 321:1v; 344; 452:1v, 6.**
 Linhares, Conde de – **8:1; 200:1; 216:2; 303:1; 306:1-8.**
 linhas – **83:1.**
 linho – **105:1v; 118:1v.**
 Liote (Francisco), cf. Francisco Liote.
 Lisboa – **97:1; 114:2, 2v; 117:1; 137:1; 147:1v; 173:1; 178-A:1; 188:3v; 194:1; 216:1; 220:1; 236:1; 250:1; 255:1, 1v; 259:1; 269:2; 273:1v; 287:2, 3; 345:1; 347:1; 364:1v; 376:1v; 381:1; 395:1, 2; 403:2v; 404:1; 427:1; 434:1-2v.**
 Lisboa, alcaides – **169:1-2.**
 Lisboa, alfândega – **246:1.**
 Lisboa, arcebispo de – **263:1; 275:1v.**
 Lisboa, arcebispo – **224:1v; 241:1, 1v; 249:1; 347:1v.**
 Lisboa, bispos – **167:1; 169:1; 241:1, 1v.**
 Lisboa, boticários – **178-A:1.**
 Lisboa, câmara – **384:1, 1v.**
 Lisboa, Casa dos Vinte e Quatro – **384:1.**
 Lisboa, Convento da Anunciada de – **236:1.**
 Lisboa, Convento de Nossa Senhora da Piedade da Boa Vista de – **117:1.**
 Lisboa, Convento d Santa Clara de – **59:2.**
 Lisboa, conventos – **222:1.**
 Lisboa, corregedores – **116:1, 1v.**
 Lisboa, Cortes de 1498 – **177:1-2; 406:1, 1v.**
 Lisboa, Cortes de 1499 – **257:1.**
 Lisboa, deão – **385:1, 1v.**
 Lisboa, igrejas – **119:1.**
 Lisboa, Mosteiro de São Vicente de Fora de – **249:1.**
 Lisboa, porto – **443:3v.**
 Lisboa, regedores – **133:1v.**
 Lisboa, Ribeira – **313:1; 415:5.**
 Lisboa, Rua Direita – **222:1.**
 Lisboa, Rua Nova – **212:1; 222:1.**
 Lisboa, Sé – **116:1; 249:1; 263:1.**

- Lisboa*, vereadores – **379:1-2v**.
Lisboa (Luís de), cf. Luís de Lisboa.
 lismosna – **30:1**.
 literacia – **381:1**.
 livros – **17:2; 116:1; 119:1; 138:1; 147:1v; 156:1, 2, 2v; 167:1; 194:1; 200:1; 216:1v; 219:1, 1v; 230:1; 262:1v; 263:1; 294:1; 316:1; 332:1; 334:1; 348:2v; 360:2; 363:1, 1v, 2v; 381:1v; 420:1; 433:1; 434:1v, 2; 452:2**.
 livros dos contos – **439:1v, 2v**.
 livros de registo – **122:1**.
 Lobato (Álvaro), cf. Álvaro Lobato.
 Lobato (Gomes), cf. Gomes Lobato.
 Lobato (João), cf. João Lobato.
 Lobato (Pedro Eanes), cf. Pedro Eanes Lobato.
 Lobo (Diogo), cf. Diogo Lobo.
 Lobo (João), cf. João Lobo.
 Lobo (Pedro), cf. Pedro Lobo.
 Lobo (Rodrigo), cf. Rodrigo Lobo.
 lobos – **388:1, 1v**.
 lógicos – **178-A:1**.
Londres – **187:1**.
 Londres (Guilherme de), cf. Guilherme de Londres.
Longavares, Mosteiro de São João de – **261:1**.
Longroiva, comenda – **373:1**.
 Lope Hurtado de Mendonza – **389:1, 1v**.
 Lopes (Afonso), cf. Afonso Lopes.
 Lopes (Antão), cf. Antão Lopes.
 Lopes (António), cf. António Lopes.
 Lopes (Baltasar), cf. Baltasar Lopes.
 Lopes (Bernardo), cf. Bernardo Lopes.
 Lopes (Diogo), cf. Diogo Lopes.
 Lopes (Duarte), cf. Duarte Lopes.
 Lopes (Estêvão), cf. Estêvão Lopes.
 Lopes (Francisco), cf. Francisco Lopes.
 Lopes (Gaspar), cf. Gaspar Lopes.
 Lopes (Gonçalo), cf. Gonçalo Lopes.
 Lopes (João), cf. João Lopes.
 Lopes (Jorge), cf. Jorge Lopes.
 Lopes (Manuel), cf. Manuel Lopes.
 Lopes (Pero), cf. Pero Lopes.
 Lopes (Rui), cf. Rui Lopes.
 Lopes (Sebastião), cf. Sebastião Lopes.
 Lopes de Alvim (João), cf. João Lopes de Alvim.
 Lopes Barreto (Domingos), cf. Domingos Lopes Barreto.
 Lopes Bulhão (Pero), cf. Pero Lopes Bulhão.
 Lopes Correia (Pero), cf. Pero Lopes Correia.
 Lopes da Costa (Afonso), cf. Afonso Lopes da Costa.
 Lopes de Lima (Diogo), cf. Diogo Lopes de Lima.
 Lopes de Meca (João), cf. João Lopes de Meca.
 Lopes de Sequeira (João), cf. João Lopes de Sequeira.
 Lopo de Alarcão (D.) – **228:1**.
 Lopo Barbudo, criado, Arzila – **69:1v; 112:1**.
 Lopo Barriga, Safim, 1517 – **28:1v**.
 Lopo de Brito, Lisboa, 1546 – **384:1v**.
 Lopo Cabreira, fronteiro, Arzila – **302:2**.
 Lopo Fernandes, Azamor, 1540 – **88:3**.
 Lopo Fernandes, cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **350:1v**.
 Lopo Fernandes, Safim, 1512 – **317:7, 10v**.
 Lopo da Fonseca – **287:1, 1v, 2v**.
 Lopo Gil, Azamor, 1540 – **88:2v**.
 Lopo Gonçalves Gaio – **277:1v**.
 Lopo Mexia, oficial da Casa da Índia – **222:1; 348:2v; 415:1-5**.
 Lopo Rodrigues, Azamor, 1540 – **88:2**.
 Lopo Soares – **140:1v**.
 Lopo Soares, deão de Lisboa – **385:1, 1v**.
 Lopo Soares de Albergaria – **415:2v**.
 Lopo de Sousa – **287:4**.
 Lopo Valente, Azamor, 1540 – **88:1v**.
 Lopo Vaz de Azevedo, almirante do reino, capitão de Tânger – **216:1v; 276:1**.
 Lopo Vaz de Sampaio, Índia – **95:1**.
Lordelo – **398:1-2**.
Lorbão, Mosteiro de São Mamede e São Paio de – **258:1, 1v; 374:1-2v**.
 louça – **251:1; 403:2v**.
 Loureiro (António de), cf. António de Loureiro.
 Loureiro (Henrique de), cf. Henrique de Loureiro.
 Loureiro (Luís de), cf. Luís de Loureiro.
 Lourenço (Baltasar), cf. Baltasar Lourenço.
 Lourenço (João de), cf. João de Lourenço.
 Lourenço (João), cf. João Lourenço.

- Lourenço (Jorge), cf. Jorge Lourenço.
 Lourenço (Pero), cf. Pero Lourenço.
 Lourenço Álvares – **435:1v**.
 Lourenço Cáceres – **194:1-2**.
 Lourenço Carracão (Cristóvão), cf. Cristóvão Lourenço Carracão.
 Lourenço Eanes, Azamor, 1540 – **88:2v**.
 Lourenço Fernandes – **415:3v, 4**.
 Lourenço Fernandes, Azamor, 1540 – **88:1v**.
 Lourenço de Lima (Fernão), cf. Fernão Lourenço de Lima.
 Lourenço Pires de Távora, embaixador, 1543 – **56:1, 1v; 383:1**.
 Lourenço de Sousa – **169:1v**.
 Lourenço de Sousa, aposentador-mor – **212:1**.
 Lousado (Simão), cf. Simão Lousado.
 lua – **114:1; 302:1v**.
 Luar, xeque, 1518 – **40:5, 5v**.
 Lucas Giraldi – **211:1**.
 Lúcia (Maria da), cf. Maria da Lúcia.
 Lud, 1513 – **442:1**.
 Luís (D.), infante – **42:2v; 161:1; 196:1; 212:1**.
 Luís (Diogo), cf. Diogo Luís.
 Luís (João), cf. João Luís.
 Luís Afonso, patrão, 1515 – **306:8v**.
 Luís de Alarcão, doutor, vigário de Coimbra – **261:1**.
 Luís Álvares Cabral, Coimbra, 1554 – **417:1-2**.
 Luís Álvares de Távora – **201:1, 1v; 398:1-2**.
 Luís de Almeida, licenciado – **277:2**.
 Luís de Azevedo, Lisboa – **249:1**.
 Luís Dória, Azamor, 1540 – **88:2**.
 Luís Eanes, Lisboa – **255:1, 1v**.
 Luís de Faro (D.) – **414:1**.
 Luís Gonçalves de Ataíde – **259:1**.
 Luís de Lemos, escrivão, 1641 – **147:1v**.
 Luís de Lisboa, Frei – **281:1**.
 Luís de Loureiro, capitão de Mazagão, 1541-1544 – **21:1, 2; 26:1, 1v; 48:1; 50:1; 52:1, 2; 325:1, 1v; 349:1v**.
 Luís Martins – **146:1; 443:1**.
 Luís de Meneses (D.), Azamor, 1513 – **102:4**.
 Luís de Monroy (D.), 1554 – **68:1v**.
 Luís Moreira, Azamor, 1540 – **88:1v**.
 Luís de Noronha – **259:1**.
 Luís de Noronha (D.), alcaide-mor de Sines – **403:1, 2**.
 Luís Pinto – **264:2v**.
 Luís Ribeiro – **9:1-2**.
 Luís Sacoto, Santa Cruz de Cabo de Gué, 1529 – **439:1v**.
 Luís da Silveira – **284:1, 1v**.
 Luís da Silveira, embaixador – **293:1**.
 Luís Teixeira, 1517 – **17:1v**.
 Lutete [?], alcaide, do Conselho do Rei de Fez, 1530 – **7:1**.
 M[...] Ben Mohammed Ben Hylel [?] (M[...] ben Mehamed ben Hylel) – **31:1**.
 Macedo (António de), cf. António de Macedo.
 Machada (Margarida), cf. Margarida Machada.
 Machado, capitão, Ceuta – **349:1**.
 Machado ([...]), cf. [...] Machado.
 Machado (Francisco), cf. Francisco Machado.
 Machado (Gonçalo), cf. Gonçalo Machado.
 Machado (João), cf. João Machado.
 Machado (Jorge), cf. Jorge Machado.
 Machado de Sampaio (Diogo), cf. Diogo Machado de Sampaio.
 Maciel (Fernão v Fernão Maciel).
 Maço (Miguel), cf. Miguel Maço.
 Madalena – **256:1v**.
 madeira – **16:1; 22:2v; 36:1, 2, 2v; 57:1v; 71:2; 78:1; 80:2; 87:1; 99:1v; 114:4; 194:1; 274:1; 292:2; 306:4; 321:1v; 338:1, 1v; 345:1, 1v; 359:1v; 403:2v; 419:1v**.
 Madeira, ilha – **24:1; 102:2v; 120:1v; 158:1; 177:1v; 259:1; 281:1; 307:2; 334:1**.
 Madeira (Diogo), cf. Diogo Madeira.
 Madeira (Gaspar), cf. Gaspar Madeira.
 Madeira (João), cf. João Madeira.
 Madre de Deus de Monchique de Miragaia, Convento da – **118:1-2**.
 madres – **247:1**.
 Madrid – **139:1; 158:1; 186:1; 207:1; 208:1; 256:1, 1v; 264:1, 1v, 2v-4; 288:1; 416:2v; 428:1**.
 Madureira (Ana de), cf. Ana de Madureira.
 Madureira (Fernando), cf. Fernando Madureira.
 Magalhães (Beatriz de), cf. Beatriz de Magalhães.
 Magalhães (Joana de), cf. Joana de Magalhães.

- Magaluf – **79:1**.
 Magim [?] (João), cf. João Magim [?].
 Maguiol (Abraão de), cf. Abraão de Maguiol.
 Maia (Gonçalo da), cf. Gonçalo da Maia.
 Maia (Jorge da), cf. Jorge da Maia.
 Maiorca (Coimbra), couto – **382:1-2v**.
 maiorquinos – **327:2**.
 Maïr Lévi (Maill, Mair, Mayr), Safim, 1512-1517 – **24:2v**; **41:1v**; 105 :1.
 Maizoquo (Nicolau), cf. Nicolau Maizoquo.
 Malabar, costa do – **95:1**.
 Malaca – **95:1**; **221:1**.
 Malaca, nau de – **264:1**, 1v, 3-4.
 Málaga – **4:1**, 1v; **308:1**; **346-A:1**; **377:1**; **419:1v**, 2.
 Maldonado (Miguel), cf. Miguel Maldonado.
 malefícios – **267:2**.
 malfeitores – **75:3**, **188:1v**; **249:1**, 1v.
 mamar – **196:1**.
 Mamora – **38:1-2**; **73:1**; **306:1-8**; **365:1**.
 Mamora, fortaleza – **8:1**; **38:1**; **306:2**, 5v, 6v, 7, 8.
 Mamora, rios – **38:1**.
 mamposteiros – **224:1v**.
 mancebas – **120:1v**; **189:1-2**; **240:2**.
 mancebos – **62:2**; **71:1**; **118:1**; **225:1**; **240:1**; **250:1-2**; **255:1**; **282:1**; **287:3v**; **302:1**; **361:1**.
 Mandinga (Guiné) – **220:1v**.
 Mangalor – **95:1**.
 manojos – **416:4**.
 Mansour ben ‘Ali (Mançor bem Aly), 1513 – **330:1v**.
 Mansour ben Ahmed (Mançor ben Hamed), criado de Moulay Zidan, 1544 – **21:2**.
 mantas, mantos – **71:2**, 2v; **89:1**; **281:1**; **416:4**, 4v.
 mantas, máquinas de guerra – **102:4**.
 manteiga – **317:2v-3v**, 5v, 6, 7.
 mantimentos – **4:2v**; **9:1v**; **13:1v**; **21:2**; **24:1**; **25:2**; **36:2**; **40:2**; **42:1v-2v**; **43:2**; **52:1v**, 2; **57:1v**; **60:1**; **66:1**; **83:1**; **95:1**; **101:1v**; **105:1**; **114:2v**; **120:1v**; **240:1**; **245:1**, 1v; **269:1**, 1v; **273:1**; **296:1**; **297:1v**; **325:1**; **333:1**, 1v; **354:1v**; **360:1**; **381:1**; **398:1v**; **406:1**; **409:1**; **435:1v**; **436:1**.
 Manuel I (D.), rei de Portugal – **123:1**; **175:1**; **200:1**; **294:1**; **379:1v**.
 Manuel (Bernardo), cf. Bernardo Manuel.
 Manuel (João), cf. João Manuel.
 Manuel de Almeida – **180:1**.
 Manuel Álvares, corregedor na ilha de Santa Maria (Açores) – **188:2v**.
 Manuel Álvares, rendeiro das alfândegas de Entre-Douro e Minho – **173:1**.
 Manuel Caldeira – **264:1**, 1v, 3v.
 Manuel de Castelo Branco (D.) – **370:1**.
 Manuel de Cerveira, Abda, 1512-1513 – **69:1v**; **72:1v**.
 Manuel da Costa, escrivão da câmara – **294:1**.
 Manuel Coutinho (D.) – **414:1**.
 Manuel Fagundes – **392:1**.
 Manuel Fernandes, Azamor, 1540 – **88:3**.
 Manuel Fernandes Cabral, Azamor, 1540 – **88:2**.
 Manuel da Fonseca, cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **350:1v**.
 Manuel Freire, cavaleiro, 1518 – **100:1**.
 Manuel Galego, Azamor, 1540 – **88:2**.
 Manuel Godinho – **375:1**, 1v.
 Manuel de Góis – **145:1**.
 Manuel Gomes, Azamor, 1540 – **88:2**.
 Manuel Leite, 1542 – **388:1v**.
 Manuel Lopes – **359:1**.
 Manuel Martins, Azamor, 1540 – **88:2v**.
 Manuel Mascarenhas (D.), Arzila, 1545 – **16:1**, 1v; **63:1**; **109:1**; **111:1**, 1v; **122:1v**.
 Manuel de Melo – **376:1**, 1v.
 Manuel de Melo, d. 1580 – **380:1v**.
 Manuel de Melo, Safim – **110:1**.
 Manuel Mendes, Alcácer Ceguer, 1518 – **53:1-2**.
 Manuel de Mendonça – **169:1v**.
 Manuel Moura, Azamor, 1540 – **88:1v**.
 Manuel de Noronha – **259:1**.
 Manuel de Noronha (João), cf. João Manuel de Noronha.
 Manuel de Orey [?], Ponta Delgada – **188:4**.
 Manuel do Rego, Azamor, 1540 – **88:2**.
 Manuel Rodrigues, carcereiro – **166:1v-2**.
 Manuel de Sande, Safim, 1513 – **329:1**; **353:1**.
 Manuel da Silva, Azamor, 1540 – **88:2**.
 Manuel da Silveira – **148:1**, 1v.
 Manuel de Sousa, Azamor, 1517 – **36:1v**; **356:1**.
 Maomé – **42:2**; **64:2**; **317:8v**, 9; **320:1v**.

- mãos – **75:2v**.
Mar Roxo – **87:1**, 1v.
 Maracote (Rui Gonçalves), cf. Rui Gonçalves Maracote.
 maravedis – **308:1v**.
 marçaria – **434:2**.
Marchena – **308:1**.
 Marchena (Alonso de), cf. Alonso de Marchena.
 Marcos de Inves, bombardeiro – **443:1v**.
 marcos de ouro – **452:5**.
 Marcos Dias, Azamor, 1540 – **88:2**.
 mareantes – **251:2**; **271:1**; **403:1**, 2.
 marés – **83:1v**; **102:2**; **260:1v**; **306:2**; **307:1**.
 marfim – **452:1**, 1v, 3v, 5v.
 Margarida (D.) – **124:1**.
 Margarida (D.), priora – **386:1**.
 Margarida de Castro (D.), abadessa do convento de Santa Clara de Coimbra – **237:1**.
 Margarida, Soror – **129:1**.
 Margarida Correia, Lorvão – **374:2**.
 Margarida Machada, Lorvão – **374:2**.
 Margarida de Sousa, Lorvão – **374:2**.
 Margarida Vaz – **249:1**.
 Margarida de Vilalobos, Elvas – **130:2**.
 Maria (D.), filha de D. Ana de Brito – **256:1**.
 Maria (D.), rainha de Portugal – **416:1-6**; **438:1**.
 Maria da Assunção, abadessa do mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Alenquer, 1565 – **229:1**.
 Maria de Azevedo, Elvas – **130:2**.
 Maria da Coluna (D.) – **283:1**.
 Maria de Eça, mulher de D. Afonso de Noronha (D.), 1547 – **30:1**.
 Maria de Faro (D.) – **414:1**.
 Maria da Fonseca, Elvas – **130:2**.
 Maria de Gojos, Elvas – **130:2**.
 Maria da Lúcia, Lorvão – **374:1v**.
 Maria de Me[...], Lorvão – **374:1v**.
 Maria de Meneses (D.) – **213:1v**.
 Maria de Noronha (D.), filha de D. João de Almeida – **368:1**, 1v.
 Maria Pinta Henriques, mulher de Fernão Ribeiro – **121:1-2**.
 Maria Ribeira, freira – **191:1**; **258:1**.
 Maria da Silva, freira – **181:1-1v**.
 Maria do Souro, Lorvão – **374:2**.
 Maria de Sousa (D.) – **180:1**.
 Maria de Sousa Nogueira [?] – **237:1**.
 Maria de Vargas (D.) – **143:1**, 1v.
 marinheiros – **134:1**; **273:1**; **306:1**, 1v, 2v, 3; **327:1v**; **341:1v**; **443:2v**; **452:1**, 4v.
 marlota, manto – **11:1v**, **317:6**.
 marmelada – **7:1**; **395:1v**.
 Marques (Afonso), cf. Afonso Marques.
 Marquês de Ayamonte – **64:2v**.
 Marquês de Vila Real – **155:1**; **169:1v**; **419:2v**.
 Marquês de Villena – **416:6**.
Marraquexe – **35:1**; **39:1v**; **40:6v**; **41:1v**; **42:1v**, 2; **44:1**; **52:1**; **58:1**; **72:1v**; **73:1**, 1v; **76:1v**; **101:1**; **114:2**, 2v; **310:2v**; **317:3v**, 5, 7, 10v; **320:2**; **322:1**, 2; **337:1**; **354:1**; **355:1v**; **358:2**; **361:1v**; **422:1v**; **439:1**.
Marraquexe, rei – **43:1**; **69:1-2**; **73:1v**; **82:1**; **101:1**; **317:6v**; **320:1**; **355:1v**, 2.
Marraquexe, senhores – **436:1**.
Marraquexe, xerifes – **31:1**.
Marrocos, cf. *Marraquexe*.
 martelos – **416:4**.
 Martim Afonso, besteiro – **443:1**.
 Martim Afonso de Sousa, Índia – **95:1**.
 Martim Afonso de Sousa Chichorro, Arzila – **23:2v**.
 Martim Dias, vedor das obras de Castelo de Vide – **284:1**.
 Martim Ferreira – **132:1**, 1v.
 Martim Gonçalves da Câmara – **412:1**.
 Martim de Lacalhe, ginete – **443:2v**.
 Martim Ribeiro, Arzila – **63:1v**.
 Martim Soeiro, cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **350:1v**.
 Martim Varela, Azamor, 1540 – **88:2**.
 Martim Vaz Mascarenhas, fronteiro, Arzila – **302:2**.
 Martín de Azpilcueta, Coimbra – **125:1**, 1v; **239:1**.
 Martinho de Castelo Branco (D.), [a. 1499-d. 1518] – **415:3v**; **441:1**.
 Martinho Eanes da Fonseca, cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **350:1v**.
 Martinho de Portugal (D.), arcebispo do Funchal – **241:1v**.
 Martins (Afonso), cf. Afonso Martins.
 Martins (Diogo), cf. Diogo Martins.

- Martins (Domingos), cf. Domingos Martins.
 Martins (Duarte), cf. Duarte Martins.
 Martins (Francisco), cf. Francisco Martins.
 Martins (João), cf. João Martins.
 Martins (Luís), cf. Luís Martins.
 Martins (Manuel), cf. Manuel Martins.
 Martins (Pero), cf. Pero Martins.
 Martins (Roque), cf. Roque Martins.
 Martins (Tomé), cf. Tomé Martins.
 Martins de Almada (Fernão), cf. Fernão Martins de Almada.
 Martins de Alpoim (João), cf. João Martins de Alpoim.
 Martins Mascarenhas (Fernão), cf. Fernão Martins Mascarenhas.
 Martins de Medelos (Afonso), cf. Afonso Martins de Medelos.
 Martins de Melo (Vasco), cf. Vasco Martins de Melo.
 Martins Mendes (Álvaro), cf. Álvaro Martins Mendes.
 Martins da Silveira (Nuno), cf. Nuno Martins da Silveira.
 Mascarenhas (Fernão), cf. Fernão Mascarenhas.
 Mascarenhas (Fernão Martins), cf. Fernão Martins Mascarenhas.
 Mascarenhas (Francisco), cf. Francisco Mascarenhas.
 Mascarenhas (Francisco de), cf. Francisco de Mascarenhas.
 Mascarenhas (João), cf. João Mascarenhas.
 Mascarenhas (Leonor), cf. Leonor Mascarenhas.
 Mascarenhas (Manuel), cf. Manuel Mascarenhas.
 Mascarenhas (Martim Vaz), cf. Martim Vaz Mascarenhas.
 Mascarenhas (Nuno), cf. Nuno Mascarenhas.
 Mascarenhas (Pedro), cf. Pedro Mascarenhas.
 Mascarenhas (Pero), cf. Pero Mascarenhas.
Mascate – **136:1**.
 Masode Allcasari [?], cavaleiro, 1547 – **30:1**.
 mastros – **403:2v**.
 Mateus Carvalho, Azamor, 1540 – **88:1v**.
 Mateus Gonçalves, Azamor, 1540 – **88:1v**.
 matos – **75:4; 292:2v; 380:1; 382:1v**.
 Matos (Afonso de), cf. Afonso de Matos.
 Matos (António de), cf. António de Matos.
 Matos (Domingos), cf. Domingos Matos.
 matrículas – **139:1**.
 maus-tratos – **259:1**.
 mazaganis – **25:2v; 43:1v; 302:1v; 317:9v; 344; 355:2**.
Mazagão – **9:2; 46:1; 50:1; 52:1-2v; 59:2; 66:1v; 76:2v; 95:1; 102:2, 5; 260:1, 1v; 264:1, 1v, 3; 307:1-2v; 312:1; 339:1v; 363:1v; 364:1v**.
Mazagão, capitães – **21:1, 2; 26:1, 1v; 68:1, 1v**.
Mazagão, castelo – **114:4v**.
Mazagão, fortaleza – **85:1; 307:1**.
Mazagão, governadores – **304:1; 336:1-2**.
Mazagão, porto – **56:1v; 64:2v**.
 Me[...] (Maria de), cf. Maria de Me[...].
 Meca (João Lopes de), cf. João Lopes de Meca.
Meça (Mesa) – **42:1v, 2; 105:1; 439:2**.
Meca, estreito – **136:1**.
 Mechenzaya (*Mesenjays, Misenjyz, Mecem-jaiha, Micenjayas*), tribo berbere – **60:1v; 72:1; 81:1; 317:3; 330:1v**.
 Mécia (D.), filha de Guterre de Monroy (D.) – **154:1**.
 Mécia da Cunha, Lorrão – **374:2**.
 Mécia Pacheca, Lorrão – **374:2**.
 Medelos (Afonso Martins de), cf. Afonso Martins de Medelos.
 Medicina – **417:1v**.
 médicos – **131:1**.
Medina, cf. *Almedina*.
 Medina Sidonia, Duque de – **264:3v, 4**.
 meirinhos – **123:1, 1v; 126:1v, 2; 150:1v; 156:2; 169:1v; 200:1v; 240:1; 267:2; 306:3v**.
 meirinhos da corte – **169:1v**.
 meirinhos do paço – **169:1v**.
 mel – **75:2; 102:4**.
 Melchior Limpo, sobrinho do arcebispo de Braga, 1558 – **248:1**.
Melgaço – **200:1**.
 Melgar (António de), cf. António de Melgar.
Melinde – **452:3**.
 Melo (António de), cf. António de Melo.
 Melo (Cristóvão de), cf. Cristóvão de Melo.
 Melo (Diogo de), cf. Diogo de Melo.
 Melo (Duarte de), cf. Duarte de Melo.
 Melo (Filipa de), cf. Filipa de Melo.

- Melo (Francisco de), cf. Francisco de Melo.
 Melo (Garcia de), cf. Garcia de Melo.
 Melo (Guiomar de), cf. Guiomar de Melo.
 Melo (Inês de Melo Inês de Melo).
 Melo (João de Melo João de Melo).
 Melo (Jorge de), cf. Jorge de Melo.
 Melo (Leonor de), cf. Leonor de Melo.
 Melo (Manuel de), cf. Manuel de Melo.
 Melo (Rodrigo de), cf. Rodrigo de Melo.
 Melo (Rui de), cf. Rui de Melo.
 Melo (Simão de), cf. Simão de Melo.
 Melo (Vasco), cf. Vasco Martins de Melo.
 Melo da Câmara (João de), cf. João de Melo da Câmara.
 Mem de Brito – **235:1-2**.
 menagens – **287:2**, 2v.
 Mendes (Álvaro), cf. Álvaro Martins Mendes.
 Mendes (Álvaro), cf. Álvaro Mendes.
 Mendes (Cristóvão), cf. Cristóvão Mendes.
 Mendes (Diogo), cf. Diogo Mendes.
 Mendes (Garcia), cf. Garcia Mendes.
 Mendes (João), cf. João Mendes.
 Mendes (Manuel), cf. Manuel Mendes.
 Mendes (Rui), cf. Rui Mendes.
 Mendes (Silvério), cf. Silvério Mendes.
 Mendes Cervera (Álvaro), cf. Álvaro Mendes Cervera.
 Mendes de Oliveira (Afonso), cf. Afonso Mendes de Oliveira.
 Mendes Sacoto (Gonçalo), cf. Gonçalo Mendes Sacoto.
 Mendes de Vasconcelos (Francisco), cf. Francisco Mendes de Vasconcelos.
 Mendo (João de), cf. João de Mendo.
 Mendonça (João Fragoso de), cf. João Fragoso de Mendonça.
 Mendonça (Jorge), cf. Jorge Mendonça.
 Mendonça (Manuel de), cf. Manuel de Mendonça.
 Mendonça (Pero de), cf. Pero de Mendonça.
 Mendonza (Lope Hurtado de), cf. Lope Hurtado de Mendonza.
 Menebrim (Gaspar), cf. Gaspar Menebrim.
 Meneses (António de), cf. António de Meneses.
 Meneses (Duarte de), cf. Duarte de Meneses.
 Meneses (Fernando de), cf. Fernando de Meneses.
 Meneses (Garcia de), cf. Garcia de Meneses.
 Meneses (Henrique de), cf. Henrique de Meneses.
 Meneses (Isabel de), cf. Isabel de Meneses.
 Meneses (Joana de), cf. Joana de Meneses.
 Meneses (João de), cf. João de Meneses.
 Meneses (João de Vasconcelos e), cf. João de Vasconcelos e Meneses.
 Meneses (Jorge de), cf. Jorge de Meneses.
 Meneses (Luís de), cf. Luís de Meneses.
 Meneses (Maria de), cf. Maria de Meneses.
 Meneses (Pedro de), cf. Pedro de Meneses.
 Meneses (Pero de), cf. Pero de Meneses.
 Meneses Coutinho e Vasconcelos (Fernando de), cf. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos.
 mensageiros – **243:1**; **375:1**.
Mequinez (*Mequinee*, *Mequines*, *Mequinez*, *Mequinez*, *Miquinez*) – **27:1**, 1v; **75:2**, 2v; **354:1**; **361:1**, 1v.
 mercadores – **16:1**; **24:2**; **30:1**; **36:2**; **39:1-2**; **55:1v**; **56:1**; **64:1**, 2v, 3; **105:1v**; **113:1**, 1v; **114:3**, 3v, 4v; **173:1**; **184:1**; **216:1**; **220:1-1v**; **224:1**; **225:1**; **230:1**; **246:1**; **254:1**; **260:1**; **348:1**, 1v, 2v; **351:1v**; **358:2**; **377:1**; **379:1v**; **403:2**; **413:1**; **420:1**; **425:1v**; **434:1v**; **439:1**; **440:1v**; **452:1**, 1v.
 mercadorias – **5:1**; **24:2**, 2v; **37:1v**, 2; **39:1v**; **45:1**; **80:1v**; **82:1**; **105:1v**; **114:2v**; **116:1**; **173:1**; **177:1v**; **184:1**; **220:1v**; **251:1v**; **320:2**, 2v; **348:1v**, 2; **403:1**; **406:1**, 1v; **409:1**, 1v; **425:1**; **434:1v**, 2; **439:1v**; **440:4v**; **452:1v**, 5.
 mercês – **225:1v**.
 Mercês, Porta das (Lisboa) – **119:1**.
 merendas – **390:1**.
 Merouane [?] (*Merrine*), rei de Fez – **21:1**.
 mesas – **127:1**; **156:1**; **370:1v**; **452:3**.
 Mesquita (Inês de), cf. Inês de Mesquita.
 mesquitas – **73:1v**; **91:1**; **114:4**; **302:1v**; **332:1**.
 Messias – **53:1**.
 mestrados – **96:1**; **291:1**.
 Mestre [...], Coimbra – **396:1-2v**.
 Mestre André, Coimbra, 1554 – **417:1v**.
 Mestre Butaca – **345:1**, 1v.
 Mestre Duarte – **365:1**.
 Mestre Gil, cirurgião-mor – **210:1v**.
 Mestre Henrique, físico do Duque – **216:1v**.

- Mestre João, bombardeiro – **443:1v**.
 Mestre Jorge, físico – **13:1v**.
 Mestre Leonel – **142:1v**.
 Mestre Rodrigo – **359:2**.
 mestres – **15:1; 87:1, 1v; 154:1; 182:1; 224:1v; 257:1; 271:1; 285:1v; 349:1; 387:1, 1v; 396:2; 443:3v; 452:2, 4, 4v, 5v; 453:1**.
 mestres de campo – **158:1**.
 mestres-escola – **25:4**.
 mestres de nau – **306:3**.
 mestres de obras – **25:4; 37:1; 364:1v**.
 metal – **307:1v**.
 meticais, moeda – **24:1v; 39:2; 105:1v; 452:1, 1v, 3v**.
 Mexia (Afonso), cf. Afonso Mexia.
 Mexia (Lopo), cf. Lopo Mexia.
 Mexia (Nuno), cf. Nuno Mexia.
 Mice Benito, genovês, Arzila – **302:1**.
 Miguel (D.) – **389:1**.
 Miguel de Almeida (D.), do Conselho de Estado e vedor da fazenda, 1641 – **147:1v**.
 Miguel Gomes – **173:1**.
 Miguel Gomes Bravo – **369:1**.
 Miguel Maço, genovês, Arzila – **302:1, 1v**.
 Miguel Maldonado, escrivão da chancelaria, 1642 – **147:1v**.
 Miguel Nunes – **12:1**.
 Miguel da Silva (D.), Roma, [1514]-1542 – **388:1v; 424:1**.
 Miguel de Távora, cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **350:1v**.
 milagres – **272:1**.
 milheiro, unidade de medida – **453:1**.
 milho – **75:3v**.
 milho zaburro – **75:3v**.
 Milícia (D.) – **203:1**.
 Milícia (D.), Lorrão – **374:1**.
 Mina, Casa da – **312:1**.
Mina, São Jorge da – **39:2; 42:1; 220:1v; 251:1v; 264:1, 3v, 4; 271:1; 273:1**.
Minho – **379:2**; cf. Entre-Douro e Minho.
Minho, rio – **177:1v**.
 ministros – **71:1v; 130:1v; 218:1**.
 miradouros – **367:1v**.
Miragaia, Convento da Madre de Deus de Monchique de – **118:1-2**.
 Miranda (Aires de), cf. Aires de Miranda.
 Miranda (António de), cf. António de Miranda.
 Miranda (Francisco de Sá de), cf. Francisco de Sá de Miranda.
 Miranda (Francisco de), cf. Francisco de Miranda.
 Miranda (Simão de), cf. Simão de Miranda.
Mirandela – **227:1**.
 Misericórdia – **182:1**.
 missa – **71:2v; 92:2; 104:1; 118:1v; 254:1; 332:1; 381:1v; 416:4; 437:2**.
 missais – **117:1v**.
Moçambique – **452:4v, 6**.
 moças – **118:1, 1v**.
 moças da Câmara – **117:1v**.
 moços – **4:2v; 71:2; 75:1v, 4; 109:1; 208:1; 224:1v; 225:1v; 381:1**.
 moços da câmara – **17:2; 307:2; 339:1v; 356:1**.
 moços de capela – **122:1**.
 moços de esporas – **388:1v**.
 moços de estribeira – **12:1; 53:1, 1v; 92:1v; 144:1; 227:2; 313:2; 358:1; 399:1**.
 moços fidalgos – **136:1; 452:2v, 5**.
 Modegel [?], criado, língua, 1501 – **10:1**.
 modorra – **76:1v**.
 moeda – **55:1; 409:1-2**.
 moedeiros – **379:1**.
Mogador – **66:1v; 440:1v, 3v**.
 mogi, veste – **416:5**.
 Mogrovejo, cf. Morgovejo.
 Mohammed (Mafamede), xeque, 1546 – **50:1**.
 Mohammed ben Hassoun (Mafamede Bem Açom) – **31:1**.
 Mohammed ben Lahsen Zambak, caid de Salé, 1530 – **7:1**.
 Mohammed ben Mohammed (Mafamede Ben Mafamede), notável dos Ouled 'Amran, 1519 – **74:2**.
 Mohammed ben Mohammed (Mafomed ben Mafomed), parente de El-Kourimat, alcaide do rei de Fez – **80:1, 1v**.
 Mohammed ech-Cheikh, xerife de Fez, 1554 – **68:1, 1v**.
 Mohammed el-Hadjdj (Mahomede Alhache), alcaide de El-Mdina, 1513 – **72:1, 1v**.
 Mohammed el-Kasri, rei de Fez, 1547 – **361:1, 1v**.

- Mohammed Hassan (Mahamed Haçim), 1540 – **75:4**, 4v.
 moinhos de maré – **307:1**.
 moinhos – **188:2**.
 moios – **40:7**; **42:1v**; **60:1**; **66:1v**; **117:1**; **215:1v**; **236:1**; **287:1v**, 3v; **307:2**; **313:1**, 1v; **364:1v**; **373:1**, 1v; **375:1v**; **377:1**.
 Moisés Cafou, judeu, Azamor – **340:1**.
 Moisés Dardeiro (Dardero, Dardeyro), língua, judeu, Safim, 1512-1513 – **44:2**; **72:1**, 1v; **105:2v**; **317:5v**, 6v, 10; **448:2**.
 Moisés Rute, 1547 – **361:1v**.
Molucas – **274:1**.
Monção – **123:1v**; **200:1**; **261:1**.
Monção, juízes de fora – **200:1**.
 Monção (Francisco), cf. Francisco Monção.
Monchique – **183:1**.
Monchique de Miragaia, Convento da Madre de Deus de– **118:1-2**.
 monda – **420:1v**.
Mondego, rio – **403:2v**.
 monetas, peça náutica – **452:4v**.
Monforte – **276:1**.
 monges – **192:1**; **290:1**; **297:1**, 1v.
 monitórios – **166:1**; **258:1**.
 Moniz (Cristóvão), cf. Cristóvão Moniz.
 Moniz (Jerónimo), cf. Jerónimo Moniz.
 Moniz (Pedro), cf. Pedro Moniz.
 Monroy (Alonso de), cf. Alonso de Monroy.
 Monroy (Guterre de), cf. Guterre de Monroy.
 Monroy (Luís de), cf. Luís de Monroy.
 Monsieur de Laxao, cf. Senhor de La Chaulx.
 Montarroio (Estêvão de), cf. Estêvão de Montarroio.
 Monteiro (Ana), cf. Ana Monteiro.
 Monteiro (Isabel), cf. Isabel Monteiro.
 Monteiro (António), cf. António Monteiro.
 Monteiro (João), cf. João Monteiro.
Montemor – **208:1**.
Montemor-o-Novo – **285:2v**.
Montemor-o-Novo, juízes – **242:1**.
Montemor-o-Velho – **124:1**; **382:1-2v**.
 montes – **395:1**.
Montes Claros (Marrocos) – **69:1**.
 moradias – **17:1v**, 2; **24:1v**; **105:1**; **122:1**; **157:1**; **159:1**; **210:1**.
Moradis, castelo – **28:1v**; **43:1v**.
 moradores – **16:1**; **25:3**; **33:1**; **37:1v**; **40:4**; **49:1**; **55:2**, 2v; **57:1v**; **62:2**; **63:1v**; **70:1**; **72:1**; **74:2**; **75:1**; **88:1-3**; **114:4-5**; **120:1**; **127:1**; **156:1**, 1v; **177:1**; **188:3**; **193:1**; **220:1**; **240:1v**; **250:1**; **273:1**; **284:1**; **285:2**; **317:5**, 6v; **324:1v**; **343:1**; **345:1**; **348:1**, 2; **350:1**, 1v; **359:1-2**; **360:1v**; **363:2v**; **382:1**, 2; **406:1**, 1v; **410:1**; **439:1**; **445:1**; **451:1**.
 Morais (António de), cf. António de Morais.
 Morais (Rodrigo Eanes), cf. Rodrigo Eanes Morais.
 Morais (Sebastião de), cf. Sebastião de Morais.
 Morales ([...]), cf. [...] Morales.
 mordomos-mores – **302:1v**; **387:1**, 1v; **441:1v**.
 Moreira (Gaspar), cf. Gaspar Moreira.
 Moreira (Luís), cf. Luís Moreira.
 Moreno (Tomás), cf. Tomás Moreno.
 morgados – **121:1v**.
 Morgovejo (Juan Perucho), cf. Juan Perucho Morgovejo.
 morte – **232:1**; **438:1**, 1v; **55:2**; **59:2**.
 mortórios – **277:1v**.
Mortos, ilha dos – **95:1**.
 mós – **75:2**.
 mosquetes – **139:1v**; **140:1**, 1v.
Mosteiro (Tarouca), quinta – **296:1**.
 Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Alenquer – **161:1**; **229:1**.
 Mosteiro de Nossa Senhora do Espinheiro de Évora – **241:1v**.
 Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra – **282:1**; **286:1**; **382:1-2v**.
 Mosteiro de Santa Maria de Almoester – **236:1**.
 Mosteiro de Santa Maria de Cárquere – **167:1**.
 Mosteiro de Santa Maria de Celas de Coimbra – **371:1**.
 Mosteiro de Santa Maria de Chelas – **224:1v**.
 Mosteiro de Santa Maria de Cós – **146:1**.
 Mosteiro de Santa Maria de Salzedas – **167:1**; **192:1**.
 Mosteiro de Santa Maria de Tarouquela – **191:1**, 1v.
 Mosteiro de Santo António da Piedade – **151:1**.
 Mosteiro de São Bento de Cástris de Évora – **279:1**.

- Mosteiro de São Bento do Porto – **191:1**, 1v; **258:1**.
- Mosteiro de São Cristóvão de Rio Tinto – **258:1**.
- Mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas – **211:1**; **258:1**; **368:1** [?].
- Mosteiro de São Domingos de Leiria – **206:1**, 1v.
- Mosteiro de São Gonçalo de Amarante – **218:1-1v**; **224:1v**.
- Mosteiro de São João Baptista de Tarouca – **167:1**; **192:1**; **290:1**; **296:1**; **297:1**, 1v.
- Mosteiro de São João de Longavares – **261:1**.
- Mosteiro de São Pedro e São Paulo de Arouca – **191:1v**; **203:1**; **258:1**, 1v; **374:1-2v** Mosteiro de São Vicente de Fora de Lisboa – **249:1**.
- Mosteiro do Salvador – **196:1**.
- Mosteiro do Salvador de vairão – **191:1**; **258:1**.
- mosteiros – **88:1**; **114:3v**, 4; **117:1v**; **118:1-2**; **126:2v**; **181:1-1v**; **259:1**; **270:1**; **272:1**; **291:1**; **386:1**.
- Mota (António da), cf. António da Mota.
- Mota (Joana da), cf. Joana da Mota.
- Moulay ‘Abd Allah (Moulay Abedalla), rei de Fez, 1554 – **68:1**.
- Moulay ‘Abd el-Moumen (Moulay Abedellmunmen), 1554 – **68:1**, 1v.
- Moulay Abou Bekr (Muley Bucar), Fez, 1531 – **447:1**.
- Moulay Abou Bekr (Moulay Bubequer) – **31:1**.
- Moulay Abraham (Mollej Abraam), Arzila – **18:1v**.
- Moulay Ahmed, filho de Moulay Xequê, Arzila, 1498 – **94:1**, 1v.
- Moulay Ahmed, [Fez, 1543] – **56:1-1v**.
- Moulay Ahmed ben Bou Hassoun (Moulay Hamed La, Muley Hamete), 1530 – **86:1**; **447:1**.
- Moulay Ahmed el-Merini [?] (Moulay Amede Allmeryny), 1540 – **346:2**.
- Moulay Ahmed el-Ouattasi, rei de Fez, 1527-1529 – **64:1-2**; **410:1**; **430:1**.
- Moulay Bou Hassoun (Moulay Buhaçom) – **31:1**.
- Moulay ech-Cheikh (Mouley Xequê) – **302:1**, 1v.
- Moulay el-Mansour (Muley Mançor), Fez, 1531 – **447:1**.
- Moulay En-Naser (Moley Naçar, Molle Naçar, Moulay Naçar), rei de Marraquexe, 1512-1520 – **31:1**; **69:2**; **75:2v**; **80:1**; **89:1**; **306:5v**; **317:4v**; **322:1**; **335:1v**; **358:2**.
- Moulay Ibrahim (Moley Abraem, Moley Abraham), alcaide de Xexuão, 1538-1543 – **51:1**; **56:1**.
- Moulay Idris (Moulay Idrîç), alcaide do xerife, 1540 – **346:1v**.
- Moulay Mes ‘oud (Moulay Maçoude), 1527 – **430:1**.
- Moulay Mohammed (Molej Mafomede) – **300:1**; **352:1**.
- Moulay Mohammed (Moulay Mafamede), filho do rei de Fez, 1540 – **27:1**; **75:2-3v**.
- Moulay Mohammed (Moulay Mafomede), 1541 – **367:1**, 1v.
- Moulay Mohammed (Moulay Mafomede), Arzila, 1498 – **94:1v**.
- Moulay Mohammed (Muley Mafomede), alcaide de Xexuão, 1546 – **354:1v**.
- Moulay Mohammed ber-Rached (Moulay Mafamede de Barraxe) – **75:3v**.
- Moulay Mohammed el-Bortoukali (Moley Mafamede, Moulay Mafamede, Moulay Mafomede), rei de Fez, 1508-1517 – **23:1**, 1v, 3, 3v; **31:1**; **32:1**; **36:1**, 2v; **73:1**; **306:5v**, 6; **422:1**.
- Moulay Mohammed, sultão do Gharb, 1517 – **344**.
- Moulay Xequê (Molei Xequê), Arzila, 1498 – **94:1**, 1v; **99:1**; **441:1**.
- Moulay Yahya (Muley Heya), Fez, 1531 – **447:1**.
- Moulay Zayyan (Moulay Zyam, Moulay Ziem), Safim, 1513-1514 – **89:1v**; **302:1v**; **329:1**.
- Moulay Zidan (Mulle Zeidão), 1546 – **21:1**, 2; **354:1**.
- Moura – **375:1**, 2.
- Moura, almoxarifado – **375:1v**.
- Moura (António de), cf. António de Moura.
- Moura (Cristóvão de), cf. Cristóvão de Moura.

- Moura (Fernão de), cf. Fernão de Moura.
 Moura (Francisco de), cf. Francisco de Moura.
 Moura (Manuel), cf. Manuel Moura.
 Moura (Rolim de), cf. Rolim de Moura.
 Mourão (Afonso), cf. Afonso Mourão.
 Mourão (António), cf. António Mourão.
 mouras – **7:1v**.
 mouriscos – **63:1v; 64:2; 246:1; 444:1**.
 mouros – **1:1; 2:1; 4:1v, 2; 7:1v, 2; 10:1; 11:1-2v; 14:1v; 17:1, 1v; 20:1; 22:1; 24:2; 25:3; 28:1v; 31:1; 34:1; 35:1, 1v; 36:1, 1v, 2v; 37:1v; 38:1v; 40:1v, 4; 42:1; 44:1, 1v; 45:1v, 49:1-2; 50:1; 52:1v; 53:1v, 2; 56:1v, 2; 57:1; 58:1; 59:1-2; 60:2; 62:1-2; 63:1, 1v; 64:1-2v; 69:2, 2v; 72:1; 73:1, 1v; 74:1; 75:1-4v; 76:1-2, 3; 78:1; 80:1, 1v; 81:1; 82:1v; 83:1; 85:1; 86:1; 87:1; 89:1; 91:1, 1v; 92:2, 2v; 96:1; 98:2; 99:1; 100:1; 101:1v; 102:2-3, 4; 103:1, 2; 105:1, 2, 2v; 107:1, 1v; 108:1, 1v; 109:1; 114:1v, 2v, 4v, 5; 135:1; 189:1v; 216:1; 221:1; 287:4; 294:1; 295:2; 302:1-2; 306:2, 3, 4v, 7v; 307:1, 1v; 309:1v, 3; 310:2, 2v; 311:1; 314:1v; 317:1-2, 3v-5v, 7v, 8v, 10, 11; 318:1, 1v; 320:1-2v; 324:1v; 325:1v; 329:1; 330:1v, 2; 332:1; 335:1v, 2; 336:1, 1v; 340:1; 341:1v, 2; 344; 345:1v; 347:1; 351:1v; 353:1; 359:2; 361:1; 363:1, 1v; 367:1; 395:2; 410:1; 419:1v; 420:1v; 421:1; 422:1, 1v; 431:1; 436:3v, 4v; 440:1v, 2v, 4v; 442:1; 442:1; 444:1; 446:1v; 448:1v, 2; 452:1, 2v, 3, 5v, 6.**
- mouros de pazes – **35:1; 309:3v**.
 Mousa (*Mossee*), rabi, físico, morador em Marrocos, 1512 – **317:5**.
 Mousinho (Francisco), cf. Francisco Mousinho.
 Mousinho (João Rodrigues), cf. João Rodrigues Mousinho.
 mulas – **69:2; 416:4**.
 mulheres – **36:1v; 40:1v, 2, 5; 47:1; 63:1v; 64:2; 65:1; 74:2v; 76:1; 83:1v; 90:1; 107:1v; 109:1; 114:3v; 118:1, 1v; 137:1; 150:1v; 166:1v; 168:1, 1v; 170:1, 1v; 183:1; 189:1-2v; 195:1v; 196:1; 216:1v; 223:1; 242:1; 250:1v; 252:1; 259:1; 267:1v; 274:1; 289:1v; 292:1v; 313:1; 317:8, 9v; 319:1; 324:1v; 330:1; 335:1; 343:1; 350:1; 358:1v; 385:1; 393:1, 1v; 410:1; 416:1v; 421:1; 435:2; 436:3v, 4v; 437:3, 3v; 439:2; 445:1.**
- munições – **52:1v, 2v; 114:3**.
 muralhas – **338:1, 1v**.
Murça – **227:1**.
 Mures (Pero de), cf. Pero de Mures.
 muros – **1:1v; 9:1; 24:1v; 36:1v, 2; 37:1; 45:2; 64:1v; 66:1v; 99:1; 103:1v; 107:1; 114:3; 118:1v; 177:1v; 260:1v; 277:1; 285:1, 3; 299:1, 2; 306:2, 6v, 7; 307:1; 317:7v; 322:1v; 352:1; 354:1; 359:1v; 367:1v; 381:1v; 403:3; 439:2; 440:4; 446:1**.
 músicas – **118:1**.
 Nabo (Vasco), cf. Vasco Nabo.
 Naf[...] (Ana de), cf. Ana de Naf[...].
 naires – **318:1, 1v**.
Não, Cabo – **311:1**.
Narbona – **388:2**.
Narsinga, reis – **318:1**.
 Natal, dia de – **118:1; 135:1; 179:2; 453:1**.
 naus – **4:1; 15:1; 64:2v; 76:1v; 87:1; 95:1; 102:1; 136:1; 139:1v; 158:1v; 197:1; 220:1; 251:1v; 264:1, 1v, 2v-4; 306:1v, 2v-3v, 4v, 7v; 307:2; 443:3v; 452:1-6**.
 Navarro, Dr., catedrático – **237:1**.
 naves (igreja) – **235:1**.
 navios – **17:1v; 20:1; 38:1; 39:1v; 46:1; 49:2; 52:1, 1v, 2v; 53:1; 56:1v; 57:1; 62:1, 1v; 64:1, 1v, 3; 80:1v; 83:1v; 84:1; 87:1; 89:1; 95:1; 102:3, 5; 103:1; 114:4v; 120:1v; 140:1v, 2; 187:1; 188:2; 216:1; 220:1; 251:1v, 2; 269:1v; 306:1v, 2, 3, 4v, 5v; 307:2; 327:1-2v; 341:1v, 2; 348:1v, 2; 383:1; 389:1v; 403:2v; 434:1v; 436:3v; 439:1**.
Nazaré, Nossa Senhora da – **292:1v**.
 Negreiros (João de), cf. João de Negreiros.
Negron (Negrão) – **75:1v, 4**.
 negros – **200:1; 240:1v**.
Neiva – **406:1**.
 nervos – **409:1**.
 neve – **227:1v**.
 nevoeiro – **102:2**.
Nice – **205:1, 1v**.
 Nicolau Cacirro, Azamor, 1540 – **88:2**.
 Nicolau Coelho, 1503 – **452:4, 5v**.
 Nicolau de Faria, 1520 – **59:2**.
 Nicolau Maizoquo – **443:3**.

- Niculoso de Camilha, Santa Cruz de Cabo de Gué, [1507-1512] – **3:1-2v**.
- Nogueira [?] (Maria de Sousa), cf. Maria de Sousa Nogueira [?].
- noite – **40:4; 49:1; 53:1; 69:1v; 72:1; 74:1, 1v; 80:1; 94:1v; 102:2v, 3, 4v; 107:1v; 109:1; 114:3v; 118:1; 119:1; 132:1; 149:1; 166:1v; 171:1v; 240:1v; 281:1; 287:3; 302:1; 306:2v, 3; 320:1; 327:1; 341:1v; 352:1; 355:1v, 2; 370:1v; 383:1v; 400:1; 410:1; 416:2v; 422:1; 436:4; 452:1v, 3, 6.**
- noras – **231:1**.
- Noronha (Afonso de), cf. Afonso de Noronha.
- Noronha (Álvaro de), cf. Álvaro de Noronha.
- Noronha (Antão de), cf. Antão de Noronha.
- Noronha (António de), cf. António de Noronha.
- Noronha (Diogo de), cf. Diogo de Noronha.
- Noronha (Fernando de), cf. Fernando de Noronha.
- Noronha (Garcia de), cf. Garcia de Noronha.
- Noronha (Henrique de), cf. Henrique de Noronha.
- Noronha (Inês de), cf. Inês de Noronha.
- Noronha (João de), cf. João de Noronha.
- Noronha (João Manuel de), cf. João Manuel de Noronha.
- Noronha (Leonor de), cf. Leonor de Noronha.
- Noronha (Luís de), cf. Luís de Noronha.
- Noronha (Manuel de), cf. Manuel de Noronha.
- Noronha (Maria de), cf. Maria de Noronha.
- Noronha] (Nuno Álvares Pereira [de], cf. Nuno Álvares Pereira [de Noronha].
- Noronha (Pedro de), cf. Pedro de Noronha.
- Noronha (Rodrigo de), cf. Rodrigo de Noronha.
- Norte de África – **271:1**.
- Nossa Senhora, confraria de – **273:1**.
- Nossa Senhora de África, santuário – **354:1**.
- Nossa Senhora de Agosto, Dia de – **76:1v**.
- Nossa Senhora da Assunção de Faro, Convento de – **129:1**.
- Nossa Senhora da Conceição de Alenquer, Mosteiro de – **229:1**.
- Nossa Senhora da Conceição de Elvas, Convento de – **130:1-2**.
- Nossa Senhora do Espinheiro de Évora, Mosteiro de – **241:1v**.
- Nossa Senhora da Graça de Azamor, Casa de – **88:1v**.
- Nossa Senhora da Graça de Vila Viçosa – **216:1v**.
- Nossa Senhora da Piedade, Convento de – **172:1**.
- Nossa Senhora da Piedade da Boa Vista de Lisboa, Convento de – **117:1**.
- Nossa Senhora das Relíquias – **264:1**.
- Nossa Senhora da Vitória da Batalha, Convento de – **146:1**.
- Novais (Isabel), cf. Isabel Novais.
- noviços – **417:1**.
- noz – **113:2; 432:1**.
- núncios – **142:1v; 152:1; 259:1**.
- Nunes (Fernão), cf. Fernão Nunes.
- Nunes (Gonçalo), cf. Gonçalo Nunes.
- Nunes (Heitor), cf. Heitor Nunes.
- Nunes (Inácio), cf. Inácio Nunes.
- Nunes (João), cf. João Nunes.
- Nunes (Miguel), cf. Miguel Nunes.
- Nunes (Pedro), cf. Pedro Nunes.
- Nunes da Beira (Pero), cf. Pero Nunes da Beira.
- Nunes Botelho (Jorge), cf. Jorge Nunes Botelho.
- Nunes Gato (Inácio), cf. Inácio Nunes Gato.
- Nuno (Frei), frade da Ordem de São Francisco, Évora – **267:1**.
- Nuno Álvares Pereira (D.), filho de D. João Rodrigues Pereira Marramaque – **197:1**.
- Nuno Álvares Pereira (D.), finais do Séc. XVI – **370:1v**.
- Nuno Álvares Pereira [de Noronha] (D.), Ceuta, 1530 – **15:1, 1v; 113:1-2; 141:1; 327:2; 341:1-2**.
- Nuno da Cunha, filho de Tristão da Cunha – **69:2v; 95:1; 178:1**.
- Nuno Fernandes de Ataíde, capitão-mor de Safim, 1511-1515 – **2:1; 22:1; 40:1v; 44:1-2v; 54:1; 58:1, 1v; 60:1-2v; 72:1v; 81:1; 82:1, 1v; 89:1; 98:1-2; 301:1, 1v; 317:1-11; 320:2; 322:1v; 329:1; 331:1, 1v; 333:1, 1v; 353:1; 357:1; 360:1-2; 422:1v; 431:1; 436:2v; 450:1**.

- Nuno Fernandes, Azamor, 1540 – **88:3**.
 Nuno Fernandes, vereador de Tavira – **135:1**.
 Nuno Gato, contador, Safim, 1512-1518 – **24:1v; 36:1; 40:1v; 105:1; 114:3-4; 301:1; 322:1v; 360:2; 364:1-2**.
 Nuno Martins da Silveira – **284:1**.
 Nuno Mascarenhas (D.), capitão-mor de Safim, 1516-1523 – **22:1-2v; 25:1-4v; 28:1-2v; 31:1; 33:1; 36:1; 37:1-2v; 40:1-7; 55:2; 59:1v; 66:1, 1v; 309:1-4; 310:1-2v; 356:1, 1v; 358:1; 360:1v; 436:1-5; 437:1-5v; 449:1-2v**.
 Nuno Mexia, cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **350:1**.
 Nuno de Pina, Azamor, 1540 – **88:1v**.
 Nuno Pinel, Azamor, 1540 – **88:1v**.
 Nuno Ribeiro, Norte de África – **4:1; 408:1**.
 Nuno Rodrigues Barreto, vedor da fazenda do Algarve – **20:1**.
 Nuno Vaz de Castelo Branco – **348:1-2v**.
Óbidos – **127:1; 306:7**.
Óbidos, castelo – **201:1**.
Óbidos, juízes de fora – **193:1**.
 obras – **22:1v; 24:1v; 25:4; 34:1; 37:1; 49:2v; 55:1v; 64:1; 182:1; 206:1v; 224:1; 235:1; 236:1; 243:1; 267:1v; 277:1-2; 284:1; 285:1-3; 310:2, 2v; 341-A:1; 345:1, 1v; 349:1; 359:1-2; 364:1v; 404:1; 440:2v; 4v**.
Odiana – **78:1**.
Odivelas, Mosteiro de São Dinis e São Bernardo de – **211:1; 258:1; 368:1** [?].
 oficiais – **16:1; 18:2; 20:1; 37:1; 39:1; 40:1v; 55:1v, 2; 60:2; 75:1; 80:2; 83:1; 86:1v; 97:1; 99:1; 114:3, 3v; 132:1; 133:1v; 166:2; 188:2v, 3; 189:2; 216:2; 231:1; 240:1, 2; 251:1; 264:3v; 270:1; 273:1; 277:1v; 284:1; 285:1v, 2, 3; 297:1v; 307:2; 308:1v; 309:2; 312:1; 345:1; 351:1v; 359:1-2v; 379:1v; 382:1, 2; 388:1v; 403:1, 2; 415:4v-5; 416:1, 5; 433:1v; 434:1v; 439:2v; 440:1v, 3v; 453:1**.
 oficiais da fazenda – **274:1v**.
 oficiais mecânicos – **188:3; 381:1v; 382:2**.
 oficiais das sisas – **227:1-2**.
 ofícios – **33:1; 55:2; 59:2; 75:1; 284:1, 1v; 302:2; 382:1**.
 ofícios religiosos – **151:1; 297:1**.
 oitavas de Páscoa – **374:1**.
 oleiros – **76:1; 127:1**.
 Oleiva (Francisco de), cf. Francisco de Oleiva.
 olivais – **277:1, 1v**.
 Oliveira (Afonso Mendes de), cf. Afonso Mendes de Oliveira.
 Oliveira (Francisca de), cf. Francisca de Oliveira.
 Oliveira (Jorge de), cf. Jorge de Oliveira.
 oliveiras – **332:1v; 439:2**.
Oliveira – **285:1-3**.
Oliveira, castelo – **285:2, 2v**.
Oliveira, juízes – **285:1v, 2**.
Oliveira, muros – **285:1**.
Oliveira, Porta da Praça – **285:1v**.
Oliveira, Porta do Postigo – **285:1v**.
Oliveira, portas – **285:1v, 2v**.
Oliveira, praça – **285:1v**.
 ‘Omar Akrouch (*Amar Acaros*), 1512 – **317:7v, 8**.
 ‘Omar ben Mira (*Amar bem Mira, Benamira, Benamjra*), xeqe dos Ouled ‘Amran, 1512 – **31:1; 44:2; 317:3v, 6v**.
 ‘Omar el-‘Attar (*Amar Latar*) – **440:1**.
 onças – **7:1v; 17:1; 40:3, 5, 6; 72:1; 89:1; 119:1; 302:1v; 317:2v-3v, 6, 9, 9v; 361:1; 364:2; 440:1**.
 Onofre Francisco, procurador de Coimbra – **374:1**.
 onzenas – **246:1**.
 orações – **117:1v; 119:1; 121:1; 151:1; 198:1; 224:1v; 416:5**.
 oradores – **185:1; 212:1; 244:1**.
 oratórios – **453:1**.
 orçamentos – **277:1**.
 Ordem de Alcântara – **154:1**.
 Ordem de Avis – **387:1, 1v**.
 Ordem de Cristo – **76:3; 96:1; 143:1; 174:1; 265:1; 291:1; 294:1; 318:1v**.
 Ordem de Santiago – **257:1; 302:1v; 387:1, 1v; 403:2**.
 Ordem de Santo Agostinho – **88:1; 104:1; 224:1v; 261:1; 298:1**.
 Ordem de São Bento – **185:1; 203:1**.
 Ordem de São Bernardo – **297:1, 1v**.
 Ordem de São Domingos – **224:1v; 272:1; 286:1; 371:1**.

- Ordem de São Francisco – **59:2v; 131:1, 1v; 181:1, 1v; 187:1; 267:1; 272:1.**
- ordenações – **64:2; 133:1v; 135:1; 387:1; 395:1, 1v.**
- ordenados – **39:2; 47:1; 55:1v; 114:4v; 246:1; 273:1; 302:2v; 393:1.**
- ordenanças – **52:2v; 200:1; 225:1-2; 269:1, 1v; 375:1-2; 415:2v-3, 4v; 439:1v.**
- ordens religiosas – **71:1v; 114:3v; 145:1.**
- orelhas – **108:1v.**
- Orey [?] (Manuel de), cf. Manuel de Orey [?].
- órfãos – **114:2v; 117:1; 155:1; 193:1; 219:1, 1v; 255:1; 280:1; 287:1v; 371:1; 382:1v, 2; 398:1v; 439:2.**
- Ormuz*, fortaleza – **136:1.**
- ornamentos religiosos – **71:2; 297:1v.**
- Ornelas (Pero de), cf. Pero de Ornelas.
- Oued er-Rmel (Guadaramell)* – **341:1.**
- Ouled 'Aïssa (*Houille de Yça*) – **317:6v.**
- Ouled 'Amran (*Holey d Ambram, Vled Anram*) – **24:2; 28:2; 35:1; 37:2; 40:1, 1v, 2v, 3, 4v; 43:1; 44:1, 1v; 69:2; 82:1, 1v; 98:1v; 105:2; 317:2v, 3v, 5v, 6, 7, 7v, 10v; 322:2; 330:1; 358:2; 436:1v; 437:4v; 448:1v, 2.**
- Ouled 'Amran d'Iliskaoun (*Escaum*) – **37:2; 317:2v, 5v, 6, 7.**
- Ouled 'Amran d'Ytaheli (*Heitahelli, Eytahelli, Ytaheli*) – **317:2v, 5v, 6, 7; 330:1.**
- Ouled ben Hamet ben Behali (*Ouled ben Hamet bem Brehall*) – **317:6v.**
- Ouled ben Salem ben 'Omar (*Ouled de Amar ben Çaleme*) – **317:6v.**
- Ouled Bou 'Aziz (*Ouled de Boazis*) – **317:5v.**
- Ouled Fredj (*Ouled de Fregi, Ouled Farax*) – **80:1; 114:2v; 317:6, 6v.**
- Ouled Haskoura (*Oulay dacara*) – **436:1v.**
- Ouled Hu (*Ouled Douib*) – **317:6v.**
- Ouled Mta' (*Oulle de Meta, Oulay demeta, Ouled de Myta, Uled Matah*) – **69:1; 314:1v; 320:2, 2v; 436:1v.**
- Ouled Rahhal (*Ouled de Rrehalla*) – **317:6v.**
- Ouled Sedja (*Ouled de Cija*) – **317:6v.**
- Ouled Soubeita (*Ley Çobeta, Ouled Çubeta*) – **45:1; 70:1v; 74:1, 2; 105:2; 301:1v; 317:3, 5v, 6v, 7.**
- Ouled Ya'koub (*Ouled Acoo, Ouled Daquo, Ouled de Yaco*) – **74:1v; 80:1; 317:5v; 363:2.**
- Ouled Yousof (*Ouled de Ocef*) – **317:6v.**
- Ouliva (Estêvão de), cf. Estêvão de Ouliva.
- Ourique* – **97:1.**
- ourives – **7:1, 2; 166:1v; 225:1; 395:1v.**
- ouro – **101:1; 220:1, 1v; 250:1; 273:1, 1v; 318:1; 395:1-2; 409:1-2; 416:4; 432:1; 452:1, 1v, 2v, 3v, 4, 5, 5v.**
- outeiros – **43:1v; 390:1.**
- ouvidores – **36:1v; 76:3; 97:1; 182:1; 188:1v-2v; 230:1; 240:1-2; 259:1; 261:1; 382:2.**
- ouvidorias – **13:1, 1v.**
- ovelhas – **43:2; 64:2, 2v; 75:3v; 114:2; 388:1v.**
- Ovidor [?] (Roque), cf. Roque Ovidor [?].
- Pacheca (Mécia), cf. Mécia Pacheca.
- Pacheco (Baltasar), cf. Baltasar Pacheco.
- Pacheco (Diogo), cf. Diogo Pacheco.
- Pacheco (Juan de), cf. Juan de Pacheco.
- Pacheco, o Lagarto (João Fernandes), cf. João Fernandes Pacheco, o Lagarto.
- paço – **133:1; 169:1v; 221:1; 225:1v; 231:1; 368:1.**
- Paços (Vila Real)*, comenda – **398:1v.**
- padeiras, padeiros – **117:1; 277:1.**
- Padilla (Guilherme de), cf. Guilherme de Padilla.
- Padilla (Jerónimo de), cf. Jerónimo de Padilla.
- Padilla, padre, Coimbra, 1554 – **417:1v.**
- padrão – **177:1v.**
- padres – **71:1v, 2; 104:1; 118:1; 142:1; 151:1; 164:1; 167:1; 229:1; 244:1, 1v; 259:1; 272:1; 279:1; 298:1; 328:1v; 417:1; 445:1.**
- padres gerais – **129:1.**
- padres provinciais – **181:1v; 270:1, 1v.**
- padrinhos – **220:1v.**
- padroado – **262:1, 1v; 294:1.**
- padroeiros – **212:1.**
- padroeiros leigos – **262:1, 1v.**
- pães de açúcar – **7:1.**
- pagens – **427:1.**
- paióis – **251:1v; 325:1; 415:2-2v, 4v.**
- Pais (João Rodrigues), cf. João Rodrigues Pais.
- Paiva (Domingos de), cf. Domingos de Paiva.
- Paiva (Gaspar de), cf. Gaspar de Paiva.
- palanques – **42:1; 318:1.**
- palha – **25:3; 114:1v; 227:2; 250:1v.**

- Palha (Francisco), cf. Francisco Palha.
 Palha (Rui), cf. Rui Palha.
 Palhares (Francisco de), cf. Francisco de Palhares.
 Palhares (Gil de), cf. Gil de Palhares.
 palheiro – **194:1**.
 palmos – **306:7; 307:1**.
 pancadas – **452:2**.
 panelas – **107:1v; 327:1v**.
 panos – **23:2v; 39:2; 59:2; 94:1; 105:1v; 177:1v; 246:1v; 250:1; 317:6v; 359:1; 403:2v; 452:5, 5v**.
 panos de cor – **105:1v**.
 Pantaleão Dias, oficial da Casa da Índia – **415:1-5**.
 Pantoja (Inês), cf. Inês Pantoja.
 pão – **28:1; 37:2; 40:3v-4v, 6v, 7; 42:1v; 55:1; 60:1, 1v; 69:2v; 71:1v-2v; 111:1v; 114:4v; 117:1; 165:1; 166:1; 167:1; 229:1; 245:1; 269:1v; 277:1v; 287:1v, 3, 3v; 301:1v; 308:1, 1v; 314:2; 316:1; 317:4v, 7v, 10; 346:1v; 355:1, 1v; 384:1; 403:2v; 452:3; 453:1v**.
 pão meado – **236:1**.
 Papa – **152:1v; 258:1; 272:1; 275:1, 1v; 291:1; 294:1; 297:1; 347:1; 387:1; 388:1v, 2; 395:2; 423:2; 424:1-2**.
 papagaios – **452:1**.
 papéis – **263:1; 336:2**.
 papel – **232:1v; 306:3; 317:7v**.
 Parada (António Rodrigues de), cf. António Rodrigues de Parada.
Paralipómenos, livro bíblico – **179:2**.
 Pardal (Fernão Gomes), cf. Fernão Gomes Pardal.
 pardieiros – **137:1**.
 pardos – **114:2v**.
 páreas – **40:7; 330:1v; 448:2**.
 paredes – **114:1v; 118:1v; 132:1; 194:1; 231:1; 440:4**.
Paris – **286:1; 417:1, 1v**.
 Paris Corvinel, mercador, Cochim – **216:1**.
 parisienses – **282:1**.
 pás – **99:2**.
 Páscoa – **52:1; 125:1; 302:1v; 323:1; 374:1; 379:2v; 415:1v**.
 Pascoela – **374:1**.
 passagens – **403:1**.
 pastel – **377:1**.
 pastores – **75:3v; 367:1v**.
 pastos – **64:2, v; 363:1v**.
Patane – **95:1**.
 patriarcas – **416:6**.
 patrões – **306:8v**.
 pau preto – **264:1**.
 paus – **382:1v**.
 Paulo, apóstolo – **409:1v**.
 Paulo III, papa – **388:1v**.
 Paulo da Gama (D.), Índia – **95:1**.
 paus – **132:1; 317:9v**.
 pazes – **7:1-2; 17:1v; 19:1v; 21:1, 2; 23:3v; 24:2; 25:3; 32:1; 35:1; 40:1v, 2, 3v, 4v-6; 43:2, 49:1; 51:1; 55:1; 56:1-2; 69:1v, 2v; 73:1v; 75:2-4, 80:1; 86:1; 94:1, 1v; 99:1; 102:2v; 105:1, 2; 108:1v; 114:1v-2v, 4v, 5; 309:3v; 310:2; 314:1; 317:1, 1v, 2v; 320:2, 2v; 322:1v, 2; 335:2; 336:1v; 354:1v; 363:1; 367:1; 422:1, 1v; 430:1; 439:1; 441:1-2; 442:1; 448:2**.
 peças religiosas – **374:1**.
 pecetas, panos – **39:2**.
 peçonha – **180:1**.
 pedra – **20:1; 23:1v; 99:1; 114:1; 285:1, 1v; 299:2; 306:5, 7, 7v; 317:9v; 341-A:1; 359:1v; 390:1; 419:1v; 434:1; 452:5, 6v**.
 pedra, tiro de – **250:1**.
 pedra de ara – **12:1; 332:1v**.
 pedra ume – **39:1v**.
 pedras preciosas – **452:5v**.
 pedreiros – **359:1v, 2; 440:3v**.
 Pedro, cf. Pero.
 Pedro (D.) – **349:1v**.
 Pedro (D.), conde – **150:1-2; 319:1; 427:1, 1v**.
 Pedro (D.), Granada – **308:1v**.
 Pedro (D.), infante, filho de D. João I – **133:1v**.
 Pedro (D.), irmão da condessa D. Isabel e de D. Afonso – **226:1; 426:1**.
 Pedro I (D.), o Cruel, rei de Castela – **409:1**.
 Pedro (Frei), padre da Ordem de Santo Agostinho – **104:1**.
 Pedro Afonso de Aguiar, Azamor, 1513-1515 – **38:1; 102:5; 300:1**.
 Pedro de Aguiar – **4:1**.
 Pedro de Almeida (D.), fronteiro, Arzila – **302:2**.

- Pedro Álvares – **246:1**.
 Pedro Álvares, doutor – **142:1v**.
 Pedro Álvares, filho de Álvaro de Carvalho – **49:1**.
 Pedro Álvares de Carvalho, capitão de Alcácer-Ceguer, [1531-1545] – **47:1**.
 Pedro Álvares de Faria, vedor das obras, Safim, 1516-1517 – **37:1**, 1v; **310:2**.
 Pedro Borges, Azamor, 1517 – **1:1**; **36:1**.
 Pedro Carvalho – **132:1**.
 Pedro Eanes, Azamor, 1517-1540 – **36:2**; **73:1**; **88:3**.
 Pedro Eanes Lobato, regedor de Lisboa – **133:1v**.
 Pedro de Eça (D.) – **292:1**.
 Pedro Fernandes, Azamor, 1540 – **88:2**.
 Pedro de Figueiredo, lente – **286:1**.
 Pedro Gonçalves – **381:1**, 1v.
 Pedro Henriques, genro de Francisco Mascarenhas – **190:1**, 1v.
 Pedro Lobo – **159:1**.
 Pedro Mascarenhas (D.), Roma, c. 1539-1540 – **149:1**; **152:1**.
 Pedro Mascarenhas (D.), Safim, 1518 – **40:1v**, 4; **66:1**; **407:2**.
 Pedro de Meneses (D.), Marquês de Vila Real, 1517 – **419:2v**.
 Pedro de Meneses, Arzila – **63:2**.
 Pedro Moniz, fronteiro, Arzila – **302:2**.
 Pedro de Noronha (D.), [c. 1532] – **419:1-2v**.
 Pedro Nunes, doutor – **393:1**, 1v.
 Pedro de Robes, fronteiro, Arzila – **302:2**.
 Pedro Sarmento (D.) – **209:1**.
 Pedro Serrano, besteiro – **443:1**.
 Pedro da Silva (D.), comendador-mor, a. 1499 – **441:1v**.
 Pedro de Sousa (D.), governador de Azamor, 1515 – **29:1**; **81:1**.
 Pedro de Vila Viçosa (Frei), da Ordem de Santo Agostinho, Azamor, 1540 – **88:1**.
 Pedrosa (Francisco de), cf. Francisco de Pedrosa.
 Pegado (Rui), cf. Rui Pegado.
Pegu, viagens – **234:1**.
 peitas – **19:1**; **44:1**; **62:1**; **452:5v**.
 peitoris – **285:1**; **306:6v**; **440:4v**.
 peitos – **83:1v**.
 Peixoto (Pero Afonso), cf. Pero Afonso Peixoto.
 peles – **320:2**.
 Pelez (Gaspar), cf. Gaspar Pelez.
 pelotes – **452:5v**.
 pelourinhos – **376:1**.
 pelouros – **22:2**; **99:1**; **306:3**, 4v.
Penaguião, *Santa Marta de*, igreja – **290:1**.
Penalva – **230:1**.
 penas – **11:1v**; **64:1v**; **177:2**; **240:1**; **287:3v**; **363:1**.
 penas, veste – **245:1**.
 Penela, Conde de – **234:1**; **371:1**.
 Penela, Condessa de – **371:1**.
 penha – **256:1**.
 penhoras – **287:3**.
 penhores – **121:1v**; **196:1**; **235:1**; **348:2v**; **367:1**; **381:1v**.
 pensões – **243:1**; **373:1**; **392:1**.
 percalços – **240:1**.
 perdões gerais – **160:1**.
 Pereira (Ambrósio), cf. Ambrósio Pereira.
 Pereira (Ana), cf. Ana Pereira.
 Pereira (André), cf. André Pereira.
 Pereira (António), cf. António Pereira.
 Pereira (Cristóvão), cf. Cristóvão Pereira.
 Pereira (Diogo), cf. Diogo Pereira.
 Pereira (Diogo Forjaz), cf. Diogo Forjaz Pereira.
 Pereira (Fernando de Lima), cf. Fernando de Lima Pereira.
 Pereira (Francisco), cf. Francisco Pereira.
 Pereira (Genoveva), cf. Genoveva Pereira.
 Pereira (Henrique), cf. Henrique Pereira.
 Pereira (João), cf. João Pereira.
 Pereira (Leonor), cf. Leonor Pereira.
 Pereira (Nuno Álvares), cf. Nuno Álvares Pereira.
 Pereira (Susana), cf. Susana Pereira.
 Pereira (Violante), cf. Violante Pereira.
 Pereira [de Noronha] (Nuno Álvares Pereira [de Noronha] Nuno Álvares Pereira [de Noronha]).
 Peres (Fernão), cf. Fernão Peres.
 Peres (Vicente), cf. Vicente Peres.
 Peres de Andrade (Fernão), cf. Fernão Peres de Andrade.

- Peres de Azambuja (António), cf. António Peres de Azambuja.
- Peres de Sampaio (Vasco), cf. Vasco Peres de Sampaio.
- pergaminhos – **305:1**.
- perjúrio – **242:1**.
- pernas – **233:1**.
- Pero, cf. Pedro.
- Pero, ginete – **443:2**.
- Pero [...], Azamor, 1540 – **88:3**.
- Pero Afonso de Aguiar – **259:1**.
- Pero Afonso Peixoto, Trancoso – **252:1**, 1v.
- Pero de Aguiar, corregedor de Entre-Douro e Minho – **150:1**.
- Pero de Albuquerque, Estremoz – **250:1**, 1v.
- Pero de Alcáçova Carneiro, secretário, do Conselho, 1542 – **132:1**, 1v; **137:1**; **244-A:1**; **388:1-2**; **428:1**; **453:1**.
- Pero de Alcocer, criado, 1547 – **30:1v**.
- Pero Álvares, Safim – 341-A:1.
- Pero Álvares de Carvalho, governador de Alcácer Quibir, 1540 – **75:4**, 4v.
- Pero de Andrade, almoxarife do Porto – **423:1v**.
- Pero Balhirte – **327:2**.
- Pero Barbosa, doutor – **414:1**, 1v.
- Pero Barbudo, Arzila – **63:1v**.
- Pero Barreira, ginete – **443:2v**.
- Pero Borges, moço da câmara – **307:2**.
- Pero Botelho – **49:2v**; **356:1**; **443:3v**, 4.
- Pero Colaço, Mamora, 1515 – **306:2v**.
- Pero Correia – **207:1**; **208:1**.
- Pero Correia, vedor da fazenda, Azamor, 1514 – **80:1v**; **114:2**.
- Pero Correia, vereador de Tavira, cavaleiro, fidalgo da casa real – **135:1**.
- Pero Dias, Lisboa – **249:1**.
- Pero Dias, ourives – **166:1v**.
- Pero Esteves, Azamor, 1540 – **88:2**.
- Pero Fernandes, corregedor – **180:1**.
- Pero de Figueiredo, Coimbra, 1554 – **417:1v**.
- Pero Godinho, Arzila – **63:1v**.
- Pero Gonçalves – **395:1**, 1v.
- Pero Gonçalves, Azamor, 1540 – **88:3**.
- Pero de Gonera [?], 1565 – **117:1v**.
- Pero Henriques, Coimbra, 1554 – **417:1v**, 2.
- Pero Homem, Azamor, 1540 – **88:2**.
- Pero de Jaen, ginete – **443:2v**.
- Pero Jusarte – **157:1**.
- Pero Leitão, adail-mor, Safim, 1517 – **309:1-2**.
- Pero Lopes – **140:2**.
- Pero Lopes, criado do conde de Borba, Arzila, 1508 – **324:1v**.
- Pero Lopes Bulhão, fronteiro, Arzila – **302:2**.
- Pero Lopes Correia, vereador de Lisboa – **379:1-2v**.
- Pero Lourenço – **238:1**.
- Pero Lourenço, Arzila – **57:1v**.
- Pero Lourenço, Lisboa – **434:1-2v**.
- Pero Martins, Azamor, 1540 – **88:2v**, 3.
- Pero Martins, ourives, Fez, 1530 – **7:1**, 2.
- Pero Mascarenhas, 1530 – **7:2**.
- Pero de Mendonça – **292:1v**.
- Pero de Meneses, Arzila – **63:1v-2**.
- Pero de Mures, criado do duque – **216:1**.
- Pero Nunes, corregedor da Beira – **291:1v**.
- Pero de Ornelas – **259:1**.
- Pero Rodrigues, Azamor, 1540 – **88:1v**.
- Pero da Silva – **126:2**, 2v.
- Pero Vasques – **216:1v**; cf. Pero Vaz.
- Pero Vaz, corregedor de Trás-os-Montes – **291:1v**; cf. Pero Vasques.
- Pero Vaz da Cunha, Braga – **269:1-2**.
- Pero Vieira, criado, Fez, 1540 – **75:1**.
- Perucho Morgovejo (Juan), cf. Juan Perucho Morgovejo.
- pés – **75:2v**.
- pêsames – **161:1**.
- pesca – **64:2v**; **71:2**, 2v; **403:2**; **404:1**; **406:1**.
- pescado – **264:3**.
- pescadores – **74:1v**; **177:2**; **442:1**.
- pescaria – **177:2**.
- pescoço – **452:6v**.
- Pessanha (Diogo), cf. Diogo Pessanha.
- Pessoa (Filipa), cf. Filipa Pessoa.
- Pestana ([...]), cf. [...] Pestana.
- Pestana (Álvaro), cf. Álvaro Pestana.
- pestes – **42:1v**; **59:2**; **222:1**; **227:2**; **244:1**; **285:2**; **415:5**.
- petições – **133:1**; **392:1**.
- pez – **403:2v**.
- pia baptismal – **332:1**.
- piães – **25:2**, 2v; **269:1**; **421:1v**; **446:1v**.
- piara, vara de porcos – **75:3v**.

- Picanço (Francisco), cf. Francisco Picanço.
 picas – **225:1v, 2; 338:1, 1v; 375:1.**
 picões – **302:1v.**
 Piedade, Mosteiro de Santo António da – **151:1.**
 Piedade, padres da – **71:1v, 2.**
Piedmonte – **388:2.**
 pífaros – **375:1v.**
 pilotos – **15:1; 251:1; 271:1; 273:1; 306:1; 339:1, 348:1v; 443:3v; 452:2, 3, 4, 4v.**
 pimenta – **55:2; 113:2; 136:1; 264:1, 2v-3v; 388:1; 415:1-3v, 4v; 452:3, 3v.**
Pimenta, reis da – **136:1.**
 Pimentel (Vasco Fernandes), cf. Vasco Fernandes Pimentel.
 Pina (Brás de), cf. Brás de Pina.
 Pina (Nuno de), cf. Nuno de Pina.
 Pina (Vasco de), cf. Vasco de Pina.
 Pinde [?] (Vasco), cf. Vasco Pinde [?].
 Pinel (Nuno), cf. Nuno Pinel.
 pinhais – **292:1v-2v.**
 Pinheiro (Fernão), cf. Fernão Pinheiro.
Pinheiro [Setúbal] – **257:1.**
 Pinta Henriques (Maria), cf. Maria Pinta Henriques.
 Pinto (Fernão), cf. Fernão Pinto.
 Pinto (João), cf. João Pinto.
 Pinto (Luís), cf. Luís Pinto.
 Pinto (Simão), cf. Simão Pinto.
 Pinto (Tomé), cf. Tomé Pinto.
 Pinto de Sá [?] (Francisco), cf. Francisco Pinto de Sá [?].
 pinturas – **25:4; 59:2.**
 pipas – **403:2v.**
 piqueiros – **245:1.**
 piques – **365:1.**
 Pires (Bartolomeu), cf. Bartolomeu Pires.
 Pires (Francisco), cf. Francisco Pires.
 Pires (Guiomar), cf. Guiomar Pires.
 Pires (Jorge), cf. Jorge Pires.
 Pires (Rui), cf. Rui Pires.
 Pires (Simão), cf. Simão Pires.
 Pires Cabral (Aires), cf. Aires Pires Cabral.
 Pires de Távora (Lourenço), cf. Lourenço Pires de Távora.
Pirixill [?] (*Norte de África*), ilha – **341:1.**
 pobres – **63:1v; 65:1; 118:1v; 121:1v; 127:1; 221:1; 240:2; 248:1; 279:1; 282:1; 373:1.**
 poços – **436:4v.**
 poiais – **53:1v.**
 Polina [?] (João), cf. João Polina [?].
 pólvora – **9:2; 16:1; 22:2; 36:2; 52:1v; 99:1; 114:3; 225:1v; 327:1v; 338:1, 1v; 365:1.**
 pomares – **118:1v; 216:1v; 240:1v.**
 pomas de ouro – **101:1.**
Ponta Delgada – **255:1.**
Ponta Delgada, câmara – **188:2v, 3.**
Ponta Delgada, capitães – **188:1v-2v.**
Ponta Delgada, igrejas – **188:3v, 4.**
Ponta Delgada, juizes – **188:1-4.**
Ponta Delgada, ouvidores – **188:1v-2v.**
Ponta Delgada, procurador – **188:1-4.**
Ponta Delgada, vereadores – **188:1-4.**
 Ponte (António da), cf. António da Ponte.
 Ponte (Sebastião da), cf. Sebastião da Ponte.
Ponte de Lima – **406:1.**
Ponte de Lima, correição – **123:1.**
Ponte de Lima, juiz de fora – **270:1, 1v.**
Ponte de Lima, meirinhos – **123:1, 1v.**
Ponte de Lima, mosteiro – **270:1.**
 pontes – **59:2; 70:1; 89:1; 222:1.**
Pontével – **399:1.**
Porcá (Índia) – **95:1.**
 porcos – **28:2; 64:2, 2v; 75:2v, 3v; 100:1.**
 porqueiros – **75:1, 1v, 4, 4v; 367:1.**
 Porta da Cruz (Lisboa) – **119:1.**
 Porta das Mercês (Lisboa) – **119:1.**
 Porta do Postigo (Olivença) – **285:1v.**
 Porta da Praça (Olivença) – **285:1v.**
 Porta da Ribeira – **359:1v.**
 Porta de Santa Catarina (Lisboa) – **119:1.**
 portagens – **99:1v; 403:1.**
 portais – **235:1.**
 Portalegre, condes – **204:1, 1v; 315:1; 380:1v; 441:1v.**
 portaria – **232:1v.**
 portas – **13:1v; 23:1v; 24:1v; 28:2; 36:1v; 40:2v; 42:2; 61:1v; 71:2v; 72:1v; 73:1v; 75:1v; 76:2, 2v; 107:1v; 114:3; 116:1; 119:1; 132:1, 1v; 165:1, 1v; 191:1v; 194:1; 232:1; 249:1; 250:1; 270:1; 283:1; 285:1v, 2; 309:2; 322:1; 359:1v; 381:1v; 396:1, 2; 436:4v; 440:4; 448:1v; 452:2, 6v.**
 porteiros – **246:1; 334:1; 363:2.**
 porteiros da câmara – **75:2v.**

- Porto* – **118:1; 173:1; 177:1v; 183:1; 188:3v; 254:1; 292:2v; 347:1v; 398:1v, 2; 403:2v; 404:1.**
- Porto*, almoxarifes – **423:1v.**
- Porto*, bispado do – **182:1; 378:1.**
- Porto*, bispo do – **182:1, 1v; 254:1; 347:1v; 378:1.**
- Porto*, Mosteiro de São Bento – **191:1, 1v; 258:1.**
- Porto* (Baltasar do), cf. Baltasar do Porto.
- Porto* (Jerónimo), cf. Jerónimo Porto.
- Porto* (Vasco), cf. Vasco Porto.
- portos* – **52:1v; 56:1v; 64:2v, 3; 74:1v; 99:1v; 103:1; 220:1; 251:2; 302:1; 333:1v; 361:1v; 388:2; 389:1v; 403:2; 409:1v; 425:2; 439:1v; 443:3v; 446:1.**
- Portugal* (Afonso de), cf. Afonso de Portugal.
- Portugal* (Francisco de), cf. Francisco de Portugal.
- Portugal* (Isabel de), cf. Isabel de Portugal.
- Portugal* (João de), cf. João de Portugal.
- Portugal* (Martinho de), cf. Martinho de Portugal.
- português*, idioma – **68:1.**
- posse* – **261:1; 262:1, 1v; 291:1; 297:1.**
- posta* – **207:1; 208:1; 446:1.**
- posturas* – **277:1, 1v.**
- pousadas* – **75:1; 187:1; 201:1; 407:2; 439:2v.**
- pousadia* – **114:3v; 126:1v; 308:1v; 320:1v.**
- povoamento* – **120:1v; 177:1v.**
- Póvoas* (Diogo Fernandes das, v. Diogo Fernandes das Póvoas).
- praças* – **75:2v; 133:1v; 277:1v; 285:1v.**
- praceiros* – **222:1.**
- Prado* (Baltasar do), cf. Baltasar do Prado.
- pragas* – **367:1.**
- pragmáticas* – **139:1v.**
- Praia* (*Cabo Verde*) – **220:1.**
- praías* – **53:1; 57:1; 64:1v; 102:2; 103:1v; 260:1, 1v.**
- prata* – **12:1; 37:2; 40:6; 53:2; 72:1; 146:1; 177:2; 206:1v; 218:1; 273:1; 297:1v; 302:1v; 317:6, 9; 374:1; 409:1-2; 416:2v; 423:2; 452:2v, 5, 5v.**
- preços* – **39:2; 101:1v; 113:1v; 345:1; 379:1v, 2; 409:1.**
- prédicas* – **224:1v.**
- pregação* – **164:1; 182:1v.**
- pregadores* – **80:1; 129:1; 187:1v; 267:1.**
- pregaduras* – **251:1v.**
- pregões* – **40:6; 41:2; 44:2; 62:1; 69:2; 75:2v; 76:2v; 108:1; 116:1; 127:1; 230:1; 245:1; 299:1v; 302:1v; 309:1v, 2, 3; 320:1v; 322:1v; 376:1; 381:1v; 436:3v, 4v.**
- pregos* – **83:1v; 132:1; 452:2, 6v.**
- prelados* – **71:1, 2; 96:1; 118:1v; 129:1; 213:1, 1v; 347:1v.**
- prelazia* – **241:1; 275:1.**
- presas* – **75:1v.**
- presos* – **62:1v; 69:1v; 74:1; 75:2v, 4; 82:1v; 109:1; 118:1v, 2; 126:1, 2; 130:1; 137:1; 156:1-2v; 166:1v, 2; 216:1v-2; 240:2; 250:2; 287:2; 376:1; 423:1v; 436:5; 452:2v, 3, 4v, 6.**
- Preto* (António), cf. António Preto.
- Prima* – **237:1.**
- Prima*, lente de – **13:1.**
- princesas* – **256:1; 390:1; 429:1.**
- Príncipe*, ilha – **119:1.**
- príncipes* – **136:1; 145:1; 151:1; 244-A:1; 246:1; 275:1, 1v; 308:2; 389:1v; 390:1; 401:1.**
- priores* – **113:1-2; 222:1; 224:1v; 249:1; 261:1; 265:1; 272:1; 290:1; 297:1, 1v; 332:1, 1v; 382:1, 2; 387:1, 1v.**
- prioiresas* – **196:1; 386:1.**
- prisão* – **3:1-2; 44:1-2; 60:2; 76:2v, 3; 97:1; 132:1, 1v; 133:1v; 169:1-2; 171:1, 1v; 188:1, 1v; 189:1, 1v; 200:1, 1v; 220:1v; 222:1; 223:1; 232:1v; 240:2; 246:1; 252:1; 317:2, 9; 334:1; 370:1v; 395:1v; 396:2; 452:2.**
- privilegiados* – **285:2v.**
- privilégios* – **59:1; 99:1v; 134:1; 177:1, 1v; 183:1; 188:3v; 249:1v; 318:1; 379:1; 403:1; 405:1; 406:1v.**
- processos* – **240:2; 423:1.**
- procurações* – **119:1; 164:1; 227:1v, 2; 291:1.**
- procuradores* – **3:2; 125:1; 133:1; 150:1v; 188:1-4; 191:1; 261:1; 267:1v; 290:1; 347:1v; 374:1; 382:1, 2.**
- procuradores da coroa* – **216:1v-2.**
- procuradores de Cortes* – **177:1-2.**
- procuradores provinciais* – **218:1.**
- promotores* – **166:2.**
- Protestantes* – **187:1v.**
- provedores* – **219:1-2; 240:1v; 246:1; 264:3v; 284:1.**

- Provence* – **184:1**.
 provérbios – **84:1; 171:1v; 336:1, 1v; 375:2; 388:1, 1v; 409:1v; 419:1v**.
 provinciais – **130:1; 142:1v; 224:1, 1v; 270:1, 1v; 272:1; 278:1, 1v; 279:1**.
 provisões – **248:1; 252:1; 313:1v; 425:1, 1v; 439:1v**.
 pública forma – **33:1; 156:1v**.
 publicação – **201:1**.
 punhais – **452:2v**.
 quaçua [?] – **24:1v**.
 quadrilhas – **92:2, 2v**.
 Quadros (António Fernandes de), cf. António Fernandes de Quadros.
 Quaresma, semana – **367:1; 402:1**.
Quarteira – **365:1v**.
 quartenários – **263:1**.
 Queimado (Gonçalo), cf. Gonçalo Queimado.
 Queimado (Job), cf. Job Queimado.
 Queimado (Rui), cf. Rui Queimado.
 Queimado (Simão), cf. Simão Queimado.
 querelas – **188:1v; 249:1**.
Quíloa – **452:1**.
 quintais – **308:1, 1v; 346-A:1**.
 quintais, medida – **9:2; 24:1v; 39:1v; 55:2; 59:2; 99:2; 264:2v; 302:1v; 415:1-1v, 2v, 3; 452:3v**.
 quintaladas – **452:5v**.
 quintas – **173:1; 296:1**.
Quintela de Lampaças – **227:1v**.
 quinto, imposto – **11:1; 17:1, 1v; 403:2; 421:1, 1v**.
 quitações – **59:1, 1v; 227:1; 283:1**.
 rabis – **317:5**.
 rações – **63:2; 64:1v-2v; 114:3v; 302:2v; 367:1; 420:1v; 439:2**.
 Radaaha [?], alcaide do xerife, 1540 – **346:1v**.
 Rahho ben Chahmot (*Rreho Ben Xamete*), 1518 – **40:5, 5v**.
Rainha, nau – **452:5v**.
 rainhas – **90:1; 99:1; 117:1-2; 121:1-2; 135:1; 151:1; 186:1; 197:1; 202:1; 209:1; 230:1; 231:1; 233:1; 273:1v; 288:1, 1v; 308:1-2; 378:1-1v; 386:1; 389:1; 390:1; 391:1; 394:1, 1v; 416:1-6; 438:1**.
 raios – **114:3**.
 Ramadão – **52:1**.
 ramos – **227:2**.
 Rangel (Simão de), cf. Simão de Rangel.
 Raposo (Diogo), cf. Diogo Raposo.
 raptos – **76:1-3**.
 Ravasco, juiz de Santarém – **287:1v**.
 reais, moeda – **17:1; 24:1; 37:2; 42:2; 53:2; 59:2; 74:2; 83:1v; 105:1-2; 112:1; 116:1; 122:1, 1v; 127:1; 140:1v; 155:1; 157:1; 164:1; 169:1, 1v; 182:1; 192:1; 194:1, 1v; 198:1; 200:1, 1v; 206:1v; 210:1; 211:1; 215:1v; 216:1-2; 220:1, 1v; 227:1-2; 230:1; 231:1; 232:1, 1v; 233:1; 236:1; 238:1; 240:2; 245:1; 246:1; 267:1v; 268:1; 273:1; 274:1v; 279:1v; 280:1; 287:2v; 299:1v; 313:1, 1v; 334:1; 349:1v; 359:1, 2; 364:1; 373:1; 375:1v; 379:1v; 381:1, 1v; 384:1; 385:1, 1v; 392:1; 393:1; 398:1v; 400:1; 414:1; 415:3; 420:2; 423:1, 1v; 435:1, 1v; 436:3; 439:1v; 440:1v; 443:1; 451:1; 452:2v, 4v, 5v; 453:1, 1v**.
 Real (Diogo), cf. Diogo Real.
 Rebelo (João Camacho de), cf. João Camacho de Rebelo.
 Rebelo (Rodrigo de), cf. Rodrigo de Rebelo.
 Rebelo (Rodrigo), cf. Rodrigo Rebelo.
 Rebelo (Simão Rodrigues), cf. Simão Rodrigues Rebelo.
 reboco – **359:1v**.
 Reboredo (António de), cf. António de Reboredo.
 recâmbios – **179:1, 2**.
 recebedores – **55:1v; 179:1v; 189:1; 230:1; 277:1v; 387:1; 434:2**.
 receitas – **219:1v; 439:2v**.
 recifes – **23:1; 57:1; 109:1**.
 Recolhimento de Santa Marta de Évora – **279:1**.
 redes – **403:2v**.
 Redondo, condes – **6:1-2; 14:1-2v; 18:1-2v; 20:1; 32:1; 36:1; 51:1; 56:1; 57:1, 1v; 63:1-2; 92:2, 2v; 100:1; 112:1; 170:1 319:1, 1v; 326:1; 332:1v; 407:1; 420:1-2**.
 Redondo, condessa de – **407:1**.
 refeições – **53:1**.
 refeitórios – **71:2**.
 reféns – **24:2; 40:2v, 3; 42:1; 44:1; 70:1v; 73:1v; 105:1, 2v; 114:2; 317:3, 6v; 320:2; 330:1v; 335:2; 363:1v, 2v; 421:1; 436:2-3**.

- refião – **119:1** ; **334:1**.
 reformation – **215:1**.
 Reformas – **298:1**.
 regateiras – **138:1**.
 regedores da Casa do Cível – **80:1v**; **116:1**, 1v; **133:1v**.
 regimentos – **6:1**; **24:2**; **39:2**; **60:2**; **116:1**; **135:1**; **216:2**; **227:2**; **260:1**; **264:2**; **285:2v**; **309:1**; **313:2**; **340:1**; **359:1**; **440:3v**.
 Rego (Henrique do), cf. Henrique do Rego.
 Rego (Manuel do), cf. Manuel do Rego.
 regras – **130:1v**; **203:1**; **282:1**.
 reguengos – **124:1**; **375:1v**.
 Reimão (João), cf. João Reimão.
 Reis, Dia dos – **149:1**.
 reitores – **167:1**; **294:1**; **396:1-2v**; **417:1**, 1v.
 reitorias – **265:1**.
 Relação – **156:1**; **216:2**; **277:1v**; **287:1**, 1v; **370:1v**.
 religiosas – **129:1**; **206:1v**; **258:1**; **374:1-2v**.
 religiosos – **71:1**, 1v; **142:1**, 1v; **151:1**; **185:1**; **212:1**; **213:1**; **224:1**, 1v; **417:1v**; **445:1**.
 relíquias religiosas – **374:1**.
 remédios – **399:1**.
 remos – **64:1v**; **327:1**, 2.
 rendas – **55:2**; **119:1**; **169:1**; **177:1**; **179:1**; **182:1**; **192:1**; **196:1**; **210:1**; **219:1**; **227:2**; **230:1**; **248:1**; **258:1**; **263:1**; **268:1v**; **274:1**; **287:4**; **294:1**; **297:1**, 1v; **347:1**; **369:1**; **373:1**; **374:1**; **387:1**; **388:1v**; **409:1**, 1v; **435:1v**; **451:1**.
 rendeiros – **127:1**; **166:1**; **173:1**; **182:1**; **377:1**; **379:1v**; **403:1**, 2v; **406:1**, 1v; **436:4**; **436:5**.
 repiques – **28:2**; **64:2v**; **92:2**.
 reposteiro – **216:1v**.
 reposteiro-mor – **244-A:1**.
 resgates – **7:1v**; **17:1**, 1v; **23:2v-3v**; **46:1v**; **90:1**; **220:1**.
 resíduos – **193:1**; **382:2**.
 retábulos – **12:1**; **188:3v**, 4; **434:1**.
 retalho – **254:1**.
 Reymonde (Gaspar Gomes), cf. Gaspar Gomes Reymonde.
 rezas – **224:1v**.
 Ribeira – **403:2v**.
 Ribeira (Lisboa) – **313:1**; **415:5**.
 Ribeira (Maria), cf. Maria Ribeira.
 Ribeira Grande (Cabo Verde), porto – **220:1**.
 ribeiras – **74:2**; **83:1v**; **359:1v**; **381:1**.
 Ribeiro (Álvaro), cf. Álvaro Ribeiro.
 Ribeiro (António), cf. António Ribeiro.
 Ribeiro (Baltasar), cf. Baltasar Ribeiro.
 Ribeiro (Brás), cf. Brás Ribeiro.
 Ribeiro (Duarte), cf. Duarte Ribeiro.
 Ribeiro (Fernão), cf. Fernão Ribeiro.
 Ribeiro (Francisco), cf. Francisco Ribeiro.
 Ribeiro (João), cf. João Ribeiro.
 Ribeiro (Luís), cf. Luís Ribeiro.
 Ribeiro (Martim), cf. Martim Ribeiro.
 Ribeiro (Nuno), cf. Nuno Ribeiro.
 Ribeiro (Vicente), cf. Vicente Ribeiro.
 Ribeiro de Almeida (Gonçalo), cf. Gonçalo Ribeiro de Almeida.
 Rio Cantor (Gâmbia) – **220:1-1v**.
 Rio Chiker (*Xyqure*) – **436:1v**.
 Rio Doce (Safim) – **99:1v**.
 Rio Minho – **177:1v**.
 Rio Rabi – **344**.
 Rio Tinto, Mosteiro de São Cristóvão de – **258:1**.
 rios – **2:1**; **36:2**; **38:1**; **52:1-2v**; **64:1**; **74:1v**; **80:1**; **84:1**; **102:2**, 5; **118:1**; **136:1**; **306:1v**, 7v; **317:8**; **348:1v**; **355:1**, 1v; **363:2**; **390:1**; **403:2v**; **406:1**; **419:1v**; **422:1**; **436:1**, 1v; **449:1v**; **452:1**.
 riso – **225:1**.
 Rivas (João de), cf. João de Rivas.
 Robalo (João), cf. João Robalo.
 Robes (Pedro de), cf. Pedro de Robes.
 rocar – **453:1**.
 rocins – **23:2**; **250:1**; **287:2v**, 4.
 Rodajo (João Fernandes), cf. João Fernandes Rodajo.
 Rodes, comendadores – **423:1v**, 2.
 Rodes, mestre – **87:1**, 1v.
 Rodrigo (D.), Alcácer Ceguer, 1518 – **53:1**.
 Rodrigo (D.), Arzila – **63:2**.
 Rodrigo (D.), Azamor – **359:1**.
 Rodrigo (Mestre), cf. Mestre Rodrigo.
 Rodrigo Alonso, ginete – **443:2v**.
 Rodrigo Camelo, Azamor, 1540 – **88:1v**.
 Rodrigo de Castro (D.), a. 1499 – **441:1**.
 Rodrigo de Castro (D.), capitão de Safim, 1540 – **75:1**.

- Rodrigo do Aio, Azamor, 1540 – **88:2**.
 Rodrigo Eanes Morais – **382:2**.
 Rodrigo Homem, criado da abadessa de Vairão – **191:1**.
 Rodrigo Lobo (D.) – **200:1v; 377:1**.
 Rodrigo de Melo (D.), conde de Tentúgal, Azamor, 1513 – **102:2v**.
 Rodrigo de Noronha (D.), Safim, 1512-1517 – **36:1; 69:1v; 314:1-1v; 317:2; 323:1-2; 358:1-2; 437:3v**.
 Rodrigo Rebelo, 1511 – **60:1v**.
 Rodrigo de Rebelo – **135:1**.
 Rodrigo de Vasconcelos, fronteiro, Arzila – **302:2**.
 Rodrigues (Afonso), cf. Afonso Rodrigues.
 Rodrigues (António), cf. António Rodrigues.
 Rodrigues (Baltasar), cf. Baltasar Rodrigues.
 Rodrigues (Cristóvão), cf. Cristóvão Rodrigues.
 Rodrigues (Diogo), cf. Diogo Rodrigues.
 Rodrigues (Duarte), cf. Duarte Rodrigues.
 Rodrigues (Fernando), cf. Fernando Rodrigues.
 Rodrigues (Fernão), cf. Fernão Rodrigues.
 Rodrigues (João), cf. João Rodrigues.
 Rodrigues (Jorge), cf. Jorge Rodrigues.
 Rodrigues (Lopo), cf. Lopo Rodrigues.
 Rodrigues (Manuel), cf. Manuel Rodrigues.
 Rodrigues (Pero), cf. Pero Rodrigues.
 Rodrigues (Roque), cf. Roque Rodrigues.
 Rodrigues (Rui), cf. Rui Rodrigues.
 Rodrigues (Tristão), cf. Tristão Rodrigues.
 Rodrigues (Vicente), cf. Vicente Rodrigues.
 Rodrigues Alcoforado (Duarte), cf. Duarte Rodrigues Alcoforado.
 Rodrigues Barreto (Nuno), cf. Nuno Rodrigues Barreto.
 Rodrigues de Beja (André), cf. André Rodrigues de Beja.
 Rodrigues Berrio (Estêvão), cf. Estêvão Rodrigues Berrio.
 Rodrigues Berrio (Sebastião), cf. Sebastião Rodrigues Berrio.
 Rodrigues Correia (João), cf. João Rodrigues Correia.
 Rodrigues Estaço (João), cf. João Rodrigues Estaço.
 Rodrigues Evangelho (Vicente), cf. Vicente Rodrigues Evangelho.
 Rodrigues Mousinho (João), cf. João Rodrigues Mousinho.
 Rodrigues Pais (João), cf. João Rodrigues Pais.
 Rodrigues de Parada (António), cf. António Rodrigues de Parada.
 Rodrigues Rebelo (Simão), cf. Simão Rodrigues Rebelo.
 Rodrigues Seliz (Jorge), cf. Jorge Rodrigues Seliz.
 róis – **63:1; 180:1; 242:1; 251:1, 1v; 291:1; 359:1; 360:1v, 2; 363:2v; 367:1v**.
 Rojas (Hernando de), cf. Hernando de Rojas.
 Rojim (João), cf. João Rojim.
 Rolim de Moura (D.) – **133:1v**.
 rolos, medida – **39:1v**.
Roma – **77:1; 121:1; 125:1; 149:1; 196:1; 259:1; 275:1-2; 287:4; 388:1, 1v; 390:1v**.
 romarias – **94:1; 272:1; 320:1v; 354:1**.
Romeira (Lisboa) – **137:1**.
 Roque Martins, Azamor, 1540 – **88:2v**.
 Roque Ovidor [?], Azamor, 1540 – **88:2v**.
 Roque Rodrigues, criado de Francisco de Melo – **376:1**.
 Rosales (Jacob), cf. Jacob Rosales.
 rossio – **250:1v**.
 rosto – **249:1**.
 roubos – **44:1; 75:4, 4v; 270:1, 1v; 317:3v**.
Rouen – **64:2v; 119:1**.
 roupa – **24:2v; 39:2; 75:2v; 105:1; 118:1v; 184:1; 187:1; 194:1v; 281:1; 312:1; 425:1v; 432:1; 452:2v**.
 Rua Direita (Lisboa) – **222:1**.
 Rua Nova (Lisboa) – **212:1; 222:1**.
 Rua de São Miguel (Porto) – **254:1**.
 ruas – **1:1; 299:1**.
 Rui de Abreu – **126:1v**.
 Rui Barreto, alcaide-mor de Faro e vedor da fazenda do Algarve, Azamor, Faro e Quarteira, 1513-1519 – **80:1; 83:1, 1v; 89:1; 97:1; 102:4v; 114:1-5; 115:1; 332:1v; 365:1, 1v; 422:1, 1v**.
 Rui Boto, chanceler-mor – **403:2**.
 Rui Brandão – **264:3, 3v**.
 Rui Carvalho – **432:2**.

- Rui da Costa, Azamor, 1540 – **88:2v**.
 Rui Cotrim, fronteiro, Arzila – **302:2**.
 Rui Dias, Azamor, 1540 – **88:3**.
 Rui Dias de Azevedo – **216:1**.
 Rui Fernandes, inquiridor na corte – **216:1v**.
 Rui Fernandes, Lisboa – **313:1**.
 Rui Figueira – **399:1**.
 Rui Gago, doutor, Cabo Verde, c. 153- – **220:1, 1v**.
 Rui Gomes, bacharel – **222:1**.
 Rui Gomes, doutor – **273:1, 1v; 395:1-2**.
 Rui Gomes, Malaca – **12:1**.
 Rui Gomes, promotor – **166:2**.
 Rui Gonçalves, Alcácer Ceguer – **14:2**.
 Rui Gonçalves, criado do Duque de Bragança, Azamor, 1517-1519 – **17:1; 36:1v; 339:1**.
 Rui Gonçalves, piloto – **348:1v**.
 Rui Gonçalves Maracote, corregedor – **13:1; 263:1**.
 Rui da Grã, licenciado – **381:1**.
 Rui Lopes, Azamor, 1540 – **88:3**.
 Rui Lopes, mercador – **425:1v**.
 Rui de Melo, alcaide-mor de Elvas – **126:1-2v; 138:1**.
 Rui de Melo, filho de Garcia de Melo – **373:1, 1v**.
 Rui de Melo, Tavira – **128:1, 1v; 376:1, 1v**.
 Rui Mendes, 1503 – **452:4v**.
 Rui Mendes, Azamor, 1540 – **88:2**.
 Rui Mendes, Índia – **280:1**.
 Rui Palha, Santarém – **287:1-4v**.
 Rui Pegado, alferes – **277:1v**.
 Rui Pires, 1517 – **155:1**.
 Rui Queimado, criado do bispo da Guarda – **63:2**.
 Rui Rodrigues, licenciado – **291:1**.
 Rui de Sá, Viana do Castelo – **187:1**.
 Rui de Sande, Granada, 1500 – **308:1-2; 416:1-6**.
 Rui da Silva – **370:1**.
 Rui de Sousa – **356:1**.
 Rui Teles – **429:1**.
 rumes – **95:1**.
 rumores – **222:1**.
 Rute (Abraão), cf. Abraão Rute.
 Rute (Jacob), cf. Jacob Rute.
 Rute (Moisés), cf. Moisés Rute.
- S[...]a (Joana de), cf. Joana de S[...]a.
 Sá (Branca de), cf. Branca de Sá.
 Sá (Cristóvão de), cf. Cristóvão de Sá.
 Sá (Fernão de), cf. Fernão de Sá.
 Sá (Filipa de), cf. Filipa de Sá.
 Sá [?] (Francisco Pinto), cf. Francisco Pinto de Sá [?].
 Sá (Rui de), cf. Rui de Sá.
 Sá de Miranda (Francisco de Sá de), cf. Francisco de Sá de Miranda.
 sá, unidade de medida – **317:6v, 7**.
Sabóia – **59:2**.
 Sabugal, condes – **414:1v**.
 sacas – **114:4, 4v**.
 sacerdotes – **385:1**.
 sacos – **60:2; 250:1**.
 Sacoto (Gonçalo Mendes), cf. Gonçalo Mendes Sacoto.
 Sacoto (Luís), cf. Luís Sacoto.
 sacramentos – **96:1; 194:1; 281:1**.
 sacristia – **71:2; 175:1; 235:1; 374:1**.
Safara (Beja), aldeia – **375:1**.
Safim – **2:1; 7:1v; 19:1, 1v; 31:1; 41:1v; 42:2; 44:1; 45:1; 55:1-2v; 56:1v; 60:1-2v; 67:1; 69:1, 2; 72:1; 74:2; 80:2; 81:1; 82:1, 1v; 90:1; 93:1; 98:2; 102:2v; 105:1-2v; 107:1-2; 110:1; 114:2; 114:4v; 145:1; 200:1; 216:1; 280:1; 303:1; 309:1-4; 310:1-2v; 312:1; 317:1-11; 322:1-2v; 329:1; 330:1, 1v; 331:1, 1v; 335:2; 341-A:1; 344; 345:1; 353:1; 355:1-2; 357:1; 358:1-2; 360:1-2; 364:1-2; 439:2; 440:1v, 3, 3v; 448:1-2v**.
Safim, alcáçova – **24:1v**.
Safim, alcaides-mores – **344**.
Safim, bispos – **12:1; 13:1, 1v; 59:1-2v; 70:1; 313:1-2; 423:1-2**.
Safim, capitães – **11:1v, 2; 24:2; 39:1v; 40:1-7; 59:1, 1v; 72:1, 1v; 75:1; 76:1-3; 105:1; 107:1, 1v; 301:1, 1v; 307:2; 320:2v; 344**.
Safim, capitães-mores – **25:1-4v; 28:1-2v; 37:1-2v; 44:1-2v; 54:1; 58:1, 1v; 66:1, 1v**.
Safim, castelo – **55:1v**.
Safim, celeiros – **11:1v**.
Safim, contadores – **37:1; 40:1v**.
Safim, escritvães da feitoria – **39:1-2v**.
Safim, feitoria – **24:1-2v; 28:2; 37:1v, 2; 39:1-2v; 55:1; 440:3-3v**.

- Safim*, fortaleza – **107:1-2**.
Safim, governadores – **40:1-7; 58:1, 1v; 323:1-2**.
Safim, igrejas – **25:3v**.
Safim, judeus – **25:3; 37:1v; 72:1; 75:1**.
Safim, mercadores – **39:1-2**.
Safim, moradores – **33:1; 37:1v; 40:4; 55:2, 2v**.
Safim, muros – **24:1v; 37:1; 440:4**.
Safim, obras – **24:1v; 37:1**.
Safim, oficiais – **37:1; 39:1**.
Safim, ofícios – **33:1**.
Safim, ouvidores – **76:3**.
Safim, portas – **24:1v; 28:2; 40:2v; 76:2, 2v; 107:1v; 309:2**.
Safim, porteiros – **334:1**.
Safim, vedores – **25:4**.
 Sa'id (Cayde), sobrinho de Yahya Ou Ta'fouft, Safim, 1517-1520 – **25:2; 28:1v**.
 saios – **416:4**.
 Saïs – **81:1**.
 sal – **188:2; 403:2**.
Salamanca – **17:1v, 2; 131:1; 224:1v; 396:2**.
 salários – **417:1v; 423:2**.
 salas – **225:2; 231:1; 453:1**.
 Saldanha (António de), cf. António de Saldanha.
 Saldanha (João de), cf. João de Saldanha.
Salé (*Çale, Çalee*) – **36:1, 2v; 38:1v; 62:1v; 64:1, 1v; 80:1v; 89:1; 94:1; 114:2, 2v; 306:6, 7v; 361:1; 442:1**.
Salé, alcaides – **7:1-2; 86:1**.
Salé, o velho – **64:1**.
Salé, porto – **64:3**.
 Salem ben 'Omar (Celme Benamor), xeque de Cherkiya, 1514 – **80:1**.
 Salema (André), cf. André Salema.
 Salemon (Augustin), cf. Augustin Salemon.
 salinas – **436:1v**.
 salteadores – **380:1**.
 Salvado (Sebastião), cf. Sebastião Salvado.
 Salvador, mosteiro do – **196:1**.
 Salvador de Vairão, Mosteiro do – **191:1; 258:1**.
 Salzedas, Mosteiro de Santa Maria de – **167:1; 192:1**.
 samaritanos – **396:2**.
 Sampaio (António de), cf. António de Sampaio.
 Sampaio (Diogo de), cf. Diogo de Sampaio.
 Sampaio (Diogo Machado de), cf. Diogo Machado de Sampaio.
 Sampaio (Lopo Vaz de), cf. Lopo Vaz de Sampaio.
 Sampaio (Vasco Peres de), cf. Vasco Peres de Sampaio.
San Zoilo de Carrión, mosteiro – **185:1, 1v**.
 Sananes, judeu, criado do rei de Velez, 1547 – **30:1, 1v**.
 Sanches (Diogo), cf. Diogo Sanches.
 Sanches (João), cf. João Sanches.
 Sancho de Toar, 1503 – **452:1v, 6**.
 Sancho de Vasconcelos, fronteiro, Arzila – **302:2**.
 Sancho de Virela, morador em Tavira – **57:1v**.
 Sande (Manuel de), cf. Manuel de Sande.
 Sande (Rui de), cf. Rui de Sande.
 sandices – **222:1**.
 sangramento – **432:1v**.
 sangria – **187:1v; 399:1**.
 sangue – **268:1v**.
 Santa Catarina (Lisboa) – **119:1**.
 Santa Clara, conventos – **117:1; 175:1**.
 Santa Clara, regras – **203:1**.
 Santa Clara de Coimbra, Convento de – **142:1v; 237:1**.
 Santa Clara de Elvas, Convento de – **130:1-2**.
 Santa Clara de Évora, Convento de – **236:1; 279:1, 1v**.
 Santa Clara de Lisboa, Convento de – **59:2**.
Santa Cruz de Cabo de Gué – **3:1-2v; 42:2; 52:1-2v; 64:2v; 93:1; 154:1; 342:1; 425:2; 439:1-2v**.
Santa Cruz de Cabo de Gué, capitães – **342:1; 439:2v**.
Santa Cruz de Cabo de Gué, castelo – **351:1, 1v**.
Santa Cruz de Cabo de Gué, cerca – **439:2**.
Santa Cruz de Cabo de Gué, fortaleza – **3:2v**.
Santa Cruz de Cabo de Gué, moradores – **439:1**.
Santa Cruz de Cabo de Gué, oficiais – **439:2v**.
 Santa Cruz de Coimbra, Mosteiro de – **282:1; 286:1; 382:1-2v**.
Santa Eulália, comenda – **268:1**.

- Santa Iria – **142:1**.
Santa Maria, porto – **446:1**.
 Santa Maria da Alcáçova de Santarém – **287:4**.
 Santa Maria de Almoester, Mosteiro de – **236:1**.
 Santa Maria de Cárcuere, Mosteiro de – **167:1**.
 Santa Maria de Castelo de Vide, comenda – **294:1**.
 Santa Maria de Chelas, Mosteiro de – **224:1v**.
 Santa Maria de Cós, Mosteiro de – **146:1**.
 Santa Maria da Graça – **104:1**.
 Santa Maria de Salzedas, Mosteiro de – **167:1; 192:1**.
 Santa Maria da Serra (Alcáçovas), ermida – **272:1**.
 Santa Maria de Tarouquela, Mosteiro de – **191:1, 1v**.
 Santa Marta de Penaguião, igreja – **290:1**.
 Santa Mónica, Convento de – **278:1, 1v**.
 Santa Mónica de Évora – **236:1**.
 Santa Ovaia, cf. Santa Eulália.
 Santa Zita da Asseiceira de Tomar, Convento de – **142:1**.
Santarém – **206:1v; 259:1; 287:1-4v**.
Santarém, castelo – **132:1v**.
Santarém, governadores – **140:1v**.
Santarém, guardião – **259:1**.
Santarém, juízes – **287:1v, 2**.
Santarém, meirinhos – **169:1v**.
Santarém, Santa Maria da Alcáçova de – **287:4**.
 Santiago (Bento Dias de), cf. Bento Dias de Santiago.
 Santiago de Beja, igreja – **387:1**.
Santiago de Cabo Verde, ilha – **273:1v**.
Santiago de Compostela – **174:1; 427:1**.
Santiago do Cacém – **244:1; 403:1**.
 Santiago, Ordem de – **257:1; 302:1v; 387:1, 1v; 403:2**.
Santillana (Castela) – **401:1v**.
 Santillana (Gomez de), cf. Gomez de Santillana.
 Santo (João), cf. João Santo.
 Santo Agostinho – **88:1**.
 Santo Agostinho, Ordem de – **88:1; 104:1; 224:1v; 261:1; 298:1**.
 Santo Agostinho de Azamor, Mosteiro de – **114:4**.
 Santo António – **71:2v**.
 Santo António da Piedade, Mosteiro de – **151:1**.
 Santo António de Foz de Oadiana – **78:1**.
 Santo Espírito, esmola – **235:1**.
 Santo Estêvão (Lisboa), igreja – **119:1**.
 Santo Estêvão (Viana do Castelo) – **406:1**.
 Santo Onofre – **142:1**.
 Santos (Lisboa) – **222:1**.
 São Bento, Ordem de – **185:1; 203:1**.
 São Bento de Cástris de Évora, Mosteiro de – **279:1**.
 São Bento do Porto, Mosteiro de – **191:1, 1v; 258:1**.
 São Bernardo, Ordem de – **297:1, 1v**.
 São Cristóvão (Azamor), baluarte – **114:3**.
 São Cristóvão de Rio Tinto, Mosteiro de – **258:1**.
 São Dinis e São Bernardo de Odivelas, Mosteiro de – **211:1; 258:1; 368:1** [?].
 São Domingos, Ordem de – **224:1v; 272:1; 286:1; 371:1**.
 São Domingos de Ceuta, igreja – **113:1-2**.
 São Domingos de Leiria, Mosteiro de – **206:1, 1v**.
 São Filipe – **390:1**.
 São Francisco, Ordem de – **59:2v; 131:1, 1v; 181:1, 1v; 187:1; 267:1; 272:1**.
 São Francisco (Joana de), cf. Joana de São Francisco.
 São Francisco de Azamor, Convento de – **88:1**.
 São Francisco de Coimbra, Convento de – **142:1v; 225:2**.
 São Francisco do Funchal, Convento de – **281:1**.
 São Francisco de Lisboa, Convento de – **222:1**.
 São Gabriel, Convento de – **151:1**.
São Gabriel, nau – **251:2**.
 São Gião (Lisboa), fortaleza – **384:1**.
 São Gonçalo de Amarante, Mosteiro de – **218:1, 1v; 224:1v**.
 São Gregório, Dia de – **244:1**.
 São João – **256:1v; 390:1**.
 São João, Dia de – **308:2; 323:1**.

- São João Baptista de Tarouca, Mosteiro de – **167:1; 192:1; 290:1; 296:1; 297:1**, 1v.
 São João de Longavares, Mosteiro de – **261:1**.
 São João de Mamora, cf. Mamora.
 São Jorge da Mina – **39:2; 42:1; 220:1v; 251:1v; 264:1**, 3v, 4; **271:1**.
 São Julião (Lisboa), fortaleza – **384:1**.
 São Lourenço, Dia de – **73:1v**.
 São Mamede e São Paio de Lorvão, Mosteiro de – **258:1**, 1v; **374:1-2v**.
 São Miguel (*Açores*), ilha – **120:1v; 188:1-4; 377:1**.
 São Miguel, Rua de (Porto) – **254:1**.
 São Paulo, apóstolo – **423:2**.
 São Pedro, apóstolo – **423:2**.
 São Pedro e São Paulo de Arouca, Mosteiro de – **191:1v; 203:1; 258:1**, 1v; **374:1**.
 São Tomé, dia de – **142:1**.
 São Tomé, Bispo de – **282:1**.
 São Tomé, Ilha de – **120:1v; 200:1; 264:1**, 1v; **348:1v**, 2.
 São Vicente, cabo de – **325:1**.
 São Vicente (Afonso de), cf. Afonso de São Vicente.
 São Vicente de Fora de Lisboa, Mosteiro de – **249:1**.
 sapatos – **75:3; 91:1v; 245:1**.
 saquetes – **452:2v**.
 sardinhas – **84:1**.
 sargentos – **140:1; 225:2; 375:1v**.
 Sarmento (Pedro), cf. Pedro Sarmento.
 Sé, igreja em Azamor – **114:4**.
 Sé de Lisboa – **116:1; 249:1; 263:1**.
 Sé de Tuy – **261:1**.
 Sé de Viseu – **230:1**.
 Sebastião (D.), rei de Portugal – **139:1**.
 Sebastião (Frei), Tarouca – **296:1**.
 Sebastião Álvares, corregedor da corte – **156:2v**.
 Sebastião Álvares, escrivão, 1503 – **452:5**.
 Sebastião de Borges, tesoureiro – **312:1**.
 Sebastião da Costa – **169:1v**.
 Sebastião da Fonseca, escudeiro fidalgo, Alcácer Ceguer – **14:1v**, 2.
 Sebastião Gonçalves, Azamor, 1514 – **80:2**.
 Sebastião Leite, Azamor, 1519 – **299:2**.
 Sebastião Lopes, criado da rainha, fronteiro, Arzila – **302:2v**.
 Sebastião de Moraes – **169:1v**.
 Sebastião da Ponte – **132:1v**.
 Sebastião Rodrigues Berrio [?], Azamor, 1513 – **102:2v**.
 Sebastião Salvado – **359:1**.
 Sebastião de Sousa, vereador – **277:1**.
 Sebastião de Vargas, Fez, 1540 – **75:1-4v; 137:1; 410:1**.
 Sebastião Vaz – **194:1**.
 Sebastião Vaz, provedor, Castelo de Vide – **284:1**.
 secretários – **1:1; 19:1**, 1v; **122:1v; 137:1; 210:1; 225:1v; 263:1; 348:2; 388:1; 399:1; 414:1; 423:2; 428:1; 434:1-2v; 448:1-2v; 452:2; 453:1**.
 seda – **94:1; 118:1; 155:1; 225:1v; 416:2v**, 3; **452:5v**.
 Sedja (*Ecija*) – **322:1**, 1v.
 segar – **40:3v**, 4; **346:1v; 420:2**.
 Segóvia, bispo – **295:1-2v**.
 Segunda Epístola aos Coríntios – **409:1v**.
 seguro, cartas de – **188:1v**.
 seguros – **3:1v; 23:2v**, 3; **32:1; 40:3v; 43:2; 64:2v; 362:1; 363:1-2v**.
 Seinal (Alcácer Ceguer) – **349:1; 350:1**.
 seleiros – **188:2**.
 Seliz (Jorge Rodrigues), cf. Jorge Rodrigues Seliz.
 selos – **227:2; 246:1; 263:1; 265:1; 305:1; 356:1; 362:1**.
 selos pendentes – **76:3; 104:1; 147:1v**.
 sementeira – **24:2; 37:2; 74:1**, 2; **114:4v; 287:1**, 2; **316:1; 317:2; 355:1; 358:1v**, 2; **437:1v; 449:1**.
 sendeiros – **250:1**.
 Senhor de La Chaulx – **293:1**.
 sentenças – **62:1; 127:1; 160:1; 170:1; 193:1; 201:1; 277:1v; 287:1**, 1v, 2v; **334:1; 376:1; 406:1v**.
 sepulturas – **73:1v**.
 Sepúlveda (Diogo de), cf. Diogo de Sepúlveda.
 Sequeira (João Lopes de), cf. João Lopes de Sequeira.
 Sernou (*Asernu*, *Cerju*; *Černo*), mouros – **2:1; 41:1; 322:1v; 344**.
 Serpa – **244:1; 375:1**.

- Serra, senhores da – **355:1v; 358:2; 436:1**.
 Serra Verde (*hoje, Djebel el-Akhdar*) – **35:1v; 74:2**.
 serralheiros – **114:3**.
 Serrano (Pedro), cf. Pedro Serrano.
 Serrão (Francisco), cf. Francisco Serrão.
 Serrão (João), cf. João Serrão.
 serras – **49:1; 73:1v; 137:1; 361:1**.
 serventia – **285:2v**.
 servidores – **240:1v**.
 Sesimbra, comendadores – **387:1, 1v**.
 Sesimbra, juizes – **387:1**.
 sesmeiros – **382:1**.
 setas – **22:2; 99:1v, 2; 102:4; 345:1v**.
 Setúbal – **34:1; 170:1; 403:2, 2v**.
 Setúbal, alfândega – **246:1**.
 Sevilha – **119:1; 308:2**.
 Sevilha (António de), cf. António de Sevilha.
 Sidi 'Abd Allah (*Cide Abdalla*), notável dos Ouled Soubeita – **317:5-6**.
 Sidi 'Abd Allah (*Cide Abedela*), Almedina, 1514 – **301:1**.
 Sidi Ali Chakroun (*Cide Alexaerrom*), cavaleiro do rei de Fez, 1540 – **75:1-3, 4v**.
 Sidi Ben Jamilay (*Ben Jamila*), 1513 – **72:1, 1v**.
 Sidi el-Horra (*Citalforra, Cyte Alhorra*), mulher do rei de Fez, 1540 – **75:1, 2, 4; 410:1**.
 Sidi Haddou (*Cyde Hadur*), 1518 – **40:6**.
 Sidi Hahedu [?] (*Cide Hahedu*), Safim, 1512 – **317:4v**.
 Sidi Hassan [?] (*Cidaceme*), Tânger – **216:1**.
 Sidi Mimoun (*Mayman, Meimão, Meyman*), xeque de el-Mdina, 1512-1517 – **36:1v; 72:1; 301:1v; 317:10**.
 Sidi Mohammed Al-mandri (*Cide Mafomet Almedarey*), alcaide de Tetuão – **366:1**.
 Sidi Mohammed el-Hintati (*Moulay Mafamede*), senhor da Serra, 1517 – **355:1v, 2**.
 Sidi Mousa (*Cid Muça*), filho de Magaluf – **79:1**.
 Sidi Naser (*Cide Naçar*), 1530 – **86:1**.
 Sidi Yahya Ou Ta'fouft (*Cidaea, Cidahe, Cyde Ahe, Cyde Ehe, Cyde Eya*), Azamor e Safim, 1517-1520 – **17:1v; 35:1; 36:1; 59:1, 1v; 314:1-2**.
 Siguenza, Bispo de – **288:1-1v; 391:1; 438:1, 1v**.
 Silva (Aires da), cf. Aires da Silva.
 Silva (António da), cf. António da Silva.
 Silva (Beatriz da), cf. Beatriz da Silva.
 Silva (Catarina da), cf. Catarina da Silva.
 Silva (Diogo da), cf. Diogo da Silva.
 Silva (Fernão da), cf. Fernão da Silva.
 Silva (Filipa da), cf. Filipa da Silva.
 Silva (Francisco da), cf. Francisco da Silva.
 Silva (Guiomar da), cf. Guiomar da Silva.
 Silva (Helena da), cf. Helena da Silva.
 Silva (Isabel da), cf. Isabel da Silva.
 Silva (Joana da), cf. Joana da Silva.
 Silva (João da), cf. João da Silva.
 Silva (Manuel da), cf. Manuel da Silva.
 Silva (Maria da), cf. Maria da Silva.
 Silva (Miguel da), cf. Miguel da Silva.
 Silva (Pedro da), cf. Pedro da Silva.
 Silva (Pero da), cf. Pero da Silva.
 Silva (Rui da), cf. Rui da Silva.
 Silva de Vasconcelos (Gomes da), cf. Gomes da Silva de Vasconcelos.
 Silveira (António da), cf. António da Silveira.
 Silveira (Catarina da), cf. Catarina da Silveira.
 Silveira (Diogo da), cf. Diogo da Silveira.
 Silveira (Fernão da), cf. Fernão da Silveira.
 Silveira (Heitor da), cf. Heitor da Silveira.
 Silveira (Henrique da), cf. Henrique da Silveira.
 Silveira (Inês da), cf. Inês da Silveira.
 Silveira (Luís da), cf. Luís da Silveira.
 Silveira (Manuel da), cf. Manuel da Silveira.
 Silveira (Nuno Martins da), cf. Nuno Martins da Silveira.
 Silvério Mendes, cavaleiro e morador em Alcácer Ceguer – **350:1**.
 Silves, termo – **402:1**.
 Silvestre Vasques, Azamor e Safim, 1517 – **36:1v; 357:1**.
 Simão Correia, capitão de Azamor, 1517 – **1:1, 1v; 36:1-2v; 73:1, 1v; 300:1; 307:2v; 352:1; 359:1-2v; 436:2v**.
 Simão Fernandes – **443:1**.
 Simão Ferreira, criado, escrivão e contador, 1536 – **418:1v**.
 Simão Gonçalves da Câmara, capitão da ilha da Madeira, Azamor, 1513 – **102:2v**.

- Simão Gonçalves da Costa, capitão de Santa Cruz de Cabo de Gué, 1529-1530 – **303:1; 342:1; 351:1, 1v; 425:1-2; 439:1-2v**.
- Simão de Lemos, 1518 – **40:1**.
- Simão Lousado, Roma, 1542 – **388:1-2**.
- Simão de Melo, Índia – **95:1**.
- Simão de Miranda – **190:1**.
- Simão Pinto, capitão do ensino da ordenança de Coimbra – **225:1-2**.
- Simão Pires (Frei) – **265:1**.
- Simão Queimado, criado do bispo da Guarda – **63:2**.
- Simão de Rangel, fronteiro, Arzila – **302:2v**.
- Simão Rodrigues Rebelo, Ponta Delgada – **188:4**.
- Simão de Sousa (João), cf. João Simão de Sousa.
- Simões (João), cf. João Simões.
- sinagogas – **44:1**.
- sinais – **15:1; 33:1**.
- Sines – **403:1-3**.
- Sines, alcaides-mores – **403:1, 2**.
- Sines, castelo – **403:3**.
- Sines, concelho – **403:1**.
- Sines, escravões – **403:1**.
- Sines, homens-bons – **403:1**.
- sinos – **332:1**.
- Sintra (António de), cf. António de Sintra.
- sisas – **127:1; 189:1; 227:1-2; 403:2; 409:1v; 423:1**.
- Skiat (Açoquyate, Coquyate)*, fortaleza – **25:1-2v; 28:1v**.
- Soares (Branca), cf. Branca Soares.
- Soares (Francisco), cf. Francisco Soares.
- Soares (João), cf. João Soares.
- Soares (Lopo), cf. Lopo Soares.
- Soares de Albergaria (Lopo), cf. Lopo Soares de Albergaria.
- sobrados – **99:1**.
- sobrais – **321:1v**.
- sobrejuízes – **127:1**.
- sobrerolda – **62:2; 106:1; 315:1**.
- soco, feira – **24:1; 309:1v; 322:1v; 355:1; 363:2; 364:1v**.
- socresto – **155:1, 191:1v**.
- Sodré (Fernão), cf. Fernão Sodré.
- Soeira (*Lamego*), igreja – **227:2v**.
- Soeiro (Martim), cf. Martim Soeiro.
- Sofala* – **274:1v; 452:1, 1v, 6**.
- Soiro (João do), cf. João do Soiro.
- Sol – **453:1**.
- soldados – **9:1, 1v; 49:1v, 2v; 140:1v; 245:1, 1v; 338:1, 1v; 349:1; 350:1; 380:1, 1v; 446:1**.
- soldo – **24:1v; 40:2; 47:1; 71:2; 73:1v; 91:1; 105:1; 116:1; 245:1, 1v; 271:1; 306:2v; 324:2; 334:1; 339:1; 345:1; 367:1v; 375:1v; 420:1v; 439:1v; 452:3, 4, 4v, 5v**.
- solicitadores – **388:1v**.
- solteiras – **17:1v**.
- sombreiros – **7:1**.
- Sotomayor (Francisco de), cf. Francisco de Sotomayor.
- Souira el-Kdima (Aguz)*, castelo – **55:1; 351:1v**.
- Souk el-Khemis (Allfemiz)* – **422:1**.
- Souleïman (*Çoleyman he Haçum*), 1513 – **320:2, 2v**.
- Souleïman, língua, 1517 – **344**.
- Souro (Maria do), cf. Maria do Souro.
- Sous (*Çuz*) – **50:1**.
- Sousa (Álvaro de), cf. Álvaro de Sousa.
- Sousa (António de), cf. António de Sousa.
- Sousa (Catarina de), cf. Catarina de Sousa.
- Sousa (Gaspar de), cf. Gaspar de Sousa.
- Sousa (Inês de), cf. Inês de Sousa.
- Sousa (João de), cf. João de Sousa.
- Sousa (João Simão de), cf. João Simão de Sousa.
- Sousa (Lopo de), cf. Lopo de Sousa.
- Sousa (Lourenço de), cf. Lourenço de Sousa.
- Sousa (Manuel de), cf. Manuel de Sousa.
- Sousa (Margarida de), cf. Margarida de Sousa.
- Sousa (Maria de), cf. Maria de Sousa.
- Sousa (Martim Afonso de), cf. Martim Afonso de Sousa.
- Sousa (Pedro de), cf. Pedro de Sousa.
- Sousa (Rui de), cf. Rui de Sousa.
- Sousa (Sebastião de), cf. Sebastião de Sousa.
- Sousa Chichorro (Martim Afonso de), cf. Martim Afonso de Sousa Chichorro.
- Sousa Nogueira [?] (Maria de Sousa), cf. Maria de Sousa Nogueira [?].
- Sousel*, fortaleza – **216:1**.

- Souto Maior (Gomes de), cf. Gomes de Souto Maior.
- Souto Maior (Ursula de), cf. Ursula de Souto Maior.
- Subtil (João), cf. João Subtil.
- sultões – **87:1**, 1v; **344**.
- superiores – **296:1**.
- súplicas – **275:1**, 1v.
- Surate* – **136:1**.
- Susana Pereira, Lorvão – **374:2**.
- Suz* (*Çuz*) – **42:1v**, 2; **351:1v**.
- Sygomar [?], tio de Duarte Fernandes – **444:1**.
- tabeliães – **187:1**; **188:2v**; **219:1v**; **242:1**; **267:1v**; **277:1**; **312:1**; **382:1v**; **425:1**; **452:3**.
- tabernas – **245:1**.
- Taborda (Bento), cf. Bento Taborda.
- Tadla* (*Tedola*, *Tedullam*, *Tidula*, *Tudella*) – **18:2**; **62:1v**; **339:1**; **346:1v**.
- Taelim* (*Tahaly*) – **358:2**.
- tafetá – **175:1**.
- Tafetana* (*Tafatana*), porto – **439:1**, 2.
- Tafilalet* (*Tefilelt*) – **346:2**.
- taforea – **36:1**.
- Tagilde*, abades – **200:1**.
- taipa – **359:1v**; **434:1**.
- taipais – **45:2**.
- talabartes – **245:1**.
- tambores – **11:1v**; **140:1**; **245:1**; **352:1**; **363:2v**; **375:1v**.
- Tânger* – **4:2**, 2v; **6:1**; **49:2**; **53:1**; **57:1v**; **65:1**; **71:2v**; **75:1-2**, 3-4; **80:2**; **83:1**, 1v; **91:1v**; **94:1**; **133:1v**; **216:1v**; **264:3v**; **302:1**, 1v; **324:2**; **327:1**; **328:1**; **338:1v**; **346-A:1**; **349:1**, 1v; **361:1**; **367:1**, 1v; **410:1**; **445:1**.
- Tânger*, bispo de – **71:1**; **367:1v**.
- Tânger*, capitães – **46:1**; **68:1**, 1v; **75:1v**; **367:1**.
- Tânger*, capitães-mores – **100:1**.
- Tânger*, cerco – **216:1**.
- Tânger*, governadores – **46:1**; **77:1**.
- Tânger* (João de), cf. João de Tânger.
- tanques – **231:1**.
- Taouzert* (*Tazarote*) – **2:1**.
- tapeçaria – **416:2v**.
- taracenas – **83:1**, 1v; **114:3**.
- Taracuco* (*Tareququo*, *Tenenguo*), porto – **358:2**; **425:2**.
- tareas, unidade de medida – **17:1**.
- Targa* (*Tarega*) (Azamor) – **89:1**; **91:1**.
- Tarifa* (*Taryffa*) – **75:4**.
- Tarouca, condes – **302:1-2v**; **387:1**, 1v.
- Tarouca*, São João Baptista de, Mosteiro de – **167:1**; **192:1**; **290:1**; **296:1**; **297:1**, 1v.
- Tarouquela*, Mosteiro de Santa Maria de – **191:1**, 1v.
- tártaro – **39:1v**.
- Tártaros – **424:1v**.
- Tavares (Francisco), cf. Francisco Tavares.
- Taveira (Diogo), cf. Diogo Taveira.
- taverna – **452:3**.
- Tavira* – **16:1**; **57:1v**; **128:1**, 1v; **180:1**; **244:1**; **325:1**; **402:1**; **439:1**.
- Tavira*, alcaides-mores – **135:1**.
- Tavira*, juízes – **135:1**; **376:1**.
- Tavira*, procuradores – **135:1**.
- Tavira*, vereadores – **135:1**.
- tavoado – **36:1**.
- távolas, jogo – **388:1**.
- Távora (Bernardim de), cf. Bernardim de Távora.
- Távora (Lourenço Pires de), cf. Lourenço Pires de Távora.
- Távora (Luís Álvares de), cf. Luís Álvares de Távora.
- Távora (Miguel de), cf. Miguel de Távora.
- taxas – **220:1**; **395:2**; **409:1v**.
- Taza* (*Teza*) – **361:1**.
- Tazrourt* (*Tajarote*, *Tazarote*) – **40:5**, 5v; **320:1v**.
- tecedeiras – **24:2v**.
- Tedneste* (*Tedenez*) – **43:1**.
- Tegeste* (*Tejeste*) – **422:1**.
- Teixeira (António), cf. António Teixeira.
- Teixeira (Luís), cf. Luís Teixeira.
- Teles (Aires), cf. Aires Teles.
- Teles (André), cf. André Teles.
- Teles (Rui), cf. Rui Teles.
- telha – **114:4**; **194:1**.
- telhados – **83:1v**; **231:1**.
- temporais – **62:1v**.
- tenças – **24:1v**; **48:1**; **158:1**; **169:1**; **210:1**; **216:1v-2**; **238:1**; **274:1v**; **280:1**; **363:1**; **373:1v**; **385:1**, 1v; **393:1**; **399:1**; **440:1**.
- tendas – **25:3**; **37:2**; **40:2**, 5v; **69:1v**, 2v; **309:3v**; **317:7**, 9v; **322:1v**; **350:1**; **355:2**; **363:2**, 2v.

- Tensift*, rio – **2:1**.
 Tentúgal, condes – **102:2v**.
 Teologia – **282:1; 417:1v; 423:2**.
 Teologia, lente de – **13:1**.
 terafeitos, panos – **105:1**.
 terças – **177:1v; 216:1v; 267:2; 347:1; 403:3**.
Terceira, ilha – **452:2v**.
Terguin (*Teroguim*) – **320:1**.
 termos – **75:4; 127:1; 137:1; 138:1; 177:1; 188:2; 272:1; 277:1v; 339:1v; 375:1; 382:1; 402:1**.
 terreiros – **118:1, 1v; 231:1**.
 térreos – **71:2**.
 tesouras – **75:2**.
 tesoureiros – **169:1, 1v; 312:1; 415:5-5v; 416:1; 452:2, 2v**.
 tesouro, livros do – **119:1**.
 tesouros – **276:1**.
 testamenteiros – **194:2; 248:1**.
 testamentos – **137:1; 158:1; 267:2; 385:1; 411:1**.
 testemunhas – **133:1, 1v; 166:2; 180:1; 317:8, 9; 376:1; 382:2; 452:3**.
Tetuão – **30:1; 49:2v; 61:1; 75:1, 2, 4, 4v; 100:1; 354:1; 361:1; 419:2; 441:1, 1v**.
Tetuão, alcaides – **23:4; 91:1; 103:1; 354:1v; 362:1; 366:1; 410:1**.
Tetuão, fortaleza – **419:1v**.
 Tibau (Gaspar), cf. Gaspar Tibau.
 tijolos – **453:1**.
 tintas – **246:1**.
 tintureiros – **114:3**.
tira e sua, jogo – **416:1**.
 tiro de pedra – **250:1**.
 tiros – **22:2; 99:1v; 107:1, 1v; 118:1; 225:1v; 341:1**.
 tiros de besta – **327:1v**.
 tiros de fogo – **102:2, 4; 302:1**.
Tite (*Tyte*) – **89:1; 114:4; 329:1**.
 títulos – **453:1**.
 Toar (Sancho de), cf. Sancho de Toar.
 tochas – **189:1**.
 tojeirais – **137:1**.
 toldas – **452:2v**.
Toledo – **378:1v**.
 Toledo y Pimentel (Fernando Álvarez de), cf. Fernando Álvarez de Toledo y Pimentel.
Tomar – **142:1**.
Tomar, Convento de Santa Zita da Asseiceira de – **142:1**.
Tomar, conventos – **142:1v**.
Tomar, governadores – **140:1v**.
 Tomar (António de), cf. António de Tomar.
Tomas, cáfila de – **302:1**.
 Tomás, inglês, bombardeiro – **443:1v**.
 Tomás Moreno – **32:1**.
 Tomé Martins, morador em Tavira – **57:1v**.
 Tomé Pinto, Azamor, 1540 – **88:2**.
 Tomé Rei – **453:1**.
 tomins, moeda – **317:8; 361:1**.
 tonéis – **251:2; 403:2v**.
 tonelada – **57:1v**.
 tormento – **452:1v, 2v, 4, 6**.
 torneses – **409:1**.
Toro, batalha de – **216:1v**.
 torres – **73:1; 107:1; 118:1; 126:1v; 169:1v; 285:3; 302:2; 306:5v-6v, 7v; 381:1v; 440:4**.
 Torres (Afonso de), cf. Afonso de Torres.
 tosadores – **114:3**.
 toucas – **11:1v; 222:1; 452:5, 5v**.
 toucinho – **395:1v**.
 Touro (Gaspar), cf. Gaspar Touro.
 touros – **317:7**.
 traição, porta da – **381:1v**.
 trancas – **249:1, 1v**.
Trancoso – **252:1, 1v**.
 tranqueiras – **49:1; 78:1; 99:1v**.
 trasladados – **33:1; 55:2; 72:1v; 83:1; 87:1; 125:1; 156:1, 2; 227:1, 1v; 248:1; 262:1v; 273:1, 1v; 317:5, 7v, 8; 347:1v; 395:1; 396:1; 403:1; 436:2; 440:3v; 449:2v**.
Trás-os-Montes – **227:2**.
Trás-os-Montes, corregedores – **150:1v; 291:1v**.
 trato – **220:1, 1v; 277:1v**.
 traves – **453:1**.
 tréguas – **75:1; 94:1, 1v**.
 treslados – **116:1**.
 trespassação – **216:2**.
 treu – **403:2v**.
 tríbulo – **332:1**.
 tributos – **11:2, 2v; 19:1v; 105:1, 2; 114:1v, 2v, 4v; 314:2; 317:1, 2, 2v, 4v, 5v, 7v; 335:1; 364:1v; 442:1**.
 trigo – **4:1v, 2; 7:1v; 16:1; 19:1v; 24:1, 1v; 36:2; 37:2; 39:1v; 40:3v, 7; 49:1v, 2v; 57:1; 64:1v**.

- 66:1v; 80:2; 82:1v; 92:1v; 101:1v; 102:4; 111:1, 1v; 114:4; 117:1; 169:1v; 189:1; 194:1; 215:1v; 229:1; 245:1; 264:3; 266:1; 278:1v; 307:2; 308:1, 2; 312:1; 313:1; 317:3, 5v-6v; 344; 345:1v; 346-A:1; 354:1v; 363:2v; 364:1, 1v; 367:1; 373:1; 375:1v; 377:1; 406:1v; 409:1, 2; 415:3; 420:1; 448:1v.
- trincheiras – 85:1.
- Trindade, dia – 194:1v.
- Tristão (Duarte), cf. Duarte Tristão.
- Tristão de Azevedo – 178-A:1, 1v.
- Tristão da Cunha, 1536 – 178:1; 178-A:1, 1v; 321:1, 1v; 418:1-2; 423:2.
- Tristão Rodrigues, Azamor, 1540 – 88:1v.
- trombetas – 318:1; 322:1v.
- tronco – 436:4v.
- troteiros – 62:1v; 80:1; 98:1, 1v; 449:1.
- Tuneit, 1513 – 72:1.
- Tunes* – 280:1; 419:2v.
- turcos – 4:1; 9:1; 46:1; 64:1; 68:1v; 71:1v; 75:1v; 103:1; 136:1; 179:1; 187:1; 327:1v; 328:1v; 341:1, 1v; 367:1v; 388:2; 424:1v; 439:2.
- Turíbio Lasso – 443:4.
- Turim* – 388:2.
- tutores – 164:1; 219:1, 1v.
- Tuy*, Sé – 261:1.
- Universidade de Coimbra – 217:1; 286:1; 396:1-2v; 417:1v, 2.
- universidades – 13:1; 123:1v; 417:1.
- urcas – 246:1; 409:1.
- Ursula de Souto Maior (D.), Lorrão – 374:2.
- usagens – 403:1.
- uvas – 381:1v.
- vacas – 24:1; 64:2v; 75:3v; 114:2; 260:1; 310:2; 320:1v.
- vadios – 118:1.
- Vairão*, Mosteiro do Salvador de – 191:1; 258:1.
- Valadão (Antão Vaz), cf. Antão Vaz Valadão.
- valas – 23:1v; 99:1v; 307:1v.
- Valbueno (Cristobal de), cf. Cristobal de Valbueno.
- Valente (Gaspar), cf. Gaspar Valente.
- Valente (Gonçalo), cf. Gonçalo Valente.
- Valente (Lopo), cf. Lopo Valente.
- varandas – 132:1; 194:1; 231:1; 434:1; 453:1.
- varas – 37:2; 133:1v; 416:2v.
- Varela (António), cf. António Varela.
- Varela (Martim), cf. Martim Varela.
- Varela (Sancho de), cf. Sancho de Virela.
- Vargas (Maria de), cf. Maria de Vargas.
- Vargas (Sebastião de), cf. Sebastião de Vargas.
- Vasco (D.), filho do capitão – 244-A:1.
- Vasco (Frei), guardião de São Francisco, Azamor, 1540 – 88:1.
- Vasco (Frei), provincial – 142:1v.
- Vasco Coutinho (D.), conde de Borba, capitão de Arzila, 1498-1514 – 23:1-4; 91:1, 1v; 92:1-2v; 94:1, 1v; 99:1-2; 102:1, 2v, 3, 4; 170:1; 321:1, 1v; 324:1-2; 345:1, 1v.
- Vasco Eanes – 135:1; 376:1.
- Vasco Fernandes – 132:1.
- Vasco Fernandes, contra-mestre – 443:3.
- Vasco Fernandes, morador em Elvas – 156:1, 1v.
- Vasco Fernandes Pimentel – 140:1v.
- Vasco de Fóis, Arzila, 1511 – 23:2v, 4.
- Vasco da Gama, almirante, 1503 – 289:1, 1v; 452:1.
- Vasco Gonçalves, almoxarife de Alenquer – 168:1, 1v.
- Vasco Martins de Melo – 284:1.
- Vasco Nabo, 1530 – 327:2; 341:2.
- Vasco Peres de Sampaio, Índia – 95:1.
- Vasco de Pina, provedor – 240:1v.
- Vasco de Pina, vedor das obras de Azamor e Mazagão, 1517 – 307:1v.
- Vasco Pinde [?], Azamor, 1540 – 88:1v.
- Vasco Porto, filho de Rodrigo Homem – 191:1.
- Vasconcelos (Diogo de), cf. Diogo de Vasconcelos.
- Vasconcelos (Diogo Frazão de), cf. Diogo Frazão de Vasconcelos.
- Vasconcelos (Fernando de Meneses Coutinho e), cf. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos.
- Vasconcelos (Francisco Mendes de), cf. Francisco Mendes de Vasconcelos.
- Vasconcelos (Gomes da Silva), cf. Gomes da Silva de Vasconcelos.
- Vasconcelos (Jorge de), cf. Jorge de Vasconcelos.

- Vasconcelos (Rodrigo de), cf. Rodrigo de Vasconcelos.
- Vasconcelos (Sancho de), cf. Sancho de Vasconcelos.
- Vasconcelos e Meneses (João de), cf. João de Vasconcelos e Meneses.
- Vasques (Pero), cf. Pero Vasques.
- Vasques (Silvestre), cf. Silvestre Vasques.
- vassalos – **39:1; 42:2; 73:1v; 120:1v; 337:1; 430:1; 446:1v.**
- Vaz (Álvaro), cf. Álvaro Vaz.
- Vaz (André), cf. André Vaz.
- Vaz (António), cf. António Vaz.
- Vaz (Diogo), cf. Diogo Vaz.
- Vaz (Duarte), cf. Duarte Vaz.
- Vaz (Estêvão), cf. Estêvão Vaz.
- Vaz (Fernão), cf. Fernão Vaz.
- Vaz (Gaspar), cf. Gaspar Vaz.
- Vaz (Gonçalo), cf. Gonçalo Vaz.
- Vaz (Gregório), cf. Gregório Vaz.
- Vaz (João), cf. João Vaz.
- Vaz (Jorge), cf. Jorge Vaz.
- Vaz (Margarida), cf. Margarida Vaz.
- Vaz (Pero), cf. Pero Vaz.
- Vaz (Sebastião), cf. Sebastião Vaz.
- Vaz de Abrantes (Estêvão), cf. Estêvão Vaz de Abrantes.
- Vaz de Azevedo (Lopo), cf. Lopo Vaz de Azevedo.
- Vaz de Caminha (Afonso), cf. Afonso Vaz de Caminha.
- Vaz de Caminha (Fernão v Fernão Vaz de Caminha).
- Vaz de Castelo Branco (Nuno), cf. Nuno Vaz de Castelo Branco.
- Vaz da Cunha (Pero), cf. Pero Vaz da Cunha.
- Vaz Mascarenhas (Martim), cf. Martim Vaz Mascarenhas.
- Vaz de Sampaio (Lopo), cf. Lopo Vaz de Sampaio.
- Vaz Valadão (Antão), cf. Antão Vaz Valadão.
- vedores da fazenda – **20:1; 264:2; 418:1; 423:1v.**
- vedores de obras – **25:4; 284:1; 359:2.**
- velas – **114:1; 452:4v.**
- Velez* (*Belez, Belles*) – **328:1; 341:1v.**
- Velez*, alcaides – **46:1.**
- Velez*, reis – **30:1, 1v.**
- velhice – **225:1v; 234:1.**
- Velho (Álvaro), cf. Álvaro Velho.
- Velho (Diogo), cf. Diogo Velho.
- Velho (Gil), cf. Gil Velho.
- veludo – **416:4, 5.**
- Vendurli* (*Cochim*) – **136:1.**
- Veneza*, embaixador – **158:1v.**
- Vera Cruz* – **452:1;** cf. Brasil.
- Verão – **54:1; 78:1; 285:2, 3; 287:3; 402:1.**
- verde, rendeiros do – **403:2v.**
- vereadores – **133:1, 135:1; 187:1; 188:1-4; 277:1, 1v; 375:1v, 2; 379:1-2v; 382:1.**
- vergas – **403:2v.**
- vermelho – **346-A:1.**
- Verónica Gonçalves, Lorvão – **374:2.**
- véspera, horas de – **102:3; 416:4.**
- vestes – **118:1v; 346:1v.**
- vestes religiosas – **12:1.**
- vestidos – **121:1v; 131:1; 162:1; 297:1v; 406:1, 1v; 416:4.**
- vestimentas – **182:1; 194:1v; 416:3.**
- vestimentas eclesiásticas – **332:1.**
- viagens – **234:1.**
- Viana, conde de – **49:1, 2.**
- Viana do Castelo* – **187:1; 406:1, 1v.**
- Viana do Castelo*, almoxarife – **246:1.**
- Viana do Castelo*, comarca – **123:1.**
- Viana do Castelo*, concelho – **406:1.**
- Viana do Castelo*, corregedores – **123:1.**
- Viana do Castelo*, homens-bons – **187:1.**
- Viana do Castelo*, juizes – **187:1.**
- Viana do Castelo*, juizes de fora – **123:1.**
- Viana do Castelo*, vereadores – **187:1.**
- viandas – **245:1.**
- Vicêncio Ambrum, Santa Cruz de Cabo de Gué, a. 1529 – **439:2v.**
- Vicente (Francisco), cf. Francisco Vicente.
- Vicente Álvares, Azamor, 1540 – **88:2v.**
- Vicente Fernandes, marinheiro – **443:3.**
- Vicente de Freitas, Azamor, 1540 – **88:1.**
- Vicente Gil, Azamor, 1540 – **88:1v.**
- Vicente Peres, criado do barão do Alvito, Azamor, 1517-1519 – **36:1v; 299:2v.**
- Vicente Ribeiro, Arzila – **302:2.**
- Vicente Rodrigues, Azamor, 1540 – **88:3.**
- Vicente Rodrigues Evangelho, Azamor, 1540 – **88:1.**

- vice-reis – **95:1; 136:1; 139:1.**
 Videses (Francisco de), cf. Francisco de Videses.
 Vidigueira, condes – **139:1, 1v.**
 Vieira (Diogo), cf. Diogo Vieira.
 Vieira (Fernando), cf. Fernando Vieira.
 Vieira (Gaspar), cf. Gaspar Vieira.
 Vieira (Pero), cf. Pero Vieira.
 vigairarias – **265:1.**
 vigários – **249:1; 261:1.**
 vigários-gerais – **71:1; 298:1.**
 vigas – **99:1v-2.**
 Vila Franca de Xira – **399:1.**
 Vila Nova de Cerveira – **200:1.**
 Vila Nova de Cerveira, viscondes de – **324:1.**
 Vila Nova de Portimão – **325:1, 1v.**
 Vila Real – **155:1; 398:1v.**
 Vila Real, marqueses – **155:1; 169:1v; 419:2v.**
 Vila Viçosa (Pedro de), cf. Pedro de Vila Viçosa.
 Vila Viçosa, Nossa Senhora da Graça de – **216:1v.**
 Vilalobos (Margarida de), cf. Margarida de Vilalobos.
 Vilarinho, igreja – **169:1.**
 Vilhena (Branca de), cf. Branca de Vilhena.
 Vilhena (Cristóvão de), cf. Cristóvão de Vilhena.
 Villalobos (André de), cf. André de Villalobos.
 Villena, Marqueses – **416:6.**
 Vimioso, condes – **377:1.**
 vinhas – **127:1; 216:1; 240:1v; 250:1v; 277:1, 1v; 296:1.**
 vinho – **36:2; 71:2; 105:1v; 166:1; 177:1v; 245:1; 264:3; 317:7v; 381:1v.**
 vintenas – **220:1.**
 vinténs – **446:1v.**
 Violante (D.), mulher de D. Afonso – **287:4.**
 Violante de Brito, Elvas – **130:2.**
 Violante de Castro (D.), Lorvão – **374:1v.**
 Violante Godiz – **233:1.**
 Violante de Lemos, Lorvão – **374:2.**
 Violante Pereira, mulher de Jorge de Brito – **221:1, 1v.**
 Virela (Sancho de), cf. Sancho de Virela.
 virilhas – **395:1.**
 viscondes de Vila Nova de Cerveira – **324:1.**
 viscondessas – **399:1.**
 Viseu – **227:1, 1v.**
 Viseu, juízes – **230:1.**
 Viseu, procuradores – **227:1.**
 Viseu, Sé de – **230:1.**
 visitas – **142:1; 213:1; 216:1v; 244:1; 426:1.**
 visitantes – **188:3v; 213:1v; 215:1.**
 viúvas – **76:3; 167:1; 196:1; 219:1; 280:1; 392:1.**
 vizinhos – **75:2v; 114:3; 218:1v; 403:2; 406:1v.**
 Vogues (Joana), cf. Joana Vogues.
 waly, luely – **75:4.**
 xaropes – **117:1, 1v.**
 xeques – **11:1v, 2v; 17:1v; 21:1; 22:1v; 31:1; 35:1; 37:2; 40:5, 5v, 7; 50:1; 52:1; 73:1v; 74:1v, 2v; 75:2v; 80:1, 1v; 89:1; 103:1v, 2; 114:2; 317:4, 8; 322:1v; 330:1; 335:1, 2; 421:1; 422:1; 436:1.**
 xerafins – **452:5.**
 xerifes – **7:1v, 2; 18:2; 25:2v; 26:1, 1v; 28:1; 30:1; 31:1; 41:1; 42:2; 43:1-2; 44:1; 50:1; 55:1; 56:1, 1v; 58:1; 62:1, 1v; 64:1v-2v; 68:1, 1v; 75:1; 84:1, 1v; 86:1; 93:1; 310:1-2; 314:1, 1v; 316:1; 322:1; 342:1; 346:1v; 348:1, 2; 354:1, 1v; 358:1v, 2; 361:1; 422:1v; 425:1v, 2; 439:1-2; 446:1, 1v.**
 Xérquia (*Enxerquia, Xerquia*) – **37:2; 40:6; 60:1v; 74:1, 1; 314:1v; 317:3v; 322:2; 335:1, 1v; 339:1; 344; 363:1; 436:2.**
 Xexuão (*Xanxau*) – **10:1; 75:2, 3v, 4v; 361:1.**
 Xexuão, alcaides – **354:1v.**
 Xiátima (*Syatima, Xatyma, Xyatima*) – **25:1v; 42:2; 69:1, 2v; 422:1v.**
 Yahya (*Cyde Ehia*), alcaide de Larache, 1540 – **75:2v, 4v.**
 Yahya Adibe (*Hahe Adibe*), judeu, língua do rei, Fez, 1529-1530 – **7:1, 1v; 62:1v.**
 Yahya Ben ‘Abd Allah, c. 1514 – **2:1.**
 Yahya ben Belsba (*Bolçoba*), xeque dos Ouled Sa’id, 1520 – **74:1; 335:1.**
 Yahya es-Zayyat (*Azyete*), [1507-1512] – **3:1v.**
 Yahya Ou Ta’fouft (*Ahe Atafuu, Ahetafuu, Cyde Eheia; Cyde Hehea; Cyde Yhea; Eha Tafu, Eheia Tafu, Haya, Haya Tafut, Hea Tafue, Heataefu, Heatafu, Heatafud.*

- Hehea, Hehea Tafut, Hya Tafufte, Yehea Tafuft, Yhea Tafim, Yhea Tafuu, Yhye Tafu), alcaide da Duquela, Abda e Garavia, 1512-1517 – **2:1**; **11:1-2v**; **25:3**; **28:1**, 1v, 2v; **36:1**, 2v; **41:1-2**; **43:1-2**; **69:1-2v**; **72:1**, 1v; **73:1**; **105:2**; **108:1v**; **309:2**, 3-4; **310:1-2**; **312:1**; **317:1-11**; **320:1-2v**; **322:1-2v**; **323:1-2v**; **330:1-2**; **344**; **355:1-2**; **358:1**, 1v; **436:1**, 1v, 3; **437:1-4v**; **440:1**; **448:1**; **449:1**.
- Ya'koub el-Gharbi (Aquo), 1521 – **421:1**.
- Yhayha ben Maçud Yhayha Ben Buzayan, alcaide de Mequinez – **27:1**, 1v.
- Yousof ben Ed-Dib (Adibe), 1517 – **36:2v**.
- Zagrat* – **31:1**.
- zambujeiros – **437:1v**.
- Zamirou (Isaac ben), cf. Isaac ben Zamirou.
- Zamirou (Isma 'il ben), cf. Isma 'il ben Zamirou.
- Zamora (Alonso de), cf. Alonso de Zamora.
- Zamora (Francisco de), cf. Francisco de Zamora.
- Zenata (Çeneta), tribo – **422:1**.
- Zurara (António de), cf. António de Zurara.

Recensões

Annemarie Jordan GSCHWEND, *The Story of Süleyman: Celebrity elephants and other Exotica in Renaissance Portugal*, Zurich/Philadelphia. A Pachyderm Production, 2010. 70pp. 20€. ISBN: 978-1-61658-821-2

Esta publicação (de dimensão reduzida, mas nem por isso menos interessante e exacta, profusamente documentada e ilustrada, de fácil manejo e leitura) é um bom exemplo de como se pode otimizar a imensa pesquisa que é realizada para a montagem de uma exposição ou para a escrita de um trabalho de âmbito académico. Sendo resultante de um interesse antigo, de um conhecimento actualizado e variado da historiografia sobre este assunto e de material arquivístico levantando pela autora na sequência do comissariado da exposição inaugurada em Novembro de 2010 no prestigiado Museu Rietberg em Zurique, *Ivories of Ceylon. Luxury Goods of the Renaissance*, as estimulantes novidades reunidas nestas páginas não tinham cabimento imediato nos objectivos da exibição e do seu catálogo (Annemarie Jordan Gschwend e Johannes Beltz, *Elfenbeine aus Ceylon. Luxusgüter für Katharina von Habsburg (1507-1578)*, Zurich. Museum Rietberg, 2010. ISBN: 978-3-907077-49-8; editado apenas em alemão, pelo que aguardamos uma edição em inglês para logo que possível). Reunido, portanto, neste volume facilmente se tornou acessível aos leitores.

Como o título indica, o que o texto de Annemarie J. Gschwend nos traz é a história de Suleimão. Mas não do Suleimão histórico, ou seja, do sultão turco, o *Magnífico* (1494-1566); trata-se antes da vida prodigiosa de um elefante cingalês que viajou mais de 15.000 quilómetros e conheceu o quente e húmido sul da Ásia, o atlântico Portugal e a continental Europa, da Espanha à Áustria.

O elefante, que também já foi personagem literária do livro de José Saramago *A Viagem do Elegante* (2008), é aqui tratado como personagem histórica (sem esquecer todo um sub-capítulo dedicado ao enigma em torno do verdadeiro nome do animal; afinal, “o que é um nome?”), recorrendo a documentação e a uma cativante contextualização cultural, artística e social que torna este livro muito mais do que o relato extravagante dos factos e trajeto da vida de um paquiderme desde o seu Ceilão (Sri Lanka) natal até à corte erudita e opulenta dos Habsburgo austríacos.

Embarcado numa nau no ano de 1542, Suleimão sobreviveu à viagem e à incerteza da sua custosa manutenção nas cortes portuguesa e espanhola (para onde entretanto fora levado na sequência da oferta da rainha D. Catarina, em 1549, ao seu neto, o infante Carlos de Espanha) para ser incluído na comitiva de Maximiliano II, numa viagem longa e dura que atravessou a Europa, aquando do regresso do futuro monarca a Viena depois de uma prolongada estada (1548-50) em Espanha (relato que se estende por todo o segundo capítulo, contado em tópicos bem arrumados e pormenorizados).

Ainda que centrado na história dos paquidermes que fizeram as delícias da Europa quinhentista, o livro de Annemarie J. Gschwend explora outras pistas do universo das problemáticas artísticas e históricas da época moderna. Transportando-nos para o ambiente intelectual e artístico que se vivia nas cortes dos Habsburgo (e que formavam uma rede apertada de interesses espalhados pela geografia europeia), foca aspectos como o mercado global de bens e produtos exóticos e de luxo; o aparecimento de um gosto e curiosidade

científica pela criação de colecções de animais selvagens; o significado e a associação a símbolos do poder suscitado pela apropriação da imagem de animais raros e exóticos, designadamente, o elefante (e de que D. Manuel foi primeiro e sábio utilizador com, por exemplo, a já conhecida representação da *Leitura Nova* [fig. 5] e que Maximiliano reapropria numa placa de calcário datada de 1560 [fig. 26]) e a sua manutenção em *ménageries* (um espaço precursor do jardim zoológico moderno, onde se guardavam os animais selvagens e exóticos); a importância da corte manuelina (e, depois, da joanina, com particular destaque para o papel de D. Catarina, “rainha mercadora” que dominava as redes globais de aquisição, transporte e distribuição de animais, especiarias, bens e produtos de luxo, desde os seus locais de origem espalhados pelo império português, passando por Lisboa e depois enviados para a sua extensa rede de contactos familiares e pessoais) na fixação – a que Gschwend chama “a emergência de uma cultura elefantina na corte portuguesa” (p. vii) e que consubstancia com os dados e análise de todo o primeiro capítulo –, difusão (através da sua utilização como presentes diplomáticos) e estímulo do gosto, cuidado e destaque conferido aos animais selvagens de grande porte – e que a autora explora no terceiro capítulo abordando “O legado de Suleimão” através da referência e história de outros elefantes que viveram nas cortes Habsburgo – ou a importância da existência destes animais na Europa (ou, como neste caso, em trânsito pelo Velho Continente) para a formação e produção artística neste fim de renascimento.

Com efeito, uma das mais-valias deste livro é a publicação de imagens, algumas inéditas, da representação de Suleimão (e de outros elefantes e animais exóticos), utilizando as mais variadas técnicas e suportes, e executadas por alguns dos mais prestigiados artistas europeus: Giuseppe Arcimboldo, Albrecht Dürer, António Tempesta, um desenho atribuído a Rafael ou Giulio Romano, António Moro, Sofonisba Anguissola, Afonso Sanches Coelho, Bernaert de Rijckere, entre outros. Os créditos das imagens são um dos espaços mais criativos do livro uma vez que invés das usuais listas de formato minúsculo e entrelinha densa e quase ilegível, temos antes dez páginas (da 50 à 59) com uma reprodução de cada imagem (de formato reduzido, é certo, mas ainda assim eficaz), identificada com o número da figura, o bilhete de identidade da peça e a localização, e uma legenda desenvolvida com informação preciosa; um pequeno catálogo sobre os recursos visuais em torno do tema do livro.

O celebrado animal, representado com fascínio inúmeras vezes em vida, haveria de morrer em 1563, apenas um ano após a sua chegada a Viena. O inconsolável Maximiliano II ordenou que o animal fosse mumificado e empalhado de forma a poder ficar em exposição. Enquanto a carcaça do animal era submetida à química taxidérmica, alguns ossos foram retirados e transformados num banco de três pernas onde foram incisos episódios da sua vida e das personagens régias que o rodearam, numa encenada e algo macabra perpetuação da sua memória. E assim pareceria que a história de Suleimão chegava ao fim. Mas as vidas deste célebre elefante são mesmo extraordinárias e, tendo sido oferecido ao duque Alberto da Baviera (genro de Maximiliano II) em 1572, sobreviveu durante séculos entre os outros objectos da colecção em exposição na *kunstammer* da residência de Munique e também aos bombardeamentos da cidade durante a Segunda Guerra Mundial. Armazenado em 1945 numa cave de um museu, não sobreviveu, por fim, à incúria e desleixo humanos e o animal empalhado finalmente cedeu, sendo transportado em 1950 para uma fábrica onde a sua carcaça foi transformada em solas de sapatos. O triste fim em nada se coaduna com a resiliência do animal em vida ou com a sobrevivência da sua imagem na morte, nem sequer com a pujança e fascínio que ainda exercia em 1928, quando foi transportado do antigo Museu de História Natural para o Bayerische National Museum, conforme as fotografias (inéditas) publicadas a página 33 nos mostram.

Refira-se ainda a presença neste livro de duas genealogias (a dos Reis Católicos [Aragão e Castela] e a do Habsburgo-Borgonha) bem como de um apêndice com três

documentos inéditos, dois deles transcritos em castelhano e traduzidos para inglês; uma variada bibliografia (que a autora apresenta como seleccionada mas que cobre historiografia tão diversificada quanto a portuguesa, a espanhola, a americana, a italiana, a austríaca, a holandesa, a inglesa...) e, por fim, as referências arquivísticas de mais vinte documentos e seus resumos (e que excluem os outros citados em notas ao texto), todos no Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo.

Para além da documentação escrita e visual inédita que a leitura deste livro nos dá a conhecer, um dos seus múltiplos contributos é o de nos relembrar o imenso campo de trabalho que está por desbravar e estudar no que a alguns aspectos do funcionamento e vivência da corte portuguesa diz respeito. A extensa bibliografia citada mais não faz do que salientar esse aspecto.

CARLA ALFERES PINTO
(CHAM)

Anjana SINGH, *Fort Cochin in Kerala 1750-1830. The Social Condition of a Dutch Community in an Indian Milieu*, vol. 13 das Monografias TANAP sobre a história da interacção Ásia-Europa, dirigida por Leonard Blussé, Leida/Boston, Brill, 2010. ISBN 978-90-04-16816-9, xxi + 317 pp., 2 mapas, 8 apêndices, índice.

O presente título é o 13.º volume de uma colecção publicada pela Brill no âmbito do projecto TANAP (Towards a New Age of Partnership), estabelecido pelo Departamento de História da Universidade de Leida em parceria com outras instituições a nível mundial para comemorar o quarto centenário da fundação da Verenigde Oost-Indische Compagnie (doravante VOC), a Companhia Unida das Índias Orientais holandesa criada em 1602. A palavra de ordem aqui parece ser parceria, porque o projecto em questão engloba várias instituições neerlandesas e estabelece laços de cooperação com arquivos nacionais espalhados por três continentes com vista a inventariar documentação referente à VOC, a qual, por arrasto, interessa a diversos países do mundo onde a companhia desenvolveu a sua actividade. Mais do que um simples projecto de inventariação, recuperação e sistematização de fontes, o TANAP também ministra cursos de doutoramento na Universidade de Leida a pessoas oriundas dos países tocados pela acção da companhia. Algumas das teses defendidas aí têm vindo a ser publicadas pela casa editora Brill desde 2006. Mas os objectivos do TANAP ultrapassam o mero afã comemorativo momentâneo, logo ilusório, já que procuram lançar uma base de cooperação científica e académica que a longo prazo manterá a VOC, e com ela os meios universitários neerlandeses, no centro do intercâmbio cultural e do debate historiográfico a nível mundial conforme se pode comprovar mediante consulta do respectivo site na internet (www.tanap.org).

Parceria é pois, a todos os níveis, o propósito que anima o projecto, não só a nível da cooperação institucional, mas também da historiografia conforme precisa Leonard Blussé, membro do comité do programa e editor da presente série monográfica. Blussé alude à terminologia em voga nos estudos asiáticos e da expansão europeia na Ásia desde finais da década de 1970 (cf. p. vii); particularmente após a publicação em 1979 de uma colectânea de estudos em homenagem ao historiador americano Holden Furber, o qual tinha justamente abordado na sua obra as parcerias económicas, e as de outra índole, que

tinham sido estabelecidas entre asiáticos e europeus antes do advento do período colonial na Ásia. O livro em questão, *The Age of Partnership: Europeans in Asia Before Dominion*, editado por Blair B. Kling e Michael N. Pearson¹, questionava o anterior paradigma de domínio europeu nos mares asiáticos desde a chegada de Vasco da Gama a Calecute em 1498, por então geralmente aceite e cuja obra emblemática era, paradoxalmente, o livro do historiador indiano K. M. Panikkar: *Asia and Western Dominance. A Survey of the Vasco da Gama Epoch of Asian History*². De resto, o termo “Dominion”, aplicado à expansão europeia para a época anterior a 1800, era ainda muito popular na historiografia ocidental no início da referida década de setenta do século XX. Para tal basta recordarmos o livro do historiador britânico J. H. Parry: *Trade and Dominion, The European Overseas Empires in the Eighteenth Century*³.

Desde então muita água passou debaixo da ponte e o debate historiográfico sobre o tema evoluiu para outros paradigmas, assim como a terminologia usada, mas convém reter que já em 1979 Charles R. Boxer, convidado a participar no dito *festchrift*, preferiu utilizar antes a expressão “cooperação e conflito” para caracterizar o relacionamento entre europeus e asiáticos, asseverando que se havia “parceria” esta tomava a forma de um “cavalo e cavaleiro, sendo que o homem branco era o cavaleiro”⁴. A crueza da metáfora empregue por Boxer indicava um processo mais complexo que uma certa generalização, logo simplificação, propunha como leitura normativa do relacionamento entre europeus e asiáticos na Ásia antes de 1800. A insistência com esta data tem a sua razão de ser, porque foi a escolhida para servir de meridiano separador da era pré-colonial da colonial que se lhe seguiu, justamente quando o relacionamento passou a ser marcado pelo “domínio” das potências europeias no continente asiático. Não foi por mero acaso que outra das obras que marcou uma época na historiografia, *India and the Indian Ocean 1500-1800*, sintomaticamente dedicada a Boxer e a Furber, tenha tido como barreiras cronológicas arredondadas a data da chegada dos portugueses ao Índico e a do começo dos impérios coloniais europeus na Ásia conforme reconhecia um dos seus editores, o historiador indiano Ashin Das Gupta⁵.

A constante evolução historiográfica também acabou por rever o marco cronológico terminal, uma tendência notada nos últimos anos em alguns dos historiadores que se dedicam à história da Ásia em geral e da Índia em particular, que preferem usar 1750 como a data limite para o início da nova época de “Dominion”. Basta ter presente para efeitos de exemplo os dois volumes que K. N. Chaudhuri dedicou aos aspectos materiais da civilização na Ásia e no Oceano Índico, os quais terminam justamente em 1750⁶. Claro

¹ *The Age of Partnership: Europeans in Asia Before Dominion*, editado por Blair B. KLING e Micheal N. PEARSON, Honolulu, The University of Hawaii Press, 1979.

² K. M PANIKKAR, *Asia and Western Dominance. A Survey of the Vasco da Gama Epoch of Asia History*, (2.ª edição) Londres, George Allen & Unwin Ltd., 1959. A primeira edição data de 1953 e o livro em questão, escrito por um homem oriundo do Quêrala, logo susceptível ao impacto da história marítima nas sociedades humanas, e que estava profundamente envolvido no movimento nacionalista indiano, tendo servido a União Indiana como diplomata, ultrapassa em muito o que a simples leitura do título sugere, tanto que o público que o autor tinha em mente quando o escreveu era, primordialmente, o indiano e asiático, e não tanto o ocidental.

³ J. H. PARRY, *Trade and Dominion, The European Overseas Empires in the Eighteenth Century*, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 1971, reimpresso várias vezes desde então.

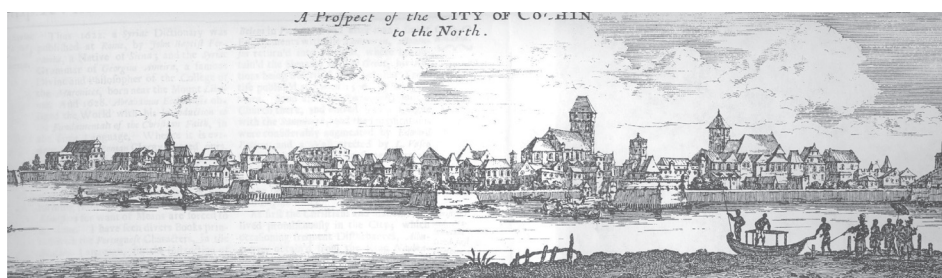
⁴ Cf. *The Age of Partnership: Europeans in Asia Before Dominion*, p. 97.

⁵ Cf. *India and the Indian Ocean 1500-1800*, editado por Ashin DAS GUPTA e Micheal N. PEARSON, Calcutá, Oxford University Press, 1987, p. 25.

⁶ K. N. CHAUDHURI, *Asia before Europe: Economy and Civilisation in Asia from the Rise of Islam to 1750*, Cambridge, Cambridge University Press, 1991; *Trade and Civilisation in the Indian Ocean; an Economic History from the Rise of Islam to 1750*, Cambridge, Cambridge

que a percepção historiográfica ocidental sobre a Ásia tem mudado de forma acelerada desde 1945, particularmente nos últimos decénios com a gradual perda pelo Ocidente da liderança política, económica, militar e cultural a favor do continente asiático.

O pior é que nem mesmo este revisionismo histórico tem ajudado a superar uma visão em blocos, os europeus de um lado e o asiáticos do outro, ou no patamar mais abaixo consoante a nacionalidade dos interventores; já que uma análise mais detalhada a nível individual deixa entrever redes e contactos com “parcerias” baseadas no interesse mútuo e numa diversidade de afinidades mais ou menos momentâneas. Para terminar um intróito que já vai longo, a derradeira moda historiográfica, a globalização, apenas tem acentuado os vícios anteriores, uma vez que todos procuram que o seu grupo, país, região, cultura e civilização sejam os arautos de algo tão vago e fluído que pode ser aplicado com propriedade desde o momento em que o Homem abandonou África. Não deixa de ser irónico que no mesmo preâmbulo em que apresenta a nova “Parceria”, Leonard Blussé tenha mencionado que, nos séculos XVII e XVIII, as sociedades costeiras da Ásia das Monções testemunharam a entrada de mercadores europeus e a emergência de redes comerciais marítimas globais (cf. p. vii). Tratar-se-á de um *lapsus calami*? Supomos que sim!



A obra em apreço da autoria de Anjana Singh é uma monografia de história social que incide sobre a comunidade neerlandesa de Cochin inserida num meio indiano entre 1750 e 1830. A autora, de resto, tem vindo a dedicar-se à história deste porto malabar, pois já nas suas provas de mestrado na Universidade de Bombaim, defendidas em 2001, abordara a presença mercantil neerlandesa de 1663 a 1680 com uma dissertação intitulada *Merchants and Emporials: The Dutch in Cochin (1663-1680)*. Por isso, nem a geografia nem os materiais de arquivo lhe são totalmente desconhecidos, embora tenha existido uma certa evolução temporal e deslocação temática do seu objecto de análise.

Em linhas gerais a tese subjacente à dissertação de doutoramento defende que os neerlandeses estabelecidos em “Fort Cochin” passaram por uma série de mudanças políticas, económicas e sociais entre 1750 e 1830 como resultado do processo de recomposição do mapa político no Malabar com a retirada progressiva da VOC da Índia, face à crescente hegemonia britânica na região, tendo a East India Company (doravante EIC) apoderado-se de Cochin em 1795. Durante o período em causa, Singh defende que a VOC no Malabar deixou de ser uma instituição eminentemente comercial para se dedicar a explorar fontes de rendimento alternativas, sobretudo as provenientes de uma viragem para a terra, e que a comunidade neerlandesa local se “indigenizou”, não só porque criou laços de sociabilização e parentesco com a sociedade crioula local (onde avultavam mestiços e topazes), como investiu em casas, propriedades fundiárias e no comércio da região.

University Press, 1985. Não deixa de ser significativo que a tese de doutoramento de Chaudhuri, que data da década de 1970 e foi publicada pela primeira vez em 1978, tenha ido até 1760, outra data arredondada posterior à batalha de Plessey (1757).

Daí que no momento em que os britânicos ocuparam Cochim em 1795, a maior parte desta comunidade tenha optado por ficar; pois criara raízes e não tinha qualquer perspectiva de vida em Colombo ou Batávia, nem mesmo num eventual repatriamento para os Países Baixos, que no fundo não eram a sua pátria. Razão pela qual a autora segue o seu fado até 1830, para rastrear o devir desta comunidade até à sua eventual dissolução na Cochim britânica.

Para substantivar a sua tese, Anjana Singh espraia-se por 272 páginas, incluindo as notas e excluindo os apêndices e bibliografia, divididos em introdução, seis capítulos e conclusão. Na “Introdução” apresenta sucintamente o seu objectivo, a história social dos funcionários da VOC em Cochim entre 1750 e 1830, com as dinâmicas criadas num meio indiano, e procura inserir a instituição e os indivíduos no seu contexto a fim da sua caracterização servir de ponto de comparação com os demais estabelecimentos neerlandeses na Ásia, para além de fornecer novas perspectivas e informação sobre a expansão europeia em geral. Justifica a sua opção por Cochim pela riqueza dos fundos documentais da VOC, pela seu peso na estrutura da companhia, estava em terceiro lugar depois de Batávia e Colombo quanto ao número de funcionários, e por ser uma fortaleza/cidade/centro administrativo, político e económico neerlandês no Malabar e não um mero enclave ou feitoria na Índia. Quanto à cronologia Singh escolheu o princípio no período pós-Kolachel ⁷, a batalha ocorrida em 1741 onde a derrota da VOC frente a Travancor anunciou uma nova era política no sul da Índia, mais tarde complementada com a presença de Maíçur e o aparecimento da EIC na região. Após a incorporação de facto de Cochim na companhia britânica em 1795, algo ratificado legalmente pela Convenção de Londres de 1814, a autora optou pelo ano de 1830 como data terminal para descobrir se os habitantes neerlandeses estavam de passagem ou tinham vindo para ficar.



Para atingir o objectivo proposto, Singh começa por caracterizar o local e as pessoas que o habitavam por volta de 1750, recuando até à conquista neerlandesa em 1663 para explicar como Cochim fazia parte do debuxo imperial de Rijcklof van Goens centrado em Ceilão e como aquela cidade se tornou no centro da presença da VOC no Malabar. A com-

⁷ Kolachel, uma cidade perto do litoral malabar hoje integrada no estado de Tamil Nadu, a 8° 10' N e 77° 14' E.

panhia dedicou-se ao negócio da especiaria, sobretudo da pimenta, procurando instituir um monopólio de modo a eliminar os concorrentes, pese ter a noção da impossibilidade prática do mesmo. A derrota em Colachel em 1741 obrigou a VOC a fazer cedências ao rajá de Travancor, tendo o porto de Alleppey⁸ passado a ser o verdadeiro empório comercial do Malabar em concorrência com Cochim. Socialmente, a população de “Fort Cochin”, o reduzido centro urbano amuralhado sucessor da portuguesa Santa Cruz de Cochim, tornou-se no sítio onde só habitavam os funcionários holandeses e indo-europeus ao serviço da companhia, no seio de um espaço onde imperava uma divisão funcional segundo o posto ocupado pelo indivíduo na hierarquia da VOC e modelado na tradição neerlandesa de “regular e separar”.

A muralha, contudo, não impediu o contacto de “Fort Cochin” com a malha urbana contígua, Mattanchery, nem com a população aí existente composta de castiços, topazes, lascars, mukkuvan, judeus, banianos, chatins e muçulmanos. Os contactos eram diversificados, desde pessoais até institucionais, incluindo os informais de cariz mercantil, onde estava tanto o regateio quotidiano para o abastecimento alimentar da praça como para investimentos privados. A “Fort Cochin” de meados de Setecentos seria um espaço multi-religioso e multi-cultural, onde a população era constituída por famílias miscigenadas (marido europeu e esposa mestiça) com ligações à comunidade de mestiços e topazes, a qual falava um crioulo português e era católica.

Após a caracterização de Cochim c.1750, Anjana Singh aborda as modificações ocorridas nas possessões malabares da VOC até 1784, ou seja entre o fim da Guerra de Sucessão da Áustria (1740-1748) e o da IV Guerra Anglo-holandesa (1780-1784), dois conflitos que selaram o declínio da companhia em solo indiano e a ascensão britânica, num quadro também marcado pelo predomínio de Travancor e de Maiçur à custa de pequenos estados regionais como Cochim e Calecute. Neste quadro a companhia começou a retirar-se progressivamente da Índia e a concentrar as forças no centro da sua presença, Java e o Ceilão, razão pela qual Batávia manteve Cochim, mesmo que se desinteressasse do Malabar e deixasse de investir aí. Singh chama à atenção para a falta de sintonia entre os comandantes e governadores no Malabar e os governadores-gerais em Batávia e os *Heren XVII* nos Países Baixos, com aqueles a defender reformas e continuidade no investimento para superar a conjuntura desfavorável, enquanto estes defendiam uma política de cortes, contenção orçamental e desinvestimento tendo em vista o declínio das receitas.

Foi durante este período que alguns governadores do Malabar, homens como Casparus de Jong (1756-1761) e Godefridus Weyerman (1761-1764), se viraram para a terra de modo a aumentarem os réditos da VOC mediante o arrendamento da exploração de direitos sobre aldeias e propriedades fundiárias. A política foi interrompida por Batávia em 1764, pelo que outros governadores como Christiaan Lodewijk Senff (1768-1770), Adriaan Moens (1770-1781) e Johan Gerard van Angelbeek (1781-1793) procuraram incrementar as receitas locais mediante a dinamização da função portuária de Cochim e a criação de novos impostos. Mesmo assim, a autora aponta que por volta de 1780 38% das receitas de Cochim provinham de outros rendimentos para além do comércio, quando em 1697 tais réditos registavam o valor marginal de 5% (cf. p. 88).

Só no terceiro capítulo Singh chega finalmente ao que constitui o âmago da sua tese, tratar do mundo social de Cochim, começando com as categorias sociais usadas pelos neerlandeses que as copiam dos portugueses, com algumas diferenças: temos assim castiço (*castizo*), mestiço (*mestizo*) e topaz (*toepas*), enquanto o “reinol” pode corresponder *lato sensu* ao funcionário europeu da VOC, assim como o “casado” ao *vrijburger*. Talvez não tão surpreendente quanto isso, a marca portuguesa continuou viva em Cochim

⁸ Também grafado Alappuzha, donde o Alapula das fontes portuguesas, a 9°29'N e 76°19'E.

após 1663 por via social e cultural, o português continuou a ser língua veicular até ao fim de Setecentos, reforçada por uma identidade católica, sendo frequentes os casamentos mistos com os *castizen* e mesmo com os funcionários europeus da companhia. Aliás, a autora refere com acerto que o casamento com mulheres locais, mesmo com viúvas ricas, era uma forma de integração e promoção social para os funcionários da VOC. Mais do que isso, ao casarem-se dentro da mesma família, alguns funcionários europeus construíram redes de influência ao mais alto nível em Cochim, como ocorreu com três mulheres da família Daimichen (cf. p. 293).

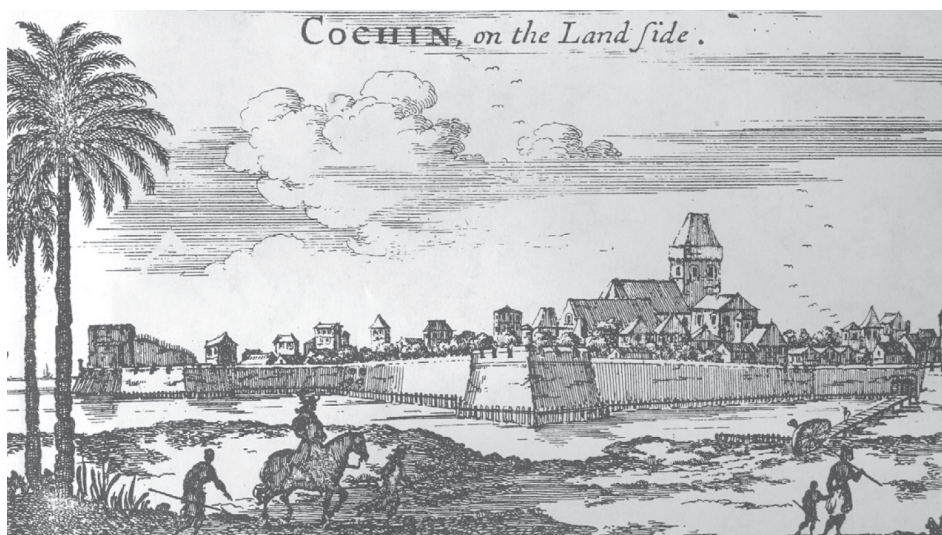
Como Anjana Singh refere, a estruturação social era definida pela companhia para caracterizar e enquadrar o grupo e o indivíduo. A terminologia para definir os grupos sociais existentes era de cariz geográfico, étnico, legal e religioso; complementada pela relação institucional estabelecida entre o indivíduo e a VOC que se traduzia em direitos e deveres legais e políticos, a par do rendimento económico do funcionário ou do papel comercial desempenhado pelos não-funcionários. A autora menciona que o número de habitantes intramuros aumentou entre 1760 (206 fogos) e 1790 (241 fogos), mas curiosamente mais de metade da população era servil (cf. pp. 96-97). Como Cochim não era um dos destinos preferenciais dos emigrantes europeus, com relevo para as mulheres, as famílias eram essencialmente mistas, dado que as esposas eram “castiças” ou “mestiças”, estas na maior parte dos casos, ou mesmo topazes. Deste modo, a célula social de base, a família, adquiriu um carácter multi-étnico. Daí que na segunda metade do século XVIII o peso da sociedade mestiça tenha aumentado na estrutura da VOC, mesmo quando a companhia preferia contratar europeus ou castiços quanto muito. Em 1760 a companhia recrutava localmente 21,74% dos seus quadros, mas em 1785 a percentagem quase duplicara e alcançava os 40,41%; sendo o número dos funcionários qualificados recrutados em Cochim superior ao dos oriundos da Europa: em 1760 eram 70,37% e em 1785 tinha subido para 76,74% (cf. pp. 105-109).

Tudo isto aponta para uma sociedade mista, mais ou menos integrada em Cochim e nos seus arredores, a qual investiu localmente a nível do comércio particular e de propriedades urbanas e fundiárias. De certa forma o desiderato da VOC manter um sociedade marcada e definida por si fracassou, apesar das instituições (orfanato, leprosaria, hospital, escolas, igreja, tribunal) estabelecidas para a enformar. Quanto muito o espaço público continuou marcado pela companhia, mas o informal e doméstico escapava-lhe completamente, como seria natural acrescentamos nós, e mesmo no institucional a VOC viu-se obrigada ao compromisso. Nesta política deliberada de separação, só os filhos dos funcionários europeus e castiços da companhia podiam ir à escola desde que fossem membros da Igreja Reformada Holandesa, pelo que o neerlandês nunca saiu dos circuitos oficiais, e só os seus dependentes tinham acesso ao hospital e leprosaria. O calvinismo, à falta de *predikant* versados em malaiala e português, jamais poderia galgar as muralhas da cidade, pelo que o catolicismo continuou a converter mais pessoas, inclusive os funcionários neerlandeses da VOC. Enquanto a comunidade “holandesa” de Fort Cochin adquiriu raízes locais e estava mais ou menos inserida na sociedade indiana circundante, a companhia assistia impotente à erosão dos seus laços no Malabar.

No antepenúltimo capítulo Singh lida com a saída da VOC do Malabar. O abandono começara em 1771 quando o governador Senff vendeu Cananor ao Ali Rajá por 100.000 rupias, nunca pagas na íntegra (cf. p. 84). A autora vê, retrospectivamente, o destino do Cochim holandês como sendo o resultado da luta entre britânicos e franceses pela hegemonia no Hindustão (cf. p. 147), dado o seu posicionamento estratégico e a valência do seu porto no contexto do sul da Índia, no momento em que Tipū Sulṭān (r. 1782-1799) aguçava o seu apetite pelo Malabar e a EIC quis acabar com a ameaça de Maiçur aos seus interesses na região. A falência técnica e material da VOC, que acumulou um enorme défice de exploração na década de 1780, apenas acelerou o processo. Dos vinte

e um postos que a companhia tinha no Malabar em 1750 passou a ter só quatro em 1795, Cochim, Porcá ⁹, Calecouão ¹⁰ e Coulão ¹¹, os restantes foram abandonados ou alienados, como Cranganor ¹² vendida em 1789 (cf. p. 158). Na Índia os funcionários procuravam cada vez mais a sua subsistência fora da companhia, a qual tinha cada vez menos meios de impor a sua política de controlo comercial internamente. A situação na Europa, onde uma mudança política que aproximou os Países Baixos da França revolucionária levou o Stadhouder Guilherme V (r. 1751-1806) a refugiar-se na Grã-Bretanha, onde assinou a “Carta de Kew” mediante a qual a EIC ocupou as possessões neerlandesas na Ásia, como aconteceu a Cochim e aos demais estabelecimentos da VOC no Malabar a 21 de Outubro de 1795, para impedir os franceses de fazerem o mesmo.

O que se seguiu, narrado nos dois últimos capítulos, analisa a liquidação da VOC em Cochim e a adaptação dos “holandeses” que ficaram ao novo amo, a EIC. O processo revelou-se um verdadeiro anti-clímax. Os britânicos procuraram por todos os meios apoderar-se da “herança” da companhia neerlandesa enquanto liquidavam ou neutralizavam os seus funcionários, dependentes e respectivas famílias que tinham escolhido ficar. Logo em 1795 a EIC deu a escolher aos funcionários da VOC se queriam permanecer ou partir, tendo a maioria destes escolhido continuar em Cochim, onde tinham construído a sua vida, do que emigrar para Colombo, Batávia ou Europa. Conforme Anjana Singh refere, só saiu maioritariamente quem não tinha laços que os prendessem à Índia. Mas a pressão britânica originou uma vaga migratória maior, pois entre o último censo levado a cabo pela companhia em 1792 e o que os britânicos elaboraram em 1814 tinham desaparecido 126 agregados familiares, tendo ficado apenas 52 chefes de família que se diziam “holandeses” (cf. pp. 220-221). A autora menciona a adaptação destes “holandeses” aos novos tempos britânicos, quer mediante o casamento de algumas “holandesas” da elite local com funcionários da EIC, quer com a sua entrada ao serviço da companhia inglesa desde que prestassem juramento de fidelidade ao monarca da Grã-Bretanha.



⁹ Purakkad, entre Cochim e Coulão, a 9°21'N e 76°21'E.

¹⁰ Kayamkulam, no litoral malabar a sul de Cochim, a 9°10'N e 76°29'E.

¹¹ Kollam, também grafado Quilon à inglesa, a 8°52'N e 76°36'E.

¹² Kodungallur, ao norte de Cochim, a 10°13'N e 76°13'E.

A conclusão de Singh apenas reitera os objectivos estabelecidos para a análise e os factos apurados durante a sua exposição, pelo que não vale a pena repeti-los aqui. Quando termina a leitura da dissertação o leitor não pode deixar de sentir uma certa sensação de insatisfação. Tal não significa que a obra em apreço seja má, pelo contrário, mas continuamos com o sentimento que falta algo, pois a autora podia e devia ter ido mais longe com os materiais que recolheu e apresentou na sua análise.

Para isto talvez tenha contribuído a perspectiva adoptada, que peca por paroquial. Já em 1957 Hugh Trevor-Roper criticava o imobilismo defensivo dos historiadores que se circunscreviam, leia-se especializavam, num breve período e num determinado lugar para analisar um fenómeno específico, dedicando-se a abater quem se arriscava a penetrar no seu terreno de caça, pois faltava-lhes o que ele designava por “filosofia de história”¹³, ou seja possuir uma linha interpretativa que permitisse perspectivar o objecto em observação num contexto mais alargado. Ao centrar a tese em Cochim e secundariamente no Malabar, Anjana Singh não conseguiu perspectivar a sua inserção na Índia, nem na presença geral da VOC na Ásia, nem na restante presença europeia na região e no continente, o que prejudicou em muito a leitura que fez. Se é certo que a conquista de Cochim pela VOC em 1663 fez parte de um debuxo imperial mais vasto estabelecido por Van Goens e que incluía o Ceilão, algo que a autora menciona (cf. pp. 15-16) na esteia de René J. Barendse¹⁴ entre outros; não deixa de ser menos certo que o Malabar estava a perder velocidade económica, aliás como toda a costa ocidental, a favor do Coromandel e do Bengala, as zonas mais dinâmicas da economia indiana durante toda a centúria setecentista. Algo que Singh passou por alto.

E, mesmo no seio da VOC, o núcleo da sua actividade comercial na Ásia centrava-se em Java e no mundo insular circundante e secundariamente em Ceilão. Como vimos, Cochim e o Malabar faziam sentido em primeiro lugar como complemento de defesa de Ceilão e secundariamente como centro mercantil. De resto, o Malabar sempre foi estruturalmente deficitário na contabilidade da VOC, basta ver os números que a própria autora fornece (cf. pp. 64-67) retirados da obra de George Winus e Marcus Vink¹⁵. Tal significava que Batávia teria de enviar dinheiro para cobrir as despesas, capital que simplesmente não estava disponível na época tratada pela autora¹⁶. Por isso, Singh simplesmente não tem razão quando afirma que as preocupações de Batávia eram infundadas quanto às reais possibilidades do Malabar inverter a situação entre 1749-1784, uma vez que estava a melhorar as suas receitas (cf. pp. 70-71). Basta ver que no período em consideração a companhia acumulou um défice pelo valor de 760.998 florins, ou seja apenas dezasseis dos trinta-e-cinco anos em causa registaram um saldo positivo, menos de metade do período, e o historial dos quarenta-e-nove anos anteriores (1700-1749) tinha sido totalmente negativo¹⁷. Na prática era muito pouco para convencer seja quem for da bondade de uma eventual recuperação por via tradicional, ou por meio de uma reforma institucional.

¹³ Hugh. R. TREVOR-ROPER, *Historical Essays*, Londres, Macmillan & Co Ltd., 1957, pp. v-vi.

¹⁴ Veja-se René J. BARENDSE, “VOC mercantilism and Kerala traders, 1663-1703”, in *Moyen Orient & Océan Indien*, VII, 1990, pp. 103-135.

¹⁵ Cf. *The Merchant-Warrior Pacified. The VOC (Dutch East India Company) and its Changing Political Economy*, Delhi, Oxford University Press, 1994, pp. 169-172.

¹⁶ Os lucros comerciais da VOC na Ásia diminuíram desde 1692 até 1780, enquanto os prejuízos subiram com resultados negativos desde 1689; cf. J. P. DE KORTE, *The Annual Accounting in the VOC Dutch East India Company*, traduzido para inglês por L. F. Van Lookeren Campagne-de Korte, Amsterdão, NEHA, 2000, pp. 50-51.

¹⁷ Na realidade o registo de anos deficitários era maior, chegava até 1684, ou seja um total de sessenta-e-cinco anos, cf. p. 64.

Dáí que a VOC lançasse mão de todos os meios para encontrar fontes alternativas de receitas, como a cobrança de direitos ligados à exploração agrícola e sobre aldeias, impostos sobre produtos como o tabaco, venda de “passes”, o equivalente dos cartazes portugueses, e procurando aumentar a base das pessoas colectáveis: como a tentativa do governador Senff reivindicar a cobrança de direitos sobre o bazar canarim e o templo de Mattanchery (cf. p. 84) e que a administração de Angelbeek tenha assinado numerosos tratados com rajá de Cochim a respeito da jurisdição da companhia sobre os cristãos do seu reino para lhes cobrar impostos (cf. p. 87). Não deixa de ser curioso, ou nem tanto para quem conheça a história financeira do Estado da Índia, que os portugueses lançaram mão dos mesmo meios para suprir a diminuição das fontes de receita tradicionais, sobretudo as de origem comercial, a partir do início do século XVII. Singh poderia ter visto isto e estabelecido comparações interessantes caso tivesse lido a obra de Sanjay Subrahmanyam sobre o império português na Ásia que está disponível em inglês¹⁸. Voltaremos a esta ausência mais tarde.

Em qualquer dos casos o resultado ficou sempre aquém das expectativas, ou então as despesas continuaram a subir, como se pode comprovar pela necessidade de aumentar a base colectável mediante acordos políticos expeditos como os referidos atrás. Para piorar as coisas, a VOC não estava em condições financeiras e militares de impor a política desenvolvida por Jong e Weyerman entre 1756-1764 de aumentar a jurisdição neerlandesa sobre terras e aldeias malabares, porque eventualmente poderia detonar um conflito regional cujo desenlace não estava assegurado a favor da companhia, tanto mais que Batávia tinha presente a derrota de Colachel (1741) e o subsequente desastroso tratado de Mavelikara que fora forçada assinar com Travancor em 1743. Mais, Batávia também tinha presente que a recente política do governador de Ceilão Jan Schreuder (1757-1761) de exigir a prova de propriedade nas “terras baixas” produtoras de canela, similar de resto à que Jong aplicara no Malabar (cf. pp. 74-75), ocasionara um levantamento dos colectores da casca do cinamomo em 1758 que constituíra o rastilho que ateou o posterior conflito da companhia com o reino de Candia [Kandi], cujo monarca apoiou abertamente os insurrectos a partir de 1760 numa guerra que se prolongou até 1766¹⁹.

Por isso a autora não entende que a substituição de Weyerman por Cornelis Breekpot (1764-1768) em Cochim, durante o governo-geral de Van der Parra (1761-1775), curiosamente um “castiço” de Colombo²⁰, poderia significar evitar uma nova aventura militar quando a VOC estava envolvida numa guerra com o rei de Candia Kirti Sri Rajasinha (r. 1747-1782) e se temia que uma eventual intervenção dos ingleses desequilibrasse o conflito a favor dos singaleses²¹. Descarta-se assim a tese simplista de Breekpot ter sido enviado para pôr fim à política que Weyerman instituíra à revelia de Batávia, bem como o seu comércio privado feito às expensas da companhia. É que para Van der Parra a canela singalesa era muito mais importante para as receitas da VOC que a pimenta malabar²².

¹⁸ *The Portuguese Empire in Asia: A Political and Economic History*, Londres, Longman, 1993, de que há tradução portuguesa, *O império asiático português: uma história política e económica*, Lisboa, DIFEL, 1996.

¹⁹ Chandra Richard da SILVA, *Sri Lanka A History*, (4.^a edição), Nova Delhi, Vikas Publishing House, 1991, p. 133.

²⁰ Veja-se, *The Dutch Encounter with Asia 1600-1950*, editado por Kees Zandvliet, Amsterdão/Zwolle, Rijksmuseum/Wanders Uitgevers, 2002, pp. 84-85.

²¹ K. M. de SILVA, *A History of Sri Lanka*, (1.^a edição Penguin Books India 2005), Colombo, Vijitha Yapa Publications, 2008, pp. 212-214.

²² Veja-se, entre outros, Femme S. GAASTRA, *The Dutch East India Company. Expansion and Decline*, Zutphen, Walburg Pers, 2003, pp. 133-134, especialmente o gráfico na página 134 onde se vê a redução do peso da pimenta no cômputo geral das exportações da VOC para a

E não se pode entender a acção de Breekpot como alguém que seguiu cegamente as ordens de Batávia só porque parou com a política de viragem para a terra dos seus antecessores, como o parece fazer Singh (cf. pp. 77-83), dado ter entendido que esta seria nociva para a companhia naquele momento. Mas o mesmo governador do Malabar, acusado pela autora de ser um mero *factotum* de Van der Parra, percebeu que era estrategicamente importante para Cochim manter Coulão, o que fez apesar de ter recebido instruções para a abandonar.

O Malabar era, assim, periférico e sacrificável para Batávia a partir do governo do barão Van Imhof (1743-1750). Nem mesmo a pimenta malabar constituía razão suficiente para inverter a política seguida, tanto mais que, como a própria Singh escreve (cf. p. 59), em 1763 o relatório de Jan Schreuder reconhecia que EIC comprava quatro vezes mais pimenta no Malabar que a VOC. Aliás, o trato da pimenta constitui outro exemplo de falta de perspectiva e de vontade de aprofundar o tema em si. Só tardiamente se fica a saber claramente qual é a posição de Anjana Singh quanto ao declarado “monopólio” da VOC sobre a pimenta malabar. Por um lado historia a questão remontando ao projecto de Van Goens em 1663 (cf. pp. 16), declara que a meados de Setecentos a companhia continuava a proclamar o seu exclusivo sobre a piperácea na região (cf. p. 20) e reforça esta visão páginas mais à frente, embora reconheça que o Malabar apenas ocupava o terceiro lugar entre os centros fornecedores de pimenta à VOC, a seguir a Bantão²³ e a Palembang²⁴ (cf. pp. 56-57), mas só posteriormente reconhece que o monopólio foi um desiderato jamais atingido (cf. p. 62). O realismo peca por tardio, tal como reconheciam alguns relatórios internos da companhia como o já mencionado de Jan Schreuder (1763), pelo que o monopólio era uma mera ficção política, conforme se depreende das concessões que a VOC faz no Malabar para continuar a ter acesso à pimenta.

Um pouco mais de leitura ter-lhe-ia feito bem, a começar por tentar descortinar o mecanismo subjacente às compras, também importante do ponto de vista social pelos contactos que os intermediários locais, onde avultavam os judeus entre outros, tinham com os funcionários da companhia, laços privilegiados usados por estes para o seu trato particular. Caso tivesse lido um artigo de Jan Kieniewicz²⁵, veria que a produção diminuiu na zona sul do Malabar onde Cochim se encontrava, o que segundo o historiador polaco teria sido o possível motivo que levou Travancor sob Martanda Varma (r. 1729-1758) a declarar o monopólio sobre a sua compra e venda²⁶. O que explica o papel preponderante de Alleppey como o empório malabar por excelência do século XVIII e a secundarização de Cochim em todo o processo. Nem mesmo o novo tratado de Mavelikara (1753) assinado com Travancor melhorou o acesso da VOC à pimenta malabar. A este respeito Singh permanece ambígua, pois se num primeiro momento afirma que melhorou o fornecimento da pimenta à companhia (cf. p. 53), posteriormente cita um relatório interno de 1756, ou seja tão-só três anos após a assinatura do acordo, onde se reconhecia a incapacidade da VOC em obter mais quantidade de especiaria por causa da concorrência movida por britânicos e franceses na região, justamente por estarem dispostos a pagar preços mais

Europa entre o terceiro quartel do século XVII e c. 1740, tendo passado de um total de 29% para 11%, enquanto as especiarias de luxo, das quais a companhia detinha o “monopólio” de distribuição ao controlar as zonas de produção, sendo por isso mais importantes em termos de receitas, manteve quase o mesmo nível, em 1668-1670 representavam 28,5% e desceram para 23,5% em 1738-1740.

²³ Banten, na ponta ocidental da ilha de Java, a 6°02'S e 106°09'E.

²⁴ Palembang, na ilha de Sumatra, a 2°59'S e 104°45'E.

²⁵ “Pepper gardens and market in Precolonial Malabar”, in *Moyen Orient & Océan Indien*, 3, 1986, pp. 1-36.

²⁶ Cf. Jan KIENIEWICZ, *art. cit.*, pp. 7-8.

elevados que os fixados pelos neerlandeses nos seus tratados com os soberanos malabares (cf. p. 59). Em que ficamos?

A leitura de Kieniewicz poder-lhe-ia fornecer mais dados a respeito de uma das consequências do pagamento de um preço político pela pimenta, a sua má qualidade²⁷, o que explicaria que a companhia vendesse a especiaria malabar preferentemente no mercado asiático entre 1750 e 1783, facto referido por Singh de forma desenquadrada do contexto (cf. pp. 59-60). A medida visava arranjar dinheiro na Ásia por meio da venda de mercadorias como a pimenta em Batávia, onde entre os seus clientes se contavam os portugueses de Macau²⁸, já que a linha política da companhia sempre foi de centralizar as vendas no empório batavo em detrimento dos demais entrepostos. O que explica que o plano do governador-geral Jacob Mossel (1750-1761) de transformar Cochim num porto-livre em 1758, a fim de captar o tráfego marítimo e as fontes de metais preciosos perdidos com o encerramento da feitoria de Bandar-e 'Abbās, tenha sido recusado; assim como o projecto similar defendido mais tarde pelo governador Senff em 1768, factos que a autora refere (cf. p. 154) sem ver o enquadramento e as suas implicações.

Dada a sua incapacidade de financiar as compras de especiarias mediante a injeção de mais capital, a VOC preferiu continuar a apostar, tal como fizeram os seus “antecessores” portugueses, na compra de pimenta malabar a um preço político, sabendo de antemão que os monarcas da região com quem tinha assinado acordos jamais cumpriram a parte relativa à supressão do “contrabando” para a Costa da Pescaria, como ocorrera ao Estado da Índia. Repare-se que a própria companhia acabava por adquirir a especiaria em Tutucorim²⁹. Tratava-se de uma fragilidade financeira da VOC e da sua necessidade de compromisso político, pelo que não há bases sólidas para substanciar a afirmação feita por Anjana Singh de que caso a companhia pagasse pela pimenta o seu preço de mercado, como o fazia a EIC, e introduzisse mais meios navais e terrestres para debelar o comércio “ilegal”, teria condições de comprar mais especiaria e aumentaria os seus lucros no Malabar (cf. p. 68). É que o lucro, ao contrário do que parece apostada em afirmar, não estava assegurado, longe disso. O fornecimento por via de Travancor podia ter melhorado pontualmente após 1753³⁰, mas o preço da pimenta na Europa não cessava de diminuir³¹. Como resultado a VOC achou aconselhável virar-se para o comércio dos têxteis e do açúcar, facto mencionado pela autora na mesma página (cf. p. 68), mas este trato seria abandonado pela companhia em 1759 justamente por falta de capacidade de competir em mercado aberto³².

Não se trata de uma má-vontade infundada e entranhada da parte de Batávia para com os projectos reformistas elaborados em Cochim como volta e meia Singh insiste,

²⁷ Jan KIENIEWICZ, *idem*, pp. 23-24.

²⁸ Veja-se George Brian SOUZA, *A sobrevivência do império: os portugueses na China (1630-1754)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991, pp. 179-186.

²⁹ Tuticorin, também grafado hodiernamente Thoothukudi, fica a 8°48'N e 78°08'E.

³⁰ Veja-se Om PRAKASH, *The New Cambridge History of India*, vol. II-5, *European Commercial Enterprise in Pre-Colonial India*, Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1998, pp. 305-307.

³¹ Veja-se Kevin H. O'ROURKE e Jeffrey G. WILLIAMSON, “After Columbus: Explaining Europe's Overseas Trade Boom, 1500-1800”, in *The Journal of Economic History*, vol. 62-2, Junho 2002, pp. 446-450. A pimenta assegurava uma fatia cada vez menor nas exportações europeias para a Europa, cf. Om PRAKASH, *op. cit.*, pp. 116-117 para a VOC e pp. 121-122 para a EIC. Dados para a Compagnie des Indes francesa disponíveis em Philippe HAUDRÈRE, *La Compagnie française des Indes au XVIII^e siècle*, (2.^a edição revista e aumentada), tomo I, Paris, Les Indes Savantes, 2005, p. 291, onde refere que os totais declinam a partir de 1750 (cf. nota 207).

³² Ashim DAS GUPTA, *Malabar in Asian Trade, 1740-1800*, Cambridge, Cambridge University Press, 1967, pp. 79-82.

mas sim de um realismo político que sabe com que meios pode contar à hora de tomar decisões. Muito antes de 1784, ao contrário do que refere a autora (cf. p. 71), o declínio da VOC no Malabar era perceptível para quem o queria ver, de que as sucessivas acomodações que a companhia foi fazendo com Travancor e depois com Maiçur eram uma simples amostra. Veja-se que a meados de Setecentos a companhia não conseguia assegurar a segurança dos seus barcos no litoral malabar, conforme o reconhecia em 1755 o caixa de uma armação particular portuguesa de passagem por Cochim³³. A conjuntura internacional, resultado da internacionalização dos conflitos europeus em mares asiáticos no período posterior à Guerra de Sucessão da Áustria (1740-1748), apenas acelerou o processo de decadência e acentuou uma situação muito periclitante. A companhia não estava em posição de se imiscuir militarmente nos assuntos malabares e do sul da Índia a fim de aplicar o seu putativo “monopólio”. Mas nem mesmo no auge do seu imperialismo a finais do século XVII, a VOC conseguiu debelar a concorrência no Malabar, como aconteceu em 1687 quando decidiu aplicar, sem êxito acrescente-se, a política de *extirperen* [arrancar] os arbustos produtores de canela-do-mato que cresciam em liberdade nos contrafortes dos Gates para reforçar a sua revenda de canela singalesa³⁴. Se não teve êxito então, tê-lo-ia muito menos numa altura em que lutava com falta de meios como ocorria na segunda metade de Setecentos.

Claro que a matéria mencionada atrás é acessória ao tema central da tese, que trata de história social e não da económica, mas não deixa de ser sintomático da perspectiva geral usada. Embora o grosso da parte expositiva se centre no terceiro capítulo, intitulado significativamente “O mundo social de Fort Cochin” (cf. pp. 91-145), Anjana Singh trata de aspectos sociais um pouco por toda a dissertação, a começar logo pela caracterização de Cochim na primeira metade do século XVIII. Para tal retira materiais quantitativos e qualitativos de uma tese apresentada em Leida em 1992 da autoria de Marianne Wolff, a qual já fazia referência à existência de uma comunidade mestiça em Cochim³⁵. Mais, Singh beneficiou da existência de estudos sociais sobre a miscigenação noutros centros urbanos neerlandeses na Ásia, como Batávia³⁶ e Colombo³⁷ entre outros, com os quais poderia e deveria ter estabelecido proveitosas comparações. Aliás o tema da criouliização do império parece estar em voga nos Países Baixos, como se depreende pelo recente livro de Ulbe Bosma e Remco Raben³⁸, ao qual Singh por razões óbvias não teve acesso, mas serve para enquadrar a sua tese num panorama historiográfico dos meios académicos neerlandeses.

Enquadrar, mais uma vez, parece ser o problema da autora, já que inicia o mencionado capítulo referindo a influência da terminologia social portuguesa no sistema

³³ “Carta de Pierre Philippe Rocquefeuil para Feliciano Velho Oldenburg”, Cochim, 13.02.1755, in *British Historical Society of Portugal*, (Carcavelos), Gallwey Papers, “Copie des lettres de Mr. Rocquefeuil”, pp. 1-2.

³⁴ Cf. René BARENDSE, *art. cit.*, p. 129, retomado em *The Arabian Seas. The Indian Ocean World of the Seventeenth Century*, Armonk, Nova Iorque, An East Gate Book, 2002, p. 396.

³⁵ Marianne WOLFF, *Cochin: Een Mestiese samenleving in India*, tese de mestrado apresentada na Universidade de Leida em 1992.

³⁶ Vejam-se os estudos clássicos de Leonard BLUSSÉ, *Strange Company. Chinese settlers, mestizo women and the Dutch in VOC Batavia*, (2.ª edição), Dordrecht/Providence, Foris Publications, 1988; Jean Gelman TAYLOR, *The Social World of Batavia: European and Eurasian in Dutch Asia*, Madison, The University of Wisconsin Press, 1983.

³⁷ Remco RABEN, *Batavia and Colombo: The Ethnic and Spatial Order of Two Colonial Cities, 1600-1800*, dissertação apresentada na Universidade de Leida em 1996.

³⁸ Foi publicado posteriormente à sua defesa de tese (2007), cf. Ulbe BOSMA e Remco RABEN, *In the Indies: A History of Criolisation and Empire, 1500-1920*, Singapura, National University of Singapore, 2008.

empregue pelos neerlandeses para classificar a sociedade em Cochim. Para o efeito Singh cita a obra clássica de Charles R. Boxer, *Relações raciais no império colonial português 1415-1825*³⁹(cf. p. 92, nota 4). Sem deixar de consultar o livro de Boxer, datado a motivo da polémica subjacente à sua publicação, Singh teria beneficiado se tivesse usado a história do império português na Ásia da autoria de Sanjay Subrahmanyam, onde para além da investigação e das reflexões do historiador indiano estava sintetizado o que de melhor se produziu sobre o império português na Ásia nos últimos decénios⁴⁰. Tal complementaria a leitura da obra de Pius Malekandathil sobre Cochim⁴¹, já que a autora não consegue ler português e, por isso, ficou-lhe vedada a obra de José Alberto Rodrigues da Silva Tavim sobre a comunidade cristã-nova e judaica local⁴². Este último livro ter-lhe-ia sido benéfico para entender certas continuidades, mormente o papel de intermediários desempenhado pelos judeus, com destaque para a família Rahabi.

Ora Singh parte de uma definição social que não era universalmente aplicada no Estado da Índia, retirada de um relatório feito pelo jesuíta Alessandro Valignano em 1579, especificamente do capítulo interessantemente dedicado a saber quem na Ásia seria elegível ou não para entrar na Companhia de Jesus⁴³. Ao contrário do que cita a autora na esteira de Boxer (cf. p. 92), Valignano estabelece quatro tipologias para os que nasceram na Índia pela seguinte ordem:

- 1) “naturales de la tierra” (asiáticos);
- 2) “mestiços que son hijos de portugueses y de natural”;
- 3) “castiços que son hijos de portugueses y mestiça”
- 4) “o portugueses porque nacieron de padre y madre portugueses” (descendentes?).

Ao que Valignano acrescenta “los moços que nacieron y vinieron de Portugal”, ou seja os reinóis, o que perfaz cinco categorias no total e não quatro. Note-se que o sentido de castiço, a arripio da definição apresentada por Singh (cf. p. xix, 92), não é unívoco no caso português⁴⁴ nem no neerlandês, dado que a própria autora fala de uma categoria que aparece exclusivamente em Cochim em 1790, a de “castiço branco” (*wite castizo*), cuja origem não descortina (cf. pp. 92-93). Poderá tratar-se de uma reivindicação dos “descendentes” neerlandeses de pura cepa europeia que se querem distinguir de outro grupo que se diz “castiço”, mas que na realidade será fruto do casamento de europeus e de mestiças, ou de “descendentes” com mestiças”. Ou esta novidade social virá simplesmente da con-

³⁹ Cf. *Relações raciais no império colonial português, 1415-1825*, Porto, Afrontamento, 1977, pp. 64-65 para a citação em causa.

⁴⁰ Especialmente os capítulos VIII e IX, cf. *O império asiático português, 1500-1700*. Uma história política e económica, pp. 306-379.

⁴¹ Pius MALEKANDATHIL, *Portuguese Cochim and the Maritime Trade of India, 1500-1663*, Nova Delhi, Manohar, 2001.

⁴² José Alberto Rodrigues da Silva TAVIM, *Judeus e cristãos-novos de Cochim. História e memória (1500-1662)*, Braga, Edições APPACDM, 2003.

⁴³ Cf. “Sumario de las cosas que pertenecen a la Provincia de la Yndia Oriental y al gobierno della, compuesto por el padre Alexandro Valignano, visitador della, y dirigido a nuestro Padre General Everardo Mercuriano en el año de 1579”, in *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente – Índia*, editado por António da Silva REGO, vol. 12 (1572-1582), Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1958, pp. 577-581.

⁴⁴ Diga-se, em abono da verdade, que Anjana Singh segue as autoridades, pois tanto Dalgado (cf. *Glossário Luso-Asiático*, s.v.) como Yule e Burnell (cf. *Hobson-Jobson*, s.v. [castees]) registam exactamente o termo “castiço” como sendo filho de pais europeus nascido na Ásia, que no caso português perdeu uso a favor de “descendente”.

centração em Cochim da população evacuada de outros estabelecimentos da VOC que entretanto fecharam ou foram vendidos no Malabar, como Cranganor?

Qualquer uma das explicações faria sentido ou uma conjunção das duas. A primeira faria mais sentido, particularmente numa altura de crioulização do império neerlandês e do maior peso dos “castiços puros” na estrutura política da VOC na Ásia. Tanto mais que Sebastião Rodolfo Dalgado fornece uma pista suplementar ao mencionar que o linguista alemão Hugo Schuchardt afirmara que, em alemão e neerlandês, o termo significa os filhos de casamentos entre europeus e mestiços⁴⁵. Ora a autora em anotação a esta categoria (cf. p. 253, nota 6) acaba por citar duas obras dedicadas ao estudo das sociedades de Gale e Batávia onde o étimo “castiço” tem justamente o significado que anunciámos⁴⁶. Não teria sido aconselhável seguir esta pista e aprofundar mais o significado das categorias sociais usadas? Pensamos que sim.

De regresso a estas, Anjana Singh assinala com pertinência que os termos portugueses citados atrás partem de premissas geográficas e étnicas, que de resto os autores neerlandeses e a VOC usaram, mas cabe acrescentar que há outras no caso do Estado da Índia. Bastava-lhe ler a obra de Sanjay Subrahmanyam para perceber que os cronistas e autores quinhentistas e seiscentistas empregavam conceitos operativos sociais sob um prisma político, ou seja, das relações que os indivíduos mantinham com o Estado⁴⁷, categorias essas que se foram afinando em resultado da miscigenação e da aculturação à medida que passavam os anos, até integrar uma visão abrangente do ponto de vista político, geográfico, étnico e religioso⁴⁸. Tanto no Estado da Índia como na VOC a descrição, caracterização e hierarquização da sociedade obedecia a um “sistema” complexo que podia variar consoante o autor, o objecto em consideração e a época em que era feita. É certo que a autora faz referência às diversas tipologias empregues pela VOC e os seus funcionários para categorizar a sociedade “holandesa” e com quem a companhia entrava em contacto (cf. pp. 95-96), mas teria sido preferível uma digressão diacrónica para se ver a evolução da sua aplicação a fim de descobrir o progresso dos matizes.

Tal ter-lhe-ia facilitado a leitura dos dados quantitativos apresentados em tabelas e retirados na sua maioria da tese de Wolff. A começar pela tabela que compara os moradores de Fort Cochin entre 1760 e 1790 (cf. p. 93). Como explicar neste caso a súbita contracção da população mestiça local entre as duas datas, a qual passou de um total de 415 pessoas em 1760 para 180 em 1790, ou seja uma diminuição de quase dois terços e que foi contemporânea da explosão dos célebres “castiços brancos” no último ano em apreço. Será que não há dados intermédios ou anteriores? Caso houvessem dados anteriores a 1760 na tese de Marianne Wolff seria interessante pegar neles a fim de descobrir se há oscilações tão acentuadas e se estas são o fruto de uma população flutuante, ou de qualquer outro fenómeno. Se o leitor tiver presente a tabela do número de funcionários da VOC (excluindo os embarcados) existentes em Cochim entre 1750 e 1788 (cf. p. 107), verá grandes oscilações anuais entre o mínimo histórico de 428 pessoas registado em 1751 e o máximo de 867 em 1782, o qual poderia fornecer uma explicação em falta.

Depois confessamos uma certa perplexidade que feita a opção das categorias sociais (europeus, castiços, mestiços, indígenas), Anjana Singh não as volte a utilizar quando esmiuça a composição quantitativa dos agregados familiares (cf. p. 97), nem quando

⁴⁵ Cf. *Glossário Luso-Asiático*, s.v.

⁴⁶ Tratam-se respectivamente de Lodewijk WAGENAAR, *Galle: VOC-vestiging in Ceylon*, Amsterdão, Bataafsche Leeuw, 1994, p. 48; e de Jean Gelman TAYLOR, *The Social World of Batavia*, p. xix.

⁴⁷ Categorias como “casado” ou “casado morador”, “soldado”, “religioso”, “funcionário”, “arrenegado”, “alevantageado ou lançado”, “chatim ou solteiro”.

⁴⁸ Cf. Sanjay SUBRAHMANYAM, *O império asiático português, 1500-1700*, pp. 305-379 *passim*.

refere a origem geográfica dos quadros recrutados pela VOC existentes em Cochim (cf. p. 105). Assim, ficamos sem saber como se distribuíam as categorias escolhidas em termos económicos, um factor importante à hora de saber qual o potencial peso reivindicativo de cada grupo social junto do seu empregador, sobretudo quando este hierarquizava os agregados por três tabelas de rendimentos (até 400 rijksdaalder, de 400 a 2.000 rijksdaalder, mais de 2.000 rijksdaalder) (cf. p. 98).

Embora seja indiscutível o aumento do peso do pessoal da companhia recrutado *in loco* ao longo do século XVIII (cf. pp. 104-107), alcançando a cota máxima de 40,41% em 1785 (cf. p. 105), a autora não explicita o conceito de “quadros qualificados” para saber se houve uma verdadeira revolução social no Malabar, visto que estes ultrapassam os três quartos dos efectivos (76,74%) em 1785 (cf. p. 105), ou se tal foi o reflexo de uma diminuição do número de europeus disponíveis para a função tendo a conta o declínio e a posição periférica de Cochim. Partindo dos números apurados por Bruijn e Gaastra nota-se que a diminuição da emigração “neerlandesa” para a Ásia foi posterior a 1770, depois de ter atingido o auge durante o decénio anterior⁴⁹, pelo que seria necessário arranjar uma explicação convincente que passaria exactamente pelo desinteresse dos emigrantes europeus pelo Malabar face a destinos mais atractivos como Java e o Ceilão.

A criouliização ou miscigenação, conforme afirma Anjana Singh, é um dado irrefutável ao longo do século XVIII, embora a população intramuros de Cochim tenha sido sempre oscilante. Repare-se que, segundo os dados fornecidos por Marianne Wolff, houve uma diminuição populacional na primeira metade do século, seguida de uma recuperação, pois por volta de 1760 o número total dos habitantes ultrapassava o registado em 1700. Mas curiosamente o total de lares existente em Cochim intramuros diminuiu após 1700 e jamais recuperou o número assinalado para esse ano. Porquê? E como se repercutiu este fenómeno na malha urbana? Infelizmente a autora não nos dá respostas

População de Fort Cochim (1700-1790)

Anos	Lares	Total população	Escravos %
1700	371	1.994	—
1730	208	1.682	—
1760	206	2.040	1.275 (62,5%)
1790	241	2.317	1.299 (56,1%)

Fonte: Anjana SINGH, *Fort Cochim in Kerala, 1750-1830*, pp. 35, 93, 97.

O outro dado interessante assinalado por Singh é o peso desmesurado do elemento servil (cf. p. 97), cujo número não cessou de crescer apesar de diminuir o seu peso no cômputo geral dado o aumento dos habitantes. Trata-se de um fenómeno tipicamente neerlandês, pese a autora não ter estabelecido comparações com outros estabelecimentos da VOC quando o podia e devia ter feito. Um artigo de Markus Vink com informação para

⁴⁹ Os totais conhecidos da emigração “holandesa” para a Ásia por década são: 1750-1760, 52.000; 1760-1770, 57.300; 1770-1780, 47.100; 1780-1790, 42.200; 1790-1795, 13.000. Os dados foram retirados do artigo de Femme S. GAASTRA e J. R. BRUIJN, “The Dutch East India Company's Shipping, 1602-1795, in a comparative perspective”, in *Ships, Sailors and Spices. East India Companies and their Shipping in the 16th, 17th and 18th centuries*, editado por Jaap R. Bruijn e Femme S. Gaastra, Amsterdão, NEHA, 1993, p. 198, e foram obtidos tendo em conta o número de pessoas que saiu da Europa para a Ásia a bordo de navios da VOC menos as pessoas que fizeram a torna-viagem pelas embarcações da referida companhia.

alguns estabelecimentos da companhia no Índico entre 1673 e 1731, como Batávia, Cidade do Cabo, Cochim, Colombo, Amboino⁵⁰, Malaca⁵¹ e Macassar⁵², mostra uma realidade urbana marcada pelo peso desmesurado da população cativa em constante crescimento, com o perigo de revoltas que isso acarretava. A título de exemplo veja-se que Cochim, caso particular que nos interessa aqui, já registava valores superiores a 35% para o último quartel do século XVII⁵³. E desde então não parou de subir. A fim de encontrarmos paralelos para as urbes neerlandesas na Ásia, a nível da percentagem de escravos sobre a população total entenda-se, teríamos que nos deslocar para o continente americano ou africano, o que é significativo em termos da expansão europeia.

Assinale-se, para efeitos comparativos, que os centros urbanos portugueses tinham uma percentagem de habitantes servis bem menos numerosa. Desconhecem-se elementos concretos para Cochim, mas para Malaca, caso estudado por Luís Filipe Thomaz com dados parcelares, sabe-se que no início do período português em 1511 a percentagem de escravos andaria entre os 2,5% e os 5,5% para uma urbe que contava com 120.000 a 200.000 habitantes. Infelizmente falta-nos informação mais exacta para o início do século XVII, pois tão-só há referência aos casados portugueses, avaliados em cerca de 250 a 300 por volta de 1635, os quais possuíam uns 2000 cativos, ou seja uma média de sete a oito por casado. Este valor representava uma diminuição face ao que se conhecia para meados de Quinhentos, quando a média existente andava na casa dos seis a dez escravos por casado⁵⁴. Qual seria seu peso no cômputo global da população de Malaca em 1635?

Como esta atingiria por então um número inferior ao de 1511⁵⁵, pode-se especular que a percentagem dos cativos andaria quanto muito na casa dos 10%. Esta estimativa choca com o que se conhece para a Malaca sob a administração da VOC, cuja percentagem de escravos em 1678 já alcançava os 36,48% para atingir os 40,07% em 1682⁵⁶. Claro que nem todos os cativos mencionados no estudo de Vink eram residentes de longa duração, já que muitos estariam de passagem para zonas de “assentamento” em Batávia, Ceilão e no Cabo, no extremo meridional de África⁵⁷. Quanto a Cochim, a sua percentagem seria mais ou menos estável e os escravos dedicavam-se sobretudo a tarefas urbanas (cf. p. 99).

Mas o aspecto mais relevante da contribuição de Anjana Singh prende-se com a descrição da sociedade miscigenada que floresceu em Cochim, onde aparecem os topazes “portugueses”. Mau grado as tentativas da VOC impor uma sociedade segregada, usando o velho método de dividir para reinar e um tratamento diferenciado consoante a relação do indivíduo para com a companhia (cf. p. 115), as práticas sociais descritas com minúcia pela autora revelam o contrário. A sociedade “neerlandesa” deste porto malabar era o

⁵⁰ Ambon, localidade nas ilhas de Maluco [Maluku], a 3°42'S e 128°10'E.

⁵¹ Melaka, cidade na península malaia perto do estreito homónimo, fica a 2°11'N e 102°23'E.

⁵² Makassar, cidade situada na parte sudoeste da ilha de Celebes face ao estreito homónimo, a 5°08'S e 119°25'E.

⁵³ Markus VINK, “«The World Oldest Trade»: Dutch Slavery and Slave Trade in the Indian Ocean in the Seventeenth Century”, in *Journal of World History*, 14-2, 2003, pp. 148-149. Como foi publicado em 2003 estava disponível para Singh poder estabelecer comparações.

⁵⁴ Luís Filipe F. R. THOMAZ, “A escravatura em Malaca no século XVI”, in *Studia*, n.º 53, 1994, pp. 258-259, 284.

⁵⁵ Tendo em conta as condições económicas; cf. Paulo Jorge Corino de Sousa PINTO, *Portugueses e malaiois. Malaca e os Sultanatos de Johor e Achém*, Lisboa, SHIP, 1997, pp. 46-58.

⁵⁶ Cf. Markus VINK, *art. cit.*, p. 148.

⁵⁷ A este respeito veja-se Rik van WELIE, “Slave Trading and Slavery in the Dutch Colonial Empire: A Global Comparison”, in *New West Indian Guide/Nieuwe West-Indische Gids*, vol. 82, n.º 1 & 2, 2008, pp. 67-74, 79-88.

resultado de casamentos entre europeus e mulheres locais, tanto castiças como mestiças ou topazes (cf. pp. 98, 110). Repare-se como Anquetil Duperron, de passagem por Cochim entre Dezembro de 1757 e Janeiro de 1758, não deixou de assinalar vaidosamente como a sua presença no jantar oferecido pelo governador Jong atraiu “l’attention de mesdames les Hollandoises, moitié blanches, moitié noires, qui étoient à table”⁵⁸. Apesar da mistura não deixavam de ser “holandesas” aos olhos do francês.

Mas ao contrário da miscigenação portuguesa, cujas marcas identitárias passavam pelo uso do português como língua veicular e a prática do catolicismo, a mestiçagem neerlandesa em Cochim jamais conseguiu impor o neerlandês, dado utilizar o português no seu quotidiano e em documentos oficiais, para além de ter sido contaminada pela religião dos “papistas”. O calvinismo, apesar do patrocínio e das limitações impostas pela VOC no recrutamento de católicos (cf. pp. 110, 137-138), jamais conseguiu implantar-se com sucesso no Malabar. Os casamentos mistos, nem sempre bem vistos pela companhia mau grado o seu número (cf. p. 123)⁵⁹, foram os principais responsáveis pela existência de uma importante fatia de católicos intramuros, embora tal nunca tenha constituído um problema na sua relação com os vizinhos calvinistas (cf. p. 126). Ao todo Singh chega a enumerar seis tipos de matrimónios em Fort Cochin com base na origem geográfica e étnica dos nubentes (cf. p. 123)⁶⁰.

Conforme refere Anjana Singh, a sociedade que se construiu em Fort Cochin a partir de finais de Seiscentos foi o resultado do seu relativo isolamento no âmbito da presença neerlandesa na Ásia e da sua falta de contactos e intercâmbios com Batávia e a metrópole (cf. p. 113). É pena que a autora não tenha tido em conta mais vezes este tipo de perspectiva abrangente ao longo da sua análise pois ter-lhe-ia sido profícua. E, por exemplo, para ilustrar a intimidade dessa sociedade mista, europeia na rua mas criouliizada e informal no espaço privado (cf. p. 127), não teria sido possível explorar os dados fornecidos pelos testamentos e outras fontes para reconstruir o seu quotidiano, a sua vida material? Por altura da redacção da sua tese Anjana Singh dispunha de guias para tentar alcançar este desiderato, a começar pelo já mencionado livro de Leonard Blussé⁶¹, a par de outro mais recente sobre o mundo revelado pelos desenhos e aguarelas de Jan Brandes, obra essa que abre uma janela sobre a realidade que a autora procurava estudar e que aliás cita⁶². Outro tipo de informação consultada pela autora permitir-lhe-ia apresentar-nos os habitantes de Cochim inseridos nas ruas onde moravam e caracterizar estas tendo em conta as categorias sociais usadas por si. Pensamos que as fontes não lhe faltam, basta percorrer pelo apêndice 2 para ver que tal seria possível para 1792 pelo menos (cf. pp. 277-283). E do ponto de vista da iconografia a tarefa estava facilitada pois há mapas que mostram a malha urbana de Fort Cochin, a começar pelo de Baldaeus datado de 1672 e aqui reproduzido.

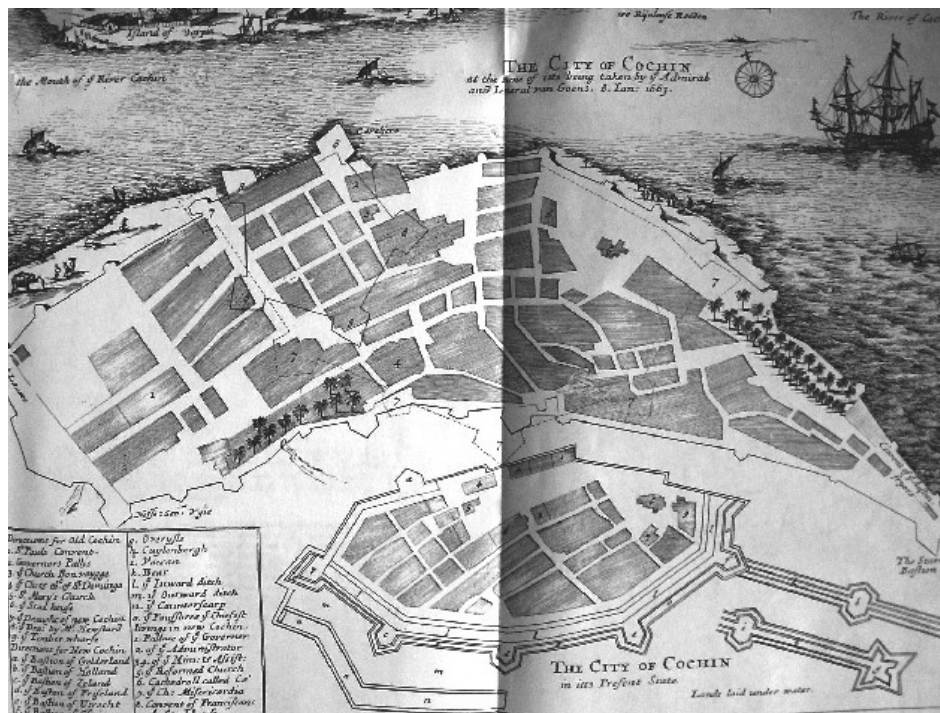
⁵⁸ Abraham Hyacinthe Anquetil DUPERRON, *Voyage en Inde 1754-1762. Relation de voyage en préliminaire à la traduction du Zend-Avesta*, editado com introdução, notas e bibliografia por Jean DELOCHE, Manonmani FILLIOZAT e Pierre-Sylvain FILLIOZAT, Paris, École Française d’Extreme Orient/Maisonnette et Larose, 1997, p. 200.

⁵⁹ Segundo os dados avançados por Singh, dos 372 casamentos registados em Fort Cochin, entre 1749-1768 e 1782-1802, 50% das mulheres e 33% dos homens que se casaram pela Igreja Reformada Holandesa eram católicos, cf. p. 124.

⁶⁰ Entre dois europeus, entre europeu e mestiça, entre europeu e indígena, entre mestiços, entre mestiço e indígena, entre dois nativos. Cabe perguntar onde estão os castiços neste quadro? Estarão compreendidos entre os europeus?

⁶¹ Veja-se Leonard BLUSSE, *Strange Company*, especialmente os capítulos VII e VIII.

⁶² Cf. Max de BRUIJN e Remco RABAN, *The World of Jan Brandes, 1743-1808: Drawings of a Dutch Traveller in Batavia, Ceylon and Southern Africa*, Zwolle/Amsterdão, Waanders Uitgeverij/Rijksmuseum, 2005.



A cidade devia ter sido melhor descrita e caracterizada do que o foi (cf. pp. 23-28), para explicar melhor o conceito da falta de um verdadeiro centro urbano, já para não falar da inserção de Cochim numa cadeia de urbes vizinhas que de alguma forma estavam interligadas e eram complementares. Podemos servirmos-nos de Anquetil Duperron como guia para Cochim em 1757-1758 a fim de vermos uma sucessão de centros urbanos dispersos, com palmeirais de permeio, que se estendem desde Fort Cochim até Tripunittura⁶³, o assento dos rajás locais, passando por Mattanchery⁶⁴ e a pequena Cochim com o palácio real construído pelos portugueses, seguidas de uma sucessão de bazares, o judeu branco, o judeu negro, o muçulmano, e por fim Palurte [Pallurutti]. O francês foi categórico ao afirmar que a antiga cidade de Cochim se espalhava por uma área mais vasta que a sua contemporânea, da qual ainda se podia calcular a grandeza pelos restos físicos que ainda havia de pé⁶⁵.

Não deixa de ser tentador deitar uma vista de olhos sobre a Santa Cruz de Cochim portuguesa para ver como a cidade encolheu após a conquista neerlandesa, naquele que é um padrão repetido pela VOC noutros aglomerados urbanos portugueses tomados pela companhia tanto no Malabar como em Ceilão. De resto, uma leitura da obra do pastor calvinista Philip Balde, mais conhecido sob a versão latinizada do seu nome, Philippus Baldaeus (1632-1672), mostra esta política aplicada pela companhia em Coulão e Colombo⁶⁶. Por comparação, a Fort Cochim neerlandesa era uma cidade muito mais

⁶³ Fica a 9° 57' N e 76° 20' E.

⁶⁴ Fica a 9° 57' N e 76° 15' E.

⁶⁵ Anquetil DUPERRON, *Voyage en Inde 1754-1762*, pp. 196-197.

⁶⁶ Philip BALDAEUS, *A True and Exact Description of the Most Celebrated East-India Coasts of Malabar and Coromandel and also of the Isle of Ceylon translated from the High-Dutch printed*



Para além da sociedade intramuros Anjana Singh valoriza a obra com uma breve incursão social nas zonas circundantes de Cochim, tanto na “cidade indígena” (Mattanchery) como na vizinha ilha de Vaipim⁶⁸. Esta parte é especialmente interessante para os historiadores portugueses dado retratar aí a sociedade malabar mais tocada pela presença lusitana. Embora convenha acrescentar que havia pessoas com nomes portugueses intramuros, provavelmente mestiços e topazes ao serviço da VOC. Na mencionada lista de moradores de Fort Cochim em 1792 aparece um Pedro de Croes [Cruz], cidadão topaz morador na Ossestraat, literalmente a Rua do Boi, e mais à frente na Burgerstraat habitavam dois *vrijburgers* Joachim [Joaquim] de Silva e Roberto de Kroes [Cruz], uma topaz chamada Teresia [Teresa] Pereira, o soldado Fransisko de Kroes [Francisco de Cruz] e dois flautistas, Manuel de Kosta [Costa] e Achilles de Kroes [Aquiles de Cruz]. O rol de apelidos portugueses prossegue com os Rodrigo, Rosário, Correia, Queirós, Ferreira e Faria entre outros. Alguns ocupavam posições de relevo, como Ignatio Rodriguez [Inácio Rodrigues], capitão dos Cidadãos Negros, morador do lado ocidental da Prinsestraat e talvez aparentado a um Anthoni Rodrigues [António Rodrigues], também oficial dos Cidadãos Negros, mas na reserva, e residente no mesmo eixo viário.

⁶⁷ O mapa de Cochim português foi retirado do *Livro das Plantas das fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental com as descrições do marítimo dos reinos e províncias onde estão situadas e outros portos principais daquelas partes. Contribuição para a história das fortalezas portuguesas no ultramar*, editado com um prefácio por Luís da SILVEIRA, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1991, p. 88.

⁶⁸ Vaipi, ou Vypin, um ilha ao norte de Cochim, a 9°59'N e 76°14'E.

A noção do *zwarte burger* denota o topaz, incluindo tanto o do perímetro urbano como o dos arredores de Cochim, que por serem cristãos estavam sob a jurisdição da companhia desde 1663, apesar de serem católicos. Aquando da sua conquista pela VOC, a Cochim portuguesa teria uns onze mil habitantes, sendo assim mais populosa que a Fort Cochin sua sucessora. O número é o resultado da soma dos três mil moradores que partiram para Goa⁶⁹ e dos oito mil que ficaram para trás, dos quais quatro mil eram topazes⁷⁰. Tal cópia de gente assegurou a continuidade de uma porção da população que falava português e mantinha contactos com Goa por via dos missionários, apesar da VOC fazer os possíveis para impedir o proselitismo católico. O fracasso da companhia e a persistência do Padroado deu os seus frutos a longo prazo, nem sempre isentos de crises e de contestações até meados do século XIX⁷¹. Se a informação fornecida por Anquetil Duperron era a correcta, em 1758 haveria naquela costa cinquenta mil católicos, sem contar com os cem mil síro-malabares de obediência a Roma e os cinquenta mil síro-malabares “cismáticos”⁷². Mas qual seria o número efectivo de topazes “portugueses” em Cochim e arredores?

Faltam-nos dados concretos para meados de Setecentos, mas para finais do século uma estimativa da EIC elaborada em 1795 revelava a existência de doze mil cristãos entre “portugueses” e malabares, com três mil topazes a reivindicarem a sua herança portuguesa (cf. p. 177). Aparentemente o número de topazes tinha diminuído face a informações anteriores, sinal que podiam ter partido para outras paragens, como Verapólis um pouco mais ao norte⁷³, ou então tinham-se diluído entre a população de Fort Cochin. Numa sociedade como a indiana marcada pela filiação de pertença a um grupo e pela relação que este estabelece com os demais estamentos sociais, o parecer é tão ou mais importante que o ser, desde que a ficção seja bem vendida e aceite pelos demais. Servindo-nos sempre de Anquetil Duperron como guia, constatamos que os topazes de Cochim eram “nés de Portugais et des Noires [malabares] en mariage légitime ou en concubinage” e que andavam sempre “habillés à l’européenne”⁷⁴. Esta filiação era um dado aceite e divulgado entre todos os europeus presentes na Índia. Assinale-se como em 1743 o governador cessante do Malabar Julius Valentijn Stein van Gollennesse (1734-1742) os descreveu como sendo os antigos escravos forros dos portugueses ou os seus bastardos, os quais não só tomaram de empréstimo como mantiveram cuidadosamente o apelido e o carácter dos antigos amos⁷⁵.

⁶⁹ Sete naus holandesas e duas sumacas depositaram 3.000 habitantes de Cochim na barra de Goa, dos quais a maioria eram mulheres e crianças (2.600), os homens feridos ultrapassam os 100 e o resto era composto por religiosos seculares e regulares; cf. “Carta de António de Melo e Castro para D. Afonso VI”, Goa, 01.01.1663, in AHU, *Índia*, cx. [25] 44, doc. 147.

⁷⁰ Pius MALEKANDATHIL, *Portuguese Cochin and the Maritime Trade of India, 1500-1663*, Nova Delhi, Manohar, 2001, pp. 77-78.

⁷¹ Para uma visão panorâmica veja-se Stephen NEILL, *A History of Christianity in India, 1707-1858*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

⁷² Anquetil DUPERRON, *Voyage en Inde 1754-1762*, p. 205.

⁷³ Varāppoli, a norte de Cochim e sede de uma diocese católica, a 10°06' N e 76°15' E.

⁷⁴ Anquetil Duperron, *ibidem*. E o francês acrescenta como a maior parte dos criados dos holandeses, ingleses e franceses na Índia eram topazes.

⁷⁵ “Memória sobre a administração da costa do Malabar composta por sua excelência o membro extraordinário do Conselho, governador eleito de Ceilão e governador cessante do Malabar Julius Valentijn Stein van Gollennesse para o seu sucessor o excelentíssimo comandante Reinicius Siersma no Ano da Graça de 1743”, in *Selections from the Records of the Madras Government, Dutch Records No. 13, The Dutch in Malabar*, traduzido, anotado e editado por A. GALLETTI, A. J. Van der BURG e P. GROOT, Madrastra, Government Press, 1911, p. 89 (doravante *The Dutch in Malabar*).

Nota-se da parte de Van Gollennesse um certo desprezo pelos topazes, talvez influenciado pela putativa ascendência portuguesa, que parece ter feito escola entre a elite administrativa da VOC. Um dos seus sucessores, Adriaan de Moens, repetiria em 1781 que os topazes eram os antigos escravos emancipados dos portugueses ou então o fruto da sua “mistura” com as nativas, tendo por isso preferido contá-los antes entre os “nativos”, i.e. fazia-os indianos, do que entre os estrangeiros, ou seja no seu ponto de vista não eram europeus. Tal como Van Gollennesse, Moens também escreveu que foram buscar o apelido aos seus antigos amos ou às velhas famílias portuguesas, para além de falarem um crioulo português e se vestirem à europeia, apesar de andarem descalços, e traziam na cabeça um barrete de linho branco e sobre este um chapéu⁷⁶. O facto de se trajarem à europeia servia para os distinguir dos restantes indianos e reivindicarem a sua ascendência portuguesa, embora mantivessem laços de convivência com as demais comunidades e servissem de medianeiros entre estes e os europeus. Aparentemente os topazes tiveram sucesso neste papel, uma vez que após 1663 reconstruíram o seu papel como intermediários da nova potência europeia a ocupar pontos-chave do litoral malabar: a VOC.

Aliás o topaz era isso mesmo, o medianeiro, pois o étimo dravídico *tuppāsi* significa “bilingue, interprete”, os quais seriam por natureza, embora não exclusivamente, os aculturados e os mestiços⁷⁷. Não por acaso Van Gollennesse fez menção do língua topaz Inácio Teixeira, um natural de Cochim que passou ao serviço dos franceses em Mahé e posteriormente regressou à protecção da VOC em 1742, acolhendo-se em Cananor mediante o perdão promulgado pela companhia para os desertores que quisessem voltar ao seu seio⁷⁸. Repare-se que há, em português, três significados para o termo topaz: o de “mestiço”, o de “cristão indígena” e o de “interprete”. Singh, contudo, só regista as duas primeiras, a do “indígena católico” e a do “mestiço católico que reclamava ascendência portuguesa” (cf. p. xix)⁷⁹. Do português a palavra passou às restantes línguas europeias com presença na Ásia, embora com ligeiras diferenças que mais não são que o fruto da evolução do seu significado. Nalgumas zonas, como no litoral noroeste, oeste e sudoeste de Timor, a documentação da VOC também chamava os *toepassen* [topazes] de *zwarte portugeezen* [portugueses escuros]⁸⁰.

Assinale-se que em Cochim também havia os *zwarte burgers*, ou seja os “cidadãos escuros”, alguns dos quais compunham uma milícia ao serviço da VOC. É que topaz também se tinha tornado sinónimo de “soldado nativo/mestiço”, sentido recorrente a partir do século XVIII, embora já fossem conhecidos antes neste papel militar⁸¹. Recorrendo mais uma vez à autoridade de Anquetil Duperron, o francês conta-nos como se deparou com dois topazes “ingleses” no Bengala e descreveu-os simplesmente como

⁷⁶ “Memória sobre a administração do Malabar apresentada por sua excelência Adriaan Moens”, 1781, in *The Dutch in Malabar*, p. 188.

⁷⁷ Cf. Sebastião Rodolfo Dalgado, *Glossário Luso-Asiático*, s.v. A versão árica vem do sânscrito dvibhāṣya, “aquele que fala duas línguas”, que deu em português “dubaxi”, cf. *Glossário Luso-Asiático*, s.v.

⁷⁸ “Memória [...] Van Gollennesse”, in *The Dutch in Malabar*, p. 89. Van Gollennesse refere outro língua topaz, Domingos Rodrigues que estava ao serviço da EIC em Anjengo [Anjuthengu, a 8°40'N e 76°46'E], cf. pp. 89-90.

⁷⁹ Além do mais Anjana Singh grafa mal a palavra portuguesa, “tupas” (cf. p. xix).

⁸⁰ Cf. G. P. ROUFFAER, “Portugeezen (zwarte)”, in *Encyclopædie van Nederlandsch-Indië*, (2.ª edição), dirigida por D. G. STIBBE, vol. III (N-Soema.), Haia/Leida, Martinus Nijhoff/Brill, 1919, pp. 453-454. Na realidade “zwarte”, um adjectivo, significa literalmente “preto”, embora o sentido seja mais o de “pele escura” e não o africano, daí a opção pelo termo “escuro”.

⁸¹ Vejam-se os casos citados por DALGADO, *Glossário Luso-Asiático*, s.v. e por YULE e BURNELL, *HOBSON-JOBSON*, s.v. [Topaz].

“soldats noirs chrétiens, habillés à l’européenne”⁸². “Ingleses” neste caso queria dizer simplesmente que estavam ao serviço da EIC, porque havia a ideia generalizada de os fazer descender de portugueses. Veja-se ainda como outro francês, Jean-Baptiste Chevalier de seu nome e contemporâneo das aventuras indianas de Anquetil Duperron, referiu como entre os soldados que constituíam a guarnição de Dacca [Dhākā]⁸³ havia 20 topazes que mais não eram que “des soldats chrétiens descendus des anciens Portugais”⁸⁴.

Daí que posteriormente tenham feito derivar, erroneamente por acção parónima, o seu nome do turco *topakçı*, o “mosqueteiro, artilheiro”, por lidarem com armas de fogo, e outros procurassem ainda buscar a origem do termo “topaz” por utilizarem chapéu, *ṭopī* em hindustânico, sendo também conhecidos por *ṭopīwālā*, ou seja “os do chapéu”⁸⁵. Uma característica particular que Moens apontou como sua em 1781. Mas voltemos aos nossos topazes de Cochim dos quais a VOC era grande empregadora, recrutando-os especialmente como soldados (cf. p. 28, 33). A supracitada memória de Adriaan Moens apresentava uma força estacionada em Cochim composta por 450 topazes e enquadrados por um capitão, dois tenentes, quatro porta-bandeiras e outros suboficiais⁸⁶. Seria esta a guarda dos *zwarte burgers* comandada por Inácio Rodrigues a que alude o censo de 1792?

Provavelmente, uma vez que a VOC, como vimos, tinha tendência para os designar sob as duas formas. A questão é que anteriormente a documentação também faz menção de um corpo de lascars ao qual pertencia um certo tenente Matias Viveiros, que em 1754 assinou uma nota de dívida em português (cf. p. 135). Mas seria este Matias Viveiros topaz ou lascar? O problema dos apelidos portugueses usados indistintamente por estes dois grupos sociais é que nem sempre se pode descortinar a sua origem. Enquanto os topazes reivindicavam uma ascendência portuguesa, os lascars eram, como o reconhecia o memorial elaborado por Van Gollennesse em 1743, “nativos do Malabar, convertidos de todas as castas à fé papista pelos sacerdotes romanos”⁸⁷. Mais, os oficiais dos lascars podiam ser topazes, conforme apontam os nomes, como o do capitão Tomás de Brito, o comandante por volta de 1743 cujo alcoolismo constituía um problema que carecia resolução, tendo Van Gollennesse recomendado a sua substituição pelo tenente Francisco de Sousa⁸⁸. Havia assim, sob a bandeira da VOC, muitas etnias a prestar serviço militar, pois para além dos topazes ainda existiam soldados malaio em Cochim (cf. Apêndice 2).

Como todos os funcionários da companhia que terminavam o seu contrato, os topazes podiam continuar a habitar intramuros nos estabelecimentos da VOC como *vrijburgers*, como se pode comprovar pela lista dos moradores de Fort Cochin recenseados em 1792. Claro que as topazes também viviam dentro das muralhas sem serem necessaria-

⁸² Anquetil DUPERRON, *Voyage en Inde 1754-1762*, p. 120.

⁸³ A capital do Bangladesh, a 23°42'N e 90°22'E.

⁸⁴ Jean-Baptiste CHEVALIER, *Les aventures de Jean-Baptiste Chevalier dans l'Inde Orientale (1752-1765). Mémoire historique et journal de voyage à Assem*, texto estabelecido e anotado por Jean DELOCHE, Paris, École Française d'Extreme-Orient, 1984, p. 44.

⁸⁵ A este propósito veja-se YULE e BURNELL, *Hobson-Jobson*, s.v. [Topaz, Topee, Topeeewala]. Em tempos mais recuados o termo *ṭopīwālā* também designava os soldados persas ou mogóis, cf. John PLATTS, *A Dictionary of Urdū Classical Hindī and English*, (reimpressão da edição de 1884), Nova Delhi, Munshiram Manoharlal Publishers, 2000, s.v. [ṭopī]

⁸⁶ “Memória [...] Adriaan Moens”, in *The Dutch in Malabar*, p. 188. Tratava-se de um total recente, pois em 1780 os efectivos deste corpo de topazes não ultrapassavam 119 homens, dos quais 93 eram soldados, cf. p. 189, nota 1. O aumento era um sinal que a conjuntura política do Malabar se tinha deteriorado mais e que a VOC precisava de reforçar o seu dispositivo militar em torno de Cochim face a ameaças regionais (Travancor e Maiçur) e da EIC.

⁸⁷ “Memória [...] Van Gollennesse”, in *The Dutch in Malabar*, p. 90.

⁸⁸ “Memória [...] Van Gollennesse”, in *The Dutch in Malabar*, pp. 90-91.

mente casadas com os seus congêneres masculinos, mas como se viu a mobilidade social feminina dentro das sociedades europeias na Ásia era um facto adquirido no período pré-colonial. De resto, como a própria Anjana Singh escreve, as mulheres euro-asiáticas foram um factor social integrador dos europeus que chegavam a Cochim. Mas convivência não significava sempre apreço, pelo menos da parte de uma certa elite administrativa da companhia. Van Gollennesse primeiro e Moens depois acusaram-nos encobertamente de serem uns ingratos, pois tinham prosperado sob a protecção tolerante da companhia e nem mesmo assim se podiam fiar inteiramente da maioria deles. Aparentemente o factor religioso pesava à hora do julgamento dos administradores neerlandeses e da fidelidade dos topazes. Todavia, seria mesmo assim?

Van Gollennesse referiu que o seu catolicismo os fez mudar de bando quando um esquadrão naval francês demonstrara a sua força no litoral malabar por volta de 1739, pelo que atribuiu o seu desafecto e deserção à sintonia religiosa⁸⁹. Só que na realidade os melhores topazes, conforme reconheceu o memorial, desertaram porque pensaram que as companhias comerciais britânica e francesa ofereceriam melhores oportunidades que a VOC na fase de instalação de novas feitorias na região. O seu abandono não seria antes o reconhecimento do declínio holandês? Provavelmente, mas a sua partida para as feitorias das Companhias da Índias rivais apenas contribuiu para aumentar o desprezo generalizado que parece imperar no topo da administração neerlandesa a seu respeito. Em 1781 o memorial de Moens repisou os mesmo temas, sinal que o desafecto e saída dos topazes continuaria, já que o governador cessante sublinhou o seu fanatismo religioso, cuja superstição ultrapassava a de portugueses e espanhóis, a par da sua cobardia e falta de brio militar, pelo que nunca poderiam nem deveriam servir como soldados de primeira linha⁹⁰.

Contudo, não parece que este tipo de sentimento tenha influenciado os demais membros da VOC em Cochim quanto ao seu tratamento com os topazes, conforme se depreende do trabalho de Anjana Singh. Assinale-se que os topazes continuavam a ver na companhia o seu protector legal no quadro regional. Para além de quererem tirar partido do facto de serem intermediários naturais junto dos europeus, os topazes continuavam a fazer carreira na VOC e lucravam traficando. De resto, o fenómeno de atracção e mediação estendia-se aos demais centros europeus na Índia e parece ter-se acelerado durante o século XVIII. Veja-se o caso de Madrasta⁹¹, para onde os habitantes da vizinha São Tome de Meliapor⁹² se voltaram após a sua incorporação neste empório da EIC em 1753, aproveitando as suas redes próprias e dinamizando ainda mais as capacidades do seu porto⁹³. E como não podia deixar de ser, os topazes também afluíram às feitorias e fortalezas francesas, onde podiam tirar partido da afinidade religiosa a fim de serem recrutados para engrossar as guarnições da *Compagnie des Indes*⁹⁴. Não que os franceses

⁸⁹ "Memória [...] Van Gollennesse", in *The Dutch in Malabar*, pp. 89-90.

⁹⁰ "Memória [...] Adriaan Moens", in *The Dutch in Malabar*, pp. 188-189.

⁹¹ Também conhecida como Madras em inglês, actualmente Chennai, na costa do Coromandel a 13° 05'N e 80° 16'E.

⁹² Mylapore nos mapas actuais, antigamente a sul de Madrasta e hoje integrada na sua área metropolitana, a 13° 01'N e 80° 16'E.

⁹³ Sinnapah ARASARATNAM, "Merchants, Entrepreneurs and Intermediaries", in *Maritime Commerce and English Power. Southeast India, 1750-1800*, Nova Delhi/Aldershot, Sterling Publishers/Varioum, 1996, p. 280.

⁹⁴ Veja-se Catherine MANNING, *Fortunes a Faire. The French in Asian Trade, 1719-48*, Aldershot/Brookfield (Vermont), Varioum/Ashgate Publishing, 1996, pp. 52-53.

tivessem melhor impressão das suas virtudes militares que os neerlandeses⁹⁵, mas neste ponto todos os europeus comungavam da mesma ideia, incluindo os portugueses.

Havia, de resto, certos valores que os europeus partilhavam a respeito dos topazes. Os franceses, por exemplo, também não os integraram na sociedade “branca”, ou seja europeia ou “castiça”, tal como fizera Moens. Só no século XIX é que os topazes conseguiram ser assimilados ao mesmo grupo que os mestiços nas colónias indianas da França⁹⁶. Viviam, por isso, marginalizados tanto pelos europeus como pelos indianos, embora servissem de ponte de contacto. Talvez não surpreenda que topazes e demais cristãos indianos que viviam intramuros em Pondichéry tivessem um campo santo distinto do dos franceses, ainda que ficasse no bairro de São Luís, uma das duas zonas “brancas” por excelência da cidade⁹⁷.

Mas ao contrário da sua relação com os funcionários da VOC, pelo menos em Cochim, a miscigenação de topazes com franceses parece ser mais baixa tanto numericamente como socialmente. Repare-se que a companhia francesa⁹⁸ só permitia o casamento de soldados com as topazes, ficando os oficiais barrados de o fazer por lei⁹⁹. A sua percentagem era, por isso, baixa, 34% segundo estimativas actuais, embora o concubinato com as topazes fosse tolerado em qualquer ponto da Ásia¹⁰⁰. Prova disto reside nos contratos de casamento, como o celebrado a 25 de Janeiro de 1755 entre o soldado bordalense Antoine de l’Ail e Catarina Moreira, filha de Joana Moreira e Inácio Fernandes. Acrescente-se que se tratava do segundo casamento da noiva, anteriormente consorciada com o cabo Damiens¹⁰¹.

Sublinhe-se a repetição de fenómenos e comportamentos sociais no relacionamento de topazes com europeus. Um destes eram os segundos casamentos das topazes, conforme ocorria no caso francês e no neerlandês, resultado prático do clima na taxa de mortalidade masculina entre os europeus e dos azares profissionais da vida militar. O outro caso eram os matrimónios dentro da mesma família, como parece ocorrer com duas mulheres de apelido Rodrigues, uma Rosa casada com Jean Le Brun que venderam a 21 de Fevereiro de 1755 a Natália (?) e ao seu esposo Jacques Brière a terça parte de uma casa situada ao norte do forte de Karikal¹⁰² por 28 pagodes¹⁰³. Aparentemente os neerlandeses eram mais abertos socialmente para se consorciar com mestiças e topazes, pois na documentação francesa há rasto do casamento entre um médico da VOC de nome Batteng e uma Natália Moreira, sem dúvida mestiça ou topaz. As coisas acabaram-se por compor na segunda geração, pois o filho de ambos, Pierre Batteng, nascido em Mergui¹⁰⁴ e mestiço, conse-

⁹⁵ Cf. Jacques WEBER, “La mosaïque pondichérienne”, in *Pondichéry, 1674-1761. L'échec d'un rêve d'empire*, direcção de Rose VINCENT, Paris, Éditions Autrement, 1993, p. 151.

⁹⁶ Idem, *ibidem*.

⁹⁷ Valérie BÉRINSTAIN, Claude SANDJIVY e M. T. C. TCHAKALOFF, “Naissance d’un style”, in *Pondichéry, 1674-1761*, p. 166.

⁹⁸ Cidade no litoral do Coromandel, Puducherry, a 11°55'N e 79°49'E.

⁹⁹ Por deliberação de 13.09.1743 a companhia francesa impôs aos seus funcionários e oficiais que deviam pedir uma autorização por escrito se queriam casar-se.

¹⁰⁰ Cf. Philippe HAUDRÈRE, *La compagnie française des Indes au XVIII^e siècle*, tomo II, pp. 594-595.

¹⁰¹ Cf. *Catalogue des manuscrits des anciennes archives de l’Inde Française Karikal 1739-1815*, tomo IV, publicado com uma introdução de Édmond GAUDART, Pondichéry/Paris, Bibliothèque Publique/Librairie Ernest Leroux, 1933, §3242, p. 22 (doravante *Catalogue des manuscrits*).

¹⁰² Localidade na costa oriental da Índia a 10°55'N e 79°50'E.

¹⁰³ *Catalogue des manuscrits*, § 3243, p. 22.

¹⁰⁴ A actual Myeik numa ilha no arquipélago homónimo no sul da Birmânia, mas que no século XVII e parte do XVIII pertencia ao Sião, a 12°26'N e 98°36'E.

guiu casar-se com uma europeia oriunda da Baixa Bretanha, Anne Mogy, a 9 de Maio de 1756¹⁰⁵. Uma promoção social em toda a escala. Tratava-se de um caso excepcional, como o da esposa de Joseph-François Dupleix, governador da Índia francesa (1742-1754), Joana Albert de seu nome, também ela filha de um cirurgião, mas da companhia francesa, e de uma topaz ou mestiça¹⁰⁶.

O paralelismo não é de estranhar, mau grado a especificidade dentro de cada presença europeia. Boa parte dos topazes buscava a protecção das potências europeias presentes na Índia, submetendo-se voluntariamente à sua jurisdição, ou seja aceitando as suas leis e tribunais. Os mestiços e topazes de Cochim ficaram automaticamente debaixo da alçada da VOC a partir de 1663 e acataram-na na sua vida diária com o que isso significava. Os que eram funcionários da companhia, por exemplo, tinham que pedir autorização para se casarem, para além de resolverem as suas disputas judiciais nos tribunais da VOC¹⁰⁷. Esta submissão à jurisdição de uma potência europeia também era aplicada nos estabelecimentos das demais Companhias das Índias, como no caso francês¹⁰⁸. Não deixa de ser interessante notar que, no exemplo neerlandês, os topazes e mestiços enquanto católicos viam barrada a sua entrada em escolas e instituições assistenciais, conforme aponta Anjana Singh (cf. pp. 139-143), mas continuavam a buscar o amparo da companhia. Tal ficou de manifesto na década de 1780 quando, no término de um conflito que os opôs ao rajá de Cochim, este expulsou cerca de 2.000 famílias topazes do seu reino e algumas procuraram abrigo detrás dos muros de Fort Cochin (cf. p. 133).

O paradoxo de uma contradição nunca resolvida, entre a aceitação social informal e miscigenação frente ao controlo institucional e à imposição de políticas restritivas, explica em grande medida o fracasso da disseminação do neerlandês como língua veicular e da missiologia calvinista no Malabar. Como resultado o português sobreviveu como língua de comunicação, que a própria VOC usava nos seus documentos oficiais, e o catolicismo prosperou, mau grado os conflitos que se registaram nas suas fileiras. Apesar deste quadro houve uma instituição da companhia que conheceu sucesso mesmo entre quem não era funcionário: o tribunal (cf. pp. 134-136). Trata-se de mais um exemplo onde Singh podia e devia ter ido mais longe, para além de citar uns quantos casos, nomes e etnias. A simples afirmação do interesse dos envolvidos não basta. O envolvimento de tantos não-neerlandeses nos tribunais da companhia tinha por trás a própria complexidade da vida comercial no oceano Índico durante o século XVIII, na qual as partes envolvidas procuravam resolver casos pendentes em tribunais “neutrais” pois os antigos sistemas de resolução de contencioso teriam deixado de ser eficazes. Seria, talvez, o reconhecimento da necessidade de obter uma justiça célere num mundo mercantil mais veloz e onde o direito comercial procurava uma formulação simples e consensual num século marcado por profundas alterações no relacionamento entre asiáticos e europeus¹⁰⁹.

Eis-nos chegados ao fim de uma revisão que vai longa. Em conclusão o livro de Anjana Singh cumpre com os seus objectivos, mas não entusiasma o leitor, nem explora os

¹⁰⁵ *Catalogue des manuscrits*, §3261, pp. 28-29. Batteng tinha sido capitão de um navio da companhia francesa e a sua união com Anne Mogy deve ter sido importante, pois esta morava com o capitão de Karikal, Pierre Porcher des Oulches, de quem devia ser pupila.

¹⁰⁶ Veja-se ROSE VINCENT, “Dupleix: une ambitieuse politique”, in *Pondichéry, 1674-1761*, pp. 126-127.

¹⁰⁷ “Memória [...] Van Gollenesse”, in *The Dutch in Malabar*, p. 89.

¹⁰⁸ Cf. Jacques WEBER, “La mosaïque pondichérienne”, in *Pondichéry, 1674-1761*, p. 151.

¹⁰⁹ Para uma visão panorâmica vejam-se os artigos reunidos em *On the Eighteenth Century as a Category of Asian History. Van Leur in Retrospect*, editado por Leonard BLUSSÉ e Femme GAASTRA, Aldershot, Ashgate, 1998; onde se procede a uma reavaliação da tese de Van Leur e se fornecem novas perspectivas.

dados apurados muito para além da sua simples constatação. Como ficou dito atrás, uma perspectiva mais abrangente teria enriquecido a sua visão e, conseqüentemente, beneficiado a tese, sobretudo em termos comparativos. Compreende-se que a autora não estava habilitada a fazê-lo para a época anterior, o Estado da Índia e a Cochim portuguesa, por desconhecer a língua, mas podia e devia tê-lo feito para a Fort Cochin face aos demais entrepostos da VOC, para os quais havia estudos e sabia neerlandês para explorar os arquivos. Tal só teria posto de relevo o trabalho de Singh e o esforço despendido na elaboração da dissertação. Por estranho que possa parecer, as críticas manifestadas são sintomáticas do apreço da obra em causa e, mais do que isso, das pistas que deixa no ar e do estímulo intelectual que a sua leitura induziu. Qualquer tese que se preze possui estes objectivos e neste ponto a de Anjana Singh cumpriu cabalmente com o seu propósito.

Há cerca de trinta anos a historiadora decana da VOC, M. A. P. Meilink-Roelofs, ao longo de outra extensa recensão chamava atenção aos seus pares para a necessidade de se estabelecer um estudo comparativo sério entre as diversas presenças europeias na Ásia, realçando as suas semelhanças no período pré-colonial¹¹⁰. A obra de Anjana Singh tornou premente o estabelecimento permanente desse diálogo.

JOÃO TELES E CUNHA

Donald WARRIN, *So ends this day. The Portuguese in American Whaling 1765-1927*, Dartmouth Mass., Center for Portuguese Studies and Culture, University of Massachusetts, 2010.

A obra em epígrafe da autoria de Donald Warrin, apresentada em New Bedford no mês de Junho do ano passado, seguindo-se a divulgação nos Açores no mês de Outubro com a presença do autor, constitui, na perspectiva do reconhecimento e da valorização do contributo dos portugueses dos Açores e de Cabo Verde, o mais importante trabalho sobre a história da indústria baleeira americana que alguma vez se editou. Acrescentaria mesmo que, pela primeira vez, no quadro da historiografia americana, se dá conta da verdadeira dimensão deste contributo, já que os autores que até ao presente dedicaram ao tema obras consideradas como de referência obrigatória, apenas assinalam a participação dos ilhéus dos arquipélagos portugueses dos Açores e de Cabo Verde de forma meramente accidental. Bastará recordar Alexander Starbuck (1877), Clifford Ashley (1926) e, mais recentemente, Eric Jay Dolin (2007). Em contraposição, e logo na nota de apresentação que antecede o prefácio do autor, Stuart M. Frank faz notar, generalizando, que o contributo dos açorianos e dos caboverdeanos tem sido frequentemente subestimado, ideia que as citações impressas na contracapa, da autoria de conceituados especialistas, enfaticamente sublinham. De facto, essa omissão tem sido sistemática, embora deva ressaltar-se que o investigador açoriano João Afonso na sua obra de 1998, *Mar de baleias e de baleeiros*, em breve alusão, já o havia reclamado de forma expressiva, aliás na continuidade de importante ensaio por ele elaborado mais de uma década antes, a que deu o título de *Baleação pelos Açores na dinâmica Atlântica desde o século XVIII*.

¹¹⁰ M. A. P. MEILINK-ROELOFSZ, "The structures of trade in Asia in the Sixteenth and Seventeenth centuries. A critical appraisal", in *Mare Luso-Indicum. L'océan Indien, les pays riverains et les relations internationales XVI^e-XVIII^e siècles*, IV, 1980, pp. 1-43.

Todavia, *So ends this day*, é mais do que a formulação de uma convicção ou de um conjunto de afirmações sustentadas na colheita de uma informação que permite intuir que se está em presença de uma realidade apercebida de um modo ainda vagamente consolidado. O que Donald Warrin nos oferece neste livro é uma abordagem sistemática resultante de uma extensa e profunda investigação, privilegiando fontes primárias de uma grande variedade, a suportar a formulação segura de uma tese que vai no sentido da afirmação inequívoca da relevância do contributo dos açorianos e dos caboverdeanos para o sucesso, e mesmo para a longevidade, da actividade da frota baleeira dos Estados Unidos da América pelos quatro cantos do mundo no decorrer de mais de século e meio. Mas adiemos outras considerações para momento oportuno e debruçemo-nos sobre a obra em concreto, sintetizando o que nos revela a sua leitura.

O primeiro capítulo caracteriza a realidade dos arquipélagos sublinhando a sua importância do ponto de vista da localização num contexto que se prende com as limitações da navegação nos séculos XVIII e XIX. Nas secções seguintes do capítulo fica esboçado um historial da baleação americana, a par de uma descrição da actividade e da sua evolução no que toca aos meios, equipamentos, técnicas e recursos, particularizando-se aspectos associados à economia da indústria e dos seus vários intervenientes, em particular quanto ao recrutamento e formas de contratação de tripulantes e à dureza da vida quotidiana a bordo.

No capítulo 2 expõe-se a evolução histórica da indústria, desde a fase pioneira iniciada nos portos de Nantucket e de Martha's Vineyard, assinalando-se a trajectória para o Horn na abertura decisiva para o Pacífico. Neste capítulo introduz-se o tema central da obra, com a presença precoce de portugueses que o autor identifica e que ocorre a par da descoberta dos bancos da Costa da Guiné e dos Açores, respectivamente nos anos de 1763 e de 1765. A problemática relativa aos preconceitos e conflitos resultantes da coexistência de homens das mais variadas origens, confinados ao espaço reduzido e bafiento do lendário "forecastle", não é descurada. Ficam ainda apontados os contornos da Revolução Americana e da Guerra de 1812 com o seu grande impacto na indústria baleeira, a que está também ligada a gradual afirmação da primazia de New Bedford e do seu papel no ressurgimento da actividade.

Na história do desenvolvimento da indústria baleeira dos Estados Unidos, o período que decorre entre os anos de 1835 a 1860, representa a sua idade de ouro, tanto do ponto de vista do seu significado na economia americana, como na expansão extraordinária da frota que ultrapassa os 700 navios. É o tratamento deste período que o capítulo 3 contempla e é neste capítulo da obra que se destaca o Atlântico e a relevância das ilhas e das suas gentes, sobretudo com os açorianos, já que a importância da participação dos caboverdeanos ganhará peso mais significativo a partir da década de 60. Do ponto de vista do contributo dos portugueses das ilhas que o livro analisa, este é certamente um capítulo fundamental. Donald Warrin "percorre" portos e oceanos, surpreendendo com precisão a presença de ilhéus, cada vez mais numerosa, num roteiro por paragens ignoradas até aos confins do Ártico e dando conta da lenta mas significativa ascensão na hierarquia de bordo, ainda que poucas vezes se posicionem para além da categoria de arpoadores. O autor deixa igualmente informação importante e menos divulgada quanto a actividades paralelas que os navios da frota baleeira não enjeitaram, nomeadamente na caça às focas, no rendoso transporte de guano e no envolvimento, certamente ainda mais proveitoso, no transporte de escravos. Os efeitos da "Gold Rush" a partir de 1848 e o seu impacto adverso na indústria baleeira fazem parte da análise que o capítulo nos apresenta, e aqui, de novo, ilhéus dos Açores e de Cabo Verde foram permeáveis ao chamamento do ouro, fazendo do porto de São Francisco uma escala indesejada para os armadores da frota baleeira. O capítulo encerra com aspectos, porventura dos mais fascinantes da narrativa de Donald Warrin, que quase tocam a ficção, como é o da "peregrinação" – o vocábulo é intencional

– de portugueses dos Açores e de Cabo Verde por ignotas paragens das ilhas dos Mares do Sul ou nos inóspitos gelos do Ártico, numa vida aventureira. Estes “beachcombers” trazem à memória, de forma irresistível, os “lançados” da costa africana na época da expansão portuguesa. Eram baleeiros desertores ou simplesmente desembarcados, designadamente em ilhas remotas do Pacífico, contando-se entre eles açorianos e caboverdeanos, traficando e intermediando interesses entre tripulações e nativos, o que dá bem a nota de uma forma de vida marginal a qual, independentemente do juízo moral que sobre isso possa fazer-se, revelam uma ousadia e um arrojo de lenda a sugerir personagens arrancadas às páginas de Fernão Mendes Pinto. Como refere Donald Warrin citando Herman Melville, por paragens que nem a cartografia assinalava.

Não menos relevante do ponto de vista da temática do livro, mesmo referindo-se já ao período de decadência da baleação americana, é o seu capítulo 4. Afinal, o período de declínio é aquele em que a promoção dos açorianos aos postos de comando de navios da frota baleeira ocorre com mais evidência e, também, aquele em que o peso relativo dos caboverdeanos alcança maior vigor. Com a corrida ao ouro na Califórnia e a descoberta do petróleo na Pennsylvania em 1859, quase coincidente com o grande incêndio de New Bedford acontecido dias antes, mais a Guerra da Secessão, acumulam-se condições que determinaram a lenta decadência da indústria baleeira americana. Mesmo assim a actividade prosseguiria e é neste período que o autor identifica uma presença mais vincada de ilhéus, a ponto de contabilizar para o ano de 1865, já depois de terminada a guerra, 88 partidas de vários portos da área de New Bedford com 2658 tripulantes dos quais 688 eram portugueses e, entre estes, 62% açorianos e 22% caboverdeanos. São dados verdadeiramente elucidativos, para além de evidenciarem a crescente presença de açorianos e de caboverdeanos no comando de navios baleeiros. De novo, para este período, o autor faz um percurso pelos portos e rotas na busca de portugueses embarcados, analisando de novo particularismos da vida de bordo e a deriva aventureira de muitos ilhéus por terras do fim do mundo, sem esquecer os episódios trágicos que a arriscada vida de marinheiro e de baleeiro implicava a bordo de navios empenhados em viagens que se arrastavam por anos, muitas vezes sem regresso.

Ainda mais um capítulo assinala o termo da actividade baleeira americana. É curioso notar que alguns dos temas tratados por Donald Warrin, pela sua natureza, condizem com este declinar melancólico de uma actividade outrora tão pujante. Na transição para o século XX, a operação dos navios baleeiros registava uma meia dúzia de saídas que se limitavam à área do Atlântico e com reduzida duração. Afundamentos e naufrágios; motins e deserções; recrutamentos forçados e o oportunismo de “engajadores” na obtenção de mão-de-obra são, de certa forma, sintomas que marcam a degradação de uma actividade a aproximar-se do seu ocaso. Ainda assim, mesmo nestas circunstâncias, são predominantemente os açorianos e os caboverdeanos que prolongam, quer como tripulantes, quer como capitães e oficiais, esta actividade. Neste capítulo final, o autor volta a assinalar factos e circunstâncias que reeditam aspectos da baleação que podem entender-se como que o legado mais ignorado da aventura dos baleeiros das ilhas portuguesas dos Açores e de Cabo-Verde, voltando a identificar os que nesta fase última se derramaram por sítios e paragens de que hoje nem suspeitaríamos.

Terminado este capítulo 5 o livro regista uma conclusão e um epílogo. Nas conclusões o autor faz notar que a indústria ao longo dos anos se manteve, em termos tecnológicos, quase inalterada, mas aponta para um crescente contributo de açorianos, mais acentuado a partir dos anos 30 do século XIX, com lenta promoção na hierarquia de bordo e de caboverdeanos de forma mais notória a partir do último quartel do mesmo século. Deste longo historial ficaram marcas indeléveis desta presença humana em comunidades tão díspares como as da Nova Inglaterra e da Califórnia, mas também, certamente menos reconhecíveis, na Nova Zelândia, Austrália e Alaska.

Como manifestações deste legado Donald Warrin destaca a arte do “scrimshaw”, alcançando por vezes expressões de elevado grau artístico, para além da organização de armações baleeiras em estações localizadas nas costas, tanto das ilhas como da Califórnia. No epílogo o autor tece um comentário final a apontar para o facto de que, afinal, a indústria não se extinguiu; apenas evoluiu tecnologicamente sob outras bandeiras e com outros desígnios.

Completa a obra um conjunto de anexos em que o autor compila uma lista dos portos americanos envolvidos na actividade baleeira; um segundo apresenta a lista de capitães portugueses e luso-americanos e o último dos anexos é constituído por um mapa das viagens realizadas sob comando de portugueses ou de luso-americanos. Um glossário, uma lista de arquivos e uma selecção bibliográfica, mais um conjunto de índices, encerra estas 416 páginas de uma edição cujo conteúdo é enriquecido por alguns mapas e gravuras alusivas ao tema.

Julgo útil e apropriado retomar as considerações iniciais. Esta obra, tão inesperada quanto relevante para a própria história de Portugal nos mares, como refere João Afonso citando Stuart C. Sherman, impõe alguns breves comentários que vão para além do elenco sintetizado dos conteúdos de cada capítulo.

So ends this day é, na verdade, um livro extraordinário e um trabalho notável para o reconhecimento do contributo dos portugueses dos Açores e de Cabo-Verde na história, até agora mal contada, da indústria da baleação americana. É, por isso, um livro que devolve a dignidade e a grandeza do que foi a participação do baleeiro açoriano e cabo-verdeano durante mais de um século de actividade, numa dimensão que não é legítimo subestimar-se.

Importa ainda salientar que o conteúdo deste livro, oferecendo uma clara unidade temática, se desenvolve de modo a consentir uma leitura segundo três vertentes distintas. Temos, antes de mais, uma síntese da própria história da indústria da baleia dos Estados Unidos da América a qual, quando a confrontamos com outras, como por exemplo as dos autores que acima referimos, revela aspectos e detalhes merecedores de valorização, mas que aqueles ignoraram. Contra este pano de fundo, o autor foi “colando” as personagens e os factos da gradual e crescente intervenção que os açorianos e os cabo-verdianos foram tendo na dinâmica desta actividade representada por uma imensidão de veleiros que lhes “passavam à porta”, num apelo irresistível. Este exercício consubstancia, assim, uma segunda linha de força que é a da intervenção e do protagonismo de gentes bem identificadas que em grande número ajudaram a consolidar e a manter uma indústria tão importante para os Estados Unidos da América. Não é uma história marginal ou um episódio menor da grande aventura *yankee*; é a mesma história e parte indissociável do seu percurso secular. Por fim, este livro autoriza uma terceira leitura, aliás na linha do longo e aturado trabalho de investigação que Donald Warrin desenvolve já há bastantes anos, na busca e identificação de comunidades de açorianos em localidades dos Estados Unidos da América às quais, habitualmente, não se associa a emigração das ilhas dos Açores. A presente obra é um contributo claramente inovador e de grande importância nesta linha temática, desta feita numa visão abrangente que até agora ninguém explorou. Apenas referiremos em brevíssima menção, já que um comentário mais elaborado justificaria um tratamento de pendor mais ensaístico, extravasando o âmbito desta recensão, que a obra de Donald Warrin pela relevância e enquadramento da temática e ainda pela espessura temporal que compreende, convida a uma perspetivação no quadro da História do Atlântico. E para que se compreenda o que afirmamos, será suficiente citar A. Hyatt Verril na sua obra editada há quase um século, *The real story of the whaler*: “Ever the first to penetrate unknown seas and to visit new lands, the whalers were the pioneers of exploration and blazed a trail for commerce, civilization and Christianity to follow”.

Nesta recensão, resta aludir a um aspecto merecedor de grande apreço e cuja avaliação criteriosa revela que Donald Warrin não se poupou a esforços na investigação que realizou. A leitura atenta das mais de 800 notas que apoiam os capítulos da edição, evidenciam um trabalho de pesquisa de uma enorme envergadura. Para além do manuseamento de extensa bibliografia, Donald Warrin privilegiou a consulta de fontes primárias que conferem à sua obra uma credibilidade e uma solidez notáveis. *Log-books* e diários pessoais de tripulantes de navios baleeiros; imprensa da época e *scrapbooks*; registos de passaportes, compilações genealógicas e censos demográficos; registos paroquiais, alfandegários e fontes judiciais; documentos oficiais relativos às sessões do Congresso e fontes consulares; registos de navios e fontes literárias; páginas *web* e entrevistas – tudo isto em trabalhosa recolha, a obrigar a uma morosa itinerância por arquivos oficiais e particulares, de uma costa à outra dos Estados Unidos, Hawaii e Alaska. Ignoro quanto tempo Donald Warrin dedicou a este trabalho baseado numa investigação monumental, mas pode conjecturar-se que esta é a obra de uma vida. Apenas um pequeno reparo: na bibliografia, mesmo sendo uma selecção, caberiam certamente as obras de João Afonso, *Mar de baleias e de baleeiros* e de Eric Jay Dolin, *Leviathan. The history of Whaling in America*.

A natureza da obra agora recenseada justifica que façamos uma referência ao autor, já que o seu percurso académico esclarece e reforça o crédito de que é merecedora. Donald Warrin é, antes de outras qualificações académicas que o tempo permitiu obter, um historiador. Entretanto, tanto o seu mestrado como o doutoramento incidiram sobre as literaturas portuguesa e brasileira, sendo que no ensino, nomeadamente na California State University, se manteve fiel a estas vertentes. É actualmente historiador no Regional Oral History Office da University of California, Berkeley. Extensa e variada a obra publicada, concentrando-se, todavia, na problemática da literatura e cultura portuguesas a que acresce o tema da emigração açoriana.

Por fim, permita-se que sublinhe que a publicação desta recensão nos *Anais de História de Além-Mar* assume significado especial. Interrogo-me, se o protagonismo dos baleeiros portugueses dos Açores e de Cabo-Verde na história da baleação americana, à qual não é possível recusar a marca distinta de um empreendimento verdadeiramente épico, não representa para nós como que um prolongamento ou um capítulo em jeito de adenda, na prossecução da grande aventura do desbravamento dos Oceanos que os portugueses realizaram desde Quatrocentos.

Do que dito fica, esperamos bem e muito justificadamente, que o editor e que a FLAD –Fundação Luso-Americana, como patrocinadora, se apressem na urgente iniciativa da tradução desta obra que passa a ser incontornável na bibliografia sobre os temas que a sua leitura suscita.

RICARDO MANUEL MADRUGA DA COSTA

Eventos e Projectos

EVENTOS EM 2010

10 e 11 de Dezembro – Lisboa

Colóquio Internacional «Os alicerces da Missão da China no tempo de Matteo Ricci: ciência, diplomacia e redes locais».

3 e 4 de Dezembro – Lisboa

Colóquio Internacional «Portugal na Confluência das Rotas Comerciais Ultramarinas».

3 e 4 de Dezembro – Lagos

6.º Colóquio de História Luso-Marroquina.

18 de Novembro – Lisboa

Conferências e Debates «Império português de Antigo Regime: características estruturantes e papel da pequena nobreza».

18 de Novembro – Lisboa

Mesa Redonda: Iniciativas das Linhas de Investigação «Intercâmbios Culturais e Globalização» e «As Artes e Experiência Colonial Portuguesa».

16 de Novembro – Lisboa

Workshop: Investigação histórica numa perspectiva global.

11 e 12 de Novembro – Lisboa

29th Dyes in History and Archaeology Meeting.

10 a 12 de Novembro – Lagos

Colóquio Internacional «A Herança do Infante».

4 a 6 Novembro – Angra do Heroísmo

Colóquio Internacional «O Atlântico Revolucionário: Circulação de ideias e de elites no final do Antigo Regime».

2 a 5 de Novembro – Lisboa

Congresso Internacional «Ordens e Congregações Religiosas em Portugal: Memória, Presença e Diásporas».

1 a 3 de Novembro – Ponta Delgada

Colóquio «O espelho cultural da pobreza: imagens, vozes e silêncios nas artes e nas ideias».

29 e 30 de Outubro – Lisboa

Colóquio Internacional «Arquivos de Família, séculos XIII-XIX: que presente, que futuro?».

22 Outubro – Lisboa

Colóquio Internacional «Portugal-Japão 150 anos».

18 e 19 de Outubro – Budapeste (Hungria)

Colóquio Internacional «Os Descobrimentos portugueses e a *Mitteleuropa*».

8 a 10 de Setembro – Salvador da Bahia (Brasil)

250 anos da ruptura diplomática entre Portugal e Roma: religião e política no mundo português (séculos XVI-XIX).

1 a 4 de Setembro – Ghent (Bélgica)

Sessão «The ‘European’ city in the Maghreb: society and space clashes in the Early Modern period», na «10th International Conference on Urban History – City and Society in European History».

19 a 22 Julho – Toledo (Equador)

Coloquio de historia comparative «Las independencias en España, Portugal, Brasil e Hispanoamérica».

8 a 21 de Julho – Colares

10.º Curso de Verão Luso-Austríaco.

12 a 15 de Julho – Leeds (Reino Unido)

Sessão «Henri the Navigator and the Complexities, Origins and Transformations of the Mito Henriquino in the 15th century», no «17th International Medieval Congress – Travel and exploration».

30 de Junho e 1 de Julho – Lisboa

Encontros no MNAz «Um gosto português. O uso do azulejo no século XVII».

17 a 20 de Junho – Guimarães

1st International Meeting EAHN – European Architectural History Network.

7 e 8 de Junho – Sevilha (Espanha)

Seminário Internacional «La fiscalidad discontinua: fronteras y percepcion de tributos en los imperios ibéricos (siglos XVI-XVIII)».

Março a Maio – Lisboa

Programa de Estudos Aprofundados em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa.

24 de Maio – Lisboa

Jornadas «Ideologias raciais e práticas racistas. Investigações em curso no âmbito da História e do Direito».

17 a 20 de Maio – Horta, Velas e Vila do Topo

V Colóquio «O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX».

25 a 26 de Março – Paris (França)

Negocier L'Obeissance: Colloque en hommage à Bernard Vincent.

23 a 27 de Março – Aix-en-Provence (França)

XIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa – O Mediterrâneo da Rota das Índias.

2 a 4 de Março – Lisboa

II Jornadas «História dos Impérios Ibéricos. Investigações em curso».

27 de Fevereiro – Lisboa

Jornada de Estudo e Debate «Salvaguarda e Valorização dos Arquivos de Família: Aspectos legais, económicos e organizativos».

Anual – Lisboa

Seminário Permanente de Estudos sobre Macau.

Anual – Angra do Heroísmo

Ciclo de Conferências «Oceano de Histórias. Novos Caminhos da História do Atlântico».

Anual – Lisboa

Seminário Permanente de História do Brasil.

Anual – Lisboa, Évora e Ponta Delgada

5.º Ciclo de Conferências «O Atlântico Ibero-Americano (séculos XVI-XVIII): Perspectivas historiográficas recentes».

Anual – Lisboa

Encontros sobre Arte e Império.

Anual – Roma

Conferências do CHAM em Roma.

Anual – Lisboa

Conferências do CHAM.

Os programas completos destes eventos podem ser consultados em
http://cham.fcsh.unl.pt/pages/actividades_desenvolvidas.htm#2010

PROJECTOS

PIAS – Estudo, Valorização e Monitorização dos Sítios Arqueológicos Angra A, Angra B, Angra E e Angra F e Navio Angra D (Terceira).

Entidade Financiadora: Direcção Regional da Cultura (DRC), no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Actividades Culturais da Região Autónoma dos Açores no domínio «Levantamento do património cultural»
Unidade de Investigação Promotora: CHAM
Parcerias: Universidade dos Açores
Investigador Responsável: José Damião Rodrigues

Relações de Portugal com a Pérsia durante a União Ibérica. Os «Comentários» de D. Garcia de Silva y Figueiroa (PTDC/HAH/69734/2006).

Entidade Financiadora: Fundação para a Ciência e Tecnologia
Unidade de Investigação Promotora: CHAM
Investigador Responsável: Rui Loureiro

EVE – Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa, Séculos XV-XVIII (POS-C 702/4.2/C/REG).

Entidade Financiadora: POS-Conhecimento (Programa Operacional Sociedade do Conhecimento)
Unidade de Investigação Promotora: CHAM
Apoios: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Casa de Bragança, Câmara Municipal de Lagos, Câmara Municipal de Faro e Câmara Municipal de Palmela
Investigador Responsável: João Paulo Oliveira e Costa

Inquirir da Honra: Comissários do Santo Ofício e das Ordens Militares em Portugal, 1570-1773 (PTDC/HAH/64160/2006).

Entidade Financiadora: Fundação para a Ciência e Tecnologia
Unidade de Investigação Promotora: CIDEHUS – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora
Parcerias: CHAM e Centro de História da Cultura da FCSH-UNL
Investigador Responsável: Fernanda Olival

Pequena Nobreza e «Nobreza da Terra» na Construção do Império – Os Arquipélagos Atlânticos (PTDC/HAH/66107/2006).

Entidade Financiadora: Fundação para a Ciência e Tecnologia
Unidade de Investigação Promotora: Departamento de Ciências Humanas do Instituto de Investigação Científica Tropical
Parcerias: CHAM e IAN/TT
Investigador Responsável: Miguel Jasmins Rodrigues

Portugal e o Sul de Marrocos: Contactos e Confrontos, Séculos XV a XVIII
(PTDC/HAH/71027/2006).

Entidade Financiadora: Fundação para a Ciência e Tecnologia
Unidade de Investigação Promotora: CHAM
Parcerias: Universidade do Minho
Investigador Responsável: Maria Augusta Lima Cruz

**De Todas as Partes do Mundo, O património do 5.º Duque de Bragança,
D. Teodósio I** (PTDC/EAT-HAH/098461/2008).

Entidade Financiadora: Fundação para a Ciência e Tecnologia
Unidade de Investigação Promotora: CHAM
Investigador Responsável: Jessica Hallett

Território e Fronteira no Médio Eufrates no período meso-assírio
(Século XIII a. C.) (PTDC/HIS-ARQ/103023/2008).

Entidade Financiadora: Fundação para a Ciência e Tecnologia
Unidade de Investigação Promotora: CHAM
Investigador Responsável: Francisco Caramelo

Um Navio Ibérico para o Atlântico: construção naval, vida a bordo e a escala de
Angra nos séculos XVI e XVII (PTDC/HIS-ARQ/104084/2008).

Entidade Financiadora: Fundação para a Ciência e Tecnologia
Unidade de Investigação Promotora: CHAM
Investigador Responsável: José Damião Rodrigues

Os conteúdos e actividades específicos destes projectos podem ser consultados em
<http://cham.fcsh.unl.pt/pages/projectos.htm>

Resumos / *Abstracts*

Cristina Brito

Baleias e monstros, iconografia e repetições na história da história natural: representações visuais de animais marinhos na época medieval e renascentista

Resumo

Apesar de viverem num meio que nos é inóspito, os mamíferos marinhos, sempre suscitaram interesse e interrogações, surgindo repetidamente descrições da sua ocorrência. Para as épocas medieval e renascentista, a análise da iconografia permite a reconstrução do ser real por detrás dum relato e a percepção de detalhes que se perdem nos textos. Para além de ossos e peles, era particularmente difícil trazer provas da existência de alguns mamíferos marinhos desde o além-mar até à Europa. Nos gabinetes de curiosidades e nas boticas não abundam exemplares deste grupo animal e o gesto simbólico de trazer e guardar a natureza era muitas vezes substituído pelas gravuras, pinturas e desenhos dos mesmos. Independentemente da época, e da técnica utilizada, as ilustrações de carácter zoológico ou naturalista remetem para uma relação complexa com os textos, possuindo uma intenção explicativa e tendo subjacente um cunho científico. Por vezes, deixam de ser complementos passando a ser substitutos ou a peça fundamental da informação a ser transmitida. Neste caso, a representação visual, bem como a cópia repetitiva de imagens, tornam-se o veículo de transmissão de conhecimento natural ainda que o uso de imagens repetidas sobre mamíferos marinhos não permitisse acompanhar o conhecimento crescente que ia sendo acumulado. Mas, se é certo que as línguas faladas e escritas mudam entre países e culturas, as representações visuais mantêm-se constantes e constituem uma forma extremamente eficaz de linguagem universal para a transmissão do saber científico e natural.

Palavras-chave: Mamíferos marinhos, história da ciência, naturalismo atlântico, naturalismo europeu, iconografia.

Abstract

Despite living in an environment that is inhospitable to humans, marine mammals always aroused interest, questions and surprise, and descriptions of their occurrence repeatedly appear in reports. For the medieval and Renaissance periods, iconographic analysis allows the reconstruction of the real beings behind the stories and the perception of details that usually get lost in the texts and descriptions. In addition to bones and skins, it was particularly difficult to bring evidence of some marine mammals from overseas to

Europe. In the cabinets of curiosities and the pharmacies are scarce the remains of these animals and the symbolic gesture of bringing and keeping nature were often replaced by their engravings, paintings and drawings. Whatever the time and the technique used, the naturalistic or zoological illustrations demote to a complex relationship with the texts, having an explanatory and scientific intention behind it. Sometimes, images are no longer complements or substitutes to the cornerstone of the information to be transmitted. In this case, visual representations, as well as the repetitive copying of images, become the vehicle of transmission of natural information. Even though the use of repeated images of marine mammals does not allow accompanying the growing of the natural corpus that was being accumulated. But considering that spoken and written languages change between countries and cultures, visual representations remain constant and are an effective form of universal language for the transmission of scientific and natural knowledge.

Keywords: *Marine mammals, history of science, Atlantic naturalism, European naturalism, iconography.*

António Nunes Pereira

Igrejas e Capelas de Santa Catarina de Velha Goa

Resumo

A historiografia da arquitectura religiosa de Velha Goa está limitada pela dificuldade de identificação de edifícios católicos do mesmo orago, cujo desaparecimento anterior à execução de documentação fiável (plantas urbanas, fotografias) ainda mais agrava a situação. É o caso de igrejas e capelas dedicadas a Santa Catarina de Alexandria, cuja invulgar proliferação do orago se explica por ter sido no dia dedicado a esta santa da Igreja Católica – 25 de Novembro – que em 1510 Afonso de Albuquerque conseguiu conquistar definitivamente a cidade de Goa para a coroa portuguesa. Mas a multiplicidade de “cazas” de Santa Catarina e o facto de alguns deste edifícios já não existirem – mas de, contudo, terem sido determinantes na evolução da arquitectura religiosa católica na cidade da Índia – criou grandes equívocos na literatura secundária sobre este tema. Esclarecer estes equívocos é o objectivo principal deste artigo.

Para tal foram analisadas todas as fontes mais importantes conhecidas, desde crónicas a elementos gráficos, sobretudo coevos, para primeiramente identificar os diversos edifícios de Santa Catarina com as respectivas fontes. Foram igualmente delimitados os respectivos períodos de construção e de existência, assim como a sua localização aproximada no contexto urbano de Velha Goa. Seguidamente elaborou-se uma compilação da informação detalhada de cada um dos edifícios já desaparecidos, de modo disponibilizar material que permita a sua utilização historiográfica em estudos sobre épocas, estilos, tipologias, etc. Este trabalho de organização de dados despoletou ainda a colocação de hipóteses referentes a possíveis vestígios destes edifícios supostamente desaparecidos, hipóteses só comprováveis através de futuras investigações arqueológicas no terreno.

Palavras-chave: Arquitectura religiosa, Velha Goa, Século XVI, Renascimento, Santa Catarina.

Abstract

The historiography of religious architecture of Old Goa is limited by the difficult identification of historical buildings with the same Catholic patron saint, especially if these buildings disappeared before reliable documentation (urban plans, photographs) could be made. This is the case of churches and chapels in Old Goa dedicated to St. Catherine of Alexandria, which unusual proliferation as patron saint is explained by being in this day dedicated to this saint of the Catholic Church – November 25th – that in 1510 Afonso de Albuquerque eventually managed to conquer the city to the Portuguese crown. But the multiplicity of “Cazas” of Santa Catarina and the fact that some of these buildings no longer exist – but, however, have been instrumental in the evolution of architecture in Catholic religious city in India – has generated great confusion in the literature on this topic. The main objective of this article is to clarify these misconceptions.

All major known sources, including written and graphic ones and in particular those of the 16th and early 17th centuries, were analyzed to first identify the various buildings of Santa Catarina and to relate them with the correspondent sources. After this, the buildings’ periods of construction and existence, as well as their approximate location in the urban context of Old Goa, was recognized or established. Then a compilation of detailed information of each of the buildings that have since disappeared was sorted out, to provide material that allows its future use in studies of historical ages, styles, types, etc. This data organization also triggered hypotheses concerning the localization of the possible remains of these supposedly missing buildings, assumptions verifiable only through future archaeological research in the field.

Keywords: Religious architecture, Old Goa, 16th century, Renaissance, Saint Catherine.

Nuno Vila-Santa

*Preparação e resposta à crise de 1565-1575:
o vice-reinado de D. Antão de Noronha (1564-1568)*

Resumo

O objectivo deste artigo é apurar o papel do vice-rei D. Antão de Noronha na crise político-militar de 1565-1575. A intenção é estudar sistematicamente como este encarou a crise e que soluções gizou. Começando pelas primeiras medidas de finais de 1564 e passando pelos impactos da batalha de Talikota, procuram-se perceber quais foram as principais políticas deste vice-rei. Para atingir este objectivo apontam-se alguns antecedentes políticos e militares da crise e analisam-se temáticas económicas e religiosas na tentativa de obter uma visão mais abrangente. Por fim, discute-se qual a situação oriental no início do governo de D. Luís de Ataíde e qual a percepção quinhentista do governo de D. Antão.

Palavras-chave: crise, vice-rei, regimento, pimenta, Talikota, costa do Canará.

Abstract

The purpose of this article is to study the role played by D. Antão de Noronha in the 1565-1575 crisis. The objective is to focus on how this vice-roy faced the crisis and what solutions he found for it. Starting with his first orders in ending 1564 and passing by the

impacts of the battle of Talikota, we try to understand the main political priorities of this vice-roy. To achieve this goal some political and military antecedents of the crisis are appointed and analysis on economic and religious issues are done to ensure a wider perspective. At the end, we discuss the oriental situation in the beginning of the government of D. Luís de Ataíde and which was the XVI century perception of D. Antão's government.

Keywords: crisis, vice-roy, regimento, pepper, Talikota, Canara Coast.

José Carlos Vilardaga

“Manhas” e redes: Francisco de Souza e a governança em São Paulo de Piratininga em tempos de união ibérica

Resumo

Este artigo busca analisar a trajetória e a atuação de D. Francisco de Souza, Conde do Prado e Senhor de Beringel, sétimo Governador Geral do Brasil que, entre os anos de 1599 e 1602, se instalou na vila de São Paulo, na Capitania de São Vicente. Ali sediado, mas atuando também no seu em torno, teria permanecido ainda entre os anos de 1603 e 1606, quando já estava fora do Governo Geral. Em 1606 foi a Lisboa e depois a Madri para novamente voltar a São Paulo como Governador da Repartição Sul entre 1609 e 1611, quando morreu, na miséria segundo alguns, na própria vila. Ele governou e atuou em meio ao contexto da União Ibérica e, alegadamente, a presença de Dom Francisco na diminuta vila de São Paulo sempre teve como pretexto a busca pelas sonhadas minas de ouro e prata que se especulava existirem na região. Contudo, neste artigo buscamos compreender também sua nomeação no quadro político da união das coroas ibéricas; seu papel na articulação da economia local paulista com a esfera regional, bem como o impacto de sua presença na vila no campo demográfico e social. Por fim, se quis analisar a sua polêmica ação política, – pois ficou conhecido como “Francisco das Manhas” em função de sua suposta liberalidade e flexibilidade no trato – já que este pode ser um excelente estudo de caso das práticas políticas, e montagens de redes clientelares, na sociedade colonial do Antigo Regime.

Palavras-chave: União Ibérica, D. Francisco de Souza, Governo Geral do Brasil, São Paulo, Governança no Antigo Regime.

Abstract

This article aims to analyze the history and actions of D. Francisco de Souza, Count of the Prado and Lord of the Beringel, seventh Governor General of Brazil, who, between the years 1599 and 1602, settled in the village of São Paulo, in the province of São Vicente. Based in the site, but also operating in the surrounding areas, D. Francisco remained there between the years 1603 and 1606, when he was no longer Governor General. In 1606, he went to Lisbon, later to Madrid and then back to São Paulo as Governor of the Southern Division between 1609 and 1611, when, according to some, he died in poverty in the same village. He ruled and operated in the context of the Iberian Union and, allegedly, the presence of Don

Francisco in the tiny village of São Paulo always had as pretext the search for the gold and silver mines believed to exist in the region. This article, however, also seeks to understand D. Francisco's appointment within the political context of the union of the Iberian crowns, his role in the articulation of the local and regional economy, as well as the impact of his presence in the village in both the demographic and social areas. Finally, his controversial political action is analyzed. D. Francisco, also known by the epithet "Sly Francisco" because of his alleged liberality and flexibility, may be an excellent case study of political practices and the creation of interdependent networks in the colonial society of the Old Regime.

Keywords: Iberian Union, D. Francisco de Souza, General Government of Brazil, São Paulo, Governance in the Old Regime.

Santiago de Luxán Meléndez y Montserrat Gárate Ojanguren

La creación de un Sistema Atlántico del Tabaco (siglos XVII-XVIII).

El papel de los monopolios tabaqueros.

Una lectura desde la perspectiva española

Resumen

El objetivo de este trabajo es estudiar el sistema organizativo atlántico en torno al tabaco español, principalmente en el XVIII, así como el análisis comparativo con otros modelos aplicados por otros países.

Para ello se han analizado fundamentalmente tres aspectos: los cambios que tienen lugar en el XVIII, en el sistema colonial europeo y el intento español de defensa de su propio monopolio; la política económica aplicada por otros imperios europeos en el sector y sus diferencias del modelo de monopolio español; por último, las cifras de los flujos tabaqueros británico y portugués, cuyo volumen resulta muy superior al español, de acuerdo con la historiografía respectiva. Para valorar estos aspectos se han tenido en cuenta las diferencias de los mercados español, portugués o británico y los objetivos fiscales y resultados de los distintos modelos.

Palabras clave: Monopolio del tabaco, Historia Atlántica.

Abstract

The objective of this paper is to study the Atlantic organizational system of the Spanish tobacco, mainly in the 18 Century, as well as the comparative analysis with other models applied by other countries. The subjects that have been mainly considered are the following: first of all, the changes taking place in the 18th, in the European colonial system and the Spanish attempt to defend their own monopoly; secondly, the economic policy pursued by other European empires in the sector and the differences between those and Spanish monopoly model. Finally, the study of figures of British and Portuguese tobacco flows, whose turnover is much higher than the Spanish production, according to respective historiography. To assess these aspects are taken into account the differences in Spanish markets as well as Portuguese or British, and the objectives of Treasure and economic results of different models.

Keywords: Tobacco monopoly, Atlantic history.

Arlindo Manuel Caldeira*As Ilhas do Golfo da Guiné.**A rivalidade colonial europeia e o Tratado Luso-Espanhol de 1778***Resumo**

A partir de meados do século XVIII, data que corresponde *grosso modo*, à subida ao trono de D. José I e à tomada do poder pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (futuro marquês de Pombal), renasceu o interesse da coroa portuguesa em relação ao arquipélago do golfo da Guiné. Tratou-se de uma resposta à concorrência internacional no Atlântico, que tinha valorizado a importância estratégica dessas ilhas, sobretudo devido ao incremento do tráfico de escravos na costa da Mina e nas baías do Benim e do Biafra.

Por paradoxal que possa parecer, é nesse contexto que se deve entender o Tratado do Pardo de 1778, através do qual Portugal cedeu a Espanha as ilhas de Fernando Pó e de Ano Bom. Independentemente das circunstâncias que estiveram na sua origem, o tratado representou, não um *bluff* da diplomacia portuguesa, como grande parte da historiografia espanhola tende a considerá-lo, mas uma solução concertada e satisfatória para os interesses dos dois países nessa região.

Palavras-chave: Golfo da Guiné, Tratado do Pardo, tráfico de escravos, concorrência internacional no Atlântico.

Abstract

From the mid-18th century onwards, more or less coinciding with the ascension to the throne of King José I and the seizure of power by his minister Sebastião José de Carvalho e Melo (the future Marquis of Pombal), the Portuguese crown renewed its interest in the islands of the Gulf of Guinea. This was a response to international competition in the Atlantic, which had enhanced the strategic importance of this archipelago, especially due to the growth in the slave trade.

Even though it might appear to be paradoxical, this is the context that served as the backdrop for the 1778 Pardo Treaty, by which Portugal ceded to Spain the islands of Fernando Pó and Ano Bom. Irrespective of the circumstances that gave rise to this agreement, the treaty did not represent a bluff on the part of Portuguese diplomacy, as much of Spanish historiography tends to view it, but was instead a concerted and satisfactory solution for the interests of the two countries in the region.

Keywords: *Gulf of Guinea; Pardo Treaty; slave trade; international competition in the Atlantic.*

Jean Luiz Neves Abreu*A medicina luso-brasileira e as percepções sobre as enfermidades na América Portuguesa do século XVIII***Resumo**

O propósito desse artigo é o de analisar nos tratados de medicina e outras fontes impressas as percepções de médicos e cirurgiões sobre as enfermidades na América Portuguesa no século XVIII. Pretendemos demonstrar como o pensamento médico deste contexto se constituiu em torno da natureza das enfermidades e da saúde dos escravos.

Palavras-chave: América Portuguesa; medicina; século XVIII; doenças; trópicos; escravos.

Abstract

The purpose of this paper is to examine in the treaties of medicine and other printed sources the perceptions of physicians and surgeons over disease in Portuguese America in the eighteenth century. We intend to demonstrate how the medical thinking produced in this context was based upon health and diseases affecting slaves.

Keywords: Portuguese America; medicine; 18th century; diseases; tropics; slaves.

Francisco Roque de Oliveira*Método geográfico, cartografia e geopolítica: a propósito da reedição da História do Brasil nos velhos mapas de Jaime Cortesão***Resumo**

Editada pela primeira vez entre 1957 e 1971 pelo Instituto Rio Branco do Rio de Janeiro, a *História do Brasil nos velhos mapas* constitui a principal síntese da investigação que o historiador português Jaime Cortesão desenvolveu sobre as bases geopolíticas da formação territorial brasileira durante os cerca de 17 anos que durou o seu exílio no Brasil (1940-1957). Na gênese desta importante obra encontra-se a pesquisa realizada pelo autor aquando da preparação de uma série de cursos pioneiros sobre a história da cartografia e a geografia das fronteiras do Brasil, os quais foram leccionados no Ministério das Relações Exteriores brasileiro entre 1944 e 1950. Muito provavelmente o mais geográfico de todos os historiadores portugueses do século XX, Cortesão revela nesta obra um domínio exemplar das grandes questões teóricas e metodológicas que atravessaram o debate interno à Geografia durante a primeira metade do século passado. Paralelamente, um profundo domínio das fontes cartográficas e textuais confere à sua investigação uma solidez e uma coerência únicas no panorama dos estudos sobre a cartografia antiga e a complexa gênese das fronteiras do Brasil.

Palavras-chave: Jaime Cortesão; Geopolítica do Brasil; Fronteiras do Brasil; História da cartografia; Pensamento geográfico.

Abstract

Jaime Cortesão's History of Brazil in Old Maps was published for the first time between 1957 and 1971 by the Instituto Rio Branco of Rio de Janeiro. This work is a major synthesis of the research carried out by Cortesão on the geopolitical grounds of the territorial formation of Brazil during the 17 years he lived in exile in Brazil (1940-1957). Its structure and contents were supported by the extensive inquiries made by this Portuguese historian while preparing an innovative series of courses on the history of cartography and the geography of the borders of Brazil lectured in the Brazilian Ministry of External Relations between 1944 and 1950. As a result of the unusual geographical background acquired by Cortesão, this work comes to be particularly informative when it discusses the main theoretical and methodological questions that were in the core of the debate undertaken by geographers in the first half of the 20th century. On the other hand, his deep knowledge of cartographic and textual sources sustains a research which value and consistency were truly unique among those issued by that time on the matters of historical cartography and the complex outline of the Brazilian borders.

Keywords: *Jaime Cortesão; Brazilian Geopolitics; Borders of Brazil; History of cartography; Geographical thought.*

NORMAS DE COLABORAÇÃO

- Os *Anais de História de Além-Mar* são uma revista especializada em estudos sobre os Descobrimientos e a Expansão Portuguesa, no seu enquadramento histórico e em comparação com fenómenos paralelos de história dos territórios e dos povos contactados pelos portugueses, assim como nos efeitos provocados por este processo na História de Portugal e do Mundo.
- As colaborações com artigos ou resenhas são bem-vindas, desde que sejam inéditas.
- Serão editados textos nos seguintes idiomas: português, espanhol, francês e inglês.
- Todos os textos devem ser enviados à Redacção da Revista, para o endereço electrónico do CHAM: anais.cham@fesh.unl.pt. Os artigos devem ser acompanhados de um resumo, com um máximo de 100 palavras, em português e em inglês, e de 4 a 6 palavras-chave.
- A proposta deverá apresentar na primeira página o nome dos autores e das instituições em que desenvolvem a sua actividade de investigação, bem como o seu endereço de e-mail.
- A decisão sobre a publicação dos textos compete ao Conselho Editorial, depois de considerados os pareceres de dois *referees*, num processo que assegurará o anonimato dos autores.
- Qualquer decisão tomada sobre as propostas recebidas será comunicada aos autores.
- A aceitação de um texto para publicação supõe a transmissão dos direitos de copyright para o editor da Revista.
- Os direitos sobre as eventuais imagens introduzidas nos artigos são da exclusiva responsabilidade dos autores.
- Aos autores será facultada a revisão de uma prova tipográfica, que terá de ser devolvida à Redacção da Revista num prazo de 15 dias.
- A cada autor será oferecido um exemplar da Revista que contiver o seu texto.

NORMAS DE APRESENTAÇÃO DOS TEXTOS

Apresentação dos originais:

Folhas A4 em formato digital, dactilografadas num qualquer editor de texto, com tipo de letra Times New Romans, tamanho 12, a espaço duplo.

Gráficos e Imagens em formato digital JPEG, GIF ou TIF.

Citações devem ser feitas em notas-de-rodapé, ao longo do texto, respeitando os critérios plasmados nos exemplos que se seguem.

CITAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

Primeira ocorrência. Exemplos:

Frédéric MAURO, *Études économiques sur l'expansion portugaise (1500-1569)*, Paris, Gulbenkian, 1970, pp. 13 segs.

Raul PROENÇA (ed.), *Guia de Portugal, I. Generalidade: Lisboa*, Lisboa, Gulbenkian, 1975.

Verónica IONS, *Egyptian Mythology*, Londres, Hamlyn, 1982.

Sanjay SUBRAHMANYAM, «Making India Gama: The Project of Dom Aires da Gama (1519) and Its Meaning», in *Mare Liberum* 16 (1998), pp. 33-55.

A. RUSSEL-WOOD, «Men under stress: the social environment of the *Carreira da Índia* (1550-1750)» in Luís de Albuquerque e Inácio Guerreiro (eds.), *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, 1985, pp. 19-35.

Fernando BOUZA ÁLVAREZ: «Para qué imprimir. De autores, público, impresores y manuscritos en el Siglo de Oro» in *Cuadernos de Historia Moderna*, n.º 18 (1997), pp. 31-50 [em linha] [Consult. 29 Fev. 2008] Disponível na WWW, em: <URL: <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/02144018/articulos/CHMO9797120031A.PDF>>

Ocorrências seguintes. Exemplo:

F. MAURO, *Études...*, cit., pp. 117 segs.

BOLETIM DE ASSINATURA / COMPRA / PERMUTA
(SUBSCRIPTION ORDER)

Enviar para (*Send to*) :

Anais de História de Além-Mar / CHAM
Av. de Berna, 26-C, Torre B, 6.º Piso
1069-061 Lisboa – Portugal

E-mail : cham@fesh.unl.pt
Tel. : 00 351 + 21 797 21 51
Fax : 00 351 + 21 790 83 08

Assinatura (*Subscription*) :

Desde (*Since*): _____ Ano (*Year*) / _____ Número (*Number*), inclusive.

Compra de números avulsos (*Order of separated issues*) :

Anos (*Years*) / Números (*Numbers*) _____

Custo de números avulsos (*Cost for separated issues*) :

1 Volume (*1 issue*) – 15 € (+ postage cost, for Foreign Countries)

Custo promocional da assinatura (*Promotional subscription rate*) :

3 Anos / 3 Volumes (*3 Years / 3 issues*) – 40 € (+ postage cost, for Foreign Countries)

Forma de pagamento (*Way of payment*) :

Transferência bancária (Bank transfer) para a conta do CHAM (Millenium BCP):
NIB: 0033 0000 0020 2935 7380 5 (a partir de Portugal)
IBAN: PT50 0033 0000 0020 2935 7380 5 (from Foreign Countries)
SWIFT : BCOMPTPL

Dados pessoais / *Identification* :

Nome (*Name*): _____

Morada (*Adress*): _____

E-mail: _____

Tel.: _____

PARA PERMUTAS (*FOR EXCHANGE*) :

Enviar proposta (*Send to*) :

Sofia Diniz
Biblioteca do CHAM
Av. de Berna, 26-C, Torre B, 6.º Piso
1069-061 Lisboa – Portugal

E-mail : cham@fesh.unl.pt
Tel. : 00 351 + 21 797 21 51
Fax : 00 351 + 21 790 83 08

Publicação para troca (*Publication for Exchange*) :

Título (*Title*): _____

Responsável pela publicação (*Editor*): _____

Morada (*Adress*): _____

E-mail: _____

Tel.: _____



